

TRILHAS E IMPACTOS DA COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA NO BRASIL

**Cicilia M. Krohling Peruzzo
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti**
(Organizadores)



EdUESPI

**TRILHAS E IMPACTOS
DA COMUNICAÇÃO
POPULAR,
COMUNITÁRIA E
ALTERNATIVA NO
BRASIL**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitora

Paulo Henrique da Costa Pinheiro
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí

**Cicilia M. Krohling Peruzzo
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti
(Organizadores)**

**TRILHAS E IMPACTOS
DA COMUNICAÇÃO
POPULAR,
COMUNITÁRIA E
ALTERNATIVA NO
BRASIL**



EdUESPI



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ –
UESPI



Maria Regina Sousa
Evandro Alberto de Sousa
Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Governadora do Estado
Reitor
Vice-reitor

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto
Algemira de Macedo Mendes
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Antonio Luiz Martins Maia Filho
Artemária Coêlho de Andrade
Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Fábio José Vieira
Hermógenes Almeida de Santana Jr.
Laécio Santos Cavalcante
Maria do Socorro Rios Magalhães
Nelson Nery Costa
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Paula Guerra Tavares
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti
Impressão

Presidente
Universidade Estadual do Piauí
Academia de Ciências do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Federal do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Academia Piauiense de Letras
Conselho Estadual de Cultura do Piauí
Universidade Estadual do Piauí
Universidade do Porto (Portugal)
Universidade Estadual do Piauí

Editor
Editor
Revisão
Revisão
Capa/Diagramação
Gráfica Aliança e e-book

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

T829	Trilhas e impactos da comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil / Cicilia M. Krohling Peruzzo, Rodrigo Gabrioti, Orlando Maurício de Carvalho Berti, organizadores. – Teresina: EdUESPI, 2022. 546 p. ISBN (físico): 978-65-88108-69-7 ISBN (digital): 978-65-88108-70-3 1. Comunicação. 2. Comunicação e cidadania. 3. Comunicação social. 4. Pesquisa em comunicação. I. Peruzzo, Cicilia M. Krohling. II. Gabrioti, Rodrigo. III. Berti, Orlando Maurício de Carvalho. IV. Título. CDD: 302.2
-------------	--

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí – EdUESPI

UESPI (Campus Poeta Torquato Neto)

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

Introdução.....	11
PARTE 1 – REPRESENTAÇÕES E VISIBILIDADES POPULARES NO ESPAÇO PÚBLICO E NAS MÍDIAS DIGITAIS.....	15
Capítulo 1 – Mídias populares e assimetrias políticas na democracia brasileira em tempos de ruptura digital <i>Ana Cristina Suzina.....</i>	17
Capítulo 2 – Comunicação e internet no contexto dos movimentos sociais <i>Suelen de Aguiar Silva.....</i>	45
Capítulo 3 – Vestígios de junho: o ethos discursivo composto durante as manifestações de 2013 em São Paulo <i>Carlos Humberto Ferreira Silva Jr.</i>	71
Capítulo 4 – As manifestações públicas pelos grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff nas redes sociais on-line <i>Cleide Rodrigues.....</i>	87
Capítulo 5 – Pesquisa em redes sociais no Twitter: modelo metodológico para observação de movimentos de protesto <i>Anelisa Maradei.....</i>	109
Capítulo 6 – O discurso sobre a seca/semiárido nas Eleições 2014: narrativas, atores e cidadania <i>Sandra Raquew dos Santos Azevêdo.....</i>	133
Capítulo 7 – Comunicação para transformação social nos Documentos Conclusivos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM) <i>Ricardo Costa Alvarenga.....</i>	163
Capítulo 8 – Ciberjornalismo no interior paulista: três tendências a partir das concepções de desenvolvimento <i>Marcelo de Oliveira Volpato.....</i>	177

PARTE 2 – MOVIMENTOS SOCIAIS, PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: A BUSCA DA CIDADANIA.....195

Capítulo 9 – *A comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens*
Guilherme Cunha Weimann.....197

Capítulo 10 – *Imprensa Negra na Internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z*
Valmir Teixeira de Araújo.....213

Capítulo 11 – *Greve! e Trabalhadores: Presente!: o diálogo com a TV nos documentários do cineasta João Batista de Andrade*
Marcos Corrêa.....235

Capítulo 12 – *Os comunicadores inseridos em movimentos sociais e sua prática digital em busca da cidadania comunicativa*
Nivea Canalli Bona.....253

Capítulo 13 – *As entrelinhas da realidade histórica de uma rádio comunitária*
Viviam Lacerda de Souza.....273

Capítulo 14 – *Mídia-Educação nas ONGs brasileiras: cidadania e empoderamento*
Mônica Pegurer Caprino.....289

Capítulo 15 – *Mídia-Educação e formação cidadã: quando as crianças produzem o próprio jornal*
Beatriz Pozzobon Araujo
Luzia Mitsue Yamashita Deliberador.....309

PARTE 3 – COMUNICAÇÃO E CULTURAS POPULARES: ENTRE TRADIÇÕES E INOVAÇÕES.....323

Capítulo 16 – *A comunicação popular na construção e preservação da história e memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)*
Ana Aparecida F.Valim Alberti.....325

Capítulo 17 – *Hip Hop como processo comunicacional e sociabilidade para jovens indígenas de Dourados (MS)*

Ariadne F. Bianchi de Oliveira.....343

Capítulo 18 – *Hoje é dia de festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens*
Camila Escudero.....363

Capítulo 19 – *A comunicação e os hábitos culinários da comunidade quilombola da Fazenda Picinguaba*

Luís Carlos Paravati.....381

Capítulo 20 – *Juventude MST: Educação semeada na luta por terra*
Luzia Mitsue Yamashita Deliberador

Amanda Cristiba Vieira Machado.....401

Capítulo 21 – *Ecolimite: táticas de cidadania e agroecologia*

Rodrigo Rossi Morelato.....417

Capítulo 22 – *Uma crítica à felicidade instrumental: na procura do fazer coletivo para o comum*

Lisbeth Araya Jiménez.....431

Capítulo 23 – *Cidadanias e emancipações nas autobiografias de Mahatma Gandhi, Luther King Jr. e Nelson Mandela*

Ingrid Gomes Bassi.....457

PARTE 4 – O POPULAR E COMUNITÁRIO NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: ENTRE EPISTEMOLOGIAS E TEORIAS.....473

Capítulo 24 – *A pesquisa acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 – 2012*

Maria Alice Campagnoli Otre.....475

Capítulo 25 – *Teoria da Comunicação Comunitária. Provocações sobre questões contemporâneas*

Orlando Maurício de Carvalho Berti.....499

Capítulo 26 – *Análise de uma Experiência de Pós-Graduação em Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil. Conceitos e prática*

Cicilia M. Krohling Peruzzo.....517

Sobre autores.....541

Introdução

Cicilia M.Krohling Peruzzo

Trilhas e Impactos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil é uma obra muito sugestiva do novo tempo da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa. Novo tempo porque ela, ao mesmo tempo em que não perde suas raízes históricas, tem flexibilidade suficiente para incorporar alterações nas estratégias de comunicação, típicas da era digital, processadas pelos movimentos sociais e demais articulações comunitárias e associativas cívicas nas suas lutas por participação e ampliação dos direitos de cidadania.

A coletânea reúne textos de membros do *Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni)*, além de outros/as autores e autoras, que mostram resultados de pesquisas realizadas, a maioria para titulação stricto sensu de mestrado e doutorado, mas também investigações de pós-doutorado, pesquisas independentes e realizadas no interior de cursos do nível lato sensu.

No conjunto, são pesquisas desenvolvidas no decorrer de cerca de uma década, cujas sínteses apresentadas neste livro visam compartilhar o conhecimento científico gerado no interior de distintos programas de pós-graduação e para além deles, no caso de pesquisadores titulados anteriormente. Este é o segundo livro¹ editado pelo Comuni, o que mostra sua solidez enquanto grupo de pesquisa e sua preocupação em disponibilizar conhecimentos a título de subsídios à sociedade civil e para a construção de memórias da comunicação popular.

As abordagens dos diferentes capítulos da obra *Trilhas e Impactos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil* evidenciam que as lutas por cidadania comunicacional têm várias vertentes que percorrem trilhas diversas, mas que convergem no sentido do interesse em transformar as realidades injustas em favor do bem-estar dos segmentos populares que sofrem opressão e desigualdades advindas dos mecanismos de exclusão inerentes às contradições do modo de produção capitalista.

¹ O primeiro foi em 2015: PERUZZO, Cicilia M.K.; OTRE, Maria Alice C. (Org.). **Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil**. Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Editora Umesp, 2015. 736 p.

Na primeira parte, sob o título *Representações e visibilidades populares no espaço público e nas mídias digitais*, encontram-se capítulos que tratam de temáticas um pouco diversas entre si, mas que dizem respeito a busca por representação, visibilidade e participação no debate público de forças populares em torno de temas relacionados a direitos e ao exercício da cidadania. Há dois textos que discutem as alterações que o advento das novas tecnologias provoca nas práticas dos movimentos sociais, associações e coletivos populares, além de analisarem as estratégias e formas de empoderamento das mídias digitais. Outros dois capítulos abordam as grandes manifestações públicas de 2013 e de 2016 no espaço público e suas repercussões na internet, do ponto de vista político e das estratégias de comunicação. Um dos capítulos aponta caminhos metodológicos para a pesquisa sobre movimentos de protesto das redes digitais. Também se analisa a atuação da imprensa convencional na cobertura de período de estiagem no Nordeste. Tem um capítulo que trata das estratégias comunicacionais de instituição religiosa clássica na difusão de suas posições e valores na esfera pública mediática. Outro aborda como as perspectivas do desenvolvimento regional aparecem no âmbito do jornalismo local na era digital.

Na segunda parte, sob o título *Movimentos sociais, processos de comunicação e educação: a busca da cidadania*, encontramos resultados de pesquisas acerca de processos comunicacionais de diferentes movimentos sociais e organizações não governamentais. Um capítulo trata das reivindicações de movimento popular pelo direito de permanência nos terrenos destinados a serem invadidos por barragens. Outro aborda a luta pelo reconhecimento das identidades étnico raciais através do uso de mídias independentes próprias. Um terceiro capítulo mostra como as lutas de operários chegaram ao cinema alternativo. Em seguida, um capítulo reporta sobre o trabalho em prol da cidadania comunicativa de comunicadores populares atuantes em movimentos sociais, e o quinto analisa as práticas de uma experiência de rádio comunitária. Tem também dois que analisam experiências de mídia-educação na formação cidadã, um estuda um caso específico e o outro traz resultados de pesquisa abrangente sobre a presença da mídia nas ONGs brasileiras.

A terceira parte intitulada *Comunicação e culturas populares: entre tradições e inovações* reúne capítulos que dão conta de temas como a

memória histórica da comunicação popular no Brasil, a apropriação do hip hop por grupo de juventude indígena, a desenvoltura comunicativa de imigrantes como forma de preservação de identidades e de sobrevivência em novas realidades, e sobre as identidades culturais na cultura alimentar de comunidade quilombola. Traz também textos sobre o papel da juventude no contexto da luta pela terra, sobre a experiência de um movimento voltado à agricultura urbana agroecológica, além de capítulo que discute a visão de felicidade no contexto do trabalho em cooperativas cafezeiras, e outro que resgata as visões de emancipação cidadã a partir de figuras emblemáticas como Mahatma Gandhi, Martin Luther King e Nelson Mandela.

A última parte da obra recebe o título de *O popular e o comunitário na pesquisa em Comunicação: entre epistemologias e teorias* e traz contribuições no nível teórico. Um capítulo reporta o estudo dos fundamentos da pesquisa acadêmica de pós-graduação em Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil traçando um panorama dessa presença em determinado período e as linhas teóricas que se destacam na produção acadêmica. Outro capítulo ensaia uma teorização sobre a comunicação comunitária nesse novo tempo marcado pela internet com toda sua potencialidade de romper barreiras e criar ambientes comunicacionais. O último capítulo dessa parte analisa a práxis do Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária e Local (Comuni), contexto no qual foram alimentados vários debates teóricos no decorrer das pesquisas ora transformadas em capítulos que compõem esta coletânea. Essa análise também reporta uma perspectiva inovadora de um grupo de pesquisa que conjuga teoria e prática – pesquisa a comunicação popular, mas também põe seus pressupostos e valores na práxis cotidiana do grupo e na própria militância social. O Comuni, criado em 31 de maio de 2004 mediante registro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento (CNPq), torna-se assim um sinal de mudança na cultura acadêmica convencional, com a tendência à centralização da pesquisa a partir da tutoria de um líder, para tornar-se uma comunidade de investigação, ou seja, estabelece laços de cooperação com base em relacionamentos igualitários e troca de conhecimentos, preserva as afetividades, cultiva práticas auto gestionárias e, ao mesmo tempo, respeita as individualidades dando asas aos interesses de pesquisa de cada membro do grupo. Essas características, sua longevidade e a produção científica a ele relacionada, nessa subárea da

Comunicação, o fizeram merecer o Prêmio Luiz Beltrão 2020, na categoria grupo inovador, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Para encerrar essa introdução, pontuamos que a expressão *Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa* é empregada como uma categoria teórica abrangente, que também poderia ser sintetizada em Comunicação Popular. Ela serve para dar conta de uma leitura de conjunto de uma diversidade de manifestações comunicacionais populares, algumas com características específicas, especialmente nos âmbitos do comunitário e do alternativo, no universo da comunicação do contexto dos movimentos sociais, comunidades, associações e demais articulações e coletivos populares cívicos no nível da sociedade civil.

Essa perspectiva comunicacional relaciona-se com todo um “movimento” social que pratica a democratização da comunicação, e dos meios de comunicação, reivindicando políticas públicas condizentes e, simultaneamente, exercendo na prática o direito à comunicação.

Agradecemos à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) por possibilitar que o sonho de publicar o livro se tornasse realidade, com nosso reconhecimento por sua trajetória de referência na realização das funções de uma universidade pública: o ensino, a pesquisa e a extensão. Agradecemos também a Camila Escudero pela revisão inicial, ao Rodrigo Gabrioti pela incansável colaboração na revisão e edição dos textos, além dos contatos com os autores, e ao Orlando Berti pela editoração e mediação institucional na UESPI. Essa missão coletiva foi capaz de concretizar a publicação desta obra que vinha sendo idealizada há bastante tempo.

São Paulo (SP), 10 de junho de 2022.

PARTE 1 – REPRESENTAÇÕES E VISIBILIDADES POPULARES NO ESPAÇO PÚBLICO E NAS MÍDIAS DIGITAIS

Capítulo 1 – Mídias populares e assimetrias políticas na democracia brasileira em tempos de ruptura digital*

Ana Cristina Suzina

Introdução

Este artigo discute a potencial contribuição da incorporação de plataformas digitais em iniciativas de mídia, desenvolvidas por movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias no Brasil. A ruptura digital é entendida como um processo de longo prazo que transforma aspectos concretos das práticas de comunicação popular, mas também influencia a forma de apropriação e compreensão da mídia e de seu papel nas lutas sociais. A análise de 29 mídias, entre jornais, emissoras de rádio e agências de notícias, em seis estados brasileiros – Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará –, no contexto de minha pesquisa doutoral (Suzina, 2018), convida a olhar para além das desigualdades estruturais. A ruptura digital amplia as oportunidades de visibilidade e o alcance das mensagens desses grupos. A análise dos dados demonstrou, no entanto, que algumas vozes importam mais do que outras e revelou, portanto, a necessidade de se discutir representação, para além da visibilidade. Como um dos principais resultados da pesquisa, destaca-se a relevância das assimetrias políticas no contexto das lutas por justiça democrática.

Esse estudo buscou, ainda, contribuir para o debate sobre os períodos de latência dos movimentos sociais, fornecendo informações sobre o uso e o papel da mídia para além dos momentos de protestos e outras ações públicas visíveis. Os estudos de caso revelam como essas práticas midiáticas contribuem para construir a identidade ativista e coletiva das lutas bem como para manter conexões importantes dentro e fora dos grupos.

A partir das plataformas digitais, movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias reforçam sua capacidade de produzir dissonância, o

* Este texto constitui um resumo da tese doutoral *Popular media and political asymmetries in the Brazilian democracy in times of digital disruption* (Mídias populares e assimetrias políticas na democracia brasileira, em tempos de ruptura digital). A pesquisa foi realizada com o apoio da CAPES, sob orientação do Dr. Geoffrey Pleyers, e defendida em 12 de junho de 2018, na Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica.

que, neste estudo, é considerado como o primeiro e fundamental estágio da mudança social – e constitui o segundo achado mais importante da pesquisa. De modo geral, para todos os grupos, dissonância significa criar e circular narrativas alternativas que desafiem as visões de mundo dominantes. De modo particular, para uma parte deles, mais importante que isso, dissonância é também construir uma comunicação capaz de construir laços e promover a convivência. Essas perspectivas são abordadas sob as categorias de dissonância crítica e dissonância solidária. Os resultados da pesquisa levantaram uma questão urgente: o aumento do impacto das vozes dissonantes, viabilizado em grande parte pela evolução de tecnologias e culturas digitais, é um avanço a ser reconhecido. Para alcançar um estado de plena democracia, cada uma dessas vozes precisa ser aceita em sua capacidade de transformar a ordem social. Assim, sugere-se que é preciso falar de processos de comunicação capazes de gerar compromisso e solidariedade, estabelecendo um sentido claro para o que queremos dizer com “conexão” no contexto da democracia.

O texto é organizado em quatro seções principais que apresentam: enquadramento geral que guiou a aproximação com o campo de pesquisa; caracterização da metodologia empregada; indicação de generalização na forma como a pesquisa sobre comunicação popular pode contribuir para reflexões sobre o estado das democracias; e apanhado dos principais resultados, com breves sistematizações ao redor dos principais achados.

1 – Rumo a uma apropriação profunda da realidade social

“Tietê, Tietê, que de Salesópolis, Mogi, Itaquá, Poá, Aracaré sofre, assim como sofrem crianças, sofrem também adultos, educadores, comunidades, pássaros, árvores, desses e de outros lugares, seres vivos, similar ao rio, tiveram seus cursos e caminhos alterados, sem garantia de direitos, nem de rio, tão pouco humano e, hoje fadados à inconsciência e à desagregação, crianças tornam-se um pouco anfíbios a habitar sobre ou dentro das águas lágrimas degradadas de um rio.”

Trecho da crônica “Somos constituídos pelo território” (2014), escrita por Cometa.

Encontrei José Luis Adeve, conhecido como Cometa, em abril de 2014, na estação de trem para ir com ele ao bairro de São Miguel Paulista, zona

leste da cidade de São Paulo. Ele era coordenador do Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar. A ideia original era que eu não me perdesse no caminho, mas, na verdade, o encontro funcionou como uma introdução geral à situação histórica e geográfica da comunidade. Iniciamos a caminhada pelo bairro de 420.000 habitantes a partir da capela de São Miguel Arcanjo (1560), o edifício religioso mais antigo de São Paulo, que remete à história do assentamento estabelecido ali com indígenas Guaianazes e Jesuítas, estrategicamente localizado para defesa da então nova aldeia de São Paulo de Piratini. A história moderna do bairro foi influenciada por outra construção, parte de uma indústria química que, na década de 1940, atraiu um grande número de trabalhadores imigrantes nordestinos. A era dourada durou cerca de 40 anos, seguida de um declínio e uma fragilidade que perduram até hoje.

Cometa destacou um personagem central dessa história: o rio Tietê. Foi o motivo dos primeiros assentamentos, esteve fortemente presente na exploração industrial da região e é um elemento constante nos conflitos atuais. Parte da comunidade está situada no que deveria ser uma área natural protegida, o que dá aos administradores locais argumentos para não prover infraestrutura e serviços. Algumas ocupações se estendem até mesmo sobre o córrego Itaqueruna, que desagua no Tietê. Outra parte da comunidade está em uma área contaminada, abandonada pelas indústrias químicas. Enquanto isso, os rios mantêm seus ciclos, inundam casas e destroem vidas de tempos em tempos.

Segundo Cometa, o projeto local de comunicação comunitária se desenvolveu no marco de um processo de compreensão e aprimoramento da relação entre habitantes e território. Durante aquele passeio a pé, acima de tudo, ele estava me dizendo que não havia como entender o projeto de mídia popular sem andar pelo bairro e conhecer o rio, as ruas e as pessoas. Durante uma assembleia da comunidade realizada posteriormente, durante minha visita, visualizei bravos indígenas entre os atuais aguerridos residentes, brigando com os administradores locais por melhores condições de vida na vizinhança. Eu vi o rio em seus relatos sobre o que eles enfrentam toda vez que as águas sobem, trazendo ratos e poluição. Vi o abandono de uma terra superexplorada e também vi esperança. Iniciativas de mídia – dois jornais impressos, uma rádio de rua, algumas produções de vídeo e um projeto permanente de educação para a mídia – estavam em andamento para

enfrentar a desinformação e fortalecer a comunidade em sua relação com a administração local, mas, acima de tudo, para ajudar as pessoas a participarem como sujeitos plenos na comunidade e no contexto de toda a cidade.

Durante minha pesquisa de doutorado, viajei pelo Brasil para observar iniciativas de mídia popular como a que acabei de mencionar e conversar com comunicadores e comunicadoras que as lideram. Há muito tempo, eu queria saber o que as iniciativas neste campo têm em comum e o que é particular aos diversos contextos de um país tão grande, diverso e desigual como o Brasil. Como eu suspeitava, encontrei muita diversidade, mas há um aspecto comum que resume essas iniciativas. Trata-se de um desejo sincero de ajudar o/a outro/a, o/a que vem de fora, a experimentar um pouco de como é viver em cada um desses lugares. Viver, fazer a experiência, antes de comunicar, é a principal regra que norteia a mídia popular. É esse compromisso com a experiência vivida que comunicadores e comunicadoras populares exigem da mídia em geral.

Em um contexto fortemente influenciado pelo digital, em que a conectividade é uma ideia central, as práticas de mídia observadas apontam para a necessidade de dar um passo atrás para recuperar o real significado da conexão. Dominique Wolton (2005, p. 29) identifica a conectividade como o papel principal da comunicação e também sugere um paradoxo: estar conectado se torna a principal característica de uma sociedade individual de massa. Para ele, após o surgimento de uma sociedade mais democrática e moderna, os valores e os limites da comunicação foram postos à prova. “Informar, expressar-se, difundir não são mais suficientes para construir a comunicação” (WOLTON, 2005, p. 31).

Na tradição da comunicação popular, esses elementos da comunicação nunca foram suficientes por si só (Peruzzo, 1998; Gumucio-Dagron, 2014). Nessa escola de pensamento, produzir mídia só faz sentido no contexto de um processo em que haja troca entre quem produz e quem consome informação, incluindo uma frequente troca de posições entre produtores e consumidores. Produzir mídia, neste contexto, está mais relacionado à apropriação da realidade no sentido assinalado por John B. Thompson (1995), em que apropriação significa uma forma de compreensão e auto-compreensão. Produzir mídia é, assim, produzir o sentido de si mesmo no mundo e do mundo

em relação a si mesmo. Essa perspectiva ampliou os horizontes de minha pesquisa. O estudo partiu da análise e do redimensionamento do papel da mídia popular no desenvolvimento da democracia no Brasil, com atenção especial para a incorporação dos recursos digitais. Presumi inicialmente que problemas distributivos, como no conceito tridimensional de justiça social de Nancy Fraser (2010), principalmente relacionados às desigualdades socioeconômicas, inibiriam uma maior democratização da expressão. O estudo terminou com uma análise crítica, como a proposta por Wolton (2005), dos valores e limites da comunicação em geral em um mundo altamente digitalizado. Embora as questões distributivas estejam incluídas, é a questão da representação (Fraser, 2010) que emergiu com mais força, destacando o impacto das assimetrias políticas e apontando, conseqüentemente, um déficit democrático.

Esse déficit democrático não está relacionado apenas às condições estruturais de criação e desenvolvimento da mídia popular. Ele está associado à possibilidade de participação no processo de enquadramento social (Fraser, 2010) por meio dessas mídias. Comunicadores e comunicadoras que trabalham com mídias populares afirmam que uma apropriação profunda da diversidade da realidade é uma condição necessária para o alcance da justiça democrática. As práticas populares de apropriação da mídia impulsionam a ideia da comunicação como um processo de mediação (Martín-Barbero, 1987; Wolton, 2005), que pode criar ou melhorar a coexistência entre modos de ser e pensar já existentes ou emergentes na sociedade, ao mesmo tempo em que pode revelar as relações assimétricas de poder que inibem esta coexistência.

Cometa me apresentou um São Miguel Paulista para além do bairro distante e pobre descrito nas narrativas da grande mídia. Em Florânia, no Rio Grande do Norte, fui convidada a participar de uma festa rural onde pude conhecer quem escuta a rádio comunitária da cidade. Meus anfitriões me disseram que depois de entrevistar comunicadores e comunicadoras, esse contato me ajudaria a entender o quadro geral com mais clareza. No acampamento do MST Herdeiros da Terra, no Paraná, comi arroz com feijão com companheiros e companheiras do movimento e pude entender melhor como eles vivem. Em Santarém, no Pará, antes de pensar em qualquer entrevista, Edilberto Sena, coordenador da Rede de Notícias da Amazônia, me levou para ver o que os governadores têm feito que pode colocar em perigo

para sempre as pessoas e a natureza da região. Dona Zenaide, moradora de São Pedro de Arapiuns, me fez caminhar por essa comunidade ribeirinha da Amazônia, para me falar da beleza e das mudanças ao longo do tempo. Todos esses convites expressaram o que comunicadores e comunicadoras argumentaram nas entrevistas: um projeto de mídia genuíno deve conectar-se com as pessoas e com a experiência de viver em cada lugar.

É particularmente interessante que minha pesquisa de doutorado tenha começado em 2013, aquele ano emblemático em que milhões de brasileiros foram às ruas protestar contra quase tudo, inclusive o sistema de mídia. As práticas de mídia que surgiram, a partir daquele momento, também compartilhavam essa característica de se comprometer a ir ao encontro do outro e reportar desde as ruas - não sobre as ruas. Duas dessas iniciativas foram incluídas entre os estudos de caso e, embora diferentes em seus métodos, se assemelham às demais na busca de conectividade como aquilo que dá sentido ao seu trabalho.

2 – Metodologia

Minha pesquisa de doutorado interrogou o caráter político das práticas midiáticas de movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias, no Brasil, levando em consideração o impacto da introdução de recursos digitais em cada uma delas e no seu conjunto. A partir da análise de 29 mídias populares, em todo o país, a tese discute porque diferentes atores sociais escolheram a esfera midiática como uma arena de luta social. O estudo examina as estratégias e práticas midiáticas dentro dos grupos e na relação deles com a sociedade. Eu parti do pressuposto que essas mídias, por causa da busca por visibilidade e publicidade, desempenham um papel central nas lutas por significados e que estas se transformam pela apropriação dos recursos digitais. De maneira geral, o estudo busca demonstrar como a mídia popular constitui um estudo de caso relevante no debate sobre as assimetrias políticas na sociedade brasileira.

As 29 mídias incluídas no estudo estão vinculadas a 17 grupos sociais distintos, atuantes em seis estados brasileiros – Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará (*Quadro 1*). A abordagem aos casos foi feita, principalmente, durante três visitas de campo, em outubro-novembro/2013, abril-maio/2014 e outubro-dezembro/2015, configurando uma

pesquisa multissituada (Herriott & Firestone, 1983). Nelas, as práticas midiáticas foram observadas e foram realizadas entrevistas com 55 comunicadores/as, valendo-se, predominantemente, de uma abordagem indutiva (Kaufmann, 1996).

Esses/as comunicadores/as, envolvidos/as com a gestão e o desenvolvimento das mídias, foram tomados/as como informantes privilegiados/as na pesquisa, por serem considerados/as agentes estratégicos na escolha e na própria priorização do uso da comunicação no repertório de lutas sociais (Bona, 2008).

As mídias analisadas foram organizadas em três grupos, como casos principais, intermediários e secundários. Os principais foram abordados mais de uma vez. Os demais cumpriram papéis diferentes na saturação dos dados levantados no decorrer da pesquisa.

A evolução de suas estratégias e posicionamentos ainda foi acompanhada por meio de suas atividades em redes sociais. As conclusões foram orientadas pela identificação e análise dos “tópicos translocais” (Hannerz, 2003), quer dizer, dos elementos comuns que conectam as diferentes experiências e permitem prospectar desafios e soluções transversais que, por um lado, influenciam a prática e a concepção da comunicação popular em todo o Brasil, e por outro, tornam essas práticas um indicador da natureza e da qualidade da democracia no país.

Quadro 1 – Mídias Analisadas

Mídia	Organização
Casos Principais	
1. Jornal Sem Terra 2. Jornal Brasil de Fato* 3. Centro Popular de Mídias* 4. Jornal Terra Vermelha 5. Rádio Conquista 6. Página do Facebook Herdeiros da Terra	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST <i>* O MST é um dos movimentos participantes do jornal Brasil de Fato e do network Centro Popular de Mídias</i>
7. Mídia Ninja	Coletivo Fora do Eixo
8. Rádio Nova Paraisópolis 9. Jornal Espaço do Povo*	Associação de Moradores de Paraisópolis <i>* O jornal Espaço do Povo é um jornal independente, porém apoiado pela associação comunitária</i>

Trilhas e impactos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil

10. Jornal Fala, Mãe Luiza	Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição
11. Coletivo Nigéria	Nigéria Filmes
12. 15 estações de rádio locais	Rede de Notícias da Amazônia
13. Rede Mocoronga 14. Rádio Floresta 15. Blog de São Pedro 16. Rádio Bem-te-vi	Projeto Saúde e Alegria
17. Jornal Folha do Sabará	Comunidade Sabará
Casos Intermediários	
18. Jornal de Chiador	Associação de Moradores de Chiador
19. Rádio Ibiapina	Associação de Moradores de Florânia
20. Rádio FM Casa Grande 21. TV Sem Canal	Fundação Casa Grande
22. Jornal A voz do Lapenna 23. Jornal Mundo Jovem Comunica	Núcleo de Comunicação Comunitária São Miguel no Ar (Fundação Tide Setubal)
24. Rádio Lago	Comunidade do Lago Grande do Curuai
25. TV do Bem	Casa do Bem
Casos Paralelos	
26. Agência de Notícias das Periferias	Mural (Folha de São Paulo)
27. Énois	Énois Inteligência Jovem
28. Escola de Notícias	Escola de Notícias
29. Escola de Comunicação Popular	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – Cefuria (<i>* Cefuria é uma das organizações gestoras deste programa</i>)

Fonte: Elaboração da Autora

Os estudos de caso compartilham três características principais. Primeiro, eles estão todos vinculados a grupos que travam lutas sociais. Essas mídias estão, portanto, incluídas em estratégias mais amplas de movimentos sociais, ONGs ou associações comunitárias, em suas buscas por transformações nas condições de vida de uma população específica. Dois grupos, Mídia Ninja e Coletivo Nigéria, não cumprem totalmente este critério.

São iniciativas midiáticas independentes, mas definem sua ação como articulada aos movimentos sociais e se constituem em casos relevantes para explorar novas formas de apropriação midiática com objetivos de mudança social. Os estudos de caso paralelos também não seguiram necessariamente esses critérios, pois seus papéis na pesquisa foram fornecer elementos para problematizar os aspectos observados nos estudos de caso principais.

Em segundo lugar, todos os estudos de caso estão situados em zonas periféricas do país ou de suas respectivas cidades. O conceito de periferia, aqui, pode ter um significado literal e simbólico. Às vezes, refere-se a grupos que estão situados em áreas geograficamente remotas, mas também pode se referir a comunidades desfavorecidas e às condições socioeconômicas de marginalização. Em terceiro lugar, todos os 29 estudos de caso constituem iniciativas “de longo prazo”, o que significa que todos são mídias criadas para durar – em oposição às estratégias de mídia desenvolvidas em torno de uma mobilização específica, previstas para desaparecer ao fim dessa mobilização.

Dois razões principais justificam a análise conjunta dessas iniciativas. A primeira é que essa análise combinada permite revelar padrões compartilhados que favorecem ou inibem a inclusão de uma diversidade de vozes no debate público. Identificar as limitações impostas a todos esses grupos quanto à “paridade de participação” (Fraser, 2003; 2010) permite discutir a questão das assimetrias políticas para além da hipótese de obstáculos estruturais ou geográficos excludentes.

Essas mídias são projetadas para atender às necessidades de expressão e representação negadas pelo sistema de comunicação em vigor. Elas enfrentam uma combinação profunda de questões de redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2003), sendo ambos fatores determinantes de fragilidade. A falta de recursos – como licenças, infraestrutura, equipamentos, pessoas, fontes de financiamento etc. – produz tanto dificuldades de expressão quanto de acesso a informações tidas como valiosas. Mas, para Fraser (2010), a paridade de participação depende de algo mais do que redistribuição e reconhecimento. Ela define a representação como uma categoria para discutir as assimetrias políticas e como uma condição para alcançar a justiça social. Nesse debate, a autora chama atenção para o processo de enquadramento (*frame-designing process*). Segundo ela, o “quem” e o “o quê” da justiça social são definidos por meio de um

enquadramento. “Como” esse enquadramento é definido torna-se a questão essencial para desafiar as estruturas que produzem injustiça. A identificação do meta-nível de representação leva a um debate em torno dos fundamentos da democracia.

A segunda razão para analisar essas iniciativas em conjunto é que tal exercício permite o desenvolvimento do conceito de “movimento de mídia” (Waisbord, 2008; Segura & Waisbord, 2016) com foco específico no direito de comunicar e mais amplamente na melhoria da democracia. Essa atitude significa entender a mídia como uma arena de luta e consolidar o movimento de mídia como “a luta pelo espaço de outras lutas”, como definiu Yargo Gurjão, jornalista do Coletivo Nigéria, em entrevista concedida para esta pesquisa em novembro de 2015.

Em geral, essa pesquisa se filia à escola latino-americana dos estudos de comunicação popular, desenvolvidos por estudiosos como Mario Kaplun, Cicilia Peruzzo, Jorge Gonzalez, entre outros. Trata-se também de uma abordagem que dialoga com a corrente internacional da Comunicação para a Mudança Social que tem entre seus estudiosos referenciais Thomas Tufte, Alfonso Gumucio-Dagrón, Jo Tacchi, entre outros. Em uma sociedade midiaticizada e em rede, como os casos observados demonstram, essas correntes teóricas sugerem que a mudança social requer mais do que desenvolvimentos tecnológicos. Elas destacam o espírito de comunidade, a abordagem de-baixo-para-cima, como forma de dialogar e reconhecer o valor de cada ser humano e de cada experiência como parte de um compromisso com a emancipação de cada indivíduo e da coletividade. Buscou destacar, particularmente, como os pilares conceituais dos estudos de comunicação popular ganham relevância e podem fornecer elementos para discutir a paridade de participação nas democracias no contexto digital.

3 – Do estabelecimento da conexão à definição de uma questão democrática (global)

Este artigo discute os principais resultados de minha pesquisa de Doutorado (Suzina, 2018), entre eles, duas questões essenciais, que foram levantadas já na etapa exploratória do estudo, concentrada na primeira etapa da pesquisa de campo (Suzina, 2015), a saber: a genuína conexão com as realidades sociais, e o respeito aos diversos modos de ser e pensar como

princípios intelectuais e afetivos da mídia popular. Alguns dos primeiros comunicadores e comunicadoras populares entrevistados insistiram na ideia de “ver e ser visto” como o sentido de suas incursões midiáticas. Eles/as falavam de algo mais do que buscar visibilidade, pois, esse objetivo costumava estar atrelado à crítica à homogeneidade e aos estereótipos veiculados pela grande mídia sobre grupos sociais e visões de mundo.

Por um lado, observa-se a compreensão da conectividade como o estabelecimento de práticas midiáticas envolvendo um diálogo permanente entre produtores e destinatários, seus territórios e seus conflitos, seus pensamentos e suas experiências, tomando os estudos de comunicação popular como enquadramento teórico referencial. Por outro lado, a falta de conectividade também foi observada como uma crítica frequentemente dirigida às práticas usuais da mídia hegemônica e que justificava a apropriação popular da mídia. Ambas as ideias estavam fortemente ligadas à determinação de ser visível. O conceito de representação, tal como apresentado nas obras de Nancy Fraser (2003; 2010) e de Luis Felipe Miguel (2012; 2014), permitiu compreender que a maneira como as ideias e os indivíduos ou coletivos são representados – pelas mídias, no contexto desta pesquisa – influencia a definição do enquadramento (Fraser, 2010), ou seja, a forma como um contrato social é estabelecido e reproduzido ou alterado. A partir dessas reflexões, foi possível observar a comunicação e as mídias como grandes fatores de (des)agregação na atual ordem social, com especial atenção para o contexto de evolução digital.

Essas reflexões sugerem que um grande desafio, nas democracias contemporâneas, é o estabelecimento de uma esfera pública mais aberta e acessível aos grupos desfavorecidos porque, por um lado, os meios de comunicação reforçam ou mesmo produzem lacunas e a fragmentação da esfera pública. Por outro lado, sua apropriação, por movimentos sociais e pela sociedade civil em geral, promove conexões que podem incluir populações marginalizadas, resgata o caráter público de determinadas questões e estimula o diálogo entre diferentes grupos sociais. A ruptura digital trouxe muitas suposições otimistas para este campo (Cardon, 2010; Castells, 2013), mas, ainda que o uso de recursos digitais permita superar alguns obstáculos, todas as assimetrias não desaparecem com a simples ampliação do acesso à Internet.

Assim, a distribuição desigual de canais de comunicação, somada à diversidade da falta de recursos e em associação a dinâmicas sociais que tornam algumas vozes mais legítimas do que outras (Bourdieu, 1979; Honneth, 1995; Couldry, 2010), institui uma relação assimétrica entre atores sociais. A reivindicação compartilhada pelos comunicadores populares por mais espaço para suas “visões”, “identidades” e “culturas” como determinação a “ver e ser visto como quem são”, está relacionada a ter voz no debate em torno dos arranjos sociais. Desta forma, as desigualdades, na esfera midiática, constituem assimetrias políticas que violam os princípios democráticos de participação e contestação (Dahl, 2001).

Fraser (2010) não aprofunda uma definição própria de assimetrias políticas. Ela as toma como a questão fundadora do problema da representação, definida como o terceiro pilar de sua teoria da justiça social, assim como as desigualdades econômicas estão por trás do pilar da redistribuição e as desigualdades culturais, por trás do pilar do reconhecimento. Nesta discussão, eu defino assimetrias políticas como a capacidade desigual para criar e contestar “regimes de significação” (Hall, 2013), ou seja, uma condição associada ao poder e à legitimidade de significar as coisas.

Luis Felipe Miguel (2012) argumenta que a representação e a legitimidade não devem ser tomadas como certas em nenhuma democracia. Além disso, o autor defende que a presença legítima de diferentes discursos no debate público não deve deixar de lado questões importantes que incluem, por exemplo, por quanto tempo esses discursos são representativos, quem eles representam e qual a disponibilidade de recursos de cada ator para participar da luta pela representatividade discursiva.

Esta abordagem posiciona a mídia como intermediária central na esfera pública (François & Neveu, 1999), pois ela produz a visibilidade necessária para tornar coisas públicas - no sentido de comum, compartilhado, como entende Martin Barbero (2001). No caso brasileiro, as dificuldades enfrentadas por um grande número de grupos sociais para se comunicar e intervir no debate público, como atores legítimos, em um estado de paridade de participação, revelam que as desigualdades na esfera midiática constituem faces de uma democracia assimétrica. Assim, movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias desempenham um papel central ao lutar contra

esses limites e desafiar o processo de definição de enquadramento e de construção de significados.

A seguir, são apresentados os principais achados da pesquisa.

3.1 – A questão da conectividade

Na era digital em que a conectividade é um conceito mestre, as práticas populares de mídia apontam para a necessidade de recuperar o real significado da conexão. Produzir mídia, nesse contexto, está mais relacionado a se apropriar da realidade e, portanto, a produzir o sentido de si no mundo e do mundo em relação a si mesmo. Esta questão é abordada principalmente em discussão com as perspectivas de Dominique Wolton (2005), Jürgen Habermas (2006), John B. Thompson (1995) e com princípios participativos da comunicação popular (Peruzzo, 1998; 2014; Tufte, 2017). Sob o impacto da ruptura digital, um dos mais fortes padrões observados entre os estudos de caso foi o uso generalizado de tecnologias digitais – somente uma das 19 mídias não utilizava nenhum recurso digital à época de realização do estudo. Por outro lado, observou-se, em paralelo, uma alta prevalência do emprego de tecnologias analógicas nessas mesmas iniciativas – por exemplo, jornais comunitários impressos ou rádios-poste. Nesse debate, além de discutir o acesso às tecnologias digitais no contexto de concentração da propriedade dos meios de comunicação, me associo às críticas ao determinismo tecnológico (Tacchi, 2017), pois, apesar do uso ampliado, os graus de apropriação observados foram muito diversos. A análise empírica sugere uma variedade de práticas intimamente relacionadas às condições sociais, bem como a propósitos estratégicos e políticos. Essa variação deve ser analisada por pelo menos duas perspectivas. A primeira é a das desigualdades, que significa uma permanência das questões distributivas sob uma nova máscara de acesso ampliado (Mastrini & Becerra, 2011; UNESCO, 2014). A segunda se refere à necessidade de compreensão dos contextos que podem levar a escolhas tecnológicas menos sofisticadas, porém, mais eficientes para fins de mudança social. Ambas as perspectivas são necessárias para lidar conceitualmente e de forma prática com a questão das assimetrias políticas. Unindo as perspectivas do pensamento crítico, eu descrevo a ruptura digital como um recurso potencialmente benéfico para processos de mudança social,

cuja eficiência depende de transformações estruturais maiores no acesso à produção e ao consumo de informação.

A compreensão da ruptura digital, no contexto da mídia popular, requer categorias analíticas que se adaptem melhor ao uso crescente de tecnologias digitais, mesmo em zonas remotas e desconectadas do país. O aspecto tecnológico deve ser entendido junto com os aspectos políticos, sociais e culturais no âmbito de uma dinâmica de longo prazo, incorporada a outras dinâmicas sociais, em um processo de fertilização cruzada.

3.2 – Ruptura digital e lógica de mídia

As tecnologias digitais trouxeram uma mudança cultural. Neste sentido, o termo ruptura digital sugere um processo que muda as práticas a longo prazo, tanto por transformações concretas na disponibilidade de recursos quanto por modificações nas formas como as mídias – mesmo as analógicas – são apropriadas e desenvolvidas. A questão é como as tecnologias de informação e comunicação estão mudando as práticas de comunicação relacionadas aos processos de mudança social em geral. Tendo em vista o debate atual sobre todo o conceito de mediação, a noção de “lógica de mídia” (Lundby, 2009) é muito útil para apreender a dimensão cultural da incorporação de recursos digitais. Aspectos como a agilidade, a formulação de textos curtos e segmentados, a predominância do uso de imagens, entre outros, são profundamente alterados pela cultura digital, que se transfere para a maneira como mídias analógicas são criadas e geridas. Assim, o digital pode ser analisado como uma cultura que afeta a forma de fazer comunicação e mídia, independentemente da plataforma tecnológica adotada. É necessário olhar para além da exclusão digital, o que significa reconhecer que políticas distributivas isoladas podem terminar impedindo ou dificultando o aprimoramento da democracia sob a ideia (ilusão?) de revolução digital. Além disso, é importante ponderar o caráter dialógico das tecnologias digitais e discutir como elas contribuem para o reconhecimento de todas as vozes no debate público (Cardon, 2010; Couldry, 2010; Peruzzo, 2017).

Em resumo, a ruptura digital não é uma resposta em si. Há quem pense que a ampliação de canais de informação e comunicação consiste em uma ampliação automática da cultura democrática. Algumas abordagens ao uso de telefones celulares em protestos, por exemplo, vão nessa direção. As

desigualdades estruturais não impedem totalmente a incorporação das tecnologias digitais, mas produzem uma efetiva mudança cultural na forma de fazer comunicação. Isso não significa, porém, que haja necessariamente mais capacidade de produzir transformação. Se as questões de distribuição e reconhecimento não forem resolvidas, a ruptura digital não pode solucionar a questão da representação - trabalhando com os três pilares da justiça social, segundo Fraser (2010). A evolução digital sobreposta a uma situação de desigualdade pode, ao contrário, produzir condições para o aprofundamento das assimetrias políticas e, conseqüentemente, do déficit democrático.

3.3 – Das desigualdades na esfera midiática a democracia assimétrica

Na tese, as desigualdades na mídia são apresentadas como elementos fundamentais de uma democracia assimétrica, com base no caso da esfera midiática brasileira, destacando questões como a concentração da propriedade da mídia e a (des)legitimação das mídias populares. Esses problemas estão relacionados à composição da esfera pública como arena de debate e definição de arranjos sociais. Seguindo a tradição habermasiana (Habermas, 2006; 1992; Fraser, 1992; Calhoun, 1992; François & Neveu, 1999), desde que a esfera pública seja entendida como uma arena estratégica ou principal para a troca de ideias e a emergência de opinião qualificada, construídas sobre atos de fala, questões de concentração prejudicam as condições de fala e questões de legitimidade tornam-se barreiras de segregação (Honneth, 2011; 1995; Bourdieu, 1979).

A questão da concentração (Lima & Lopes, 2007; Mastrini & Becerra, 2011) foi regularmente mencionada durante a pesquisa de campo, ora como um contexto, ora como um tema de luta. Independentemente da conotação ideológica, esteve presente em todas as narrativas que relataram as dificuldades para conseguir uma licença e desenvolver um meio audiovisual diante das atuais legislações e políticas brasileiras. Uma seção da tese discute, ainda, as condições para falar (ou a falta delas), vinculando o quadro geral de concentração da mídia no país com as narrativas coletadas no campo, demonstrando a recorrência histórica desse problema.

A tese também contribui para o debate sobre a legitimidade dos falantes (Fraser, 1992; François & Neveu, 1999; Ferron, Harvey, & Trédan, 2015), a partir de uma discussão sobre a inclusão de contrapúblicos (Fraser,

1992) no debate, que destaca que as leis que estabelecem a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão não são suficientes para quebrar a dinâmica da segregação. A mídia popular ainda é regularmente retratada com desconfiança, como amadora ou militante, em comparação com os padrões normativos do jornalismo. A observação dos estudos de caso mostra, entretanto, que as estratégias de conveniência também podem levar ao reconhecimento de sua importância de acordo com os interesses de atores poderosos. Essas dinâmicas tornam-se, então, exemplos concretos de assimetrias políticas, à medida que inibem a paridade de participação no debate público.

3.4 – A limitação do modelo deliberativo

O que se propõe, nesta discussão, vai além da reflexão sobre o modelo deliberativo de discurso público, pois, demonstra a necessidade não apenas de oportunidades de acesso à informação e de expressão, mas também de igualdade de condições na inclusão no processo democrático. Os recursos digitais podem constituir um importante desenvolvimento tecnológico – como outros no passado – e abrir oportunidades, mas sua relevância para o combate às assimetrias políticas depende de intervenções que possibilitem mudar e (re)equilibrar as relações de poder na sociedade. O modelo deliberativo é abordado criticamente com contribuição de autores como Luis Felipe Miguel (2014), Iris Marion Young (1990; 2000; 2001) e Jodi Dean, com sua noção de capitalismo comunicativo (Dean, 2005).

3.5 – Ver e ser visto: concepções e questões de representação na mídia popular

O conceito de assimetrias políticas emergiu no contexto de minha pesquisa, associado ao debate em torno das concepções de representação (Fraser, 2010; 2003; Miguel, 2014; 2012; Hall, 2013). Afirimo que a assimetria política significa aprofundamento conceitual e concreto das desigualdades socioeconômicas. Porque a assimetria política determina que o indivíduo ou grupo que sofre seus efeitos não tem permissão ou condição para discutir e participar de decisões importantes sobre sua vida ou sobre a própria situação de desigualdade em que vive. Mesmo quando há (re)distribuição de recursos

quais sejam, isso é algo decidido por outros, de acordo com parâmetros externos do que é bom e importante.

O conceito de representação é dissociado da ideia de representação associada aos processos eleitorais e de governo, e articulado com a questão das perspectivas sociais (Young, 2000; 1990) para, em seguida, ser problematizado em relação às desigualdades socioeconômicas. O objetivo é evidenciar a compreensão da representação como um processo baseado na expressão de pontos de vista intimamente ligados às experiências de vida. A questão das desigualdades socioeconômicas surge como uma limitação da capacidade de expressão, que interfere no reconhecimento da legitimidade de práticas e perspectivas. Isso se dá tanto como referência interna - quando justifica modos de vida para grupos particulares, fortalecendo pertencimento e identidades - quanto como referência externa - quando reconhece o valor desses modos de vida como modelos potenciais para orientar a sociedade como um todo.

O conceito de assimetria política emerge dessas discussões trazendo à tona a relevância da paridade de participação (Fraser, 2010) para alcançar a justiça social e melhorar a natureza da democracia. O papel da comunicação e dos processos de mídia (Thompson, 1995) é apresentado como parte do debate em diálogo com a teoria e com a observação das experiências de mídia popular analisadas.

3.6 – A promessa da mídia popular: a dissonância solidária

Ao discutir a questão da participação em iniciativas de mídia popular, em tempos de ruptura digital, o debate envolve, por um lado, a análise da incorporação das tecnologias digitais para viabilizar ou ampliar a participação propriamente dita nas mídias populares (Barranquero & Sáez Baeza, 2010; Gumucio-Dagron, 2014) e, por outro lado, a reflexão sobre a relação entre participação e construção de perspectivas coletivas (Miguel, 2012). É um debate duplo, pois discute o quanto uma iniciativa popular de mídia se baseia em um processo coletivo e é capaz de representar seus resultados. A ruptura digital desempenha um papel importante nesta reflexão porque aumenta as oportunidades para os cidadãos, individualmente, expressarem suas vozes por meio de diferentes plataformas virtuais (Cardon, 2010; Castells, 2013). Embora

se reconheça esse avanço, o debate em torno da participação e da construção de coletividade requer atenção específica.

Entre os aspectos frequentes observados em estudos sobre mídias populares (ver Suzina, 2021), a busca pela participação está associada a um processo de emancipação (Freire, 2017), em que o diálogo entre os indivíduos lhes proporciona condições para se posicionarem melhor no mundo, bem como para se apropriarem de suas próprias identidades, de seus direitos, e se engajarem em lutas para realizá-los. Nas sociedades em rede, pode haver uma falsa percepção de participação, que não inclui necessariamente o diálogo e a negociação em torno da definição e transformação de significados (Carpentier, 2012; Dean, 2005). Neste sentido, o recurso ao digital que pode favorecer as práticas populares de mídia, por conta do acesso, pode igualmente prejudicá-las. A luta pela representação, reivindicada por comunicadores e comunicadoras populares, segundo observado nesta pesquisa, envolve esforços para construção ou conservação de processos coletivos.

Essas reflexões levam a um debate sobre os efeitos esperados e potenciais da mídia nos processos de mudança social. Na discussão sobre a representação e sua relação com o que eu defino como democracia assimétrica, a maioria dos comunicadores e comunicadoras participantes desta pesquisa justifica suas práticas populares na mídia pela necessidade de melhor representar suas identidades e questões que afetam suas vidas e de suas comunidades, o que teria impacto na paridade de participação (Fraser, 2010; 2003), tida como um dos principais valores da justiça democrática.

Neste sentido, a análise enfoca no que esses mesmos comunicadores e comunicadoras consideram ser sua contribuição potencial para produzir mudanças sociais no contexto de uma democracia assimétrica. A maioria acredita em alguma forma de conscientização produzida a partir da disseminação e uso da informação, o que eu discuto a partir do conceito de dissonância (Festinger, 1962; Miguel, 2014). Mesmo mantendo a análise crítica em relação aos avanços tecnológicos na área, o potencial de criação de dissonância pode ser o aspecto mais afetado positivamente pela ruptura digital (Miguel, 2014; Downing, 2016).

Porém, a dissonância pode ser criada por qualquer ator social com qualquer propósito – e isto aparece como reivindicação central entre os que

defendem o desenvolvimento de tecnologias digitais (Cervera-Marzal, 2019). Aqui, se busca distinguir o tipo de dissonância proposta pela mídia popular. Em primeiro lugar, existe uma dissonância crítica, relacionada a uma grande oferta de fontes diversificadas de informação e perspectivas para a sociedade (Nardi & O'Day, 2000; Müller, 2014).

A ruptura digital desempenha um papel importante neste contexto. No entanto, ao defender que as mídias populares buscam algo mais do que visibilidade, é possível avançar uma noção de dissonância solidária, a partir de um sentido político da solidariedade (Vasiljević, 2016; Sousa Santos, 2007; Fornet-Betancourt, 2001).

A combinação dos dois tipos de dissonância é a potencial contribuição dessas iniciativas para resolver o problema das assimetrias políticas e construir a justiça democrática.

Em resumo, o aumento na circulação de informações por si só pode não resolver os problemas democráticos – na verdade, pode agravar alguns deles. A análise dos estudos de caso sugere a necessidade de desafiar a dominação cognitiva (Sousa Santos, 2019).

Os meios de comunicação populares têm papel utópico de produzir tipo de informação que desencadeia solidariedade entre as pessoas, evidenciando a importância e o direito à diversidade, bem como fazendo a ponte entre os diferentes grupos sociais. Essa análise confirma que o processo de comunicação prevalece sobre o midiático (informativo) como o aspecto mais importante das práticas populares.

3.7 – Comunicação e mídia como arenas de luta social

A questão da midiatização deve ser analisada pela lente da incorporação crescente de tecnologias na luta social, mas, principalmente, pela lente da luta em torno das relações de dominação, considerando que a exposição à informação mediada se torna cada vez mais importante na definição das estruturas sociais. Esse debate dialoga com as definições de midiatização Krotz (2007) e Krotz & Hepp (2011), mas envolve principalmente a perspectiva crítica de Couldry (2008) e a ideia de “lógica de mídia” (Lundby, 2009). Significa, portanto, que é importante entender a midiatização dentro da luta social, para além do uso da mídia como ferramentas ou dispositivos técnico-tecnológicos.

A reflexão se associa à proposta de Silvio Waisbord e Maria Soledad Segura (Waisbord, 2008; Segura & Waisbord, 2016) de falar sobre um “movimento de mídia” (media movements), no sentido de uma reivindicação transversal em diversas lutas sociais pelo reconhecimento de vozes dissonantes no debate que define a ordem social, ou seja, no processo de enquadramento (frame-design) (Fraser, 2010). O debate coloca o processo de construção de significado (Hall, 2013) no centro do processo de mudança social.

Não há determinismo quanto ao uso da mídia ou à incorporação de uma lógica midiática como impulso direto para a mudança social. Essa é uma questão que deve ser enfrentada, mas também desafiada. Nesse sentido, falar de um movimento comunicacional (Tufte, 2017) parece bastante coerente, associando a lógica midiática a uma perspectiva de emancipação que está no cerne do conceito de comunicação, segundo a tradição da comunicação popular (Suzina, 2021; Flores-Márquez, 2021). Trata-se de uma luta pela comunicação para além da informação, buscando conexão, diálogo e troca entre diferentes grupos, e superando o mecanismo capitalista de circulação de informação.

Aprofundando esta problemática, a dimensão política se torna clara quando a comunicação é entendida como ação (Wolton, 2005; Cefaï, 1996). É nela em que as desigualdades se convertem em assimetrias políticas. Grupos cujas vozes são limitadas ou diretamente excluídas perdem seu lugar nas relações de sociabilidade e também sua agência, condições que são críticas na constituição dos problemas públicos e, em geral, da ordem social. A apropriação dos meios de comunicação torna-se, portanto, uma ação política de enfrentamento das assimetrias e busca por algo além da expressão.

Neste debate, as discussões estão centradas na relação entre mídia e lutas sociais (Couldry & Rodriguez, 2016), focando principalmente na apropriação da mídia (Thompson, 1995) no contexto de desenvolvimento de ações em busca de mudança social (Tufte, 2017; Peruzzo, 1998). O interesse de reunir na mesma amostra, iniciativas ligadas a movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias fica mais claro neste ponto em que seus padrões compartilhados apontam para estratégias que buscam a representação como forma de mudar a ordem política geral. Observadas juntas, elas constituem um movimento de mídia (Waisbord, 2008; Segura & Waisbord, 2016). Na tese,

argumento que o debate sobre a mídia como objeto pleno de luta é importante por dois motivos. O primeiro é que a identificação de um movimento coeso permite uma análise mais profunda da crescente influência da lógica de mídia sobre a racionalidade das lutas sociais. Nesse mesmo sentido, a segunda razão é que observar essas práticas sob essa perspectiva permite ir além da ideia de mídia como ferramenta, para observá-la como componente da mudança social.

Na tese, esta análise está organizada em duas seções principais, referentes às relações intrapúblicas e interpúblicas. As relações intra-públicas dizem respeito ao uso da mídia para constituir ou fortalecer contrapúblicos (Fraser, 1992). Concretamente, trata-se de uma discussão sobre como o uso da mídia popular está associado à identificação e consolidação das subjetividades, como plataforma fundamental para a integração social (Paiva, 1998). A dimensão interpública é observada sob a ótica da capacidade de intervenção no debate público. O trabalho de constituição de subjetividades está associado à consolidação de perspectivas sociais que consecutivamente podem disputar com as perspectivas hegemônicas um lugar na definição da ordem social.

O debate leva a uma discussão sobre a constituição da esfera midiática como arena de lutas, enquanto a disputa por narrativas e significados surge como aspecto central das democracias modernas (Cefai, 1996; Hall, 2013). A possível contribuição dos processos de midiatização não advém do aumento do número de produtores de conteúdo, mas da possibilidade de expressão e legitimação de vozes até então marginalizadas. Por fim, há uma distinção entre visibilidade, expressão e representação que merece atenção, ao mesmo tempo que fornece uma visão profunda sobre a relevância desse tipo de operação como mecanismo de mudança social.

Considerações finais

As questões relacionadas com a mídia estão no centro do debate democrático nas sociedades contemporâneas. O estudo das mídias populares, em particular, fornece um rico relato das questões relativas à paridade de participação e, portanto, constitui um campo interessante e adequado para avançar reflexões sobre justiça democrática. A mídia popular associa elementos de distribuição e reconhecimento e permite análises mesmo quando

essas questões estão relativamente ou completamente resolvidas. As condições estruturais (questões redistributivas) não podem ser ignoradas nos casos observados nesta pesquisa. Elas configuram desigualdades na mídia e uma luta em si. No Brasil, muitos movimentos lutam por redistribuição e reconhecimento na mídia, exigindo condições mais acessíveis e melhores leis para criar e manter mídias populares. Além disso, a luta pela paridade de participação na esfera midiática constitui uma questão central em cada campo específico da luta social.

A reflexão destaca a importância de migrar do conceito de justiça social para o de justiça democrática, a fim de aprofundar o debate sobre a forma como diferentes perspectivas sociais passam a ser representadas e incluídas na reconfiguração permanente do contrato social. Discutir a justiça democrática inclui, por um lado, uma análise sobre quais vozes são levadas em consideração na definição das questões públicas e suas soluções. Por outro lado, permite observar o equilíbrio de poder entre essas vozes e como as percepções coletivas surgem e influenciam a constituição e a evolução das questões públicas.

Em particular, a observação das mídias populares corrobora o caráter político da justiça democrática. Ligadas a atores sociais marginalizados - movimentos sociais, associações comunitárias etc. -, essas iniciativas empreendem lutas em torno da representação desses grupos e suas perspectivas no debate público. Elas demonstram como sociedades altamente midiáticas configuram uma arena de disputas permanentes por significados, entendida como o material central a partir do qual as decisões democráticas são tomadas. Nesse sentido, deficiências no processo de definir, reproduzir e desafiar significados revelam o quão assimétrica uma democracia pode ser.

Avançar da justiça social para a justiça democrática leva a pensar sobre as assimetrias para além das desigualdades. A assimetria é entendida como a deficiência que expõe como até mesmo atores em condições quase iguais podem enfrentar um abismo de legitimidade para exercer subjetividade e agência nas lutas por significados. A assimetria é, portanto, uma questão política e um tema de luta. A análise da apropriação de tecnologias digitais em iniciativas de mídia popular é um exemplo consistente disso.

Por fim, analisar a justiça democrática por meio da observação das mídias populares sugere a importância de impulsionar a discussão sobre a

liberdade de expressão em contextos de democracias assimétricas. A combinação de mediatização e assimetrias pode aprofundar o abismo da legitimidade e ampliar os processos de dominação. A questão da convivência, entendida como respeito e intercâmbio com as diferentes formas de ser, torna-se então um valor central e os mecanismos de garantia da liberdade de expressão podem ser avaliados quanto à medida em que incluem esforços para o desenvolvimento e fortalecimento da reciprocidade e da solidariedade.

Referências

BARRANQUERO, A.; SÁEZ BAEZA, C.. Comunicación alternativa y comunicación para el cambio social democrático: sujetos y objetos invisibles en la enseñanza de las teorías de la comunicación. In: CONGRESO INTERNACIONAL AE-IC, 2010, Málaga. **Comunicación y desarrollo en la era digital**. p. 1-25.

BONA, N. C. **A comunicação e o papel do comunicador nas ONGs sociais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

BOURDIEU, P. **La distinction**. Critique social du jugement. Les Éditions de Minuit: France, 1979.

CALHOUN, C. Introduction: Habermas and the Public Sphere. In:

CALHOUN, C. (Org.) **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992, p.1-48.

CARDON, D. **La démocratie Internet**. Paris: Seuil, 2010.

CARPENTIER, N. The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? **Fronteiras – estudos midiáticos**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, n. 14(2), p. 164-177, 2012.

CASTELLS, M. **Communication Power**. 2ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
CEFAÏ, D. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. **Réseaux: Communication, Technologie, Société**. n. 14(75), p. 43-66, 1996.

CERVERA-MARZAL, M. **Post-Vérité**. Pourquoi il faut s'en réjouir. 1ed. Lormont: Éditions Le Bord de l'Eau, 2019.

COULDRY, N. Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. **New media & Society**. n. 10(3), p. 373-391, 2008.

COULDRY, N. **Why voice matters**. Culture and Politics after Neoliberalism. London: SAGE Publications Ltd., 2010.

COULDRY, N.; RODRIGUEZ, C. Why the media is a key dimension of global inequality. **The Conversation**, Melbourne, 28 nov, 2016. Disponível em: <<https://theconversation.com/why-the-media-is-a-key-dimension-of-global-inequality-69084>>. Acesso em: 31 mai 2017.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DEAN, J. Communicative Capitalism: Circulation and the foreclosure of politics. **Culture Politics**. n. 1(1), p. 51-74, 2005.

DOWNING, J. D. Personal reflections on 50 years of radical media. **Journal of Alternative and Community Media**. n. 1, p. 7-9, 2016.

FERRON, B.; HARVEY, N.; TRÉDAN, O. **Des amateurs dans les médias**. Légitimités, autonomie, attachments. Paris: Presses de Mines, 2015.

FESTINGER, L. Cognitive Dissonance. **Scientific American**. n. 207(4), p. 93-106, 1962.

FLORES-MÁRQUEZ, D. Digital media and emancipation in Latin American communication thinking. In: SUZINA, A.C. **The evolution of popular communication in Latin America**. Cham: Palgrave Macmillan, 2021, p. 191-208.

FORNET-BETANCOURT, R. **La philosophie interculturelle**. Penser autrement le monde. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

FRANÇOIS, B.; NEVEU, É. Introduction: Pour une sociologie politique des espaces publics contemporains. In: FRANÇOIS, B.; NEVEU, E. (Orgs.). **Espaces publics mosaïques. Acteurs, arènes et rhétoriques des débats publics contemporains**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999, p.13-58.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (Org.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge, Massachusetts and London, England: The MIT Press, 1991, p.109-142.

FRASER, N. Social justice in the age of identity politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003, p.7-109.

FRASER, N. Reframing justice in a globalizing world. In: FRASER, N. **Scales of justice. Reimagining political space in a globalizing world**. New York: Columbia University Press. 2021, p.12-29.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 63ed. Rio de Janeiro/Sao Paulo: Paz e Terra, 2017.

GUMUCIO-DAGRON, A. Comunicación, Desarrollo y Cambio Social. In: BOLAÑO, C.; DRUETTA, D.C.; CIMADEVILLA, G. **La contribución de América Latina al campo de la Comunicación. Historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación**. GRC - Alaic Edic, 2014, p.578-619.

HABERMAS, J. "L'espace public", 30 ans après. **Quaderni: Les espaces publics**. n.18, p. 161-191, 1992.

HABERMAS, J. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. **Communication Theory**. n. 16, p. 411-426, 2006.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, S.; EVANS, J.; NIXON, S. **Representation**. 2ed.. London, UK: Sage, 2013, p. 1-59.

HANNERZ, U. Being there . . . and there . . . and there! Reflections on multi-site ethnography. **Ethnography**, n. 4 (2), p. 201-216, 2003.

HERRIOTT, R. E.; FIRESTONE, W. A. Multisite Qualitative Policy Research: Optimizing Description and Generalizability. **Educational Researcher**, 1983.

HONNETH, A. **The struggle for recognition. The moral grammar of social conflicts**. Oxford, UK: Polity Press, 1995.

HONNETH, A. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

KAUFMANN, J.-C. **L'entretien compréhensif**. Paris: Nathan, 1996.

KROTZ, F. The meta-process of 'mediatization' as a conceptual framework. **Global Media and Communications**, n. 3 (3), 2007.

KROTZ, F.; HEPP, A. A concretization of mediatization: How mediatization works and why "mediatized worlds" are a helpful concept for empirical mediatization research. *Empedocles: European Journal for the Philosophy of Communication*, n. 3(2), p. 137-152, 2011.

LIMA, V. A.; LOPES, C. A. O coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 26 jun 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/interesse-publico/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004/>>. Acesso em: 27 jun 2007.

LUNDBY, K. **Mediatization. Concept, changes, consequences**. New York: Peter Lang, 2009.

MARTÍN BARBERO, J. Reconfiguraciones comunicativas de lo público. *Análisi*, n. 26, p. 71-88, 2001.

MARTÍN BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**. Comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1987.

MASTRINI, G.; BECERRA, M. Estructura, concentración y transformaciones en los medios del Cono Sur latinoamericano. **Comunicar - Revista Científica de Educomunicación**, n. 36 (XVIII), p. 51-59, 2011.

MIGUEL, L. F. Autorização e accountability na representação democrática. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE TEORIA POLÍTICA, 2012, São Paulo.

MIGUEL, L. F. **Democracia e Representação. Territórios em Disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MÜLLER, L. **Comparing Mass Media in Established Democracies. Patterns of Media Performance**. UK: Palgrave Macmillan, 2014.

NARDI, B. A.; O'DAY, V. L. **Information Ecologies. Using Technology with Heart**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000.

PAIVA, R. **O Espírito Comum**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PERUZZO, C. M. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, C. M. Comunicação Popular, Comunitária e Cidadania. In: BOLAÑO, C.; DRUETTA, D.C.; CIMADEVILLA, G. **La contribución de América Latina al campo**

de la Comunicación. Historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación. GRC - Alaic Edic, 2014, p. 546-577.

PERUZZO, C. M. Matrices y matices de la comunicación popular, comunitaria y alternativa. In: I CONGRESO INTERNATIONAL EVALCOMDEV, 2017, Jerez de la Frontera.

SEGURA, M. S.; WAISBORD, S. **Media Movements: Civil Society and Media Policy Reform in Latin America.** London: Zed Books, 2016.

SOUSA SANTOS, B. Beyond abyssal thinking: from global lines to ecologies of knowledges. **Review**, 2007.

SOUSA SANTOS, B. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** 1ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

SUZINA, A. C. Mais conectados, mais comuns? Recursos digitais nas experiências midiáticas apresentadas no 8º Mutirão Brasileiro de Comunicação. In: PERUZZO, C.M.; OTRE, M.A. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil. Sinais de resistência e de construção da cidadania.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2015, p. 222-245.

SUZINA, A. C. Discursos Dissonantes: problematizando um modelo de comunicação libertadora através dos conceitos de coexistência e justiça cognitiva. In: PRATA, N.; PESSOA, S.C. **Fluxos comunicacionais e crise da democracia.** Sao Paulo: Intercom, 2020, p. 88-101.

SUZINA, A. C. Introduction: Popular Communication, an Epistemological Debate between South and North. In: SUZINA, A.C. **The Evolution of Popular Communication in Latin America.** Cham, Switzerland: Palgrave MacMillan, 2021, p. 1-26.

SUZINA, A. C. **The Evolution of Popular Communication in Latin America.** Palgrave Macmillan, 2021.

TACCHI, J. Being meaningfully mobile: mobile phones and development. In: SERVAES, J. **Technological Determinism and Social.** Lanham, MD: Lexington Books, 2017, p.105-124.

THOMPSON, J. B. **The media and modernity.** A social theory of the media. Stanford, California: Stanford University Press, 1995.

TUFTE, T. **Communication and Social Change**. A citizen perspective. Cambridge: Polity, 2017.

UNESCO. Tendencias mundiales en libertad de expresión y desarrollo de los medios: Situación regional en América Latina y el Caribe. Montevideo, Uruguay: **Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina y el Caribe, Sector Comunicación e Información**, 2014.

VASILJEVIĆ, J. The possibilities and constraints of engaging solidarity in citizenship. **FILOZOFIJA I DRUŠTVO**, n. XXVII (2), p. 373-386, 2016.

WAISBORD, S. Bridging the Divide between the Press and Civic Society. Civic Media Advocacy as “Media Movement” in Latin America. *Plenary II. International Panel on Global Divides*. Stockholm: **Nordicom Review**, p.105-116, 2008.

WOLTON, D. **Il faut sauver la communication**. Paris: Éditions Flammarion, 2005.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. New York: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, I. M. Equality of Whom? Social Groups and Judgements of Injustice. **The Journal of Political Philosophy**, n. 9(1), p. 1-18, 2001.

Capítulo 2 – Comunicação e internet no contexto dos movimentos sociais*

Suelen de Aguiar Silva

1 – A emergência da técnica

Naquele tempo mítico, ao redor do fogo, aquilo era um congresso cheio de Einsteins e Edisons (Flusser, 2014, p.70).

Em cada período histórico, homens e mulheres sempre dependeram do uso da técnica para sobreviver. Desde a criação de ferramentas para caçar ou coletar alimentos à construção de abrigos para se proteger de fenômenos climáticos, por exemplo. Com o desenvolvimento humano, as técnicas de subsistência foram sendo modificadas e transformadas culturalmente. “Tomaram uma pedra na mão esquerda e outra na direita. Isso já é absolutamente misterioso. Talharam a pedra e fizeram progressos colossais”, destaca Vilém Flusser (2014, p. 69), para afirmar sua proposta de que todas as revoluções são revoluções técnicas. No entanto, mais adiante, ele reitera que a técnica é neutra, mas exacerbante (FLUSSER, 2014, p. 73). Pierre Lévy (2014, p.25) descreve a técnica como um constructo cultural que à sua vez condiciona uma sociedade em vez de determiná-la. No tocante à neutralidade da técnica em si, o pensamento de ambos os autores é divergente. Se para Flusser (2014), a técnica é neutra, para Lévy (2014, p.26), ela não é boa, nem má e tampouco neutra. Para ilustrar essa afirmação destacamos que:

A invenção do estribo permitiu o desenvolvimento de uma nova forma de cavalaria pesada, a partir da qual foram construídos o imaginário da cavalaria e as estruturas políticas e sociais do feudalismo. No entanto, o estribo, enquanto dispositivo material, não é a ‘causa’ do feudalismo europeu. Não há uma causa identificável para um estado de fato social ou cultural, mas sim um conjunto infinitamente complexo e

* Este artigo é um recorte da pesquisa teórica da tese de doutorado da autora, Comunicação, movimentos sociais e redes: por um projeto biopolítico e comunitário da multidão, defendida em 2018, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Círcia M. K. Peruzzo.

parcialmente indeterminado de processos em interação que se autossustentam ou se inibem. Podemos dizer em contrapartida que, sem o estribo, é difícil conceber como cavaleiros com armaduras ficariam sobre seus cavalos de batalha e atacariam a lança em riste...O estribo condiciona efetivamente toda a cavalaria e, indiretamente, todo o feudalismo, mas não os determina (LÉVY, 2014, p. 25).

Em nosso entendimento, a técnica carrega em si potência. E a forma como será empregada dependerá do contexto cultural e socialmente construído, das relações de poder estabelecidas e usos que serão feitos dela.

As tecnologias são dispositivos de poder que não podem ser desconsiderados. Ao incorporarem em seu design, em sua arquitetura e em seus códigos as determinações, interesses e perspectivas daqueles que a desenvolveram, as tecnologias podem destruir ou ampliar direitos. As tecnologias da informação e comunicação fazem parte de contenciosos tecnopolíticos. A internet e seus dispositivos são elementos cruciais das disputas econômicas, sociais e culturais do século XXI (SILVEIRA, 2017, p. 85).

Parafrazeando Lévy (2014, p.24), por trás das técnicas, agem e reagem ideias, projetos sociais, interesses econômicos, estratégias de poder e os jogos dos homens em sociedade. A necessidade humana de se comunicar com os pares abriu precedentes para o refinamento da técnica de comunicar, registrar e compartilhar informações provenientes da cultura. A passos largos, temos visto as técnicas de informação e comunicação convergindo entre si e a cada dia mais interativas com as múltiplas formas de interação e comunicação promovidas pela internet. O que era técnica culminou em tecnologia. E o que era sociedade está em vias de (des)construção. E, agora, imersos em uma suposta tecnologia da vida, buscamos compreender o fenômeno em sua realidade concreta pelas lentes dos movimentos sociais. No entanto, não é a técnica, technê, enquanto condição material da história que nos interessa, mas sim, as transformações e mediações que ocorrem na estrutura social em decorrência do uso ou não de determinadas tecnologias, especialmente a internet. Muniz Sodré (2012, p. 177) afirma que qualquer tentativa de descrição definitiva das tecnologias digitais está condenada à rápida obsolescência, porque essas tecnologias são continuamente emergentes.

1.1 – Sociedade em rede?

A tecnociência produziu tanto o fogo nuclear como as redes interativas. De um lado, ameaça de morte enquanto espécie em relação à bomba atômica e de outro, diálogo planetário em relação às telecomunicações, aponta Lévy (2014, p. 16), ao destacar a ambivalência das técnicas ao mesmo tempo em que atribui à sociedade qual escolha tomar em relação aos instrumentos por ela construídos. A sociedade em rede, circunscrita nesse diálogo planetário, apresenta-se como um ente invisível, porém, multifacetado a serviço da financeirização do capital. De acordo com Muniz Sodré (2014, p. 55) “o capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático: financeirização e mídia são as duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada [...]”. Sodré recorre a Marx, em “O Capital”, para clarificar a noção de financeirização. O autor rememora a noção do capital em suas frações distintas que oscilam em termos de correlação de forças. O capital produtivo é aquela fração que gera riquezas palpáveis ou tangíveis movimentando a cadeia de produção. Outra fração é a do capital financeiro que consiste na troca com base em títulos de crédito.

Nas palavras de Sodré (2014, p. 55), “este capital de empréstimo, que se amplia como uma parte do lucro obtido pela fração produtiva, foi chamado por Marx de fictício, porque é de fato uma ficção, a imagem de um capital não efetivamente realizado”. Nesse contexto, o autor eleva a financeirização a um novo modo de existência humana, ou seja, que vai corresponder a um novo modo de ser da riqueza. A isso, Sodré (2014, p. 55) tem chamado financeirização “e o que requer o concurso historicamente inédito da comunicação e da informação”.

Castells (2000, p.427), ao definir a sociedade em rede, aponta que ela é “constituída de redes de produção, poder e experiência, que constroem a cultura da virtualidade nos fluxos globais os quais, por sua vez, transcendem o tempo e o espaço”. Dessa maneira, o autor atribui o advento da sociedade em rede à reestruturação social provocada pela era da informação. Silveira (2017, p. 23), além de destacar o papel determinante das tecnologias na vida de cidadãos, governos e empresas, aprofunda sua análise na contradição inerente às sociedades informacionais ao afirmar que elas convivem com arranjos empresariais que dominam o sistema político levando a situações de grande contradição.

A sociedade informacional, descrita por Silveira (2017), se constitui por tecnologias que comunicam e controlam simultaneamente. Esse modelo tecnológico apresenta consequências sociais, econômicas e políticas que, segundo o autor, precisam ser bem compreendidas já que está sob a égide do capitalismo contemporâneo, cognitivo, informacional cognitivo, financeiro e midiático cujas expressões são empregadas para designar a mesma lógica. Não obstante, a sociedade informacional segue a lógica da supremacia cibernética globalizante sob a nova forma de existência humana citada por Sodré e que conseqüentemente exerce, sob essa nova forma de existência, um tipo específico de controle, quase invisível, camuflado pelas camadas da internet. Segundo Silveira (2017, p. 20), estamos mantendo e reproduzindo relações sociais a partir de um gigantesco sistema de controle de informações.

A partir do exposto, temos pistas de que a forma refinada na qual se apresenta a globalização visa uma reorganização capitalista que continua privilegiando os interesses financeiros em escala mundial. E, conseqüentemente, privilegiando a imaterialidade da comunicação e da informação. De forma análoga à ambivalência descrita por Lévy (2014), mas não isenta da crítica, para Flusser (2014, p. 71), quando existem dúvidas sobre quem é o emissor e quem é o receptor, e ainda, quando não houver mais sentido fazer essa distinção, estaremos em um sistema conectado em rede. Compreendemos que a noção de rede é anterior à internet.

Compreendemos também que na atualidade as redes ganharam vida nova, ou seja, transformaram-se em redes de informação energizadas pela internet (CASTELLS, 2003, p.7). Apresentamos a sociedade de rede como uma forma avançada de sociedade sob o domínio intangível do capital financeiro. Após apresentar essa nova configuração societária, buscamos certo aprofundamento a partir dos processos históricos que culminaram na ascensão da internet e seus desdobramentos.

Na visão de Manuel Castells (2003), a internet é uma rede de comunicação global que se apresenta como tecnologia e também como prática social. O autor chegou a essa conclusão após investigar três processos independentes ocorridos já no final do século XX e que foram responsáveis pela ascensão da internet como é conhecida hoje. São eles: as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade em que os valores da

liberdade individual e da comunicação aberta se tornaram supremos; os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica.

Para Castells (2003, p. 8), a aderência desses três processos inaugura uma nova estrutura social baseada em redes. Ele alega que, sob essas condições, a internet tornou-se a alavanca na transição para uma nova forma de sociedade, que ele chama sociedade de rede e com ela para uma nova economia, discutida anteriormente. Com sua análise da sociedade e das implicações da tecnologia na vida das pessoas, Castells considera o aspecto da expansão da internet à apropriação capitalista. Ao correlacionar internet, sociedade e economia, reflete sobre a importância de localizar o processo de transformação tecnológica no contexto social em que ele ocorre e pelo qual está sendo moldado. Examina também o papel desempenhado pela internet na emergência da nova economia que traz à baila a transformação da administração de empresas, os mercados de capitais, novas formas de trabalho e a inovação tecnológica.

Além da reflexão econômica, o autor situa sua análise nos aspectos relacionados à expansão da internet avaliando as formas de sociabilidade online ao apontar o estudo de formas de participação do cidadão nas redes, das organizações de base e dos movimentos sociais. Destaca ainda que a internet apresenta conflitos relacionados com a liberdade e a privacidade na interação entre cidadãos, governo e empresas. Essa discussão sobre privacidade, liberdade e segurança de dados na rede foi recentemente ampliada e debatida por Silveira (2017).

Pierre Lévy (2014, p.13), a sua vez, atribui ao mesmo fenômeno da sociedade de rede, o termo ciberespaço. Considerado um otimista por ele mesmo e por outros teóricos, em suas análises faz a seguinte reflexão: “não são os pobres que se opõem à Internet – são aquelas cujas posições de poder, os privilégios (sobretudo os privilégios culturais) e os monopólios encontram-se ameaçados pela emergência dessa nova configuração de comunicação”. O que se percebe é que Castells (2003, 2013), de um lado, se ocupa em entender a reorganização da vida das pessoas que de uma forma ou de outra são afetadas pela sociedade em rede enquanto Lévy (2014) localiza o ciberespaço na dimensão ambivalente de indivíduos e máquinas, aliás, de como as pessoas se relacionam, trabalham e produzem comunicação

e informação. Para Lévy (2014, p.107), “o ciberespaço permite a combinação de vários modos de comunicação”. Ele já falava em correio eletrônico, conferências eletrônicas, hiperdocumento compartilhado, sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo e também sobre os mundos virtuais multiusuários.

Até aqui nada de novo. Talvez a novidade resida na forma com que a sociedade se apropria desses vários modos de comunicação. O ciberespaço ou a sociedade em rede, como preferira, se reinventa. Junto a eles, novas formas de olhar, mergulhar e interagir nesse universo desde sofisticadas plataformas interativas e de comércio eletrônico, por exemplo, à criação de uma linguagem adaptada para a velocidade da internet com palavras são suprimidas, inventadas ou utilizadas como marcadores culturais por grupos específicos. Esses vários modos de comunicação sofrem o que Sodré (2014) chama de efeito SIG (simultaneidade, instantaneidade e globalidade), atravessados pela celeridade virtual. A palavra virtual evoca muitos sentidos, especialmente, a partir da mutação tecnológica experienciada na nova forma de estar no mundo da vida. O senso comum dá margem para entender o virtual como uma simulação da realidade por meio de jogos eletrônicos, estilo second life, com a criação de avatares, da realidade aumentada etc.

Para Lévy, (2014, p. 48), o virtual constitui o traço distintivo da nova face da informação, posto que a cibercultura propaga a copresença e a interação social de quaisquer pontos “do espaço físico, social ou informacional”. Ele ainda afirma que o fascínio pela realidade virtual decorre em partes pela confusão decorrente de três atribuições diferentes à palavra virtual.

Na acepção filosófica, é virtual aquilo que existe apenas em potência e não em ato, o campo de forças e de problemas que tende a resolver-se em uma atualização. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal (a árvore está virtualmente presente no grão). No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade. Mas não uso corrente, a palavra virtual é muitas vezes empregada para significar a irreabilidade - enquanto a 'realidade' pressupõe uma efetivação material, presença tangível. A expressão 'realidade virtual' soa então como um oxímoro, um passe de mágica misterioso. Em geral acredita-se que uma coisa deva ser ou real ou virtual, que ela não pode, portanto, possuir as duas qualidades

ao mesmo tempo. Contudo, a rigor, em filosofia o virtual não se opõe ao real mas sim ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade. Se a produção da árvore está na essência do grão, então a virtualidade da árvore é bastante real (sem que seja, ainda, atual) (LÉVY, 2014, p.49).

Sodré (2006, 2012) apresenta o virtual como uma espécie de prótese da realidade. A despeito de um novo ordenamento do mundo, ou seja, de um espaço tecnossocial que forja uma forma virtualizada de vida.

Há o real, o virtual (ou potencial), a sua representação (a linguagem) e o possível. Enquanto estrutura, o real apresenta-se ou se faz ver como um conjunto de ordenações do homem (intelecção, memória, fantasias, representações) que pressupõe uma ordem de possíveis, isto é, de tudo que não implique contradição ou tudo que não repugna existir [S. Tomás de Aquino] (SODRÉ, 2006, p.123).

Para Vilém Flusser (2014, p. 246), quando o conceito de virtual é colocado entre os conceitos de real e fictício, caminhamos para perceber os deslocamentos entre as possibilidades que caracterizam nosso entendimento ontológico do mundo. De igual modo, acontece quando o provável é colocado entre os conceitos de falso e verdadeiro.

Em ambos, domínios limítrofes, podemos atribuir enunciados conceituais e escritos, matemáticos e informáticos. Apesar de Flusser não ter acompanhado as evoluções significativas da tecnociência e consequentemente das profundas alterações no mundo da vida promovidas pelas tecnologias cibernéticas (2014, pp. 96-97), destaca:

Podemos nos deslocar não apenas para as galáxias, mas também para as partículas das quais é feito o mundo. No caso das partículas, devo dizer que me desloco para a partícula, se é que a partícula existe. Vou para um espaço bastante estranho, que se pode formular apenas matematicamente. [...] Quando me desloco para essa partícula, chego a histórias do tipo: uma partícula pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, algo que se chama de salto 'quântico'. [...]. No cérebro acontecem os mesmos saltos virtuais que no cosmo. Tanto o cérebro quanto o mundo são um espaço virtual, que é computado, por um lado, como mundo interior do homem, e por outro, como cosmo.

A partir da contextualização anterior, podemos fazer algumas considerações sobre o virtual. Ele apresenta-se como uma forma ampliada de estar no mundo, principalmente, no tocante à dimensão espaço-temporal. Essa dimensão já não existe porque à medida em que virtualizamos informações, relacionamentos, vida financeira, formação acadêmica, conformamos uma nova existência, e paulatinamente, mais imersos estamos no que Sodré chama de bios virtual. Já não há mais uma separação fidedigna entre virtualidade e realidade como um oxímoro. Ambas convergem para uma sociedade informacional que ante a noção de sociabilidade e de encurtamento de distâncias, prioriza o capital e a economia.

Não obstante, o repertório de ações disponibilizados pelo novo padrão comunicacional de ubiquidade, instantaneidade, interatividade, hipertextualidade etc... estimula o indivíduo a viver virtualmente e a cada dia estar mais imerso nesse universo. Segundo a análise crítica de Sodré (2012, p.190), essa ambiência “leva o indivíduo a viver virtualmente no espaço imaterial das redes de informação, no bios virtual. O contato aí é mais do que simplesmente virtual – é tátil, entendido como interação dos sentidos a partir de imagens simuladoras do mundo.”

Em constante contradição, diríamos, vive-se na rede, buscam-se variadas formas de conexão e interação online, critica-se o isolamento social promovido pelo ciberespaço, criticam-se as relações frouxas e a miríade de amigos feitos e desfeitos nas redes. Ainda assim, não temos uma alternativa a ela. Corroborando com Castells (2013) já vivemos no espaço híbrido, entre a presença física e a presença virtual na rede.

2 – Espaço intemporal

Sodré (2012, p.75) relembra que a percepção e a ação humana sobre as coisas do mundo dependem do espaço e do tempo. Nada existe fora desse universo. A compreensão aristotélica de polis como uma comunidade de lugar, ou seja, como espaço marcado pelo sentido de transcendência que extrapola a mera sobrevivência em grupo, assim, é percebida mais como cosmo.

Diferentemente de espaço abstrato, lugar é a localização de um corpo ou de um objeto, portanto é espaço ocupado. Território, palavra mais moderna, é o espaço ampliado. Assim, hoje dizemos que território é o espaço afetado pela presença humana, portanto, um lugar da ação

humana. Só que essa localização não é necessariamente física, pode ser a propriedade comum de um conjunto de pontos geométricos de um plano ou do espaço. Aí, então, nossa referência não é mais topográfica, mas topológica – a lógica das articulações do lugar, portanto, a teoria das forças, das linhas de tensão e atração, presentes no laço invisível que desenha a cidade como lugar comum (koiné) ou comunidade (communitas). Nesses termos, lugar é uma configuração de pontos ou de forças, é um campo de fluxos que polariza diferenças e orienta as identificações (SODRÉ, 2012, p.74-75).

Castells (2000) fala sobre espaço de fluxos ao apontar que são as práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede. A passagem do sistema industrial para o sistema capitalista traz alterações nas relações de produção, poder e experiência ao fundir e ao modificar as bases materiais da vida social, do espaço e tempo. Na sociedade informacional, o tempo perde sua característica cronológica ao se transpor para o tempo intemporal cuja lógica é a anulação do tempo pela tecnologia. Capital, poder e comunicação eletrônica transitam pelos fluxos de intercâmbios entre locais distantes e fragmentam a experiência humana ao permanecerem fixas ao lugar. Castells atribui ao tempo em detrimento do espaço. A dimensão espaço-temporal, vivenciada na internet, além de suprimir certas barreiras e de encurtar distâncias, promove experiência desterritorializada na prática social. As comunidades virtuais são bons exemplos; existem, porém, desterritorializadas no espaço e tempo, mas ainda assim, pertencem a um espaço simbólico e híbrido. Rede social é comumente utilizada como sinônimo para Facebook, Twitter, Instagram etc., mas estes são apenas sites de redes sociais que ao agregar pessoas, tornam-se uma rede. Para Recuero (2009, p.69), uma rede social é sempre um conjunto de atores (nós) e de relações, ou ainda, uma metáfora para tratar de grupos sociais. A autora elenca alguns valores relacionados aos sites de rede social e sua apropriação pelos atores da rede. São eles: visibilidade, reputação, popularidade e autoridade. Para Kozinets (2014, p. 52-53), uma rede é composta de “um conjunto de atores ligados por um conjunto de laços relacionais. Os atores, os ‘nodos’, podem ser pessoas, equipes, organizações, ideias, mensagens ou outros conceitos”. O aumento exponencial de acesso aos sites de rede de relacionamento e outros dispositivos de mensagens instantâneas tem favorecido um novo tipo de

interatividade que privilegia “vários modos de interconexão entre máquinas e entre estas os homens” (SODRÉ, 2012, p. 164).

Nesses espaços de fluxos e conexões, as interações online mudam a própria percepção dos “nós” em suas práticas sociais cotidianas. Já não existe a noção de estar online ou offline. Os “nós” simplesmente estão em rede e entre redes. As interações, no ambiente virtual, são realizadas por intermédio de vários dispositivos comunicacionais tais como sites de relacionamento, listas de discussão, aplicativos de mensagens instantâneas, blogs, microblogs, jogos on-line etc... Da ponta da língua à ponta do dedo, a interação homem-máquina e a interação homem-máquina-homem se aprimora diariamente. Quando essa interação permanece no plano homem-máquina, parece não haver reciprocidade. Mesmo assim, existe ali uma interação. O ser social nasce interagindo com o meio, com seus artefatos culturais e também tecnológicos. Mas há que se observar o sentido atribuído à interação. Desde o sentido atribuído à performance do dispositivo tecnológico, aquele cujo meio serve para a interação humana.

De acordo com Kozinets (2014), os primeiros estudos sobre interação online foram baseados na teoria da Psicologia Social e em testes experimentais. Tais trabalhos sugeriram que o meio online oferecia uma base precária para a atividade sociocultural. A afirmação se fazia porque, para tais trabalhos, não havia sentimento de presença social no meio online, presumindo uma incerteza na comunicação porque o meio online reduzia a capacidade de transmitir informações não verbais como tom da voz, sotaques, gírias, expressões faciais, postura etc... Outra linha de estudo sugeria que os participantes de comunidades online estariam sujeitos a uma espécie de achatamento de hierarquias, na qual o status social é igualado e as diferenças sociais minimizadas. Esses cientistas, conforme Kozinets (2014), consideravam que a tecnologia por trás das comunidades e das interações online sabotavam a estrutura social adequada para relações sociais acolhedoras. No entanto, não demorou muito para que outros estudos comesçassem a questionar essas suposições e os resultados obtidos com as pesquisas sobre interação on-line. A análise do conteúdo das comunicações mediadas por computador começou a revelar outras formas de transmitir informações. Os membros de grupos sociais pareciam desenvolver a capacidade de expressão na forma escrita, sendo que as pesquisas anteriores

revelaram estar ausentes. A passagem da cultura oral à cultura da escrita, como bem lembra Lévy (2014, p. 116), foi a primeira grande transformação na ecologia das mídias. A emergência do ciberespaço, de fato, produziu e produz um efeito radical sobre a pragmática das comunicações, assim como teve, em seu tempo, a invenção da escrita.

3 – Interação ou representação?

A comunicação mediada por computador (CMC) e recentemente, outros dispositivos comunicacionais, conforme exposto, passaram a revelar outras formas de transmissão de informações. A dinâmica da comunicação e interação online passa a ser complementada com o uso de símbolos eletrônicos na escrita - emoticons, posteriormente emojis, memes e recentemente o retorno dos gifs animados e também a presença de erros ortográficos de forma proposital, ausência de correções e letras maiúsculas etc... comuns aos navegantes do ciberespaço – que servem como marcadores de expressões físicas, e principalmente, emocionais. No tocante às pesquisas interdisciplinares sobre o ambiente online, segundo Kozinets (2014, p. 29), elas demonstraram que em vez de serem socialmente empobrecidos, os mundos sociais que estavam sendo construídos por grupos online eram detalhados e enriquecedores. Apesar da ampla utilização dos pictogramas para representar emoção ou algum tipo de atividade, o seu uso em escala mundial, principalmente pela geração Z¹, tem mexido não só com o pragmatismo da nossa língua, mas principalmente, com a forma pela qual estruturamos antigas e novas relações. Da virtualidade das interações sociais, emojis, por exemplo, estão dispostos no mercado de consumo figurando copos, utensílios, almofadas e, inclusive, como tema para eventos e festas de aniversário e mais recente como filme.

Nesse ponto, há que se observar como a interação online está reconfigurando a vida cotidiana, inclusive, dos atores sociais que não utilizam aplicativos de mensagens para se comunicar. Eles ainda existem e são muitos. Nos jornais, nas novelas, nas ruas, essa “linguagem” exclusiva do ambiente virtual é agora apropriada. E assim um novo ciclo de oportunidades aparece no espaço de fluxos preconizado pelo capital.

¹ Constituída por pessoas que nasceram entre os anos de 1990 até 2010.

Segundo Kozinets (2014, p. 15) “os websites de redes sociais e mundos virtuais levam os complexos marcadores de muitas culturas e ambos manifestam e forjam novas conexões e comunidades”. Bauman (2016, s/p) ão é tão otimista quanto Kozinets (2014) ao se referir às relações virtuais. O sociólogo afirma que nos relacionamentos virtuais não existem discussões que terminem em abraços vivos. As discussões são mudas, distantes. As relações começam ou terminam sem contato algum (BAUMAN, 2016, s/p). O tempo, em sua dimensão cronológica, vê-se aí comprimido nas imagens e símbolos que ora vão atribuindo novos significados e sentidos à realidade concreta. Já que o encurtamento de barreiras geográficas e a instantaneidade de envio e recebimento de mensagens, via dispositivos digitais e em tempo real, tende favorecer esse tipo de interação. Menos palavras e mais imagens vão modificando não só o tempo, mas a maneira de se relacionar com o outro.

“Tudo é transitório. Não há a observação pausada daquilo que experimentamos, é preciso fotografar, filmar, comentar, curtir, mostrar, comprar e comparar”, alerta Bauman (2016, s/p). Apesar da análise acurada de Bauman da qual comungamos em grande parte, também é coerente observarmos as próprias contradições do capital. E uma delas diz respeito à apropriação da internet como alternativa às mídias de massa pela sociedade civil, em especial, por movimentos e organizações sociais que lutam por demandas coletivas, prioritariamente, pela mudança de status quo. Nessa perspectiva, como demonstra Lévy (2014, p. 248), o ciberespaço favorece novas potencialidades abertas de interconexão e digitalização da informação. Ele apresenta essas potencialidades em quatro pontos, inclusive, alguns foram destacados anteriormente, a saber: o fim dos monopólios da expressão pública, a crescente variedade dos modos de expressão, a disponibilização crescente de filtros nos sistemas de busca por conteúdo específico e a interação online no ambiente virtual (LÉVY, 2014, p. 248). Apesar disso, não significa dizer que esse espaço de conexão mundial descentralizado possibilite a paridade entre governo, empresa e sociedade civil organizada no tocante ao conjunto da rede, especialmente, no controle da informação.

4 – Comunicação organizativa

Cicilia Peruzzo (2004), em *Comunicação nos movimentos populares*, traça uma análise sobre a participação popular nos processos de produção,

planejamento e gestão dos veículos de comunicação que se constituem no âmbito dos movimentos sociais populares. Tais análises foram feitas quando a utilização da internet ainda era bem tímida. Ainda assim sua pesquisa é extremamente atual, pois, analisa a comunicação dos movimentos sociais populares a partir de suas práticas concretas e que vão se diferenciando no decorrer de suas trajetórias.

Historicamente, os movimentos sociais expõem e compartilham o comum bem antes do advento da internet e da visibilidade conseguida por meio das redes sociais digitais. A luta comum de muitos homens e mulheres, excluídos de direitos básicos como saúde, moradia, educação etc... continua a cada dia mais visível e premente. Eles e elas expõem, compartilham e essencialmente querem que suas reivindicações e desejos por melhores condições de vida sejam ouvidos e atendidos. Esse por em comum faz parte da natureza da comunicação.

Juan Díaz Bordenave (1997) descreve a importância e a dinamicidade da comunicação na vida das pessoas. Reconhece, inclusive, as múltiplas formas de fazê-la, desde a interpessoal, passando pelos folhetins, aos alto-falantes até o desenvolvimento das redes telemáticas de comunicação. Movimentos sociais e setores subalternizados da sociedade civil, em grande parte, desenvolvem a sua política de comunicação a partir da realidade local, dos escassos recursos disponíveis e/ou inexistentes, do nível de participação e engajamento dos atores sociais envolvidos. Aliás, essa comunicação faz mais sentido quando é utilizada como instrumento político, de organização e participação popular.

À sua vez, Manuel Castells (2013, p. 19-20) afirma que os movimentos sociais sempre dependeram de mecanismos de comunicação. Assim como Bordenave (1997), o estudioso da sociedade em rede cita como exemplo, variadas formas de comunicação que vão desde os boatos, sermões, panfletos aos manifestos difundidos a partir de qualquer meio de comunicação disponível. Castells (2013, pp.19-20) acompanhando as transformações sociotécnicas aponta que em nossa “época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história”. E ainda afirma que:

As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero (CASTELLS, 2013, pp.19-20).

Aproximando o pensamento de Bordenave e Castells, independentemente dos meios e tipos de comunicação apontados, dos mais rudimentares às suas transformações ao longo do tempo, elaboramos a seguinte proposição: o essencial não é o tipo de plataforma de comunicação ou meio utilizado, mesmo com as novas configurações demandadas pela internet, do tipo faça você mesmo e do barateamento dos custos de operacionalização e capacitação técnica das pessoas envolvidas com a comunicação “oficial” do movimento. Mas, sim a própria dinâmica comunicacional entre os atores envolvidos – dos líderes aos militantes - e como ela será facilitadora e ao mesmo tempo complexa para a organização política do movimento.

Referenciar o esquema sobre a evolução da comunicação, proposto por Bordenave (1997, p. 16), é pensar a metáfora elaborada por Deleuze e Guattari (1995), “não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, em uma raiz. Existem somente linhas”. Os autores se afastam do esquema da árvore na dimensão do signo linguístico - significado e significante - de Ferdinand de Saussure, por acreditarem que a representação e o decalque não dão conta de traduzir a ação e o devir da própria realidade. Assim, o significante remete-nos a uma representação do real. Já o rizoma nos aproxima mais do real. Toda lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução. Tanto na Linguística quanto na Psicanálise, ela tem como objeto um inconsciente, representante, cristalizado em complexos codificados, repartido sobre um eixo genético ou distribuído em uma estrutura sintagmática. Ela tem como finalidade a descrição de um estado de fato, o reequilíbrio de correlações intersubjetivas ou a exploração de um inconsciente já dado camuflado nos recantos obscuros da memória e da linguagem. Ela consiste em decalcar algo que se dá já feito, a partir de uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta. A árvore articula e

hierarquiza os decalques que são como folhas da árvore. Diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa, não o decalque. A orquídea não reproduz o decalque da vespa. Ela compõe um mapa com a vespa no seio de um rizoma.

De acordo com Deleuze e Guattari (1995, p. 21), “se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói.” Aproximar a comunicação dos Movimentos Sociais da dimensão rizomática é perceber que eles, ao longo da história, estão se modificando assim como as linhas de fuga que não param de se remeter umas às outras. Em um instante, essas linhas e rotas de fuga podem se reencontrar, atribuindo novamente o poder ao significante. Certamente, Movimentos Sociais que buscam por um novo projeto político e emancipador; que lutam por suas demandas específicas, precisam mesmo é alcançar a terra que fortalece os rizomas e não somente as estrelas. Para concluir, elaboramos outra proposição: quanto mais rizomática for a comunicação e conseqüentemente a participação política e organizacional dos membros que compõem o movimento, mais interativa será a comunicação, no sentido proposto por Muniz Sodré (2010) e também autoconfigurável como demonstra Castells (2013).

Para Peruzzo (2004), na prática da comunicação popular, os movimentos sociais brasileiros estão construindo algo de novo, ou seja, uma expressão de interesses coletivos que trazem em seu interior um esforço pela autonomia com fazer democrático em um novo espaço de ação política. Segundo a autora (2004, p.148), nesse processo, os movimentos sociais forjam sua própria comunicação, a que entendemos como comunicação comunitária, desenvolvida no contexto em que atuam primordialmente para expressão em nível local e para divulgação de conteúdos específicos das demandas do próprio movimento.

Porém, na perspectiva dos movimentos sociais entendidos neste estudo como propulsores de mudanças estruturais da sociedade, no contexto da ação coletiva, eles buscam novas formas de fazer sua comunicação e não coadunam com meios massivos quando a grande tendência desses meios é criminalizar as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, principalmente, aqueles que lutam pela transformação da sociedade e da ordem vigente. De

igual modo, também forjam sua comunicação que é expressa desde o nível local ao nacional.

No contexto das décadas de 1980 e 1990, os canais de comunicação utilizados pelos movimentos eram modestos. Segundo Peruzzo (2004, p.148), o que compõem esses canais são os meios grupais, impressos, visuais, sonoros e audiovisuais: “festas, celebrações religiosas, teatro popular, música, poesia, jornalzinho, boletim, mural, panfleto, cartilha, folheto, cartaz, faixas, camisetas, fotografias, filmes” [...]. Os canais utilizados se caracterizavam, principalmente, como um instrumento simples e de baixo custo em um grande contraste com o progresso tecnológico já disponível na sociedade à época, porém inacessível, para a maioria das pessoas. A realidade hoje não é diferente mesmo com o advento da internet. Ainda existem diversas comunidades rurais espalhadas pelo Brasil e a grande maioria não tem rádios comunitárias ou acesso à internet. Peruzzo (2004, pp.149-154) também aponta várias limitações na produção da comunicação comunitária, como por exemplo, abrangência reduzida, inadequação dos meios, uso restrito dos veículos, pouca variedade, falta de competência técnica, conteúdo mal explorado, instrumentalização, carência de recursos financeiros, uso emergencial, ingerências políticas, participação desigual. Para Miklos (2014, p. 111), “o veículo comunitário é apresentado com uma perspectiva educacional e formativa, proporcionando um consumo crítico da informação.” Não obstante, há que se observar a realidade concreta do grupo e ou movimento para enfatizar a perspectiva apresentada pelo autor.

5 – Movimentos sociais na internet

Na atualidade, presenciamos a emergência de novas mídias, de novas formas de fazer e compartilhar comunicação. Desde o refinamento da técnica propriamente dita como a CMC, agora, comunicação online, ao espraiamento da comunicação pelo globo e em tempo real. Esta última com as possibilidades aventadas a partir da internet, assunto que trataremos mais adiante. Briggs e Burke (2006, p.15) orientam que a mídia precisa ser vista como um sistema que está em constante mudança. E ao serem introduzidas novas mídias no sistema de comunicação, ainda assim, antigas e novas coexistem e interagem. Segundo Peruzzo (2010, p.231), a comunicação mediada por computador contribui para ampliar os canais de participação ativa

dos cidadãos e cidadãs. A pesquisadora afirma que existem experiências crescentes que abarcam dinâmicas colaborativas em rede com a participação autônoma dos sujeitos desde comunidades virtuais até sítios colaborativos.

Para Miklos (2014, p.111), a comunicação comunitária “engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de organizações comunitárias e movimentos sociais”. Contudo, a ampliação desses canais de comunicação pode se apresentar de forma distinta, assim como acontece com a comunicação mais rudimentar, dependendo do nível de participação do grupo.

5.1 – Convergência

Como a própria etimologia da palavra indica, convergência significa convergir, ou seja, possibilitar que caminhos se encontrem. Para Henry Jenkins (2009, pp. 27-28), o sentido que a convergência carrega vai contra o processo tecnológico que reúne várias funções dentro de um único aparelho. “A convergência representa uma transformação cultural [...]”. Apoiamo-nos, na afirmativa de Jenkins, porque a convergência é um processo que vai se desenrolar em nosso intelecto e nas práticas culturais, por conseguinte, nas mídias, nos aparelhos e nos sentidos que atribuímos a eles.

De uma forma ou de outra, a comunicação dos movimentos sociais sempre existiu via folhetos, marchas, reuniões etc... Com o desenrolar da história, novos processos comunicacionais aparecem, desaparecem ou passam a ser utilizados com frequência menor. Tais processos vão depender do contexto, dos recursos financeiros e materiais. Na atualidade, temos visto a manifestação desta convergência e a maneira como ela tem acontecido no âmbito dos movimentos sociais. De forma gradual e convergente, eles passam a atuar no espaço híbrido de comunicação. A comunicação que sempre aconteceu no bojo dos movimentos sociais se reinventa e conquista outros espaços, outros dispositivos apoiados nas TICCS².

Durante o ano de 2005, realizamos pesquisa³ sobre as formas de comunicação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Naquela época, a

² A utilização de mais um “C” na sigla referencia ao conhecimento associado ao processo. Para saber mais sobre o assunto, ver trabalhos de Cílicia Peruzzo e Jorge González (2011).

³ Trabalho de conclusão de curso (TCC) sob o título: Formação e informação do MST. Comunicação e cidadania como expressão coletiva de organização.

internet já tinha expressividade, não como nos dias de hoje, mas já disponibilizava várias formas de conexão no universo online. Desde a disponibilidade de criação de blogs, sites institucionais, participação em site de redes de relacionamento como o antigo Orkut, criação de web rádios, dentre outros. Do universo da internet à época, o MST possuía apenas um site institucional que abordava a história do movimento, sua mística, notícias, entre outros conteúdos. No estudo realizado, fizemos o levantamento dos seus principais instrumentos de comunicação que colaboram para forjar a identidade coletiva, política e cultural do movimento:

Como instrumentos de comunicação, possuem os seguintes meios: Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra, Assessoria de Imprensa, Página na Internet e Rádio Comunitária (Vozes da Terra). Entretanto, a visibilidade é fortemente mantida através de marchas com a bandeira erguida, acampando à beira de estradas e em praças públicas, realizando vigílias, atos ecumênicos, ocupando fazendas e órgãos públicos. A partir daí forma-se a identidade social do MST. É através dessas ações coletivas, tidas por muitos como transgressoras da ordem legal, que a identidade dos “sem-terra” é construída e é desta maneira que o MST se constitui como sujeito coletivo (SILVA, 2005, p.36).

Hoje, esta realidade está sendo modificada, na verdade, ampliada culturalmente. Movimentos sociais tradicionais como MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) já ampliaram suas formas de comunicação a partir das possibilidades apresentadas pelas TICCS.

Desde sua origem, o MAB foi reconfigurando sua comunicação e hoje uma de suas importantes frentes de atuação é a comunicação na internet. O MST também circula pelo espaço híbrido da internet e mantém seus canais online atualizados.

Agora, o que isso significa em termos de participação e de disputa pelo espaço digital ainda não sabemos. O fato é que por trás de toda ação existe uma intencionalidade política, principalmente, quando abordamos movimentos sociais que buscam alterações estruturais da sociedade e do sistema que a constitui.

5.2 – Participação na internet

Movimentos sociais, manifestações públicas, comunidades virtuais e redes online não são espaços intocáveis (PERUZZO, 2017). A comunicação é um direito humano e como tal precisa ser garantido e exercido pelo menos. Vimos a explosão dessa vontade de comunicar a partir dos levantes da Primavera Árabe, dos diversos protestos espalhados pelo mundo e os reflexos das manifestações que eclodiram, no Brasil, no ano de 2013. Para Castells (2013, p. 11), a mudança fundamental ocorrida, nos últimos anos, está no domínio da comunicação, no que ele denominou como autocomunicação, ou seja, “o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital”. Castells (2013) destaca que as manifestações começaram nas redes sociais digitais porque estas são espaços de autonomia que perpassam controles governamentais e empresariais já que, ao longo da história, ambos haviam monopolizado os canais de comunicação como base de seu poder. Segundo Castells (2013), as manifestações não foram protestos espontâneos, mas sim, provocados por descontentamentos muito antigos ligados a organizações das sociedades civis que existem em determinados países sob a perspectiva social, política, econômica e ditatorial. Nesse sentido, os atores sociais formaram redes, independentemente de suas opiniões ou filiações; se uniram e compartilharam indignação e desejo por mudança, segundo as análises otimistas de Castells (2013) sobre as recentes manifestações ocorridas no mundo e também no Brasil. Contudo, há que se diferenciar os protestos brasileiros – devido a uma demanda muito específica: o aumento do preço das passagens de ônibus e metrô, em São Paulo, e também, transitória – dos movimentos sociais e grupos organizados anteriores ao movimento dos indignados, assim denominado por Gohn (2014). Nesse contexto, os meios hegemônicos de comunicação, especialmente a televisão, repercutiam as notícias que eram veiculadas em tempo real pelos próprios manifestantes e por coletivos de comunicação como a Mídia Ninja⁴. Em um primeiro momento, para inviabilizar ou desqualificar as ações dos grupos organizados. E em um

⁴ A Mídia Ninja é uma rede de comunicação livre criada, no ano de 2013, a partir das manifestações ocorridas, no Brasil, e que levaram milhões de pessoas às ruas. Na ocasião, realizou coberturas ao vivo nos protestos com pontos de vista invisibilizados pela mídia tradicional. A Mídia Ninja busca formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho. Para saber mais acesse: midianinja.org

segundo momento, a mídia hegemônica passava a pautar suas notícias a partir dos assuntos e demandas veiculadas na internet, oriundos das páginas ou canais de comunicação dos atores envolvidos. Peruzzo (2017) analisa o papel da mídia hegemônica e também dos manifestantes durante os protestos e considera que:

Por um lado, as mídias convencionais penetram com suas versões e visões que acabam ajudando a formar opiniões e a mobilizar quem participa desses fóruns. Elas informam, mostram aglomerações, indicam lugares, apesar de moldarem as reportagens segundo percepções de fora, visões de classe e da própria política editorial. Tendem a desqualificar as manifestações [...]. Se não fossem as mídias alternativas e as redes online no Facebook, Twitter, Instagram etc. não saberíamos das muitas facetas reais dessas manifestações públicas. Todos os meios editam, eis um bom motivo para que haja diversidade deles. É uma das razões das lutas pela democratização da comunicação. Só a amplitude de canais de comunicação e de emissores pode ajudar na circulação diversificada de informações e dar conta das várias dimensões que as grandes manifestações públicas contêm (PERUZZO, 2017, p.11).

Não há como negar a importância das manifestações ocorridas, no Brasil, pois sabemos que as tecnologias de informação e comunicação tiveram um papel diferenciador no contexto dos protestos. Velocidade, instantaneidade, popularidade e a emergência de novos comunicadores são aspectos marcantes dessas manifestações que apontam aos menos três lados: tiros de borracha, spray de pimenta, porrada e bomba como reguladores da ordem social; pedras, gritos de guerra e palavras de ordem, smartphones e câmeras; a mídia hegemônica com sua visão maniqueísta das ações coletivas – que aos poucos – foram se individualizando. Esse último aspecto, no que diz respeito à individualização das ações, diferencia claramente a razão de ser dos movimentos sociais que buscam um bem comum daqueles outros que, em partes, devido ao calor das emoções e da euforia tecnologizante fetichiza a ideia do aqui e agora, do puro acontecimento. Resguardadas as diferenciações, os movimentos sociais, nas palavras de Castells (2013, p.17), são constituídos de indivíduos, de suas emoções, anseios, subjetividade e autonomia e representam a chave para a mudança social.

5.3 – Armações

Os processos de comunicação desenvolvidos por alguns movimentos sociais na internet, de um lado são produzidos para circular na própria rede e causar repercussão e adesão dos sujeitos e ou militantes que se identificam com a causa. No intuito de ocupar o espaço híbrido da internet, e por vezes, pautar o noticiário dos veículos hegemônicos de comunicação. E por outro, alguns movimentos utilizam a internet apenas como mais um dispositivo de comunicação. Em outras palavras, esses processos vão depender de algumas configurações do movimento social em questão, por exemplo, da fase em que se encontra, da bandeira de luta e do nível de organização.

Paralelamente, os movimentos sociais constroem alianças com outras organizações, coletivos, associações, cooperativas no intuito de articular demandas específicas, de construir projetos coletivos, ou simplesmente, para dar força e ampliar a luta coletiva. Ao juntar as tecnologias a esses processos emancipatórios e de reivindicações cidadãs, a participação é ampliada e ecoada para outras instâncias além da sociedade civil. Para Sodré (2012, p.175), na prática, as tecnologias se entrelaçam com movimentos sociais, e mesmo com influências externas, que se relevam amadurecidos em um determinado momento histórico.

Assim é que as revoltas contra os governos de longa duração no mundo árabe (monarquias e ditaduras militares) tinham no centro da movimentação grupos islâmicos (como era bem o caso da Irmandade Muçumana no Egito) – mas principalmente uma classe média de considerável amplitude, com residências próprias e participação importante no consumo tecnológico. No Brasil, por sua vez, a campanha ‘ficha limpa’ era de iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e de mais de 44 organizações da sociedade civil (SODRÉ, 2012, p.175).

No Brasil, são vários os exemplos das possibilidades de participação coletiva por meio da “democracia eletrônica”. Sodré contextualiza a campanha popular pela exigência de “ficha limpa” para candidatos ao parlamento, no país, no ano de 2010. De acordo com as explicações, a partir das praças virtuais, milhões de assinaturas e mensagens levaram o Congresso a votar a lei que proíbe o registro eleitoral a políticos condenados por crime grave. “A Lei da Ficha Limpa, a despeito das eventuais dificuldades para sua completa

aplicação, é provavelmente a mais notável conquista da sociedade civil brasileira na primeira década deste século” (SODRÉ, 2012, p.173). Nesse viés, Sodré (2012) acredita ser possível a aliança entre a imaterialidade do espaço virtual à noção de uma territorialidade cultural. De outro modo, o campo cultural é também o campo das diferenças sociais que implicam uma redefinição do jogo de poder que é, sobretudo, político.

Em momento posterior, Peruzzo (2010) considera que as novas práticas possibilitadas pelas TICCS atualizam as formas de comunicação de segmentos subalternizados da sociedade. A pesquisadora salienta que essas práticas vêm do interesse social presente nos cidadãos e nas organizações civis em interferir nos sistemas geradores e mantenedores da desigualdade, além das possibilidades inovadoras como a interatividade, criação de conteúdos apropriativos, entre outras proporcionadas pelas tecnologias.

Na atualidade e na efemeridade do estado de coisas, quais armas os movimentos sociais podem utilizar para perceber as idiosincrasias do poder no espaço de fluxos?

É preciso considerar o uso social da internet. Apesar dela, faz parte da base que estrutura as tendências mercadológicas como a financeirização do capital alinhadas à comunicação e a informação, pode servir aos movimentos sociais, a partir dos processos comunitários de comunicação como ferramenta de articulação e mobilização cidadã. A sociedade em rede apresenta-se de forma tão ambígua que existem possibilidades participativas por meio da criação de conteúdos autênticos que sejam relativos aos próprios setores subalternizados. A mesma tecnologia que oprime também liberta. É nesse contexto de ambivalência que a internet está circunscrita. Silveira (2017), apesar de criticar a sociedade informacional, afirma que inúmeras possibilidades de resistência à lógica do capital já estão em curso.

Entretanto, a internet, expressão da sociedade informacional, é uma rede de compartilhamento de informações, sejam sinais ou produtos imateriais. As possibilidades de criação e compartilhamento são utilizadas por indivíduos e coletivos que, intencionalmente ou não, praticam também uma economia da dádiva e de trocas sem finalidade econômica. Resistências à mercantilização extrema e ao domínio das interações em rede pelo domínio do mercado existem inúmeros processos de colaboração e compartilhamento de iniciativas,

conhecimentos e desejo de realização de trocas solidárias. Expressão da ambivalência que podem adquirir algumas tecnologias (SILVEIRA, 2017, p. 23-24).

Os movimentos sociais nascem desejantes de comunicação, e por si, já comunicam. Parte dessa natureza comunicante está alicerçada na vontade coletiva expressa por melhorias em condições específicas (demandas de bairros, associações) ou em alterações estruturais na sociedade do ponto de vista das relações de produção estabelecidas em determinado momento histórico. A exemplo, o movimento francês, datado de 1789, conhecido como a Queda da Bastilha que foi motivado devido às péssimas condições de vida expressas pela fome, alto preço dos alimentos e dos impostos sob os auspícios da nobreza. Assim, protestos, mobilizações, saques foram diferentes maneiras utilizadas pelas camadas populares com forte influência da burguesia para que tivessem participação política. Foi um movimento de grande repercussão que originou a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos. Esse breve comentário evidencia a natureza comunicativa de um movimento social, independentemente de meio técnico ou tecnológico de comunicação, regime político ou momento histórico. Mas há que se observar o oposto à precarização da vida. Há que se observar práticas que sustentam e alimentam a dimensão coletiva de compartilhamento de saberes, fora das amarras tecnologizantes que tendem a esgarçar os laços sociais e anular o outro. Para Sodré (2012, p. 185),

Do vazio da existência – que o mercado hoje tenta preencher pela disseminação infinita de artefatos técnicos – emerge a reivindicação coletiva de novos modos de inteligibilidade do fenômeno humano, dos, envie um pensamento capaz de amenizar a distância em que o perspectivismo da tecnociência nos coloca frente ao mundo um pensamento menos de econômico menos para hoje e mais afinado com que na razão há, concretamente, de sensível. A dimensão humana dos modos de transmissão do saber e do relacionamento social não depende da natureza técnica dos dispositivos.

Um pé fora das redes é possível, desde que essa existência seja implicada de “responsabilidade (obrigação) e parceria (ser junto a outro), mas, principalmente a injunção de se assumir, por sensibilidade, o destino da

experiência do mundo como abertura para outros mundos possíveis” (SODRÉ, 2012, p. 185).

6 – Cidadania com um pé na rede é possível?

De acordo com Sodré (2012, p. 177), assim como nos espaços históricos concretos, a luta democrática em torno das formas tecnológicas de cidadania também leva em consideração a possibilidade de se controlar digitalmente o espaço social. As discussões críticas a este respeito podem tomar vários rumos (SODRÉ, 2012, p. 180), desde uma “inclusão” forçada, repetindo um mesmo ciclo de exclusões anteriores na educação, na escrita, a própria mediatização entendida como articulação da vida social, como dispositivos de mídia. Aliás, a facilidade de acesso à internet e aos sites de redes sociais digitais não implica dizer que parte da população vilipendiada de seus direitos mais básicos como saúde, moradia, emprego e educação estejam exercendo cidadania por meio das TICCS. E tampouco que os movimentos sociais estejam ocupando o espaço privilegiado da internet como forma de reorganização de suas lutas. Inversamente, existe outro rumo dessa afetação tecnológica na vida social. A internet por ser um espaço plural pode ser utilizada para auxiliar na promoção da cidadania ao facilitar o intercâmbio de processos comunicacionais desde que sirva como instrumento de ação para homens e mulheres na ampliação do debate sobre seus direitos. Os movimentos sociais, assim como outras formas de organização social, podem utilizá-la como um instrumento privilegiado para comunicar, informar, atuar, recrutar, resistir, organizar ou para simplesmente ocupar.

Considerações finais

A disputa hegemônica pelo poder acontece no espaço híbrido da internet e representa a abertura para outros espaços alternativos de construção de poder e resistência. Os movimentos sociais mencionados, nesta pesquisa, apontam para o ser de muitos que é a multidão que compreende e visa a uma mudança profunda e estrutural da sociedade vigente. Esse recorte teórico demonstrou que a novidade é a forma perversa com que o tecnocapitalismo refina as suas técnicas e se move no espaço entre fluxos e que, em sua contradição, produz forças contrárias. Assim, pode a novidade

residir nas próprias brechas deste sistema que degrada, mata e exclui⁵? Nossa intenção foi a de buscar o entre, ou seja, uma forma rizomática de compreender os processos comunicacionais que não se encerraram em sua tecnicidade ou mesmo em sua origem. Compreendemos o entre ao deixarmos que as experiências práticas durante a observação participante netnográfica⁶ nos conduzissem pelas falas de cada movimento, em um processo dialético, no qual nosso olhar visou as descontinuidades e não a horizontalidade dos acontecimentos analisados, já que na internet, o tempo é relativo e o aqui e agora é um devir.

À guisa de conclusão, a reboque do discurso de que a internet está aí e que devemos nos adaptar a esse novo modo de estar no mundo, em que a cada dia a realidade vivida passa a ser tecnologizada e que, conseqüentemente, as relações humanas tendem a estar reverberadas nas redes digitais, precisamos repensar um projeto possível de sociedade democrática.

Referências

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Comunicação?** São Paulo: Brasiliense, 1997.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.3. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b.

⁵ Para lembrar o lema do 22º Grito dos Excluídos.

⁶ Técnica empregada na pesquisa empírica.

FLUSSER, V. **Comunicologia: reflexões Sobre o Futuro** – as conferências de Bochum. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014. 157p.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MIKLOS, J. **Cultura e desenvolvimento local: ética e comunicação comunitária**. São Paulo: Érica, 2014. 136p.

MIRANDA, O. (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 2005.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania**. São Bernardo do Campo: CELACOM, 2017.

PERUZZO, C. M. K. O processo de participação na comunicação popular e comunitária. In: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (orgs.). **Usos y abusos del participar**. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010.

SILVEIRA, S. A. **Tudo sobre tod@s**. Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

SILVA, S. A. **Formação e informação do MST: comunicação e cidadania como expressão coletiva de organização**. 2005. Monografia (Graduação em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, Vozes, 2014.

Capítulo 3 – Vestígios de junho: o *ethos* discursivo composto durante as manifestações de 2013 em São Paulo*

Carlos Humberto Ferreira Silva Jr.

Introdução

Esta síntese de pesquisa tem como principal objetivo demonstrar, por meio dos caminhos teóricos percorridos, o desenvolvimento de um conceito capaz de captar as relações entre empresas jornalísticas e jornalistas, durante as manifestações de 2013: o *ethos* discursivo composto.

Envolto por meio da riqueza que o objeto de pesquisa nos ofereceu, fomos desafiados a compreender a dinâmica da enunciação durante as manifestações, o que nos levou a reflexão sobre em que realmente consiste o conceito *ethos*. Para isso, realizamos uma reflexão sobre o termo, voltando nosso olhar à figura do enunciador e colocando a seguinte pergunta: Quem enuncia no jornalismo: a empresa jornalística ou o próprio jornalista? Em outras palavras, de quem é a tônica final do discurso jornalístico, daquele que o sustenta economicamente, ou do produtor cotidiano dos significados?

Logo, percebemos que, por meio da bibliografia disponível na área da Comunicação, poderíamos encaminhar nossa pesquisa para qualquer uma das duas respostas, sendo que na primeira se sobressairia a ideia de que os processos da prática jornalística limitam a atividade do profissional, ao ponto de ele não conseguir quebrar uma barreira posta pela estrutura econômica; já o segundo caminho nos levaria a uma perspectiva do jornalista enquanto autor, aquele que cotidianamente realiza, por meio de sua percepção pessoal, um relato quase que poético da realidade. Não demorou para que não seguíssemos nenhum dos dois caminhos, escolhemos buscar entender a prática jornalística enquanto uma atividade realizada por dois atores diferentes que, por vezes se refutam, complementam, concordam, discordam etc. Ou

* Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado intitulada “Vestígios de junho: o *ethos* discursivo composto durante as manifestações de 2013 em São Paulo”, defendida em abril de 2018, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José Salvador Faro.

seja, o discurso jornalístico e, consecutivamente, o ethos discursivo jornalístico, surgem e são configurados por essas relações, o que entendemos ser sociações, termo cunhado da Sociologia Formal (ou Pura) de Georg Simmel.

Para chegar a esse conceito, analisamos como o ethos é compreendido e utilizado na área da Comunicação. Foram selecionados os artigos publicados dos últimos dez anos nas revistas qualificadas nos extratos A2 e B1 pelo sistema Qualis. O critério de seleção foi a busca por palavras-chave nos sites das próprias publicações. No total, foram encontrados 99 artigos que citam o termo ethos, destes, 14 foram eliminados de nossa análise, pois, tinham o conceito apenas em citações bibliográficas, ou nos títulos das obras localizadas nas referências bibliográficas, demonstrando que o conceito não estava no cerne desses trabalhos. Também foram devidamente excluídos os trabalhos que se referiam apenas ao Instituto Ethos.

No total, 55 artigos (65%) utilizavam o termo ethos, porém, não faziam reflexões sobre seu significado. Nesses trabalhos, foi comum que o conceito fosse associado a diversas questões, por exemplo: “ethos de uma época”, “ethos social”, “ethos universal”, “ethos cultural”, “ethos motivacional”, “ethos tradicional”, “ethos organizacional” etc.

Houve também uma forte ligação entre essa utilização genérica com a questão dos hábitos e da profissão jornalística: “ethos jornalístico”, “ethos profissional”, “ethos do jornalista”. Além de o conceito ser utilizado, por vezes, como sinônimo das palavras “comportamento” e “ética”.

Essa primeira observação nos mostrou que área da Comunicação fala mais sobre o ethos do que reflete o conceito em si, o que faz com que essas diversas modalidades apareçam, sem que haja uma literatura específica que acabe por validar as diversas classificações.

Vale lembrar que nos trabalhos analisados, os autores não explicavam a qual ethos se referia; e mais: não fizeram nenhuma citação e também não utilizaram a visão de outros autores, para dar base a seus argumentos, o que demonstra certa despreocupação com a utilização do conceito. A ligação com o aspecto deontológico pode ser explicada pela definição literal de ethos encontrada nos dicionários de língua portuguesa, que normalmente apontam o conceito como um conjunto de valores e normas específicas; a etimologia da palavra ética, que deriva do grego ethos, também pode ser um caminho para

explicar a utilização do conceito como sinônimo. Em outras palavras, o conceito é utilizado pela maioria dos pesquisadores como um vocábulo.

Segundo nosso levantamento, 29 artigos (35%) estão na categoria que denominamos utilização reflexiva do ethos, que consiste naqueles autores, que pelo menos em nota de rodapé, faziam uma reflexão e posicionavam o conceito de ethos relacionando-o a algum referencial teórico. Depois de nos depararmos com as mais variadas utilizações e raras, porém, diversas reflexões sobre o termo, retomamos o conceito em sua origem aristotélica, além de verificar como essa concepção adentrou o campo dos estudos das linguagens, por meio da análise do discurso francesa, e se desenvolveu com o pensamento de Ruth Amossy, para enfim, oferecermos nossa reflexão sobre o ethos discursivo, acrescentando a ele a ideia de que dois enunciadores podem fazer parte do ato de enunciação.

1 – As concepções de ethos presente nos pensamentos de Aristóteles, Maingueneau e Amossy

A ideia de ethos remonta à Grécia Antiga, cerca de 350 a.C., com o pensamento aristotélico. É a partir desse referencial que o conceito foi apropriado de diversas maneiras, por variados pensadores. Existe no pensamento de Aristóteles a criação de dois conceitos anteriores ao ethos, mas que são essenciais para compreendê-lo. Um desses conceitos é a Retórica, ligada à arte da comunicação; e a outra a Poética, ligada aos discursos poéticos e literários (ALEXANDRE JR., 2005, p. 33). A retórica consiste no discurso prático, que tem como objetivo a persuasão dos demais. Aristóteles divide a retórica em três tipos: Judicial ou Forense, que “são acusações ou defesas sobre coisas feitas no passado e visam mostrar a justiça ou injustiça do que foi feito” (ALEXANDRE JR., 2005, p. 38); Deliberativo ou Político, que “são exortações ou dissuasões e visam mostrar a vantagem ou desvantagem de uma determinada ação” (ALEXANDRE JR., 2005, p. 38); e Demonstrativo ou Epidíctico, que “louvam ou censuram algo, visando mostrar a virtude ou defeito de uma pessoa ou coisa.” (ALEXANDRE JR., 2005, p. 38). Para o filósofo grego, nesses três tipos retóricos existem três meios de persuasão: ethos, ligado às características pessoais do orador; pathos, referente à disposição de espírito de quem recebe a mensagem; e logos, que possui relação com o que é propriamente dito. São esses

elementos que na retórica aristotélica servem de prova para que a ação persuasiva seja executada:

Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro dependente do caráter pessoal do orador [ethos]; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito [pathos]; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar [logos]. A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito (ARISTÓTELES, 2019, p. 40).

Há, portanto, uma representação do autor dada ao público, conforme o interesse persuasivo. De acordo com o verbete presente no Dicionário de Análise do Discurso (2016), a ideia de ethos, possui duplo sentido na obra de Aristóteles, um primeiro ligado às virtudes morais do orador, e o segundo à dimensão social do discurso. A visão de Aristóteles difere da visão baseada em Isócrates, que vê “o ethos como um dado preexistente fundado na autoridade individual e institucional do orador” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 220). Essa discussão, portanto, oferece dois possíveis entendimentos: àquele ligado às características prévias do sujeito, baseado em suas concepções morais; ou à representação que esse sujeito faz de si em um ato de fala, não estando assim estritamente ligada a seu caráter ético. Como bem demonstra Amossy (2008), essa discussão tem relação na oposição entre o pensamento aristotélico, e alguns pensadores romanos:

Trata-se, de fato, de saber se o ethos é, como pretendia Aristóteles, a imagem de si construída no discurso, ou como entendiam os romanos, um dado preexistente que se apoia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe sobre seu modo de vida, etc.). Na arte oratória romana, inspirada mais em Isócrates (436-338 a.C.) que em Aristóteles, o ethos pertence à esfera do caráter. Segundo Quintiliano, o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras. E Cícero define o bom orador como o *vir boni dicendi peritus*, um homem que une ao caráter moral a capacidade de bem manejar o verbo (AMOSSY, 2008, p. 17-18).

Ao reportar essa discussão ao campo do Jornalismo contemporâneo, podemos compreendê-la como uma espécie de confronto entre a perspectiva que trata de um “ethos jornalístico”, particular e possível de ser compreendido dentro do contexto de cada ato enunciativo, frente a uma visão de “ethos do jornalismo”, enquanto instituição que serve de parâmetros deontológicos para o exercício da profissão, um ethos que estabelece normas e condutas para a prática jornalística, externa aos indivíduos.

Nosso trabalho abarcou a questão discursiva da prática jornalística, aquela que vê no ato de enunciação, realizado por indivíduos e instituições, a razão da comunicação. Logo, se utilizou das concepções aristotélicas de ethos, e não o pensamento baseado em Sócrates, entendendo-o como a representação de si no ato enunciativo e não um conjunto de elementos que compõem uma imagem ética prévia de como deve se portar o enunciador. Logo, nosso pensamento caminha mais para a representação de um “ethos jornalístico” do que de um “ethos do jornalismo”.

Dominique Maingueneau, linguista francês, foi o responsável pelo resgate da noção de ethos aplicado a perspectiva discursiva da linguagem. Justamente por conta disso, o conceito desenvolvido pelo autor está diretamente associado à figura de um enunciador disposto em uma cena de enunciação.

Segundo a perspectiva de Maingueneau, “O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 220). Maingueneau possui uma visão de ethos mais complexa, se comparada à desenvolvida nos estudos da retórica clássica. O autor aplica o conceito para além da fala, mostrando que o ethos está presente em todas as formas discursivas, faladas ou escritas, que tenham estrita razão em persuadir ou não (MAINGUENEAU, 2008, p. 69). Para isso, fragmenta a ideia de ethos em diversos processos que nascem antes do ato de enunciação e vão até a interpretação dos agentes. Estão presentes, a princípio, cinco tipos de ethos: ethos pré-discursivo, ethos discursivo, ethos dito, ethos mostrado e o ethos efetivo.

- Ethos pré-discursivo- trata-se da projeção de si que o enunciador realiza ao imaginar a imagem prévia que o público faz dele.

- Ethos discursivo: aquele ligado a fala do enunciador, é a construção da imagem de si apresentada no discurso.
- Ethos dito: é o que o enunciador fala propriamente de si, o que ele deseja que seja visto.
- Ethos mostrado: aquilo, que apesar de não dizer, o enunciador mostra, seja com seus atos, gestos, escolhas de palavras, tom etc.
- Ethos efetivo: trata-se do resultado das diversas interações entre essas quatro diferentes instâncias do ethos.

O ethos discursivo (dito e mostrado) para fazer sentido precisa estar localizado em um espaço histórico que lhe confere credibilidade. Seja em uma mesa de bar, seja em um púlpito, o enunciador precisa posicionar seu discurso em dada cena de enunciação. Para Maingueneau, a cena de enunciação consiste em uma inscrição do enunciador no tempo e espaço que valide sua enunciação. Apesar do linguista francês nos ajudar a compreender essa questão, é Ruth Amossy, que transporta o ethos discursivo para o campo dos estereótipos sociais.

A professora da Universidade Tel-Aviv, Ruth Amossy, contribuiu com as reflexões acerca do ethos, ao fazer uma intersecção entre o pensamento presente na análise de discurso, com a teoria dos campos, presente no pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, e os estudos da chamada “Nova Retórica”, por meio do pensamento de Chaïm Perelman, filósofo polonês do direito.

Para Amossy (2008), as construções dos indivíduos conseguem ser compreensíveis apenas se estiverem marcadas institucionalmente em um campo, já que é por meio de estereótipos comuns, construídos socialmente que a comunicação ganha seu sentido. Caso não houvessem valores minimamente compartilhados, a comunicação não ocorreria, pela simples falta de entendimento entre os agentes.

Utilizando a concepção de Perelman, a autora constrói a ideia de que o auditório a quem se destina a mensagem é tão importante para a produção do discurso, quanto à mensagem em si, pois, a argumentação se mostra efetiva, somente se quem a escutar, acabar por reconhecê-la como válida. Com isso, a comunicação se faz por meio de uma doxa comum (AMOSSY, 2008, p. 123). Para que haja sentido, é necessário que valores e crenças sejam

compartilhados e, mesmo que exista discordância com o que está sendo dito, é necessário antes de tudo compreendê-lo.

Para a autora, o processo de estereotipagem “é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2008, p. 125). Portanto, é necessário que, para se fazer entender, o locutor estabeleça uma conexão com os contextos culturais de dada situação, deixando, assim, uma marca de seu ponto de partida.

Essa construção se mostra fluida e variável, conforme o público a quem se dirige. Ao desejar se comunicar com diversos grupos, o enunciador se utiliza de distintos estereótipos, um enunciador para se fazer entender ao se dirigir a um grupo de punks adota certos estereótipos, enquanto esse mesmo ao conversar com jovens evangélicos utilizará estereótipos distintos, independente do assunto a ser tratado. Para que o discurso se torne eficaz nesses casos, o conjunto de representações utilizado deverá ser distinto. Falar por meio dos estereótipos é falar de diferentes maneiras para diferentes grupos, conforme a cena de enunciação requerer. Apesar de haver esse posicionamento prévio (intitulado por Amossy de *ethos* institucional), este não é o objetivo final da fala, mas sim seu ponto de partida. O posicionamento serve para o discurso, como um trampolim serve de base para os mais espetaculares saltos ornamentais. Assim, como o saltador, que se realiza efetivamente como tal nas mais variadas acrobacias no ar e não em sua posição inicial de salto, o discurso se dá na própria construção discursiva e não no posicionamento inicial do enunciador.

É assim que novas significações são realizadas e as configurações nos campos acabam modificadas, cada nova significação transforma os estereótipos, ao mesmo tempo em que configura o *ethos* discursivo do enunciador. O jornalista, hoje, deixa de ser, por exemplo, um ser político e passa a ser visto mais como um tecnicista, por parte da sociedade e dos próprios profissionais do campo. Essa mudança nos estereótipos se dá graças às mudanças de posicionamentos no ato de enunciação. A cada nova enunciação, o enunciador molda seu estereótipo, claro que esse movimento não se dá por uma imposição, mas sim, por uma negociação com o público. É no processo discursivo que ambos acabam por se influenciar e transformar. Nessa concepção, portanto, aquilo que por muitos é denominado o “*ethos* do

jornalista”, ou o “ethos do jornalismo”, diz respeito aos estereótipos criados e recriados a cada ato de enunciação e não ao ethos discursivo adotado pelos autores individualmente a cada ato enunciativo.

2 – Os diversos enunciadores e o ethos discursivo composto

Para aprofundarmos a noção de ethos discursivo no campo do Jornalismo, precisamos nos atentar a um aspecto fundamental e constitutivo do processo da prática jornalística que diz respeito exatamente sobre o enunciador. As concepções expostas, até agora, levam em consideração um enunciador como o ser responsável pelo ato de enunciação, sem necessariamente problematizar que em alguns casos esse enunciador pode ser composto por mais de um indivíduo.

Na retórica de Aristóteles o responsável pela enunciação é alguém que deseja em um discurso convencer um outro; no caso do ethos discursivo de Maingueneau e de Amossy essa lógica se mantém, com a autora da Universidade de Tel-Aviv nos apontando a necessidade de olharmos a posição que esse enunciador tem no campo ao qual está disposto e as referências culturais que possui para realizar sua enunciação.

Ao transpor a ideia ethos ao jornalismo, precisamos antes de tudo compreender como o conceito funciona dentro da lógica comunicacional realizada pela atividade e essa compreensão passa pela própria concepção de enunciador, pois, não é verdade que o jornalista ao produzir seu conteúdo está despreendido e possui total autonomia dos meios materiais garantidos pela empresa jornalística, assim como a empresa jornalística não detém todas as formas de coibir as expressões dos jornalistas que fazem parte de seu corpo editorial, mesmo aquelas que estão em desacordo de sua visão empresarial, tornando o ethos um caractere complexo.

A figura do enunciador no jornalismo não é um indivíduo, ou sujeito, como poderíamos considerar caso estivéssemos falando de um autor romancista, mas sim, de um composto, uma sociedade formada entre o produtor de conteúdo e a empresa que mantém o negócio jornalístico. É necessário refletir a complexidade do ethos levando em conta as relações sociais que os agentes enunciadores possuem no ato de enunciação. De acordo com nosso pensamento, não basta verificarmos a posição institucional do enunciador, devemos compreender a relação entre os indivíduos que se

unem no ato enunciativo, pois, esse ato acaba por ser uma enunciação que não é feita de maneira individual, mas sim, em uma relação entre diferentes: a empresa jornalística e o jornalista.

Na sociologia pensada por Simmel (1983), que parte do princípio de que a interação social é o elemento essencial para a compreensão da sociedade, o autor nos oferece a possibilidade da chamada “microsociologia”. Nela, “a sociedade” está presente não só nas chamadas grandes instituições socialmente estabelecidas, mas sim, em cada contato entre dois ou mais indivíduos.

O autor alemão nos oferece a oportunidade de enxergar sociedade em qualquer uma das pequenas ações do cotidiano, por conta das relações que os indivíduos necessitam estabelecer para constituir uma vivência social. É nesse sentido que Simmel, ao buscar definir quais questões devem ser abarcadas pela sociologia – o que seria, portanto, especificamente social, frente aos assuntos individuais – utiliza a ação social como argumento para suas afirmações:

A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos (Triebe) ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra que exerça influência sobre eles e por sua vez que os receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram por eles levados a unir-se, convertendo-se numa unidade, numa ‘sociedade’. Pois unidade em sentido empírico nada mais é do que interação de elementos (SIMMEL, 1983, p. 59-60).

Para essa relação, Simmel oferece o nome *sociação* (em alemão: *Vergesellschaftung*). Para que haja sociedade, é necessário, apenas, que haja dois ou mais indivíduos interagindo, formando uma *sociação*. Essa *sociação* é consciente e imbuída de sentido e intuito: quando falo com alguém sobre a situação política de meu país, desejo estabelecer uma espécie de relação; quando se forma uma família por meio de um casamento, também se deseja

estabelecer relação. Em ambas as suposições, sociações foram criadas, portanto, se fez e se transformou e a sociedade:

Por 'associação', Simmel entende os processos de interação (Wechselwirkung) microsociológicos que são o cadinho da sociedade. Para constituir uma associação, não basta interagir, é preciso ainda que os indivíduos em interação 'uns com, para e contra os outros' [SE, p. 121, GSG 11, p.18] formem, de alguma maneira, uma 'unidade', uma 'sociedade' e estejam conscientes disso. É preciso que o indivíduo saiba que, agindo com os outros, ele determina tanto suas ações quanto é determinado por elas e que esteja consciente de que forma com eles, uma unidade de ordem social (VANDENBERGHE, 2005, p. 87).

A ideia de sociação se conecta intrinsecamente com a maneira como Simmel compreende a sociedade, a separando em conteúdos e formas, por isso de sua sociologia ser denominada formal, pois, o autor busca compreender a forma que as diversas sociações possuem e não se deter a seus conteúdos particulares. Por conteúdos sociais se entende todas as expressões de interesse dos indivíduos, aquilo que o move para uma determinada ação. Já as formas sociais são as interações realizadas por dois ou mais indivíduos que fazem com que a ação de fato se realize. Por exemplo, o conteúdo de uma disputa entre duas ou mais pessoas pode ser o ódio, o amor, a concorrência por maior prestígio etc. Nesse caso, a disputa seria nossa forma social, a maneira com a qual indivíduos escolheram criar uma sociedade (se sociar) para resolver suas questões, enquanto os conteúdos seriam os temas da disputa:

(...) designo como conteúdo ou matéria da sociação tudo quanto exista nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda a realidade histórica) – como instinto, interesse, fim, inclinação, estado ou movimento psíquico –, tudo enfim capaz de originar ação sobre outros ou a recepção de suas influências. Em si mesmas, estas matérias com que se enche a vida, essas motivações, ainda não chegam a ser social. Nem a fome nem o amor, nem o trabalho nem a religiosidade, nem a técnica nem as funções e obras da inteligência constituem ainda sociação quando se dão imediatamente e em seu sentido puro. A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos

indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses – tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados casualmente ou induzidos teleologicamente – que os indivíduos constituem tais unidades (SIMMEL, 1983, p. 60).

O conflito, a subordinação e a cooperação são as formas de sociação que nos interessam. É sabido, com a contribuição dos estudos voltados ao fazer jornalístico (Newsmaking), que jornalistas apesar de terem certa autonomia na produção diária de seus conteúdos, estão subordinados à lógica de produção. Tratam-se de regras e contratos, tanto com a empresa que financia a estrutura produtiva do veículo de comunicação, quanto ao público que se destinam. Ser um mediador dos interesses particulares do veículo, assim como dos interesses gerais do público para o qual se imagina escrever, é a função desempenhada por esses agentes, que, para atingir esse objetivo, por vezes, acabam entrando em confronto com a própria estrutura capitalista que mantém seus contratos trabalhistas. Outras vezes pode se subordinar a essa mesma estrutura para a manutenção de sua ocupação profissional. Pode ainda cooperar nos momentos em que acredita ser interesse de ambos a construção de um conteúdo jornalístico que atenda às necessidades de seu público.

Por mais que existam essas nuances, o estado de conflito parece se sobressair quando são colocadas em oposição à estrutura administrativa da empresa jornalística e seu corpo editorial. Para Simmel, essa situação é explicada, pois, os agentes que mantêm uma sociação que tem por base o conflito, estão envolvidos por certas regras pré-estabelecidas, que acabam por manter a sociação como tal. A guerra quase que mitológica da cultura jornalística, entre a redação e a direção do jornal, na verdade, serve de ponto pacífico para que ambos se mantenham enquanto tais e funcionando como sociedade.

(...) as partes misturadas que 'se unem para lutar' [p. 304] aceitam e reconhecem (ou pelo menos, presume-se que o façam...) de modo recíproco a existência de normas e regras moderando o combate, tais

como aquelas codificadas no Tratado de Genebra, de 1949. Passando da guerra às desavenças conjugais, pode-se, de resto, observar com Simmel que, em certos casos, a discórdia pode ser um índice indireto da estabilidade do casal. Como 'se sabe que uma crise não pode afetar os fundamentos da relação' [p. 315], não é necessário manter a paz a todo custo. Levando-se em conta isso, os conflitos podem se exprimir mais livremente (VANDENBERGHE, 2005, p.120).

Em nosso estudo, portanto, conseguimos compreender que o ethos jornalístico representa a sociação entre a instituição responsável pela publicação dos veículos (em nosso caso a empresa jornalística) com a pessoa que produz esse conteúdo (jornalista), levando em consideração uma projeção para quem essa mensagem se destina (o público), projeção essa que pode inclusive ser distinta entre instituição e produtor de conteúdo. Nessa sociação, podem existir diversas formas de interação que representam forças mais ou menos influentes no ato de enunciação.

Como exemplo didático: para um estagiário que entra em uma redação, a subordinação a seus superiores é a forma que pode acabar moldando a relação, sendo mais evidente no discurso jornalístico o tom da própria empresa do que do jornalista em questão. Essa situação pode ganhar outros contornos para um jornalista reconhecido e renomado na área da Comunicação, fazendo com que a cooperação ou o conflito sejam a forma mais frequente da sociação, deixando a persona do jornalista mais evidente, para esse caso temos diversos exemplos: José Hamilton Ribeiro, Eliane Brum, Caco Barcelos, são alguns que podem ser citados. Caberá ao analista de comunicação, ao compreender o ethos, verificar a complexidade das relações no ato de enunciação, buscando entender como esse ethos discursivo composto se manifesta.

3 – O ethos discursivo composto nas manifestações de junho de 2013

Em nossa pesquisa, identificamos o ethos discursivo composto durante as Manifestações de Junho de 2013 em dois veículos de comunicação: a Folha de S.Paulo e o Valor Econômico. Nossa análise foi feita por meio dos editoriais e das capas apresentadas em cada uma das publicações. Nosso objetivo foi analisar como os tons discursivos eram apresentados em cada um dos conteúdos, a fim de compará-los posteriormente para captar o ethos

discursivo composto apresentado em cada veículo. Além das etapas da análise – dos editoriais, das capas e a comparação entre os resultados encontrados em cada um desses materiais empíricos –, nosso protocolo buscou fazer três leituras em cada um dos textos. Tratou-se de uma análise dos estereótipos, outra dos posicionamentos explícitos dos jornais e, por fim, a identificação do tom utilizado em cada enunciação. Foi por meio desses três momentos que compreendemos da melhor forma os estereótipos utilizados pelos veículos, assim como se configurou a cena de enunciação. As etapas de análise, portanto, foram as seguintes:

- **1. Análise dos editoriais:** nessa primeira etapa, foram considerados os editoriais de cada um dos jornais, sendo que passaram pelos seguintes procedimentos:
 - Análise dos estereótipos: busca dos posicionamentos ligados aos estereótipos sociais, por meio das escolhas implícitas que relacionam o discurso a posições sociais e matrizes de pensamento historicamente demarcadas. A pergunta a ser respondida aqui foi: Institucionalmente essa fala está ligada a qual posicionamento histórico, de acordo com qual matriz de pensamento?
 - Análise dos posicionamentos explícitos: compreensão de como o posicionamento explícito do jornal agiu na cenografia da enunciação, direcionando o olhar do leitor para o que o veículo desejava que fosse visto. A pergunta a ser respondida: Esse posicionamento busca qual imagem frente o leitor?
 - Análise do tom discursivo: nesse ponto se buscou a forma de como o veículo resolveu abordar o assunto, dando essa ou aquela qualidade ao tema tratado. Respondendo: O tom adotado dá qual qualidade ao tema tratado e seus atores?
- **2. Análise das capas:** nessa segunda etapa, as capas passaram por uma análise que levou em conta, principalmente a cenografia apresentada. Também foi evidenciado o tom adotado nos conteúdos. Nessa análise foram considerados como objetos discursivos as imagens, chamadas e textos que compuseram as capas principais, e quando se fizeram presentes, as capas do caderno nas quais o conteúdo foi publicado.
- **3. Análise comparativa:** a terceira e última etapa buscou compreender como os dois posicionamentos anteriores formaram o ethos discursivo composto,

dando ideia, tanto da diferenciação dos tons das enunciações, quanto a maneira predominante das sociações estabelecidas em cada gênero e enunciação.

Cada uma dessas etapas foi realizada de maneira individual nos veículos selecionados, para que tivéssemos na conclusão do trabalho um panorama diversificado do funcionamento do ethos discursivo composto em diferentes situações enunciativas, além de uma verificação da eficácia deste método para as análises discursivas do campo da comunicação, especificamente, do campo do jornalismo, em diferentes canais.

Em nosso estudo pudemos identificar apenas os dois ethos discursivos compostos que nos propusemos analisar, circunscritos em cena de enunciação específica. Isso significa que o ethos discursivo composto é um elemento que varia conforme o tempo, a situação a ser enunciada, os enunciadores, e os demais fatores que o configuram como um momento enunciativo. Em outras palavras, os ethos discursivos compostos aqui encontrados não se tratam de categorias que possam ser importadas para outros estudos sem a devida análise da cena que os atores se encontram. Foi possível concluir que durante as manifestações de junho de 2013, a Folha de S.Paulo apresentou um ethos discursivo composto volátil, e o Valor Econômico um ethos discursivo composto instável, sendo que, na primeira, ficou evidenciada uma sociação de caráter cooperativo e no segundo um caráter conflitivo.

Na prática, significou que em junho de 2013, os jornalistas e a empresa Folha da Manhã tiveram mudanças súbitas de opinião com relação ao desenrolar das manifestações que, de acordo com o jornal, começaram violentas e realizadas por um grupo de jovens e acabaram mais democráticas, e com focos de violência realizados por grupos específicos e não todos os manifestantes. O veículo apresentou em suas capas e editoriais uma cooperação, ou seja, não apresentando grandes conflitos e contradições sobre a forma como os conteúdos deveriam ser tratados, se alimentando dos pensamentos e opiniões um do outro para as tomadas de decisão, tanto na composição das capas, quanto na produção dos editoriais.

Já no Valor Econômico, jornalistas e empresa apresentaram uma cenografia que conflitava, enquanto nos editoriais os elementos democráticos das manifestações foram a tônica do discurso, as capas optaram, por vezes,

dar destaque às cenas de violência. As imagens em seus editoriais e capas não demonstraram coesão, repassando uma ideia de um ethos discursivo composto instável, ou seja, aquele que variava seus posicionamentos conforme a situação que precisava ser noticiada ou editorializada. Foi claro o conflito entre as posições adotadas nos editoriais e as capas utilizadas nas edições analisadas.

Com esses resultados, foi possível identificarmos que, de fato, a empresa pode negociar com seus jornalistas a forma de noticiar um fato, porém, por meio dessa pesquisa não pudemos confirmar que exista uma imposição por parte dos veículos de comunicação. Em nenhum momento ficou nítida a imposição da opinião da empresa sobre o noticiário, sendo que, muitas vezes, a segunda pareceu moldar a primeira. Porém, de fato, foi possível identificarmos manifestações das mesmas matrizes de pensamentos tanto nos editoriais, quanto nas capas, demonstrando que indiretamente, como é de se esperar, existe influência da empresa jornalística nos conteúdos noticiosos.

De fato, foi possível percebermos a existência de uma enunciação conjunta, e consecutivamente do ethos discursivo composto. Nossa comprovação se deu, inclusive, por meio, de sociações entre empresas e jornalistas com interesses divergentes. A utilização do ethos discursivo composto como conceito nos foi fundamental, já que, por meio dele foi possível compreender os diferentes momentos de enunciação e suas particularidades, como dois diferentes que se aproximam e se afastam no ato da enunciação.

O posicionamento das empresas jornalísticas em seus editoriais demonstrou que, por vezes, seus interesses privados podem ser colocados à frente das questões sociais. Foi o caso do Valor Econômico e sua visão economicista da realidade e do autoritarismo presente em um dos editoriais da Folha de S.Paulo. Para estudos futuros, além da verificação da eficácia do ethos discursivo composto em outras situações enunciativas, plataformas e formatos jornalísticos, fica o desafio de compreender melhor a forma como a sociação se desenvolve in loco e a influência de outros fatores que podem interferir nessa relação, como as tecnologias que transformam o cotidiano do jornalista e consecutivamente a relação que esse estabelece com a empresa na qual trabalha; ou das novas narrativas jornalísticas que podem conferir maior ou menor flexibilidade e autonomia no ato de produção e enunciação do

jornalista. Captar a sutileza das formas como a sociação entre empresa jornalística e jornalistas se desenvolve e transforma, assim como ela é apresentada nos textos finais por meio do ethos discursivo composto, pode ser mais uma maneira compreendermos melhor essa atividade, e por que não, nossa sociedade, já que o jornalismo pode ser considerado uma das maneiras encontrada por nós para retratar e buscar compreender o mundo que construímos e transformamos dia a dia.

Referências

ALEXANDRE JR. M. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.

ARISTÓTELES. **Retórica** [livro eletrônico]. São Paulo: Edipro, 2019.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. 3 ed. São Paulo: Contexto. 3ª ed., 2016.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

SIMMEL, G. **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

VANDEBERGHE, F. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru, Belém: Edusc; Edufpa, 2005.

Capítulo 4 – As manifestações públicas pelos grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff nas redes sociais on-line*

Cleide Rodrigues

Introdução

O avanço das tecnologias de informação, associado à democratização da internet, permitiu a ampliação e a difusão vertiginosa da conexão entre indivíduos em todo o planeta quase que instantaneamente. Com o passar do tempo, as transformações no âmbito da esfera pública configuradas a partir da interação de indivíduos e coletivos com ambientes digitais – característica base da constituição das chamadas redes sociais digitais – foram significativas a ponto de surtir reflexos em várias áreas: econômica, cultural, política etc. “Antes que as plataformas de redes sociais tivessem sido desenvolvidas, já estava no genoma da internet a tendência para as redes de agrupamentos humanos” (SANTAELLA, 2013, p.25).

Trata-se de tema relevante, uma vez que processos de mobilização social, visualizados em determinados contextos socio-históricos, se mostram objeto de interesse para a compreensão da comunicação na atualidade, sobretudo, em situações em que a interface com aspectos midiáticos se faz evidente. Assim, o processo de impeachment de Dilma Rousseff (governou de 1º/01/2011 a 31/08/2016) configura-se como assunto instigante no campo da pesquisa. Primeiro, por ela ser a segunda chefe de Estado no Brasil a enfrentar um processo dessa ordem, desde a redemocratização, 24 anos após Fernando Collor (governou de 15/03/1990 a 29/12/1992). Seu governo estava fragilizado pelo avanço das investigações da Operação Lava Jato e sofria críticas da sociedade por conta do baixo crescimento econômico, medidas de ajuste fiscal, descaso de dinheiro público, entre outras questões que impactam o dia a dia da população. Em 2015 e em 2016, ocorreram atos e

* Este texto é uma síntese da dissertação do Mestrado em Comunicação Social “As manifestações públicas pelos grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff nas redes sociais on-line”, defendida na Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, em 2018. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1805>.

manifestações públicas a favor e contra o seu governo com a presença significativa de pessoas nas ruas. A partir de 13 de março de 2016, o pedido de impeachment ganhou força no país com vários manifestos articulados nos ambientes das redes sociais virtuais. Em paralelo, as manifestações também entraram na pauta da grande mídia e da imprensa alternativa.

Todo esse contexto nos levou à seguinte questão: como se deram a articulação e as ações de grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff, por meio das redes sociais on-line, nas manifestações públicas de 2016, no Brasil, e a aderência destas atividades na grande mídia e imprensa alternativa? A hipótese é que as atividades nos ambientes virtuais têm papel relevante no processo de transformação social da sociedade que se conecta e se relaciona pela internet. As redes sociais digitais contribuem para aflorar e polarizar o debate e dar apoio aos seus usuários e seguidores na organização e mobilização social, mas, não excluem ações no espaço off-line. Deve-se considerar também a influência do contexto histórico, político e econômico de cada sociedade.

Traçamos quatro objetivos específicos para o desenvolvimento da pesquisa: 1) Mapear e analisar os principais grupos pró e contra o impeachment de Dilma que se articularam em manifestações públicas por meio de redes sociais digitais; 2) Analisar a relação das tecnologias digitais como um instrumento facilitador para promover a mobilização e o engajamento social e provocar mudanças no contexto histórico e político da sociedade; 3) Observar as estratégias de comunicação dos grupos Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua (a favor do impeachment); e Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo (contra o impeachment) no Facebook; e 4) Observar a aderência das ações organizadas e articuladas pelos grupos na grande imprensa – Folha de S.Paulo e O Globo; e imprensa alternativa – Caros Amigos, Agência de Notícias Carta Maior e Jornalistas Livres.

1 – Desenvolvimento e metodologia da pesquisa

A pesquisa reflete sobre o aspecto político dessa realidade com o recorte para as manifestações públicas articuladas por grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff nas redes sociais digitais. Observamos a apropriação das ferramentas tecnológicas pelos grupos Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua (a favor do impeachment); e Frentes Povo Sem Medo e

Brasil Popular (contra o impeachment), para promover o debate, o empoderamento e o engajamento social e transformar o contexto político e histórico-social do Brasil. A pesquisa bibliográfica sobre cibercultura, redes sociais digitais e movimentos sociais; e o estudo empírico das fanpages de grupos, durante o processo e a aderência dessas ações de comunicação na imprensa, foram a base do estudo. Foi selecionada a rede social Facebook dos quatro grupos mencionados pela forte representatividade na articulação de ciberativismo e com número considerável de seguidores em suas fanpages.

Primeiro, fizemos pesquisa bibliográfica sobre as teorias de cibercultura, comunidade – das clássicas às contemporâneas –, movimentos sociais, movimentos populares e participação popular, além de referenciais teóricos sobre a prática do jornalismo. Livros, monografias, artigos e outras publicações complementaram a base teórica. Assim, seguimos “as trilhas bibliográficas” de Tönnies (1947), Buber (1987), Bauman (2003); Maffesoli (2014); Castells (2013); Santaella (2013), Recuero (2011), Martuccelli (2015), Sorj (2014, 2015), Peruzzo (2010; 2013); Gohn (2006); Somma (2015), Singer (2015), Bucci (2003; 2016) e Villaverde (2016), Chaparro (1994), Abramo (2003) e outros.

No tocante à pesquisa documental, fizemos o estudo de conteúdos postados no Facebook e nos sites dos quatro grupos estudados¹ para sabermos sobre sua constituição, organização e formação para contextualizar a inserção de cada um deles no cenário histórico, social e institucional do país daquele momento. As estratégias de comunicação voltadas ao engajamento social e à participação popular dos grupos nas redes sociais foram estudadas a partir de análise de conteúdo de convites virtuais de eventos e a interação dos seguidores nas fanpages e de estudo exploratório reportagens sobre manifestações públicas.

No Facebook, realizamos o estudo empírico de 89 publicações dos quatro grupos investigados, de 1º de março a 31 de agosto de 2016 – período que compreendeu o dia do principal ato público contra o governo até a votação

¹ As plataformas digitais pesquisadas foram: MBL: <http://mbl.org.br/>; e <https://www.facebook.com/mblivre/>; Vem pra rua: <http://www.vempraruia.net/>; e <https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org>; Frente Brasil Popular: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/>; e <https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular>; Povo sem Medo: <http://www.povosemmedo.org/>; e <https://www.facebook.com/povosemmedonacional/>.

do impeachment, no Senado, que aprovou o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República. A análise de conteúdo seguiu os três “polos cronológicos” de organização do estudo, segundo a concepção de Bardin (2011), e os dados empíricos foram codificados por meio de análises quantitativa e qualitativa. Todo material foi confrontado com os conceitos teóricos a fim de refletirmos sobre as manifestações públicas, no Brasil, no referido processo político no contexto das novas tecnologias de comunicação.

As 89 publicações do Facebook foram analisadas com base nas categorias:

a) Participação: Classificados os números de convidados, comparecimentos e interessados ao evento. Porém, a análise considerou apenas o item “compareceram” que mensura a participação/presença no evento.

b) Ação/mensagem: Considerada informação primária da publicação/convite (imagens de foto, desenho, logomarca e texto), ou seja, o post propriamente dito, sendo descartado o conteúdo do detalhe do evento.

c) Argumento: Analisadas todas as informações do convite (imagens de foto, desenho e texto) e conteúdo complementar presente no “detalhe” da publicação.

d) Protagonistas: Relacionados os atores sociais do convite, considerando-se a informação primária (post) e complementar (detalhe do enunciado).

e) Símbolos identitários: Considerados todos os elementos do convite (informação primária e detalhe do enunciado) como foto, desenho, logomarca e texto.

f) Repercussão: Analisada a publicação a partir da interação e do relacionamento do seguidor na rede social com os envolvidos (grupo e/ou outros seguidores). A partir de likes e comentários – elementos que indicam interação – realizou-se pesquisa exploratória sob os seguintes aspectos: (1) interação nas fanpages do grupo com os seguidores e dos seguidores com o grupo e/ou entre eles; e (2) posicionamento a partir da “conversa” no Facebook. Se o seguidor “concorda” ou “discorda” da publicação, e se teor do posicionamento expresso pelo seguidor foi “ofensivo” ou “não ofensivo”.

Nos meios jornalísticos, fizemos pesquisas exploratórias. Primeiro, observamos a influência e a aderência dos eventos públicos articulados e organizados pelo Facebook dos grupos estudados na Folha de S.Paulo e O Globo, que são os dois maiores jornais em circulação média diária no país.

Neste caso, analisamos 64 reportagens, de 1º de março a 28 de agosto, por meio da técnica de amostragem não probabilística intencional, uma vez que é “impossível obter informação de todos os elementos que formam parte do grupo” (RICHARDSON, 2008, p. 157). A seleção racional dos elementos da amostra ocorreu a partir de “semana construída”, que consiste no sistema de amostragem em que as datas são estratificadas pelos dias da semana considerando uma variação “sistemática” e consecutiva dos dias (RIFFE, 1993). Com base nesses critérios, elaboramos quatro semanas construídas.

Outro estudo exploratório foi sobre um “acontecimento” pontual no contexto do impeachment que teria sido o estopim da crise política do governo Dilma: a divulgação do grampo telefônico da conversa entre a presidente da República e Lula, após a nomeação dele à frente da Casa Civil, no dia 16 de março de 2016. Investigamos 44 notícias sobre o “fato” e/ou geradas a partir dele, incluindo observações quanto à presença ou não dos grupos estudados nas pautas da grande mídia – Folha de S.Paulo e O Globo – e imprensa alternativa – Caros Amigos, Agência de Notícias Carta Maior e Jornalistas Livres.

2 – Dos conceitos clássicos sobre comunidade ao ativismo nas redes

Por não haver um conceito único, unísono, universal é que o termo comunidade inspira reflexões diversas. De modo mais amplo, nos remete a convívio, compartilhamento, pertencimento, coletividade, entre outros significados. “A palavra ‘comunidade’ (...) sugere uma coisa boa: o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ter ‘comunidade’, ‘estar em comunidade’” (BAUMAN, 2003, p.7). Talvez essa sensação de algo bom e positivo tenha sido construída gradativamente, ao longo do tempo, a partir de ressignificações que acompanham o desenvolvimento e a evolução da sociedade. Ferdinand Tönnies (1947) é uma das referências clássicas sobre “comunidade”, no entanto, seus conceitos foram subsequentemente criticados. Brancalone (2008) observa que Tönnies registrou três padrões de sociabilidade comunitária, a partir dos princípios de conivabilidade: os laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade espiritual, cada qual convergindo para um respectivo ordenamento interativo, como comunidade de sangue (parentesco), lugar (vizinhança) e espírito (“amizade”). Segundo ele (2008, pp.100-101), “no circuito das relações societárias, Tönnies denominou

por vontade arbitrária aquilo que é produto da sociabilidade mercantil, orientada em grande medida pelo cálculo, o tráfico e o contrato”. Mocellim (2011, p.112) observa certo pessimismo em Tönnies quanto à modernidade.

De certo modo, pode-se verificar em Tönnies uma visão pessimista da modernidade. De seu ponto de vista, aquilo que a Sociologia chamou de “social” se encontra principalmente na comunidade. É nela que se encontram a relação social mútua e os códigos morais compartilhados; é nela que o afeto predomina e determina os laços entre as pessoas. Porém, com a modernidade e a decadência da vida comunitária, o que se vê mesmo é a decadência deste “velho social”. A sociedade emergente é, para ele, sinônimo de atomização e individualização radicalizada e, assim, não pode representar uma forma de reconstrução da vida comunitária e de seu aspecto afetivo, pessoal e agregador.

Buber (1987, pp.37-39) avança na conceituação ao refutar a ideia de comunidade originária do instinto natural definida como pré-social e defende que “a forma de vida humana em comum não pode ser imposta de fora; (...) deve emergir do interior em cada tempo e lugar”. Para ele, a comunidade se baseia nos laços de escolha, não mais nos laços de sangue, que configura como pós-social, “uma vez que ultrapassa a sociedade e normas, e se sustenta sobre bases completamente diversas. Ela não quer reformar; a ela importa transformar”. Já Bauman (2003) nos provoca a refletir sobre a comunidade da atualidade contrapondo ao “entendimento comum” que “fluiu naturalmente”, segundo Ferdinand Tönnies (apud BAUMAN, 2003, p.15). Para Bauman (2003, p.17), a comunidade “não pode sobreviver ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente, estridente e vociferante”. Outro contemporâneo, Maffesoli (2014) se apoia no passado, com um olhar crítico, para cunhar o conceito de comunidade organizada a partir de grupos tribais. O tribalismo “pode ser perfeitamente efêmero, e se organiza conforme as ocasiões em que se apresentam” (MAFFESOLI, 2014, p.252). Dessa forma, se constituem “tribos” de múltiplos vieses como esportivas, de amigos, sexuais, religiosas, entre outras. Sua duração varia de acordo com o grau de investimento de seus protagonistas. Nota-se, então, que as tribos contemporâneas são muito dinâmicas e heterogêneas. Em nossa visão, as ferramentas tecnológicas da sociedade moderna contribuem para a difusão e

organização de indivíduos em grupos tribais múltiplos e diversos. Peruzzo e Berti (2010, pp.5-6), ao interpretarem Roger Silverstone (2005), tratam do conceito de comunidades vividas cuja abordagem ocorre no campo das relações conflitantes da vida social. Os indivíduos sonham “com o comum e as realidades partilhadas que estão na base” da comunidade. No entanto, reforçam que comunidade implica, “um conjunto de reivindicações de ser parte de algo partilhável e particular”.

Das abordagens clássicas sobre vivência comunitária de entendimento comum compartilhado por todos os membros (a *Gemeinschaft*, de Tönnies) ou das relações comunitárias das pequenas aldeias (Durkheim), nota-se que as discussões sobre o tema se fizeram a partir de uma realidade social e factual e faziam sentido para aquela sociedade. A sociedade não está estagnada, se remodela o tempo todo dinamicamente. Os ambientes, os espaços se transformam assim como as pessoas que a compõem. Vimos, com autores contemporâneos como Buber (1987), Bauman (2003) e Maffesoli (2014) formatações complementares às definições clássicas que se reconfiguraram e ganharam novas roupagens a partir da evolução da sociedade. Nas comunidades modernas, seja na sociedade-líquida de Bauman ou pós-moderna organizadas por grupos tribais de Maffesoli, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm um papel fundamental. Há de se considerar ainda que, tanto os conceitos clássicos quanto os contemporâneos, a significação do termo comunidade remete a algo positivo que tem se perpetuado ao longo da história da civilização. O mergulho no passado contribui para a formatação de novas construções que ganham formas e molduras conforme a evolução humana e social. Os conceitos são ressignificados, re-atualizados, se complementam e seguem o ritmo das transformações sociais em um processo contínuo. O passado é o ponto de partida para a construção e reconfiguração dos conceitos da atualidade. Assim como o conceito “comunidade” se transforma em consonância com a evolução da sociedade, a história nos mostra que as formas de mobilização e as ferramentas de comunicação de engajamento social se alteram e se renovam no tempo e no espaço. A sociedade e a vida comunitária ganham novos contornos que acompanham e seguem o ritmo de uma evolução natural, em que homem e tecnologia se interrelacionam a todo instante. Portanto, o ativismo nas redes ou ciberativismo tão somente é o modo contemporâneo de

manifestação e participação social coletiva que se desenvolve a partir das benesses dos adventos tecnológicos, porém, esta não exclui a atuação dos grupos no mundo off-line.

A sociedade da era digital tem se apropriado cada vez mais de recursos e ferramentas tecnológicas inseridas no cotidiano das relações sociais para promover ações e manifestações de ordem diversas. Nota-se que “desde os meados dos anos 1990 em diante, o incremento crescente dos meios de comunicação, via redes, foi acompanhado pari passu pelo aumento e a diversificação dos movimentos sociais, cujas estratégias fazem uso dos aparatos que o mundo digital propicia” (SANTAELLA, 2013, p.33).

“A observação do ativismo, divulgada em diversos contextos geográficos e políticos, mostra claramente como não é mais possível a representação de uma distinção entre cyber espaço e mundo real, entre mundo virtual e arquiteturas materiais” (DI FELICE, 2013, p.282). Atualmente, as práticas de ativismo surgem na rede e espalham-se “nas geografias materiais mantendo uma contínua interação e ligação e estabelecendo as formas de uma geografia informativa que, em outros contextos, definimos ‘atópica’”. É natural o desenvolvimento do ativismo on-line se considerarmos a disseminação da internet e a crescente facilidade de utilização dos aparatos tecnológicos na sociedade moderna. Para Somma (2015, p.21), a internet e as redes sociais são terrenos favoráveis para a expansão do ciberativismo porque diminuem os custos da ação coletiva; reduzem as distâncias geográficas e possibilitam a construção de novos laços entre organizações que compartilham interesses comuns com aliados externos e com grupos descontentes; e configuram-se como um novo canal de expressão para grupos que se sentem sub-representados ou excluídos da mídia de massa tradicional.

É inquestionável o poder da internet e das redes sociais nas ações de ativismo digital. Porém, não há como dissociar as atividades do mundo on-line às do mundo off-line. Estes são “subsistemas interconectados” que “na passagem de um para outro (re)aparecem os indivíduos e organizações, com seus diferenciais em termos de iniciativa, poder, valores e interesses que, inclusive, estavam presentes, embora ocultos, no mundo da rede” (SORJ, 2015, pp.14-15). Castells (2013, pp.18-19) compreende as redes sociais como apenas um elemento no contexto do processo comunicativo dos movimentos sociais da atualidade. Para ele, a autonomia de comunicação na sociedade em

rede é construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. Além disso, as redes sociais possibilitam deliberar sobre e coordenar atividades de modo amplamente desimpedido. A atuação no espaço urbano é fundamental para o sucesso e a eficácia das estratégias de mobilização social.

Parece-nos que ainda há muito a ser estudado, neste campo, já que o ciberativismo é uma onda, como apontou Sorj (2015), que está sendo constituída e em plena eferescência. Concebemos a internet e as redes sociais como uma ferramenta de apoio ao engajamento e participação popular que se limita a essa esfera. Assim, as análises sobre a influência e o impacto do ciberativismo ou net-ativismo, nas sociedades contemporâneas, devem perpassar por estudos que envolvem os contextos sociais e institucionais de cada caso em questão.

3 – Movimentos populares e sociais: abordagens do clássico ao contemporâneo

Não é de hoje que as temáticas “movimentos sociais” e “movimentos populares” fomentam discussões na sociedade. Debates que não se esgotam em virtude do dinamismo e de situações de diversidade presentes em um mundo globalizado e suscetível a transformações. Consideramos pertinente compreender conceitos e diferenças entre tais movimentos – sociais e populares – e outras manifestações e ações sociais coletivas. Peruzzo (2013, p.75) diz que “não convém confundir coletivos, organizações não governamentais, grupos, associações etc., ou mesmo qualquer forma de manifestação coletiva, com movimento social ou movimento popular”. Segundo ela, “há diferenciações entre movimento social – mais amplo – e movimento popular, aquele orgânico às classes populares, e que portam conteúdos emancipadores”. Daí a reflexão sobre protestos e outras formas de manifestações públicas não se constituírem necessariamente como movimento social ou popular.

Apesar de haver formas particulares para definir “movimentos sociais”, de modo geral, entendemos o tema como ações sociais coletivas organizadas por parcela representativa da população em prol de suas demandas, anseios e necessidades a fim de obter mudanças sociais. A primeira menção sobre o assunto surgiu, nos anos de 1840, com o nascimento da Sociologia. Na ocasião, Stein utilizou o termo “movimento social” para defender a

necessidade de uma ciência que se dedicasse aos estudos sobre o assunto. No século XX, a temática é abordada a partir do universo dos processos de interação social dentro da “teoria do conflito e mudança social” (GOHN, 2006, pp.328-329).

Na perspectiva de melhor compreender o papel dos grupos das redes sociais on-line que ganharam visibilidade no processo de impeachment de Dilma nos ambientes virtuais, e depois no mundo off-line, há de se considerar as transformações ocorridas na sociedade civil, na atualidade, e conseqüentemente, os movimentos sociais e o impacto da internet na atuação destes atores. Martuccelli (2015, pp.64-69) destaca várias transformações no âmbito da esfera pública entre 2000 e 2015. Para ele, os movimentos sociais deixaram “de operar unicamente pela defesa ou a representação de certos interesses ou identidades, e funcionam cada vez mais como mobilizações que buscam, sobretudo, alertar a opinião pública e, por vezes, os poderes institucionais vigentes”. O autor reforça ainda o enorme impacto da internet, na sociedade civil, em especial no âmbito dos movimentos sociais. Não muda “o sentimento duplo de não ser suficientemente escutado pelo sistema político e de não ser suficientemente visível nos meios de comunicação”. Ou seja, os movimentos sociais mantêm a essência de organização de ação social coletiva em prol de seus direitos e da mudança social contra o status quo. Contudo, essa percepção é transformada e reforçada pela internet.

Segundo Ghon (2006, pp.247-248), os movimentos sociais “são como as ondas e as marés, vão e voltam e isto ocorre não por causas naturais (...). Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho”. Notamos então que a ação dos movimentos é dinâmica e se desenvolve em consonância com os contextos sociais, culturais e institucionais da sociedade. Com a disseminação da internet no mundo, muitas ações encabeçadas por movimentos de lutas sociais coletivas são apoiadas por esse novo artefato tecnológico.

4 – O governo Dilma e as manifestações: uma análise das ações dos grupos no Facebook

No contexto do impeachment, a proposta foi ir além dos motivos de conhecimento público que levaram ao afastamento da ex-presidente Dilma.

Este fenômeno foi uma consequência de fatores para além do plano imediato. As ações da presidente desde o seu primeiro governo, sobretudo a partir da implementação da nova matriz econômica, que tinha como marca forte o “ativismo estatal” na busca da reindustrialização (SINGER, 2015); a falta de percepção do governo com relação às demandas da sociedade que eclodiram, nas ruas, a partir de 2013 (BUCCI, 2016); a perda de apoio em diversos segmentos da sociedade, especialmente depois de uma reeleição apertada com promessas de campanha não cumpridas (SINGER, 2015; VILLAVARDE, 2016; BUCCI, 2016), entre outros motivos. O processo de impeachment, conduzido a partir das “pedaladas fiscais” e dos decretos orçamentários, foi apenas a base formal para afastar Dilma Rousseff do poder. Aos poucos, as principais motivações político-partidárias não progressistas e as articulações políticas conservadoras se tornaram evidentes.

Nas ruas do país, o movimento do impeachment ganhou força por meio de manifestações públicas, antes mesmo da abertura oficial do processo, autorizado no dia 12 de maio de 2016 por meio de votação no Senado e concluído em 31 de agosto do mesmo ano com a saída da presidente do cargo. De março a dezembro de 2015, foram registrados ao menos nove atos e manifestações públicas a favor e contra o governo com presença significativa de pessoas nas ruas (G1, 2016). Novos protestos ocorreram, em 2016, tendo seu ápice em 13 de março daquele ano, quando o pedido de impeachment ganhou força. A partir de então, diversos manifestos foram articulados nas redes sociais digitais por grupos contra e favor da presidente apontando para uma polarização política na sociedade brasileira.

Os fenômenos ocorridos no Brasil não são únicos se comparados ao contexto mundial. Castells (2013) analisa acontecimentos históricos recentes que evidenciaram transformações sociais a partir da utilização das ferramentas tecnológicas e da conexão entre as pessoas por meio das redes sociais da internet, vistas pelo autor como “espaços de autonomia”. Para ele, os movimentos analisados e outros similares ocorridos no mundo nasceram de uma “crise econômica estrutural e de uma crise de legitimidade cada vez mais profunda”.

Há autores que veem as ferramentas sociais da internet também como forma de empoderamento. “As redes sociais e mídias apresentam oportunidades para ação, mobilização e comunicação, podendo desempenhar

diferentes papéis nas lutas por reconhecimento” (ROSSINI, 2014, p.312). Ela observa que assistimos ao ativismo nas redes ou ciberativismo dos movimentos políticos que surgiu como uma consequência do uso frequente dos dispositivos móveis conectados à internet. “Os grupos do Facebook são estruturas sociais organizadas por interesses ou causas em comum (...), os eventos [na rede] facilitam a mobilização e articulação de ações práticas, e os grupos permitem a manutenção de ambientes permanentes de engajamento e interação” (ROSSINI, 2014, p.314).

Com relação a protestos e manifestações apoiadas na internet ocorridas no mundo, inclusive no Brasil, Sorj (2014) faz uma reflexão pertinente daquilo que ele denomina de fenômenos sociais “glocais” – fusão de realidades locais e globais. O autor diz que “no mundo atual, de comunicação instantânea, é de esperar que os fenômenos locais tenham influência quase imediata em outras latitudes” (SORJ, 2014, p.87). Ao analisar tais contextos, ele observa que é fundamental considerar questões sociais e institucionais:

Sem dúvida, as características específicas de cada tecnologia de comunicação influenciam os processos sociais, e os novos meios de comunicação disseminam a informação em tempo real e de forma viral. Porém, os motivos que levam as pessoas às ruas para exprimir insatisfação e anseios de mudança devem ser procurados nos contextos sociais e institucionais, não nas tecnologias. (...) os novos meios de comunicação têm sua importância potencializada pelo declínio das instituições que, anteriormente, sem necessidade de telefone celular ou da internet, eram capazes de levar milhares às ruas.

Tratamos aqui que a internet e as mídias sociais digitais são ferramentas que permitem à sociedade amplificar de forma significativa informações e conteúdos que se propagam em tempo real e de forma viral na rede. “O novo espaço público virtual funciona de forma viral através de mensagens curtas, aglutinando indivíduos em torno de um denominador comum, em geral algo a que se é contra” (SORJ, 2014, p.90). No caso do impeachment de Dilma, diversos grupos publicizaram suas causas e ideologias por redes sociais que funcionaram como ferramenta para a disseminação e o agendamento de suas ações. Por meio delas, ampliaram-se as possibilidades de produção colaborativa e da participação do público nos debates e na ação política em torno do impeachment.

5 – Articulação e engajamento social dos grupos no Facebook

Para a pesquisa, como exposto, selecionamos quatro grupos que consideramos os mais expressivos no período do impeachment, com forte articulação em prol das manifestações públicas e com considerável número de seguidores em suas fanpages e os dividimos em dois blocos opostos: o MBL e Vem pra Rua, pró-impeachment; e Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, contra o processo. Objetivou-se compreender quão influentes foram a articulação e a organização desses grupos, nas redes sociais digitais, para engajar e instigar a participação social nos ambientes off-line no processo de impeachment de Dilma e se são perceptíveis os argumentos de luta da causa nas estratégias de comunicação no meio digital voltadas para atos públicos no mundo real. O MBL² que se diz “entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”, mantém página no Facebook desde 1º de novembro de 2014, conta com 3,4 milhões³ de seguidores. O Vem pra Rua⁴ iniciou atividades na rede, no mesmo ano, e agrega 2,2 milhões de pessoas. Ambos se revelaram adeptos do conservadorismo político e defensores de padrões culturais tradicionais como indicam seus vínculos político-partidários revelados nas eleições de 2016 e de 2018. A Frente Brasil Popular⁵ que se propõe a atuar “em defesa da democracia e por uma nova política econômica” está no Facebook, desde agosto de 2015, e tem 160 mil seguidores. No mesmo período surge a Frente Povo Sem Medo⁶ que “reúne diversos movimentos sociais, lutadoras e lutadores, de todo o Brasil” e conta com 155 mil pessoas conectadas em sua página na rede social Facebook. Notamos o uso recorrente da tecnologia na promoção de ações e eventos organizados e articulados, no Facebook, pelos quatro grupos. Juntos, eles publicaram 89 convites em suas fanpages para engajar a sociedade a participar de atos pró e contra o impeachment em atividades bem variadas. As publicações foram organizadas a partir das datas e chamadas das postagens de 1º de março a 31 de agosto de 2016. Fez-se análise sintetizada em apontamentos gerais e relevantes sobre cada grupo.

² Ver mais @mblivre e <http://mbl.org.br/>.

³ Levantamento feito em 14 de junho de 2020, nas páginas de Facebook dos grupos MBL, Vem pra Rua, Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo.

⁴ Ver mais @vempraruia.net e <http://vempraruia.net/>.

⁵ Ver mais em <http://frentebrazilpopular.org.br> e @FrenteBrasilPopular.

⁶ Ver mais @povosemmedonacional.

**Quadro 1 – Raio-X dos convites do Facebook
(Síntese das ações dos grupos pró e contra o Impeachment)**

Período de 1º Março a 31 de Agosto de 2016	
Grupo	Mapeamento dos convites virtuais
MBL	<ul style="list-style-type: none"> - 14 postagens e oito eventos; - Duas ações em parceria com o Vem pra Rua em atividades nacionais; - Uso frequente das cores da bandeira nacional (verde e amarela); - Apelo à sociedade para participação em atos "cívicos"; - Ações regionais e nacionais; - Principais protagonistas de ataque (Dilma, Lula e PT) e de apoio (povo brasileiro e MBL); - Personalidades da esfera pública, faixas, bandeiras, logomarcas e multidão de pessoas são símbolos identitários recorrentes nos convites virtuais; - Os eventos dos dias 13/3 e 17/4 tiveram grande repercussão na rede virtual e participação do público nos ambientes <i>off-line</i>; nestes casos, houve interação social e posicionamento divergente, por vezes ofensivo, entre seguidores, a partir das publicações dos convites; - O impeachment de Dilma foi o tema central das postagens.
Vem pra Rua	<ul style="list-style-type: none"> - 4 postagens para a mesma quantidade de eventos organizados; - Duas ações em parceria com o MBL de abrangência nacional; - Uso frequente das cores da bandeira nacional (verde e amarela); - Apelo à sociedade para participação em atos "cívicos"; - Eventos de mobilização exclusivamente de porte nacional; - Principais protagonistas de ataque (Dilma e parlamentares responsáveis pela votação do impeachment) e de apoio (povo brasileiro e Vem pra Rua); - População em massa e identidade visual do Vem pra Rua são principais símbolos identitários; - Todas as atividades organizadas na rede repercutiram entre os seguidores. As ações de maior relevância foram do dia 13/3 em que 402 mil pessoas compareceram ao ato, segundo levantamento na fanpage; e do dia 17/4, com notória aderência de seguidores observada em mais de 100 comentários e 656 <i>likes</i> registrados na publicação do convite para o evento. Neste caso, notou-se que a maioria dos internautas se coloca a favor do ato, porém, há divergência de opiniões, por vezes ofensivas; - Manifestações públicas e impeachment são temas centrais dos convites.
Povo Sem Medo	<ul style="list-style-type: none"> - 20 postagens e 18 eventos; - Nove ações regionais e nacionais em parceria com a Frente Brasil Popular, além de outras entidades de classe e movimentos sociais; - Uso frequente das cores roxa e laranja em referência à identidade visual do grupo; - Apelo à sociedade para participação em ato "cívico" de resistência e luta contra o golpe e pela garantia de direitos; - Explícita corrente política (esquerda) e apoio a Dilma com ressalvas e críticas à sua gestão; - Eventos nacionais e regionais, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, como debates, assembleias e mobilizações em massa; - Principais protagonistas de ataque (Temer, Sergio Moro, Eduardo Cunha e Rede

Trilhas e impactos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil

	<p>Globo) e de apoio (Dilma, Lula, PT, Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular);</p> <ul style="list-style-type: none">- Personalidades públicas, multidão de pessoas, faixas, cartazes, logomarcas são símbolos identitários recorrentes nos convites virtuais;- Baixa interação na <i>fanpage</i> por evento. Nenhuma atividade ultrapassou 100 <i>likes</i>, o que refletiu em proporção similar quanto aos comentários. Os convites virtuais para atos nacionais tiveram repercussão maior na rede social, com destaque para 24/3; 1/5, 12 e 13/5; 10/6 e 31/7. Quando notada divergência de opinião, houve troca de ofensas entre os internautas, ou seja, polarização de opiniões;- Temer é o principal tema das postagens dos convites virtuais.
Frente Brasil Popular	<ul style="list-style-type: none">- 50 postagens para 20 eventos das quais 26 referem-se a um único evento (Dia Nacional de Mobilização – Fora Temer, em 10/6).- Nove ações regionais e nacionais em parceria com a Frente Povo Sem Medo, além de outras entidades de classe e movimentos sociais;- Uso de cores roxa e laranja em convites, especialmente, em parceria com a Frente Povo Sem Medo, e também verde e amarela, com certa frequência. A cor vermelha também aparece nos convites virtuais.- Apelo à sociedade para participação em atos “cívicos” para lutar pela democracia e contra o golpe;- Explícita corrente política (esquerda) e apoio a Dilma com ressalvas e críticas e à sua gestão;- Eventos regionais e nacionais diversos como assembleias, plenárias, debates e mobilizações em massa;- Principais protagonistas de ataque, sobretudo Temer e outros (Eduardo Cunha e Rede Globo); e de apoio (movimentos sociais e Dilma);- Personalidades públicas, multidão de pessoas, faixas, cartazes, logomarcas são símbolos identitários recorrentes nos convites virtuais;- Baixa interação na <i>fanpage</i> com poucos <i>likes</i> e comentários. Algumas vezes, nenhum. A adesão em parte dos eventos foi mais representativa nos ambientes <i>off-line</i> (18 e 31/3; 17/4, 10/6, e 29/8) pelo levantamento no Facebook. O Dia Nacional de Mobilização – Fora Temer, em 10/6, se destacou como uma das principais ações na rede social do grupo;- Temer é o principal tema das postagens dos convites virtuais.

Fonte: Elaboração da autora

Pelo quadro geral, notou-se que apesar de terem articulado menos ações nas redes, os grupos favoráveis ao impeachment – MBL e Vem pra Rua – tiveram maior adesão de seguidores aos seus eventos. Os protagonistas dos convites virtuais são personalidades públicas envolvidas em situações e/ou acontecimentos de conhecimento geral. Os grupos usaram as ferramentas tecnológicas para produzir e disseminar os convites nos ambientes on-line, utilizando fotos, desenhos, logomarcas e muita arte gráfica de modo que pudessem ser identificados por seus seguidores. O povo (brasileiro), em diferentes situações, foi um forte elemento comum e protagonista nas

postagens dos grupos. O intuito era que a sociedade se sentisse representada pelos movimentos e fosse às ruas em defesa das mesmas causas.

Na relação estabelecida dos grupos com seus seguidores, notamos a configuração de laços sociais fracos por se tratarem de “relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade” (RECUERO, 2011, p.41). Praticamente não houve interação dos grupos com os internautas no Facebook, a qual se deu apenas entre seguidores. A construção dos convites virtuais – os posts propriamente ditos com os dados primários e os detalhes do evento no complemento das informações – é bem parecida: tem chamada de impacto, protagonistas-chave, marcas identitárias e serviço de utilidade pública com data e local do evento.

Notamos estratégias de comunicação, no Facebook, similares entre os quatro grupos, apesar de posicionamentos divergentes e de polarização. Observamos um objetivo comum entre todos eles: persuadir a sociedade ao engajamento e à participação no mundo real. A aprovação ou rejeição à ação de cada grupo ficou nas mãos dos seguidores das fanpages e dos brasileiros, à medida em que esses incorporam o discurso disseminado nas redes sociais. Em suma, a principal diferença esteve no campo ideológico em que os grupos se articularam cada qual a seu modo, princípios e valores para além dos ambientes virtuais. A observação dos principais protagonistas, temas das postagens, uso de recursos visuais e símbolos, interações desencadeadas, entre outros aspectos descritos, identificam a dinâmica das postagens feitas nas fanpages analisadas em equilíbrio à tensão contínua do ato político do impeachment. Houve a apropriação das ferramentas tecnológicas pelos grupos e a participação deles no processo do impeachment fez parte de um contexto social e institucional. Neste cenário, diversos fatores e elementos contribuíram para o afastamento definitivo da presidente, sobretudo de ordem política.

Em suma, o ciberespaço é um instrumento central na atuação dos integrantes da terceira onda da sociedade civil (SORJ, 2015). Ao conceituar essa nova esfera pública da sociedade civil, o autor reforça que esta, ainda em processo de formação, é formada por três grupos: os hackers, ativistas produtores de conteúdo virtual, e grupos constituídos off-line, mas que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoios – a exemplo dos grupos das redes sociais analisados. Quando se apropria das ferramentas tecnológicas disponíveis na atualidade e se articula nos ambientes off-line,

essa nova sociedade passa a funcionar como ator social de alerta para opinião pública e poderes instituídos. No caso do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, os grupos das redes sociais, tanto contra quanto a favor do processo podem não ter sido protagonistas únicos do processo, mas tiveram relevante participação, especialmente, na agilidade e ampliação da informação do processo de transformação social assim como outras alas da esfera pública.

6 – Manifestações públicas e a repercussão das ações dos grupos na imprensa

No estudo, observou-se a influência dos eventos articulados e organizados pelos grupos nas redes sociais, na grande mídia e imprensa alternativa, em uma correlação com as manifestações do impeachment de Dilma a fim de verificar se as estratégias de comunicação, no Facebook, se reverteram em pauta.

Foram feitas duas pesquisas exploratórias nos meios jornalísticos cuja metodologia já mencionamos e que somadas à pesquisa bibliográfica relacionada à ação jornalística, ética e manipulação no jornalismo, noticiabilidade e imprensa alternativa embasaram nossas percepções. Na primeira, selecionamos 64 reportagens – 19 em O Globo e 45 na Folha de S.Paulo – que trataram de manifestações, atos públicos e protestos relacionados ao impeachment, governo Dilma Rousseff, governo interino Michel Temer e eventos com a presença do ex-presidente Lula. Observamos se as reportagens faziam menção às ações agendadas e divulgadas pelos grupos no Facebook; se as datas e o teor das notícias estavam relacionados às atividades dos eventos organizados por eles. Fizemos o cruzamento das notícias veiculadas com os conteúdos relacionados aos atos e às manifestações públicas postados nas fanpages.

Percebeu-se que o processo de impeachment foi um “acontecimento” jornalístico, portanto, os diversos debates sobre o tema incitaram as redações na produção de notícias. As manifestações e os atos públicos fizeram parte da cobertura jornalística dos veículos dentro de um leque maior, uma crise institucional, política e econômica do país. As atividades promovidas nos ambientes pelos grupos pró e contra o impeachment serviram de norte para que as redações da grande mídia pautassem seus jornalistas sem necessariamente aderirem ao discurso propagado ou defendido por cada um

deles. Há de se considerar que os grupos se tornaram fonte dos media. Na Folha de S.Paulo, inclusive, lideranças integravam a lista de colonistas do jornal como Kim Kataguirí (MBL) e Guilherme Boulos (MTST).

Vimos que o processo da produção jornalística está carregado de uma “intenção”. Os jornais O Globo e Folha de S.Paulo apresentaram posicionamentos diferentes na cobertura dos “fatos” evidenciando interesses e pontos de vista particulares. Tais posturas fazem com que não cessemos o debate quanto à ética na imprensa (BUCCI, 2003), padrões de manipulação da notícia (ABRAMO, 2003) e que busquemos alternativas de informação para além da grande mídia. O Globo atuou no sentido de deslegitimar o governo dando ênfase à crise política e econômica por meio de reportagens desfavoráveis à gestão de Dilma. As manifestações entraram no fluxo do debate adotado pelo veículo. Na Folha de S.Paulo, verificou-se maior rigor da redação que não deixou de produzir notícias críticas, segundo seus interesses e intenções. Postura que manteve no desenvolvimento da cobertura analisada envolvendo outros protagonistas. Quanto às manifestações, prezou pela diversidade das fontes e pelo rigor na denominação de seus atores.

Em suma, as ações de comunicação dos grupos investigados nortearam a ação jornalística, mas, a cobertura dos media se deu para além da atuação destes nos ambientes virtuais e a partir dos interesses de cada veículo. O principal fator-notícia foi a crise institucional política e econômica do país, sendo as manifestações públicas pelo impeachment parte deste contexto. Há de se considerar ainda a força de engajamento dos grupos “virtuais” que se fortalecem à medida em que atuam no campo real.

No processo de pesquisa, nos deparamos com um fato jornalístico pontual do contexto do impeachment. A partir dele, ampliamos os estudos para além da imprensa convencional – O Globo e Folha de S.Paulo – e incluímos observações acerca do noticiário da imprensa alternativa – Caros Amigos, Agência de Notícias Carta Maior e Jornalistas Livres. O acontecimento, já citado, foi a divulgação do grampo telefônico da conversa entre a presidente da República e Lula, após a nomeação dele à frente da Casa Civil, no dia 16 de março de 2016. Investigamos 44 notícias sobre o “fato” e/ou geradas a partir dele, incluindo observações quanto à presença ou não dos grupos estudados nas pautas dos veículos na grande mídia e imprensa alternativa. A análise mostrou que a produção jornalística se dá a partir de “intenções” que

inclui a participação do jornalista no desenvolvimento do processo. Contudo, as diretrizes das instituições jornalísticas são soberanas na decisão sobre como a informação será transmitida à opinião pública.

A grande mídia e a imprensa alternativa apresentam particularidades que as colocam em um ou em outro grupo, mas esses meios são independentes no “fazer jornalismo”. Em O Globo e Folha de S.Paulo, vimos que o fato investigado consumiu horas de trabalho nas redações, que os veículos têm uma significativa estrutura de profissionais considerando o volume de matérias produzidas e diferentes autores dos textos; Lula, Dilma e Sergio Moro foram protagonistas dos noticiários; os protestos contra o governo receberam destaque nas páginas dos jornais; se posicionaram de forma crítica ao governo, no entanto, cada qual “manipulou” as informações segundo seu posicionamento político-ideológico. A imprensa alternativa nos pareceu ter uma estrutura menor que se refletiu na quantidade de conteúdos produzidos; atuou no sentido de “desvelar” assuntos não tratados pela grande mídia; mostrou-se próxima a movimentos sociais e populares e grupos de esquerda, entre outros; criticou a imprensa tradicional. No caso investigado, os veículos se colocaram favoráveis ao governo, contra o judiciário e críticos no “fazer jornalismo” pela grande imprensa, mas também apresentam diferenças entre si e também fizeram “recortes”, segundo seus pontos de vista e intenções.

Considerações finais

Notamos que não se trata simplesmente de eficiência de estratégia de comunicação em prol do engajamento e da participação social no que concerne às ações dos grupos MBL, Vem pra Rua e Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, no Facebook, à época do processo de impeachment de Dilma Rousseff, já que todos usaram estratégias similares para persuadir os seguidores. É preciso compreender que fatores podem levar a tão distinto comportamento entre os públicos bem como o real peso das estratégias comunicacionais em si na mobilização social que transita entre o espaço virtual (on-line) e o físico (off-line). Entendemos que os grupos das redes sociais estudados fizeram parte de um grupo de vários protagonistas em que cada um teve papel relevante no contexto social e institucional deste processo. Pela característica de atuação dos grupos, consideramos que a visibilidade deles se deu na agilidade e ampliação da informação do processo de transformação

social da sociedade assim como em outras alas da esfera pública. As ações na rede social Facebook dos grupos nortearam a ação jornalística, mas, a cobertura dos media ocorreu para além da atuação destes nos ambientes virtuais e a partir dos interesses de cada veículo. O principal fator-notícia foi a crise institucional política e econômica do país sendo as manifestações públicas pelo impeachment parte deste grande cenário. O impeachment de Dilma foi um processo gradativo que sofreu influência de diversos atores e fatores do contexto social e institucional local e global. Parte deste cenário, os grupos constituídos off-line se apropriaram do ciberespaço para disseminar posições e obter apoios fazendo uso de recursos tecnológicos consonantes com o seu tempo.

Espera-se que das articulações e mobilizações advindas desta nova sociedade civil que tem se empoderado da tecnologia em escala mundial para externar suas demandas, haja um debate sério capaz de promover transformações e melhorias para um futuro promissor que a sociedade tanto precisa. Se considerarmos que investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não param, são cada vez mais intensos e robustos, é certo que haverá muito a ser discutido por pesquisadores de diversas áreas sobre empoderamento e engajamento social, a partir da apropriação destas novas ferramentas pela sociedade.

Referências

ABRAMO, Perseu Abramo. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista Ciências Sociais** (Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, v. 39, n. 2, pp.98-104, 2008.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos**: das manifestações de junho de 2013. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. São Paulo: Zahar, 2013.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.
- DIFELICE, Massimo. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. Contemporânea: **Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador, v. 11, n. 2, pp. 267–283, maio-ago, 2013a.
- FAUSTO, S. (Orgs.). **Internet e mobilizações sociais**: transformações do espaço público e da sociedade civil. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015, p.102-145.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. 5ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos** – o declínio do individualismo na sociedade de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- MAIA, R. C. M. **Democracia e internet como esfera pública virtual**. In: X ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Brasília, 2001.
- MAPA das Manifestações no Brasil. **Portal G1**. Política. Disponível em: <<https://bit.ly/3QKg07Q>>. Acesso em: 18 mai.2018.
- MARTUCCELLI, Danilo. Esfera pública, movimentos sociais e juventude. In: SORJ, B.; FAUSTO, S. (Orgs.). **Internet e mobilizações sociais**: transformações do espaço público e da sociedade civil. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015, p.61-101.
- MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL**. São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o “gigante acordou” (?). In: IV JORNADA ACADÊMICA DISCENTE DO PPGCOM-USP. **Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2013.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling.; BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **As novas configurações das comunidades comunicacionais nas “comunidades de escolha”**. In: I COLÓQUIO BRASIL-CHINA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Espírito Santo, 2010.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **Revista Compós**. Rio Grande do Sul, 2007.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIFFE, D. e tal. The effectiveness of random, consecutive day and constructed week samplings in newspaper content analysis. **Journalism Quarterly**. American Michigan, Association of Schools and Departments of Journalism, 70, p.133-139, 1993.

ROSSINI, Patricia. Das redes para as ruas: mídias sociais como novas “armas” na luta por reconhecimento? **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, v. 36, n. 1, p.301-325, jul./dez. 2014.

SANTAELLA, Lucia. O DNA das redes sociais digitais. In: BARBOSA, M.; MORAIS, O.J. de (Orgs.). **Comunicação em tempo de redes sociais**: afetos, emoções, subjetividades. São Paulo, Intercom, 2013, p. 23-43.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rouseff (2011-2014). **Revista Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, edição 102, v. 34, n.2, p.39-67, jul., 2015.

SOMMA, Nicolás. Participação cidadã e ativismo digital na América Latina. In: SORJ, Bernardo.; FAUSTO, S. (Orgs.) **Internet e mobilizações sociais**: transformações do espaço público e da sociedade civil. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015.

SORJ, Bernardo. Entre o local e o global. In: FIGUEIREDO, Rubens (Org). **Junho de 2013**: A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014, p.87-98.

SORJ, Bernardo. On-line/off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública. In: SORJ, Bernardo.; FAUSTO, S. (Orgs.) **Internet e mobilizações sociais**: transformações do espaço público e da sociedade civil. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015, p.35-59.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.

VILLAVARDE, João. **Perigosas pedaladas**: os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rouseff. São Paulo: Geração Editorial, 2016.

Capítulo 5 – Pesquisa em redes sociais no Twitter: modelo metodológico para observação de movimentos de protesto*

Anelisa Maradei

Introdução

Contextualizando brevemente o que ocorreu no Brasil nas referidas datas, cabe lembrar que, em 2013, a sociedade brasileira se rebelou, inicialmente, contra o aumento das passagens de transporte público, passando, posteriormente, a reivindicar melhores condições de Saúde, Educação, além de incluir na pauta questões de corrupção (MARADEI, 2018b). Em um segundo momento, durante os protestos de 2015 e março de 2016, a sociedade se posicionou contra e a favor do governo da então presidente Dilma Rousseff (ibid), do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo líder histórico é Luiz Inácio Lula da Silva, mundialmente conhecido como Lula, ex-sindicalista e ex-presidente durante os anos que antecederam o governo Dilma (2003-2011).

Os movimentos aqui elencados foram impactados fortemente por demandas locais que, ao mesmo tempo, são questões globais do nosso tempo, como melhores condições de vida, anseios democráticos e justiça social. Foram movimentos que tiveram repercussão internacional, especialmente pelos escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás¹, uma das mais destacadas empresas do cenário econômico brasileiro. Os protestos também foram acirrados pelas acusações de comprometimento do líder

* Artigo relativo à tese de doutorado da autora “Twitter como esfera pública em momentos de protesto: estudo da comunicação pela rede social nos movimentos de 2013, 2015 e 2016 no Brasil”, defendida na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)/Universidade da Beira Interior (UBI), Portugal, em 2018.

¹ A Petrobras é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima) cujo acionista majoritário, à época dos escândalos, era o Governo do Brasil (União), sendo, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Está presente nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. A empresa é atualmente uma das principais protagonistas do maior escândalo de corrupção do Brasil, que vem sendo investigado, desde 2014, pela operação Lava Jato. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>. Acesso em: 08.set. 2019.

político e ex-presidente Luiz Inácio, primeiro operário brasileiro a chegar à presidência, em questões polêmicas relativas aos já referidos ilícitos.

Esclarecido o contexto em que foi realizada a investigação, é relevante salientar que nossa contribuição, no presente artigo, não está atrelada aos resultados da pesquisa em si, que podem ser conferidos na própria tese (Maradei, 2018b). Para além disso, nossa proposta é a apresentação e discussão do percurso metodológico realizado pela autora: problematização de desafios transpostos, técnicas adotadas e metodologias utilizadas que podem servir como contribuições para investigações acadêmicas futuras.

Queremos também trazer para o presente artigo uma relevante problematização sobre quais questões já preexistiam à era digital e que ainda nos desafiam, no tocante às pesquisas no campo da Comunicação, especialmente quando pensamos nos estudos de redes sociais digitais. Evidentemente, a temática não se esgota em um capítulo, mas, nossa pretensão é ampliar o debate e sugerir indicadores para transpor desafios e aguçar reflexões nesse campo de investigação.

1 – Antigos desafios impostos à pesquisa em Comunicação

Pensando nos desafios impostos pela pesquisa, na ambiência digital, em primeiro lugar, vale destacar a amplitude dos dados, ricos e volumosos, ou seja, a abundância de informações. Evidentemente, tal ambiência nos traz oportunidades para nos aprofundarmos na observação de questões múltiplas: políticas, mercadológicas, sociais. Como nos recorda Halavais (2012, p.15), no prefácio do livro *Métodos de Pesquisa para Internet*:

A pesquisa social sempre foi difícil, e a possibilidade de ser capaz de observar a sociedade em uma escala ampla sempre pareceu remota. Mas a internet deu aos cientistas sociais um presente. Esse presente, como todos os presentes, veio com uma obrigação. A internet nos permite ver mais interações sociais do que jamais esperávamos, e agora nos deparamos, em muitos casos, com o excesso de uma coisa boa.

Mas, como nos ensina Morin (2013), o conhecimento não se reduz a informações. Como bem pontua o autor, se tivermos muitas informações, corremos o risco de nos perder, de mergulhar em uma “nuvem de

desconhecimento”. É o que Halavais (2012) sugere ao mencionar “o excesso de uma coisa boa”. Apesar da abundância de dados coletados da internet, muitas vezes, ocorre a falta de aprofundamento de informações, além do uso em demasia da sistematização de dados, por programas informatizados, o que também pode nos conduzir a limitações no campo da pesquisa.

Nunca é demais destacar que não podemos deixar que as ferramentas nos direcionem. Somente um conjunto de técnicas e de práticas fornece ao pesquisador uma perspectiva científica. Nenhuma ferramenta isolada pode nos fazer compreender a complexidade das interações sociais no ambiente digital. Há autores que chegam a preceituar que: “O universo da produção humana, que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (Minayo, 2009, p.21). A autora, pensando na especificidade das pesquisas no campo das Ciências Sociais, sustenta que não podemos deixar de considerar que o objeto das investigações da área é essencialmente qualitativo. Para ela, o apego em demasia à técnica pode trazer aos pesquisadores o distanciamento de uma metodologia apropriada para reconstruir teoricamente os processos, as relações, os múltiplos significados da realidade social.

Não iríamos tão longe quanto Minayo (2009), em nossas colocações, mas o fato é que, como bem observam Fragoso et al (2012, p.19): “... não existem fórmulas prontas para fazer pesquisa: cada problema, cada método, cada amostragem e tratamento dos dados deve ser encarada como uma construção única, que pode servir de ensinamento e inspiração, mas nunca como um receituário pronto a ser seguido”. Em consonância com o posicionamento das autoras, Braga (2011) nos alerta para o fato de que não é possível assumir abstratamente abordagens prévias, fechadas e aplicá-las indistintamente a uma diversidade de pesquisas, pois, segundo o autor, diferentes pesquisas necessitam de diferentes aproximações. Além disso, como ponderam Goode e Hatt (1973, p.39), a pesquisa moderna deve “rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos “qualitativos” e “quantitativos”, ou entre ponto de vista “estatístico” e “não estatístico”. Temos que reconhecer que: “não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade” (ibid). Alinhados a essa perspectiva, sem desprezar o uso da técnica que vem auxiliando em larga escala os

trabalhos de pesquisa na ambiência digital (Recuero et al, 2017; Recuero e Soares 2017; Maradei, 2017, 2018a), preceituamos que as técnicas de amostragem quantitativa devem estar atreladas a um aprofundamento que permita uma investigação, em bases qualitativas, levando-nos a reconstruir os símbolos e os significados da realidade social.

A mobilização de métodos (quantitativo e qualitativo) e técnicas para a compreensão de um dado objeto do mundo social é o que permite afastar do pesquisador impressões, as chamadas “prenoções” (Durkheim, 1999). Durkheim, um dos pais da Sociologia, já nos orientava a um distanciamento de uma ciência alicerçada em juízos de valor. Para ele, devemos buscar as causas, as estruturas profundas do comportamento social. E isso em nada houve alteração nas práticas de pesquisa.

Outro ponto relevante que continua a permear as pesquisas na ambiência digital como uma das questões centrais e que não podem ser perdidas de vista é a perspectiva de que, em todos os estudos, os contextos devem ser sempre significativos e criteriosamente observados (Braga, 2011). Bourdieu (1983) também é partidário dessa percepção. Para ele, a Sociologia (aí incluímos os estudos em Comunicação) não pode se limitar a uma simples narrativa histórica e, tampouco, à descrição de dados coletados e organizados estatisticamente. Na visão do autor, a Sociologia, como ciência, deve conciliar raciocínio experimental e contextualização histórica.

Nesse sentido, foi de extrema importância para o trabalho aqui analisado, a observação das motivações que levaram os atores sociais a se posicionarem nas redes, pedindo melhores condições de Transporte, Educação e Saúde (2013) e, por fim, a saída da presidente do Brasil do poder que culminaria com o impeachment da governante Dilma Rousseff, em agosto de 2016 (Maradei, 2018a). Tratava-se de um contexto em que havia, por exemplo, enormes gastos para a viabilização de eventos esportivos, num país em que havia deficiências em setores básicos e estruturais (Maradei, 2018b). Além disso, seguindo as orientações de Bourdieu (2014), havia forças que atrelavam os indivíduos a apoiar ou não o governo.

Em resumo, vale ressaltar que, para além das mais abrangentes amostras que podem nos proporcionar as ferramentas de coleta de dados, temos ainda muitos dos mesmos desafios do passado, tais como:

a) evitar pré-noções;

- b)** observar o contexto em que se desenvolvem nossas pesquisas;
- c)** não focar apenas na amplitude dos dados, mas, na qualidade das informações;
- d)** não deixar que a tecnologia nos direcione no processo de investigação, mas, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades que ela nos proporciona;
- e)** considerar que cada amostragem merece um tratamento único, ou seja, cada problema deve ter seu próprio método.

Mas, uma coisa é evidente: os métodos de aquisição de dados quantitativos, via Internet, se revelam extremamente eficientes para o estudo do comportamento comunicacional dos atores sociais, sendo de baixíssimo custo, quando comparados com outros métodos. São ideais para a realização de pesquisas em que a velocidade de obtenção dos dados e a disponibilidade de verbas são determinantes. Infelizmente, distantes do domínio da tecnologia, alguns pesquisadores têm se acovardado, na exploração da ambiência digital, o que nos faz acreditar que há um problema a ser transposto dentro da própria academia: o da exclusão digital, o que por si, mereceria a redação de outro artigo.

Por fim, na sequência, diante dos desafios expostos, da complexidade das relações sociais e da importância do desenvolvimento de metodologias singulares para cada pesquisa específica; atentos ao que ocorreu na rede em três importantes momentos para a sociedade brasileira, sem nos esquecermos de que a rede é um desdobramento do que se vê no cotidiano, nas ruas, nos mais diferentes espaços de socialização, apresentamos, em linhas gerais, a forma como estruturamos a metodologia desenvolvida para o estudo Twitter como esfera Pública em momentos de Protesto: estudo da comunicação pela rede social nos movimentos de 2013, 2015 e 2016 no Brasil (Maradei, 2018b).

2 – Trajetória Metodológica

A pesquisa, em linhas gerais, apresenta o seguinte percurso metodológico:

- a)** Revisão bibliográfica, incluindo, além de obras clássicas, para tratar de temas como: esfera pública e esfera pública digital (Habermas, 2002, 2014; Papacharissi, 2002; Fiedland, 2006; Fraser, 1992, 2007; Fuchs, 2016); movimentos de protesto (Alonso, 2009; Sorj, 2014, 2016; Vizer, 2007; Melucci, 1999, 2001; Castells, 2013), sociedade em rede (Castells, 1999a, 1999b,

2015); e obras e estudos compilados sobre as manifestações, no Brasil, que nos propusemos a observar (Cidades Rebeldes, 2013; Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados no Mundo, 2014; Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado, 2014², entre outros).

b) Análise de Posts do Twitter, incluindo a coleta de material dessa rede em dois momentos: um primeiro que trazia uma ampla massa de informações, a partir de palavras-chave diversas, em um contexto mais abrangente. Posteriormente, em uma segunda etapa, realizamos uma delimitação de palavras que deram ao estudo a integração necessária para nossas observações totalizando 900 posts observados, um a um, inclusive comentários, com categorização do material levantado. O processo de delimitação de palavras será detalhado a seguir.

c) Consulta a matérias de jornais nacionais de grande circulação (Jornal Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo) e de outras mídias de massa nacionais e internacionais (Revista Exame, Revista Carta Capital, Revista Veja, El País) que nos deram sustentação para nossas investigações. Os dois principais jornais de São Paulo (Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo) foram auditados integralmente.

d) Consulta a dados abertos de institutos de pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE; Datafolha; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, entre outros). Foram dados compilados sobre número de participantes em cada movimento estudado, perfil dos manifestantes por período, demandas identificadas etc.

2.1 – A escolha do Twitter

O Twitter foi eleito para nossas observações porque é uma ferramenta menos afetada pelos algoritmos de filtragem em relação ao Facebook (Tufekci, 2015) e por ser potencialmente mais democrático e mais público (Recuero et al., 2017). A interface simplificada e a facilidade de publicar mensagens, por meio de dispositivos móveis, como celulares e tablets, têm dado ao Twitter um papel importante durante movimentações de protesto. Também por isso ele foi escolhido como ambiência para o nosso estudo. Além disso, nesse espaço, se processam interações pertinentes com o meio jornalístico, ou seja, é um

² Os dados foram obtidos na compilação dos estudos realizados por Figueiredo (2014), e publicados na obra Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado.

ambiente alternativo de produção de notícias e formação de opinião. Como sugere Zago (2013, p. 213):

Da mesma forma como os veículos se apropriam desses espaços para distribuir notícias, também os interagentes podem utilizar sites de redes sociais para comentar – expressar opinião, criticar, reagir com humor a determinados acontecimentos jornalísticos – e para filtrar – postar pequenas notas, links ou manchetes – notícias, vindo a contribuir para uma recirculação jornalística.

Em nosso entendimento, tal ambiência pareceu-nos relevante para a realização da pesquisa, tendo em vista que queríamos observar como se processava a formação da opinião pública na sociedade contemporânea durante movimentos de protesto (Gohn, 2011; 2014). Indo mais além, no Twitter, ocorrem “interlocuções dos ativistas durante os protestos: movimentações, propagação de memes, de hashtags emblemáticas que se tornam “bandeiras” sociais, como #vemprarua, #naovaitergolpe, #impeachmentday; #globogolpista, #vemprademocracia” e que são importantes indicadores para estudos do comportamento social durante movimentos de protesto” (Maradei, 2018b, p.164).

Para Santaella; Lemos (2011, pp. 66-67), trata-se de “um espaço colaborativo no qual questões, que surgem a partir de interesses dos mais microscópicos aos mais macroscópicos, podem ser livremente debatidas e respondidas...”. Segundo o posicionamento das autoras, nessa rede, há uma perspectiva relacional diversa das outras redes sociais, à medida em que nos deparamos com uma ecologia complexa de veiculação de ideias.

A coleta inicial foi realizada contemplando palavras-chave concernentes ao universo de interesse da pesquisa e que pudessem nos aproximar de respostas às nossas problematizações. Buscávamos verificar de que forma se processa a comunicação durante movimentos de protesto no contexto da sociedade em rede. Para elencar essas palavras, foram utilizadas observações dos trend topics do próprio Twitter e termos em destaque. Os dados coletados da pesquisa Causa Brasil³, que tinha por objetivo traduzir as causas dos protestos que se tornaram assunto no País. Tratava-se de um termômetro que

³ Disponível em: <https://adnews.com.br/adpublicidade/w3haus-promove-causa-brasil-com-novo-videocase/> Acesso em 9 out. 2019.

mensurava, em tempo real, os termos que mais se destacavam nos comentários das redes sociais, realizada por três grandes agências do universo digital do cenário brasileiro.

Figura 1 – Causa Brasil



Fonte: Adnews

É importante esclarecer que a pesquisa foi norteadora. Mas, para a captação dos dados do Twitter, utilizamos um programa do mercado, que não é aberto, mas que atendia nossas necessidades de busca. Os posts coletados foram utilizados apenas como insumos primários para delinear nossa metodologia. O uso de buscadores comerciais, como o Google ou mesmo ferramentas como a por nós utilizada, tem merecido críticas por operarem com critérios sigilosos de seleção, misturarem resultados pagos e orgânicos e pela eventual manipulação dos resultados em função da interferência de algoritmos.

Por isso, optamos por não nos atrelar apenas aos dados obtidas através da ferramenta, mas partindo para o aprofundamento das análises de uma forma mais complexa: redução do montante de informações de forma criteriosa, ou seja, abertura dos 900 posts, um a um, para categorização, observação de comentários e compartilhamentos dos mesmos de forma individualizada, frequência, perfil dos atores sociais, criação de uma taxonomia para categorização do material e melhor observação dos dados, além de

complementação do estudo com dados de institutos de pesquisa, revisão bibliográfica e análise de material de imprensa, como já explicitado anteriormente.

Mas, de qualquer forma, é importante que se esclareça que a coleta foi feita por meio da ferramenta de localização semântica Seekr (atualmente a empresa chama-se Hi Platform, pois foi vendida). Trata-se de um mecanismo que realiza a busca, a partir de hashtags previamente selecionadas. Há outras, no mercado, como Scup, keyhole, hashtracking que também podem ser utilizadas para o mesmo fim.

Esse foi, portanto, o ponto de partida que nos apoiou para a realização da categorização e análise do material. Inicialmente, em junho de 2013, utilizamos para a busca palavras-chave concernentes àquele período. Novas palavras, entretanto, foram sendo acrescentadas e algumas até desprezadas pela dinâmica da própria pesquisa. Em 2013, tendo em vista a ambiência do País e o contexto que estava sendo analisado, foram elencadas palavras relativas às críticas aos jogos esportivos que se processaram no Brasil (Copa das Confederações, que ocorreu em junho de 2013; e Copa do Mundo, que seria realizada no País, em 2014): #saudepadraoififa, #foracopa, #copapraquem, entre outras. Questões relativas ao transporte urbano como: #tarifazero, #naoeapenas20centavos, #passelivre, #contraaumento etc, também foram mapeadas. Isso porque havia, no cenário brasileiro, um processo de forte crítica em relação aos altos investimentos voltados aos jogos esportivos, desvios de verbas públicas, corrupção em licitações relativas aos jogos diante de tantas outras necessidades constatadas, no Brasil, em diversas esferas: Transporte, Saúde, Educação etc. (Maradei, 2018b).

Havia ainda, na amostragem, palavras que nos remetiam ao protesto em si: #protestobr, #protestobrasil, #protestorj (referindo-se ao Rio de Janeiro), #protestopa (referindo-se à cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul), #manifestacaosp, #protestosp, entre outras, que associavam a busca aos protestos em si e às manifestações nos mais diferentes estados brasileiros. Também foram incluídas palavras de ordem que surgiram nas próprias redes sociais no decorrer da evolução das manifestações e que por sua relevância foram incluídas na busca: #vempraru, #ogigangeacordou, #obrasilacordou, #primaverabrasileira (numa menção feita pelos internautas à correlata

primavera árabe⁴), #revoltadovinagre⁵, #saimosdofacebook (para abordar que os protestos organizados, nas redes sociais, ganharam as ruas das cidades brasileiras), entre outras.

Em 2015 e 2016, utilizando a mesma ferramenta (Hi Plataforma), foram sendo incorporados ao monitoramento outros termos como menções a políticos #forarenan⁶, #foradilma e novas palavras de ordem como #panelaço (em decorrência de uma forma de manifestação adotada no período que levava os manifestantes a bater painéis nas janelas das casas e edifícios para protestar), entre outros. Essas hashtags foram escolhidas da mesma forma que as anteriores, ou seja: contexto histórico, ambiência encontrada na rede (trend topics), correlação dos fatos e demandas reproduzidas nos noticiários da mídia capitalista⁷. O bom encaminhamento das palavras-chave é fundamental para a estruturação da pesquisa, pois, esse processo é que direciona a assertividade das etapas seguintes e boa extração de dados no momento da categorização do material. Em cada etapa, foram coletados números elevados de posts (muitas vezes chegamos a mais de 30 mil posts ou mais em um único dia), utilizando mais de 60 termos de busca considerando algumas variações (como, por exemplo, protestobr, protestosbr, protestos, protestorj etc).

Ao final de mais de três anos de monitoramento, com sistematização parcial de dados e publicação de artigos relacionados ao tema em

⁴ O termo “Primavera Árabe” foi popularizado pela mídia ocidental, no início de 2011, após a revolta bem-sucedida ocorrida, na Tunísia, contra o governo repressivo do ex-presidente Zine El Abidine Ben Ali. O estopim do movimento, até então limitado à Tunísia, ocorreu quando o comerciante local Mohammed Bouazizi ateou fogo no próprio corpo após ser ultrajado pela polícia. Responsável por uma família de oito pessoas, havia colocado à venda seu carrinho de mão. Membros do governo pediram propina para que vendesse seu instrumento de trabalho e Mohammed se negou. Foi colocado em um carro, agredido e todos os seus produtos foram roubados. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/primavera-arabe/>? Acesso em 08 out. 2019.

⁵ O nome surge porque manifestantes usavam, em 2013, panos molhados com vinagre perto do rosto como proteção contra efeitos do gás lacrimogênio jogado pela polícia.

⁶ Hashtag usada em alusão ao político Renan Calheiros que se tornou um dos principais alvos das críticas nas ruas em 2016. Para mais informações: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2016/12/fora-renan-cai-no-gosto-dos-manifestantes.html>

⁷ Lembrando que mídia capitalista é um conceito adotado por Fuchs (2016) e “envolve empresas privadas, pertencentes a famílias ou acionistas. Está culturalmente localizada na esfera pública, mas, ao mesmo tempo, faz parte da economia capitalista... (Fuchs, 2016, p.24).

Congressos, revistas e também em livros (Maradei, 2016, 2017, 2018a), observamos a necessidade de eleger termos que estivessem presentes, nos três momentos do processo de pesquisa, a fim de dar consistência ao trabalho e integrar o material coletado, dando um norte e maior consistência à narrativa das investigações. Isso porque temas como #copapraquem, #passelivre (específicos do contexto de 2013) foram perdendo relevância e emergiram novos debates. Ainda assim, é importante que se esclareça que eles foram fundamentais para a compreensão do processo e para que chegássemos até a escolha dos termos que fizeram com que delineássemos nossa etapa metodológica final e nossos principais debates.

É importante também esclarecer que desprezamos expressões que pudessem, em nosso entendimento, trazer distorções ao trabalho, como #foradilma, #impeachment, por as consideramos tendenciosas ou representativas de uma única vertente ideológica: a dos que queriam a queda da presidente. O que nos interessava investigar era a migração do cenário de 2013 para 2016, correlações entre os fatos, evolução das demandas, circulação de sentidos. Na sequência, apresentamos as tabelas 1 e 2 com a síntese das datas auditadas por ano, horário de coleta dos dados, palavras-chave utilizadas na coleta de posts e números de posts captados por dia.

Quadro 1 – 1ª fase: junho de 2013 – Cenário atrelado a demandas múltiplas

DATA	ANO	DEMANDA	HORÁRIO DA COLETA	HASHTAGS DE BUSCA	NÚMERO DE POSTS COLETADOS
20/06	2013	Demandas múltiplas com forte cunho político	Horário do Protesto: Entre 20h45 e 21h00	#globogolpista #vemprarua #acordabrasil #protestobr #protestosbr #protestosp #mudabrasil #20centavos #vintecentavos #MPL #movimentopasselivre	150
26/06	2013	Demandas múltiplas com forte	Horário do Protesto: Entre	#globogolpista #vemprarua #acordabrasil	75

		cunho político	14h27 às 14h36	#protestobr #protestosbr #protestosp #mudabrasil #20centavos #vintecentavos #MPL #movimentopasselivre	
30/06	2013	Demandas múltiplas com forte cunho político	Horário do Protesto: Entre 15h e 21h	#globogolpista #vemprarua #acordabrasil #protestobr #protestosbr #protestosp #mudabrasil #20centavos #vintecentavos #MPL #movimentopasselivre	75

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 2 – 2ª fase: Impeachment – Questões políticas partidárias e corrupção

DATA	ANO	DEMANDA	HORÁRIO DA COLETA	HASHTAGS DE BUSCA	NÚMERO DE POSTS COLETADOS
13/03	2015	Contra impeachment	Horário do Protesto Entre 15h e 18h20	#globogolpista #vemprarua #acordabrasil #protestobr #protestosbr #protestosp #mudabrasil	150
15/03	2015	Pró Impeachment	Horário do Protesto Entre 15h e 17h32	#globogolpista #vemprarua #acordabrasil #protestobr #protestosbr #protestosp #mudabrasil	150

13/03	2016	Pró Impeachment	Horário do Protesto Entre 15h e 19h	#globogolpista #vemprarua #acordabrasil #protestobr #protestosbr #protestosp #mudabrasil	150
18/03	2016	Contra Impeachment	Horário do Protesto Entre 15h e 21h	#globogolpista #vemprarua #acordabrasil #protestobr #protestosbr #protestosp #mudabrasil	150

Fonte: Elaboração da autora

Em resumo, como demonstram as tabelas, para um recorte que desse respostas às nossas indagações, de forma homogênea, sem interferências no objetivo final do trabalho, elencamos os seguintes termos para avançar:

- a)** #globogolpista (termo que aparecia, desde 2013, em referência às críticas direcionadas ao principal grupo de comunicação do País, Grupo Globo, acusado de favorecer alguns setores da sociedade em suas transmissões televisivas);
- b)** #vemprarua (termo que apareceu, durante todas as etapas do processo, como um reforço às argumentações e como palavra convocatória);
- c)** #acordabrasil
- d)** #mudabrasil (termos utilizados, em todos os momentos, por atores sociais que pediam mudança);
- e)** #protestosbr
- f)** #protestobr (termos genéricos e abrangentes relativos aos movimentos);
- g)** #protestosp (por ser essa a cidade onde se desenrolaram as manifestações com maior número de pessoas e relevância (Maradei, 2018b, p.155).
- h)** #20 centavos (valor do aumento da passagem do transporte e que gerou toda a movimentação de protesto, em 2013, quando esse termo foi incorporado)
- i)** #vinte centavos (idem item 8)

j) #MPL (Movimento Passe livre. Esse termo só foi incorporado na busca de 2013, pois, consideramos, que nos anos subsequentes qualquer demanda seria diluída e captada pelas palavras “protestobr”, “acordabrasil”, “vempraruá”, enfim, as variações já incorporadas em nossa amostragem nos trariam as causas subliminares da população)

l) #movimentopasselivre (idem tópico 10)

Em relação às datas e horários analisados, cabe ressaltar que atentos ao que tange à abundância do universo amostral digital, escolhemos para observação, no mês de junho de 2013, apenas três datas (20, 27 e 30), conforme demonstrado no Quadro 1. O motivo foi considerarmos que, na segunda metade do referido mês, as manifestações enveredaram para uma perspectiva mais político-partidária⁸, o que consideramos estar mais alinhado aos objetivos de nossa investigação (Maradei, 2018 b). Essa conclusão foi possível pela leitura preliminar das postagens bem como pela análise das matérias dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo⁹, respectivamente, que foram criteriosamente acompanhados como termômetro durante os meses de junho e julho de 2013. Além disso, achamos interessante manter amostras homogêneas a cada período, ou seja, 300 posts a cada ano de investigação.

Ainda em relação ao ano de 2013, distribuimos os posts da seguinte forma: 150, no dia 20; 75, no dia 26; e 75, no dia 30 de junho, a fim de alcançarmos o número de 300 posts. Com o objetivo de aprofundarmos nossas análises, em alguns momentos, agrupamos os dias 26 e 30 em um único bloco com 150 posts.

⁸ É importante que se esclareça que, em todos os momentos, as manifestações tiveram características políticas, entretanto, depois de 2013, entraríamos em um período de forte polarização política no Brasil. Primeiro entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Posteriormente entre PT e Partido Social Liberal, PSL, partido pelo qual Jair Bolsonaro foi eleito, em 2018, presidente do Brasil.

⁹ Folha, O Globo, e O Estado de S. Paulo são respectivamente os jornais líderes, em circulação no País, sendo que, em São Paulo, onde os movimentos de protesto tiveram grande relevância. A liderança fica por conta dos jornais Estado e Folha. Por isso, a escolha pela pesquisadora desses veículos de comunicação para o acompanhamento diário dos periódicos. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>. Acesso em 10 out 2019.

2.2 – Revisão bibliográfica, taxonomia e análise dos dados

Paralelamente, percorremos o caminho de observar o estado da arte, realizando uma ampla revisão bibliográfica, em torno da qual buscamos articular as proposições teóricas atreladas às nossas fontes de referência. O objetivo foi apoiar e aprofundar nosso estudo empírico, além de traçar, como proposto por Luna (1998), um quadro completo sobre a questão investigada descrevendo o estado atual do conhecimento produzido, na área de pesquisa, dentro do desafio que a questão dos movimentos nos impõe. Apesar de estarmos trabalhando, na ambiência digital, a questão teórica atrelada aos movimentos sociais foi de fundamental importância para delinear o percurso de nosso trabalho bem como conceitos como o de esfera pública (Habermas, 2014), que nos levou à esfera pública digital (Benkler, 2006; Papacharissi, 2002; Fuchs, 2016; Fraser, 2007). Como já detalhado, trabalhamos com três perspectivas principais: Sociedade em Rede, Esfera Pública Digital e Movimentos Sociais Contemporâneos.

Em consonância com a teoria, em posse dos dados coletados e estabelecidos os devidos recortes, avançamos na leitura aprofundada das postagens. Realizamos a análise dos tuítes que circularam no período mediante um processo de categorização que envolvia a observação das postagens recuperadas, a partir das hashtags selecionadas no recorte final. O trabalho, a partir da busca semântica, nos mostrou que as hashtags funcionam como um termômetro do cotidiano em tempos de redes sociais.

Nossas análises “foram feitas tendo em vista que os movimentos sociais e as articulações que ocorreram durante os mesmos foram processos complexos (Maradei, 2018b), como bem demonstra a autora em sua pesquisa doutoral, os quais foram detalhadamente analisados e contextualizados. Em diversas oportunidades, se valeu, inclusive, de noticiário da mídia capitalista (Fuchs, 2016) para dar conta dos processos comunicacionais que se estabeleceram com complexas circulações de sentidos nas ambiências on e offline. Sem tais referências, não seria possível ter respostas ou encontrar saídas para algumas dúvidas, ou seja, o mundo virtual e o digital se entrelaçam em alguns momentos para a compreensão da realidade e da opinião pública.

Isso exposto, apresentamos as categorias de análise que lançamos mão para nos auxiliar a desvendar nossos objetivos de pesquisa:

- a) Violência:** nas postagens, foram identificados posts com teor de violência, ou seja, aqueles que faziam menção a um fato violento ou que traziam uma expressão que consideramos ser violenta à honra e dignidade dos atores presentes na rede, fossem eles cidadãos, organizações, instituições públicas ou privadas. Estabelecemos que palavras que se referissem a instituições ou pessoas como golpista, vândalos ou posts que retratassem atos como: “mulher atropela militante do PT”, invasões e depredações fossem, respectivamente, considerados como violência. Observamos ainda: a. Frequência em que apareceram; b. Principais momentos em que apareceram; c. Justificativas com os contextos (Jogos Esportivos, impeachment, por exemplo);
- b) Conteúdos com humor ou ironia:** categoria dedicada a rastrear como os atores sociais processaram o humor nas redes, durante as articulações de protesto, e quais os temas que mais mereceram a atenção dos cidadãos com essa conotação. Lembrando que o humor é uma categoria polêmica e, como ressaltam Recuero e Soares (2013), compreende “toda uma forma de contexto diferenciada para a interação, onde a fala pode ser compreendida a partir de diferentes elementos”, ou seja, ambiguidade, paradoxo e múltiplas interpretações da realidade. Por ironia, entendemos a utilização de palavras que manifestam o sentido oposto do seu significado literal. Nessa categoria, incluímos também os memes.

Gráfico 1 – Análise comparativa violência X humor



Fonte: Elaboração da autora

- c) Demandas dos cidadãos:** monitoramos quais foram, em que momentos e em quais contextos apareceram, por que razões, picos, repetições, eventuais variações no curso de nossas observações: Saúde, Educação, Segurança,

PEC 37, saída da presidente, entre outras. Mapeamos: (a) Principais demandas por período observado; (b) Demandas recorrentes; (c) Picos de demandas e suas razões conjunturais;

d) Atores sociais: nessa etapa, pesquisamos quem foram os atores sociais, quais foram as organizações e outros atores que estiveram na rede digital durante os movimentos de protesto fazendo reivindicações. Quais atores sociais participaram do debate. Essa informação se mostrou de difícil perseguição tendo em vista que, muitas vezes, eles aparecem camuflados em identidades fundidas, por exemplo, em um jornalista que se apresenta como cidadão, um político travestido de ator social comum e que é, na verdade, um grande influenciador, além da possibilidade de disparos por robôs. Entretanto, para driblar essas questões, utilizamos o número de seguidores, a busca pelo nome em outras redes e apoio, no Google, quando não havia no Twitter uma descrição mais detalhada da persona. Ainda assim, ressaltamos que esse é um desafio ainda a ser transposto na rede. A identificação precisa dos atores que transitam no debate e suas identidades são um enorme desafio

e) Postagens convocatórias: em que medida e de que forma os tuítes foram utilizados para ativar, organizar e convocar os atores sociais para os movimentos. Evidentemente o chamamento pelo uso de hashtags foi um dos movimentos mais constatados como o uso da hashtag #vempruarua;

Gráfico 2 – Convocação ano a ano



Fonte: Elaboração da autora

f) Cunho político partidário: verificamos se o post tinha algum cunho político-partidário. Para que fosse incluído, nessa categoria, determinamos em nosso protocolo de análise que o post teria que ter menção expressa a partido ou

político: Partido dos Trabalhadores, PT, Movimento Democrático Brasileiro, MDB, etc., ou a políticos de destaque no cenário nacional: Dilma, Lula, etc., ou ainda a expressão “Coxinha”, extremamente remissiva naquele momento ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e notadamente conhecida, no cenário político nacional, para se referir às pessoas de direita ou alinhadas a essas ideias. Embora tenhamos observado movimentações políticas e ativismo em todas as fases dos protestos, em todos os anos estudados, a categorização teve por objetivo mapear a lembrança e o destaque dado aos representantes que estiveram envolvidos em corrupção ou com a popularidade em baixa bem como aos partidos aos quais eles estavam ligados. Observamos: principais políticos em evidência e as razões para essa evidência no contexto comunicacional. Como tratava-se de um trabalho que se propunha a observar o debate dos atores, na esfera pública, procuramos não desprezar nenhum ator, mesmo os de menor representatividade na rede, pois, a nós interessava saber o que pensam as minorias. Outra questão é que há ferramentas que simulam o número de seguidores, como é de conhecimento público, o que pode dar uma leitura equivocada em relação à influência do ator social.

g) Formas de geração de conteúdo: A proposta foi verificar o nível de debate dos cidadãos para saber se eles apenas reproduzem ou produzem conteúdos, nas redes, o que faz toda diferença como indicativo para as análises da forma como se processa a interação e se manifesta a opinião pública, na esfera digital, durante os protestos. Nesse quesito, foram analisados: a. retuíte (quando o ator está apenas redirecionando uma mensagem já elaborada por outrem). b. tuítes com links (para onde nos remeteram os posts, ou seja, de onde vem a informação: imprensa, outras redes sociais). c. Posts genuínos (postagens totalmente elaboradas pelo ator social como manifestação própria). Além disso, nessa categoria, agrupamos os posts com link e retuíte e observamos: (a) de onde eles partiam, ou seja, quem eram os autores originais das postagens (formadores de opinião, políticos, cidadãos); (b) de que espaços eram provenientes (outras mídias digitais, grande imprensa). No caso de mensagens (links e retuítes) advindos da grande imprensa, investigamos e, por meio de gráficos demonstrativos, apontamos quais os principais veículos da imprensa corporativa que nortearam o debate. Por grande imprensa ou mídia capitalista (Fuchs, 2016), entendemos os grandes

conglomerados de comunicação incluindo os portais UOL, R7, Terra, entre outros.

h) Compartilhamentos e interações por meio de curtidas, comentários e retuítes: auditamos, por fim, o número de compartilhamentos, likes e retuítes dos posts. A partir deste indicativo, elencamos os dois posts mais prestigiados de cada período e buscamos tecer alguns comentários acerca dos mesmos vislumbrando compreender por que se destacaram dentro do universo amostral.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi apresentar o percurso metodológico traçado pela autora como forma de nortear uma discussão e problematização acerca dos novos e recorrentes desafios encontrados pelos pesquisadores na área de Comunicação no ainda novo e desafiador estudo de redes sociais digitais.

Wasserman e Faust (1994) nos ensinam que a análise de redes sociais é inerentemente uma empreitada interdisciplinar. Os autores nos lembram que os conceitos da matéria foram desenvolvidos pelo encontro da teoria social e da aplicação da Matemática, Estatística e dos métodos computacionais. Certamente, há muitos caminhos para se chegar a resultados de pesquisa utilizando diferentes recursos: Gephi-Force Atlas (aproxima grupos e centraliza nós de maior grau); NodeXL (estuda a grupabilidade por cluster), acesso direto à API (application programming interface) do Twitter etc.

Com o percurso metodológico, aqui apresentado, esperamos trazer contribuições a outros pesquisadores e deixar algumas sinalizações no sentido de que o pesquisador contemporâneo não deve focar apenas na amplitude dos dados, mas, na qualidade das informações. Não pode tampouco esquecer que cada amostragem merece um tratamento único, ou seja, cada problema deve ter seu próprio método.

A tecnologia não deve ser a direcionadora do processo de investigação, mas, ao mesmo tempo, o pesquisador deve se aproveitar das oportunidades que ela nos proporciona. Também nos parece conveniente a mobilização de métodos combinados, quantitativo e qualitativo, a fim de que haja a perfeita compreensão de um dado objeto de estudo sempre buscando afastar, dessa forma, pré-noções ou praticar uma Ciência alicerçada em juízo de valor. Gráficos, cruzamento de dados, planilhas e mesmo estudos paralelos deram

sustentação a nosso estudo durante todo o processo de trabalho. Outra relevante questão que foi detectada, em especial na nossa trajetória de pesquisa, foi a relevância da correlação histórica entre os movimentos de protesto. Esse foi um dos maiores desafios encontrados no trabalho e que dificilmente a tecnologia resolveria prontamente. Houve, é incontestável, muitos momentos em que a técnica, contudo, foi fundamental para o avanço do trabalho de observação histórica. De qualquer forma, a correlação histórica dos fatos foi fundamental para a retratação da realidade e avanços empíricos.

Como destacamos, em nossa exposição, há muitos desafios que não fazem parte unicamente de pesquisas, na esfera digital, mas de todas as pesquisas acadêmicas em Ciências Sociais e que não desapareceram do cenário com a chegada de inovações tecnológicas como a questão da adequada contextualização dos fatos. Para o trabalho aqui apresentado, foi de fundamental importância a observação da ambiência onde se processaram as diversas demandas dos cidadãos, atreladas aos movimentos de protesto como os pedidos por melhores condições de vida (Saúde, Transporte, Educação) ou mesmo os clamores pela saída da presidente Dilma (que tinha sua popularidade em declínio desde junho de 2013, especialmente, em razão de uma emergente crise econômica, aumento do desemprego, denúncias de corrupção etc). O contexto diz muito sobre o que está sendo estudado e sobre as razões para que aquele cenário se estabeleça.

Levar em consideração a melhor rede para o desenvolvimento do estudo que se quer realizar também faz parte do processo. Como já explicitado, o Twitter foi escolhido em nosso caso, entre outras razões, por ser considerado uma rede com ambiência mais democrática e muito utilizada em momentos de protesto para interação em tempo real. Não menos essencial para a delimitação de nossa trajetória metodológica foi a escolha assertiva das palavras-chave, ou seja, dos termos utilizados na busca semântica. Eles foram o insumo, a bússola norteadora para o desenvolvimento das análises.

E após o uso da busca semântica, ainda que tivéssemos uma extensa base de dados, optamos por agregar técnicas qualitativas ao estudo por estarmos atentos ao processo e por acreditarmos, como Minayo (2009, p. 21), que: “O universo da produção humana, que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores

quantitativos” apenas. Por fim, ressaltamos que consideramos de fundamental importância as possibilidades emergentes que a ambiência digital nos traz para a composição de pesquisas em nossa área. Entretanto, acreditamos que a triangulação metodológica ainda seja um caminho mais assertivo. No nosso caso específico, a pesquisa envolveu a observação da movimentação da imprensa, dos atores sociais na rede Twitter, leitura de artigos acadêmicos, obras específicas contendo artigos multidisciplinares de urbanistas, sociólogos, historiadores, filósofos, antropólogos etc, buscando um olhar multidisciplinar para tratar da problematização proposta. Acreditamos como nos ensina Edgar Morin (2013) que o pensamento complexo é um território frutífero e que só ele é capaz de trazer uma articulação, uma reflexão multidirecional que, integre e desenvolva formalização e quantificação, mas não se restrinja a isso.

Lembramos também que embora haja inúmeras e crescentes alternativas para o mapeamento de redes sociais, há de se ponderar a dificuldade ainda registrada em termos da inclusão dos pesquisadores no que tange a operacionalização dessas novas formas de gestão da informação. O domínio da tecnologia e a disponibilidade de recursos para implementar programas ou comprar licenças de softwares de monitoramento e tratamento de dados ainda são um desafio recorrente para muitas instituições de ensino e pesquisa, no Brasil, e em muitos países da América Latina, de onde estabeleço meu lugar de fala e vivência.

Referências

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. São Paulo: Lua Nova, 2009.

BENKLER, Y. **The Wellth of Networks**: How Social Production Transforms Markets and Freedom. New Haven, EUA: Yale University Press, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, José Luís. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v.14, n.1, jan/abr 2011.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORREIA, J.C. Novos movimentos sociais e transformações no modelo de análise das mídias. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. **Mídia e movimentos sociais**. São Paulo: Paulus, 2007. P.53-85.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIEDLAND, L et al. The networked public sphere. **Javnost-thepublic**, Journal of the European Institute for Communication and Culture. Ljubljana, v.13, n.4, p.5-26.

FIGUEIREDO, R. (Org.). **Junho de 2013 – A sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p.87-98.

FRAGOSO et al. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FRASER, N. **Rethinking the Public Sphere: A contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**. Durham: Duke University Press, 1992.

FRASER, N. Transnationalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. In: **Theory, Culture and Society**, v. 24(4), 2007, p.7-30.

FUCHS, C. Mídias Sociais e a Esfera Pública. **Revista Contracampo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, v.34, n.3, p.5-80, dez/2015-mar/2016.

GOHN, M. d. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, M. d. G. Movimentos Sociais e Contemporaneidade. **SciELO**. Disponível em: <<https://bit.ly/3nfrDGy>>. Acesso: 15 out. 2019.

GOODE, W.; HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1973.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Denílson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp. 2014.

HALAVAIS, A. Prefácio. In: RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

HARVEY, David et al. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**. São Paulo: EDUC/PUC. São Paulo, 1998.

MARADEI, Anelisa. Humor e Violência no Twitter durante os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff. **Estudos em Comunicação**. Revista da Universidade Beira do Interior, Covilhã, Portugal, v.2, p. 137-148.

MARADEI, Anelisa. **Twitter como esfera pública em momentos de protesto**: estudo da comunicação pela rede social nos movimentos de 2013, 2015 e 2016 no Brasil. 2018. 245 f. Tese. (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, SP, e Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Portugal.

MARADEI, Anelisa. Comunicação no twitter em momentos de protesto: deliberação efetiva ou debates dispersos? In: X SOPCOM. **Ciências da Comunicação: Vinte anos de Investigação em Portugal**. Viseu, Portugal: SOPCOM, nov. 2017.

MARADEI, Anelisa. Folha de S.Paulo e a cobertura dos protestos do MPL. In: COSTA, Maria Castilho (Org.). **Liberdade e Interdição**: Pontos de Vista. São Paulo: ECA-USP, 2016, p. 180-223.

MELUCCI, A. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de Mexico, 1999.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas: Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere: The internet as a public sphere. **New Media & Society**. v.4, n.1, p. 4-9.

RECUERO, Raquel et al. Mídia Social e Filtros Bolha nas Conversações no Twitter. In: XXVI Encontro Anual da Compós 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3yfmggA>> Acesso em 9 out. 2019.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da *fanpage* “Diva Depressão”. **Galaxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, n.26, p.239-254, dez. 2013.

RECUERO, Raquel; SOARES, F. Opinião Pública no Twitter: Análise da Indicação de Alexandre de Moraes ao STF. **Logeion: Filosofia da Informação**, v.3, n.2, 2017.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2011.

SORJ, B. Entre o local e o global. In: FIGUEIREDO, Rubens (Org.). **Junho de 2013 – A sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

SORJ, B. Online/off-line: o novo tecido do ativismo político. In: SORJ, B.; FAUSTO, S. **Ativismo político em tempos de internet**. São Paulo: Plataforma Democrática, 2016, p. 11-37.

TUFEKCI, Z. Algorithmic Harms beyond Facebook and Google: Emergent Challenges of Computational Agency. **Colo. Tech.L.J.**, v.13. Disponível em: <<https://bit.ly/3OBahzw>>. Acesso em: 15 out. 2019.

VIZER, E. A. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias: In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 23-51.

WASSERMAN, S; FAUST, K. **Social Network Analysis Methods And Applications**, v. 8. Cambridge: Cambridge University Press.

ZAGO, G. Da Circulação à Recirculação Jornalística: filtro e comentário de notícias por interagentes no Twitter. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 211-223.

Capítulo 6 – O discurso sobre a seca/semiárido nas Eleições 2014: narrativas, atores e cidadania*

Sandra Raquew dos Santos Azevêdo

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar um perfil quantitativo e qualitativo da cobertura no jornalismo impresso paraibano sobre a estiagem de 2013 no Nordeste brasileiro. Por meio dele, se observa também a presença de temas relativos às práticas de convivência com o semiárido paraibano e a interface do agendamento midiático com as plataformas dos candidatos nas Eleições 2014 que elegeram presidente da República e governadores dos estados. Assim refletimos aqui sobre a construção social desse agendamento, seus enquadramentos e atributos constituídos pela imprensa local, em um período caracterizado como uma das maiores secas da região, a pior dos últimos 50 anos.

Em 2013, quando iniciamos a pesquisa, 195 municípios paraibanos foram decretados em situação de emergência, 170 deles tiveram decreto de calamidade por três meses, 48 açudes estavam com menos de 20% da capacidade. No Brasil, 1.415 municípios foram atingidos, nesse período, dos quais 1.046 se encontravam em situação de emergência e tiveram o estado de calamidade decretado.

Para compreender melhor a produção social das notícias sobre essa temática, realizamos um processo de monitoramento das notícias veiculadas, na imprensa paraibana, tendo como perspectiva conceitual o campo de estudos sobre agenda-setting¹ com vistas à análise de um fenômeno socioambiental, no caso, a estiagem, a partir de uma abordagem comunicacional utilizada pelos jornais Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba e A União nos seguintes períodos: de abril a maio de 2013; agosto a dezembro

* Este artigo resulta da pesquisa Observatório do Jornalismo no Semiárido Paraibano: o discurso da convivência com a seca/Semiárido e seu agendamento na imprensa e nas campanhas eleitorais nas Eleições de 2014. A pesquisa foi realizada com apoio do CNPq por meio do Edital Universal CNPq 2013 – 2016.

¹ Ver mais sobre o conceito em: McCOMBS, Maxuel. **Setting the agenda: The mass media and public opinion.** Polity Press: Cambridge, 2004.

de 2013; janeiro a dezembro de 2014 e janeiro a março de 2015. O intuito foi identificar e problematizar as representações sociais produzidas, na agenda midiática, sobre essa temática a partir das transformações da percepção da seca enquanto catástrofe natural.

1 – A seca e a construção de um imaginário

Não faz muito tempo, na história brasileira, que a população da região Nordeste era representada pela imprensa diante da cobertura sazonal dos períodos de estiagem sob o signo do flagelo, ou melhor dizendo, do “flagelo da seca”. Esse memorável enquadramento das notícias produzidas sobre os períodos de estiagem, nesse território, se ancorava na produção de um imaginário a respeito da região.

Nesse processo de produção de sentidos, o Nordeste e sua população são simbolizados a partir de imagens cujos atributos enfatizam aspectos como fome, pobreza, subdesenvolvimento e atraso (ALBUQUERQUE JR., 1999). Podemos considerar que a narrativa jornalística, ao construir um discurso sobre a estiagem enquanto calamidade, fez uso especialmente na TV, de recursos imagéticos que povoam nossa imaginação, ainda nos dias de hoje, quando falamos nos períodos de escassez de chuva nessa região do Brasil.

Esses retratos podem ser facilmente identificados pela memória das imagens documentadas dos jornais e das emissoras de TV sobre saques, gado morto à beira de estradas, de crianças e mulheres com latas d’água na cabeça, no solo rachado e na arquitetura das casas de taipa. Pequenos exemplos que nos remetem a um processo longo da história da imprensa brasileira em que o fenômeno da estiagem foi dramatizado nas diferentes mídias com vistas à espetacularização e a audiência desse modo de representação da realidade que contribuiu fortemente para a construção de um estigma.

De acordo com Targino (2010), há pelo menos uma década, vive-se, no semiárido nordestino, o que se convencionou chamar de “seca verde”, ou seja, chove, mas sem continuidade e quantidade requeridas para sustentar o desenvolvimento das lavouras. Concordamos com Andrade (2010), quando afirmava, já em 1947, que a seca não está restrita a um fenômeno natural embora como podemos observar, nesta investigação, ainda há uma certa recorrência do discurso público sobre ela enquanto calamidade natural que

interpela, especialmente, os agentes públicos a um combate sistêmico às forças da natureza. A representação dos ciclos de estiagem, ancorada hegemonicamente na calamidade natural, é certamente um processo social, político e econômico complexo que produziu historicamente uma desinformação que colaborou sobretudo para a manipulação de uma identidade social das populações do Nordeste brasileiro, a partir daquilo que Goffman (1988) define como *modus operandi*, no qual a má reputação gerada tem uma função de controle social. Gilberto Freyre (2010, p. 5) já problematizava a “população martirizada pelas secas” dizendo que:

Já houve quem atinasse com uma espécie de ritmo que viesse regulando o fenômeno desde os primeiros tempos do povoamento estável da região: 1710-1809; 1723-1824; 1736-1837; 1744-1844; 1771-1877. Uma como relação rítmica entre espaço tempo que Graham Wallas talvez estimasse ter conhecido ao levantar sua teoria da estética da ciência: a relação entre indivíduo e a espécie, entre a causa e o efeito, entre o ser humano e o meio físico. Relação rítmica, relação poética (...) Os indivíduos nascidos na área brasileira das secas dificilmente têm conseguido deixar de ser indivíduos marcados no corpo ou na sensibilidade por essa como relação rítmica - dramaticamente rítmica - entre o tempo e o espaço regional. (FREYRE, 2010, p. 5).

Ao analisarmos esse noticiário, observamos também a presença de notícias sobre as ações nesse território, agora delimitado como semiárido, denominadas como práticas de convivência. A presença de notícias cuja clivagem se pauta pela convivência aponta para parâmetros que, de certo modo, desconstroem a retórica do combate à seca por meio da presença de matérias jornalísticas sobre ações, conhecimentos e políticas da população local, Ong's e Governos na afirmação de estratégias para convivência com o fenômeno socioantropológico e ambiental como parte das características do bioma da Caatinga, da presença humana nesse território e novos olhares sobre o desenvolvimento.

Nossa pesquisa se desenvolveu no Estado da Paraíba, situado a Leste da Região Nordeste, possui aproximadamente 3.914.418 habitantes, divididos entre 223 municípios Nordeste do Brasil, que integra a região do Semiárido

Brasileiro², área de 970 mil quilômetros quadrados e 1.133 municípios. Nessa região, vivem 22 milhões de pessoas, cerca de 11,8% da população brasileira englobando Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e parte do Maranhão. Dessa população, 38% vivem na zona rural, ou seja, 1,7 milhão de famílias, 8,5 milhões de pessoas.

Conforme dados do Ministério da Integração Nacional, disponíveis no Documento Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro³, dos 223 municípios paraibanos, 170 fazem parte da dessa delimitação, ou seja, mais de 75% do território do Estado é semiárido. Daí a importância de se estudar a temática estiagem e a convivência com o bioma na representação pelos principais veículos da mídia impressa.

Em *A Paraíba e Seus Problemas*, José Américo de Almeida (1994) discorre sobre a problemática da seca no Nordeste, em especial, na Paraíba. O autor ressalta aspectos dramáticos da realidade vivida, no início do século passado e sinaliza alternativas de planejamento para a superação das dificuldades decorrentes dos ciclos de estiagem.

Analisar a midiaticização desse último ciclo de estiagem nos permitiu refletir sobre esse fenômeno enquanto experiência ontológica para o nordestino/paraibano(a), mais especificamente, sob uma perspectiva comunicativa de onde derivam suas representações coletivas. Nesse sentido, ressaltamos que, nas décadas finais do século XX, começou a ganhar força no País, especialmente no Semiárido brasileiro, um debate crítico voltado às causas estruturais das desigualdades regionais, a exemplo do clássico estudo de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, relacionando as assimetrias aos interesses políticos das elites locais no intuito de manter o que se tornou conhecido como indústria da seca (FERREIRA, 1993).

Surgiu um debate intensificado, no início do Século XXI, com o aparecimento de novas organizações sociais de base voltadas à formulação e efetivação de projetos alternativos de convivência com o semiárido colocando-

² Segundo dados oficiais do Ministério da Integração, por meio do estudo *Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro*, realizado no ano de 2005. Esse documento está disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/semiariado/arquivos/Delimitacao%20do%20Semi-Arido.pdf/view>. Acesso: mai. 2014.

³ Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/File/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf. Acesso: 5 mai. 2014.

se claramente em confronto com um paradigma de desenvolvimento para a região, pautado no combate à seca e pelo agendamento mundial sobre as mudanças climáticas.

Vinculados a esse debate, o surgimento no Semiárido brasileiro de projetos a partir da ação de ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, associações, entre outras instituições, vêm contribuindo para ações de grande impacto social, a exemplo da construção de cisternas de placas voltadas à sustentabilidade hídrica da região que, na primeira gestão do Governo Lula, ganhou status de programa governamental, denominando-se “Programa Um Milhão de Cisternas”.

Essas tecnologias sociais vinculadas a temáticas como água, sementes, cultivos orgânicos, economia solidária, criação animal, entre outras, contribuíram para ampliar na imprensa um agendamento (McCOMBS, 2004; TRAQUINA, 1999) sobre as ações de convivência com o semiárido e sua população, a partir de um olhar mais afirmativo sobre esse território. Consideramos que, na Paraíba, a presença do Fórum Articulação do Semiárido⁴, de certa maneira, influenciou na produção de informações e notícias sobre essa realidade tendo em vista as práticas de noticiabilidade geradas no interior desses segmentos sociais e na divulgação desses projetos.

A Articulação do Semiárido Paraibano – ASA Paraíba – é um fórum que reúne cerca de 300 organizações envolvidas com as temáticas da agricultura familiar de base agroecológica e convivência com o Semiárido. Atua em mais de 160 municípios paraibanos nas microrregiões semiáridas do Alto e Médio Sertão, Cariri, Curimataú, Brejo, Agreste e Seridó. Esse Fórum vem promovendo o debate sobre desenvolvimento sustentável, convivência com o semiárido e agroecologia, conforme resgata Duque (2008, pp. 135-136):

Em 1993, quando mais uma seca veio atingir o semiárido, centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da Sudene, exigindo providências eficazes para amenizar a situação da população. A partir daí iniciou-se um processo de discussão envolvendo mais de 300 entidades, que culminou com um seminário – Ações Permanentes

⁴ A ASA Paraíba integra a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA Brasil que, por sua vez, reúne mais de três mil entidades que trabalham com a convivência com o semiárido nos estados do Nordeste e de Minas Gerais que fazem parte da Região Semiárida brasileira. A ASA Paraíba tem mais de 25 anos de existência.

para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro – realizado em maio de 1993 nas dependências da Sudene. Como desdobramento, criou-se o Fórum Nordeste, que se propôs a elaborar um programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o “desenvolvimento sustentável” do semiárido.

Observamos que diante de um contexto de tensões sociais, provocadas pelo último período de estiagem no semiárido paraibano, ocorreu a intensificação dessa pauta na imprensa. Nosso monitoramento de mídia se voltou, portanto, à discussão de enquadramentos e atributos desse processo de agendamento que, de certo modo, deixa em evidência tensões entre dois discursos em momentos conflitantes: uma abordagem voltada ao combate à seca e outra com ênfase nas estratégias de convivência com o semiárido.

2 – A estiagem vista sob a ótica das práticas de noticiabilidade

Optamos, do ponto de vista teórico, realizar um estudo do agenda-setting dos jornais paraibanos Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba e A União, entre os anos 2013-2015, um período marcado pela última estiagem nessa região, que teve início em 2010 e foi até 2017.

O Agenda-setting nasce no interior de uma abordagem sociológica sobre os processos de produção das notícias e se define enquanto prática social em que as mídias – pelas dinâmicas de seleção, disposição e incidência de suas notícias – passam a guiar os temas sobre os quais serão discutidos publicamente (McCOMBS, 2008; BARROS FILHO e MARTINO, 2003; HOHLFELDT et al., 2001). McCOMBS (2004) conceitua o Agenda-setting como um complexo mapa intelectual que ainda se encontra em processo de evolução.

Por isso, nos voltamos para analisar quantitativamente e qualitativamente notícias veiculadas, nos jornais locais, pensando o fluxo desse agendamento sobre o fenômeno da estiagem na imprensa da Paraíba observando sua evolução e mobilidade dos tópicos do agenda-setting pensando ainda a relação estabelecida com a agenda eleitoral de 2014. A análise documental quantitativa nos possibilitou organizar uma cartografia com 3.587 registros demonstrando inicialmente grande noticiabilidade da temática na imprensa no período estudado. Do ponto de vista qualitativo, procedemos o tratamento das notícias através da Análise de Conteúdo pensando não só a

visibilidade dessa temática na imprensa, mas, também seus aspectos relevantes no tocante às representações sociais sobre o binômio seca e convivência com o semiárido, não enquanto polarizações, mas, como interfaces na representação social de um mesmo fenômeno na imprensa. Observamos ainda enquadramentos e atributos que são socialmente estruturados na produção social dos acontecimentos por diferentes atores sociais.

Desse modo, consideramos vital a reflexão das formas simbólicas produzidas socialmente pelo Jornalismo em suas formas de narrar e produzir significados a processos historicamente específicos e socialmente estruturados.

As mídias enquanto fenômenos das sociedades contemporâneas alteram fundamentalmente as nossas percepções e, de modo particular, nosso entendimento sobre o espaço público. A contextualização das práticas jornalísticas, a produção de uma base de dados, a checagem de informações oriundas do discurso público dos jornais, de órgãos oficiais e de instituições da sociedade civil organizada integram o trajeto metodológico implementado na observação e crítica da mídia focada na análise do agenda-setting produzido pelos jornais locais.

Quanto à Análise de Conteúdo (DENCKER & VIÁ, 2001), a definição do corpus da pesquisa levou em conta um acontecimento que deflagrou uma maior cobertura da imprensa, em 2013: os protestos de criadores de gado, em Campina Grande, em abril de 2013. Daí vimos a necessidade de incluir a cobertura desse fato que também ressoou em maio de 2013. O universo da amostra quantitativa inclui ainda os períodos de agosto a dezembro de 2013; janeiro a dezembro de 2014 e janeiro a março de 2015. Essa amostra se relaciona ainda com o período em que se intensificou, na imprensa, o debate sobre o "combate à seca", especialmente, porque nesse período estudado, se percebeu um discurso público que classificava essa estiagem como a maior dos últimos 50 anos.

Outro aspecto relevante para o recorte foram as Eleições 2014, à medida em que tínhamos por objetivo melhor entender como a agenda pública e a agenda política se comportavam na imprensa em relação ao tema. Por fim, o período que finaliza o universo da amostra diz respeito à cobertura sazonal

do período chuvoso, no Estado, e de que maneira isso se refletia nas práticas de agendamento midiático.

A partir da estruturação do corpus, definimos um instrumento de análise para as matérias: classificar os textos jornalísticos para organização do banco de dados e análise dos resultados. Como instrumento de trabalho, a catalogação de todo o material foi via coleta mensal através de assinaturas dos principais jornais; classificação dos textos, segundo cada gênero jornalístico empregado e, por fim, alimentação de um banco de dados central para compreender as representações sociais sobre esse fenômeno por meio da cobertura da imprensa local e as principais questões estudadas.

3 – Agendamento sobre a seca/convivência com o semiárido Paraibano

Consideramos que a constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como recurso de discussão (TRAQUINA, 2001, p. 22). Percebemos na trajetória desse estudo quanto a seca, enquanto enunciado, começa a tomar contorno mais abrangente a partir de obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. Além da literatura, há relatos de jornais paraibanos que, desde 1887, já punham em evidência o contexto da seca:

Cartas de amigos de diversas localidades da província asseveram-nos que continúa a falta de chuvas no interior, que a sêcca se vai tornando cada vez mais **devoradora** e que os emigrantes dos sertões afluem quasi diariamente nos brejos em numero considerável. Nesta capital honrem observamos a entrada de uma família **desvalida** com uma carga de crianças em cassuaes. (A Opinião, 6 de maio de 1887, In: ALMEIDA, 1994, p.180)

“Continua a sêcca, e com ela a emigração do interior da província para esta capital em busca de socorros officiaes. As famílias mais abastadas do alto sertão, e que tinham alguns recursos com os quais resistirão durante os dois passados anhos sem abandonarem seus lares, vendo esgotados todos os meios, de que podiam dispôr, já descem na ultima miseria, **sofrendo** a fome e caminhando a pé. (O Publicador, 9 de maio de 1879, In: ALMEIDA, 1994, p. 195).

Esses dois relatos noticiosos são um pequeno exemplo da presença dos jornais paraibanos na constituição do imaginário social sobre as secas no Nordeste. Na publicação, *A Revolução Nordestina*, Rinaldo dos Santos (1984) faz uma cronologia das secas cujos registros datam, a partir de 1559, mostrando ciclos de estiagem até 1997.

Para nós, um aspecto da análise que não pode ser subtraído, uma vez que esses relatos históricos criam o que Lippmann (2008) conceitua como simbolismo da opinião pública. É por meio desses jornais locais e também da literatura que uma percepção pública do fenômeno vai sendo constituída de forma pejorativa pelos seguintes atributos: “flagelo”, “retirante”, “faminto”, “emigrante”, “calamidade”, “lástima”, “famigerados”, “indigente”, entre outros.

A imagem mental das secas enquanto evento público expressa uma condição de flagelo que historicamente passa a ser atribuída à identidade dos próprios nordestinos contribuindo como já havíamos afirmado para um processo de estigmatização que reforça ainda na atualidade uma relação assimétrica entre o Nordeste e os demais Estados brasileiros e o preconceito contra os habitantes dessa região. De uma forma literária, Almeida (1994), ao refletir a seca como “martírio”, afirma que “a psicologia desse povo ficou sendo dominada pelo conceito de seca”.

Noutro ciclo de estiagem, agora no Século XXI, podemos de certo modo afirmar que a veiculação de notícias sobre esse fenômeno e seus impactos sócio-ambientais, tendo como ponto de partida a agenda jornalística, se apresenta por meio do binômio visibilidade/invisibilidade em uma dinâmica espaço-temporal marcada pela reprodução dos ciclos naturais que deflagram, no semiárido paraibano, os períodos de estiagem e chuvas e que os jornais simbolicamente vão reproduzir essa temporalidade em suas narrativas. Ainda que os períodos de seca sejam característicos do bioma da Caatinga, os desdobramentos da cobertura do fato jornalístico junto à opinião pública expressam a relação sistêmica entre Jornalismo, construção da realidade mediada e a sociedade:

Os media não relatam simplesmente e de uma forma transparente os acontecimentos que são só por si <<naturalmente>> noticiáveis. << As notícias>> são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de

acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. (HALL et al, 1999, p. 24).

Nesse processo que envolve a construção social das notícias na imprensa paraibana, observamos que sua ênfase no período de seca e sua visibilidade ainda manifestam um olhar atravessado pela percepção da vivência de uma catástrofe, enquadramento recorrente ao longo de anos. Contudo observamos no contexto de produção e circulação das notícias sobre essa temática, um movimento de transformação em curso, tendo em vista a interação de organizações sociais (movimentos sociais, pastorais, organizações não governamentais, universidades, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros) que atuam no Semiárido paraibano, especialmente da década de 1990 para cá, que têm feito da temática da convivência com o semiárido paraibano a razão de ser de sua ação política como também uma clivagem relevante desse agendamento midiático.

De acordo com a assessora de comunicação da Articulação do Semiárido Brasileiro, Fernanda Albuquerque⁵, a mídia também passou a olhar mais para o Semiárido de forma diferente. Ela enfatiza que:

Primeiro, olhar o Semiárido como Semiárido, porque antes olhava muito como sertão, se olhava muito pra seca e não num espaço denominado, um território. Acho que isso mudou. Outra avaliação que eu faço, também, é que apesar de ter muito isso da seca, da miséria, enfim, mas a gente também tem um movimento diferente de trazer o novo, quais são as novidades, as perspectivas, o que ocorre.

É necessário ressaltar ainda que a produção e circulação de notícias com ênfase na convivência com o Semiárido, constituída em grande parte por meio do trabalho e visibilidade desses movimentos sociais, se apresentam como um continuum no noticiário paraibano independentemente dos ciclos de estiagem, colocando em evidência o debate sobre convivência com o Semiárido paraibano e sustentabilidade ambiental, conforme podemos observar:

⁵ Entrevista concedida à pesquisadora em 17 jul. 2014.

A partir de junho seis municípios do Semiárido paraibano vão abrigar o projeto piloto do programa “Sertão Empreendedor: um novo tempo para o semiárido”, que contemplará inicialmente 120 produtores rurais, os quais receberão assistência técnica para desenvolver novas técnicas de cultivo do solo, estiagem, plantação de palma e irrigação, e empreendedorismo. (Seis cidades vão abrigar projeto piloto do ‘Sertão Empreendedor’, jornal A União, 25 de maio de 2013).

(...) Ainda na zona rural de Solânea, no sítio Salgado de Sousa, mora seu Luiz e dona Eliete. Na propriedade deles a impressão que se tem é que a seca não passou por lá, ou se passou, não conseguiu deixar rastros. É um paraíso verde em meio a um período de estiagem que castiga a região Semiárida do país. As técnicas de convivência adotadas na propriedade visam – e conseguem dar tranquilidade à família de seu Luiz quando a chuva vai embora. (Um paraíso verde na zona rural de Solânea. Cisterna e barragem subterrânea garantem a lavoura, mesmo após meses sem chuva no Sítio Salgado de Sousa. Jornal da Paraíba, 19 de maio de 2013).

Do nosso ponto de vista, esse processo social se relaciona também com a necessidade de determinados segmentos sociais em gerar sistemas de informação, comunicação e cultura (GONZÁLEZ, 2012) capazes de criar, compartilhar e fortalecer conhecimentos e práticas de sustentabilidade que promovam uma vida melhor nesse território.

Essa dinâmica social opera também no cotidiano de produção social das notícias, especialmente em nível local, e contribui senão para romper totalmente com uma visão fatalista em torno dos ciclos de estiagem, para questioná-la ou desconstruí-la no interior do agendamento midiático colocando em evidência a participação de diferentes atores sociais, suas realidades e capacidade coletiva em propor soluções contínuas para o Semiárido paraibano.

Ao realizarmos a coleta de dados, nos jornais Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba e A União, utilizamos como unidade de registro as matérias jornalísticas publicadas nos períodos já citados acima. Tomamos como categorias de análise as temáticas “seca” e “convivência” com o semiárido, mas não desconsideramos a identificação nas matérias jornalísticas localizando a partir de eixos específicos, para melhor compreender o fluxo e a mobilidade dos tópicos do agendamento. São sub-temas em cujas áreas estão

focados os textos jornalísticos catalogados a saber: água/recursos hídricos; infra-estrutura; política de crédito; produção agrícola; pesquisa e desenvolvimento técnico; criação de animais; mobilização social; sementes; desertificação e gênero.

Outros aspectos que levamos em conta na quantificação são o levantamento quanto aos gêneros jornalísticos e a localização das matérias jornalísticas, a partir das editorias. Quanto às editorias, há uma localização predominante na editoria de Cidades e, quanto ao gênero jornalístico, há hegemonia de notícias embora apareçam algumas reportagens especiais, garantindo assim a ampliação e aprofundamento do relato.

Quanto à presença de imagens, constatamos que a maior parte das matérias jornalísticas não vêm ilustradas com foto, infográfico ou ilustração. Observamos, no corpus, dois aspectos: o primeiro é a ênfase no enunciado do título em detrimento de fotos, imagens e infográficos. E quando da presença de fotos e/ou ilustrações, a recorrência de representações tradicionais das secas como terra rachada, gado morto, famílias de agricultores sendo retratados em situação de pobreza, carros-pipa, fotos de açudes e barragens e distribuição de alimentos. Do ponto de vista gráfico, o maior impacto está no título em geral no topo ou centralizado na página e em negrito, como por exemplo:

Indústria da seca (Jornal A União, 5 de abril de 2013)

Seca, o pior virá agora (Correio da Paraíba, 9 de agosto de 2013)

Água em pó: pesquisadores desenvolvem chuva sólida, que pode tornar a seca do Nordeste um problema do passado (Correio da Paraíba, 25 de agosto de 2013)

Seca mata 387 mil animais (Correio da Paraíba, 16 de outubro de 2013)

Petrobrás vai investir contra a seca (Jornal da Paraíba, 2 de agosto de 2013).

Observamos que há uma predominância do termo seca por ser o que mais aparece, seja no título, ante-título ou subtítulo de chamada das matérias jornalísticas. O fluxo acima foi desencadeado a partir da incidência na mídia do protesto pela perda do rebanho na cidade de Campina Grande. Consideramos que ele reflete, por um lado, um aspecto ritual das práticas de agendamento

que é a natureza das lógicas de noticiabilidade (WOLF, 2001; BARROS FILHO e MARTINO, 2003).

Isso nos faz lembrar ainda o debate de TRAQUINA (2004) sobre noticiabilidade, ao observamos que a abordagem da seca enquanto catástrofe natural, amplifica nas páginas dos jornais o volume de notícias dedicado a discutir o tema. Ao passo que o declive da temática no dia-a-dia da imprensa se relaciona, ora no aparecimento de temas políticos que assumem hierarquia maior no noticiário, ora na chegada do inverno à região, constatamos o volume de notícias veiculadas ao longo do período estudado.

A partir desse momento de denúncia, as matérias jornalísticas passam por constantes atualizações, no período de agosto-dezembro de 2013, e ainda no período de janeiro a maio de 2014, o que gera uma amplificação da cobertura. O fluxo de 520 notícias veiculadas nos meses de abril e maio de 2013, e distribuídas nos três jornais pesquisados, demonstra a retomada da discussão pública sobre a estiagem, a partir de seus impactos no cotidiano da população. Além dos produtores rurais, muito outros agentes vão impulsionar a cobertura da temática a exemplo de parlamentares e prefeitos dos municípios mais atingidos pela ausência das chuvas e a presença de algumas mobilizações de cunho assistencialista enfatizando o combate à seca como a Campanha SOS Seca, liderada pela Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, que instituiu ainda no período a 'Caravana da Seca' e 'Corrente contra a Seca' com repercussão na imprensa paraibana. Como afirmamos anteriormente, a temática "seca" se manteve na agenda jornalística paraibana com intensificação, não havendo grande diferença quantitativa em relação aos jornais pesquisados. O jornal Correio da Paraíba foi o que mais veiculou notícias, seguido respectivamente, pelos jornais A União e Jornal da Paraíba.

Já no tocante às notícias veiculadas com ênfase na convivência com o semiárido, nos surpreendeu o volume de notícias veiculadas cujo maior volume foi encontrado no jornal A União, seguido dos jornais Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba. Em 2014, a temática se manteve, mas com declive. Um aspecto a ser destacado é o volume de notícias publicadas no período que antecedeu as Eleições 2014. Embora se tenha uma intensificação da pauta no período pré-eleitoral, com a intensificação da agenda do campo político em que diferentes partidos disputam assento em cargos eletivos, há uma diminuição da discussão pública sobre a temática por meio dos jornais.

Embora, como vamos refletir mais adiante, em relação à mobilidade nos tópicos do agendamento, a questão da Transposição do Rio São Francisco foi um tópico que se manteve na esfera pública midiática nesse período. A estiagem pensada enquanto fenômeno comunicacional é um processo complexo, pois, se por um lado ele reflete uma cobertura sazonal limitada pelos ciclos de ausência e presença das chuvas – e isso constatamos quantitativamente a partir do número de notícias publicadas nesses períodos – por outro, a produção social das notícias sobre a seca/convivência tece simbolicamente um mapa cultural amplo diante de diferentes cenários de representação na mídia.

De modo hegemônico, as notícias veiculadas tratam das lutas pelo acesso à água, mas quando observadas de modo mais analítico e sistêmico, a pauta não é uniforme, é difusa, pois, expressa questões que se relacionam com características importantes das mudanças sociais que o Semiárido do Brasil vem atravessando ao longo das últimas décadas.

Sendo assim, o quantitativo expressa uma tensão também na esfera de representação em que, se de um lado, constata uma visão conservadora sobre o fenômeno da seca ainda presente no noticiário, com reflexo na representação ancorada na calamidade e da presença de atores públicos que reivindicam do Estado brasileiro recursos para “acabar com a seca” ou “combater a seca” no Nordeste, por outro, essa forma de representação interage com outros tópicos igualmente importantes do debate como a questão da infraestrutura hídrica, as políticas de crédito, a dinâmica de mobilização social de agricultores e agricultoras da região para se manter no espaço social; a divulgação de tecnologias apropriadas ao Semiárido, seja na captação de água ou em outras áreas. É preciso considerar ainda que temáticas como gênero, desertificação, sustentabilidade, mudanças climáticas, agroecologia permeiam esse Agendamento.

4 – Atributos e mobilidade nos tópicos do Agendamento

O fluxo de notícias sobre a estiagem se amplificou com protestos ocorridos, na cidade de Campina Grande, e foi uma espécie de pólo divisor entre o interior e a Capital do Estado tendo como palco a calçada de um órgão financiador da produção: o Banco do Nordeste do Brasil. Os protestos capitaneados por produtores rurais chamam a atenção da totalidade dos meios

impressos envolvidos, na pesquisa, os jornais Correio da Paraíba, A União e Jornal da Paraíba que juntos traçam uma curva ascendente de matérias publicadas chamando a atenção, principalmente, sobre “o fenômeno da seca” que dizima o rebanho. A macabra exposição das carcaças dos bovinos, em praça pública, reverbera na mídia uma atualização de uma pauta presente na década de 1980 sob a perspectiva da seca enquanto flagelo.

O que mobiliza nesse momento movimentos sociais, entidades não governamentais, produtores rurais, Governo do Estado, entre outras instituições do setor público, privado e da Sociedade Civil organizada é a constatação do agravamento de uma situação refletida primeiramente na economia e visibilizada através da cobertura do protesto feito com as carcaças causticadas pela estiagem.

Ao longo da cobertura, as matérias jornalísticas, com ênfase no atributo combate à seca, têm um período de grande intensificação, inclusive, realçando a situação “catastrófica” da seca como podemos ver na notícia abaixo:

O presidente da Federação de Agricultura e Pecuária da Paraíba (Faepa), Mário Borba, comentou que a mobilização é um grito de socorro, com o objetivo de mostrar a ‘situação catastrófica’ que se vive hoje no Nordeste e se exigir soluções definitivas para o semiárido. (Faepa diz que situação é catastrófica, jornal A União, 20 de abril de 2013).

Nesse aspecto, a mobilidade dos tópicos será grande todavia os atributos e enquadramento não, pois, o fluxo noticioso reproduz os sentidos de calamidade, catástrofe, “guerra à seca” e “combate à seca”.

Os tópicos vão se situar em torno das seguintes questões: divulgação do monitoramento do nível dos reservatórios de água; disputas políticas por recursos para o “combate à seca”; liberação de recursos para ações ‘contra a seca’; operação de carros-pipa; poços; compra de água; dificuldades enfrentadas por agricultores e luta por sua sobrevivência; aumento dos preços do milho e da cesta básica; PAC da seca; “cartão calamidade”; desemprego; “bolsa estiagem”; municípios em colapso de água; entrega de alimentos à população atingida pela seca; protestos de produtores e agricultores contra as dívidas; campanhas ‘contra a seca’; protestos de gestores municipais contra o Governo Federal e suas cobranças por verbas para “combate à seca”; pacote

de 'combate à seca'; encolhimento da produção agrícola; redução das festas como Carnaval e São João em virtude da seca; divulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos; protestos contra a falta de água; Garantia Safra; municípios sem cisternas; ações 'contra' estiagem; racionamento de água; ações de investigação do Ministério Público sobre desvio de dinheiro gasto em festas em municípios em situação de emergência; roubo de água; liberação de recursos dos governos Estadual e Federal para obras de infraestrutura; proibição de irrigação; aumento da temperatura; crise energética. Os jornais enfatizam assim as ações emergenciais:

Programa Água para Todos: instala reservatórios de água de chuva para o consumo humano e para produção. Captação de água de chuva por um sistema de calhas e canos; Operação carros-pipa distribui água potável para a população situada nas regiões afetadas pela seca; recuperação de poços: o repasse dos recursos visa à construção e recuperação dos poços em áreas críticas. A execução fica a cargo dos governos estaduais; Bolsa estiagem: auxílio financeiro a agricultores familiares que vivem em situação de emergência ou calamidade política reconhecida pelo Governo Federal; Na Paraíba, entre os anos de 2011 e 2013 foram construídas 16.099 cisternas; O abastecimento de carros-pipa atende 197 municípios; Na Paraíba, 101 municípios estão no Plano de Trabalho. A obra foi iniciada e 25% já foi executada. São 82.637 beneficiários em 196 cidades paraibanas. Cada produtor recebe a quantia de R\$ 720. (Ações emergências na Paraíba, Jornal da Paraíba, 23 de abril de 2013).

O curioso é constatar que esses atributos nos remetem a um imaginário das secas, muito discutido na historiografia sobre o Nordeste, no debate sobre a institucionalização da política das secas por meio da intervenção do Estado (GUERRA, 1993). A "indústria da seca", como é amplamente conhecida ecoa porque não assim dizer na produção de sentidos sobre o fenômeno da estiagem, ainda no Século XXI, apesar de não refletir a dura realidade das frentes de emergência, dos saques, das mortes pela fome que se alastrou na Região Nordeste e a migração em massa da população. Todas experiências amplamente relatadas na Literatura, no Jornalismo e nas Artes até o século XX.

Essa indústria se apresenta como resquício nos enunciados, na constituição de uma imagem mental que imprime grande força, realçada pelo

enquadramento de uma experiência a ser combatida como uma guerra contra as forças da natureza, mas, cuja relação social demonstra a permanência de um olhar e uma política social assistencialista diante da “emergência” e “calamidade”. E, especialmente, na relação Estado-sociedade quando expressa o uso ainda clientelista das secas como meio de captação e desvio de recursos públicos.

Outro tópico de grande densidade na mobilidade do agendamento, produzido pelos jornais impressos no período estudado, demonstra o discurso público produzido pelos jornais sobre projeto de Transposição do Rio São Francisco⁶. Podemos afirmar que a constituição das notícias sobre esse processo se relaciona com as Eleições 2014. Mesmo constatando um declínio da temática nos meses que antecederam o processo eleitoral daquele ano, a exemplo do período de junho-outubro, ausência também criticada pela imprensa:

Falta pouco tempo para as eleições, tão pouco tempo que esse é o assunto dominante em todas as mídias, do rádio de pilha à internet. O que me causa espécie é que com todo esse palavratório e discursos, cada qual mais inspirado que o outro, até agora não ouvi uma palavra sobre seca, inegavelmente o maior problema que atinge a Paraíba e o Nordeste. Nem mesmo Dona Dilma, que tem a chave do cofre, se digna a explicar por que as obras de Transposição do Rio São Francisco se encontram paradas ou em ritmo tão lento que nem mesmo os mais otimistas acreditam que um dia ainda poderemos ver as águas do velho Chico fazendo brotar a fartura em nossa terra. (Ninguém fala da Seca, Jornal da Paraíba, 10 de abril de 2014.

Como afirma a matéria jornalística acima, houve de fato um decréscimo do Agendamento que deu atenção também à realização da Copa do Mundo, no Brasil, que em 2014, dividia as atenções da mídia com as eleições. Esses fatores se intensificaram porém não associaram de forma contundente a realidade da estiagem, exceção à crise de abastecimento de água em São Paulo conforme abordaremos mais adiante. As atenções do Agendamento à

⁶ O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” prevê a construção de mais de 700 quilômetros de canais de concreto em dois grandes eixos (Norte e Leste) ao longo do território de quatro estados (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) para o desvio das águas do rio.

estiagem do semiárido nordestino foram mais intensas em 2013, um ano antes das eleições para presidente e governadores, quando a Transposição do Rio São Francisco teve amplo debate e interagiu as agendas da mídia e da política, representada pelas campanhas dos candidatos que disputavam a presidência e o governo do Estado.

Em seu clássico estudo sobre Agenda-setting, McCombs (2014, p. 205) problematiza efeitos do agendamento na comunicação de massa, tendo em vista suas implicações para as imagens criadas na cabeça das pessoas. O autor afirma que:

No domínio original e tradicional do agendamento, a saliência dos temas públicos, há considerável evidência de que a mudança na saliência destes temas é frequentemente a base da opinião pública sobre o comportamento geral de um líder público que está num cargo. Por sua vez a saliência de uma figura pública nas notícias está também ligada ao fato de se um indivíduo tem afinal de contas qualquer opinião sobre o mesmo. Na agenda de segunda dimensão, a saliência dos atributos efetivos entrelaçadas com imagens cognitivas do público sobre estes líderes representa a convergência do agendamento de atributos com a formação e mudança de opinião. Além das atitudes e opiniões, as imagens da realidade criada pelo mass media têm implicações para os comportamentos pessoais, variando desde a inscrição de um estudante na universidade até à votação no dia da eleição.

5 – A interface da agenda dos media com a agenda do campo político nas Eleições 2014

Na Paraíba, nas Eleições 2014 (que tiveram votação de primeiro turno no dia 05 de outubro daquele ano), concorreram ao cargo de governador, inicialmente: Tarcio Teixeira (Psol); Antonio Radical (PSTU); Major Fábio (Pros); Vital do Rego Filho (PMDB); Ricardo Coutinho (PSB) e Cássio Cunha Lima (PSDB). No segundo turno, permaneceram na disputa, Ricardo Coutinho (PSB) – que fora eleito – e Cássio Cunha Lima (PSDB). Em relação aos candidatos à Presidência da República, concorreram Dilma Rousseff (PT); Marina Silva (PSB); Eduardo Jorge (PV); Aécio Neves (PSDB); Eymael (PSDC); Levy Fidélis (PRTB); Luciana Genro (Psol); Mauro Iasi (PCB); Pr. Everaldo (PSC); Rui Costa (PCO) e Zé Maria (PSTU). No segundo turno,

Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (PSDB) e foi reeleita presidente do Brasil.

No tocante às Eleições 2014, a mobilidade da agenda midiática evidenciaria como tópico a questão da Transposição do Rio São Francisco influenciando, como já afirmamos, na agenda pública dos candidatos, a ponto de se apresentar no conteúdo programático dos mesmos como as propostas de ‘combate à seca’, centrada nas grandes obras de infraestrutura, no caso, a Transposição do Rio São Francisco, tendo em vista que as candidaturas não se colocavam contrárias ao referido projeto e ressaltavam, em grande parte, investimentos na infra-estrutura hídrica com a construção de barragens, adutoras, carros-pipa; cisternas, etc.

A questão da seca, ou melhor dizendo, da escassez de água (recursos hídricos) esteve pautada no programa dos candidatos, estabelecendo sua inter-relação com a agenda da mídia, sendo interpelada noutros momentos por ela. Especialmente no que diz respeito ao projeto de Integração do Rio São Francisco, um dos jornais locais questionou os candidatos ao Governo do Estado sobre a questão da água em uma matéria jornalística mais ampla sobre o tema, veiculada no dia 5 de outubro de 2014. A pergunta aos candidatos foi: “o que fazer para garantir água”?:

O candidato do PSOL, Tércio Teixeira disse que o debate sobre recursos hídricos é central como prioridade de seu programa de governo. Ao invés de grande obras, ele defende os sistema de reaproveitamento da água por parte das empresas e do agronegócio, a fim de priorizar o abastecimento para a maioria da população.

(...) A prioridade do candidato a governador Antonio Radical (PSTU) será com fontes alternativas de água e levar o saneamento básico para todos os paraibanos.

(...) o senador Vital do Rêgo Filho (PMDB), DA COLIGAÇÃO “Renovação de Verdade”, disse que vai priorizar no seu governo a conclusão das obras iniciadas ou projetadas no governo do PMDB, pelo então governador José Maranhão. (...) Em relação ao compartimento da Borborema, Vital defende em Campina Grande no comando da transposição do rio São Francisco.

(...) o candidato da coligação “A Vontade do Povo, Cássio Cunha Lima (PSDB), disse que a primeira grande solução estruturante para a Paraíba é a transposição do Rio São Francisco. “A partir daí queremos manter os sistemas de distribuição. E nos aspectos da convivência

com a seca, as soluções de pequeno porte são a construção de cisternas, barragens subterrâneas, perfuração de poços, ressalta o tucano.

(...) Caso seja eleito ao governo, o deputado major Fábio Rodrigues (Pros) garante celebrar parceria com o primeiro Grupamento de Engenharia da Paraíba, principalmente para a construção de obras que garantam a segurança hídrica das populações atingidas.

(...) o governador Ricardo Coutinho, que concorre à reeleição, garante que investirá 400 milhões para construir 300 quilômetros de adutoras.

(...) “Vou fazer uma adutora de água bruta de Boqueirão ligada à estação de tratamento de Gravatá. Vamos fazer também o sistema adutor da Borborema, uma nova rede de adutoras que vai cobrir Cariri Oriental e Ocidental até o Curimataú, chegando à cidade de Picuí. A rede de adutoras vai desafogar Campina Grande, o que é fundamental”, explicou Ricardo.

Todavia queremos ressaltar que, de acordo com McCombs, os mass media fazem mais do que modelar a agenda dos objetos e dos atributos, em nossa cabeça, ao chamar a atenção a alguns aspectos enquanto ignora outros. As notícias da televisão (assim como de outros veículos) influenciam os padrões pelos quais os governos, presidentes, políticas e candidatos para os cargos públicos são julgados. Outro aspecto que destacamos é o fato de que na agenda proposta pelos candidatos poucos atributos vão variar. De um modo geral, a perspectiva dominante do agendamento revela um retrato mais conservador no enquadramento da questão aproximando-se muito do ciclo de propostas históricas que caracterizam, em décadas passadas, o surgimento da “indústria da seca” direcionada sobretudo ao envio de recursos financeiros para o Nordeste e com foco nas grandes obras de infraestrutura sem maior vínculo com o debate sobre os modelos de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico adotados no Nordeste. Ao serem indagados⁷ sobre a permanência ou não de uma institucionalização da seca, alguns candidatos se posicionaram assim:

Não acabou de forma alguma. O debate, no processo eleitoral, se dá porque nós temos novos elementos, mas há questões históricas que perduram. A indústria da seca está aí, a não realização da Reforma

⁷ Entrevistados alguns candidatos ao Governo do Estado, de janeiro a junho de 2015. Os nomes foram mantidos em sigilo.

Agrária que regride em nosso País, não há enfrentamento, há crescimento da bancada ruralista, alianças do Partido dos Trabalhadores. Diferente do primeiro Governo Lula, com o segundo governo Dilma, ficou ainda mais distante. A gente vê uma movimentação da sociedade para outro espaço. (Candidato ao Governo do Estado. Entrevista cedida à pesquisadora, fevereiro 2015)

Um dos grandes problemas é a corrupção. A chaga. A indústria da seca que age de má fé. Mas falta competência, eficiência. Se não tem poço perfurado, vai ter que se comprar caixas de água, tonéis e isso tudo é dinheiro que vai mover. Tem dono de carro pipa, tem fabricante de cisternas. A culpa é do Governo. Não é de quem vai com carro-pipa. Estou falando do comércio legal e não do desvio do dinheiro que vem para cavar poço, cavar barragem. (candidato ao Governo do Estado. Entrevista cedida à pesquisadora, fevereiro 2015).

Ressaltamos que um enquadramento possui, conforme explicita McCombs (2009), qualidades gestálticas significativas que o distingue de outros atributos de um objeto. No caso do Agendamento sobre a questão da seca/estiagem, pontuamos que os atributos caem ao longo de um continuum micro-macro. Do ponto de vista macro, ele encerra uma visão de desenvolvimento do Semiárido nordestino centrada nas obras de infraestrutura, especialmente hídricas, representação social tão bem desenhada pelas notícias e sua interação com a agenda pública dos candidatos e seus argumentos quanto às propostas para essa região. Assim forja-se uma representação massiva sobre o Nordeste, na opinião pública, que salienta, como efeito de sentido ou sugestionamento (McCombs, 2009, p.187) que a seca será algo sempre a ser combatido, uma vez que a produção social das notícias atuará de forma seletiva enfatizando junto à opinião pública, esse aspecto do noticiário quando a escassez de água se relaciona na imprensa com o Nordeste. Um exemplo disso foi o fato de que, no mesmo período de estiagem no Semiárido nordestino, especialmente em 2014, o Estado de São Paulo também enfrentou problemas no abastecimento, sob o risco de colapso no Sistema Cantareira, principal responsável pelo abastecimento de 8,8 milhões de pessoas no Estado. Na imprensa local e nacional, o enquadramento hegemônico para a questão não se constituiu em um problema de “combate à seca”, e sim, em crise hídrica cuja seletividade das informações jornalísticas traçou outra perspectiva de representação para o

agendamento da temática na imprensa e seus efeitos na opinião pública através da produção social das notícias. Não se constituíram em prática de estigmatização. De certo modo, após a divulgação da estiagem no Estado de São Paulo, os jornais locais passaram a ressaltar a “crise hídrica” como atributo para enquadramento da questão:

A escassez de água, a ineficiência dos poderes público (federal, estadual e municipal) com a manutenção e conservação dos mananciais e a provável recarga destes corpos d'água, através da transposição das águas do Rio São Francisco, trazem grandes preocupações com o futuro hídrico do Estado da Paraíba, diz trecho do relatório “Pacto pela nova governança - um retrato do Brasil, uma contribuição dos tribunais de contas do País aos governantes eleitos, divulgado na semana passada. (TCE culpa governo por crise hídrica, jornal Correio da Paraíba, jornal Correio da Paraíba, 22 de novembro de 2014).

Em 2014, apesar da diminuição no número de notícias na imprensa sobre a estiagem, se comparado a 2013, o “combate à seca no Nordeste” e a “crise hídrica em São Paulo” externaram, a partir de diferentes perspectivas, uma interface no Agendamento sobre a questão do acesso à água, no Brasil, e suas repercussões econômicas, sociais, ambientais e políticas. Naquele ano, muitas publicações pautaram a temática da água, inclusive motivadas por instituições, a exemplo da ONU (Organização das Nações Unidas) que lançou o Relatório sobre água no planeta. Assim a pauta se manteve, por meio de grandes reportagens, se utilizando inclusive de um Jornalismo de base de dados para problematizar a questão além da produção de vários suplementos e cadernos especiais.

Percebemos que a mobilidade da temática seca/convivência com o semiárido no noticiário é marcada por jogos de visibilidade/invisibilidade que caracterizam a dinâmica do agendamento tanto na representação sobre os ciclos naturais do semiárido paraibano, períodos de estiagem e chuva, quanto na dinâmica social em que se pautam processos, ou seja, na presença de dinâmicas e tecnologias sociais que demarcam também no mundo das notícias um processo mais recente de afirmação do território do semiárido brasileiro, a partir da ideia de convivência e projetos específicos nesse campo.

Nesse aspecto, a clivagem do agendamento e o continuum de seus atributos, na imprensa local, representam em grande parte um espaço micro-social ao narrar experiências em pequenas propriedades rurais, cooperativas, associações, grupos de mulheres, sindicatos de agricultores familiares, iniciativas em escolas nas zonas urbana ou rural etc.

Entretanto esse conjunto de ações passa a ter visibilidade na imprensa de maneira mais sequenciada e sugere atributos que contradizem ou geram tensão em um enquadramento de “combate à seca” no Nordeste. Isso porque o simbolismo dessa prática de Agendamento salienta, sugere (priming), na opinião pública, um discurso afirmativo de um território mais recentemente delimitado como sendo semiárido brasileiro onde se localizam Estados nordestinos mais partes do Espírito Santo e Minas Gerais. Esse aspecto sobretudo é enfatizado nos documentos veiculados publicamente pelo Fórum Articulação do Semiárido Brasileiro:

Nós povos do Semiárido, movimentos sociais e articulações, do campo e da cidade, nas quais nos vemos representados, tais como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Sem Terra (MST); Marcha Mundial das Mulheres; Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Levante Popular da Juventude, reunimo-nos em mais de 18 mil pessoas, em Petrolina/PE e Juazeiro/BA, passamos pelos centros das duas cidades e neles fomos acolhidos e queremos através deste, como através do ato que realizamos, fazer ecoar nossas vozes sobre o atual momento nacional, exigindo políticas condizentes e adequadas ao Semiárido. (...) O Semiárido atravessa uma das mais severas e duradouras secas dos últimos tempos. Mortes, êxodo, saques, filas intermináveis de pessoas para receber uma lata d'água, frentes de serviços, compra de votos às custas da miséria, tudo isso ficou na história como uma marca desumana das políticas que desrespeitam o Semiárido e seu povo. A virada desta página da história brasileira se deu graças à luta, coragem e protagonismo do povo do Semiárido, aliado a políticas públicas adequadas e voltadas para o bioma e sua gente, que deram ao Semiárido uma cara mais humana. (Documento Semiárido Vivo:

Nenhum Direito a Menos, divulgado pela ASA Brasil, em novembro de 2015).

Constatamos também nesse Agendamento voltado à positivação das experiências de convivência, uma atenção seletiva pelos agentes noticiosos e agentes do campo político que pautam a imprensa com vistas a afirmação desse enquadramento cujos atributos salientam a compreensão de que o fenômeno deve ser repensado através de uma abordagem voltada à perspectiva da aceitação maior do Bioma da Caatinga e de práticas de preservação, conservação e sustentabilidade, conforme nos exemplifica a jornalista Fernanda Cruz, da Assessoria de Comunicação do Fórum Articulação do Semiárido Brasileiro:

A ASACOM passa pra mais cumprir um papel muito de formação, sistematização, comunicação popular, direito à comunicação. E aí nesse momento, a assessoria de imprensa, inicialmente, ela vem com força, porque nesse projeto tem meta de assessoria de imprensa, e as pessoas fizeram, pautaram os veículos. Só que depois começou a tomar outro rumo, mais nessa história de trabalhar a comunicação micro, assim, local com as famílias, muito voltada para sistematização. Começou com 13 comunicadores nessa perspectiva que é hoje. E hoje a gente tem mais de 100 comunicadores, eles estão nas organizações que executam o programa Um Terra, Duas Águas. (...) A gente começou a perceber que pautar a imprensa da forma convencional que a gente aprende na faculdade, de fazer os releases e tal, para gente era um gasto de tempo muito grande e que não tinha retorno. Então, a gente começou a fazer um movimento, a partir de 2010, de identificar quem são os jornalistas que estão escrevendo sobre o Semiárido, que já estão escrevendo sobre a ASA, que fala de cisternas, que fala de acesso a água; e fazer uma ponte com essas figuras. (Entrevista concedida à pesquisadora. Recife, 17 de julho de 2014).

Identificamos por fim que esse Agendamento não emerge apenas de mídia espontânea. Ele nasce de estratégias de comunicação de diferentes atores sociais que atuam no semiárido nordestino (paraibano), e por sua vez, buscam afirmar uma ênfase diferenciada quanto aos atributos das experiências, práticas e processos sociais veiculados pela imprensa. Entra em cena um amplo processo amplo de produção social das notícias em que as

experiências afirmativas do Semiárido vão se evidenciar, especialmente, no contexto das lutas pelo acesso à água e que se tornam visíveis junto à opinião pública por meio de notícias sobre cisternas de placas, barragens subterrâneas, bancos de sementes comunitários; produção agroecológica no semiárido, inclusão produtiva das mulheres do campo, enfim, matérias jornalísticas que colocam em xeque um enquadramento sobre a seca como algo a ser combatido:

Representantes de oito unidades da Embrapa na região Nordeste estão reunidos na sede da Embrapa Agroindústria Tropical/Fortaleza (CE) para debater a criação do portfólio “Convivência com a Seca” (Seca: Embrapa disponibilizará tecnologias, jornal A União, 2 abril de 2014).

Os agricultores familiares que participam da Jornada de Inclusão Produtiva em Aguiar, no vale do Piancó, na sexta-feira, tiraram suas dúvidas quanto ao acesso às políticas públicas, conheceram tecnologias de convivência com a estiagem e comercializaram produtos agrícolas (Agricultores de Aguiar discutem convivência com as estiagens, jornal A União, 13 de maio de 2014)

A proposta é envolver crianças e jovens, especialmente oriundas de escolas públicas, na construção de uma agenda científica que incorpore dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais sobre a região semiárida brasileira. O objetivo é fortalecer neste público o senso crítico acerca de questões relevantes que possibilitem uma formação cisada e atitude construtiva em convivência sustentável com a região. (Convivência com o Semiárido. Insa vai capacitar criança e jovem, jornal A União, 4 de abril de 2014).

A divulgação contínua de matérias jornalísticas com ênfase na convivência com o semiárido são protagonizadas, em grande parte, por entidades da sociedade civil organizada, em especial, as que integram o Fórum Articulação do Semiárido, símbolo da presença mais efetiva quanto se trata de matérias jornalísticas cujo enquadramento enfatiza ações, tecnologias sociais e resultados de experiências de convivência com o semiárido em áreas como recursos hídricos, organização e mobilização social, agroecologia, política de preservação de sementes nativas, economia solidária, desertificação etc.

No enquadramento das notícias centrado na convivência com o semiárido paraibano, a agricultura familiar assume um lugar diferenciado demonstrando que a perspectiva dos projetos de convivência com o semiárido é, de acordo com Duque (2008, p.3), o reconhecimento de um novo modelo baseado no respeito à dignidade das populações antes consideradas como dependentes. Percebemos isso nos atributos das notícias uma vez que evidenciam processos de mobilização enfatizando as soluções das comunidades, especialmente rurais, e suas alternativas para os momentos de estresse hídrico na região. Identificamos também no Agendamento que outras instituições governamentais e não governamentais se destacam divulgando experiências nesse campo, a exemplo das Universidades Federal e Estadual da Paraíba, Emepa, Embrapa, Sindicatos Rurais e do Instituto Nacional do Semiárido, ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal, com sede em Campina Grande, na Paraíba.

É perceptível ainda a incorporação dessa clivagem por parte de alguns jornalistas ao problematizar essa questão, mesmo que em alguns casos, soe como contraditória a narrativa jornalística.

O discurso jornalístico é por vezes ambivalente no sentido de se travar ainda uma “guerra” contra a seca, fenômeno natural da região, e ao mesmo tempo apontar pela incorporação de discursos de convivência com o semiárido paraibano no conteúdo das notícias.

Consideramos que a análise do agendamento midiático sobre a temática foi desafiadora pelos seguintes aspectos: volume de notícias veiculadas no período analisado; dinamicidade do fluxo do agenda-setting; mobilidade de seus tópicos; interação entre a agenda midiática e respectivamente as agendas do campo político e público no contexto eleitoral de 2014. Ao passo que nos permitiu constatar, refletir e melhor entender que a temática pelo acesso ao direito à água enquanto experiência sócio-histórica de modo particular, no semiárido do Nordeste, muito se relaciona com o processo social de produção de notícias.

O discurso público presente nos jornais sobre o combate à seca e mais recentemente sobre as estratégias de convivência com o semiárido nos interpela a refletir cada vez mais sobre os mapas de significação que são produzidos, uma vez que seu simbolismo vem ao longo da história das secas no Nordeste, impactando e moldando não só a opinião pública no tocante à

identidade desse território do país, mas as políticas públicas implementadas na Região.

Destacamos que o Agendamento é um processo complexo de entendimento da representação dessa realidade específica do Brasil onde estão presentes, no conteúdo das notícias, diferentes visões para um acontecimento - a ausência das chuvas, a escassez de água -, dando conta de que a seca/estiagem/convivência enquanto fenômeno social é também um fenômeno midiático (comunicativo) e que passa por múltiplas mediações.

Esse campo de sentido engloba diferentes agentes noticiosos na produção de conteúdo jornalístico que sobretudo diz respeito a um processo cognitivo relevante junto à opinião pública onde se disputa, no cotidiano dos jornais, diferentes perspectivas de desenvolvimento para o Nordeste. É nessa luta simbólica que os enquadramentos constituídos pelas práticas de agendamento contribuem para a construção de um imaginário sobre o Semiárido que certamente produz efeitos tão poderosos quanto a ausência das chuvas.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; São Paulo: Cortez Editora, 1999.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Documento Semiárido Vivo**: nenhum direito à menos. ASA BRASIL: Recife, novembro 2015.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. **As secas do Nordeste**. Brasília: Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, 1953.

ANDRADE, Lopes de. **Introdução à Sociologia das Secas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luiz Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulinas, 2003.

DENCKER, A. F. M. & VIÁ, S. C. **Pesquisa Empírica em Ciências Humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura, 2001.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.17, p. 133-140, jan./jun. 2008. Editora UFPR.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à Primeira Edição. In: ANDRADE, Lopes de. **Introdução à Sociologia das Secas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca**: o caso Paraíba. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre cultura(s) e cibercult@(s)**: incursões e outras rotas não lineares. São Bernardo do Campo: UMEESP, 2012. 266p.

HOHLFELDT, Antonio. MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ; 1ªedição. Vozes, 2001. HALL, Stuart et all. A produção social das notícias: o *mugging* nos média. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias. 2 ed. Lisboa: Vega, 1999.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

McCOMBS, Maxuel. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

McCOMBS, Maxuel. Um panorama da Teoria do Agendamento 35 anos depois de sua formação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.31. n.2. jul/dez.2008.

McCOMBS, Maxuel. **Setting the agenda**. The mass media and public opinion. Polity Press: Cambridge, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Noiva da Revolução. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRADO, Luiz Aidar (Org). **Crítica das práticas midiáticas**- da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002.

PROGRAMA DE GOVERNO. Plano de Ação para Mudar o Brasil: Presidente Mariana Silva e vice Beto Albuquerque. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://marinasilva.org.br>>. Acesso em: 3 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO PMDB: um novo caminho para a Paraíba. Site do TRE, João Pessoa, 2014. Disponível em: < <http://www.eleicoes2014.com.br/vital/>>. Acesso em: 3 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO RICARDO COUTINHO. Paraíba 2015-2018. Site do TRE, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://ricardo40.com.br>>. Acesso em: set. 2014

PROGRAMA DE GOVERNO CÁSSIO. Disponível em: <<https://bit.ly/3OkCfQh>>. Acesso em: 3 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PV. Viver bem. Viver Verde. Site do TSE, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.eduardojorgepv.com.br/programa-brasil/>>. Acesso em: 3 set. 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF. Mais Mudanças, mais futuro. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://dilma.com.br>>. Acesso em: 3 set. 2014

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSDB. Diretrizes Gerais. Plano de Governo Aécio Neves e Aloísio Nunes. Coligação Muda Brasil, TSE, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://inter01.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idarquivo/229?x=1404671991000280000000085>>. Acesso em: 3 set. 2014

RAMOS, S. & PAIVA, A. **Mídia e violência**- novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina**: a epopéia das secas (1500-1983). Recife: Editora Tropical, 1984.

TARGINO, Ivan Moreira. Prefácio à Segunda Edição. In: ANDRADE, Lopes de. **Introdução à Sociologia das Secas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2ªed. Lisboa: Veja Editora, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Trilhas e impactos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004 (2 volumes).

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

Capítulo 7 – Comunicação para transformação social nos documentos conclusivos das conferências gerais do episcopado latino-americano e do Caribe (CELAM)*

Ricardo Costa Alvarenga

Ao longo dos anos 1950, foi impulsionada pela Igreja Católica a criação de estruturas para a organização e articulação dos bispos católicos nos países da América Latina: as chamadas Conferências Episcopais Nacionais. Dentro deste contexto, os bispos brasileiros fundaram, em 14 de outubro de 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa estratégia tinha como objetivo fomentar a proximidade, unidade e cooperação entre os bispos católicos nos seus países.

Além das instituições em nível nacional, surgiu também o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em 1955, criado com os objetivos de a) prestar serviços de contato; b) fomentar a aproximação e a formação; c) contribuir com a pesquisa e a reflexão por parte das atuais 22 conferências episcopais nacionais existentes no espaço latino-americano. A instituição assumiu a responsabilidade de promover, com certa regularidade de tempo, um encontro entre todos os bispos da América Latina, nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Esse nome foi dado justamente por se tratar de um momento de aproximação e reflexão sobre os rumos do catolicismo nos países que integram o Celam. Já foram realizadas cinco Conferências Gerais: Rio de Janeiro (Brasil, 1955); Medellín (Colômbia, 1968); Puebla (México, 1979); Santo Domingo (República Dominicana, 1992) e Aparecida (Brasil, 2007). Ao final de cada um desses encontros, os bispos participantes com seus assessores constroem coletivamente um texto chamado Documento Conclusivo que reúne o conteúdo das reflexões feitas durante o evento bem como os encaminhamentos que devem ser seguidos pela Igreja Católica nos distintos países pelos anos subsequentes. Neste texto,

* Este texto é parte da tese: “A comunicação da Igreja Católica na América Latina e Caribe a partir dos documentos conclusivos do Celam: uma visão compreensiva de suas teorias e de suas práticas”, defendida em 19 de março de 2021, na Universidade Metodista de São Paulo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, sob a orientação dos professores José Marques de Melo (2017 – 2018) e Dimas A. Künsch (2018 – 2021).

retomamos parte dos resultados da pesquisa sobre a comunicação “da” e “na” Igreja Católica, na América Latina e Caribe, a partir de uma abordagem compreensiva, dialógica, inclusiva sobre a tendência da Comunicação para a transformação social que pode ser identificada nos Documentos Conclusivos das Conferências Gerais promovidas pelo Celam. O objetivo principal do texto é compreender como a Igreja Católica aborda a temática da Comunicação para a transformação social nos cinco Documentos Conclusivos do Celam.

Elegeu-se um instrumental teórico-metodológico que favorece uma ampla compreensão do contexto no qual a Igreja Católica, na América Latina e no Caribe, se situa bem como a identificação da abordagem dada ao tema da Comunicação para a transformação social nos Documentos Conclusivos das Conferências do Celam. A escolha recai na Hermenêutica de Profundidade (HP) como proposta de John B. Thompson (2011) como ferramenta apta à análise do contexto de formação e interpretação das formas simbólicas.

Thompson, ao pensar na utilização do termo hermenêutica, o aciona como elemento para significar o processo de compreensão e interpretação. A Hermenêutica de Profundidade é assumida na pesquisa tanto na dimensão teórica quanto metodológica norteando toda sua estrutura. Convém lembrar que o que essa metodologia específica fornece não é uma alternativa aos métodos de análise existentes, mas uma estrutura geral em que é possível vincular e estabelecer relações com diferentes abordagens metodológicas, em uma perspectiva compreensiva e dialógica.

Tendo como base a liberdade metodológica que a Hermenêutica de Profundidade permite e recomenda, assumo as três fases do percurso metodológico, propostas por Thompson (2011): 1) Análise Sócio-Histórica, 2) Análise Formal ou Discursiva e 3) Interpretação/Reinterpretação. Todas são constitutivas da própria estrutura do texto e cada uma, como assinalado pelo próprio autor, permite a utilização de métodos e técnicas de pesquisa complementares. É nesse sentido que a pesquisa bibliográfica, a pesquisa social e histórica e a análise de conteúdo se juntam para favorecer o processo compreensivo de análise e interpretação que apresentamos na sequência.

1 – Compreendendo os fundamentos e conceitos

Para entender a perspectiva da Comunicação ligada à dinâmica de transformação social, recorreremos aos estudos de Jan Servaes (2000), Alfonso

Gumucio Dagron (2011), Thomas Tufte (2012) e Cílicia Maria Krohling Peruzzo (2014) que nos proporcionam um panorama amplo sobre a relação da Comunicação com as noções de desenvolvimento e transformação social na América Latina. Peruzzo (2014, p. 175) afirma que “o tema da comunicação para o desenvolvimento foi introduzido com sentido instrumental em meados do século XX. Aproximadamente, a partir dos anos 1970”. Neste momento, o debate ganha corpo no meio científico-acadêmico em diversos países da América Latina.

Neste contexto, emergem dois grandes modelos de comunicação para o desenvolvimento, como aponta Servaes (2000). O primeiro ligado à perspectiva difusionista da Comunicação e o segundo ao princípio participativo dos processos comunicacionais. O autor aponta que o modelo difusionista da Comunicação está relacionado a três noções:

Primero, porque ellos identificaron a la comunicación como la transferencia de información (el estímulo) y eran partidarios de la metodología empírica, estableciéndose así las bases de la comunicología como una ciencia distinta y legítima. Segundo, los teóricos enfocaron a la eficiencia o efectos de la comunicación (la respuesta), sosteniendo vastas promesas de manipulación o control de los receptores del mensaje con diversos intereses. Finalmente, el modelo de la comunicación se desarrolla íntimamente con la naturaleza y los mecanismos de la comunicación mediática o masiva, una emergente y poderosa fuerza en aquel tiempo (SERVAES, 2000, p. 16).

É certo que no contexto sócio-histórico no qual se desenvolveu esse modelo, a Comunicação era compreendida apenas como mecanismo de transferência de informação, a partir de uma relação linear e unilateral entre emissores e receptores. Peruzzo (2014, p. 178) reitera que se preconizava “o uso da comunicação interpessoal e massiva como vetores de difusão de inovações com vistas à modernização das sociedades tidas como atrasadas”.

Impõe-se ainda observar que, em nível internacional, foi estabelecido um fluxo de informação, a partir dos Estados Unidos e da Europa. Neste sentido, Peruzzo (2014, p. 178) relembra que esse processo envolveu “agências de notícias, exportação de filmes cinematográficos, revistas, programas de televisão etc., por meio dos quais, política e ideologicamente,

julgavam-se negativamente os países de orientação socialista”. Assim os meios de comunicação impactavam na mudança dos hábitos culturais e nos padrões de comportamento da população da época.

Já o segundo modelo, apresentado por Servaes (2000), tem foco na Comunicação participativa. Em oposição ao modelo difusionista, este incorpora ideias e conceitos do esquema de “referencia de la multiplicidad/otro desarrollo. Afirma la importancia de la identidad cultural de las comunidades locales y de la democratización y participación en todos los niveles – internacional, nacional, local e individual” (SERVAES, 2000, p. 20).

Entre os expoentes deste modelo está a figura de Paulo Freire que, a partir do seu enfoque dialógico, impulsionava a transformação das estruturas de poder a fim de garantir um acesso livre, igualitário e participativo às informações. Essa proposição foi a motivação para as “formulações teóricas de dezenas de pesquisadores, como os pioneiros desta temática na área da comunicação na América Latina, por exemplo Luiz Ramiro Beltrán, Mário Kaplún [...], José Marques de Melo” (PERUZZO, 2014, p. 180).

Em síntese, a Comunicação ligada a essa nova perspectiva de desenvolvimento que valorizava as culturas locais e garantia mais protagonismo popular, é entendida como elemento facilitador de processos pessoais e grupais de transformação social e, como assinala Peruzzo (2014, p. 181), “essa comunicação explicita a importância da participação direta, com poder de decisão, tanto nos processos relativos a programas de intervenção comunitária e local quanto nos do que fazer comunicacional”.

No entendimento de Tufte (2012, p. 90), a Comunicação para o desenvolvimento e transformação social encontra-se em uma encruzilhada, pois, estão se definindo “nuevos contextos, actores y dinámicas dentro de los cuales tenemos que redefinir la disciplina y la práctica de la comunicación para el desarrollo y el cambio social”. O pensamento do autor parte de quatro dimensões em particular: 1) o ressurgimento dos movimentos sociais; 2) o desenvolvimento de novos meios sociais e de comunicação; 3) o desenvolvimento da sociedade civil; 4) o crescimento de discursos pós-desenvolvimento.

Em consequência disso, Tufte (2012, p. 104) defende que é preciso pensar no futuro desta perspectiva comunicacional especialmente pelo surgimento de práticas emergentes de Comunicação para a transformação

social ligadas a “nuevos movimientos sociales y la materialización en las reivindicaciones impulsadas por los activistas de influencia, visibilidad, participación e inclusión en la sociedad”.

Cabe salientar, como destaca ainda Tufte (2012), que é possível identificar cinco características constitutivas para o futuro da Comunicação para o desenvolvimento e transformação social: 1) o conceito de desenvolvimento exigirá um novo debate, pois, o atual modelo ocidental de crescimento econômico está em estado fundamental de crise; 2) reconhecer as lutas de poder como um contexto básico em que se comunica o desenvolvimento e a transformação social; 3) proliferação de novos espaços de debate e participação a partir das novas mídias; 4) a polifonia que surge como uma condição constitutiva da Comunicação na atualidade; 5) crescimento de articulações e ações dos cidadãos.

As características apontadas por Tufte reforçam a compreensão de que a Comunicação para a transformação social é um processo vivo que se articula e se modifica com o passar do tempo, o que possibilita alocar dentro dessa tendência macro de Comunicação diversos conceitos, teorias e ideias. Neste sentido, Dagron (2011, p. 33) elenca cinco condições que devem estar presentes nos processos de comunicação para a transformação social: 1) participação comunitária e apropriação; 2) linguagem e pretensão cultural; 3) geração de conteúdos locais; 4) uso de tecnologia apropriada; 5) trabalho convergente e em rede.

As características apresentadas por Dagron (2011) fortalecem a proposta de aproximações teóricas que construímos para possibilitar a identificação e a relação dos trechos dos Documentos Conclusivos à tendência da Comunicação para a transformação social: a) Comunicação popular; b) Comunicação alternativa; c) Comunicação comunitária; d) Educomunicação; e) Democratização da comunicação.

Segundo Dagron (2011, p. 32), a Comunicação para a transformação social “es un proceso de diálogo y debate, basado en la tolerância, el respecto, la equidad, la justicia social y la participación activa de todos”. Tal conceito representa bem a noção que temos em torno desta tendência comunicacional, que buscaremos identificar nos Documentos Conclusivos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano.

2 – Interpretando os Documentos Conclusivos do Celam

Partindo da noção de que a Comunicação pode gerar impacto e transformação positiva na sociedade e retomando as reflexões de Servaes (2000), Dagrón (2011), Tufte (2012) e Peruzzo (2014), já mencionadas neste trabalho, discutiremos a seguir os indicativos da presença desta tendência nos Documentos Conclusivos das cinco Conferências Gerais do Celam.

Entre as Unidades de Contexto do Documento do Rio de Janeiro não foi identificada nenhuma proximidade com a tendência da Comunicação para a transformação social. Fizemos um esforço de verificar no trecho dedicado ao tema da Comunicação, no documento, algo a esse respeito, mas não foi possível encontrar nada na linha do engajamento com questões sociais.

Isso difere do que se identificou nos documentos de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida. Neles foi possível perceber elementos homogêneos, como a grande quantidade de Unidades de Contexto agrupadas na mesma categoria. Nesses quatro documentos, a tendência da Comunicação para a transformação social se destaca. Em Medellín, são 19 Unidades de Contexto nesta categoria; em Puebla, 51; em Santo Domingo, 26, e em Aparecida, 24 unidades. Essa tendência se manteve como a primeira em quatro de cinco documentos.

Ao examinar os dados obtidos com a Análise de Conteúdo na Tese, observamos outra informação relevante que diz respeito a três núcleos de sentido presentes nos documentos: 1) movimentos em grupo, comunidades de base e meios de comunicação grupais; 2) processos de formação e educação popular para o uso crítico dos meios de comunicação; 3) debates sobre os processos de democratização e descentralização dos meios de comunicação.

No primeiro núcleo de sentido, destaca-se a Comunicação Comunitária nos quatro documentos. Isso se dá em virtude do movimento impulsionado pela Igreja latino-americana e caribenha de formação de grupos de base que deram origem, posteriormente, às comunidades eclesiais de base como percebe-se nesta Unidade de Contexto extraída do Documento de Medellín.

Desejamos afirmar que é indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais, seja no que se refere ao diálogo e à vivência comunitária dentro do mesmo grupo, seja

no que se refere a suas relações com grupos sociais maiores (operários, camponeses, profissionais liberais, clero, religiosos, funcionários etc.) (MEDELLÍN, 1968, p. 7).

Já no Documento de Aparecida, percebemos o destaque dado às comunidades eclesiais como expressão da preocupação da Instituição. “Com a paixão de seu amor a Jesus Cristo, foram membros ativos e missionários em sua comunidade eclesial. Com valentia, perseveraram na promoção dos direitos das pessoas, foram perspicazes no discernimento crítico da realidade” (APARECIDA, 2007, p. 128). Nesta linha, Antônio Cechin (1979) afirma que as comunidades de base representam, nesse período, a opção fundamental da Igreja Católica na América Latina. O autor propõe uma conceituação para essas comunidades, a partir do tensionamento de alguns elementos sociológicos. “Localização Social: são comunidades na base; Coesão Social: são de base comunitária; Papel Social: são comunidades de base; Método Social: inauguram a comunicação libertadora; Função evangelizadora: são comunidades eclesiais de base” (CECHIN, 1979, p. 36).

É no mesmo compasso que a Igreja Católica começa a utilizar a expressão meios de comunicação grupal que remete justamente às formas de Comunicação desenvolvidas dentro dos grupos dessas comunidades. Como mostra o trecho do Documento de Puebla (1979, p. 266): “[...] intensificar o uso dos meios de comunicação de grupo (MCG) que, além de serem menos custosos e de mais fácil utilização, oferecem a possibilidade de diálogo e são mais aptos para uma evangelização de pessoa para pessoa”.

Com isso, se desenvolvem nos Documentos Conclusivos, os termos Comunicação Popular e Comunicação Alternativa. Segundo Pedro Gilberto Gomes (1994, p. 33), essas abordagens surgem da noção de que a “comunicação não pode ser realizada de maneira impositiva, vir de cima, autoritariamente. Ao contrário, deve acontecer a partir da vida do povo”.

Dentre as abordagens teóricas que mais são acionadas ao se trabalhar a temática da Comunicação para a transformação social, está a perspectiva da Comunicação e Educação que constitui um dos núcleos de sentido desta tendência sendo muito utilizada na construção dos textos dos documentos de Medellín, Santo Domingo e Aparecida como demonstram as Unidades de Contexto a seguir.

O trabalho de formação, no que se refere aos usuários da comunicação social, se estenderá às pessoas de todas as condições sociais, e de modo particular aos jovens, para que conheçam, valorizem e apreciem esses meios fundamentais pelos quais se expressa o mundo contemporâneo, desenvolvendo seu sentido crítico e sua capacidade de tomar responsabilmente suas próprias decisões (MEDELLÍN, 1968, p. 72).

Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos valores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado (PUEBLA, 1979, p. 286).

Deve-se pôr todo empenho na formação técnica, doutrinal e moral de todos os agentes de pastoral que trabalham em e com os meios de comunicação social. Ao mesmo tempo, é necessário um Plano de educação orientado para a percepção crítica, especialmente nos lares, como para a capacidade de utilizar ativa e criativamente os meios e sua linguagem, empregando os símbolos culturais do nosso povo (SANTO DOMINGO, 1992, p. 181).

Educar na formação crítica quanto ao uso dos meios de comunicação a partir da primeira idade (APARECIDA, 2007, p. 219).

Esse debate sobre formação para o uso dos meios de comunicação bem como a proposta de unir Comunicação e Educação para que se possa fazer melhor uso desses meios a partir do desenvolvimento da consciência crítica, é o principal motivo para essa recorrência. Como afirma José Manuel Morán (1989, p. 226), “a educação para a comunicação precisa da articulação de vários espaços educativos, mais ou menos formais [...] educação para a comunicação é a busca de novos conteúdos, de novas relações, de novas formas de expressar esses conteúdos e essas relações”.

Desta forma, ao se referir aos meios de comunicação na perspectiva do engajamento com questões sociais, os Documentos Conclusivos direcionam quase sempre para a preocupação com os povos latino-americanos e sua constante luta pela libertação dos sistemas de opressão. Por isso, identificamos no processo de categorização, diversas menções à Comunicação com foco no povo.

Gomes (1994, p. 34) afirma que “a comunicação deve retratar os assuntos que são de interesse da comunidade. Deve participar das lutas e projetos de transformação social”. É preciso que a prática comunicacional seja

realmente comprometida com o povo e para o povo. É fato que essa não era a única tendência que existia naquele contexto. Entendemos que coexistiam tendências de Comunicação, dentro da mesma Instituição, como a ligada ao uso de promoção da imagem institucional e propagação da fé.

Sobre esse ponto, Puntel (2012) retoma que a Igreja não rejeita os tradicionais meios de comunicação: ela apenas enfatiza a dinâmica da Comunicação popular ou de grupo como uma alternativa que considera o processo dialógico e participativo de Comunicação. Destacamos algumas Unidades de Contexto que exemplificam essa abordagem.

Igual maneira, os MCS se convertem em agentes ativos do processo de transformação, quando se colocam ao serviço de uma autêntica educação integral, apta para desenvolver o homem todo, capacitando-o a ser o artífice de sua própria promoção; o que se aplica também à evangelização e ao crescimento na fé (MEDELLÍN, 1968, p. 71).

A realização da pessoa consegue-se graças ao exercício de seus direitos fundamentais, eficazmente reconhecidos, tutelados e promovidos. Por isso a Igreja, perita em humanidade, deve ser a voz daqueles que não têm voz (da pessoa, da comunidade perante a sociedade, das nações fracas perante as poderosas) cabendo-lhe uma ação de docência, denúncia e serviço em prol da comunhão e da participação (PUEBLA, 1979, p. 299).

Nessa linha, a Comunicação se torna para o povo uma ferramenta de transformação social, um elemento de fortalecimento da organização popular. Juan Díaz Bordenave (1984, p. 225), ao escrever sobre a importância da Comunicação para as lutas sociais, comenta que são “várias as frentes onde a comunicação pode atuar para contribuir para o fortalecimento das organizações populares como parte integral de sua práxis libertadora”.

É válido afirmar que a Comunicação é uma importante aliada da luta por libertação podendo ajudar em várias frentes, como na conscientização, fornecendo informações reais; na organização, ajudando na dinâmica do diálogo e participação; na politização, apoiando os movimentos de massa; na técnica, orientando a produção de material instrutivo; e na ação de mudança, auxiliando no debate da reformulação das microestruturas (BORDENAVE, 1984, p. 226). Esse contexto de luta, mencionado anteriormente, nos remete a mais uma homogeneidade entre os quatro

Documentos Conclusivos: o terceiro núcleo de sentido que gira em torno do debate sobre a democratização da Comunicação diretamente ligado à noção do direito social à informação. Como se sabe, diversos países da América Latina sofreram com regimes ditatoriais e totalitários no período que recobre a realização de algumas das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano.

Dentre os inúmeros absurdos cometidos nesse período pelos ditadores, está o controle da informação e a censura que ferem diretamente a liberdade de expressão e se constituem como uma violação de direitos humanos. É nesse contexto que emerge o debate sobre o direito social à informação. Porém, parte dessa luta, como relembra Moacir Pereira (1984, p. 114), dependia da superação “da ausência de uma consciência crítica das instituições políticas, em particular, e da nação, em geral, sobre as diferentes formas de controle”.

Como se pode ver, nas Unidades de Contexto dos Documentos de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, é possível encontrar menções à necessidade da formação de uma consciência crítica para que se tenha uma visão mais real dos fenômenos da sociedade e assim se possa consumir com mais criticidade os produtos de comunicação e exercer a sua liberdade de expressão. “A Igreja propugna pela formação de uma consciência crítica que desperte nos receptores uma atitude em relação aos sistemas de comunicação” (PEREIRA, 1984, p. 114).

A Comunicação Social é para a Igreja o meio de apresentar a este continente uma imagem mais exata e fiel de si mesma, transmitindo ao grande público não apenas notícias relativas aos acontecimentos da vida eclesial e suas atividades, mas, sobretudo, interpretando os fatos à luz do pensamento cristão (MEDELLÍN, 1968, p. 72).

Respeitar e favorecer a liberdade de expressão e a correlativa informação, pressupostos essenciais da comunicação social e de sua função na sociedade dentro da ética profissional, conforme a Exortação *Communio et Progressio* (PUEBLA, 1979, p. 264).

Ajudar a discernir e orientar as políticas e estratégias da comunicação, que devem encaminhar-se a criar condições para o encontro entre as pessoas, para a vigência de uma autêntica e responsável liberdade de expressão, para fomentar os valores culturais próprios e para buscar a integração latino-americana (SANTO DOMINGO, 1992, p. 180).

Suscitar leis para promover nova cultura que proteja as crianças, os jovens e as pessoas mais vulneráveis, para que a comunicação não transgrida os valores e, ao contrário, criem critérios válidos de discernimento (APARECIDA, 2007, p. 220).

Outro debate que também assume grande proeminência diz respeito aos sistemas de comunicação, especialmente, sobre o controle e a manipulação da opinião pública exercido pelos grandes conglomerados de mídia. Em seus textos, os bispos católicos afirmam que, por toda a América Latina, existe uma concentração dos meios de comunicação nas mãos das elites. Acerca dessa temática, podemos verificar em Unidades de Contexto do Documento de Puebla, trechos sobre a urgência da democratização dos meios de comunicação.

Os traços culturais que apresentamos sofrem a pesada influência dos meios de comunicação social. Através deles, os grupos de poder político, ideológico e econômico penetram de modo sutil no ambiente e no modo de viver do nosso povo. Há manipulação das informações por parte dos diversos poderes e grupos. Isto se concretiza de modo particular no caso da publicidade. Esta introduz falsas expectativas, cria necessidades fictícias e muitas vezes contradiz os valores fundamentais de nossa cultura latino-americana e do Evangelho. O uso indevido da liberdade nestes meios leva a invadir o campo da vida íntima das pessoas, geralmente indefesas. Estes meios penetram todas as áreas da vida humana (lar, centros de trabalho, lugares de lazer, praças) 24 horas por dia. Por outro lado, levam a uma mudança cultural que gera uma nova linguagem (PUEBLA, 1979, p. 73).

A comunicação social está condicionada pela realidade sociocultural de nossos países e constitui, por sua vez, um dos fatores determinantes que mantém esta realidade (PUEBLA, 1979, p. 262).

O monopólio da informação, tanto por parte do governo como de interesses privados, permite o uso arbitrário dos meios de informação e dá lugar à manipulação de mensagens de acordo com interesses setoriais. Particularmente grave é o manejo da informação que empresas e interesses transnacionais fazem a respeito de nossos países ou com destino a eles (PUEBLA, 1979, p. 263).

A partir das Unidades de Registro do Documento de Puebla, torna-se evidente a preocupação da Instituição com o controle e a manipulação

exercidos pelos meios de comunicação na sociedade bem como o combate aos discursos midiáticos de exaltação do capitalismo. No texto de Santo Domingo, o tema é tratado na ótica dos grandes conglomerados que concentram diversos tipos de mídia sob a tutela de uma mesma empresa.

Damo-nos conta do desenvolvimento da indústria da comunicação na América Latina e Caribe que mostra o crescimento de grupos econômicos e políticos que concentram cada vez mais em poucas mãos e com enorme poder a propriedade dos diferentes meios e chegam a manipular a comunicação, impondo uma cultura que estimula o hedonismo e o consumismo e atropela nossas culturas com os seus valores e identidades (SANTO DOMINGO, 1992, p. 179).

Ajudar a discernir e orientar as políticas e estratégias da comunicação, que devem encaminhar-se a criar condições para o encontro entre as pessoas, para a vigência de uma autêntica e responsável liberdade de expressão, para fomentar os valores culturais próprios e para buscar a integração latino-americana (SANTO DOMINGO, 1992, p. 180).

Othon Jambeiro (1987, p. 109), ao comentar sobre o processo de democratização dos meios de comunicação, relembra que “a comunicação é um processo social básico e, como tal, assume as mais diversas formas de realização. No mundo moderno e complexo em que vivemos, ele passou a ser intermediado por um amparo empresarial e tecnológico”. É justamente essa estrutura empresarial que inviabiliza os meios de exercerem efetivamente sua função social.

Devemos ressaltar, todavia, que ao mesmo passo em que os bispos levantam todas essas questões em torno dos problemas que podem ser causados por meios de comunicação não comprometidos com a dignidade da pessoa humana, também reiteram o importante papel dos meios de comunicação para a promoção da justiça e transformação social. Finalizando essa reflexão, retomamos a crítica feita à globalização no Documento de Aparecida.

Essas culturas coexistem em condições desiguais com a chamada cultura globalizada. Elas exigem reconhecimento e oferecem valores que constituem uma resposta aos anti-valores da cultura que se impõem através dos meios de comunicação de massas: comunitarismo, valorização da família, abertura à transcendência e

solidariedade. Essas culturas são dinâmicas e estão em interação permanente entre si e com as diferentes propostas culturais (APARECIDA, 2007, p. 36).

A crítica do episcopado dialoga com os estudos de Milton Santos, que afirma ser necessária uma outra globalização. “Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana” (2020, p. 20). Assim como o autor, os bispos da América Latina também manifestam insatisfação pelo atual momento que segue ampliando as mazelas sociais. A Igreja, apesar de todas as suas contradições e questões internas, demonstra, ao nosso ver, um esforço em tentar seguir a mesma linha de ação pastoral. Mesmo com todas as idas e vindas das lideranças do episcopado em relação às questões sociais, alguns bispos tentaram manter o propósito inicial da opção preferencial pelos pobres. Acreditamos que é esse aspecto que favoreceu a identificação proeminente da tendência de Comunicação para a transformação social nos Documentos Conclusivos do Celam.

Referências

ALVARENGA, Ricardo Costa. **A Comunicação da Igreja Católica na América Latina e Caribe a partir dos Documentos Conclusivos do CELAM**: visão compreensiva de suas teorias e de suas práticas. 2021. 217 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

BORDENAVE, Juan. A comunicação e o fortalecimento da organização popular: por uma verdadeira segurança nacional. In: SOARES, Ismar de O.; PUNTEL, Joana (Orgs.). **Segurança do povo desafio à comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1984.

CECHIN, Antônio. As comunidades de base em tempo de comunicação libertadora. In: NEOTTI, Clarêncio (Org.). **Comunicação e consciência crítica**. São Paulo: Loyola, 1979.

DAGRON, Alfonso Gumucio. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. In: G., José Miguel Pereira; B., Amparo Cadavid. (Orgs.). **Comunicación, desarrollo y cambio social**: interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y medios. Bogotá: Uniminuto, 2011.

DOCUMENTO CONCLUSIVO DE APARECIDA, 5., 2007, Aparecida. V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Aparecida: Conselho Episcopal Latino Americano, 2007.

DOCUMENTO CONCLUSIVO DE MEDELLÍN, 2., 1968, Medellín. II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Medellín: Conselho Episcopal Latino Americano, 1968.

DOCUMENTO CONCLUSIVO DE PUEBLA, 3., 1979, Puebla. III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Puebla: Conselho Episcopal Latino Americano, 1979.

DOCUMENTO CONCLUSIVO DE SANTO DOMINGO, 4., 1992, Santo Domingo. IV Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Santo Domingo: Conselho Episcopal Latino Americano, 1992.

DOCUMENTO CONCLUSIVO DO RIO DE JANEIRO, 1., 1955, Rio de Janeiro. I Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Rio de Janeiro: Conselho Episcopal Latino Americano, 1955.

GOMES, Pedro Gilberto. **A comunicação em debate**. São Paulo: Paulinas, 1994.

JAMBEIRO, Othon. Democratizar a Comunicação. In: SOARES, Ismar de O.; MOTTA, João Manoel. **A comunicação na construção da Paz**. São Paulo: Paulinas, 1987.

PEREIRA, Moacir. Direito social à informação. In: SOARES, Ismar de O.; PUNTEL, Joana. **Segurança do povo desafio à comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1984.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: NETO, Aristides Monteiro (Orgs.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Temas y Problemas de Comunicación**. Rio Cuarto, v. 10, ano 8, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2IWS0D3>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TUFTE, Thomas. Hacia un renacimiento de la comunicación para el cambio social. Redefiniendo la disciplina y la práctica en la era post 'Primavera Árabe'. In: HERMIDA, Marcelo Martínéz; CABALLERO, Francisco Sierra. (Orgs.). **Comunicación y Desarrollo**. Barcelona: Comunicación, 2012.

Capítulo 8 – Ciberjornalismo no interior paulista: três tendências a partir das concepções de desenvolvimento*

Marcelo de Oliveira Volpato

Introdução

Desde o surgimento da internet, dos computadores pessoais e, mais recentemente, dos dispositivos móveis e redes de conexão sem fio, as tecnologias passaram a integrar o cotidiano e a vida de grande parte das pessoas, principalmente, em grandes centros urbanos e metrópoles.

Do ponto de vista da “indústria da informação”, seja no Jornalismo ou na Comunicação, de forma geral, reconfigurações e mutações também têm acontecido e têm sido observadas na esfera do Jornalismo praticado para além das áreas metropolitanas, de forma local e regional. Diferentes são os jornais locais e de interior que trilham suas veredas pela internet.

Neste contexto, este capítulo apresenta alguns dos principais resultados de pesquisa doutoral (VOLPATO, 2019) que investigou as atuais práticas e processos de produção noticiosa dos jornais locais do interior paulista para a internet, principalmente, quanto aos tipos e formatos de conteúdos, vocação de trabalho e recursos tecnológicos empregados, a partir das perspectivas e concepções teóricas do desenvolvimento e da comunicação para o desenvolvimento¹.

Para tal, parte-se dos casos do Correio Popular, de Campinas; Cruzeiro do Sul, de Sorocaba; e Jornal da Cidade, de Bauru. Vale-se, portanto, de estudo de casos múltiplos como tipo de pesquisa, além de pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Dos três casos, ao todo, 569 conteúdos jornalísticos foram captados, a partir de uma semana construída, que considerou os dias segunda-feira (15/01/2018); terça-

* Este capítulo reúne alguns dos principais apontamentos da Tese de Doutorado “Ciberjornalismo de proximidade e desenvolvimento: uma análise sobre três casos do interior paulista”, defendida, em 2019, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob orientação de Luiz Alberto de Farias e coorientação da Profa. Dra. Círcia Krohling Peruzzo.

¹ Parte-se, principalmente, das reflexões reunidas por nós em outro texto (PERUZZO; VOLPATO, 2019).

feira (23/01/2018); quarta-feira (31/01/2018); quinta-feira, (08/02/2018); sexta-feira (16/02/2018); sábado (24/02/2018) e domingo (04/03/2018). Destes, foram selecionados para análise, a terça (23/01/2018), a quinta (08/02/2018) e o domingo (04/03/2018). Esse corpus deriva de nossa tese doutoral (VOLPATO, 2019) que procurou classificar cada conteúdo, segundo aspectos como vínculo geográfico, origem da produção do conteúdo, assunto, tipo de abordagem, gêneros e formatos, tipo de fonte ou personagem presente no texto, além de aspectos inerentes do formato digital como hipertextualidade, multimidialidade e interatividade definidos em uma ficha de análise.

1 – Ciberjornalismo local e de interior

No Brasil, a mídia local é caracterizada por operar na perspectiva comercial², como corporações ou pequenas empresas, em uma lógica de rentabilidade econômica. Em vários aspectos, tende a reproduzir a lógica da imprensa nacional, principalmente, no que tange ao modelo de gestão, os níveis de participação e as estratégias de captação de recursos e relacionamento com as instâncias de poder. Ainda inclina-se a veicular um conteúdo relacionado às especificidades locais, além de informações nacionais e internacionais.

Outras tendências principais da mídia local, apontadas por autores como López García (2000; 2002), Camponez (2002) e Peruzzo (2006), ligam-se à prática de veicular conteúdo baseado em informações internacionais, nacionais e locais; ter os comprometimentos político-econômicos mais evidentes; ter o lucro como objetivo principal; poder se utilizar de algumas estratégias da mídia comunitária, como forma de promover a credibilidade, mas visando êxitos mercadológicos; ter a gestão e o planejamento sob o comando de uma cúpula organizacional.

Entretanto, ao seguir pelo raciocínio de “jornal de interior”, uma ressalva se destaca. Inclusive, se tomarmos o interior como todo o território para além das regiões metropolitanas, mas que inclui o litoral e as áreas de fronteiras, percebemos que a ...

² Tal proposta se diferencia, por exemplo, daquilo que é praticado por casos de comunicação comunitária, popular ou alternativa, quando o foco é a mobilização e o desenvolvimento social e humano. Há inúmeros casos que se alinham com esta vertente. Alguns deles podem ser encontrados em Chaparro Escudero (2014).

imprensa do interior não se refere a toda e qualquer engrenagem midiática sita à parte interna do país, uma vez que isso inclui até mesmo as metrópoles e megalópoles nas quais se pratica um tipo de mídia hegemônico e submetido a padrões totalizadores. A manifestação de nosso objeto se dá, sim, na parte de dentro, mas das unidades federativas [...], em cidades de médio e pequeno porte, em oposição às suas capitais e às cidades que integram as regiões metropolitanas. Logo, as localidades que não se caracterizam como grandes territórios urbanos – e aí também podemos inserir os litorais e as zonas de fronteira (entre estados, entre nações) – é que, por conclusão, formam o locus em relevo; e é nele, naturalmente, que emerge o tipo de imprensa sobre o qual direcionamos nosso olhar (ASSIS, 2013, p. 2).

Indica-se, portanto, tomar o Jornalismo de interior não como aquele praticado em um espaço distante de um grande centro, por vezes artesanal ou produzido sem rigor que trata apenas assuntos de menor relevância e de circulação restrita, mas uma ideia que compreenda que seu padrão, rotinas e práticas obedecem ao contexto, espaço, dinâmica sociocultural e realidade em que este se insere.

Mais do que um espaço de fluxo de informações, falamos de um fluxo de conteúdo simbólico e mediado.

Portanto, não existe um único padrão de Jornalismo local ou daquele praticado no interior nem que se trata de um fenômeno de pequenas proporções, uma vez que se tem uma atividade imbricada na produção simbólica do território em questão.

Contudo, reconhece-se, inclusive, que os jornais do interior, por mais que nem sempre integrem uma rede ou um conglomerado midiático, constituem-se como empresa (BUENO, 2013, p. 47), muitas vezes comprometida com o poder público local (COSTA, 2005; PERUZZO, 2005, p. 78; AGUIAR, 2016, p. 35). Ao mesmo tempo, percebe-se que os jornais interioranos também são vistos como um espaço para construção de significados e mediações culturais locais.

Nos últimos tempos, as tecnologias digitais trouxeram novas configurações e possibilidades para as comunicações, inclusive, para que as organizações de mídia trouxessem a informação para mais próximo do leitor. Novas perspectivas, portanto, surgem para o Jornalismo local e de

proximidade, inclusive, na emergência de conceitos como Ciberjornalismo de proximidade; Jornalismo locativo; Jornalismo espacial e o hiperlocal, principalmente, ao se considerar e levar em conta o crescente uso de smartphones e suas redes de conexões ubíquas à Internet.

Conforme as ideias de Xosé López García (2008, p. 64, *tradução nossa*), entende-se o cibermeio local como:

aquele emissor de conteúdos sobre a entidade local que tem a vontade de mediar entre os fatos e o público, utiliza principalmente técnicas e critérios jornalísticos, usa linguagem multimídia, é interativo e hipertextual, atualiza-se e é publicado na Internet. Nesta abordagem, a “entidade local” é o que existe ou pode existir em um lugar – em um espaço e um tempo determinados – e para uma comunidade, definida em termos de identidade compartilhada e a partir da relação “segurança-liberdade”.

Mais recentemente, foi o português Pedro Jerónimo (2015) quem percebeu que as potencialidades trazidas pela Internet ainda são subutilizadas, principalmente como recurso de suporte ao conteúdo, mas também nas atividades e práticas jornalísticas. Segundo ele (2015, p. 473),

O percurso do ciberjornalismo de proximidade em Portugal é marcado por práticas primitivas, que resultam dos recursos existentes nas redações, de uma cultura assente na prioridade de produção para o meio tradicional e do investimento feito por parte das empresas. A internet é cada vez mais usada na imprensa regional, porém, sobretudo em rotinas relacionadas com a pesquisa e a comunicação.

Apesar dessas e outras dificuldades e desafios pelos quais passa o setor, a informação de proximidade parece transcender os meios locais, tendo encontrado nas tecnologias em rede, e na Internet, um espaço promissor e com possibilidades ampliadas.

Como bem pontuou López García (2000), ainda no final do século passado, a informação do futuro é aquela que se escreve com “L” de local. Um indicativo para essa hipótese do autor, além do interesse e da demanda por conteúdos relacionados a locais mais próximos, por parte de usuários de

smartphones, seria a abordagem da informação local por meios “supra-locais”³. Nesse sentido,

as tecnologias atuais não só têm multiplicado os espaços locais de comunicação, mas também incrementado a complexidade comunicativa no âmbito local. Portanto, por trás do interesse dos grandes grupos pelo local, com suas diferentes estratégias comerciais, todos os esforços para distinguir entre comunicação local e comunicação de proximidade, que até agora utilizamos indistintamente, será útil para entender melhor a importância da informação local, seu funcionamento e seu papel na sociedade do terceiro milênio (LÓPEZ GARCÍA, 2008, p. 34, tradução nossa).

Assim, a comunicação de proximidade já não pode mais ser definida única e exclusivamente pela abrangência de sua difusão editorial, mas pela lógica e interesse assumidos como foco de trabalho, por seus conteúdos e a forma com que eles refletem os problemas e a realidade vivida tanto pelas pessoas que compartilham daquele mesmo território espaço-temporal, mas também por aquelas que, apesar de estarem fora desses territórios, ainda se sentem parte deles. Pelas redes, é possível consumir conteúdos relacionados a determinada localidade, estando em qualquer espaço do mundo. A comunicação local e de proximidade, portanto, não se define apenas por sua dimensão geográfica, econômica ou administrativa, mas, inclusive, pela dimensão sociocultural. Além disso, há uma multiplicidade de formatos e características dos jornais online no interior. Como mostra Dornelles (2013, pp. 78-79), há várias situações como jornais exclusivamente produzidos para internet; jornais que disponibilizam ...

a versão impressa on-line, sem acréscimo de nenhum outro recurso gráfico; jornais com atualização em tempo real, via Twitter e G1; jornais com atualizações diárias por meio de outros sites; jornais contendo vídeos das notícias, postados no YouTube; jornais com diferentes formas de interatividade, isto é, com destacado espaço de participação do público, embora a maioria ainda não tenha desenvolvido a cultura de interagir com seus leitores.

³ Além dos casos de emissoras de TV regionais afiliadas a redes nacionais, para exemplificar tal tendência em cibermeios, poder-se-ia citar a expansão no tratamento de conteúdos regionais e locais, por parte do G1 (g1.globo.com), portal de notícias da Globo.

2 – Histórico da imprensa no interior paulista

A trajetória histórica e a marcha da imprensa pelo interior paulista, apesar das escassas obras sobre o assunto⁴, denota como e quanto o surgimento e o avanço dos jornais estiveram relacionados ao poder econômico e político das cidades e regiões.

Voltar o olhar para o avanço da atividade jornalística, no interior paulista, torna evidente, inclusive, que o estabelecimento da imprensa no Estado de São Paulo foi lento e teve também suas dificuldades, principalmente, pela censura existente na época⁵. Tanto é que o surgimento de “O Paulista”, em Sorocaba (SP), primeiro jornal paulista de que se tem registro se deu, em 1842, ou seja, 34 anos depois do início da imprensa brasileira, datado de 1808.

Como explica Ortet (1996, p. 122),

O surgimento dos principais jornais no interior de São Paulo [...] esteve estreitamente vinculado ao desenvolvimento econômico, industrial, sócio-cultural, político e urbanístico de cada uma das cidades. Refletia paralelamente a necessidade das classes dominantes de manifestarem pontos de vista sobre cada aspecto da dinâmica do desenvolvimento local.

Como registrou Almeida (1983, pp. 35-41), depois de “O Paulista”, em 1842, em Sorocaba, registrou-se a fundação, no Estado de São Paulo, de títulos como a “Revista Comercial”, em 1849, em Santos; “O 25 de Março”, em 1857, em Itu, e “Aurora Campineira”, em 1858, em Campinas. Em Bauru, o primeiro jornal teria levado o nome da cidade, em 1906: O Bauru. Porém, segundo Cintra Sobrinho (2005, p.185), o primeiro jornal a circular na cidade do Centro-Oeste paulista foi “O Progresso de Bahuru”, 1 ano antes, em 1905.

⁴ Entre elas estão, por exemplo, as contribuições de Wilson Bueno (1977), Gastão Thomaz de Almeida (1983) e Dirceu Fernandes Lopes, José Coelho Sobrinho e José Luiz Proença (1998). Ainda, nesta frente, a partir do início do século XXI, registram-se as contribuições da Rede Alfredo de Carvalho, conhecida por Rede Alcar, criada em 2001, e transformada em Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, em 2008. Pra mais informações sobre a Associação, visitar: <http://www.ufrgs.br/alcar>

⁵ **Nota dos Organizadores:** No Brasil-Colônia, as notícias divulgadas deveriam ser ligadas a Portugal com o controle da Imprensa Régia, estabelecida com a chegada da Família Real no Brasil. Tudo isso impactou o avanço da imprensa pelo interior.

Todas estas publicações vão além do que Freitas in Almeida (1983, p.43) chamou de aluvião de periódicos em face dos muitos títulos lançados entre 1880 e 1889, época de maior quantidade de jornais lançados.

Apenas a título de exemplificação, segundo levantamento de Almeida (1983, pp. 43-48) o número de jornais fundados, apenas no Estado de São Paulo, entre 1823 e 1945, chegava a 1.081 títulos, porém, havia uma efemeridade desses jornais, já que a região era muito grande e enfrentava limitações econômicas, técnicas, de compromisso e de interesse político. Apenas, em Campinas, 87 anos depois de seu primeiro título – como mencionado acima – chegar às bancas, 76 jornais circularam (ALMEIDA, 1983, pp.46-47) por essa que é a maior cidade do interior paulista.

Se, naquela época, vários títulos tinham vida curta por questões financeiras (ORTET, 1996, p. 122), os jornais de agora enfrentam uma nova problemática de subsistência. Com o avanço do digital, há uma tendência a não valorização, por parte dos anunciantes, dos formatos online de publicidade. Vive-se uma disparidade entre audiência e sustentabilidade com uma consequente nova crise.

3 – O ciberjornalismo no interior paulista

Se o jornalismo e toda a Comunicação têm enfrentado mudanças e reconfigurações em suas lógicas, isto também parece acontecer no âmbito do interior paulista, para além das terras metropolitanas. O avanço da digitalização tem imposto novas práticas nos mais diferentes setores sociais. Por isso, as práticas e processos de produção do Ciberjornalismo no interior paulista são analisados, neste trabalho, por meio dos casos de três jornais: Correio Popular, de Campinas, Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, e Jornal da Cidade, de Bauru.

É a partir deles que verificamos as especificidades de seus conteúdos, no interesse de descobrir como esses jornais se valem dos recursos e potencialidades da internet e se estão mais próximos das concepções de desenvolvimento da modernização e do difusionismo em função de seus aspectos locais.

Alguns dos resultados das reflexões que se deram a partir destes pontos são apresentados nos três tópicos que seguem:

a) Dificuldades no processo de avanço para o digital

A partir desta pesquisa, é possível perceber que existem grandes impasses sendo vividos pelos jornais do interior paulista que nasceram como impressos e se viram obrigados a avançar para o digital. Vive-se, claramente, uma era de transição e, conseqüentemente, de ajustes e incertezas. Uma das conseqüências de todo esse processo é uma crise financeira vivida por estes jornais e, ainda, agravada por uma grande recessão ou desaceleração econômica vivida pelo país todo. Hoje, a situação de sustentabilidade financeira dos jornais é muito diferente da vivida, em meados do século XX, quando os jornais foram fundados.

Por muito tempo, o Jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, amparou financeiramente o Colégio Politécnico de Sorocaba, ambos mantidos pela Fundação Ubaldino do Amaral. Segundo Fineis⁶, o colégio, que oferecia cursos técnicos e profissionalizantes, de forma gratuita, bancados pelo jornal, precisou rever suas estratégias financeiras e passou a cobrar mensalidades dos alunos. Outro exemplo dessa crise pode ser encontrado, no Correio Popular, que segundo uma carta aberta à população de Campinas, redigida pelos trabalhadores do jornal, e que circulou por sites da Internet, em junho de 2017 (2017, online⁷), alegava irregularidades nos pagamentos de funcionários desde o início de 2016.

O Jornal da Cidade, de Bauru, ainda em 2018, vivia o início de um processo de integração das equipes do impresso e do online e de capacitação multimídia de seus profissionais. Segundo João Jabbour⁸, além da cultura do digital, faltam também estrutura tecnológica e capacitação técnica.

Uma conseqüência dessa transição e desse processo de acultramento e capacitação profissionais ficou bastante evidente nos dados captados nesta pesquisa. Além de uma tendência ao “ciberjornalismo copy & paste”, isto é, da mera reprodução dos conteúdos da versão impressa no site, os três jornais estudados subutilizam os recursos que o digital oferece. Praticamente 95% dos 569 conteúdos analisados não se valem de qualquer tipo de

⁶ Em entrevista presencial concedida ao autor, em 27 de março de 2018, por José Carlos Fineis, então editor do jornal.

⁷ A carta pode ser encontrada neste link: <https://cartacampinas.com.br/2017/06/rac-campinas-jornalistas-do-correio-popular-estao-em-greve-por-falta-de-pagamento-de-salario/>

⁸ Em entrevista presencial concedida ao autor, em 12 de fevereiro de 2018, por João Jabbour, então editor do jornal.

hipertextualidade dentro da narrativa jornalística⁹. E esse ponto parece trazer uma das maiores incoerências porque é exatamente o uso dos hiperlinks que prometia ao jornalismo um novo momento, uma nova condição: oferecer ao próprio leitor uma maior liberdade para que ele mesmo faça o seu próprio caminho no acesso aos conteúdos, trilhando uma leitura não linear, segundo seus interesses, de forma personalizada.

Além disso, o recurso de vídeos, infográficos, recursos sonoros etc... que comporiam os elementos multimidiáticos também são quase inexistentes. Assim, 87,5% do total de 569 conteúdos analisados no período eram compostos apenas por textos ou por textos e uma imagem. Foram raríssimos os casos em que se recorria a mais de uma imagem, a infográficos, a vídeos ou, ainda, a outros recursos midiáticos como gráficos, mapas e sons. Trata-se de mais um aspecto que evidencia o quanto a cultura e os modos de produção somados à estrutura tecnológica disponível, na Redação, condicionam o produto jornalístico. Nestes jornais, portanto, o processo de digitalização da informação e sua disponibilização em múltiplas plataformas ainda dá seus primeiros passos.

Apesar de cada um desses três jornais ter suas especificidades, a cultura do papel ainda é muito forte tanto entre os profissionais da Redação como da gestão administrativa. Do ponto de vista dos modos de produção, é claro, o esforço para uma melhor integração das equipes do impresso e do online, no sentido de melhor se recorrer às potencialidades da linguagem e das características do digital.

O racionamento cada vez maior de verba é a realidade desses jornais pesquisados. Como falamos, vive-se uma crise financeira, mas também uma dificuldade na monetização do conteúdo digital. Se por um lado, a audiência migra para o digital, os anunciantes ainda subvalorizam a publicidade online em detrimento da publicidade no jornal impresso. Carecem, portanto, de recursos e, principalmente, de estratégias efetivas capazes de melhor articular a cultura profissional e mesmo o conhecimento das melhores práticas de jornalismo para plataformas digitais. Apesar de já terem percebido que não

⁹ Com relação aos assuntos do total de conteúdos jornalísticos analisados nos três jornais, no período, temos uma maior recorrência daqueles relacionados a esporte (132), cotidiano (88), governo (88), cultura (47), saúde (44), polícia (38), mundo (37), economia (32), entretenimento (30), educação (10).

basta uma simples transposição das técnicas e linguagens do impresso para o digital, a falta de novos conhecimentos e práticas parece ser um dos principais gargalos hoje.

b) Formatos, estruturas e estratégias editoriais

No Jornalismo do interior paulista existe ainda a atuação da força de uma outra cultura que não só a do papel, mas a cultura da “grande imprensa”. Apesar de uma atuação fisicamente mais próxima das localidades e de uma cobertura que tende a dar melhor vazão aos desdobramentos das vizinhanças, os jornais locais tendem a se espelhar nos padrões da dita “grande imprensa”. Se, por um lado, esse exercício simplifica as veredas, os desafios e as buscas por normas e boas práticas de uma atividade tão complexa quanto a do Jornalismo em contexto local, por outro, conduz a um esvaziamento identitário e de diversidade cultural. Afinal, fazer Jornalismo local é, em grande medida, uma atividade cultural.

Esta crítica não é no sentido de que o Jornalismo local possa se opor a uma prática criteriosa que prime pela apuração, pela correção, objetividade e veracidade das informações e que se pautem por práticas artesanais. Mas, porque, principalmente em um contexto de crise, ele precisa estar aberto ao novo. O Jornalismo local parece ainda carecer de inovação quanto aos seus formatos, estratégias e práticas, principalmente, quando falamos sobre Ciberjornalismo local. E talvez a chave para esse próximo passo seja um modelo de produção autóctone, ou seja, intimamente ligado e comprometido às necessidades e interesses das pessoas que o consomem e o produzem. Como registrou Jean Tibi, em 1975, “o jornalista regional é um músico sentado frente a grandes órgãos para aí tocar valsas populares”.

Neste sentido, não é possível conceber que um jornal que possui uma cobertura e uma circulação fisicamente limitadas, mas reproduz práticas alóctones que nada dizem respeito a sua realidade local esteja produzindo um Jornalismo de proximidade. Tal prática pode ser vista como um Jornalismo de interior simplesmente pelo fato de sua sede estar fora dos convencionais limites territoriais metropolitanos.

É notório que, no caso dos três jornais estudados, essa proximidade acontece, mas com limitações e de forma dialética. Do total de conteúdos jornalísticos analisados, apenas 42,5% deles dizem respeito a assuntos locais

ou regionais enquanto 57,5% tratam temáticas nacionais ou internacionais sem uma mínima contextualização para a realidade local. Não que um jornal local e de proximidade não deva tratar de temáticas globais, mas é bastante importante que essas pautas recebam um tratamento que permita à audiência local perceber melhor o impacto disso em sua realidade. E isso não é possível com reproduções de textos de agências de notícias nacionais ou internacionais. Além disso, é claro que também há que se considerar que o custo do direito de reprodução de um conteúdo de agência de notícias tende a ser muito menor do que um processo de produção noticiosa conduzido por uma equipe editorial própria.

No jornal de interior, há uma imersibilidade sócio-cultural, identitária e, inclusive, física, do repórter que cobre o cotidiano local. E o que decorre disso é que ele conhece melhor as necessidades e o que aflige as pessoas do entorno e vice-versa. Como lembra Beltrão (2013, p. 29), “todo mundo ali conhece o editor do jornal, pois ele vive ‘entre nós’ e a gente sabe mais sobre o que há por trás das notícias do ‘nosso’ jornal do que meia dúzia de investigadores abelhudos”.

Mas esse compromisso e proximidade de que falávamos e as funções sociais do jornal local chegam a preocupar quando analisamos as proporções dos gêneros e formatos e os tipos de abordagem entre os conteúdos jornalísticos destes casos. Do total de conteúdos publicados pelos três jornais, nos dias analisados, os dados mostram que 83,8% deles são do gênero informativo; 72,7% deles são notícias ou notas; 48,3% deles têm abordagem meramente descritiva e 2,4% deles têm abordagem contestatória. Portanto, o Jornalismo praticado pelos três jornais do interior paulista tem primado muito mais por informar e descrever os fatos do seu cotidiano. Nesse sentido, os periódicos pouco contribuem para, por exemplo, explicar, elucidar, discutir, interpretar, formar opinião, incentivar reflexões, entreter, mobilizar, contestar, instruir, educar, esclarecer etc... Por isso, também se percebe o quanto ainda está por se fazer para que se ampliem os laços de identidade e proximidade do jornal – e, por consequência do conteúdo a que ele dá vazão – à população local.

Nestes contextos são prejudicadas as funções culturais e mobilizatórias do Jornalismo local e de interior, capazes de promover o diálogo, o debate e a elucidação. Um processo de atividade comunicativa que considera não apenas

a produção e distribuição de informações, mas, sim, de “ação para coordenação de ações entre diferentes que mantém suas diferenças, mas se ajustam e reorganizam pelo mesmo processo de aprender a escutar a si próprio e aos outros”, como propõe Jorge González (2015, pp. 319-320).

As fontes, as quais os jornalistas recorrem ao produzir seus conteúdos, também apontam tendências. Dos 569 conteúdos publicados pelos três jornais, nos três dias analisados, 195 (34,2%) não tinham nenhuma fonte expressa, enquanto que 374 (65,7%) traziam uma fonte. Se considerarmos a totalidade da amostra, apenas 4,74% recorriam a populares e pessoas comuns como fonte jornalística. Enquanto isso, apenas os conteúdos que recorriam a fontes oficiais, notáveis ou empresariais ocupam 47,4% do total.

Em uma análise precipitada, dizer que a população está representada em menos de 5% dos conteúdos publicados pelos jornais seria exagero. Sem dúvida, um conteúdo pode, mesmo sem trazer as pessoas comuns como fonte expressa, retratar uma demanda social local. Entretanto, esse dado evidencia um pouco das relações que os jornais do interior tentam estabelecer com as “autoridades” locais, regionais, estaduais e nacionais. Em outras palavras, tende a ser um “Jornalismo oficialesco”, que, de certa forma, dissemina informações de fontes oficiais, muitas vezes, como se fossem um produto editorial, que teria sido apurado e tratado por uma equipe profissional. Em alguns casos, a fonte oficial é a única expressa e, provavelmente, consultada para a apuração daquele texto que pode ser mera nota.

Não se pretende aqui, em um raciocínio maniqueísta, nomear culpados e inocentes, mas, evidenciar as consequências de uma postura editorial que se arrasta há tempos e não somente entre os jornais do interior. Primando por uma análise dialética, considera-se que as razões dessas limitações e desse uso abusivo dos discursos oficiais como fonte podem ser as mais diversas, como a falta de equipe, o acúmulo de funções, o descomprometimento e o conformismo profissional ou até mesmo a falta de verba. Mais do que isso, é a perpetuação de uma postura de meros transmissores e difusores de um discurso autoritário que sai de poucos e se vale dos instrumentos de comunicação mediada para impactar uma grande maioria. Trata-se de uma postura cultural atrelada às práticas de um modelo difusionista de Comunicação, interessado em “disseminar inovações”. Em última instância, como bem pontuou Paulo Freire (1967, pp. 70-71), falta-nos vivência

comunitária. Nesse sentido, a vocação local e de proximidade dos jornais de interior tendem a se exaurir. Tratar algumas das questões locais, mas fazê-lo com olhos e postura de quem “vê de fora” e, por força de uma herança cultural e ausência de tradição na lida popular, não os desfaz de uma postura de meros replicadores. Para se “tocar valsas populares”, é preciso a partilha de uma vida social em comum.

c) Contribuições para o desenvolvimento. Que desenvolvimento?

De fato, existem inúmeros exemplos de iniciativas, projetos, agregações solidárias, práticas coletivas, cooperativas e organizações comunitárias que rompem com uma visão de desenvolvimento como sinônimo de progresso linear e econômico, de um modelo desenvolvimentista baseado no difusionismo e na concepção de modernização. Entretanto, é essa segunda vertente – a modernização – que ainda tem predominado culturalmente nas ações e práticas sociais de nossos dias. E isso, indubitavelmente, se reflete nas práticas comunicativas, sejam elas tecnicamente mediadas ou não.

É notório que a ideia de modernização e de uma Cultura de Comunicação difusionista tenham norteado as práticas jornalísticas, desde a dita grande mídia, inclusive, aquelas de âmbito local e que, por isso, carregariam uma oportunidade de romper com este escotoma e visão essencialmente atrelados ao poder do capital.

Os jornais locais, por conta dessa posição privilegiada de proximidade com seu entorno e de inserção efetiva no cotidiano social local, possuem também um maior potencial para promover outra ideia de desenvolvimento ou até mesmo resistir ao avanço da cultura desenvolvimentista e progressista.

Por isso, esta pesquisa também contribuiu para evidenciar que isso nem sempre tem acontecido, na prática, no contexto da imprensa do interior paulista. Parece que uma cega mais-valia eclipsou a capacidade de articulação das pessoas, de vida comunitária, de vivência e engajamento na participação social, de interesse com aquilo que é comum e que diz respeito ao povo em geral.

Até se veem traços de certa participação, mas a sociedade ainda carece de condições para resistir à cultura da modernização e dar vazão a outra concepção de vida social, talvez àquela proposta pelas ideias do buen vivir. A expressão foi cunhada, em 1998, por Euclides Mance, e tem ganhado

representatividade por oferecer uma visão crítica às propostas de desenvolvimento de até então, inclusive aquelas mais abrangentes. O conceito é, por nós, melhor detalhado em outro texto (PERUZZO; VOLPATO, 2019). Carece-lhes uma cultura de melhor articulação e mobilização como povo.

Ainda que estes jornais, de forma geral, prestem relevantes serviços para suas localidades, seja ao levantar bandeiras de conscientização, ao difundir conteúdos explicativos e com orientações de interesse público, ao abrir e criar canais de conexão com os leitores para sugestões de pautas e até mesmo ao denunciar ou tornar públicos os problemas vividos pelas pessoas de seu entorno, os dados reunidos por esta pesquisa evidenciam que essa postura de prestação de serviços é comungada com outros interesses como o mercadológico.

E isso é notadamente refletido na intensidade de seus vínculos com seus locais de atuação e no tipo de desenvolvimento que acabam contribuindo por consequência.

Como explicitado anteriormente, praticamente 50% dos conteúdos publicados pelas versões online dos três jornais estudados são reproduções na íntegra de conteúdos de grandes agências de notícias. De forma bastante evidente, estes jornais optam por dar vazão ao fluxo noticioso produzido por grandes conglomerados, na melhor lógica difusionista de comunicação, disseminando óticas, visões e pontos de vista de quem se insere deliberadamente na lógica do grande mercado e que nada comungam com estas localidades.

Não só não se opõem, mas acabam, inclusive, contribuindo e legitimando a lógica da modernização que defende um desenvolvimento e progresso baseado e metrificado meramente por indicadores e raciocínios econômicos. Além de tudo, por dar vazão a um fluxo comunicacional que vem de fora para dentro da localidade, esta prática acaba por não valorizar e até mesmo menosprezar culturas e tradições locais, os também chamados regionalismos.

Outro ponto que também poder-se-ia sinalizar diz respeito a essa capacidade intrínseca que os jornais locais e regionais carregam em si, de favorecer o debate, a denúncia e a mobilização para construção de saberes, reflexões e conhecimentos, mas que se vê prejudicada, nestes casos, uma vez que 48,3% dos conteúdos publicados por estes jornais possuem um

tratamento meramente descritivo. Desconsideram-se ou desconhecem-se as possibilidades de se favorecer a lógica de um desenvolvimento participativo que coloca as pessoas em uma postura de mobilizar para refletir, reconhecer e agir, em um sentido de se comporem diferentes para construir conhecimentos e ações em conjunto.

Para além de descrever fatos, os jornais locais possuem uma responsabilidade importante no sentido de esclarecer, formar opinião, gerar reflexão, fazer analisar para, então, mobilizar. E mobilizar, neste caso, não necessariamente significa sair às ruas, se manifestar, pegar em armas, mas sair de um estado de inércia e partir para a ação. Uma ação que parte de um processo de reflexão e da ampliação de consciência. Um mobilizar para a cidadania.

Por diferentes questões como falta de interesse, desconhecimento de possibilidades e limitações financeiras, técnicas e de pessoal, os três casos não deram conta – e talvez nem queiram – de se desvencilhar da lógica do capital. Talvez buscando uma relativa segurança de um caminho já trilhado, procuram se apoiar nas práticas da grande imprensa e se fecham à criatividade, à inovação e à realidade local.

Neste sentido e com base nestas análises pertinentes aos tipos de desenvolvimento ecoado e apregoado pelo trabalho desenvolvido pelos três jornais, a ideia de um Jornalismo de proximidade, isto é, daquele de intensidade e vocação local, mais próximo, verdadeira e intimamente ligado às culturas locais fica bastante distante.

Importante ainda registrar que não se almeja condenar e nem desconsiderar a possibilidade de se desenvolver um Jornalismo local, com fins mercadológicos, uma vez que existem discussões acerca de estratégias e novos formatos para se inovar nos mecanismos de sustentabilidade dos jornais que atuam no contexto digital. Portanto, considera-se a possibilidade de mesmo ao se configurar como uma empresa com um fluxo de caixa a cumprir, que desenvolva um trabalho que prime por uma intencionalidade no vínculo local.

Conforme pudemos perceber, para romper com a lógica da modernização e desenvolver uma Comunicação de vocação verdadeiramente local, não basta veicular alguns conteúdos sobre os assuntos da cidade. É preciso foco e planejamento claros, além de intencionalidade e estratégias

mais aprofundadas de participação popular, o que leva a uma descentralização. Isso porque centralizar decisões, escopos e ter o lucro como prioridade parecem ser posturas paradoxais para quem pretende favorecer e incentivar mecanismos de participação.

Referências

ALMEIDA, Gastão Thomaz de. **Imprensa do interior**: um estudo preliminar. São Paulo: IMESP, 1983.

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, PUC-Rio, 2016.

ASSIS, Francisco. **Por uma geografia da produção jornalística**: a imprensa do interior. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus (AM), 4-7 set. 2013.

BELTRÃO, Luiz. O jornalismo interiorano a serviço das comunidades. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 23-43.

BUENO, Wilson. **Caracterização de um objeto-modelo conceitual para a análise da dicotomia imprensa industrial/imprensa artesanal no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977. 486 f.

BUENO, Wilson. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 45-65.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva, 2002.

CHAPARRO ESCUDERO, Manuel (Ed.). **Medios de proximidad**: participación social y políticas públicas. Málaga: Imedeia / ComAnadalucía-UNA / Luces de Gálibo, 2014.

CINTRA SOBRINHO, David. **Alma do espetáculo ou público pagante?** Uma análise culturalógica sobre as representações do torcedor de futebol na mídia esportiva impressa. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual Paulista. Bauru: 2005.

COSTA, Letícia Maria Pinto da. O newsmaking na imprensa do interior: a rotina produtiva do jornal A voz do Vale do Paraíba. **Comunicação & Sociedade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São

Paulo, São Bernardo do Campo, [a.26], n. 43, p.105-120, 1. sem. 2005.

DORNELLES, Beatriz. O futuro do jornalismo em cidades do interior. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 67-85.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre cultura(s) y cibercultur@(s): incursiones y otros derroteros no lineales**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

JERÓNIMO, Pedro. **Ciberjornalismo de proximidade: redações, jornalistas e notícias online**. Covilhã, Portugal: Editora LabCom.IFP, 2015.

LOPES, Dirceu Fernandes; SOBRINHO, José Coelho; PROENÇA, José Luiz (Orgs.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. São Paulo: EDICON, ECA/USP, 1996.

LOPEZ GARCIA, Xosé. La comunicación del futuro se escribe com L de local. **Ámbitos**. n. 5. 2 sem. 2000. p. 107-117.

LOPEZ GARCIA, Xosé. Repensar o jornalismo de proximidade para fixar os media locais na sociedade global. **Comunicação & Sociedade**. Revista do CECS-Uminho, v. 4. n.2. 2002. p.199-206.

LOPEZ GARCIA, Xosé. **Ciberjornalismo en la proximidad**. Sevilha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2008.

ORTET, Fernando. A realidade do jornalismo do interior é desconhecida. In: LOPES, Dirceu Fernandes; SOBRINHO, José Coelho; PROENÇA, José Luiz (Orgs.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. São Paulo: EDICON, ECA/USP, 1996.

PERUZZO, Cicilia M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, [a.26], n. 43, p. 67-84, 1. sem. 2005.

PERUZZO, Cicilia M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. **Anuário Internacional de comunicação Lusófona**. v. 4, n. 1. 2006. p. 141-169.

PERUZZO, Círcia M. K.; VOLPATO, Marcelo de O. Comunicação para o desenvolvimento: aspectos teóricos desde a modernização ao 'buen vivir'. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 15, n. 4, jul. 2019.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Ciberjornalismo de Proximidade**: uma análise de três casos do interior paulista. 182 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

PARTE 2 – MOVIMENTOS SOCIAIS, PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: A BUSCA DA CIDADANIA

Capítulo 9 – A comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens*

Guilherme Cunha Weimann

Introdução

Em maio de 2015, fui escalado para representar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no XI Encontro de Comunicação Comunitária e Cidadania, do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI), coordenado pela professora doutora Cicilia M. K. Peruzzo. Com pouco mais de dois anos de experiência no MAB, apresentei brevemente os trabalhos até então desenvolvidos e a organicidade do Coletivo de Comunicação. A tarefa me pareceu desafiadora naquele momento, principalmente, por não haver nenhuma sistematização da práxis realizada na trincheira da comunicação do movimento.

Com esse novo convite para participar do segundo livro do COMUNI, deparo-me com a mesma problemática que encontrei há três anos: a inexistência de uma organização textual do acúmulo de mais de uma década de trabalhos do Coletivo de Comunicação do MAB. Entretanto, dessa vez, a exposição oral cede lugar a um artigo escrito que justamente prevê essa síntese. Dentro do próprio movimento, propaga-se, frequentemente, a ideia sobre a dificuldade de analisar determinado contexto social e político quando se está intimamente imbricado nele. Muitas vezes, existe a necessidade de certo distanciamento para refletir sem as distorções da lente ocular. Por outro lado, sempre foram descartadas as pesquisas assépticas, sem nenhuma interface com a realidade.

Diante dessa dialética que se impõe, faço aqui um esforço de me distanciar do engajamento empírico de cinco anos, sem deixar de levar em consideração que “a cabeça pensa onde os pés pisam”. Nessas reflexões, a epistemologia utilizada é justamente a do observador militante, com toda a vivência pessoal e subjetividades, que tenta se afastar temporariamente nesse esforço importante de pensar a prática cotidiana. Mais do que um parecer

* Artigo escrito em abril de 2018.

peremptório, este artigo se dispõe a servir como pontapé para novos debates e formulações dentro do Coletivo de Comunicação do MAB.

É latente a necessidade de aliar prática à teoria. Apesar dos esforços intermitentes de formação, faz-se necessário intensificar o estudo revolucionário a partir da comunicação popular. Apesar da conjuntura extremamente adversa, principalmente após o golpe de 2016 que retirou a presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, não podemos nos omitir em relação à teoria e relegar à comunicação o papel de instrumento utilitário das organizações. Esse pensamento recai em um lugar comum e diminui, inclusive, a potencialidade da comunicação na disputa pela hegemonia dentro da luta de classes.

Por fim, antes de me debruçar especificamente sobre o tema proposto para este artigo, gostaria de agradecer ao COMUNI e ao MAB. Antes de ingressar no movimento, perdia-me nas críticas apocalípticas da universidade, e não via nenhum horizonte de disputa que não fosse alienação à serviço da burguesia. Com o ingresso no MAB, apesar de todas as adversidades do momento histórico brasileiro e latino-americano, tenho a honra de participar da construção diária de resistência contra a ideologia dominante, que propaga a ideia hegemônica da naturalidade da exclusão para a maioria e da riqueza para uma minoria.

1 – A primeira batalha: o conceito de “atingido”

Nas primeiras décadas do século XX, Gramsci já havia detectado que a fórmula vitoriosa que tomara o poder na União Soviética, em 1917, não se aplicaria no imbricado jogo político e econômico que envolve as complexas instituições das sociedades ocidentais. Vale frisar que essa constatação não veio como uma renúncia da ideologia marxista, mas como uma afirmação da necessidade de uma nova estratégia e tática socialista:

A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental em função de todas estas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos

bolcheviques no período entre março e novembro de 1917 (GRAMSCI, 1924 apud COUTINHO, 2012, p. 20-21).

Nas sociedades orientais, de acordo com o filósofo, o Estado cumpria um papel onipresente, com um forte poder dentro dessas “estruturas gelatinosas”. De outra parte, nas sociedades ocidentais, o Estado se contrabalanceava com uma robusta estrutura formada pelas instituições civis. Na verdade, “Gramsci supera o conceito de Estado como sociedade política” (MORAES, 2009, p. 37), entendida até então como um aparelho que impunha suas vontades às massas com o uso, se necessário, das forças militares. É importante ressaltar que os novos elementos da teoria gramsciana do Estado não eliminam o ponto de vista marxista da luta de classes e do poder repressivo estatal, “mas o desenvolvem no sentido de acrescentar-lhe novas determinações” (COUTINHO, 2012, p. 29). No conceito de Estado “ampliado”, observado nas complexas sociedades ocidentais, Gramsci passa a interpretar o Estado por meio de duas superestruturas: a “sociedade política” e a “sociedade civil”. A “sociedade política” engloba as instituições ligadas às forças armadas e policiais e à aplicação das leis, ou seja, refere-se aos aparelhos burocráticos de coerção que asseguram pela força a vontade da classe dominante. Mas é justamente na definição de “sociedade civil” que reside “a real originalidade de Gramsci – as novas determinações que ele aduz ao conceito marxista de Estado” (COUTINHO, 2012, p. 29). A “sociedade civil” designa um conjunto de instituições – como as escolas, universidades, sindicatos, meios de comunicação, movimentos sociais etc. – nas quais ocorre a disputa de “hegemonia”, isto é, as classes buscam angariar aliados aos seus projetos por meio do consenso e da direção político-intelectual. Entendida como um sistema de valores e significados do indivíduo e do coletivo, a “hegemonia” abre um flanco de disputas e se torna a própria arena da luta de classes nas sociedades ocidentais.

Nessa lógica, que rompe com qualquer determinismo ou conformismo, o “cotidiano” se torna justamente o campo de batalha entre as classes dominantes e subalternas – burguesia e proletariado – que disputam milimetricamente as realidades material e simbólica da vida. É necessário, entretanto, romper com o misticismo do “cotidiano” e “vê-lo em sua ambiguidade de ‘conformismo e resistência’, expresso na ‘consciência

fragmentada' da cultura popular" (SADER, 2010, p. 141). Dentro dessa batalha, as matrizes discursivas se mostram central na disputa pela representação da realidade e dos próprios sujeitos, ou seja, pela disputa da "hegemonia". Na verdade, "há sempre uma defasagem entre realidade e representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão uma das outras" (SADER, 2010, p. 142).

Por estarem inseridos em um coletivo, os sujeitos são obrigados a se utilizarem das matrizes discursivas existentes para se comunicarem. Entretanto, mesmo se utilizando dos símbolos instituídos pela cultura hegemônica, as classes ou grupos sociais podem estabelecer novas matrizes discursivas que expressam justamente novas práticas materiais. É justamente nesse contexto que surge, concomitantemente, as primeiras demonstrações coletivas de resistência aos projetos hidrelétricos – acontecimento – e as disputas pelas significações – palavras – que permeiam esse universo. Surgidos com o início da construção das grandes hidrelétricas no período da ditadura militar brasileira, na década de 70, os movimentos regionais de resistência logo reivindicariam para si o termo que acompanharia, e se modificaria semanticamente ao longo dos anos, as populações impactadas por essas obras: "os/as atingidos/as".

Preterindo a análise sincrônica à diacrônica, faz-se necessário compreender as problemáticas, interesses e significados que cercavam as primeiras utilizações do signo "atingido" que, ao longo dos anos, sofreram diversas mudanças decorrentes dos conflitos entre empreendedores e populações impactadas, mas também em consequência da própria modificação temporal da noção de direitos humanos, como observou Vainer (2008, p. 41): "De maneira sintética, pode-se dizer que a noção modificou-se enormemente nos últimos 30 anos, num alargamento que, em certa medida, parece reproduzir a evolução sofrida pela própria noção de direito humano ao longo da história moderna".

No conflito que se estabelece diante da significação do conceito de "atingido", de um lado aparecem as populações atingidas e os movimentos sociais advindos desse setor social. Do lado oposto, mostram-se os interesses corporativos de empresas estatais e privadas, nacionais e internacionais. Nesta disputa, opõem-se frontalmente a ideia abrangente de "atingido" como

todo aquele que de alguma maneira é impactado – nos âmbitos social, econômico, político e cultural – pela barragem, com a visão territorial e patrimonialista de “atingido” (VAINER, 2008). De acordo com o advogado popular Leandro Gaspar Scalabrin, “o único instrumento legal brasileiro que trata dos direitos é o Decreto-lei 3.365/1941 que reconhece como atingido apenas os proprietários e como direito apenas a indenização” (SCALABRIN, 2013). Nesse entendimento, o território atingido se restringe à área inundada e a população atingida apenas aos proprietários legais da terra. Dessa maneira, excluem-se os arrendatários, meeiros, posseiros e povos tradicionais de qualquer tipo de compensação por suas perdas materiais.

Fora dessas demandas físicas, também existem incalculáveis aspectos imateriais que são violados e destruídos com a construção de hidrelétricas. Alguns desses pontos poderiam ser reparados ou, no mínimo, minimizados com políticas adequadas. Um exemplo é a perda de laços de vizinhança, que seriam mitigados com o respeito à contiguidade das casas no momento da realocação. Entretanto, o que se verifica na prática das empresas é um desrespeito a qualquer dimensão que transcenda o plano material. Ademais, a concepção hegemônica vincula a expressão “atingido” a “inundado”, de acordo com Vainer (2008), por considerar nas políticas de reparação apenas as pessoas que tiveram suas terras ou casas diretamente inundadas pelo lago da barragem e, por isso, compulsoriamente reassentadas. Logo, também se eliminam as populações “atingidas” que apresentam perdas econômicas – como os assalariados, comerciantes, agricultores etc. – e sociais. Esses últimos impactos transcendem, na maioria das vezes, um perímetro de milhares de quilômetros do lago da barragem. Um exemplo de impacto social, ocultado de políticas mitigatórias até os dias atuais, é o aumento dos casos de violência nas áreas que recebem os grandes contingentes de operários para trabalhar nas obras das hidrelétricas, como explicitado na cartilha *O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens*:

De acordo com o relatório da Plataforma DHESCA, Porto Velho registrou um aumento geral nos índices de violência após o início das obras [das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau]. O número de homicídios dolosos cresceu 44% entre 2008 e 2010, a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu

18% e o número de estupro cresceu 208% entre 2007 e 2010 (RAMOS; SCALABRIN, 2011, p. 24).

A significação da palavra “atingido” sofreu inflexões até mesmo para o MAB ao longo dos anos. Pressupondo que a significação das palavras está ligada intrinsecamente à correlação de forças existentes na sociedade, faz-se necessário uma breve retomada histórica desse movimento, que se constitui como o principal interlocutor e representante das populações atingidas por barragens, para compreender o atual estágio simbólico de “atingido”. Na definição de Benincá (2011), a história do MAB pode ser dividida em três fases distintas.

A primeira é delimitada entre 1970 e 1991, quando ainda não existia uma centralidade nacional das ações de resistências às barragens. Em meio à ditadura militar, comissões regionais de atingidos foram criadas para resistir localmente a uma ou mais barragens, principalmente com um caráter sindical, ou seja, de garantir terras ou indenizações justas pela perda da terra. Foram criadas nesse período a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), na região Sul, Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI) e o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), no Vale do Ribeira (SP e PR). As “palavras de ordem” (slogans que eram entoados nas manifestações e difundidos em todas as simbologias do movimento, como bandeiras, camisetas e bonés) exemplificavam a natureza reivindicatória desses grupos: “Águas para a vida não para a morte” e “Terra sim, barragem não”. O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o clima criado pelas massivas manifestações em favor da anistia e das “diretas já” também influenciaram diretamente a constituição e condução desses movimentos nesse período.

A segunda fase remete ao período de 1991 até 2002, quando o Movimento dos Atingidos por Barragens é criado em 1991, enquanto movimento popular nacional. As diretrizes do neoliberalismo estabelecidas no Consenso de Washington (1989), além da profunda crise ideológica que contaminou a esquerda após a queda do Muro de Berlim, obrigaram o movimento a pensar formas de ações mais articuladas e iniciar uma reflexão sobre o modelo energético. Com as privatizações do setor elétrico nacional –

iniciadas a partir do Programa Nacional de Desestatização (1990) e consolidada pelas Leis Federais n. 8.987 e 9.074 (1995), que regulamentavam o regime de concessão de obras e serviços públicos –, os enfrentamentos se transferiram do Estado brasileiro e suas estatais para empresas transnacionais. Foi a partir dos efeitos negativos sentidos pela globalização que o MAB começou a delinear as bases do que seriam as suas definições políticas no próximo período histórico.

A terceira fase se inicia, em 2003, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, e persiste até os dias atuais. O efeito das políticas neoliberais executadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso resultou na privatização de 70% da distribuição e 30% da produção (hidrelétricas) de energia elétrica no país (RAMOS; SCALABRIN, 2011, p. 7). Isso gerou uma desvalorização das políticas compensatórias – que em muitos casos passaram para a responsabilidade das próprias empresas privadas – e um aumento exponencial nas tarifas de energia elétrica. Apesar da catástrofe econômica e social, esses fatores geraram uma nova elaboração no conceito de “atingido”, que considera não apenas os “impactados” pelas obras das hidrelétricas, mas toda a população que é onerada com as altas tarifas de energia como “atingida”. Esse ponto de vista convergiu, em 2008, na campanha “O preço da luz é um roubo – Campanha contra os altos preços da energia elétrica”, que colheu assinaturas em todo o país para forçar o governo a implantar a tarifa social (com preços mais acessíveis) de energia para as famílias que consomem até 220 KW/mês.

Nos dias atuais, o MAB se propõe a ser um movimento de massas referenciado na questão da energia, com propostas positivas no sentido de se pensar um modelo energético popular, sem se furtar do papel sindical de garantir os direitos das populações atingidas pelas barragens. Em última instância – resgatando as ideias gramscianas da constante disputa pela hegemonia na sociedade civil – o conceito de “atingido” ganha uma importância central dentro das lutas pela transformação da sociedade. Como explicitado, a caracterização dessa palavra incide diretamente no modelo de produção de uma das áreas mais estratégicas do capitalismo: a energia. Todavia, o conceito ampliado de “atingido” ainda é minoritário e está distante das ideias hegemônicas, que continuam se balizando em discursos tecnocráticos para justificar o “progresso” e o “desenvolvimento” em detrimento

dos direitos humanos de milhões de pessoas atingidas por barragens no Brasil e no mundo.

2 – Os padrões de manipulação da grande imprensa sobre as populações atingidas por barragens

Como apontado anteriormente, o MAB soma 27 anos como organização de caráter nacional, além da etapa embrionária com iniciativas locais e regionais. Atualmente, tem atuação em 18 estados, espalhados pelas cinco regiões do país. Além disso, participa do Movimento de los Afectados por Represas (MAR), que aglutina entidades nacionais da América Latina em torno da construção de um projeto energético popular para o continente, e da Via Campesina, que reúne movimentos camponeses do mundo inteiro em defesa da terra e da reforma agrária. Apesar dessa história e representatividade, é recorrente o desconhecimento da problemática e da luta das populações atingidas até mesmo por parte de pessoas com certo nível de engajamento político.

A principal explicação para tal fenômeno está justamente no papel exercido pela grande mídia. Com uma alta concentração dos meios de comunicação, a maioria concessão pública cedida pelo Estado, nas mãos de uma elite cunhada de “barões da mídia”, verifica-se diversos padrões de manipulação deliberada dos conteúdos jornalísticos. Tal constatação é apontada no ensaio Padrão de manipulação na grande imprensa, de Perseu Abramo (2003, p. 24):

Como o público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. A imensa parte da realidade, ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que ele não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento. Daí que cada leitor tem, para si, uma imagem da realidade que na sua quase totalidade não é real. É diferente e até antagonicamente oposta à realidade. [...] A manipulação da informação se transforma, assim, em manipulação da realidade. (ABRAMO, 2003, p. 24).

Abramo elenca quatro padrões de manipulação: ocultação, fragmentação, inversão e indução. Em maior ou menor grau, a imprensa de caráter nacional sempre se utilizou de todos esses padrões para noticiar ou suprimir a organização e luta das populações atingidas por barragens dos seus noticiários radiofônicos, impressos ou televisivos. O primeiro deles, o da ocultação, elucida em grande parte o desconhecimento da maioria da população brasileira em relação a própria existência de pessoas atingidas por barragens.

Não obstante, algumas situações são impossíveis de serem ocultadas pela imprensa. Um exemplo é o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco (Vale/BHP Billiton), ocorrido no dia 5 de novembro de 2015. Na ocasião, foram despejados 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro na bacia do rio Doce, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, causando a morte de 19 pessoas, deixando milhares sem casa e acarretando impactos incalculáveis ao meio ambiente. Devido à gravidade desse crime socioambiental sem precedentes na história do país, a imprensa se viu obrigada a noticiar exaustivamente o caso. Todavia, ficou evidenciado os padrões de “fragmentação” e “inversão” nos materiais noticiados. Logo nas primeiras coberturas, o rompimento foi apresentado como um “desastre” natural, sem nenhum nexos causal com o aumento exponencial da produção daquela jazida nos anos anteriores, devido ao boom das commodities, com elevação do preço do minério de ferro. Por isso, apenas depois de meses, com o processo movido pelo Ministério Público e Polícia Civil, a imprensa começou a noticiar a responsabilidade das mineradoras. Raras reportagens da grande mídia se desvencilharam do apelo à comoção individual a partir dos depoimentos de ex-moradores do povoado de Bento Rodrigues, pertencente à cidade de Mariana (MG), que foi completamente destruído pela lama. Além disso, poucas matérias ouviram representantes da sociedade civil organizada, como o MAB, e sempre priorizaram as chamadas fontes oficiais, como governos e a própria Samarco. De acordo com Abramo, esta é uma das facetas do padrão de inversão, o “oficialismo”.

Combinadas todas essas formas de manipulação, o público brasileiro é submetido à indução:

Submetido, ora mais, ora menos, mas sistemática e constantemente, aos demais padrões de manipulação, o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja. O padrão de indução é, assim, o resultado e ao mesmo tempo o impulso final da articulação combinada de outros padrões de manipulação dos vários órgãos de comunicação com os quais ele tem contato (ABRAMO, 2003, p. 33).

Diante desse cenário, o Coletivo de Comunicação do MAB se torna parte fundamental na batalha ideológica para ressignificar o senso comum em relação às populações atingidas, revelar a importância da organização popular e somar forças na luta por uma sociedade sem explorados e exploradores. Ainda, coloca-se como mais uma iniciativa de comunicação popular que constrói, diariamente, a democratização da mídia.

3 – O Coletivo de Comunicação do MAB

Iniciativas de comunicação das populações atingidas surgiram simultaneamente às primeiras organizações locais e regionais, ainda no período da ditadura militar. Jornais, panfletos e programas de rádios se espalharam entre as décadas de 1970 e 1980. Entretanto, apenas a partir dos anos 2000, foi criada uma frente específica para trabalhar com a comunicação dentro do MAB. Não há registro do início exato dessa intencionalização de refletir e aprimorar a prática da comunicação a partir de um coletivo. Todavia, o lançamento da primeira edição do Jornal do MAB, em outubro de 2007 (atualmente está na sua 29ª edição, com tiragem de 12 mil exemplares e periodicidade semestral), pode ser considerado como um dos marcos fundacionais do Coletivo de Comunicação do MAB.

O primeiro princípio estabelecido é o de que a comunicação se constitui como parte integrante do movimento e não um braço à parte. Com isso, faz-se necessário uma breve explicação sobre a organicidade do MAB, para posteriormente colocar o papel da comunicação nesse todo. O MAB é um movimento marxista-leninista, que tem como método o centralismo democrático. Em cada área de atuação do movimento, são criados um ou mais grupos de base, cada um deles com três coordenadores: um jovem, um homem e uma mulher. A partir desses coordenadores, compõe-se uma coordenação regional e uma coordenação estadual que, por fim, estabelecem

a coordenação nacional do MAB, com representantes de todos os estados. O processo não ocorre por votação, mas por confiança política e merecimento pelo trabalho cotidiano. Dentro dessa estrutura organizativa, também se constituem, desde o nível local até o nacional, os coletivos de trabalho. São eles: financeiro, projetos, direitos humanos, juventude, mulheres, ciranda e comunicação. Cada um deles tem reuniões e organicidades próprias, mas sempre em diálogo com as diretrizes da coordenação nacional que, concomitantemente, também é formada por integrantes desses coletivos.

No Coletivo de Comunicação, desde 2016 considerado um Ponto de Mídia Livre, cada região é instigada a deslocar uma pessoa para a tarefa. Assim, formam-se coordenações estaduais que, por sua vez, fazem parte do grupo nacional de comunicadores. Na secretaria nacional, em São Paulo, está o núcleo da coordenação desse coletivo, com profissionais dedicados exclusivamente para a função. Nas regiões, aproximam-se desde jovens até militantes históricos, com ou sem experiência acadêmica. Por isso, as formações do coletivo, nos níveis locais e nacional, são extremamente importantes para dar coerência política e aprofundamento teórico e prático.

Dentro do Coletivo, coexistem duas dimensões da comunicação, a interna e a externa, apesar de ambas se entrelaçarem em diversos momentos. Esse é um ponto que não é consensual e que deveria ser melhor analisado dentro do MAB. A interna é voltada para os atingidos e engloba as diversas ferramentas, mas principalmente os jornais, cartilhas, panfletos e produções audiovisuais. Na externa, estão os canais de assessoria de imprensa, o site (mabnacional.org.br), as redes sociais (Facebook, Instagram, Flickr, Twitter, Youtube), as produções audiovisuais, voltadas especialmente para acessar um público externo à base do MAB. Entretanto, diversos atingidos também possuem redes sociais, navegam pelo site e assistem aos vídeos que à priori são feitos com o objetivo de alcançar um público externo. Esse é um debate que se estende há anos e deve ser encarado pelo Coletivo para que se possa avançar na sua incidência. Não se pode relegar uma dimensão da comunicação pela outra, já que ambas são pontos fundamentais no avanço da pauta do MAB na sociedade. Sem uma base bem informada e formada não é possível propagar as ideias do modelo energético popular para uma gama mais ampla da população. Por outro lado, não é possível apenas focar na comunicação interna e isolar a luta dos atingidos diante de todo o resto do

povo brasileiro. Para superar esse debate é necessário, antes de tudo, mapear quem são os atingidos por barragens e como são recebidas por eles cada uma das ferramentas utilizadas. Por exemplo, mapear o nível de alfabetização e compreensão textual nas áreas de atuação do MAB, assim como a porcentagem de acesso à internet. Apesar do MAB ter se deslocado cada vez mais para as áreas urbanas, a maioria de sua base social ainda vive em áreas rurais.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode ser uma das fontes para esses questionamentos. De acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), o Brasil encerrou 2016 com 69,3% dos 69.318 mil municípios com acesso à internet. Essa relação é bastante desigual entre as regiões, com o Sudeste chegando a 76,7% e o Nordeste ficando com 56,6%. Além disso, existe uma desigualdade entre as áreas urbanas e rurais. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a porcentagem de internautas nas áreas rurais não chega a 50% da população; no Norte e Nordeste esta porcentagem não chega a 30%.

Outro fator relevante é o equipamento utilizado para acessar a internet. O celular é o instrumento utilizado por 97,2% dos domicílios com acesso à internet, sendo que 38,6% dos domicílios utilizam unicamente o celular como meio de acesso. Pelo computador, pouco mais da metade das residências acessam a internet (27.793 mil), seguido por um quinto que utiliza tablet (8.543 mil) e de 11,7% (5.601) televisão. Além disso, o que se coloca como central é a finalidade do acesso à internet. Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diversos de bate-papo foi indicado por 94,2% das pessoas com idade acima de 10 anos. Logo atrás, aparece assistir a vídeos, incluindo programas, séries e filmes, citado por 76,4%. Na pesquisa, não se sabe se pela inexistência nas perguntas ou nas respostas, não consta a leitura de portais noticiosos.

Estes dados podem servir para traçar os públicos prioritários que o Coletivo de Comunicação pode alcançar, assim como para elaborar estratégias discursivas que atendam aos diferentes receptores e se encaixem nas diversas ferramentas de acesso. Entretanto, fica evidente que para a comunicação interna não se pode prescindir do papel (jornais e panfletos) e das exposições públicas presenciais das obras audiovisuais. Além de pouco acesso à internet em algumas áreas, desfrutar dos materiais de comunicação

de forma coletiva enriquece seus conteúdos e potencializa sua incidência. Mais do que respostas, esses números e suas consequentes análises demonstram a urgência do aprofundamento desse debate pelos comunicadores populares.

4 – Frente de audiovisual

Como uma subdivisão dentro dos trabalhos desenvolvidos no Coletivo de Comunicação do MAB, aparece a Frente de Audiovisual. Nos últimos anos, tem ganhado destaque pela produção de produções documentais que se aprofundam no debate sobre determinados temas, com uma linguagem democrática e acessível a todos os públicos, inclusive o das próprias populações atingidas por barragens. Desde 2009, foram realizadas as seguintes obras: O Canto de Acauã (2009); Energia do sol, tecnologia do povo (2011); Atingidas por barragens em luta (2011); Energia para quem e para quem? (2012); As contradições do Complexo Tapajós (2013); A revolta dos atingidos da usina Baixo Iguaçu (2013); Guapiaçu: um Rio (de Janeiro) Ameaçado (2015); Garabi e Panambi: a última batalha do rio Uruguai (2015); Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica (2016); Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência (2017).

Merece distinção os dois últimos títulos, documentários de longa-metragem que foram vistos em projetores pelos interiores do Brasil, assim como em festivais de cinema. Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica revela as violações de direitos humanos decorrentes da construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia. Dentre as entrevistas, aparece o depoimento de Nilce de Souza Magalhães, a Nicinha, que meses após as gravações foi brutalmente assassinada. Seu corpo foi amarrado a pedras e jogado justamente no lago de Jirau, hidrelétrica que levou Nicinha a se mudar compulsoriamente da sua antiga residência. O filme se tornou um material de denúncia desse e de outras centenas de casos de violência sofrida pelas milhares de pessoas impactadas pelas usinas.

Já o documentário Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência foi o material audiovisual com mais esforços envolvidos até então dentro do MAB. O processo de pré-produção iniciou em 2015, com um projeto de financiamento coletivo que angariou mais de R\$ 26 mil por meio da plataforma Catarse. As gravações ocorreram entre os anos de 2015 e 2016. O

longa narra a história de dez mulheres atingidas por barragens das cinco regiões do país. A linha narrativa fica por conta de uma técnica de costura chamada “arpillera”, que foi utilizada pelas mulheres chilenas como arma de denúncia da ditadura militar no Chile [1973-1990] e resgatada pelo MAB como instrumento de auto-organização das mulheres atingidas. Como resultado, o filme alcançou salas de cinemas como o Caixa Belas Artes (São Paulo), Cine Odeon (Rio de Janeiro), Casa de Cultura Mario de Andrade (Porto Alegre) etc. Além disso, ganhou o prêmio de melhor documentário do público no 44º Festival Sesc Melhores Filmes.

Considerações finais

Há anos, o MAB e outros segmentos da sociedade diagnosticaram a crise do capitalismo. Entretanto, essa constatação não foi acompanhada pelo ascenso da luta de classes ou pelo acúmulo de forças dentro da esquerda brasileira e latino-americana. Muito pelo contrário. O que se verificou foi um recrudescimento da opressão sobre a classe trabalhadora, com a retirada de direitos, aumento do desemprego e criminalização das lutas sociais. Além disso, elevou-se a caçada das grandes empresas transnacionais sobre as riquezas naturais do continente, o que está se configurando como uma nova rodada de saqueio da região após um hiato do período dos “governos progressistas”. Tudo isso para manter as altas taxas de lucro nas bolsas de valores.

No Brasil, como já citado anteriormente, houve um golpe de estado que retirou a presidenta democraticamente eleita por mais de 54 milhões de eleitores, Dilma Rousseff. Desde então, o país retrocedeu décadas em relação aos direitos dos trabalhadores e está revivendo a sanha neoliberal pelas privatizações. Um pacote com mais de 50 estatais já foi anunciado, incluindo a Eletrobras. Além disso, está em curso a venda da Petrobras e, conseqüentemente, a transferência da possível terceira maior reserva de petróleo do mundo.

O cenário se mostra desolador. Todavia, desde que entrei no MAB levo comigo esse pensamento: “pessimismo da razão, otimismo da vontade”. A história nunca foi linear e somente a luta popular pode reverter a tendência histórica desse momento. Nesse ponto, a disputa ideológica pelas diversas formas de comunicação ganha ainda mais centralidade. Um entre os vários

limites e erros dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi não investir na democratização da mídia. Atualmente, nadamos contra a corrente nessas pequenas iniciativas, apesar de extremamente importantes, que poucas vezes se unificam na batalha por uma sociedade mais igualitária.

Assim como na esquerda, existe uma enorme fragmentação das iniciativas de comunicação. Não quero aqui recair em um pensamento conservador, que exclui todas as novas mídias, propagadas principalmente com a internet e focadas na maioria das vezes no identitarismo ou nos limites territoriais. Abraçar esse discurso seria repetir os mesmos erros que diversos setores cometeram na ascensão dos movimentos sociais ou populares, quando os colocaram como divisores das formas tradicionais de organização dos trabalhadores, como os sindicatos e partidos. Contudo, acredito ser necessário a retomada de projetos de comunicação que consigam englobar a multiplicidade de pautas e lutas do povo brasileiro.

Uma dessas tentativas que o Coletivo de Comunicação do MAB contribui é o Jornal Brasil de Fato. Criado no início de 2003 durante o Fórum Social Mundial pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações da Via Campesina, o Brasil de Fato começou como um jornal semanal impresso, com abrangência nacional, e tiragem de aproximadamente 15 mil exemplares. Nos últimos anos, descentralizou os impressos por estados (Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco etc.), com maior tiragem, mas centralizados no site que tem como sede a cidade de São Paulo. Apesar das limitações, este é um projeto jornalístico que consegue aglutinar diversos setores da esquerda e alcançar um público mais ampliado. É necessário persistir na construção diária de uma comunicação que simultaneamente atinja mais pessoas e as aproxime no caminho necessário para o estabelecimento de uma sociedade sem oprimidos e opressores.

Referências

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

BENINCÁ, D. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez Editora, 2011. 310 p.

COUTINHO, C. N. Introdução a Gramsci. **Cadernos de Estudos da ENFF**: Gramsci e a formação política. Guararema: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2012. p. 15-44.

IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. [2018] Disponível em: <<https://bit.ly/2GdzEYz>> Acesso em: 31 mar. 2018.

MORAES, D. **Batalha da Mídia**: Governos progressistas e as políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

RAMOS, L.; SCALABRIN, L. G. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**, São Paulo: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), 2011. p. 34.

SADER, E. (1988). **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 2010. 329 p.

SCALABRIN, L. G. “Ao longo dos anos conquistamos vitórias, mas ainda não conquistamos direitos”: entrevista. [15 de abril de 2013]. **Site do MAB**. Entrevista concedida a Guilherme Weimann. Disponível em: <<https://bit.ly/3nflidHf>>. Acessado em: 31 de mar. 2016.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.) **Vidas Alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, p. 39-63, 2008.

Capítulo 10 – Imprensa Negra na Internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z*

Valmir Teixeira de Araújo

Introdução

Desde os primeiros pasquins negros impressos, no século XIX, uma das características mais marcantes da imprensa negra foi a produção de conteúdos relacionados ao cotidiano dos povos negros, no Brasil, que nem sempre foram devidamente retratados pelos jornais tradicionais. A correlação da imprensa negra com os órgãos do movimento negro organizado é outra característica dos jornais negros brasileiros. Muitos desses meios de comunicação foram criados a partir de órgãos negros, o que contribuiu com a compreensão de uma aproximação entre as pautas da imprensa negra e os posicionamentos da negritude¹.

Importa destacar que este trabalho tem como objeto de estudo o tratamento das questões étnico-raciais nos meios de comunicação e o papel da imprensa negra nessa discussão. Para tanto, a pesquisa enfoca o conteúdo jornalístico produzido pela imprensa negra, especialmente, a partir dos três jornais mais antigos das diferentes regiões: Correio Nagô, Salvador (Nordeste); Mundo Negro, São Paulo (Sudeste) e Nação Z, Porto Alegre (Sul), ao longo do ano de 2018, destacando o mês de novembro – quando se comemora o 20 de novembro, dia da Consciência Negra.

Os procedimentos metodológicos adotados foram as pesquisas bibliográfica; documental e empírica – incluindo uma fase precedente de estudo exploratório; análise de conteúdo e análise de enquadramento. No

* Este artigo é um recorte da tese *Imprensa negra na internet: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo, em 2019, sob a orientação de Luiz Alberto de Farias e coorientação de Cíclia M. Krohling Peruzzo.

¹ Defendemos, neste trabalho, o termo “negritude” como sinônimo de coletividade negra ou de um grupo étnico-racial de pessoas – africanos e seus descendentes – que lutam pela conscientização e valorização da cultura negra e, por consequência, atuam na denúncia do racismo e suas consequências para o povo negro.

estudo exploratório, foram buscadas informações gerais para melhor definição das amostras. A partir da visão geral das mídias negras existentes, no Brasil, traçada a partir das pesquisas bibliográfica e documental, foi possível a escolha dos três canais para observação e coleta de informações e realização da pesquisa empírica.

A partir do conteúdo gerado pelos canais de imprensa negra, em novembro de 2018, foi possível elaborar uma série de procedimentos para dar sequência à análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016). Em conformidade com Berelson (1952) apud BARDIN, 2016, p. 42), a análise de conteúdo pode ser conceituada como uma “técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Para melhor compreender as ênfases e as formas pelas quais são narrados os conteúdos na imprensa negra, também foi utilizada a análise do enquadramento midiático, a partir das contribuições teóricas de Goffman (2012), Porto (2004) e Entman (1993). Nesta etapa que considerou apenas as matérias publicadas no site, foi possível verificar por quais enquadramentos são publicados os conteúdos pela imprensa negra, ou seja, a abordagem, a apresentação e a ênfase dessas publicações. O método permitiu a discussão a partir das categorias de abordagem (explicativa, denunciativa, crítica, entre outras) a apresentação (tema do conteúdo) e a ênfase de suas publicações (favorável ou desfavorável à negritude).

A partir da abordagem teórico-metodológica do enquadramento, foi possível aprofundar a investigação sobre os conteúdos midiáticos produzidos pela imprensa negra brasileira na internet. Com a aferição da apresentação, da abordagem e da ênfase das publicações foi possível verificar a finalidade e a uniformidade dessas publicações auxiliando uma compreensão mais assertiva sobre o papel da imprensa negra, a partir dos conteúdos publicados.

1 – O negro no Brasil

As diversas questões vivenciadas pela população negra, ao longo da história brasileira, contribuem para uma reflexão mais assertiva quanto à realidade do que é ser negro em um país marcado por um histórico escravagista e por uma atualidade de grandes desigualdades raciais. A

questão racial, no Brasil, passa necessariamente por uma abordagem histórica sobre a formação da sociedade. E a compreensão teórica das ideologias que fundamentaram a inferiorização do negro africano (e, por consequência, a escravidão), do racismo institucional e da convicção acerca da existência de uma democracia racial são fundamentais para o entendimento do racismo enquanto estrutural, isto é, que integra toda a organização econômica, política e social do Brasil (ALMEIDA, 2018).

Para essa compreensão que julgamos ser mais assertiva para se discutir a questão racial em uma sociedade tão complexa quanto a brasileira, ressaltamos um pensamento pós-colonial ou decolonial sobre a perspectiva negra no Brasil. Sem deixar de abordar os estudos “clássicos” sobre a questão negra, reconhecemos as contribuições dos estudos e compreensões propostas pelos pesquisadores e intelectuais negros como Clóvis Moura, Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, dentre outros, que se propuseram a discutir a questão racial a partir das condições e experiências do negro brasileiro, isto é, a partir de uma epistemologia colonial.

A discussão racial, no Brasil, não se encerra com a promulgação da Lei Áurea², em 13 de maio de 1888. Pelo contrário, a partir desse momento histórico, criou-se a necessidade de se rediscutirem os conceitos raciais em uma sociedade tão miscigenada como a brasileira. Em um primeiro momento, ganham força as teorias raciais eugenistas³, inspiradas no darwinismo social que dominou parte do debate racial europeu durante o século XIX. Logo depois, vieram os estudos sobre miscigenação que culminaram na ideologia da democracia racial brasileira.

De acordo com Schwarcz (1993), os denominados “homens de ciência” (brasileiros cientistas, pesquisadores, acadêmicos, literatos, missionários e até políticos) foram os responsáveis pela propagação de uma teoria racial, inspirada nos europeus, que buscava encontrar uma saída para um país mestiço: “[Os pensadores eugenistas brasileiros] irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado” (SCHWARCZ, 1993,

² Assinada pela Princesa Isabel, extinguiu a escravidão no Brasil.

³ Estudo sobre controle social e desenvolvimento das sociedades baseados nas características raciais.

pp. 18-19). Se por um lado, tínhamos a elite intelectual brasileira dominada por estudiosos brancos e inspirados nos pensadores europeus urdindo um modelo de sociedade, por outro, parte da população negra começava a se organizar para um enfrentamento discursivo. Nesse período surgem diversos órgãos do movimento negro, entre eles, jornais e pensadores, que realizavam leituras diferenciadas sobre a questão racial brasileira. Apesar de não terem o devido reconhecimento e espaço para divulgação de suas proposições, essas produções tiveram papel fundamental para a construção da negritude brasileira.

2 – Racismo no contexto brasileiro

As discussões raciais se fazem necessárias nas diferentes áreas do conhecimento, sobretudo, em razão da importância dessa temática em uma sociedade multirracial que ainda não enfrentou essa questão efetivamente. O racismo foi o fundamento principal para a existência de um passado escravagista e continua sendo a base para diversos problemas sociais brasileiros como a desigualdade racial que possibilita um verdadeiro abismo entre brancos e negros no Brasil.

A compreensão assertiva do racismo passa por uma discussão de seu sentido como estrutural, isto é, presente em todas as estruturas da nossa sociedade. Além disso, também se faz importante abordar a epistemologia de raça buscando uma compreensão histórica e atual sobre a importância do tema. Ao abordar especificamente a realidade brasileira, também importa discorrer sobre o conceito de democracia racial procurando apontar os possíveis acertos e retrocessos causados por essa leitura da questão racial do Brasil.

Assim como em outros países – principalmente aquele com forte tradição escravagista: os Estados Unidos –, o racismo brasileiro teve um papel fundamental para a implementação de uma lógica de exploração do povo negro e continua exercendo um importante papel após o fim da escravidão, pois, apesar da força de uma lei que impedisse a escravização das pessoas negras, essas continuam a ser vistas como pessoas de “segunda classe”. O racismo não pode ser pensado a partir das ações individuais como um desvio de conduta, mas, como uma questão ampla que chega a ser incorporada como “norma” em algumas condutas raciais. A negritude defende que o racismo

brasileiro é estrutural, ou seja, está presente em toda sociedade. Para Almeida (2018, p. 39), o racismo estrutural pode ser pensado como processo histórico e político que cria condições sociais para uma discriminação sistemática de forma direta ou indireta e, assim, mesmo que “os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente”. O autor enfatiza que as responsabilizações dos indivíduos sobre os atos específicos são importantes, mas, a superação do racismo estrutural exige mais, uma vez que:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma Patologia Social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos devidos aos processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é a regra e não exceção.

O racismo brasileiro, ao ser compreendido como estrutural, opõe-se à difundida compreensão de democracia racial. A definição de democracia racial advém do pensamento de alguns estudiosos brasileiros com uma leitura muito particular sobre a temática racial. Esses pensadores – dos quais um dos mais citados é Gilberto Freyre, com a sua obra *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933, – romperam com o pensamento eugenista de branqueamento do Brasil e passaram a defender a tese de que, no país, as relações raciais, mesmo no período escravagista se deram de forma diferente de outras experiências mundo afora. A democracia racial propõe uma discussão, a partir da ideia de um Brasil miscigenado e unificado pela confluência racial de europeus, africanos e indígenas.

Denominamos, neste trabalho, a democracia racial como ideologia, pois, entendemos que assim como o sentido de racismo, esse termo também decorre de um falseamento da realidade da população negra. O pensamento pode ser considerado como um avanço em relação às leituras explicitamente racistas que existiram anteriormente, centradas na inferioridade intelectual e humana dos africanos e seus descendentes. As comparações da elite brasileira com uma sociedade branca, como a europeia, levaram à ascensão o pensamento de autores eugenistas, como Euclides da Cunha e Nina

Rodrigues que eram abertamente pessimistas em relação ao futuro do Brasil mestiço e defendiam o branqueamento da população (SODRÉ, 2015, p. 226).

Por outro lado, a ideologia da democracia racial foi a principal justificativa para a negação do racismo e a inércia do Estado e da sociedade como um todo em reconhecer as mazelas deixadas pelos séculos de escravização. Para Moura (2014, p. 252), ao invés de colaborar com a democratização racial da sociedade brasileira, essa ideologia acaba por contribuir para que “os negros continuem na posição de quem espera benesses da Casa-grande”.

As influências da ideologia da democracia racial nos impedem, enquanto sociedade, de refletir sobre questões raciais que estão no nosso cotidiano como a ausência de negros em determinados ambientes como restaurantes, clubes, cafeterias e eventos de premiações e também em espaços onde transita uma ‘elite intelectual’ como teatros, livrarias, cadeiras dos cursos de mestrado e doutorado, docência das universidades, eventos artísticos e científicos. A naturalização sobre essas ausências e, em muitos casos, as justificativas utilizadas para explicar tais situações partem da compreensão racial influenciada por uma visão errônea quanto à existência de uma democracia racial na realidade brasileira.

Assim, chamamos a atenção para a necessidade de discutirmos cidadania negra no Brasil. Em primeiro lugar, porque na sociedade brasileira as discussões sobre cidadania chegaram com certo atraso, certamente o fato de o país ter sido o último, dentre os ocidentais, a pôr fim à escravidão negra contribuiu com tal demora. Depois, porque o sentido de cidadania, no Brasil, seguindo uma herança teórica da Europa Ocidental, é pensado a partir de direitos civis e políticos, mas, desde o início de sua adoção, restringe-se à parcela branca e livre da população. Com a abolição, esperava-se que o negro passasse a ser “dono” do seu próprio nariz, que tivesse direito à vida, que pudesse ir e vir (liberdade), que tivesse o direito de adquirir bens, ou seja, que conquistasse os direitos civis, na perspectiva de Marshall (1967). Contudo, observa-se que a situação foi completamente diferente para boa parte dos ex-escravizados e seus descendentes que, em vez das correntes de outros tempos, passaram a ser oprimidos pela discriminação racial, a falta de oportunidades e a ausência de um Estado que garantisse as mínimas condições para o seu desenvolvimento.

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolhas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram às suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor a do que seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto da agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de emigrantes italianos que o governo atraía para o país (CARVALHO, 2002, p. 52).

A população negra ficou distante da obtenção dos direitos civis na sociedade brasileira, após a abolição. A consequência disso reflete, na atualidade, com os pretos e pardos ocupando as piores posições em qualquer indicador relacionado à qualidade de vida sendo as maiores vítimas da violência e, ao mesmo tempo, ocupando quase inexpressivamente espaços de decisão e poder, seja no serviço público ou na atuação de profissões com melhor remuneração. Mesmo passados pouco mais de 130 anos da abolição, os negros permanecem na base da pirâmide social e econômica do país.

Moura (2014) chama a atenção que após a abolição surgiram outros espaços de trabalho na sociedade brasileira, sobretudo nas cidades, com a indústria e o comércio. Ambos os setores não absorveram boa parte da mão de obra negra ainda condicionada aos trabalhos no meio rural ou àqueles de menor importância e remuneração nas cidades como a zeladoria das fábricas, lojas e no serviço doméstico. Segundo o autor, esses novos espaços, principalmente nas grandes cidades do país como São Paulo e Rio de Janeiro, foram ocupados majoritariamente por imigrantes brancos europeus. Esse processo expõe o quão discriminatória é a sociedade brasileira que concedeu melhores condições de desenvolvimento a pessoas de outras nacionalidades ao invés de seu próprio povo, pautando-se quase exclusivamente pela cor das pessoas.

Assim, a população negra esteve praticamente só na luta por melhores condições de vida tendo em vista que o Estado brasileiro pouco agiu, em mais de um século, no que diz respeito a ações em prol especificamente dos negros. “A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão

social, e frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais como o esporte, música e dança”, afirma Carvalho (2002, p. 53).

Somando-se a isso, é possível avaliar que não é assegurada a cidadania a muitas mulheres e homens negros brasileiros em razão da falta de direitos civis já que muitos não têm sequer direito à vida, uma vez que são as maiores vítimas da violência; falta de direitos políticos, pois, não lhes são garantidos espaços nas discussões do poder público; e para muitos, ainda lhes são negados mesmo os direitos sociais, dado que as oportunidades básicas de educação, saúde e emprego não são garantidas a todos. Contudo, a construção da consciência sobre a necessidade de uma cidadania negra já se faz presente.

3 – A Imprensa negra brasileira

O sistema escravocrata brasileiro durou por tanto tempo que coexistiu com a imprensa negra – entendendo que o surgimento dessa denota o grande avanço da resistência negra no país. Apesar de ausentes em grande parte dos estudos sobre a história da imprensa brasileira, os periódicos negros surgiram ainda no século XIX, poucos anos após a instalação do primeiro periódico brasileiro. O tempo entre a criação do primeiro jornal brasileiro e do pasquim negro, ambos na cidade do Rio de Janeiro, é de apenas 25 anos: O Correio Braziliense foi criado, em 1808 (SODRÉ, 1996, p. 23) e o pasquim negro O Homem de Cor, em 1833, (PINTO, 2010, p. 24).

A pesquisa realizada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto teve grande contribuição para dar visibilidade aos primórdios da imprensa negra brasileira, especificamente aos meios que surgiram no século XIX. Segundo Pinto (2010), antes mesmo do fim da escravidão no Brasil, em 1888, surgiram os primeiros pasquins negros – O Homem de Cor/O Mulato; o Brasileiro Pardo e O Cabrito/Lafuente –, todos na então capital Rio de Janeiro; e depois, em 1876, em Recife (PE), surgia o jornal negro O Homem: Realidade Constitucional.

O pasquim O Homem de Cor, criado em 14 de setembro, na tipografia de Francisco de Paula Brito, um homem negro livre do Rio de Janeiro que já trabalhava com impressão de jornais, é considerado um dos pioneiros na luta contra a escravidão e o preconceito racial no Brasil. A primeira edição do pasquim trazia do lado esquerdo o parágrafo XIV do artigo 179 da Constituição

de 1824 (PINTO, 2010): “Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”; destacando a inconstitucionalidade de se barrar a ascensão de pessoas negras e seus descendentes (libertos) a tais postos.

Os três primeiros periódicos negros tiveram um número limitado de publicações – O Homem de Cor/O Mulato foi publicado de 14 de setembro a 4 de novembro de 1833; o Brasileiro Parto contou apenas uma edição em 21 de outubro; e O Cabrite/Lafuente foi editado de 7 a 16 de novembro, todos em 1833 (PINTO, 2010). Já na segunda metade do século XIX, quando surge o jornal negro O Homem: Realidade Constitucional, em Recife, a discussão sobre o abolicionismo no Brasil estava mais adiantada.

Segundo Moura (2014), os primeiros jornais negros tiveram um papel incontestável para a negritude e para a sociedade brasileira, em geral, por reivindicarem a incorporação do negro nos espaços (sobretudo de trabalho). No entanto, o autor destaca que essas publicações não se dedicavam necessariamente às questões dos escravizados: “Esses jornais não se erguiam e colocavam nas suas colunas o problema dos negros escravos, reivindicando abolição e o fim do trabalho servil” (p. 210). O que destaca a diferença entre a imprensa negra e a abolicionista.

Por outro lado, a pauta abolicionista esteve presente em outros jornais no século XIX, que não são considerados da imprensa negra, onde destacadas figuras abolicionistas negras atuaram: Luiz Gama, nos jornais paulistas A Pátria e O Progresso; José do Patrocínio e José Ferreira de Menezes, no Gazeta de Notícias e Gazeta da Tarde, ambos no Rio de Janeiro, dentre outros. A autora também admite a contribuição dos abolicionistas não negros como Joaquim Nabuco – mais aceito pela elite intelectual do período que os escritores negros e que também atuou como jornalista defendendo o fim da escravidão.

Com o fim da escravidão no Brasil, em 1888, as movimentações da negritude se institucionalizam e foram formados diversos clubes, associações e outros órgãos que vão ser denominados como movimento negro no decorrer do século XX. Nesse período, a imprensa negra também passa por uma grande expansão, sendo criados jornais negros em diversas localidades. Nos primeiros anos da década de 1900, são criados diversos jornais negros, sobretudo, no Rio de Janeiro (então capital do país) e em São Paulo.

Só no estado de São Paulo, foram catalogados 26 periódicos (jornais e revistas) negros que existiram, de 1903 a 1963, e que hoje estão disponíveis em um acervo público da Universidade de São Paulo. São eles: A Liberdade; A Rua; A Sentinella; A Voz da Raça; Alvorada; Auriverde; Chibata; Correio D'Ébano; Elite; Evolução; Enfim; Mundo Novo; Niger; Nosso Jornal; Notícias De Ébano; Novo Horizonte; O Alfinete; O Baluarte; O Bandeirante; O Clarim; O Clarim Da Alvorada; O Estímulo; O Mutirão; Progresso; Senzala; Tribuna Negra.

Na segunda parte do século XX, a imprensa negra foi fortemente reduzida com a repressão da ditadura militar, especialmente, porque os órgãos do movimento negro perderem sua legitimidade. O regime militar agiu com forte repressão às movimentações que aspiravam a reivindicações contra as injustiças raciais, o que fez com que uma nova fase da imprensa negra fosse inaugurada: a ilegalidade, pois, muitos jornais negros tiveram de existir na clandestinidade.

Outros jornais negros também surgiram no período que antecedeu a redemocratização brasileira com propostas bem alinhadas à posição da negritude, por meio do Movimento Negro Unido (MNU), visando elaborar diversas estratégias para denunciar o racismo e desconstruir a ideologia da democracia racial (SODRÉ, 2015, p. 275).

Apoiados na compreensão histórica sobre as diversas problemáticas do povo negro, na realidade brasileira, é possível pensar a imprensa negra, a partir de conceitos apresentados por alguns estudiosos da temática: Moura (2014, p. 249) destaca a imprensa negra como portadora de uma “linguagem alternativa, devendo ser considerad[a], dentro da estrutura da expressão, uma parte da cultura brasileira”. Para Bastide (1983, p. 34) “a imprensa negra nasce do sentimento de que o preto não é tratado em pé de igualdade com o branco; sua primeira tarefa será, pois, ser um órgão de protesto”. Por sua vez, Pinto (2010, p.19) destaca que são os “jornais negros, feitos por negros, para negros, veiculando assuntos de interesse da população negra”. E para Sodré (2015, p. 275), apesar dos altos e baixos, “a imprensa negra jamais deixou de refletir os protestos e esperanças dos descendentes de africanos”.

A partir dessas contribuições foi possível propor uma conceituação sobre imprensa negra, defendida em Araújo (2019a), no sentido da concepção de veículos de comunicação focados na produção de conteúdo jornalístico em

que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões ainda que estas não tenham relação direta com as questões raciais, destacando a expressão e a visão de mundo do negro sobre os diversos assuntos contribuindo assim com a visibilidade da negritude como também para uma pluralidade de ideias no debate público.

Defendemos que a conceituação da imprensa negra é ampla, plural e passa por um estágio de concretude. Apesar disso, reiteramos nossa compreensão de que são veículos de comunicação produtores de conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, em temáticas raciais e não raciais. A compreensão histórica da imprensa negra é um passo importante para ampliar os horizontes sobre essa conceituação.

4 – Análise dos conteúdos da Imprensa negra

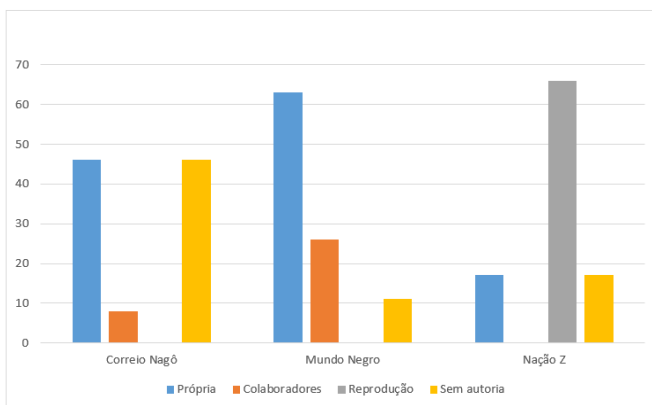
A partir da compreensão de que a imprensa negra pode desempenhar um importante papel para a negritude brasileira, é possível discutir as contribuições dos meios de comunicação. Neste caso, os sites jornalísticos negros, com base nos conteúdos produzidos pelos três sites analisados. Eles apresentam características diferentes de estruturação: o Correio Nagô é ligado a um órgão do movimento negro (Instituto Mídia Étnica); o Mundo Negro se apresenta como um projeto independente liderado pela jornalista Silvia Nascimento; e o Nação Z conta com uma estrutura de jornal impresso, confeccionado pela Ilu Editora. As editorias também são distintas, porém, a partir da observação geral das estruturas dos sites negros, é possível destacar a aproximação de todos com a temática racial e com a valorização da negritude.

Na pesquisa geral para a tese de doutorado (ARAÚJO, 2019b), levantamos todos os conteúdos publicados pelos sites negros Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z em 2018. A partir desses dados foi possível identificar a produção de 503 conteúdos: 210 no Correio Nagô, 166 no Mundo Negro e 127 no Nação Z. A divisão dessas matérias, por editorias, aponta para o foco de produção de conteúdo de cada site.

Para ampliar a discussão sobre a produção das matérias da imprensa negra brasileira, em 2018, destacamos as palavras mais recorrentes nesses textos com base nas 503 matérias dos três sites analisados. Excluindo artigos,

O primeiro aspecto analisado é a autoria das publicações, o que contribui para uma discussão sobre a estruturação dos canais da imprensa negra. A partir do Gráfico 1, é possível considerar relevante o quantitativo proporcional de conteúdos autorais produzidos pelos sites Correio Nagô e Mundo Negro, com 46% e 63%, respectivamente. Já no Nação Z, apenas 17% dos conteúdos são de autoria própria, o que configura a autonomia do veículo de comunicação em relação à produção de conteúdo.

Gráfico 1 – Autoria das produções



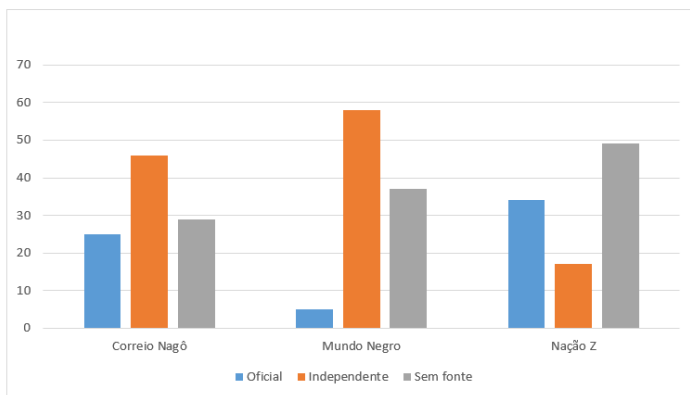
Fonte: Araújo, 2019b.

Por sua vez, a participação efetiva de colaboradores na elaboração dos conteúdos na imprensa negra da atualidade pode ser destacada como uma das características semelhantes ao dos canais negros brasileiros do passado. Conforme Bastide (1983, p. 131), a imprensa negra brasileira apresentou dificuldades de estruturação e, por essa razão, vários jornais foram criados a partir de órgãos do movimento negro e com muito trabalho colaborativo. Os dados levantados apontam que a colaboração continua sendo importante para a imprensa negra brasileira.

Outro ponto explorado, na pesquisa, refere-se às fontes jornalísticas presentes nas matérias, com base na classificação de Lage (2001, p. 62), para quem as fontes podem ser classificadas como oficiais (poder público ou organizacional), oficiosas (organizações independentes), de especialistas (figuras capacitadas a falar sobre o assunto), dentre outras. A pesquisa

apontou a presença de textos com fontes oficiais, independentes e sem fontes (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Fontes jornalísticas



Fonte: Araújo, 2019b.

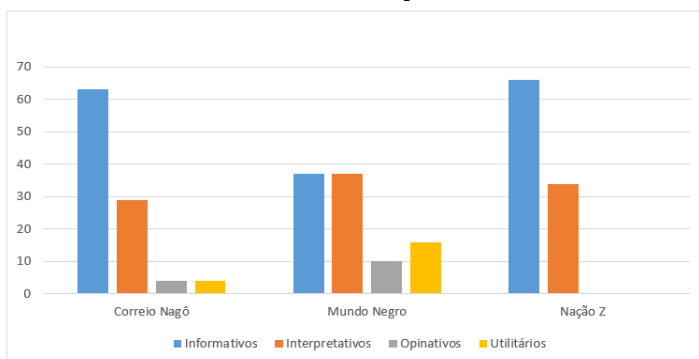
Conforme o Gráfico 2, as fontes independentes foram as mais utilizadas no conjunto de matérias analisadas, representando 46% das publicações do Correio Nagô, 58% do Mundo Negro e 17% do Nação Z, o que evidencia uma caracterização diferenciada da imprensa negra, voltada para a construção de narrativas a partir de personagens que estão incluídos nas questões discutidas pelos textos.

Na contramão do que ocorre na imprensa tradicional, sobretudo ao discorrer sobre questões raciais, as fontes oficiais foram utilizadas de forma minoritária nos sites negros.

De acordo com Marques de Melo e Assis (2010, p. 45), para melhor compreender a produção dos conteúdos jornalísticos, os mesmos podem ser verificados por classes (ou gêneros), que podem ser divididos pelas seguintes funções: gênero informativo (função de vigilância social); opinativo (fórum de ideias); interpretativo (papel educativo e esclarecedor); diversional (distração e lazer); e utilitário (auxílio nas tomadas de decisões cotidianas).

Com base nessa classificação, foi possível identificar o gênero informativo como destaque nas produções da imprensa negra (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Gêneros jornalísticos



Fonte: Araújo, 2019b.

Conforme o Gráfico 3, foram identificadas como informativas 63% das matérias produzidas pelo Correio Nagô, 37% das produzidas pelo Mundo Negro e 66% pelo Nação Z. Os textos interpretativos, tendo em vista seu papel educativo e/ou esclarecedor (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2010, p. 49), certamente contribuem para uma discussão mais ampla sobre a questão racial.

Esse gênero representou 29% das matérias do Correio Nagô, 37% do Mundo Negro (mesmo percentual do informativo) e 24% do Nação Z, o que aponta ser essa uma categoria expressiva na imprensa negra. Por fim, os gêneros opinativos e utilitários têm pouca incidência e só foram observados nas publicações do Correio Nagô e Mundo Negro.

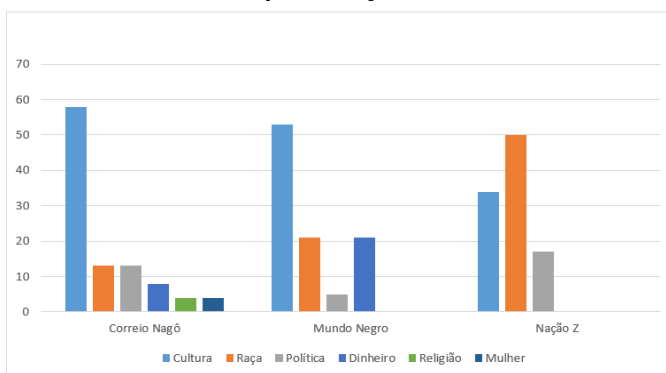
Pelos aspectos jornalísticos analisados, é possível considerar diferentes estágios de boas práticas jornalísticas entre os veículos de comunicação negros.

O Correio Nagô e o Mundo Negro, por recorrerem mais ao colaborativíssimo em comparação ao Nação Z, conseguiram produzir uma quantidade de matérias expressivas com utilização de fontes independentes e com formato de gênero interpretativo, o que acaba por possibilitar a produção de textos mais relevantes para as discussões propostas pela negritude. Assim, podemos considerar que, apesar dos avanços destacados, a imprensa negra pode ampliar ainda mais as boas práticas jornalísticas e assim ofertar matérias mais atrativas aos leitores.

5 – Enquadramentos noticiosos da Imprensa negra

Por meio da análise do enquadramento das 49 matérias publicadas pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z, foi possível destacar alguns aspectos da realidade das produções mais frequentes e/ou salientados no noticiário da imprensa negra. Assim, identificamos as palavras recorrentes (excluindo artigos, preposições, verbos, nomes dos veículos de comunicação e dos autores dos textos), com o suporte do software Atlas.ti, e as agrupamos em seis categorias: Cultura, Raça, Política, Dinheiro, Religião e Mulher.

Gráfico 4 – Apresentação dos assuntos



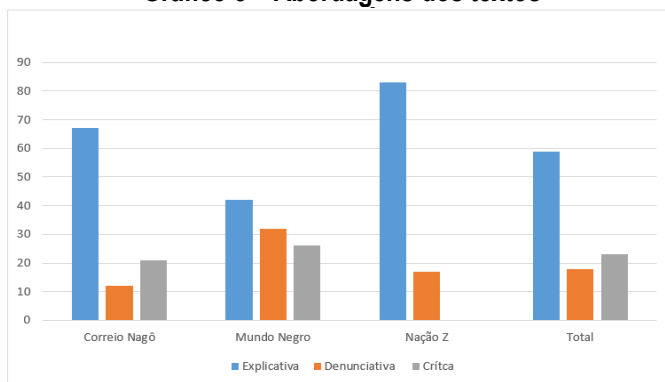
Fonte: Araújo, 2019b.

No Correio Nagô, o destaque é para a Cultura, com 58% das publicações, seguida por Política e Raça, com 13% e 12%, respectivamente. No Mundo Negro, o assunto mais recorrente também foi Cultura, com 53% das publicações, seguido por Dinheiro e Raça, com 21% cada, e Política, com 5%. Para discorrer um pouco sobre o assunto Dinheiro, destacamos as matérias com recorrência de palavras como “compras”, “feira”, “negócios”, “empreendedorismo”. Já o Nação Z publicou conteúdos sobre três assuntos identificados como principais: Raça (50%), Cultura (34%) e Política (16%).

A predominância do assunto Cultura, na apresentação dos conteúdos (mais de 50% do conjunto de matérias analisadas), reforça uma característica da imprensa negra de destacar a vivência e a expressão da negritude. Por fim, importa ressaltar a diversificação de assuntos tratados pela imprensa negra com conteúdo sobre política, dinheiro, religião, mulher, sendo que as matérias

sobre raça representaram apenas 18% do total de publicações analisadas. Essa realidade reforça a caracterização de diversificação das temáticas da imprensa negra. Assim, os canais negros não podem ser compreendidos apenas como especializados na produção de conteúdos raciais, mas como veículos de comunicação que destacam o negro e, sobretudo, a perspectiva negra em suas narrativas sobre diferentes temáticas. Com base na compreensão de que os enquadramentos noticiosos também compreendem observações acerca dos modos estruturais dos conteúdos, analisamos as abordagens propostas em cada matéria produzida pelos três sites analisados no mês de novembro de 2018. Assim, observou-se 49 matérias que mostram aspectos que possibilitaram suas divisões em abordagem explicativa, denunciativa ou crítica.

Gráfico 5 – Abordagens dos textos



Fonte: Araújo, 2019b.

Conforme o Gráfico 5, a abordagem explicativa esteve presente em 59% do total de matérias, sendo 67% no Correio Nagô, 42% no Mundo Negro e 83% no Nação Z. Já a abordagem denunciativa, foi responsável por 18% dos textos: 12% no Correio Nagô, 32% no Mundo Negro e 17% no Nação Z. Por fim, a abordagem crítica representou 23% das matérias com 21% no Correio Nagô, 26% no Mundo Negro e sem ocorrência no Nação Z.

Matérias explicativas são aquelas que utilizaram uma abordagem elucidativa e/ou esclarecedora para a construção das narrativas jornalísticas. Esse enquadramento textual foi utilizado em matérias que trataram de

diferentes assuntos a partir de uma perspectiva explicativa. Um exemplo é a publicação do dia 12 de novembro de 2018 no Correio Nagô: “O que ainda vai rolar no Novembro Negro em Salvador?”. Nela na qual identificamos aspectos de uma abordagem explicativa ao discorrer sobre o sentido do Novembro Negro, em razão do mês da Consciência Negra, além de apresentar informações sobre a programação relacionada a essa temática na capital baiana.

Já a abordagem denunciativa compreendeu as matérias com enquadramentos relacionados à revelação de fatos ou situações concernentes às problemáticas vivenciadas pela população negra. Por fim, a abordagem crítica foi utilizada nos textos que tinham por objetivo fazer uma avaliação, julgamento ou ponderação sobre determinado assunto ou acontecimento. Esse tipo de abordagem foi comum nos textos dedicado a peças teatrais, filmes ou músicas.

As análises das abordagens utilizadas nos enquadramentos das matérias permitiram constatar que existe uma ênfase na produção e/ou divulgação dos textos explicativos na imprensa negra. Por outro lado, é importante destacar a diversidade de abordagens nos textos, principalmente nos sites Mundo Negro, o que pode ser considerado positivo, pois, as abordagens denunciativas e críticas podem contribuir de forma mais incisiva para uma compreensão mais assertiva da sociedade sobre as temáticas relacionadas à negritude brasileira.

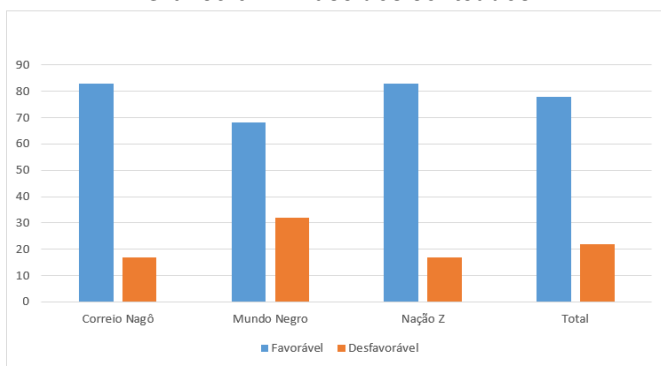
Com base nessas abordagens textuais, é possível avançar na compreensão sobre o papel da imprensa negra no sentido de contribuir com a desmistificação de conceitos formados sobre a questão racial nos quais a perspectiva negra não esteve presente. Conforme Sodré (2015, p. 275), a denúncia do racismo e a desconstrução de “mitos” criados pela ideologia da democracia racial (como o de que a pele negra que nunca queima ao sol) são posições fundamentais para a negritude, e podemos considerar que as abordagens textuais presentes nos conteúdos pesquisados contribuem com a elaboração de matérias com perspectivas esclarecedoras, denunciativas ou críticas, cruciais à negritude.

Os estudos dos enquadramentos noticiosos também consistem na observação de aspectos que são destacados na construção de narrativas que estabelecem relação com as estruturas e as referências favorável ou

desfavorável para a negritude. Com base na observação dos aspectos enquadrados nos textos e considerando a posição da negritude, foi possível analisar a ênfase das 49 matérias publicadas pelos sites negros em novembro de 2018.

Conforme o Gráfico 6, a maioria das matérias analisadas pode ser considerada como favoráveis, 78%, contra uma minoria de publicações desfavoráveis, 22%. Na observação desse enquadramento por veículos, não foi possível notar grandes alterações, sendo as matérias com ênfase favorável 83% no Correio Nagô, 68% no Mundo Negro e 83% no Nação Z e as ênfases desfavoráveis 17%, 32% e 17%, respectivamente.

Gráfico 6 – Ênfase dos conteúdos



Fonte: Araújo, 2019b.

Nas matérias classificadas como favoráveis, foram identificados na análise do enquadramento, aspectos construtivos para a negritude como ações proativas da população negra ou o destaque da perspectiva do negro sobre os diferentes assuntos. Por outro lado, nas publicações classificadas como desfavoráveis à negritude, foram identificadas narrativas relacionadas à violência, discriminação, desigualdade, dentre outras dificuldades vivenciadas pelo povo negro. Nessas matérias, fica explícita a construção de narrativas, a partir de aspectos negativos.

A análise sobre as ênfases das publicações nos possibilita observar outra das principais características da imprensa negra: destacar os aspectos favoráveis da negritude, mesmo em meio a uma realidade com tantas

dificuldades enfrentadas por essa população. Essa posição é antagônica à imprensa tradicional que raramente apresenta o negro ou a temática racial em suas narrativas e, quando o faz, a ênfase desfavorável à negritude é predominante, assim contribuindo para o que Sodré (2015, p. 278) denomina como “racismo midiático”.

Essa perspectiva positiva assumida pela imprensa negra, que não deixa de incluir os assuntos críticos para a realidade da população negra, evidencia uma posição que é compartilhada pela negritude, no sentido de não limitar suas narrativas às denúncias e reivindicações – apesar da importância desses aspectos serem ecoados. Contudo, a ênfase no protagonismo negro se apresenta como uma forma de expressão mais colaborativa da imprensa para com a negritude.

Considerações finais

Com base na discussão proposta na revisão de literatura e na análise dos conteúdos e do enquadramento realizados a partir da produção dos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z, foi possível estabelecer algumas considerações sobre a imprensa negra brasileira contemporânea. O estudo contribui para reforçar a caracterização da imprensa negra tendo em vista o comprometimento dos veículos de comunicação citados com a posição da negritude brasileira.

A observação dos conteúdos produzidos permitiu a identificação de palavras recorrentes que apontam para a temática racial, como: negro, negras, negros e mulheres negras. O que nos permite reforçar a caracterização da imprensa negra como portadora de uma linguagem de expressão do povo negro, desse modo, sendo um grande contributo para a mudança dos enquadramentos noticiosos tendo em vista que o negro é o protagonista das narrativas que buscam explorar suas realidades, confirmando a hipótese inicial do presente trabalho.

Nossa hipótese inicial também é corroborada pelos aspectos e gêneros jornalísticos. Enquanto, no primeiro, o caráter colaborativo na elaboração do conteúdo é determinante, no segundo, a informatividade é a especificidade determinante.

Ou seja, é um conteúdo feito por várias pessoas pretas, logo plural, para outras várias pessoas pretas. A isso, por fim, soma-se a utilização de

imagens de personalidades pretas, fato que contribui com a especificidade dos canais. Dessa maneira, nossa pesquisa nos permite considerar que a experiência da imprensa negra desempenha um importante papel na construção de uma compreensão mais assertiva da negritude nas lutas em favor do povo negro, colaborando para discussões mais plurais e diversificadas por meio da inclusão das próprias perspectivas negras.

Referências

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte, MG: Letramento: 2018.

ARAÚJO, V.T. O papel da imprensa negra brasileira. **Revista Alterjor**, Revista do Grupo de Pesquisa Alterjor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 20, p. 212-228, 2019a.

ARAÚJO, V.T. **Imprensa negra na internet**: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. 1ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTIDE, R. A imprensa negra do estado de São Paulo. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, New York, v. 43, n. 4, pp. 51-58, 1993.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARQUES DE MELO, J; ASSIS, Francisco de (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 57-114.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2. ed. Anita: São Paulo, 2014.

PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Capítulo 11 – Greve! e Trabalhadores: Presente!: o diálogo com a TV nos documentários do cineasta João Batista de Andrade*

Marcos Corrêa

Introdução

Ao deixar o *Hora da Notícia*, da TV Cultura¹, em 1974, e migrar para uma divisão criada exclusivamente para sua integração à TV Globo, em São Paulo², o cineasta João Batista de Andrade levou para a nova emissora “ideias diferentes, novas, para o noticiário e para as reportagens”. Entre as inovações, previamente testadas em *Hora da Notícia*, destacava-se uma atração singular pela fisionomia do povo, concebido por ele como “a população majoritária brasileira, mergulhada em suas dificuldades, renda miserável, terrível problemas de habitação, saúde, educação, transporte, etc.”; povo que, em sua avaliação, estava ausente dos noticiários da TV. “E nós queríamos recolocá-lo lá, fazer com que sua imagem, coincidente com o que pensávamos ser a imagem do Brasil real, ocupasse a tela elitista e ilusória dos aparelhos de TV”, afirmaria Andrade, 30 anos depois (CAETANO, 2004, p. 185).

Tratava-se, em última instância, conforme Maria do Rosário Caetano (2004, p. 172), de um projeto político pessoal que procurava, a partir da evidência do povo nas telas, revelar um Brasil que a ditadura tentava ocultar da opinião pública – algo já experimentado pelo cineasta, em *Liberdade de Imprensa* (1967), seu primeiro documentário solo. Ao refletir sobre sua carreira

* Versão parcialmente modificada de um dos capítulos da tese de doutorado intitulada *Filmar Operários: entre a ação política e a Comunicação Alternativa na realização documental nas décadas de 1970/1980*, defendida em maio de 2015, junto à Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, orientação da Profa. Dra. Círcia M. K. Peruzzo.

¹ O *Hora da Notícia* foi criado em 1972 e durou até 1975. Era dirigido por Fernando Pacheco Jordão e editado por Vladimir Herzog (assassinado em outubro de 1975, pela ditadura militar). O telejornal, líder de audiência na TV Cultura, abordava assuntos de ligação direta com o telespectador, tendo o povo como foco.

² Juntamente com Fernando Pacheco Jordão, contratado como editor do *Jornal Nacional*, Batista iria para a Globo de São Paulo como editor de especiais no Setor de Reportagens Especiais. A equipe do setor seria formada pelos cineastas Penna Filho e Wagner Carvalho, tendo como repórter Marília Gabriela, em início de carreira (CAETANO, 2004, p. 181-189).

profissional, Andrade comentaria que a definição efetiva de uma postura de embate político, tendo por plataforma o cinema, viria após sua primeira viagem à Europa, fruto de prêmio recebido por *Gamal* (1969), seu primeiro longa de ficção³. Em meio à profunda crise e desconforto pessoal e profissional, sua perspectiva, ao retornar ao Brasil, recairia sobre a necessidade de retomar uma militância iniciada ainda nos tempos da universidade, quando aluno da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).

Era nessa trajetória que eu pensava ao retornar da Europa: o desejo de me reencontrar e reencontrar o cinema que havia iniciado nos anos sessenta, um cinema cheio de conflitos e denúncias, inquieto, ligado à vida brasileira, colado às inquietações sociais e políticas. Pensava muito em como se deveria agir para se opor à ilusória imagem de sonho e paz que o regime militar impunha à sociedade, através, principalmente, da TV (ANDRADE, 1999, p. 27).

A recidiva a uma história iniciada nos anos 1960 e a uma angústia de realização documentária indicia a constituição de um método próprio de produção do cineasta, que, mais tarde, se evidenciará claramente em *Greve!* (1979) e em *Trabalhadores: Presente!* (1979). Jean-Claude Bernardet (2003, p. 78) categorizou esse método de produção como um “cinema de intervenção”, o qual incide em uma dramaturgia menos preocupada com a definição de teses acadêmicas sobre os assuntos tratados, ocupando-se em filmar as situações criadas a partir da presença do cineasta e de sua câmara em cena. No entanto, no nível da definição de uma postura de intervenção, em especial a atração pela fisionomia do povo em tela, Andrade se ocuparia ainda de estabelecer um padrão de inversão da importância dos personagens, privilegiando uma “oferta pública” do microfone a quem quisesse falar. Esse tipo de postura, sem sombra de dúvidas, remonta à ação de um cineasta que aperfeiçoou seu método em *Hora da Notícia*, mas que era igualmente compartilhada por Fernando Pacheco Jordão e Vladimir Herzog, diretor e editor, respectivamente, do noticiário.

Maria Carolina Granato (2008, p. 65) oferece uma leitura menos passional a respeito dessa postura intervencionista, ao tributá-la, a partir da

³ *Gamal* tem forte influência do movimento *underground*. Por ele, Andrade recebeu o Prêmio Air France na categoria “diretor revelação”, em 1970.

produção de *Greve!*, a um estranhamento ocorrido entre os profissionais envolvidos com a realização de *Doramundo* (1977), o quarto longa-metragem de Andrade. Segundo ela, o conflito em torno de horas-extras, reivindicadas pelos técnicos cinematográficos e pelo cineasta, reforçaria o conceito de realização a partir de uma “equipe mínima”, dependente muito mais da relação estabelecida pelo diretor com seu objeto do que da presença de uma equipe nas filmagens. A autora explica que o conflito trabalhista que acontecera após as gravações de *Doramundo*, no início do movimento grevista de São Bernardo do Campo, teria ocorrido no momento da retomada de Andrade à ficção (iniciada com *Gamal* e *Alice*, em 1976), adaptando o romance de Geraldo Ferraz. Esse conflito teria aguçado, no realizador, tanto a necessidade de uma produção mais “independente” quanto o seu próprio envolvimento com uma temática acerca do operariado brasileiro, os quais também seriam evocados em seus dois documentários de 1979.

Independentemente da situação, o fato dessa crise ter sido gerada entre o período em que Andrade ainda trabalhava para o Setor de Reportagens Especiais da Globo⁴, em São Paulo, e a ampliação das atividades desenvolvidas pela Raiz Produções, produtora cinematográfica criada por ele em 1974, juntamente com Assunção Hernandez e Fernando Pacheco Jordão, acirrou sua necessidade de seguir os caminhos já trilhados em *Liberdade de Imprensa*. Conforme afirmaria o diretor, ele estava “vacinado”

por um tipo de cinema carregado de entrevistas, um cinema chato, inosso, inconvincente e ineficaz que parecia alimentar as ideias de muitos cineastas influenciados pelo Cinema-Verité. Na linha de um cinema mais participante e instigante, eu acabei entrando diretamente no filme, como um ator que não se satisfaz com o que encontra para filmar, mas provoca a realidade para filmar o resultado dessa intervenção (ANDRADE, 1999, p. 28).

Ao explicar a realização de *Greve!*, Andrade revelaria uma prática cinematográfica ainda incomum entre os realizadores brasileiros, especialmente os que se ocuparam em filmar o operário:

⁴ Andrade permaneceria ligado à *Rede Globo* entre 1974 e 1978, quando pede sua demissão.

O que que eu dizia pro pessoal? Filma aqui e vamos entrar no meio das divisões, eu queria que o pessoal visse que tava filmando. E o pessoal começou a incomodar com aquilo porque eu falava... pegava um grupo discutindo, e pegava... eu faço muito isso, pegava o câmara assim, e era o Luís [Manse], e fazia virar pra outro grupo, e puxava ele pra ir num outro grupo, largava aquele... E aquilo começou a incomodar o pessoal, aí um começou a falar 'gente nós temos que estar unido, tão filmando a nossa divisão' aí era o que me interessava, aí eu peguei a câmara e vou em cima dele falando isso. [...] Quer dizer, eu criei questionando os operários, eu criei uma situação, e depois na filmagem da assembleia, eu também criei uma ação de incomodo deles pra... que acabou servindo pra revelar um incomodo deles e o medo de perder a greve. Então é o cinema de intervenção na sua pureza, lá no Liberdade de Imprensa⁵.

Como se percebe, a principal referência na construção de método do diretor estava em *Liberdade de Imprensa*, mas ela seria "influenciada" pela importância que a TV exerceria na carreira do cineasta, especialmente a partir de sua passagem pelo *Hora da Notícia*.

Em depoimento a Caetano (2004, p. 167), Andrade chegou a afirmar que se sentia integralmente realizado em seu trabalho para a TV Cultura. "Sentia que havia retomado meu projeto de cineasta, abandonado desde *Liberdade de Imprensa*: um trabalho documental e crítico, voltando minha câmara para a verdadeira face das injustiças e da violência no Brasil", sentenciou ele, afirmando, ainda, sua inconformidade com a redução dos fatos sociais brasileiros a questões policiais, evidenciada em boa parte dos noticiários nacionais dos anos 1970. Essas dimensões estariam presentes tanto nas motivações quanto nas opções narrativas de *Greve!* e de *Trabalhadores: Presente!*.

1 – O conflito com a TV

Questionado se teria "algo a colocar" sobre *Trabalhadores: Presente!*, João Batista de Andrade (1986, p. 44) foi categórico: "eu não dou muita importância ao filme não, sabe?". O motivo para a falta de entusiasmo é o

⁵ Parte de entrevista, 2013, concedida por João Batista de Andrade ao projeto "Perspectivas e projeções: o protagonismo da classe trabalhadora no cinema nos anos 1970", realizado pelo Laboratório de Imagem e Som (LIS) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

considerar uma “continuação” de *Greve!*, documentário que finalizava enquanto os eventos narrados no segundo filme eclodiram: “pra mim, [Trabalhadores: Presente!] é mais pobre, o projeto dele é meio inconsistente, não tive tempo de pensar”, alegou (ANDRADE, 1986, p. 45). De fato, o filme não possui uma continuidade temática evidente. Inicia-se com uma longa sequência das comemorações do Primeiro de Maio, no ABC Paulista, insere o processo grevista dos motoristas de ônibus da capital paulista e finaliza com a mesma sequência de comemorações do Primeiro de Maio, no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo.

Trabalhadores: Presente! não foi o primeiro filme do qual Andrade desgostou. Em 1970, por meio da Comissão Estadual de Cinema, ele e Jean-Claude Bernardet foram convidados para realizar uma série de três filmes sobre o cinema paulista, intitulada *Panorama do Cinema Paulista*. O primeiro filme, *Paulicéia Fantástica* (1970), relata os primórdios do cinema em São Paulo até os anos 1930. O segundo filme, *Eterna Esperança* (1971), relata a rápida trajetória da Companhia Americana de Filmes⁶, primeira tentativa da elite paulista de constituir um projeto industrial cinematográfico imitando o modelo norte-americano. O terceiro filme, *Vera Cruz* (1971), sobre a trajetória da Companhia Cinematográfica Vera Cruz⁷, acabou sendo realizado de

⁶ A Companhia Americana de Filmes foi fundada em 1937, fazendeiros, políticos e jornalistas que intervieram diretamente em sua implantação. Conforme Fernão Ramos e Luiz Felipe Miranda (2000, p. 440), tratou-se do primeiro caso da “participação governamental direta no financiamento de uma companhia cinematográfica”, fato que, conforme os autores, guarda correspondência com interesses políticos e com o contexto desenvolvimentista do Estado Novo. Logo após sua inauguração, a Americana deu início ao seu primeiro projeto, *Eterna Esperança* (1940), sobre a seca no Nordeste brasileiro. O filme levou três anos para ser finalizado, e só foi concluído com a ajuda de um outro estúdio, a Cinédia. Finalizado em 1940, o filme significou também a derrocada do projeto da Americana. Nesse mesmo ano, ela se tornou a Companhia Sul-Americana, sobrevivendo da realização de curtas-metragens. Em 1946, a Caixa Econômica, financiadora e credora da companhia, realizou a execução judicial da dívida, vendendo-a.

⁷ Em 1954, à beira da falência, a Vera Cruz (sob intervenção de Abílio Pereira de Almeida, nomeado pelo Banespa, principal credor da empresa) criou a Brasil Filmes, que produziu filmes usando a estrutura da Vera Cruz. Em 1970, a companhia estava, de novo, prestes a ser fechada, mas os irmãos e cineastas Walter Hugo e William Khouri adquiriram várias cotas de acionistas minoritários e assumiram a empresa, que produziu filmes até 1976. Hoje, sob a gestão de Wilfred Khouri, herdeiro e filho de Walter Hugo Khouri, a Vera Cruz dedica-se a relançar os títulos dos filmes produzidos pela companhia em formato DVD, preservando o acervo. A companhia produziu e coproduziu mais de 40 filmes nas décadas de 1950 e 1960, dentre os quais os de Amácio Mazzaropi, um astro da comédia brasileira.

maneira muito distinta dos dois filmes anteriores. Essa “opção” narrativa foi proporcionada pela recusa de Walter Hugo Khouri e William Khouri em ceder os direitos sobre os filmes produzidos pela Vera Cruz para o uso no documentário.

A realização de *Vera Cruz* esbarrou em conflitos surgidos por conta da repercussão ruim dos filmes anteriores, repletos de “ironias, invenções e experimentações” (CAETANO, 2004, p. 150). A recusa dos Khouri, recebida em uma conversa “a portas fechadas” com Andrade, esbarrava no medo de que o cineasta realizasse um filme “com visão crítica destruidora sobre a Vera Cruz, visão que realmente era dominante entre os cineastas do Cinema Novo” (CAETANO, 2004, p. 152). Talvez por esse impedimento, ou mesmo por um desgosto pessoal, o fato é que Andrade sequer trata aquele projeto como um produto cinematográfico: “O resultado é que Jean-Claude e eu fizemos apenas um filme de montagem, expositivo, usando as aberturas dos filmes e algumas cenas escolhidas de cada um. E ponto final. Eu nem considero aquilo um filme”, disse ele a Caetano (2004, p. 152).

Guardadas as proporções sobre os modos de produção⁸, o fato é que o descontentamento de Andrade com *Vera Cruz* se assemelha muito ao desgosto com o qual se refere a *Trabalhadores: Presente!*. Ponto coincidente entre esses dois filmes também parece estar na relação conflituosa que o cineasta estabeleceria entre sua produção cinematográfica e a televisão. Após a finalização de *Vera Cruz*, Andrade afirmaria seu desejo de retomar a carreira de documentarista – iniciada em *Liberdade de Imprensa* –, por meio de um projeto “que representasse uma clara oposição à imagem oficial do país, transmitida sistematicamente pela TV” (CAETANO, 2004, p. 153). É com esse espírito que ele ingressa no *Hora da Notícia*, em 1972. E a mesma intenção o fez decidir pela realização de *Greve!*, segundo relatou a Caetano (2004, p. 246):

Um dia me deu um estalo e eu resolvi que filmaria o movimento [grevista do ABC]. A motivação maior foi a escandalosa ausência das imagens da greve nos noticiários de TV: a censura proibira essas imagens. Era uma coisa gravíssima, sob o ponto de vista da opinião

⁸ *Vera Cruz* foi inteiramente financiado com recursos públicos. Já *Greve* e *Trabalhadores: Presente!* foram realizados com recursos próprios.

pública e as próprias TVs sentiram na carne o peso dessa ausência: os carros das TVs foram, várias vezes, apedrejados pelos grevistas (CAETANO, 2004, p. 246).

A observação de Andrade sobre a ausência de imagens do povo na tela, em 1979, fez com que incorporasse essa ausência de maneira muito particular em *Greve!* e em *Trabalhadores: Presente!*. Não sem sentido, os dois filmes inserem imagens de aparelhos de TV em sua narrativa – algo que parece ser uma preocupação comum no período, visto que três outros cineastas (Leon Hirzman, Renato Tapajós e Roberto Gervitz), que realizavam filmes sobre a mesma temática, também se valeram dessa estratégia.

A relação com a TV aparece em *Greve!* e em *Trabalhadores: Presente!* de duas formas. Por meio da inserção direta de filmagens dos aparelhos transmissores e, tangencialmente, por meio do discurso dos entrevistados e da locução over. As imagens de aparelhos de TV, em ambos os documentários, refletem a preocupação do cineasta em relação à repercussão dos seus filmes, em um contexto de absoluta falta de liberdade de imprensa e de imposição ditatorial naquilo que seria a comunicação oficial sobre os eventos grevistas no Brasil. Nos dois casos, as imagens estão associadas a um argumento de crítica ao sistema de mídia.

Em *Greve!*, o argumento aparece logo após a sequência inicial, no qual a narração, montada em paralelo ao off das imagens de uma TV tomadas “aleatoriamente” em um bar, afirma:

[Off TV] Após suas palavras, sua excelência o senhor Presidente da República Ernesto Geisel, cumprimenta o presidente empossado, João Batista de Oliveira Figueiredo.

[Narração] Março de 1979, O Brasil vive um clima de mudança de governo em meio a uma crescente pressão social pelo fim do Estado de Exceção e por uma verdadeira democracia. No ato de sua posse, o novo Presidente, General Figueiredo, assume compromisso público com a abertura democrática...

[Off TV] É meu propósito inabalável, dentro daqueles princípios, fazer deste país uma democracia. Reafirmo... [Narração] Dois dias antes, oitocentos mil metalúrgicos do Estado de São Paulo se lançam numa greve geral contra os índices governamentais de reajuste salarial e pela aceitação de delegados sindicais nas empresas...

[Off TV] ... inscritos na Constituição. [Narração] Liderados pela Federação das Indústrias, a FIESP, os empresários negam os delegados sindicais e ameaçam descontar dos trabalhadores do ABC onze por cento ganho em greves passadas. Os metalúrgicos do interior voltam ao trabalho, não os do ABC, onde assembleias de até cem mil operários recusaram as propostas patronais. A greve continua.

Tomadas como oposição à narração fílmica (realizada por Augusto Nunes), as imagens da TV condicionam, a partir de um enfrentamento narrativo organizado na edição de áudio, a própria postura crítica do cineasta em relação àquilo que era dito a partir dos sistemas de mídia. Mas não somente isso. No limite, a utilização dessas imagens questiona também o lugar da TV como principal veículo de comunicação do país e o papel do cinema como instrumento de contrainformação, servindo para despertar a consciência do operariado, por meio do que o diretor categorizaria como um processo de intervenção cinematográfica. Ao comentar sobre uma sequência de *Greve!*, em que a esposa de um operário especializado, ao perceber sua intenção, começa a utilizar termos ouvidos pelo discurso oficial televisivo, Andrade reafirma a importância da ação militante por meio do filme. “Ela descobriu que ali era um canal para ela, e começa a falar usando termos que ela ouvia na TV ou no rádio – ‘dizem que o operário especializado ganha altos salários’ etc. Na verdade, ela usou aquele canal aberto para se manifestar” (ANDRADE, 1986, p. 42).

A mulher em questão é Maria da Penha Batista, esposa do ferramenteiro Enoch Batista. Sua fala é recheada de referências a um discurso amplamente divulgado, o de que havia uma “elite operária” atuando no ABC Paulista. Certamente combinado com o cineasta (pois sua casa é a única na qual Andrade tem autorização para entrar), seu depoimento se inicia com apresentação, depois descortina sobre salário, greve, família etc.:

Meu esposo é um ferramenteiro, como se diz aí o ferramenteiro ganha o mundo e o fundo. Nós moramos em dois cômodos, temos quatro filhos pra tratar, temos apenas um terreninho, mas não podemos construir porque a despesa não dá. Nós não vamos deixar nossos filhos passando necessidade porque haja visto que uma criança em formação eles necessitam de boa alimentação, necessita de boa comida, necessita de uma boa formação moral.

A ideia defendida por Maria da Penha – a de que seu esposo, como ferramenteiro, “ganha o mundo e o fundo” – guarda correspondência com o discurso oficial do governo e dos patrões, o qual buscava diminuir a solidariedade da opinião pública com os grevistas, ao afirmar que eles constituiriam uma “elite” bem paga de operários, com razoável condição de vida e, portanto, sem motivos para reclamar de seus salários.

Essa mesma ideia é apresentada em *Trabalhadores: Presente!*, em uma sequência em que, logo após a entrevista com Afonso Teixeira Filho, interventor do Sindicato dos Motoristas de São Paulo, é retratada uma assembleia realizada fora da sede da instituição. Nela, um trabalhador relata a tentativa da categoria em participar da assembleia, bem como a repercussão negativa do discurso oficial sobre ela:

Enquanto o prefeito [Olavo Setúbal, nomeado pelo governador do Estado, Paulo Salim Maluf, e aprovado pela Assembleia Legislativa] não resolver nossa situação, nós não vamos trabalhar. Queremos oitenta por cento. Nós estamos bastante magoado. Nós carrega São Paulo, entendeu. Eu vi na televisão. Eu sei que falou que nós ‘samos’ analfabetos e o que nós ganha é suficiente e também que é igual papel que larga na lata do lixo. Isso eu estou bastante magoado com isso aí.

A greve geral dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema durou de 13 de março a 13 de maio de 1979, com uma interrupção de 45 dias (de 27 de março a 11 de maio). A dos motoristas de ônibus da capital paulista ocorreu no mesmo período, iniciada em 21 de março. Nos meses de intensas manifestações grevistas, poucas foram as imagens do movimento que repercutiram de maneira positiva nos canais de televisão. Isso importaria a Andrade motivação suficiente para realizar *Trabalhadores: Presente!*, gerada, sobretudo, pelas comemorações desvinculadas das oficiais do 1º de Maio na região do ABC Paulista e que afirmariam a mais expressiva manifestação popular desde a instalação do regime militar, em março de 1964. O impacto e a visibilidade das lutas sindicais e políticas ocorridas entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980 não tiveram projeção compatível nos noticiários nacionais, cerceados, sobretudo, pela censura imposta à mídia.

Caetano (2004, p. 245) explica que, nesse sentido, o filme se delineava como instrumento eficaz de uma relação conflituosa, ao mesmo tempo nunca

desprezada, de Andrade com os meios tradicionais de comunicação, em especial com a TV. *Greve!* e *Trabalhadores: Presente!* não só guardam estreita relação com a TV, como chegam a imitar seu *modus operandi* de realizar filmes rápidos para circular com mais celeridade que uma produção cinematográfica tradicional. Ao constatar a não existência de imagens de greves na TV, o cineasta confirma sua intenção de realizar um filme para que essas imagens passem a circular: “Não aparecia na televisão, não passava na televisão. Por isso que eu disse que a minha decisão foi fazer rápido, rápido pra poder circular, porque não existia a imagem da greve na televisão, as pessoas viram a greve pelos nossos filmes... principalmente pelo *Greve!*”⁹

Diferentemente da montagem de *Greve!*, em *Trabalhadores: Presente!* as imagens da TV vão compor a sequência final do filme. São imagens, sem identificação de datas, que apresentam comemorações do Primeiro de Maio, organizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o governo de Getúlio Vargas, e do discurso de Primeiro de Maio proferido pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em 1979, captadas de um aparelho de televisão. Elas sucedem uma reunião dos grevistas que organizam as estratégias para o embate da negociação dos seus salários. Assim como em São Bernardo, os motoristas estão impedidos de fazer suas reuniões na sede do sindicato, sob intervenção federal desde 1975. A sequência da reunião dos motoristas em greve atesta uma organização pouco impactante ou representativa, se comparada às imagens das assembleias do ABC apresentadas em *Greve!*, realizadas no estádio da Vila Euclides. Não há personagens ovacionados, nem mesmo a figura de um líder, apesar do aparente impulso de Zé Carlos, conhecido como Gordo, em coordenar os esforços das negociações paralelas, realizadas à revelia das decisões do sindicato oficial da categoria.

Tanto nas imagens do DIP quanto nas da TV, o tema é o mesmo: o Primeiro de Maio. A diferença entre as duas sequências – além da formalidade visível nas comemorações realizadas pelo governo de Getúlio Vargas e seu caráter populista – talvez esteja naquilo que não foi mostrado. Enquanto, em São Paulo, o então governador Paulo Maluf abria o Estádio do Pacaembu no ano de 1979 para shows e futebol de graça, parcela significativa da população

⁹ Op. cit.

paulista preferiu ir a São Bernardo, onde haveria uma missa e um ato público com a presença de artistas como Vinícius de Moraes. O Estádio do Pacaembu estava praticamente vazio. Estava claro o jogo de forças travado entre os trabalhadores e as autoridades, que, em conveniência, passaram a usar significativamente a TV como veículo privilegiado. Recém-empossado no cargo, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, discursa em rede nacional, alertando para um possível uso dos instrumentos de coerção, como a legislação antigreve e a Lei de Segurança Nacional.

Apesar de a narrativa fílmica realizar uma aproximação desconcertante em relação à sequência anterior, que buscava construir uma instável articulação de interesses entre os grevistas destituídos de seu espaço de representação, as imagens do DIP e do discurso televisivo de Murilo Macedo preparavam uma evidente ode, na narrativa fílmica, às manifestações do Primeiro de Maio em São Bernardo do Campo. No limite, elas também são uma clara evidência da preocupação de Andrade em valorizar o que ele chamou de “greves sem lideranças”, conduzidas por lideranças não oficiais, uma vez que os sindicatos dos metalúrgicos e dos motoristas, em São Bernardo e em São Paulo, respectivamente, estavam sob intervenção.

Trabalhadores: Presente! também é fruto da “neurose” de Andrade em documentar os principais eventos políticos do período simplesmente para ser ter o registro: “Eu tinha uma neurose, tem que filmar tudo, precisa sair com a câmera registrando, depois a gente vê” (ANDRADE, 1986, p. 41). E, certamente, o filme padece desse imperativo, ao mesmo tempo em que lhe é grande tributário, pois se trata de registros que, se não fosse pelo determinismo de Andrade (e de cineastas, como ele, envolvidos com as temáticas populares), jamais seriam notabilizados. O próprio diretor confirmaria que a importância do filme está no seu caráter de documento das greves e das manifestações que ocorriam no período, e não em sua narrativa: “Como documento, esse filme é espetacular”.¹⁰

2 – Uma câmera incômoda e a percepção do método

Questionado sobre o termo “cinema de intervenção”, Andrade afirmou se tratar de um termo criado por ele para justificar uma realização

¹⁰ Idem.

cinematográfica que pressupunha um “incômodo” que conduziria a uma nova leitura da realidade.¹¹ A marca dessa estratégia estaria no fato de o filme se propor a filmar não uma realidade intocada, mas sim o próprio momento de transformação, causado pela indisposição da presença do cineasta e de sua câmera. Bernardet (2003, p. 75) oferece uma leitura importante sobre essa estratégia, ao analisar *Liberdade de Imprensa*:

O real, visto como intocável, é um fetiche. A filmagem provoca uma alteração; pois que essa alteração seja plenamente assumida. O real não deve ser respeitado em sua intocabilidade, mas deve ser transformado, pois o próprio filme coloca-se como um agente de transformação. O que ele filma é essa transformação: o momento ideal a ser filmado é exatamente o momento da transformação, exatamente o momento em que o próprio filme transforma o real.

Andrade opta por ser percebido com sua câmera. Essa estratégia, certamente, remonta à ideia que aludimos anteriormente de uma dramaturgia ocupada em filmar situações criadas a partir da presença do cineasta em cena, em um jogo no qual “o cineasta não tem mais por que ficar oculto diante de um real intocável e fetichizado” (BERNARDET, 2003, p. 76). Trata-se de uma tática que capta dos entrevistados uma situação nova, não presente em um tipo de filmagem de perguntas e respostas que aludem, a princípio, àquilo que os personagens já pensavam sobre os temas tratados. As situações captadas com o uso desse método somente se desvelariam no momento da filmagem, permitindo ao cineasta (e ao espectador, por consequência) a percepção de realidades não cristalizadas, construídas a partir da intervenção do cineasta. No limite, Andrade levaria a cabo a estratégia de imiscuir-se, mas sem se ocultar naquilo que filmava. Esse plano, já presente em *Liberdade de Imprensa*, tomaria contornos definitivos em momentos significativos de *Greve!* e de *Trabalhadores: Presente!*. Em *Greve!*, é bastante conhecida a sequência da filmagem do desespero dos grevistas na assembleia realizada no Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Sobre ela, não conseguiríamos acrescentar mais do que as percepções já apontadas por diversos outros autores. Mas há uma sequência na qual a estratégia de intervenção adotada por Andrade também se evidencia e que é anterior à sequência da greve no

¹¹ Ibidem.

Paço. Trata-se da conversa que Enoch Batista e diversos sindicalistas realizam nas proximidades da sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e Diadema.

As imagens são tomadas do lado de fora de um círculo de pessoas (adultos e crianças) aglomeradas. Somente as crianças, por conta da curiosidade, olham para a câmera, que circunda os metalúrgicos, em *travelling*. A conversa é sobre a repressão sofrida no dia da intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos, 23 de março. Apesar da câmera, os personagens parecem estar muito à vontade, contando vantagens das ações que praticaram no embate com a Polícia Militar, ocorrido no dia anterior. A câmera ainda não os incomoda, e eles sequer olham para a lente.

O diálogo entre os personagens é interrompido por uma pergunta de Andrade sobre o mais significativo evento do processo grevista iniciado em 13 de março: “Essa intervenção no Sindicato é uma derrota de vocês?”; questionamento que faz alusão direta ao discurso veiculado na TV sobre a greve dos operários do ABC paulista. No filme, trata-se do primeiro ponto perceptível de interferência do cineasta na condução narrativa e, significativamente, de desconstrução dos discursos internos apresentados pelos personagens entrevistados. Andrade chamaria a atenção para esse momento, pontuando-o como o resultado de um “espírito crítico” em relação à postura dos operários. A partir dessa indagação, surgida pela voz do cineasta fora de campo, a relação dos personagens com a câmera se altera significativamente. A intimidade dá lugar a um constrangimento. As falas passam a ser perceptivelmente encenadas, destacando potencialidades, forças e articulação política do movimento grevista. O desconforto dos entrevistados se torna mais evidente, se comparado à sequência anterior. Nela, em pouco mais de um minuto de filmagem, o principal personagem entrevistado busca cinco vezes a câmera, preocupado com a perspectiva pela qual seria captado. O cineasta percebe essa alteração e monta a edição com um trecho que contraria uma afirmação anterior, no qual o entrevistado afirma a união da classe trabalhadora, apesar do afastamento da sua principal liderança: “Não. Não é não. A crasse trabalhadora, nós metalúrgicos se unimos com Lula. [Ele] Deu a nós um exemplo de que nós devemos ir até o fim. E nós vamos até o fim. Com Lula ou sem Lula, todos nós somos um Lula”. Ao discurso fílmico essa fala é mais uma resposta ao discurso televisivo sobre

a desarticulação do movimento grevista que uma resposta à pergunta de Andrade. Posteriormente, a conversa entre os sindicalistas dá a tônica da oscilação da postura dos personagens filmados antes e depois da intervenção de Andrade. Há um claro deslocamento da afirmação anterior para um discurso muito mais evocativo do que atestatório da união afirmada momentos antes da entrevista. Esse tipo de abordagem seria explicado pelo cineasta como sendo resultado da sua necessidade de não fazer “pregação ideológica”: “Meu cinema era muito crítico, mas não tem pregação ideológica. [...] Ele tem é uma vontade de revelar os conflitos e enriquecer a visão que se tem sobre a sociedade; sair do fetiche, desvendar coisas”.

Sua realização cinematográfica privilegia abordagem, mesmo próxima aos movimentos grevistas, não deixando de apontar para suas contradições internas. “Eu acho que a vitória do movimento não é a vitória da greve. [...] Mas, para mim, a leitura que eu tinha era a vitória daquele momento. Era a vitória daquele momento, independente do resultado da greve”.

Em *Trabalhadores: Presente!*, a mesma estratégia de expor contradições do movimento sindical como parte de um processo de intervenção do cineasta é utilizada na sequência de votação da proposta de aumento salarial feita aos motoristas em greve. É importante ressaltar que a assembleia filmada por Andrade é uma reunião feita por lideranças efetivas da greve, iniciada em março de 1979 e finda somente em julho do mesmo ano. Nela, não há participação do sindicato oficial da categoria, sob intervenção federal desde o ano de 1965¹².

A sequência retrata claramente o desencontro entre as lideranças do movimento e parte dos grevistas – que permanecia irredutível na reivindicação do reajuste de 80%¹³ –, em busca de um acordo conciliatório para o fim da greve, tendo por base um suposto apoio do prefeito Olavo Setúbal e o apoio popular vindo da opinião pública. As falas de sindicalistas como Orlando Espolito, um dos líderes do movimento, em discussão com um grevista presente na assembleia, e Zé Carlos (o Gordo) deixam claras as marcas da dificuldade em controlar os ânimos.

¹² Efetivamente, o Sindicato dos Motoristas de São Paulo viveu sob intervenção federal em três longos períodos: 1º de abril de 1964 a 8 de outubro de 1968; 4 de setembro de 1974 a 14 de janeiro 1975; e 15 de janeiro de 1975 a 12 de dezembro de 1979.

¹³ A proposta patronal propunha reajuste de 60%, com base no salário de maio de 1978.

[Orlando] Espera aí, dá licença. Vamos esperar, vamos todo mundo trabalhar, tá certo? Vamos esperar 45 dias. Se não resolver dentro de 45 dias, nós para. Pera aí pô. Sem chapéu de bico! Nós somos da mesma garagem. Acha que eu vou trair a raça? Acha que eu vou trair a raça rapaz?

[Grevista, em off] Não é isso.

[Orlando] Olha, todo mundo tá passando necessidade, entendeu? Sacou? Pelo amor de Deus. Sessenta por cento. Os metalúrgicos, vê que dia que vai vencer o prazo deles. Dia 14. Que dia que é hoje. Se dia 14 [...] o que ficar com ele, pra evitar a greve, entendeu? [confusão]

[Zé Carlos] Por favor, vamos ficar calmo. Tem gente que tá levando a coisa pra outro lado!

A proposta de acordo para a suspensão da greve dos motoristas, apresentada em 4 de maio de 1979, é refutada pela categoria. As imagens demonstram uma euforia por parte dos presentes, com mãos erguidas e palavras de ordem. Os discursos de Orlando e de Zé Carlos fazem referência direta ao acordo realizado pelos metalúrgicos do ABC e à suspensão da greve pelo período de 45 dias. Eles trazem também as marcas de uma preocupação maior com a repercussão social da greve dos motoristas do que com os resultados efetivos das reivindicações apresentadas pelos grevistas. As marcas da dissonância entre as lideranças e os motoristas em greve são ampliadas na sequência, com a entrevista realizada com o interventor do Sindicato dos Motoristas de São Paulo, Afonso Teixeira Filho. Ele afirma a inconstitucionalidade da greve e diz que, caso não haja acordo entre governo, patrões e empregados, assinará o acordo que concede reajuste de 60% sobre os salários dos trabalhadores (como de fato ocorre e é apresentado no filme). O sindicato da categoria decreta extinta a paralização e abertas as negociações.

O impacto dessas sequências estabelece uma correspondência semelhante com as imagens da assembleia ocorrida no Paço de São Bernardo e com a entrevista com o interventor Guaraci Horta, apresentadas em *Greve!*. No entanto, guardadas as proporções, não há imagens que garantam o retorno do líder da greve dos motoristas, em *Trabalhadores: Presente!*, tal como há o retorno de Lula, líder dos metalúrgicos, no filme que o antecedeu. A composição de uma incipiente organização de trabalhadores como líderes da greve dos motoristas até é tentada, na oitava sequência, mas sem muito

sucesso. Orlando, um dos personagens apresentados na sequência da assembleia da categoria implorando por um entendimento com os presentes, é apresentado por Zé Carlos (Gordo) como um dos coordenadores da “comissão de garagem”, responsável por ser a ponte entre as decisões tiradas em deliberações e acertos dos grevistas e aqueles que não puderam participar das assembleias. Apesar do elogio de Gordo sobre a “juventude” de Orlando, não há grande entusiasmo por parte dos presentes.

Trata-se de imagens sem grande impacto narrativo e que não correspondem a um flagrante processo de percepção do impacto da mobilização da categoria. Não há imagens emblemáticas, de um líder carregado pelos seus pares e conduzido ao púlpito, como a que aparece na sequência final de *Greve!*¹⁴. Em *Trabalhadores: Presente!*, não há púlpito, na assembleia dos motoristas, nem líderes carismáticos. Ainda assim, Andrade, dissonante com as imagens da narrativa televisiva do período, insistiria em questionar a mobilização da categoria e a possibilidade de retomada do movimento, caso as negociações, previstas para ocorrer nos 45 dias de suspensão da greve, não satisfizessem aos grevistas. Zé Carlos, completado por um companheiro ao seu lado, é taxativo: “Ah, faz. Toda possibilidade. [Grevista] Para, assim que falar ‘não entramos em acordo’. A turma para de livre e espontânea vontade”. Apesar de serem falas taxativas, elas são pouco convincentes e ao discurso fílmico demonstrariam a derrota e desarticulação do movimento grevista. Andrade finaliza essa sequência em uma montagem ao mesmo tempo crítica às afirmações dos grevistas e de exaltação das lutas e das conquistas do movimento operário do período.

A opção do diretor foi montar uma sequência final, como já apontado anteriormente, que fizesse fazendo alusão direta ao discurso midiático televisivo sobre o movimento operário. Uma vez que não há imagens de exaltação de líderes no movimento grevista dos motoristas de ônibus, como houve com os metalúrgicos do ABC paulista apresentadas em *Greve!*, Andrade opta por encerrar *Trabalhadores: Presente!* estabelecendo um contraponto entre as imagens oficiais e imagens que, em última instância, demonstrariam a força do movimento grevista.

¹⁴ Bernardet (2003, p. 198), porém, considera que na construção narrativa de *Greve!* Lula esteve “insistentemente presente pela ausência”.

3 – No diálogo com a mídia, a constituição do método de filmagem

Em franco crescimento no Brasil desde os anos 1950, quando a primeira emissora começou a funcionar, a televisão chega em 1979, ano em que os filmes aqui analisados foram produzidos, com quase 17 milhões de aparelhos espalhados pelo país, frente aos quatro milhões do início dos anos 1970 (VALIM; COSTA; FIORDELISIO, 2010). Não somente os investimentos publicitários migram para o novo veículo, como efetivamente a audiência, consumindo uma narrativa que, conforme considerou o próprio Andrade¹⁵, não correspondia à realidade.

O impacto desse veículo, especialmente para cineastas que atuavam de forma militante como Andrade, foi significativo tanto em sua relação comercial (já que como vimos o próprio diretor trabalhou para emissoras TV públicas e comerciais no Brasil) quanto em sua trajetória como cineasta. Como traço comum, observa-se que tanto em *Greve!* quanto em *Trabalhadores: Presente!* há a inserção de imagens de aparelhos de TV, em uma alusão direta à presença e importância dos veículos de comunicação no contexto daquilo que é apresentado pelos filmes. Trata-se de uma característica transversal da produção de Andrade desde *Liberdade de Imprensa*, filme sobre a aprovação da Lei de Imprensa (1967) e o impacto dos veículos de comunicação sobre a população. O cinema, metáfora da própria ação do cineasta, é entendido como espaço de intervenção contra-hegemônica.

Os filmes aqui analisados dialogam de duas formas com a televisão. A primeira delas é a partir da própria constituição das imagens da TV nos filmes; elas aparecem como um elemento narrativo visual, um personagem que estabelece apontamentos sobre o mundo e com os quais diretor e personagens instituem uma relação direta. Em *Greve!*, quando o operário percebe a intenção do diretor em filmar feridas abertas dentro do movimento operário e exploradas pelo discurso televisivo, ele próprio busca desconstruir essas afirmações alegando uma posição combativa e aguerrida dos trabalhadores em greve; estratégia semelhante já utilizada por Andrade na entrevista de Maria da Penha Batista, como apontamos anteriormente. Já em *Trabalhadores: Presente!*, essa mesma fala de oposição ao discurso midiático

¹⁵ Op. cit.

apareceria em uma fala pouco convincente de um dos motoristas grevistas, mas é reforçada pela montagem final do diretor.

Uma segunda forma de diálogo é a maneira como essas imagens são utilizadas na narrativa fílmica. Elas são fontes sobre as quais Andrade se alimenta de questões abertas pelos temas que o incomodam, reforçando, pois, a ideia de um método de “intervenção” assumida como sua estratégia narrativa. Essa intervenção teria nas ausências temáticas dos veículos de comunicação o elemento inicial de produção dos dois filmes aqui analisados. Foi o fato de não perceber as imagens do movimento operário na TV que motivou Andrade a realizar tanto *Greve!* quanto *Trabalhadores: Presente!*. No entanto, para além de constituir imagens caras ao movimento grevista ausentes da narrativa televisiva, elas seriam acrescidas pelo apontamento crítico do diretor que, em outra instância, buscava ajudar na própria reflexão e consolidação do movimento operário.

Referências

ANDRADE, João Batista. **O povo fala**: um cineasta na área de informação na TV brasileira. 1999. 97 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1999.

ANDRADE, João Batista. O importante era fazer o filme. **Revista Filme Cultura**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 40-46, abr. 1986. Entrevista.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CAETANO, Maria do Rosário. **João Batista de Andrade**: alguma solidão e muitas histórias. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

GRANATO, Maria Carolina. **O cinema na greve e a greve no cinema**: memória dos metalúrgicos do ABC (1979-1991). 2008. 446 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Orgs.). **Enciclopédia do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Senac, 2000.

VALIM, Maurício; COSTA, Soraya; FIORDELISIO, Renata. **Anos 70 – a história da televisão no Brasil**. Disponível em: <<https://bit.ly/3NqOERx>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Capítulo 12 – Os comunicadores inseridos em movimentos sociais e sua prática digital em busca da cidadania comunicativa*

Nivea Canalli Bona

Introdução

Os embates sociais, em que formas de governo e de convivência em sociedade, formas de justiça e os próprios conceitos de cidadania foram questionados e reconfigurados pela história que conhecemos, sempre existiram. A exemplo estão as revoltas no Egito, Índia, Grécia, Roma, China, em datas que remetem ao período “a.c” (Antes de Cristo). A nomenclatura “movimentos sociais” data de um tempo muito mais recente, em uma França ocidental e “ignora” muitas outras verdadeiras batalhas que foram marcando a disputa e os conflitos que sempre existiram. Em todos os cantos do mundo, experiências e iniciativas de se estabelecer uma sociedade igualitária e justa apesar das diferenças culturais estão se desenvolvendo. Umas mais voláteis que outras, mas que sempre dão sua contribuição para “acordar” comunidades inteiras contra a exploração econômica, as desigualdades sociais e as exclusões culturais.

A caminhada das organizações e movimentos sociais no Brasil, desde sua história primitiva até os dias atuais desse terceiro milênio atravessou profundas alterações¹. De atitudes e posturas combativas, que promoviam um enfrentamento entre a sociedade civil organizada e o Estado, viu-se abrir um leque de novas configurações tanto dos movimentos quanto de suas ações. Alguns se institucionalizaram fazendo parte do grande boom de ONGs nos anos 1990 que tinha, dessa maneira, um caminho na conquista de financiamentos para suas ações, que vinham do próprio Estado ou de organizações internacionais. O intuito era encontrar formas de promover suas

* Este artigo é produto da tese de doutorado intitulada *Práticas comunicacionais digitais de comunicadores inseridos em movimentos sociais de Curitiba e Sevilha na perspectiva da cidadania comunicativa*, defendida em de março de 2014, junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Rio do Sinos, em São Leopoldo-RS, sob orientação da Profa. Dra. Jiani Bonin.

¹ Ver Gohn (2005), Peruzzo (1998), Sherer-Warren (1993) e Montaño (2005).

bandeiras, que podiam ser a busca por direitos humanos e cidadania, pela preservação do meio ambiente, por terra para todos, por moradia, por educação, por igualdade de gênero, contra a violência, por geração de renda, por uma economia solidária, entre outras. As ONGs, que eram organismos originalmente criados para dar suporte técnico aos movimentos acabaram por tomar, em muitos casos, o lugar desses, institucionalizando as lutas e administrando os financiamentos (MONTAÑO, 2005).

Com a institucionalização e a busca por um fazer mais técnico, as estratégias comunicativas, que antes se concentravam em soluções alternativas aos meios de comunicação de massa – que nos anos 1970 e 1980 figuravam como cenários hegemônicos da informação – também foram se modificando. Acostumados a elaborar panfletos caseiros, pasquins, cartazes, realizar passeatas, utilizar rádio-corneta, distribuir filipetas voadoras, fazer tevê de rua, esses movimentos viram surgir formas de produção de comunicação mais amplas, como as rádios-comunitárias e, mais recentemente, a internet. A abertura democrática ainda estimulou as possibilidades de inter-relação com a mídia de massa, já que a busca pela iniciativa popular, pela comunidade (dentro do conceito do glocal), pela cidadania e pela participação de todos acabou ganhando – ainda que esse ganho não signifique a incorporação de todos os seus significados em sua complexidade – as pautas desses meios.

Na atualidade, é possível encontrarmos movimentos sociais específicos de luta em relação à comunicação e à democratização, mas movimentos com bandeiras diversas também começaram a repensar suas formas de comunicação e a visualizá-la como dimensão estratégica para divulgar suas demandas. Esses movimentos de aproximação aconteceram – e continuam se alterando, pois os processos são dinâmicos – ao mesmo tempo em que uma sociedade cada vez mais midiaticizada foi se conformando. Houve uma orientação destas organizações no sentido de pensar a comunicação de maneira a obter lugar de destaque nos planejamentos de ação periódicos. Isso, entre outras razões, pela própria necessidade de satisfazer parâmetros de divulgação impostos por financiadores e/ou para atingir públicos específicos de maneira mais ampla e/ou para traçar redes de trabalho globalizadas e/ou, ainda, para legitimar sua existência e sua atuação em uma sociedade midiática. Paralelo a essas transformações vimos a sociedade de massas ou uma sociedade dos meios caminhar para uma sociedade midiaticizada. A

centralidade dos processos informacionais deixa de se localizar nos meios de comunicação de massa para se complexificar com a criação de outros espaços como as rádios-comunitárias, tevês-comunitárias, veículos impressos de variadas linhas político-ideológicas e a internet. Para pensar as transformações relacionadas ao processo de digitalização, Castells (2003) propõe o conceito de sociedade em redes, a partir da qual o mundo se tornou a aldeia global em que tudo pode se interligar. Movimentos sociais, antes alijados e sem voz perante a sociedade e a opinião pública, descobrem a força da mobilização que se inicia e/ou se configura por meio de redes virtuais e se transporta para o real. As denúncias acabam alcançando distâncias que em outro tempo não seriam possíveis, influenciando no desenlace de questões locais. A velocidade das publicações e reações/respostas sobre novas informações (muitas vezes sem filtros ou censuras) nos dias atuais e o espaço libertário (Castells, 2003) que a internet potencializa desde sua origem podem propiciar a voz e a repercussão que muitos desses grupos almejavam durante décadas para expor seus propósitos e lutas.

Mas há mais caminho a se percorrer. Questões como o acesso à tecnologia que torna esse movimento informacional mais democrático, o conhecimento técnico requerido para a apropriação efetiva das novas possibilidades como redes sociais, blogs e websites e a própria convergência dessas plataformas com os outros meios de comunicação, inclusive os de massa, mostram-se um desafio de relevo para esses grupos.

Nesse cenário de investimento em processos comunicacionais realizados dentro de cada organização, as atenções desses grupos que querem um lugar no imaginário social (Lacerda, 2002) recaem sobre o comunicador, aquele que torna possível e real essa construção de estratégias de comunicação dentro da organização a fim de atingir públicos diversos. Mas quem é esse comunicador? E como ele tem trabalhado essa comunicação, na ambiência digital, dentro das organizações e movimentos sociais? As pilastras definidoras dessa investigação então são representadas pelos movimentos sociais (e organizações sociais), por sujeitos comunicantes ali inseridos, pelos seus fazeres comunicacionais e o que os transpassa – como o contexto sócio-econômico-político e midiático – o uso da ambiência digital nesses fazeres e a relação dessas dimensões com os novos estudos sobre cidadania comunicativa.

A pergunta problema norteadora desse trabalho foi: Como se configuram as práticas comunicacionais digitais de sujeitos comunicantes inseridos em movimentos sociais de Curitiba (Brasil) e Sevilha (Espanha) na perspectiva de suas trajetórias de comunicadores e como se vinculam à cidadania comunicativa?

O objetivo principal se estabeleceu em investigar e compreender as práticas comunicacionais digitais de sujeitos comunicantes inseridos em movimentos sociais de Curitiba (Brasil) e Sevilha (Espanha) na perspectiva de suas trajetórias de comunicadores e suas vinculações com a cidadania comunicativa. Para se alcançar esse objetivo principal, o desafio foi concretizado em passos que deram suporte e norte às buscas, que denominamos de objetivos específicos: contextualizar aspectos relativos às transformações do contexto comunicativo nos movimentos sociais e das atuações de seus comunicadores, em particular dos movimentos investigados; registrar, sistematizar e analisar a atuação dos comunicadores no âmbito dos movimentos sociais; verificar como a identidade, a bandeira, as demandas e as concepções e estratégias comunicacionais presentes no âmbito do movimento social constituem a atuação desse comunicador; analisar como a cultura profissional, as competências midiáticas/digitais e a cultura política/de militância configuram os comunicadores nos diversos formatos comunicacionais e analisar como esta atuação se relaciona com a construção da cidadania comunicativa.

Dessa maneira, a opção metodológica-conceitual foi pela transmetodologia. Maldonado (2008, p. 40) explica que o transmetodológico, nessa acepção epistêmica, “nutre-se da vida, da experiência, das culturas, do mundo concreto”. Assim, está alijado de pensamentos abstratos ou aplicações automáticas de processos sem o devido questionamento, desconstrução e confrontação. A transmetodologia não aplica métodos, mas requer uma “problematização metodológica (conceitual e operativa), dado que tanto os objetos/problema, quanto os sujeitos/ investigadores fluem em processos dinâmicos de mudança, em múltiplas inter-relações, manifestações, expressões e configurações” (MALDONADO, 2012, p. 36). Dessa maneira, as operações investigativas não são rituais mecânicos, simplesmente aplicativos de passos que foram, um dia, elaborados por outros. “Essa realidade multidimensional, multicontextual, dinâmica, multicultural, civilizadora e bárbara

exige a formulação de estratégias e modelos metodológicos adequados ao desafio de compreender sua complexidade” (MALDONADO, 2008, p. 29).

Dentro desse processo de construção do locus desse observável e de uma base teórica que sustente as reflexões que o mundo empírico propõe, o estabelecimento do contexto é de suma importância e foi identificado no processo dessa investigação como determinante na escolha de caminhos e de análise de algumas proposições. Como argumenta Maldonado (2012, p. 281):

A contextualização permite uma visão abrangente e ao mesmo tempo particular, e situa o contexto do problema como articulador dos outros contextos na estruturação da pesquisa. Ela fortalece os aspectos históricos, culturais, éticos, sociais e políticos da investigação, evitando que seja reduzida a um exercício abstrato, ou a um jogo repetitivo de palavras solenes, sem vínculos com a realidade da região, do país e do mundo.

Na perspectiva da transmetodologia, a caminhada desenvolvida nesta investigação lança mão de diversos procedimentos metodológicos, em que o método é construído levando em conta as demandas do problema/objeto.

A trilha, então, incorporou buscas teóricas iniciais, entradas exploratórias no campo empírico em três momentos diferentes, reconstruções teóricas que se seguiram a essas entradas, pesquisa da pesquisa, uma entrada exploratória em outro contexto (Sevilha) e em campo teórico diverso (Europa) e o uso de relatos da trajetória de vida comunicacional como tática de coleta dos dados na fase sistemática da investigação (quando foram realizadas entrevistas em profundidade com oito comunicadores inseridos em Movimentos Sociais: quatro em Curitiba – PR – Brasil e quatro em Sevilha – Espanha), além do estudo documental das produções de comunicação desses atores sociais.

Ao mesmo tempo em que buscas empíricas definiam os métodos, uma base conceitual teórica foi se tornando necessária e, por essa razão, foram trazidos para o trabalho os conceitos de movimentos sociais, as questões que envolvem essa transformação de sociedade de massas a midiaticizada e o ambiente digital que se estabelece, conceitos que envolvem o profissional comunicador como as habilitações escolares, mediação, competência comunicacional, habitus (Bourdieu), táticas e estratégias (Certeau) e o

intelectual orgânico (Gramsci) para tentar desvendar as práticas desses sujeitos e, por fim, o que entendemos por cidadania comunicativa.

1 – Um pouco dos contextos

Curitiba foi colonizada por poloneses, ucranianos, portugueses, alemães, italianos e japoneses, em sua maioria, o que fornece à sua população a pecha de que são frios ou difíceis de interagir por pessoas que ali aportam. Possui divisão classista muito clara, cultura provinciana e a tendência a se colocar como capital conservadora no cenário nacional. Com uma capital assim, era de se esperar que o estado do Paraná não se estabelecesse como bom berço para movimentos sociais. Mas paradoxalmente, os principais e mais fortes movimentos que tomaram espaço e se mantêm no Brasil tiveram sua gênese no estado: MST e CUT.

Já Sevilha possui um fervilhamento de povos desde sua tenra história, ao redor de 800 a.c.. Cartagineses, romanos, bárbaros, mouros e espanhóis se digladiaram naquelas terras deixando sinais de seus costumes e de sua presença até os dias de hoje. Quando essa investigação foi desenvolvida, a questão da moradia, entre outras reivindicações, era algo que estremecia a cidade. Desde casas antigas sendo ocupadas por todo o tipo de movimentos, os Centro Sociais Okupados (CSO), até as ocupações de edifícios e moradias vazias por famílias inteiras que foram despejadas de suas casas por causa da crise que assolava o país especificamente em 2013, são alguns dos exemplos do que acontecia na cidade espanhola.

Dessa maneira, entender como a comunicação tem se estabelecido nos movimentos que resistem em ambas as cidades, a partir das práticas dos comunicadores, é também descobrir um pouco como as lutas têm utilizado a comunicação para mudar esses cenários de efemeridade nas mobilizações nas duas localidades e de como têm encontrado caminhos para a construção de cidadania comunicativa. No contexto de Curitiba, as bandeiras dessas organizações selecionadas acabam abrangendo as principais demandas dos movimentos no estado, conduzidas por centenas de outros movimentos locais: direitos humanos; direito à terra; políticas públicas e a reflexão sobre decisões macro que influenciam o local e geração de renda e autonomia econômica. Em Sevilha, a questão da moradia é o que de mais grave se mostra na atualidade, mas isso não a isenta de grandes greves, do movimento feminista e do 15M,

que é um movimento que começou na internet, mobiliza muitos espanhóis de diversas ideologias e abarca diversas bandeiras.

2 – Os conceitos norteadores

O conceito de movimento social passou por diversas alterações no decorrer da sua história e carrega em seu nome todas as expressões advindas de complexidades relacionadas a um sujeito (que muitas vezes é coletivo) em conflito, um conflito central da sociedade pós-industrial, como explica Touraine (1998, p. 112). Para ele, por mais que muitos neguem, a ideia de movimento social busca demonstrar a existência de um conflito central. Esse mesmo conflito que opunha o príncipe e a nação, os trabalhadores e os empregadores.

A noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência de um tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário para privar este de legitimidade. Pode-se inverter a fórmula e reconhecer também a existência de movimentos conduzidos por categorias dominantes e dirigidos contra categorias populares consideradas obstáculos à integração social ou ao progresso econômico (TOURAINÉ, 1998, p. 113).

Gohn (2000, p. 51) alerta que não se pode confundir movimentos sociais, principalmente os populares, com organizações institucionalizadas como as ONGs. Mesmo assim, a própria autora admite que, em algumas situações, as ONGs podem ser consideradas substitutas dos movimentos: “os anos 90 definiram a institucionalidade das organizações e viram o nascimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs” (GOHN, 2000, p. 28).

Por essa razão, nesse trabalho, os comunicadores/sujeitos pesquisados foram escolhidos a partir de organizações que até podem estar institucionalizadas como ONGs, mas que possuem uma gênese de movimento social, ou seja, uma reação a um status, o que determina um conflito social.

3 – Mídiação

Os estudos referentes à mídiação da sociedade atual trazem indicações do quanto as relações dos meios com a sociedade e o próprio campo midiático têm se complexificado. Mais do que isso, entramos na sociedade da informação (alguns autores e a UNESCO a chamam de sociedade do conhecimento), como se entrássemos em um mar revolto e a cada onda fossemos derrubados de nossas convicções e certezas.

Em um primeiro momento, é importante estabelecer que as relações entre a mídia ou meios de comunicação de uma sociedade analógica em confronto com uma sociedade digital, midiaticada, são de alta complexidade. Espaço, tempo e território foram reconfigurados e ressignificados. Mas a cultura midiática não se concebe apenas como um estágio avançado de trocas de produtos culturais.

Para Mata (1999, p. 85), a cultura midiática.

constituiria, en cambio, un nuevo modo en el diseño de las interacciones, una nueva forma de estructuración de las prácticas sociales, marcada por la existencia de los medios. En ese sentido, la mediación de la sociedad – la cultura mediática – nos plantea la necesidad de reconocer que es el proceso colectivo de producción de significados a través del cual un orden social se comprende, se comunica, se reproduce y se transforma, el que se ha rediseñado a partir de la existencia de las tecnologías y medios de producción y transmisión de información y la necesidad de reconocer que esa transformación no es uniforme.

A autora ressalta as características da cultura midiática citando seu extremo dinamismo, a imediatez das trocas informacionais, as alterações de noções de espaço e tempo e a experiência midiaticada. Os meios de comunicação acabam sendo os produtores centrais da realidade porque ela acontece por meio dos processos midiáticos e os acontecimentos são midiaticados.

Como observa Verón,

Las sociedades postindustriales son sociedades en vías de mediación, es decir, sociedades en que las prácticas sociales (modalidades de funcionamiento institucional, mecanismos de toma de

decisión, hábitos de consumo, conductas más o menos ritualizadas, etc.) se transforman por el hecho de que hay medios. El proceso de mediatización no avanza al mismo ritmo en los distintos sectores del funcionamiento social (VERÓN, 1998, s/p).

Apontando que as decisões são tomadas em referência aos meios midiáticos, Verón também ressalta que essa mudança não é uniforme em todos os setores sociais, o que significa dizer que nem todos estão no mesmo nível de transformação e com a velocidade que Mata apontou.

Uma das razões é o acesso aos equipamentos computacionais que dariam a entrada a essa dimensão de mediatização social. Assim, Rodrigues (2000) afirma que o processo histórico de mediatização está fortemente ligado à informatização das sociedades. Esse fenômeno acontece de maneira diferenciada tanto em diferentes países do mundo (considere-se a diferença de informatização entre África e América do Norte) e em diferentes níveis nas classes sociais de cada sociedade.

Nessa alteração de uma sociedade de massa para uma sociedade mediatizada o meio não desaparece, ele é dinamizado nessa disputa de espaço na arena da informação e da visibilidade. Além de ser dinamizado, ele se complexifica quando o processo histórico gera saberes e poderes acerca desses saberes (VERÓN, 2005).

O advento da internet alterou a cultura da mídia para uma cultura digital, e o que podemos ver – algo que alguns autores comparam com a invenção da prensa de Gutemberg² – é que na primeira as mídias estavam separadas, e na segunda elas convergem. Convergência é uma das principais características da internet, e Fragoso (2006) explica que ela pode se dar em três âmbitos: “a convergência (1) dos modos de codificação; (2) dos tipos de suporte e (3) dos modos de distribuição dos produtos midiáticos”. A autora destaca que a partir do modo de codificação (binário), tanto texto, quanto áudio, imagem ou audiovisual podem ser armazenados da mesma forma, usando os mesmos códigos.

² Ozecai, um dos nossos comunicadores entrevistados de Sevilha, aponta esse conceito em sua tese de doutorado: *Internet en Movimiento. Nuevos Movimientos Sociales y nuevos medios em la sociedad de la información*. Universidade Complutense de Madrid. 2010.

4 – Vieses sobre o comunicador

O comunicador, formado na universidade ou não, tem visto mudanças na dinâmica do mercado de trabalho. Postos tradicionais para jornalistas, publicitários e relações públicas têm escasseado e mercados novos têm se aberto. Entre eles está a busca por processos comunicacionais mais profissionais e sistemáticos realizada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Mas o trabalho no “terceiro setor” guarda particularidades e esse comunicador, muitas vezes apresenta um perfil diferenciado para ali atuar. Estudamos algumas das variáveis que englobam esse perfil e, entre as três habilitações da Comunicação e o comunicador popular, trabalhamos questões relacionadas à militância, ao habitus (Bourdieu) e à tática e estratégia nos fazeres (Certeau).

Na discussão sobre esse comunicador ser militante ou não, Bassfeld (2009, p. 145) afirma que se torna praticamente impossível atuar no terceiro setor sem “concordar” com a linha de atuação do movimento em que está inserido. Para ela, não é fácil imaginar “um jornalista do terceiro setor, habituado a cobrir atividades de uma associação de síndicos de um bairro rico, envolvido em um assentamento do MST, tendo de cobrir uma marcha ao longo de quilômetros de estrada”. Assim como o contrário também é impensável para a autora. Para ela, quem escolhe trabalhar nesse setor não pode sofrer crises existenciais por falta de liberdade de expressão em seu cotidiano. Mas mesmo sendo a questão da militância no fazer comunicacional dos movimentos sociais algo determinante para muitos autores – e para movimentos e profissionais – é possível que nos deparemos com comunicadores que simplesmente vejam seu fazer como um uso técnico de suas competências, isto é, que sejam contratados pela organização ou movimento social para desempenhar funções voltadas para a produção de texto, vídeos ou mesmo relatos e que não tenham vínculo ideológico com a organização. Não se trata de possuir ideologias opostas – o que, ao nosso ver, seria contraditório – mas sim ideologias similares mas que não compactuem de maneira militante com o que o movimento social defende. Já o fazer desse comunicador é determinado também pelo habitus. Bourdieu compara os três tipos de conhecimento que temos do mundo: fenomenológico, objetivo e praxiológico para explicar como, pela prática, construímos um “encadeamento

das ‘ações’ que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser, de modo algum, o produto de uma verdadeira intenção estratégica (...)” (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Essa estruturação de um fazer cotidiano e que se internaliza no indivíduo independe de cálculos de probabilidades que a ciência realiza a partir do conhecimento objetivo. O *habitus* reconstrói esse conhecimento a partir de determinadas práticas e fazeres que se agregam ao que deve ser realizado além de negá-las e propor um determinado enfrentamento para reinventá-las. Assim...

Habitus são produtos de diferentes modos de engedramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente (BOURDIEU, 1983, p. 64).

“O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2011, p. 61). Assim, dentro da proposta de Bourdieu – sabendo-se do risco de uma construção simplista demais para a complexidade desse conceito – podemos dizer que o campo se conforma como o espaço social de relações objetivas, mas é a partir da “negação” e adaptação contínua destas que o *habitus* se constrói e acaba se tornando uma “mediação universalizante” explicando algumas práticas que se mostram sem razão aparente como “sensatas”, ponderadas (BOURDIEU, 1983, p. 73).

Certeau não acreditava em uma ordem dogmática infligida pelas autoridades, preferia dar atenção ao comportamento dos inconformistas, mesmo os silenciados, mas que modificam a verdade imposta, resistem, de maneira prática, no dia a dia (CERTEAU, 2013, p. 18). Na cultura ordinária, “a ordem é exercida por uma arte”, na qual há uma resistência moral a partir de invenções técnicas dentro de trocas sociais. Para ele, as pessoas, no nível do consumo, acabam por reinventar esses usos, de maneira cotidiana e quase invisível. Foi a análise desse “quase invisível” que o impulsionou determinando

três níveis teóricos: as modalidades da ação, as formalidades das práticas e os tipos de operações especificados pelas maneiras de fazer.

O autor traz duas formas de entender esses fazeres comuns do indivíduo ordinário: a partir das estratégias e das táticas. Para ele, **estratégia** é aquilo que está formalizado, é calculado em meio às relações de forças e pode ser isolado em um sujeito de querer e poder, tanto que a palavra tem origem militar. O gesto aqui é cartesiano, calculado, no qual se distingue o campo e o próprio. “A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (CERTEAU, 2013, p. 45). Já a **tática** se estabelece no lugar do outro, há uma ausência do próprio, não se mantém sobre si mesma, aproveita a ocasião, não existe ‘per se’ e depende do tempo para jogar com os acontecimentos para transformá-los em ocasião aproveitável.

Meu trabalho (...) consiste em sugerir algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo, no ponto de partida que são do tipo tático. Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos (CERTEAU, 2013, p. 98).

5 – Cidadania Comunicativa

Os estudos voltados para a construção de um conceito de cidadania comunicativa tiveram seu início na década de 90 quando a midiatização, o advento da sociedade da informação e a relação do público com os meios de comunicação de massa se tornaram objeto-foco de reflexão por parte da academia, principalmente. Diz-se da academia porque é possível denotar reflexões e reivindicações acontecendo muito antes, muitas promovidas por agrupamentos e movimentos sociais. Nesse âmbito e para desenvolver uma matriz de estudos, Mata (2006) propõe quatro níveis em que a cidadania comunicativa pode se estabelecer: Formal: representada pelo conjunto de direitos específicos consagrados juridicamente; Reconhecida: conhecimento que esses indivíduos têm desses direitos em face da condição de pertencentes a uma comunidade; Exercida: manifesta nas práticas sociais reivindicatórias

desses direitos, pedindo sua vigência ou ampliação; Ideal: a que se estabelece como utopia a partir de postulados teóricos de verdadeira transformação social vinculada a democratização das sociedades.

O conceito da autora remete a uma cidadania comunicativa em que a própria comunicação é parte da cidadania porque, logicamente, a carência do direito de comunicar impede o exercício dos outros direitos.

Para Camacho (2007), o conceito de cidadania parte de duas linhas: liberal e comunitarista, sendo que na primeira o indivíduo é o cidadão e na segunda a comunidade o é. Dentro dos direitos que são inerentes a esse cidadão estão os que juridicamente devem ser garantidos e os que socialmente devem ser buscados. Ambos partem da prerrogativa de que existe um espaço público onde esses direitos são buscados, conquistados, garantidos e que muitas vezes pode ser o espaço do embate político. Camacho então expõe o Direito a Liberdade de Expressão e o Direito à Informação como componentes para a construção de uma cidadania comunicativa. Na verdade, Camacho (2007) entende que o Direito Humano à Informação (que aparece como determinante em uma Sociedade da Informação ou do Conhecimento) que deve ser composto pela possibilidade de não só receber, mas também, de investigar e divulgar tanto informações quanto opiniões utilizando qualquer meio, acaba se tornando o eixo central para a construção da cidadania comunicativa. Essa, a partir das múltiplas dimensões (política, social, econômica, civil, intercultural e global), deve contribuir, por meio de três ações: formação de opinião pública, deliberação pública e participação e controle social, na construção de espaços públicos democráticos orientados para o desenvolvimento (CAMACHO, 2007, p. 21)

6 – O empírico

Quatro comunicadores de Curitiba³: Alison (Cefuria e Plataforma Dhesca), Elisa (Cefuria e Terra de Direitos), Márcio (Reage Brasil) e Tiago (IDDHEA e SC) foram os sujeitos comunicantes investigados. As entrevistas em profundidade duraram de uma a duas horas e foram gravadas e decupadas em detalhes, incluindo os silêncios, risos etc. Na coleta sistemática, como já havíamos realizado entrevistas prévias com todos os comunicadores,

³ Pseudônimos.

procurou-se aprofundar questões que necessitavam de esclarecimento, mas, principalmente, focar a trajetória do profissional.

Os blocos de questões se dividiram em: Cultura profissional/trajetória; Cultura política/militância; Movimento Social em que se insere (descrição dos procedimentos comunicacionais); Práticas de comunicação realizadas pelo comunicador no ambiente digital; O sentido das práticas comunicacionais e a busca pela cidadania (Relações das práticas do comunicador com o movimento social e o contexto; Relações das práticas do comunicador com suas competências midiáticas/digitais).

No contexto Sevillano, foram entrevistados, Ozecai (Corrala Ilusión e Confederación General Del Trabajo), Juanjo (Corrala Utopia), Macarena (cooperativa Buenaventura Comunicación Social) e Yessy (15M, Corralas e Jornal Diagonal). Com cada um, foram realizadas entrevistas que duraram em torno de 2 horas, com o mesmo roteiro de questões e blocos aplicados em Curitiba, mas traduzidos para o espanhol.

7 – Resultados

A grande rede que foi criada a partir de códigos específicos para ser livre se mostra um ambiente ainda rico de possibilidades a serem desbravadas. Por mais que a sombra do controle pare também ali, por meio das escutas entre países ou mesmo de grandes empresas que controlam determinados aplicativos e redes sociais, o ambiente ainda tem muito para ser trabalhado e descoberto em relação às possibilidades ofertadas para uma comunicação real, efetiva e democrática. Para isso, questões relacionadas ao acesso da população, em geral, nos mais diferentes rincões e localidades precisam ser resolvidas.

Por essa razão, notamos mais confiança no uso desse ambiente para realizar o seu trabalho nos comunicadores de Sevilha, já que o acesso/recepção de seus públicos não é considerado um problema. A visão de que a internet realmente pode estimular uma comunicação mais democrática, sem fronteiras e de maneira mais igualitária é bastante presente entre os comunicadores sevillanos estudados. Já em Curitiba essa forma de comunicar é encarada com menos entusiasmo e mais preocupação.

Assim, o ambiente digital, fruto de uma sociedade midiaticizada, traz para os comunicadores dos movimentos sociais mais esperança do que receios. O

uso, mais tático entre os comunicadores estudados no contexto de Curitiba, Brasil, e mais estratégico⁴ entre os de Sevilha, na Espanha, tem sido feito de maneira geral por meio de websites, redes sociais, emails, blogs, vídeos, imagens e áudios, comprovando a vocação de convergência de mídias desse ambiente e o vasto espaço de possibilidades que se abre. O que difere entre os dois contextos é a medição dos resultados, que se faz mais presente entre os comunicadores sevillanos do que entre os de Curitiba. O que se percebe nos comunicadores curitibanos, é um usar as possibilidades em meio a descobertas: vídeo por streaming, tentativa de divulgação/mobilização via Twitter, conquista de públicos e mobilização via Facebook e os websites mais institucionais e informativos. Em Sevilha, é presente o uso mais comum de blogs. Assim, em uma visão geral, as ferramentas acessadas e utilizadas são as mesmas e os usos tendendo ao tático entre os comunicadores do contexto estudado de Curitiba e ao estratégico entre aqueles do contexto de Sevilha.

Nessa apropriação do ambiente digital para comunicar, pudemos perceber graus diferenciados de usos de determinadas práticas comunicacionais e a influência do movimento social / organização social nesse formato. Movimentos mais antigos e mais combativos são os que mantêm uma distância “segura” das possibilidades do ambiente digital. Há uma manutenção de processos de comunicação paralelos como impressos, cartazes, reuniões (verbal), mobilizações, e mesmo capacitações voltadas para os meios de comunicação. Muito do que motiva esse comportamento é uma profunda ligação com os públicos atendidos pelo movimento, e a percepção de que para eles esse ambiente digital ainda está longe de ser um ambiente democrático e acessível a todos sem distinção. Movimentos mais institucionalizados que trabalham em nível de relações com o governo ou com instâncias internacionais no Brasil possuem um aparato institucional maior na internet (website, perfil nas redes sociais, sala de mídia) e mais proximidade com o exercício da assessoria de imprensa. Mas, identificamos também que esse trabalho voltado para a imprensa de massa é mais uma decisão do comunicador ali inserido do que especificamente uma estratégia estabelecida pelo movimento. Em Sevilha, mesmo as estratégias comunicacionais estando voltadas para a mobilização social em torno de um objetivo específico, o intuito

⁴ A partir dos conceitos de Certeau (2013) sobre tática e estratégia.

de acessar a mídia de massa é presente, de maneira mais estratégica, entendendo, sim, que a cobertura desses veículos se dará de maneira enviesada e, por essa razão, é necessário provocar as pautas de maneiras específicas.

Em vista de uma significativa liberdade que esses movimentos e organizações oferecem para os comunicadores ali inseridos, o grande ator dessa pesquisa é realmente o profissional de comunicação. Tanto no contexto de Curitiba quanto no de Sevilha, por meio das dimensões “cultura profissional, cultura política e militância”, é possível entender que boa parte das decisões relacionadas às táticas e estratégias de comunicação realizadas nos movimentos sociais, mesmo quando partilhadas com um grupo maior, são tomadas com grande autonomia e certa solidão. É aquele único profissional que trabalha na organização, que todos os dias pensa e reflete como será feito o texto, o post, a tônica que será dada para determinada abordagem. Esse comunicador não tem um editor, alguém acima dele que configura, orienta seu fazer. Na grande maioria dos casos aqui estudados, a partir do conhecimento técnico voltado para a comunicação, esse profissional está sozinho no seu fazer.

Autonomia e o fazer comunicação no nível tático marcam a atuação dos comunicadores investigados inseridos nos movimentos sociais em Curitiba. A prática de comunicação desses sujeitos está mais voltada para o “apagamento de incêndios” do que para um plano estrategicamente calculado em que se sai de uma determinada linha e se pretende buscar determinadas metas. Assim, as postagens no Facebook são uma tentativa de erro e acerto para ver se há inscrições para um curso, a postagem do Twitter pretende provocar uma reação (não calculada) de instâncias do governo, a publicação de textos reflexivos pretende divulgar um fato ou uma situação, mas não se sabe em quem se está chegando ao certo. Em ações mais tímidas, ainda tateando as possibilidades, há a medição de número de público atingido, há um registro estatístico do efeito de determinada ação comunicativa na web. Já no contexto de Sevilha, as estratégias estão mais claras para a maioria dos comunicadores. Enfim, nos comunicadores do contexto sevilhano estudados há uma linha lógica de atuação, chegando ao ponto de se treinar a comunidade das corralas para ao recebimento da mídia de massa (mediatraining).

Discutiu-se se esses comunicadores herdam somente técnicas apreendidas na formação escolar ou consumidas em sua trajetória e as estão aplicando automaticamente. As percepções dos fazeres mostram que esse consumo de alguma forma está presente no cotidiano, por exemplo, quando se informa a equipe da organização para direcionar e mobilizar frente a um fato específico, mas não determinam essa prática diária. A formação no âmbito escolar também não pareceu determinante para esse fazer. É claro que oferece know-how para se lidar com algumas das ferramentas, mas, o que se percebe é que os comunicadores pesquisados navegam em ferramentas e dispositivos que qualquer outra pessoa pode acessar e usar. Sua formação específica acontece no movimento. Por isso, seu consumo midiático, é muitas vezes, determinado por onde está inserido seu fazer ou pelo que esse comunicador precisa produzir.

A militância se estabelece como outra dimensão vista. Para alguns, ela deve se dar voluntariamente, separando-se trabalho de militância. Essa visão separada dos dois é mais comum nos comunicadores do contexto de Sevilla. Mesmo trabalhando em lugar onde muitos militam, os profissionais têm claro o que é um trabalho técnico e o que é militância. Alguns entendem que é possível ganhar o sustento em um trabalho de militância, outros não concordam com essa possibilidade, mas é unânime a percepção de que eles precisam trabalhar em ambientes cujas diretrizes concordem.

Já no contexto de Curitiba, as duas formas de se atuar em um movimento, tecnicamente e militando, são bem misturadas. A ponto da vida de um dos comunicadores significar somente a militância e de outro entender o seu fazer somente como um sustento. No meio desses dois extremos, vemos outros comunicadores entendendo a área de atuação como um lugar coerente com o que acreditam para se conseguir o sustento. Por isso, a militância e o trabalho acabam confluindo e sendo partes de um mesmo processo.

A partir do que vimos na prática de sete dos comunicadores aqui estudados (excetuando aquele em que não há militância), esse fazer de comunicação, dependendo da maneira como é realizado, pode promover, sim, uma cidadania comunicativa entre os públicos do próprio movimento, do entorno desses movimentos e dos públicos por essa comunicação/trabalho alcançados. Retomando a ideia de que a cidadania comunicativa pode alcançar níveis diferenciados, conforme a proposta de Mata (2006), podemos

propor que o fazer desses comunicadores no ambiente digital favorece a conquista de alguns níveis dessa cidadania. O nível formal ocorre a partir da comunicação e visibilização de determinados direitos que, se não são sabidos pela comunidade, passam a ser por meio do uso das redes sociais e de comunicações de textos e reflexões produzidos por esses comunicadores. O nível de cidadania comunicativa reconhecida é percebido a partir do trabalho de comunicação dos movimentos ligados diretamente a mobilizações com a comunidade em questões específicas, tanto em Curitiba quanto em Sevilha (as corralas, a CGT, Terra de Direitos, Cefuria, Plataforma Dhesca, as ocupações). O nível de cidadania exercida está presente em procedimentos voltados a confrontos, quando a comunicação está sendo realizada para a mobilização, como nas corralas, nas situações de quilombolas (em que a Plataforma Dhesca, o Cefuria, e Terra de Direitos estiveram envolvidos, por exemplo), entre outros. Por fim, a cidadania ideal ainda está por se estabelecer.

Assim, essa investigação identifica no trabalho desses sujeitos a busca por uma cidadania comunicativa se desenhando, um intento, mas que tem dentro de si, um grande caminho por se fazer. O que se entende, desse lado pesquisado, é que a comunicação realizada por sujeitos comunicantes efetivamente comprometidos com as bandeiras dos movimentos sociais nos quais estão inseridos, em um ambiente digital com acesso garantido por todos os grupos, comunidades e públicos, tem força e poder para propor novos estímulos à cidadania comunicativa. Uma cidadania conquistada a partir da democratização real das vozes.

Referências

BASSFELD, Marlise de Cássia. Por voz e por vez: o valor simbólico da comunicação no terceiro setor. In: **Assessoria de Comunicação** – Empresas, governo e terceiro setor. Org. COLOMBO, Irineu Mário. Curitiba: Editora Desenhos & Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In. ORTIZ, Renato. (org.) **Pierre Bourdieu. Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

CAMACHO Azurduy, Carlos A. **Cultura de transparência**. El derecho humano a la información en el desarrollo de la ciudadanía comunicativa en Bolivia (1997 – 2007). La Paz, Bolivia: Hebrón Impresores, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRAGOSO, Suely. Reflexões sobre a convergência midiática. **Líbero**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, v. 8, n. 15-16, p. 17-21, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, Ongs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

LACERDA, Juciano de Sousa. A internet na gestão dos movimentos sociais: estudo de caso das estratégias discursivas da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança. In: COGO, D.; KAPLUN, G.; PERUZZO, C. **Comunicação e movimentos populares**: quais redes? São Leopoldo,RS: Ed. Unisinos, 2002.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy et. al. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: desafios na prática investigativa. João Pessoa: UFBA, 2008.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas histórias, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy (et al.) **Metodologias em pesquisa em comunicação**. Olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 277-303

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura mediática. Lima, Peru. **Felafacs**, n. 56, p 80-90, out 1999.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teóricos-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n.1, p. 5-15, jan./abr. 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2005.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Experiência, modernidade e campo dos media. In: SANTANA, R. N. Monteiro de., **Reflexões sobre o mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Revan; Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí, 2000. p. 169-215

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

TOURAINÉ, Alan. **Poderemos viver juntos?** Vozes: Petrópolis, 1998.

VERON, Eliseo. Esquema para el analisis de la mediatización. **Diálogos de la comunicación.** Revista da Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social. Lima: [s.n.], p.9-17, 1998.

VERON, Eliseo. **Espacios Mentales: efectos de agenda 2.** Buenos Aires: Gedisa, 2005. p. 127-138.

Capítulo 13 – As entrelinhas da realidade histórica de uma rádio comunitária*

Víviam Lacerda de Souza

Introdução

O município de Senhora de Oliveira está localizado a 167,8 quilômetros da capital mineira, na mesorregião da zona da mata mineira (ao norte) e microrregião de Viçosa (CIDADES@, 2014). Apesar de sua fundação administrativa ter iniciado no ano de 1859, o município foi emancipado somente em 12 de dezembro de 1953, sob a Lei no 1.039 (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Fase Introdutória, 2007, p. 58). Em Senhora de Oliveira reside um total de 5.683 habitantes que se dividem em 3256 moradores na área urbana e 2427 na área rural, que se subdivide nas comunidades rurais de Córrego da Bárbara, Prudentes, Aranhas, Pega Bem, Santana da Vargem, Quilombo, Casinha, Graminha e Ribeirão, como mostra a Figura 01 (CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

Figura 1 – Mapa de senhora de oliveira, minas gerais



Fonte: Emater de Senhora de Oliveira

* Este artigo é uma síntese da tese de doutorado intitulada *Comunicação e Cultura Local na Rádio Comunitária Boa Nova FM em Senhora de Oliveira, MG*, defendida em março de 2015, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Cílicia M. K. Peruzzo.

Compreendemos o município de Senhora de Oliveira como um ambiente local, uma comunidade onde as pessoas possuem identidades comuns, valores e tradições, troca de experiências e sentimento de pertença.

As comunidades se estabelecem em espaços físicos ou em estruturas sociais e se caracterizam como organizações constituídas por membros que se identificam uns com os outros ou com alguma coisa, em prol de uma vida coletiva de acordo com valores e normas aceitáveis pelos envolvidos. Quesada (1980) ressalta que tais características podem se configurar a partir de uma base territorial geográfica. Isso se mostra coerente com o caso de Senhora de Oliveira. Em nosso estudo empírico, o local da comunidade oliveirense é melhor explicado por Bourdin (2001, p. 34-36) ao pontuar que a localidade condiz a um território de pertença e se fundamenta em uma relação direta com reconhecimento recíproco que necessita de uma proximidade imediata. Tal pertença surge da proposta de que a identidade, por mais individual que seja, é construída a partir de um grupo que, em razão de fatores macrosociais, é ou se converte em sua própria origem, podendo definir a etnia. Observamos que sob esse ponto de vista o grupo de pertença se integra a um território por meio do vínculo social num processo de construção do sentido; da construção social, a vida cotidiana e enfim, da comunicação na partilha de um mesmo mundo, elaborador de formas e pensamentos. Santos (2012, p. 321) complementa o raciocínio ao dizer que no lugar:

nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções de espaço e de tempo.

No ambiente local, as pessoas se fazem compreender umas pelas outras, por meio da intencionalidade identitária, como enfatiza o autor (SANTOS, 2012, p. 322):

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum, porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com um confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao

mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Ou seja, a partilha, o senso comum e a solidariedade são parte de uma comunidade analisada como a individualização social e natural em um dado território. Sendo assim, cada lugar é um espelho do mundo, da ansiedade e aspiração de um povo, das identidades nele construídas e manifestas.

Identidade não representa somente o que é idêntico e pertencente a um grupo comum, mas também as relações estabelecidas com o outro, pois se trata de algo construído pelo diálogo, pela troca e reconhecimento dos e pelos que são discrepantes. Peruzzo e Volpato (2009, p.151) apontam que as:

identidades se constroem a partir de uma estreita relação com as condições em que as pessoas vivem e estas são históricas e transitórias, pois permanecem e se renovam no contexto das inter-relações estabelecidas no local e na interação que se estabelece no mundo.

Percebemos que as identidades possuem uma relação direta com as condições de vida e experiências dos indivíduos ao longo dos tempos, o que demonstra uma condição transitória. Também que o comunitário se ancora na questão localista que conjectura na comunidade rural um modo de vida social natural e orgânica que tende a modificar a cultura humana em um elo entre o homem, o lugar e o sagrado. Assim sendo, o local é um lugar onde se revela o comunitário por meio de um arcabouço antropológico que se constitui por um conjunto de representações e códigos conduzidos pela prática (BOURDIN, 2001, p. 43). Essa prática de um mesmo território e a referência a uma totalidade de regras comuns na vida diária e de bens culturais expressam uma base sólida para o mote da identidade local. A identidade local dos oliveirenses, por sua vez, é representada pela sua cultura¹ que perfaz uma junção de crenças, valores e tradições. Em Senhora de Oliveira, os valores se

¹ Cultura é o resultado da construção social, contingente às condições materiais, sociais e espirituais que dominam um espaço e um tempo. Expressa-se em significados, valores, costumes, rituais, instituições e objetos, sentimentos (materiais e simbólicos) que circundam a vida individual e coletiva da comunidade (GÓMEZ, 2001, p. 17).

referem à perspectiva da religiosidade presente na solidariedade, à família e à política. As tradições condizem às festas, à comida, ao futebol, música e cachaça. Já as crenças estão relacionadas aos fundamentos da fé.

1 – Os valores de um povo

a) Solidariedade como elemento de religiosidade

A solidariedade oliveirense é manifestada em vários momentos do cotidiano das pessoas, em diversas fases da vida, desde a gestação dos bebês, até quando alguém adoece ou falece, algo desprovido de interesses e repleto de bons sentimentos que estão presentes na religiosidade e no temor ao Divino, no medo do inferno e no anseio de alcançar um espaço no céu, após a morte. Os atos solidários do oliveirense se perfazem um valor, uma questão de princípios, do que é certo e bom para todos, para uma vida em comunidade. Trata-se de senso, de ajuda ao outro na intenção de seguir os ensinamentos de Jesus Cristo com o espírito de fraternidade.

A oliveirense E.I.² relata as situações mais comuns de se ver atos solidários em seu município, em que destaca que na cidade a solidariedade:

é mais mesmo quando alguém tá doente ou morre. Agora, graças a Deus, você não vê gente que ta [sic] passando falta não, mas tem também quando dá enchente, aí o povo ajuda, oferece a casa pra ficar. Se molha tudo, as pessoas oferecem a casa pra família ficar, dá o que comer, dá alimento, roupa, cobertor.

Podemos dizer que não se trata de solidariedade no sentido de luta, de estímulo ao desenvolvimento local, mas sim de piedade. Ela está nas ações que envolvem o sentimento de compaixão, de generosidade, no senso de igualdade, longe dos interesses pessoais.

b) Família

A família, tão notória nas manifestações solidárias do oliveirense, é, nesse contexto, em grande maioria, composta por pai, mãe e filhos, ou seja, a família nuclear. Porém, essa família nuclear muitas vezes, agrega outras famílias, como a dos irmãos, dos primos, dos amigos e dos vizinhos. Cada um

² E.I. Entrevista concedida à autora em 11 fev. 2014.

na sua casa, mas todos unidos dividindo preocupações e compartilhando alegrias, tristezas, momentos festivos. Partilham alimentos e se ajudam em determinadas tarefas, além de manterem o hábito de muita conversa sobre a vida particular e de outras famílias.

Pela razão da família estar no seio dos assuntos relacionados à igreja, o pároco do município (L.M.S., 2014)³ faz uma breve descrição sobre a família oliveirense e a classifica como patriarcal e machista.

Percebo a família em Senhora de Oliveira como a instância primeira responsável por ensinar as virtudes e valores a partir do berço. A família ainda segue um padrão patriarcal, ainda é caracterizada, na maioria das vezes, por um padrão de família patriarcal, sendo o homem responsável pelo sustento da família, deixando a educação dos filhos sobre a custódia da mãe. O que acontece muitas vezes aqui e nas cidades vizinhas também, é a presença do elemento “machismo”, caracterizado pelo direito que o homem julga ter em questões de liberdade, privando a mulher dos mesmos direitos. É realidade, então não podemos fechar os olhos.

Apesar de os costumes e valores familiares poderem parecer iguais a todos os oliveirenses, é preciso esclarecer que cada família possui sua própria política interna de administração do lar, compreendida como uma junção de regras que podem se distinguir da casa do vizinho, mesmo que aconteça em um sistema de equilíbrio culturalmente aceitável no município.

b) A política

A política simboliza uma ferramenta democrática que ajuda no ato de governar, de administrar as instituições públicas como o Estado, uma cidade ou um município, por exemplo. Mas também pode se atribuir o termo à organização e administração de uma instituição privada, como as empresas. Sobre a vida comunitária em termos da política de Senhora de Oliveira, sua administração, sua ordem e regulamentos, atualmente o município tem 5.332 eleitores⁴, 14 partidos com coligações entre si e 788 eleitores filiados. Nesse

³ L.M.S. Entrevista concedida à autora em 27 jan. 2014.

⁴ Incluem-se nesse dado os eleitores oliveirenses que não residem no município, mas que em períodos eleitorais fazem questão de estarem presentes para participarem da movimentação política local e assim contribuir com seu voto.

contexto, 14,77% do eleitorado pode disputar cargos de administração pública. Essa média (14,77%) é superior à média nacional, que é 10,77% e do estado de Minas Gerais que é de 10,72% (TSE, s.d.). Tais dados mostram que há um grande interesse da população oliveirense pela política. Podemos dizer que a política na vida do oliveirense é “quase o ar que ele respira”, o principal assunto das rodas de conversa, também da efetivação de laços de amizade de acordo com afinidades partidárias circunstanciais e segregação de amizades sólidas fora desse contexto, como aponta a oliveirense:

Agem no interesse. Acho que a política de Senhora de Oliveira passa a ser fanatismo. Eles brigam com tudo e com todos por causa da política. Detesto ano eleitoral em Senhora de Oliveira! Na verdade eu tenho até medo. Medo da violência. Acho muito perigoso, pois tudo é motivo de briga. No período eleitoral é pior, mas em Senhora de Oliveira os 365 dias do ano eu vejo só política. Vejo a política em todos os lugares, como exemplo, na família, na diversão. Em todos os lugares que eu frequento em Senhora de Oliveira sempre tem um comentário político. Às vezes é porque lá em casa somos políticos também (M.L., 2014)⁵.

A participação do oliveirense nas campanhas propagandísticas e com seu voto vão além da eleição para prefeito ou vereador, pois são observadas também nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Centro de Referência da Assistência Social (CRASS), do Conselho Tutelar ou para o cargo de direção das escolas públicas. Há sempre uma razão para que se faça política partidária. Outro fato, é que em Senhora de Oliveira as pessoas deduzem a predileção partidária ou de candidato de cada membro da comunidade. Os critérios de dedução são a herança partidária familiar ou opção partidária do cônjuge e filhos.

Quanto à consciência política, trata-se de algo a ser construído na comunidade, na mentalidade de seu povo. Os eleitores oliveirenses estão relativamente próximos aos governantes locais, com acesso à sua residência, seus familiares e círculos de amizade, o que contribui para uma constante politicagem. Essa politicagem na política oliveirense é notória, como diz a entrevistada G.F. (2014)⁶, ao estabelecer suas respectivas diferenciações.

⁵ M.L. Entrevista concedida à autora em 21 fev. 2014.

⁶ G.F. Entrevista concedida à autora em 21 fev. 2014.

Em Senhora de Oliveira não se trata de política e sim politicagem. Precisamos de política, só que o povo ainda não entendeu o significado do termo política. Eu, particularmente fico indignada com essa tal política daqui, porque só agem em benefício próprio. Acho que a política é união para o bem comum, indiferente de A ou B. Política é o bem comunitário e a politicagem é beneficiar pessoas do mesmo partido, prejudicando muitas vezes a própria comunidade, não se importando com o bem comum.

Em suma, a política oliveirense está no cotidiano das pessoas, nas ações, nos costumes e no modo de pensar. Ou seja, qualquer que seja a atividade a ser desenvolvida no município, há grandes chances de que esta venha a sofrer o efeito da cultura político-partidária, até nas festas.

2 – As tradições de um povo

a) Festas

Em Senhora de Oliveira, as festas se constituem uma tradição que perpassa as gerações e que adquirem um caráter de prioridade diante de uma demanda por novidades e entretenimento. Há o constante pensamento de aproveitar a vida até quando for possível ou enquanto houver saúde e possibilidades para dançar, cantar, brincar e se divertir.

As festas oliveirenses se constituem pelos festejos de caráter sacro, os profanos e os que mesclam o sacro com o profano. Os rituais religiosos também possuem o sentido de festa, pois uma reza (oração que reúne várias pessoas) é considerada uma festa, tal como uma procissão. Outros momentos se caracterizam festas locais, como os bingos, os leilões, as rifas, os bolões de jogos, as apostas e os finais de campeonato de futebol.

b) Comida

Sempre presente nas festas está a comida e os hábitos alimentares do oliveirense, uma tradição cultural que não está presente somente nos pratos típicos, mas também nas formas de se pensar. Em Senhora de Oliveira, o “comer bem” não se associa ao consumo de alimentos saudáveis, mas à ingestão de refeições saborosas que fazem parte de um cardápio valorizado no local, como um prato preparado à base de muita gordura de porco e bem temperado ou doces feitos à base de muito açúcar e ovos. Isso difere do que é

valorizado em outras regiões ou do que é recomendado pelos nutricionistas. Outra curiosidade é o preconceito com o regime alimentício, pois para o oliveirense, quem toma chá ou come pouco está doente ou pagando promessa e essa é uma questão cultural. Estar gordo é uma vantagem, pois é associado à saúde, beleza, que a pessoa está forte, com a pele esticada e sem rugas, ou que também pode demonstrar uma condição financeira favorável. Ao contrário, a magreza evidencia que a pessoa não está se alimentando bem, pode estar passando fome, sem apetite, estar doente ou sofrendo muito.

A alimentação equilibrada também não é valorizada e tampouco é associada à prática de esportes, como o futebol, para o bem estar do corpo, pois como veremos, o futebol é uma questão social.

c) Futebol

Senhora de Oliveira tem no futebol de várzea, praticado por jogadores amadores, a produção de fatos sociais importantes que se refletem na afirmação de identidades. Atualmente, o município possui 14 times que vão além da prática esportiva, pois auxiliam no combate aos vícios como drogas e álcool. Também evitam a violência, promovem a união e o sentimento de fraternidade. O futebol, para o oliveirense, é entretenimento e articula a movimentação local. Trata-se de uma prática que perpassa as gerações, como também acontece no gosto pela música.

d) Música

A música, no contexto das tradições culturais, está no sentimento dos oliveirenses, nos momentos mais consideráveis do dia a dia local: nas missas, procissões e marchas fúnebres; nos informes do alto falante paroquial, nas manifestações do congado, bailes de forró, festas, rodas de viola, de calango⁷ e na rádio comunitária.

Os gêneros musicais favoritos dos oliveirenses são o caipira ou sertanejo de raiz e o sertanejo mais moderno. Também o forró tradicional que é normalmente acompanhado por uma sanfona e um violão, cuja dança possui a peculiaridade dos “dois passos pra lá e dois pra cá”, no estilo “arrasta-pé”

⁷ O calango é uma espécie de repente que combina frases improvisadas, com rimas, paródias e desafios específicos da região da Zona da Mata Mineira, o qual é instrumentalizado por uma sanfona ou acordeom e uma viola.

que levanta a “poeira do chão”, como diz A.M.V. (2014)⁸: “Eu gosto de forró porque só penso em dançar e gosto de sertanejo mais para ouvir porque traz sentimentos do passado na maioria das músicas”. Nos bailes de forró, sempre muito apreciados pelos moradores de Senhora de Oliveira, a pinga está sempre presente e em tantos outros eventos e momentos do cotidiano local.

e) Pinga

No município, existem alambiques rudimentares que fabricam cachaça artesanal para o consumo interno e da região. Essa cachaça é identificada pelo nome do produtor e a discriminação da característica do produto como sendo cachaça pura (branca) ou curtida (amarela) em tonel de madeira ou que possua a aquisição de alguma essência, fruta etc. A cachaça, na esfera social de Senhora de Oliveira, está relacionada à cientificação da vida cotidiana, que é uma tendência oriunda do impacto da ciência na vida social da atualidade como padrão do que é melhor e verdadeiro. Podemos exemplificar com as tentativas de desconstrução gastronômica que alteram quimicamente a cachaça líquida em gelatinas, biscoitos, sorvetes e outros alimentos que mantém o paladar original. Esse emprego científico, na gastronomia molecular, compreende os processos químicos e físicos que ocorrem na produção da cachaça e suas decorrentes modificações, como no caso da medicalização no consumo da bebida coligado ao discurso nutricional para abrir o apetite e ao discurso médico para curar resfriados (BARBOSA, 2009, p. 20-28).

A rotina estabelecida no consumo da cachaça, seja para festejar algo, para trazer alegria, esquentar o corpo ou qualquer outra razão é observada como algo comum em Senhora de Oliveira e por isso há muitos casos de alcoolismo entre homens e mulheres. Os casos de consumo exagerado e sem controle são recriminados pela própria comunidade, porém, sem a percepção de que o problema está no costume local que é aprendido desde os primeiros anos de idade, assim como são ensinadas e aprendidas as crenças locais.

3 – Crença, uma questão de fé

Em Senhora de Oliveira, as superstições se apresentam de diversas formas como o cultivo de plantas como Arruda, Comigo Ninguém Pode ou

⁸ A.M.V. Entrevista concedida à autora em 27 fev. 2014.

Espada de São Jorge para espantar o mau olhado ou o ato de expor na porteira das fazendas o esqueleto da cabeça de um boi com chifres para afastar os maus espíritos. Também se acredita que não se pode cortar o cabelo, fazer a barba, lavar cabeça ou varrer a casa na Sexta-feira da Paixão, sob o pensamento de que isso não traz coisas boas para a vida da pessoa. Os ramos usados na Procissão de Domingo de Ramos, que acontece durante a Semana Santa, ao serem queimados no fogo, viram amuletos contra tempestades e trovões.

No que tange às devoções, essas são explanadas nas procissões, nos jejuns, nas promessas aos santos e no louvor à Santa Cruz, que é o ato de se afixar uma cruz decorada com papel crepom ou outro papel decorativo na porta de entrada das residências. Podem ser observadas outras manifestações de fé como a prática da benzeção, que pleiteia a cura do corpo ou do espírito nos casos considerados simples ou até aqueles que a medicina não encontra solução, pois “por meio da fé é possível a cura somática (do corpo, do físico) e a espiritual (L.M.S., 2014)⁹”. Essas curas se referem principalmente aos males espirituais, como os descritos no Inventário de Proteção Cultural de Senhora de Oliveira (2009, ficha 129).

a noção de cura dos benzedeiros está associada a uma concepção própria de doença. ‘Cobreiro’ é como chamam irritações e feridas que se manifestam na pele – frequentemente referente a herpes. ‘Espinhela caída’ são imperfeições na posição dos membros ou postura. ‘Erisipela’ se refere a inchaços na pele e infecções cutâneas cujo termo médico é o mesmo. ‘Mau-olhado’ é uma doença de fundo espiritual, colocada por um terceiro. ‘Sol na cabeça’ é uma dor de cabeça constante ou enxaqueca, entre outras.

A prática das benzedeadas está inserida em um cenário cultural cheio de crenças e muita fé. Fé na igreja, em Deus e em Nossa Senhora. Fé capaz de curar pelas mais diversificadas metodologias, pois tanto os utensílios utilizados durante as práticas, quanto as orações realizadas durante o processo, alteram para cada benzedeadora. Em suma, dizemos que esta é uma fé construída, ensinada às crianças pelos pais. Uma fé que encampa a herança católica do respeito, da confiança e da devoção; que ajunta superstições e práticas

⁹ L.M.S. Entrevista concedida à autora em 27 jan. 2014.

caracterizadas pelo sincretismo. Está presente nos âmbitos da tradição local e perdura ao longo dos anos por meio de uma comunicação informal, baseada em atos, conversas e também pela rádio comunitária Boa Nova FM.

4 – Rádio Comunitária Boa Nova FM nas articulações oliveirenses

A Rádio Comunitária Boa Nova FM nasceu de uma iniciativa da Associação Comunitária da Comunidade rural de Aranhas. O ano de 2009 marcou suas atividades em caráter experimental. No ano seguinte (2010), a emissora obteve a licença provisória concedida pelo Ministério das Comunicações e, em 2011, a licença temporária No 000017/2011-MG válida até 1º de março de 2021.

A Boa Nova FM conta com quatro locutores amadores voluntários, membros da comunidade oliveirense que administram de forma improvisada cinco programas ao vivo (Canta Viola, Tarde Sertaneja, De coração pra coração, Manhã Sertaneja e Conexão Gospel), que se baseiam nas categorias de entretenimento, informação, aspectos da cultura local, apoio cultural e participação do ouvinte, conforme observação participante que compreendeu o período entre os dias 06 e 28 de março do ano de 2014.

Na categoria de entretenimento, estão as músicas, as piadas, os casos, os resumos de novela e o horóscopo. As músicas que se destacam são as do estilo sertanejo, seguidas das religiosas e das composições de cantores locais ou regionais. As piadas quase sempre refletem o cotidiano local, assim como os casos que envolvem moradores da comunidade.

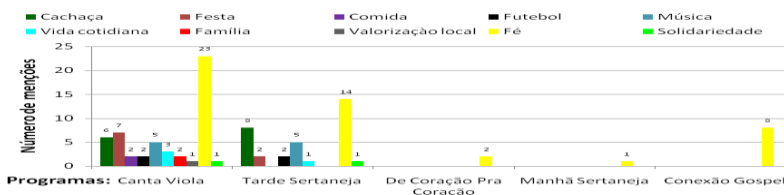
As informações consistem em notícias diversas, incluindo as locais; notas de utilidade pública de caráter local; notas de falecimento de oliveirenses; hora certa; perdas e extravios de objetos, pessoas e animais; além do clima e da temperatura local.

A participação condiz a todo tipo de estímulo à interação entre o ouvinte, o locutor e a emissora de rádio, como o contato direto do ouvinte, o estabelecimento da relação de proximidade com o mesmo, as menções verbais aos ouvintes e as promoções dos programas. Já os apoios culturais – embora a maioria deles seja gravado previamente, durante a programação – são falados ao vivo e seguem o critério do improviso numa variação de tempo indeterminada para a apresentação. O interessante desses apoios é que muitos trazem nomes de membros da comunidade, recados e comentários

personais, já que a maioria dos textos é sugerida pelos próprios locutores e isso contribui para uma relação de proximidade entre ouvinte, locutor, emissora e estabelecimento comercial.

Na categoria aspectos da cultura local, conteúdos que representam os valores, as crenças e as tradições dos moradores de Senhora de Oliveira foram observados, durante a programação, como mostra o gráfico 01.

Gráfico 1 – Aspectos da cultura oliveirense nas locuções da programação da Boa Nova FM



Fonte: Dados da autora

Podemos notar a presença da fé em todos os programas, sobretudo nas expressões verbais dos locutores que enfatizam suas crenças. O gosto pela cachaça também se mostra em destaque nas piadas, nos comentários e nas músicas e isso mostra o incentivo ao consumo da bebida. A vida cotidiana é bastante lembrada pelos apresentadores nas menções às atividades diárias realizadas no município. O mesmo acontece com as músicas ofertadas e também as solicitadas que expressam a predileção local. As festas locais surgem nos comentários dos acontecimentos. A política, embora não conste no gráfico 01, foi observada na programação fora do período dessa análise em específico, sobretudo, durante o período de campanha política para eleição da administração local, entre os dias de 21 de agosto e 04 de outubro do ano de 2012. Ela também aparece nos comentários dos locutores e em suas atitudes. A exposição das predileções político partidárias, por parte dos locutores, dentro e fora da programação, acarretou em inúmeros conflitos, em uma imagem negativa que foi associada com a imagem da emissora comunitária, além do descrédito com algumas de suas informações. Quanto à solidariedade, essa foi manifestada entre os locutores, seja na cobertura da programação (quando um colega de trabalho não podia estar presente) ou na disponibilização de estratégias promocionais de sorteio de brindes a outros

programas que não dispunham naquele momento. Também no critério utilizado para seleção de um ganhador de sorteio que recapitula quem já ganhou e quem ainda não foi contemplado com algum brinde. Solidariedade a cada garrafa de café trazida por um vizinho do estúdio aos comunicadores ou a cada ligação recebida na emissora que demonstrava o compadecimento do ouvinte com determinada situação difícil enfrentada pela emissora, pelo locutor ou por outros ouvintes.

Sobre a recepção da programação da rádio Boa Nova, verificamos o alcance sonoro das transmissões da rádio Boa Nova no intuito de identificar até onde ia sua sintonia dentro do município de Senhora de Oliveira. Para tanto, foi necessário listar a localização de origem dos telefonemas feitos pelos ouvintes durante os programas da emissora (*in loco*) e posteriormente nos direcionamos aos diversos pontos geográficos do município, onde há povoamentos, para conferir a existência de sintonia nos aparelhos de rádio das residências.

Constatou-se que em toda a área urbana onde vivem 3.256 habitantes (CIDADES@, 2014) há sintonia da Boa Nova, mas o mesmo não acontece na área rural, composta por 2427 habitantes (CIDADES@, 2014). Por meio das informações obtidas pelos agentes de saúde (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SENHORA DE OLIVEIRA)¹⁰ que atendem as comunidades rurais, apuramos o número de famílias e o total aproximado de habitantes por povoado, o que contribuiu para que conhecêssemos o número aproximado de ouvintes em cada localidade do município. Podemos notar que a programação ao vivo não é ouvida por todo o município pois, por motivos de abrangência sonora, grande parte dos moradores da área rural fica excluída dessa comunicação, como mostra a Figura 2¹¹. Verificamos que para os moradores da área urbana do município há facilidade na obtenção de informações locais e entretenimento, mas para os habitantes da área rural a falta de sintonia de

¹⁰ Entrevista concedida à autora em 04 fev. 2014. Esses agentes de saúde fizeram um mapeamento populacional das comunidades rurais do município de Senhora de Oliveira que não foi baseado em dados do IBGE, mas na constatação prática e diária de suas atividades *in loco*.

¹¹ Nesse caso, as comunidades rurais de Prudentes, Graminha e Córrego da Bárbara não possuem acesso à transmissão da emissora comunitária. Estima-se que, do total de habitantes da área rural (2427), aproximadamente 1094 oliveirenses não conseguem sintonizar a rádio local e, por essa razão, somente 1333 ouvintes distribuídos em 550 famílias possuem a sintonia da Boa Nova em suas residências

rádio evidencia a carência de meios de comunicação que permitam o acesso a informações em tempo real do que acontece em Senhora de Oliveira e na região. Para aqueles que possuem a sintonia na área rural, a rádio proporciona a distração, a alegria e a companhia para quem está a quilômetros de distância da movimentação urbana e das possibilidades que também lá são disponibilizadas, como as festas, os bingos, os botecos e os jogos de futebol, tão contemplados pelos oliveirenses.

Figura 2 – Mapa de abrangência sonora da rádio comunitária Boa Nova FM, em Senhora de Oliveira, MG



Fonte: Dados da pesquisa

Um morador da área rural que não possui a sintonia da rádio Boa Nova nos relata seu sentimento em relação à falta de acesso a comunicação radiofônica do município: “A gente precisa saber. A gente não sabe o que acontece na cidade. A gente ouve falar que a rádio é boa. O lugar que ela pega, pega com som limpo. Nem celular pega aqui. A gente fica sem comunicação (Não ouvinte A, 2014)¹²”.

À guisa de conclusão

Senhora de Oliveira apresenta um cenário que se distingue em dois ambientes: o urbano e o rural. No entanto, trata-se de uma comunidade que se fundamenta em uma cultura conservadora baseada em valores, tradições e crenças peculiares que conduzem as relações interpessoais e todas as

¹² Aposentado, 73 anos de idade, morador da área rural de Senhora de Oliveira, MG. Entrevista concedida à autora em 25 jun. 2014.

atividades locais. Esse conservadorismo suscita que o município de Senhora de Oliveira esteja em uma posição ultrapassada, longe da realidade dos grandes centros, o que pode limitar os moradores a novas formas de pensar e agir. No que diz respeito à rádio comunitária Boa Nova FM de Senhora de Oliveira-MG, observamos que ela articula de forma simples a informação e a cultura local em suas práticas, pois a seleção do conteúdo a ser disponibilizado na programação fica a critério dos locutores que não possuem orientação sobre a proposta comunicacional (disseminar educação, cultura e informação local etc.) de uma rádio comunitária. No entanto, há compatibilidade entre o que a rádio transmite e o interesse dos ouvintes.

Percebemos que os locutores da Rádio Boa Nova FM, pelo fato de serem membros da comunidade oliveirense e de fazerem parte da cultura local, se preocupam com o bem estar da população, com o atendimento às necessidades locais e se apropriam desse conhecimento para estreitarem relações com o público ouvinte, contribuindo com a articulação comunitária. No entanto, em alguns momentos, abordam de forma inconsciente aspectos negativos da cultura local como sendo algo natural, a exemplo do consumo da cachaça no contexto cotidiano ou da política partidária em suas práticas que estimula as ações e pensamentos conflituosos.

A Boa Nova cumpre papel de comunicação na comunidade ao retratar aspectos da realidade local, embora com pouco espaço para divulgação – nota-se na programação, que há muita reprodução da mídia convencional.

No entanto, isso não compromete a relação de proximidade, nem a identidade local, tampouco a credibilidade. O envolvimento político-partidário dos comunicadores durante as transmissões e fora delas explica a falta de credibilidade da rádio em alguns aspectos. Essa constatação se dá em decorrência das épocas pré-eleitorais, quando a rádio se mostrou comprometida com determinados segmentos político-partidários, o que ocasionou uma perda de autonomia da emissora e comprometeu sua função comunitária e a liberdade de expressão, contribuindo com essa situação.

Fica claro o isolamento comunicacional em que vivem muitos moradores de Senhora que, onde não há sinal nem de celular, dependem da informação provinda da rádio comunitária Boa Nova FM, um meio de comunicação recente nesse contexto conservador, que surge como uma alternativa de ampliação da comunicação local. Mesmo assim, parte do

município, em área rural, ainda não possui a sintonia da mesma, o que mostra a demanda por políticas públicas que revejam a necessidade de maior abrangência sonora para rádios comunitárias como a de Senhora de Oliveira.

Referências

BARBOSA, L. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M.L., PACHECO, J.K. (Orgs.). **Juventude, consumo & educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/17BX7>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CIDADES@. Censo Demográfico - IBGE, 2014. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=316600&idtema=16&search=minas-gerais|senhora-de-oliveira|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 09 set.2014.

DEPARTAMENTO Municipal de Educação. **Conhecendo e construindo a sua história**. Senhora de Oliveira: Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira, 2007.

GÓMEZ, A. I. P. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

INVENTÁRIO de Proteção ao Acervo Cultural de Senhora de Oliveira. Arquivo Impresso da Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira, 2009.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Conceitos de Comunidade, Local e Região: inter-relações e diferença. **Líbero**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v.12, n.24, 2009. p. 139-152.

QUESADA, G. M. **Comunicação e comunidade: Mitos da mudança social**. São Paulo: Loyola, 1980.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo: USP, 2012.

TSE. **Filiados**. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ok0SMV>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

TSE. **Eleitores por município/região**. Disponível em: <<https://bit.ly/3xWfXNG>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

Capítulo 14 – Mídia-educação nas ONGs brasileiras: cidadania e empoderamento*

Mônica Pegurer Caprino

Introdução

A primeira definição de mídia-educação foi apresentada na França pelo Conselho Internacional do Cinema e da Televisão (CLCT) em junho de 1973 e, segundo Fantin (2006, p. 75), referia-se ao “estudo, ensino e aprendizagem dos modernos meios de comunicação como disciplina autônoma no âmbito da teoria e prática pedagógica”. Posteriormente, a definição ampliou-se, incluiu o uso criativo da comunicação e passou a considerar que as “mídias” não eram somente os meios de comunicação e seus produtos mas também os processos culturais e sociais envolvidos nas atividades comunicativas de todo o tipo. Além de “ensinar” os sujeitos a “ler e escrever” criticamente com os meios de comunicação, a mídia-educação também discute temas como igualdade, direitos de acesso à comunicação, participação e cidadania.

No Hemisfério Norte, as atividades relacionadas à mídia-educação se desenvolvem sobretudo no âmbito da educação formal. Muitos países da Europa, por exemplo, têm políticas públicas relacionadas ao tema e a chamada “educação midiática” é obrigatória em currículos escolares já há muitos anos, além de haver organismos específicos que cuidam do assunto, geralmente subordinados aos Ministérios de Educação (HART; SUSS, 2002; MIJN KIND ONLINE /KENNISNET, 2013). O tema é normalmente introduzido desde a educação básica (como uma disciplina específica ou transversal) e inclui todas as dimensões, inclusive a produção de conteúdos. No contexto da América Latina, a mídia-educação ainda aparece de maneira esporádica em políticas de estado ou nos currículos obrigatórios da educação formal. O histórico das iniciativas relacionadas com a educação midiática no Brasil e na América Latina mostra que o tema sempre esteve mais afeito ao trabalho das organizações não governamentais, conforme destaca Soares (2014), ou à

* Este artigo é parte da pesquisa, realizada entre 2015 e 2016, como pós-doutorado financiado por bolsa PNPd/Capes, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dr^a Cílicia M. K. Peruzzo.

ação de núcleos acadêmicos de Universidades, no campo da Educação ou da Comunicação. Ao traçar histórico da “educação em meios” na região, Aguaded-Gómez (1995) ressaltou justamente a importância dos grupos e lideranças comunitárias que atuam nos “âmbitos populares”, com um amplo conjunto de experiências, cujos destinatários geralmente são crianças e jovens. Além disso, na América Latina, os programas de educação para a comunicação também se constituíram em uma forma de luta frente aos regimes ditatoriais vigentes em vários países no século XX. Tiveram, assim, um papel estratégico e de resistência, uma vez que se desenvolviam à margem dos sistemas educativos oficiais.

Diante desse panorama, pareceu-nos de fundamental importância estudar as práticas mídia-educativas desenvolvidas no Brasil fora do sistema escolar. Apesar de inúmeros relatos de experiências já terem sido escritos e apresentados em diversos encontros e congressos, é difícil observar alguma referência bibliográfica que forneça um panorama mais amplo do tema. Na tentativa de traçar um cenário geral dos projetos de mídia-educação no âmbito da sociedade civil (Organizações Não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIPs, fundações etc.), propôs-se esta pesquisa, que foi realizada de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016¹.

Também se buscou verificar se as atividades de educação midiática realizadas pelas ONGs estavam relacionadas com a produção de comunicação comunitária. Peruzzo (2009) enfatiza a importância dos processos mídia-educativos para a comunicação comunitária, afirmando que hoje as pessoas operam sistemas de comunicação comunitários mesmo sem formação específica e que “o exercício das atividades de comunicação comunitária poderia ser melhorado se houvesse a possibilidade de formação específica para tal fim” (PERUZZO, 2009, p. 39).

1 – Percursos da pesquisa

A primeira tarefa desenvolvida para esta pesquisa foi a identificação de projetos de educação midiática realizados no Brasil por organizações de

¹ O estudo teve como objetivos descrever e comparar as principais características desses projetos mídia-educativos, além de verificar se estão direcionados aos aspectos de empoderamento da cidadania e colaboram com o objetivo de transformar os cidadãos em sujeitos dos processos de comunicação, conforme indicava a revisão bibliográfica.

âmbito civil sem fins lucrativos. Colocou-se como parâmetro o fato de serem realizados por organizações constituídas, como Associações, Fundações, ONGs ou OSCIPs.

Foi realizada uma busca direta na internet por meio de várias palavras-chave relacionadas ao tema e feito um rastreamento em sites pertinentes, como os da ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Onda Cidadã (Mapeamento da Mídia Alternativa), AMARC – Associação de Rádios Comunitárias, entre outros. Também se realizou uma busca em anais dos últimos cinco anos de vários congressos brasileiros ou ibero-americanos relacionados à Comunicação com o objetivo de encontrar trabalhos que descrevessem experiências que se enquadrassem nos critérios estabelecidos. Também foram examinadas dissertações e teses catalogadas pela ABPEducom, que reúne pesquisas sobre a inter-relação Comunicação/Educação.

Foram identificadas inicialmente 129 entidades, ONGs e/ou instituições da sociedade civil que trabalhavam com a interface comunicação e educação e que foram catalogadas em uma base de dados que identificava algumas características básicas como: localização, data de início de atividades, objetivos, e papel da interface comunicação e educação para a ONG.

Os procedimentos seguiram um segundo nível de análise em que foram identificados e analisados os projetos realizados em cada uma dessas ONGs, chegando-se ao número inicial de 302 projetos mídia-educativos. Ao se confrontar a informação obtida com os parâmetros requeridos, foram validados para a amostra final 240 projetos de mídia-educação, realizados por 107 organizações. Em algumas categorias, a pesquisa tomou como unidade de análise a ONG; em outras, os projetos, conforme se observará nos resultados.

O terceiro nível de análise foi qualitativo, em que se contrastou a informação quantitativa encontrada. Foi realizada a codificação de objetivos conforme as palavras-chave dos projetos, por meio da análise de conteúdo de suas páginas-web e documentos. Também foram enviados questionários às 107 entidades selecionadas solicitando confirmação de dados descritivos e comentários sobre aspectos fundamentais para a pesquisa, como o empoderamento cidadão. O questionário, enviado de forma on-line, foi respondido por 22 organizações no prazo estabelecido. O que se pôde perceber é que o panorama estudado é altamente fluido. Sites inicialmente

consultados desapareceram durante o ano de 2015; entidades já não desenvolviam determinado projeto encontrado etc.

A partir da revisão bibliográfica sobre o tema, foram estabelecidas as categorias de análise em cada projeto/instituição:

- Dimensões da mídia-educação: acesso/uso, compreensão crítica, e produção de conteúdos.
- Atores envolvidos: destinatários, profissionais envolvidos, apoiadores e patrocinadores.
- Meios e processos de comunicação enfatizados: impressos; meios audiovisuais; TIC (internet, web designer, aplicativos e outros); meios digitais (websites, blogs, mídias móveis e outros); monitoramento e seguimento da mídia (inclui produção de pautas e notícias alternativas, formação de jornalistas etc.).
- Comunicação comunitária: relação com a produção de veículos permanentes de comunicação e atores implicados.
- Empoderamento: ênfase na defesa de direitos do cidadão; ao protagonismo dos sujeitos, potencial de empoderamento por meio das atividades mídia-educativas.

2 – Caminhos da reflexão

Para a melhor compreensão das análises realizadas pela pesquisa, é importante revisitar alguns conceitos. Partimos, inicialmente, das definições internacionais de media literacy (letramento midiático ou alfabetização midiática) e media education (educação midiática ou mídia-educação, usados aqui como sinônimos). O conceito de media literacy toma por base a definição que foi redigida em 1992, durante a National Leadership Conference on Media Literacy: é “a capacidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar mensagens em uma variedade de formas” (AUFDERHEIDE, 1992). É um conceito amplo, que adquire ao longo do tempo variadas interpretações, mas que sempre inclui não somente as dimensões de conhecimento técnico mas também a compreensão crítica e a produção de conteúdos.

Em 2011, a Unesco sugeriu a nomenclatura que passou a ser adotada desde então pelo organismo internacional: Media and Information Literacy, que em documentos editados no Brasil foi traduzida como Alfabetização Midiática e Informacional – AMI. Segundo a Unesco (2012);

AMI é definida como uma combinação de conhecimentos, atitudes, habilidades e práticas necessárias para acessar, analisar, avaliar, usar, produzir e divulgar informações e conhecimento de forma criativa, legal e ética, que respeite os direitos humanos. Indivíduos alfabetizados midiática e informacionalmente podem usar diversas mídias, fontes de informação e canais em sua vida privada, profissional e pública. Eles sabem quando e qual informação precisam e para quê, onde e como obtê-la. Eles entendem quem criou essa informação e por que, assim como os papéis, responsabilidades e funções dos meios de comunicação, fornecedores de informação e instituições responsáveis pela memória histórica.

Vale, ainda, fazer a diferenciação entre os termos *media literacy* e *media education*, que algumas vezes são utilizados como sinônimos. Segundo David Buckingham et al. (2015), *media education* é o processo de ensino-aprendizagem sobre os meios de comunicação e *media literacy* é o resultado desse processo, ou seja, quando se tem o conhecimento e as habilidades para a “leitura” e “escrita” midiática, se é que se pode chamar assim.

No Brasil, o termo mídia-educação, grafado com hífen, difundiu-se entre vários grupos que estudam o assunto e que geralmente relacionam seus trabalhos a autores como os britânicos David Buckingham e Sonia Livingstone e o italiano Pier Cesare Rivoltella.

Um ponto importante a tomar do conceito de alfabetização midiática construído no âmbito internacional são seus componentes, também chamados de enfoques ou dimensões. Buckingham et al. (2005) estabelecem três dimensões a partir do conceito definido pelo Ofcom (2004), segundo o qual a alfabetização midiática é a habilidade para acessar, compreender e criar comunicação em uma variedade de contextos. Assim, se tomam aqui como dimensões: acesso; compreensão crítica e produção de conteúdos. É importante dizer que cada componente dá suporte aos demais, em um processo dinâmico. Aprender a criar conteúdos ajuda alguém a analisar os conteúdos produzidos profissionalmente por outros; habilidades para analisar e avaliar abrem as portas para novos usos da internet e expandem o acesso, como destaca Livingstone (2004).

O empoderamento e a participação ativa dos cidadãos nos processos comunicacionais, um dos principais aspectos a ser investigados neste trabalho, também são temas mencionados há muito tempo nos documentos da

Unesco sobre mídia-educação. A educação midiática trataria justamente de “empoderar” as pessoas para serem pensadores críticos e produtores criativos “de uma gama cada vez maior de mensagens com imagens, som e linguagem” (CARLSSON et al., 2008, p. 21). Outro aspecto importante a se considerar relacionado a esta temática é a estreita ligação que se pode estabelecer entre mídia-educação e comunicação comunitária. A comunicação comunitária é entendida aqui como “aquela desenvolvida de forma democrática por grupos subalternos em comunidades, bairros, espaços on-line, por exemplo, segundo seus interesses, necessidades e capacidades. É feita pela e para a comunidade” (Peruzzo, 2008, p. 2).

3 – Resultados de primeiro nível: descritivos

Observou-se que as 107 organizações não governamentais estudadas em detalhe estavam distribuídas em todo o Brasil, mas não de maneira equitativa: 63 (58,9%) eram entidades localizadas no Sudeste, enquanto que 27 (25,2%) estavam no Nordeste, sendo o restante distribuído em diferentes estados.

Analisadas as 240 iniciativas de educação midiática, verificou-se que eram oficinas e cursos oferecidos que pretendiam capacitar para o uso das ferramentas e meios de comunicação ou para proporcionar recursos para a leitura crítica a mídia. Também se caracterizavam como seminários, debates, sessões de cinema com debates, no caso de organizações que se dedicavam à alfabetização cinematográfica (*film literacy*). Os 240 projetos de mídia-educação identificados puderam claramente ser divididos em dois tipos, segundo a análise de seus objetivos: aqueles que tinham a Comunicação e sua apropriação como principal objetivo e aqueles que utilizavam a Comunicação como instrumento de reivindicação de direitos ou divulgação da própria entidade.

Por um lado, 43 organizações (40,2% do total) tinham a comunicação como meta principal, e seus objetivos eram “dar voz” aos destinatários e democratizar o uso da comunicação. Em geral, como se verá mais adiante, trabalhavam com um perfil de público normalmente excluído não só dos meios de comunicação tradicionais como também dos processos de produção de conteúdo (sem-teto, populações em risco de exclusão social, habitantes de comunidades populares ou favelas etc.).

Por outro lado, 64 organizações (59,8%) tinham entre seus objetivos abordar os temas sociais e a reivindicar direitos, como os direitos humanos e os direitos da infância. Também se referem ao objetivo mais genérico de promover a democracia participativa e o fortalecimento da cidadania, ética e valores. Como estas organizações pretendem difundir temas invisíveis aos meios de comunicação, fazem propostas de comunicação alternativa, formação de jornalistas e produção de sugestões de pautas para a mídia. A apropriação dos meios e processos de comunicação é direcionada, muitas vezes, para a criação de meios de divulgação das temáticas pertinentes à ONG ou para divulgar a própria entidade.

O contexto social em que aconteciam os projetos estudados foi definido não só pelo local em se encontravam como também pelos destinatários das atividades desenvolvidas. Pelo menos 25,4% dos projetos aconteciam em periferias de grandes cidades, comunidades populares, favelas ou comunidades rurais. Um exemplo é o projeto *Do chão da Maré às Nuvens*, do Observatório de Favelas (Rio de Janeiro) que trabalhava com mídias digitais, foto, vídeo, internet e redes sociais junto a adolescentes moradores da favela da Maré. Se cruzamos estes dados dos locais com o perfil de destinatários, especificamos suas características: no geral, 102 projetos (42,5%) se relacionavam de alguma forma a populações em risco de exclusão ou marginalizados: moradores de rua, de baixa renda, indígenas, comunidades negras. Podemos mencionar projetos como os levados a cabo pela ONG Thydewá da Bahia; o Instituto Mídia Étnica; Mulher, Mídia Bahia ou o já bastante conhecido *Projeto Boca de Rua*, da ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação, no qual moradores de rua participam da elaboração e da venda de um jornal.

Quanto à faixa etária, a metade dos projetos (120) eram dirigidos a crianças e jovens. Pelo menos quatro trabalhavam com jovens cumprindo medidas socioeducativas. A ONG Ação Educativa (SP), por exemplo, destinava oficinas de fotografia a 1.200 adolescentes que cumpriam esse tipo de medida em regime de internação, por meio de seu programa Arte na Casa. Somente quatro projetos se destinavam explicitamente a idosos: Jornal Almanaque (ALICE), Oldnet (Associação Cidade Aprendiz); Oficinas Imagem Digital, da ONG Imaginário Digital e Rede Conhecimentos Livres, da ONG Moradia e cidadania.

É interessante mencionar que 22 projetos (9,2%) tinham como destinatários jornalistas ou profissionais de comunicação, ocupando-se de sua formação quanto a temas que são parte dos objetivos dessas ONGs. Podem ser mencionados projetos como: *Monitoramento da mídia e Formação de Jornalistas*, da Agência de Notícias da Infância Matraca (Maranhão); *Saideira – Encontros Periódicos sobre Comunicação*, da ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Rio Grande do Sul); *Monitoramento de mídia*, da Central de Notícias dos Direitos da Infância e do Adolescente – Ciranda (Paraná); *Formação comunicadores*, do Instituto Mídia Étnica (Bahia); *Central de Notícias da Infância*, da Oficina de Imagens – Comunicação e Educação (Minas Gerais).

É interessante notar que há também uma mescla de atores de vários âmbitos: organizações não-governamentais são muitas vezes apoiadas por grandes empresas e seus institutos (Oi Futuro, Fundação Camargo Correa, Instituto Itáu Cultural etc.). Mais de uma entidade se une para fomentar um determinado projeto e algumas vezes também há algum tipo de associação ou apoio ao poder público. Dessa forma, é bastante complexo entender e descrever as redes de atores envolvidos e suas inter-relações.

Notou-se que os projetos normalmente privilegiam em seu trabalho algum meio ou processo de comunicação, ainda que possam trabalhar simultaneamente em várias frentes.

Dos 240 projetos analisados, 147 tinham relação com os meios audiovisuais, geralmente incluindo oficinas de capacitação para a produção de conteúdos. É interessante notar que o privilégio do audiovisual não significa, porém, que os impressos foram abandonados: 41 projetos incluíam algum tipo de atividade mídia-educativa relacionada com meios impressos (jornais, revistas ou boletins), ainda que em paralelo com outras mídias. Somente 13 projetos elegiam exclusivamente o trabalho com meios impressos.

Dos 240 projetos analisados, 63 explicitavam como prioridade as TIC (sozinhas ou combinadas com outras mídias) e outros 42 (17,5%) incluíam as mídias digitais, o que pode ser considerado ainda um número baixo para o momento atual. Vale dizer, entretanto, que mesmo não explicitando como prioridade as mídias digitais ou as TIC, boa parte dos demais projetos faz uso dessas tecnologias como recurso de produção ou para a divulgação dos conteúdos produzidos.

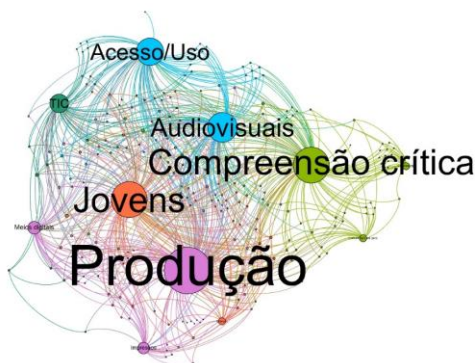
Ao se observar outra categoria de análise, as dimensões da alfabetização midiática, pode-se verificar que prevalece, na amostra estudada, a produção de conteúdos e mensagens comunicacionais. Dos 240 projetos analisados, 157 estavam alinhados com este âmbito (combinado ou não com os demais). Eram em geral oficinas e cursos, que pretendiam capacitar para o uso das ferramentas e meios de comunicação, principalmente audiovisuais (vídeo e do rádio), como já foi mencionado.

A ONG Thidewá, da Bahia, por exemplo, trabalha com a produção de conteúdos relacionados às questões indígenas e privilegia as mídias digitais nos seus diversos projetos, tais como: *Oca Digital*, *Celulares Indígenas*, *Arco digital* e outros. No projeto Livros digitais indígenas, por exemplo, são realizadas oficinas com jovens indígenas de oito comunidades do Nordeste. São oficinas de audiovisual, economia criativa, dança, teatro, contação de histórias, diversidade cultural, que resultam na produção de livros digitais.

No caso dos projetos que enfocam a compreensão crítica, normalmente são realizados debates, seminários e reflexões, além de oficinas que falam sobre o funcionamento dos meios de comunicação e questões ideológicas da indústria de comunicação. Metade dos projetos analisados inclui algum tipo de atividade mídia-educativa relacionada com a compreensão crítica. O projeto de Educação para a Mídia da ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Porto Alegre) é um dos que trabalha essa dimensão e “propõe uma leitura clara dos mecanismos de manipulação utilizados pela chamada grande imprensa e também capacitá-los para multiplicar este conhecimento”. Com relação ao “Acesso e uso da comunicação”, eram 91 iniciativas relacionadas com essa dimensão. São projetos que estão preocupados com o acesso aos meios de comunicação e/ou tecnologias. É o caso dos cineclubes, como o *Cine Nós do Morro*, da ONG Nós do Morro (Rio de Janeiro), ou o *Cineclube Cláudio Luiz Galvão Malta* – CLGM, do Instituto Girassol (Alagoas) e outros. Também pode ser projetos relacionados à inclusão digital, como o projeto *Estação Digital*, da Fundação Conscienciarte (Minas Gerais) ou o projeto *Tecnologia de Informação e Comunicação*, do Instituto Elo Amigo (Ceará). Há também os projetos que trabalham com mais de uma dimensão: o maior número de coincidências ocorre nos projetos orientados à compreensão crítica e à produção de conteúdos midiáticos, posto que isso ocorre em 70 dos 240 projetos analisados.

Na Figura 1, é possível observar a distribuição sintética e uniforme (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009) das principais inter-relações existentes entre os projetos analisados, levando em conta os aspectos de meios/processos enfocados, dimensões privilegiadas e destinatários. Neste “retrato” do mapeamento realizado, observa-se claramente que prevalecem as atividades de produção orientadas a jovens, que os audiovisuais se vinculam a atividades de compreensão crítica e produção.

**Figura 1 – Rede de inter-relações entre principais aspectos da mídia-
educação nas ONGs brasileiras**



Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se também a relação entre a dimensão de acesso e uso e os projetos associados a TICs. Por outro lado, se detecta que as mídias digitais ainda não ganharam a repercussão que se poderia imaginar.

4 – Análises de segundo nível: debate

A relação instrumental de muitas ONGs com a comunicação, apontada pelos dados, confirma aspectos abordados por Kaplún (1993, p. 41), que já havia afirmado que “para o movimento de base a comunicação não constitui um fim em si, se não um instrumento necessário ao serviço da organização e da educação populares”. Algumas organizações criam meios de comunicação e se valem deles como propulsores da participação e mobilização cidadã. Passa-se que “uma atitude de resistência aos meios de comunicação a uma

atitude de definição de estratégias concretas de intervenção” (GRZYBOWSKI, 2001, p. 30).

Segundo Peruzzo (1999), a necessidade de adquirir competências, de se alfabetizar para o uso das linguagens e das técnicas de comunicação fazem com que a educação midiática adquira papel importante para as instituições que pretendem valorizar o direito à comunicação e o protagonismo da comunidade como sujeito de seus meios de comunicação.

A ênfase no audiovisual, como indicado pelos dados, é coerente com a tradição da mídia-educação no Brasil, que se iniciou relacionada à leitura crítica do cinema e da televisão. Também está de acordo com o contexto da sociedade atual, na qual se pode perceber a fascinação provocada pela linguagem audiovisual, gerando um poder quase hipnótico (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 47).

Quando se fala de audiovisual, é interessante observar também como nesse quadro ainda sobrevive o mundo do cinema, que é objeto de diversos projetos de educação midiática não formal. No levantamento de dados aqui realizado, 35 dos 240 projetos incluíam atividades relacionadas ao cinema. São, em geral, cineclubes, festivais para crianças ou oficinas de cinema. Segundo expertos, a “alfabetização cinematográfica” (film literacy) oferece aos cidadãos “a capacidade de aproximar-se de todos aqueles acontecimentos e fenômenos globais que os rodeiam, de uma forma inclusiva, holística e universal” (REIA-BAPTISTA, 2012, p. 89). Pelos dados da pesquisa, observa-se que muitas ações de mídia-educação realizadas pelas ONGs estão srelacionada ao âmbito da mídia de massa ou mídia-hegemônica. Nesse contexto, desenvolvem-se atividades que incluem o acompanhamento de temas na mídia, formação de comunicadores e jornalistas, e produção de pautas e notícias alternativas.

Esse é um aspecto importante pois, normalmente, se pensa na capacitação dos professores para o uso da comunicação e se deixa de lado a formação prático-reflexiva dos profissionais de comunicação.

Da mesma forma que o espaço escolar precisa trabalhar com as mídias, é imprescindível que os espaços midiáticos pensem nos objetivos educativos. E a formação de comunicadores e de educadores é condição vital para que isso ocorra, pois embora insuficiente, é um ponto de partida (FANTIN, 2006, p. 76).

Essa relação dos projetos de mídia-educação com os meios de comunicação de massa se configura de várias maneiras: 18 projetos trabalham com o monitoramento de notícias, geralmente relacionadas ao tema trabalhado pela ONG (direitos da infância, das mulheres etc). Conforme destaca a Unesco (2013), esse monitoramento é também um dos aspectos que pode abarcar o amplo conceito da Alfabetização Midiática de Informacional, que inclui o monitoramento da influência da informação produzida e o bom uso desses conhecimentos pelos meios de comunicação.

Dentre os projetos que propõem o monitoramento da mídia pode-se citar a Agência de Notícias Matraca, de São Luís (Maranhão), a Cipó Comunicação Alternativa (Bahia), que elabora monitoramentos e análises sobre violação de direitos humanos por produtos midiáticos impressos e eletrônicos. Já o Observatório de Favelas (Rio de Janeiro), por meio do projeto Mídia e Favela, não só faz um levantamento de veículos de mídia alternativa como também um balanço de como as favelas e espaços populares são representados em veículos da grande mídia.

Feito o monitoramento dos temas que interessam às ONGs, o objetivo é a intervenção. Passa-se a outras atividades como a capacitação de jornalistas e a produção de conteúdos alternativos. A Agência de Notícias Matraca, por exemplo, “promove o debate entre os profissionais, estudantes e professores de Comunicação”, que pretende “estimular a reflexão crítica e plural entre os profissionais de Comunicação”. Fantin (2006) destaca que um dos conceitos centrais da mídia-educação é justamente o de “desmascarar a falsa naturalização das mídias revelando seu caráter de construção”.

Outra forma de intervenção se dá na produção de pautas alternativas e material jornalístico sobre os temas relacionados com as ONGs e que são distribuídos aos jornalistas. As oficinas de capacitação e formação de comunicadores e jornalistas completam esta ação das ONGs junto aos meios de comunicação.

Também é importante destacar que os projetos do âmbito da inclusão digital estão fundamentalmente desenhados para a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Apesar de este ser um objetivo socialmente importante, como destacou Martín-Barbero (2003), normalmente a tecnologia é vista fora do âmbito da cultura e encarada somente desde sua

dimensão instrumental. Ainda que se vinculem a parcelas excluídas e marginalizadas, os objetivos principais da alfabetização digital se formatam sempre relacionados à capacitação profissional e à aquisição de habilidades (fundamentalmente técnicas) requeridas pelo mercado de trabalho.

O computador, a internet e as tecnologias associadas não são vistas como integradas aos processos comunicacionais e tampouco são enfatizadas as possibilidades de comunicação e produção de conteúdos que se vinculam à apropriação dessas mesmas tecnologias. Assim, algumas dessas atividades voltadas ao acesso e uso das TIC têm muito pouco que ver com o empoderamento da cidadania e se restringem, quando muito, ao treinamento técnico-profissional.

5 – Questões principais: empoderamento, cidadania e comunicação comunitária

Para analisar os fatores relacionados com o empoderamento cidadão e comunicativo que podem ocorrer mediante os projetos de mídia-educação, se procedeu à análise dos objetivos, metas e propostas das 107 ONGs, agrupando-os em quatro grandes blocos:

- a) aqueles que pretendem democratizar o acesso à comunicação, à educação, à cultura ou às tecnologias;
- b) os que têm como meta trabalhar pela transformação social, por mudanças na sociedade e pela inclusão social;
- c) aqueles que desejam realizar a inserção socioeconômica dos destinatários, trabalhando a intenção de inseri-los no mercado de trabalho;
- d) os que têm como objetivo garantir e lutar pela cidadania, pelos direitos humanos e os direitos de grupos em risco de exclusão social.

Assim, foi possível perceber que todos estão relacionados, de alguma forma, a algum tipo de empoderamento do cidadão. Entretanto, dependendo do trabalho que a ONG pretenda realizar se pode dizer que as atividades mídia-educativas poderiam ser mais ou menos efetivas na tarefa de empoderar o cidadão quanto ao seu papel ativo diante na Comunicação especificamente.

Projetos que simplesmente trabalham com o acesso às tecnologias, sem que esse objetivo esteja combinado com a ideia de transformação social ou com a luta por direitos, parecem ter um potencial menor de empoderamento do que os projetos que estejam relacionados diretamente a metas que

pretendam garantir a democratização da comunicação junto à inclusão social, por exemplo.

Observou-se que 27 das ONGs (25,2%) não só trabalham com objetivos bastante significativos para o empoderamento da cidadania por meio da mídia-educação como combinam metas pertencentes a mais de um grupo e que se complementam entre si como “Democratizar o acesso à comunicação...” combinados à ideia de “Defesa dos direitos...” ou ao objetivo de “Trabalhar pela transformação social”. Nesse caso, parece obter-se um alto potencial de empoderamento para os cidadãos envolvidos em seus projetos.

Segundo essa análise, outras 56 organizações (52,4%) se focalizam somente em um grupo de metas que, ainda que sejam importantes para o exercício da cidadania, não permitem afirmar que garantiriam o empoderamento por meio da alfabetização midiática. Sem a ideia de transformação social ou defesa de direitos, a apropriação da comunicação poderia estar descolada dos aspectos de empoderamento, transformando-se em simples reprodução dos conteúdos e paradigmas dos meios de comunicação de massas. Ao contrário, só o trabalho com a defesa de direitos não demonstraria o empoderamento do cidadão por meio da apropriação da comunicação. Finalmente, as 24 ONGs restantes (22,4%) poderiam ser vistas como entidades com um baixo potencial de empoderamento mediante as atividades de mídia-educação que realizam, uma vez que trabalham com objetivos mais específicos, como a simples inclusão tecnológica de manejo instrumental ou a inserção no mercado de trabalho, sem reunir as ideias de cidadania, transformação social e comunicação.

É necessário dizer, entretanto, que o panorama apontado seria uma tendência, havendo que estudar detidamente cada caso. Cabe destacar que 42,5% das atividades têm algum tipo de vinculação com grupos sociais ligados a populações em risco de exclusão, como moradores de rua, negros, indígenas etc. Esta combinação de fatores permite afirmar que a maioria dos projetos de mídia-educação realizados pelas ONGs se preocupada com o empoderamento da cidadania e o protagonismo dos sujeitos frente aos processos de comunicação.

Quanto aos detalhes dos projetos, um aspecto importante a considerar é sua relação com veículos permanentes de comunicação comunitária. O panorama que se observa mostra que esse aspecto ainda está pouco

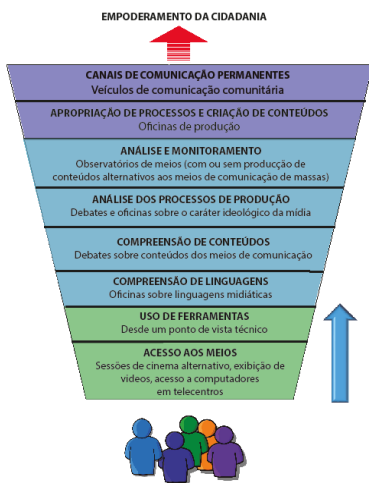
desenvolvido. Dos 240 projetos estudados, somente 52 (21,7%) estão associados a algum tipo de veículo de comunicação comunitária com certo caráter permanente: 15 são iniciativas que resultam em programas de televisão (veiculados em canais universitários ou comunitários) ou vídeos. Outros 14 projetos estão relacionados à produção de veículos impressos (jornais, revistas e boletins), e 12 produzem meios radiofônicos. Somente 11 projetos produzem mídias digitais (blogs, páginas web etc). É de certa forma surpreendente que as plataformas e meios digitais ainda sejam tão pouco utilizados nos projetos mídia-educativos. As tecnologias estão muito mais utilizadas como ferramenta de produção que como canais de comunicação.

Pelo que já foi exposto, podemos considerar que a mídia-educação – e sobretudo as atividades realizadas por Organizações não-Governamentais – pode se transformar em instrumento fundamental para o processo de comunicação comunitária, uma vez que permitirá ao cidadão tornar-se, de maneira eficaz, protagonista dos processos e produtos comunicacionais. A questão do protagonismo dos sujeitos parece ser a chave nessa questão. Conforme destaca Peruzzo (2009), as pessoas devem deixar simplesmente seu papel como receptores da comunicação e tomar parte dos processos de produção, planejamento e gestão da comunicação. Os processos de educação midiática servirão para que o cidadão tome seu papel ativo nesse tema. Alias, por meio de uma análise específica, Caprino (2016, p. 264) exemplificou como as atividades mídia-educativas podem se relacionar aos diversos aspectos da cidadania comunicativa.

De modo geral, é possível dizer que os projetos de mídia-educação das ONGs brasileiras estão colaborando para que os indivíduos e comunidades exerçam seus direitos e liberdades no que diz respeito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e ao direito à educação e à comunicação. Como reforça a Unesco (2013), a educação midiática deve promover o respeito aos direitos humanos e liberdades, além de empoderar os cidadãos para a tomada informada de decisões. Outra maneira de refletir sobre os aspectos relacionados ao empoderamento e exercício da cidadania nas atividades mídia-educativas estudadas seria a análise mais aprofundada do cruzamento das dimensões e tipo de atividades realizadas. Conforme a proposta apresentada na Figura 2, as iniciativas mídia-educativas realizadas na sociedade civil seriam mais completas e eficazes à medida que

abarcassem mais dimensões (âmbito quantitativo) e se orientassem até a produção de conteúdos com o que pudessem empoderar a cidadania (âmbito qualitativo).

Figura 2 – Modelo de descrição e análise de atividades de mídia-educação no âmbito da educação não formal



Fonte: Tradução ao português de figura publicada em: Caprino; Martínez-Cerdá, 2016, p. 46

O modelo de análise proposto (CAPRINO; MARTÍNEZ-CERDÁ, 2016) se baseia na figura de um trapézio, que poderia fazer alusão a um megafone para um cidadão situado na sua base inferior. Está elaborado a partir de vários modelos de indicadores e competências da alfabetização midiática que têm que ser adquiridas pelos cidadãos. Concretamente, se inspira em três estudos integradores que apontam os principais níveis que deveriam ser desenvolvidos por atividades de educação midiática (PRATS, 2006; CELOT; PÉREZ-TORNERO, 2009; PÉREZ-RODRÍGUEZ; DELGADO-PONCE, 2012).

O modelo proposto permite visualizar o potencial amplificador que a mídia-educação permite desenvolver nas pessoas, e tem em consideração uma descrição e análise dos projetos a partir da caracterização de suas atividades e dimensões:

Dimensão 1 – Acesso e uso, inclui atividades que: possibilitam o acesso a produtos, meios ou formas de comunicação (cinema, tecnologia, computadores etc.); e ajudam no uso de ferramentas básicas ou no manuseio instrumental das tecnologias e dos meios de comunicação, desde o ponto de vista operacional.

Dimensão 2 – Análise, avaliação e compreensão crítica, com atividades que: decifram linguagens comunicacionais e sua construção; analisam e oferecem ferramentas para estudar e compreender os conteúdos, os processos de produção e funcionamento dos meios de comunicação e suas implicações ideológicas; e analisam e monitoram os conteúdos comunicacionais hegemônicos, capacitando para a geração de mensagens alternativas.

Dimensão 3 – Criação e produção de conteúdos, que incluem atividades que: oferecem os conhecimentos necessários para a apropriação de processos de comunicação, tanto do ponto de vista técnico, como de criação de conteúdos, o que resulta em produção de mensagens próprias e/ou contribuições em meios de comunicação de massas por meio de conteúdos gerados pelos usuários; e criam mecanismos que possibilitam que os destinatários possam conceber canais próprios para a geração permanente de conteúdos (meios de comunicação comunitária).

É importante dizer também que normalmente um projeto não realiza atividades em todos os níveis comentados na figura. Em geral, as ONGs desenvolvem diversos projetos complementares entre si: seminários de leitura crítica, oficinas de linguagens, oficinas de produção e outros, que se enquadram nos diversos níveis e categorias comentados pela figura.

Em alguns casos, os patamares mais “baixos” das atividades mídia-educativas são deixados de lado, visto que os destinatários já detêm esses conhecimentos básicos. Também podemos destacar que o nível mais “alto” das atividades desembocaria na criação de veículos de comunicação comunitária. Ou seja, que a mídia-educação pode e deve estar diretamente relacionada com a produção de meios de comunicação comunitária, que passa, por sua vez, a ser mais “qualificada” e democrática a partir dos processos de formação e capacitação realizados pelo terceiro setor.

Além de mostrar as características das atividades mídia-educativas que acontecem no âmbito da educação não-formal, o desenho também menciona possíveis exemplos em cada nível.

Considerações finais

Diante dos resultados apresentados, é possível afirmar que as atividades de mídia-educação realizadas pelas ONGs brasileiras estão principalmente focadas na produção de conteúdos e têm ganhado cada vez mais importância durante as últimas décadas.

Os projetos desenvolvidos nos entornos educativos não formais contribuem para a defesa dos direitos e liberdades dos indivíduos, sobretudo no que diz respeito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e ao direito à educação, conforme o pleiteado pela Unesco (2013). Também se pode afirmar que a educação midiática realizada por organizações não governamentais ou outras entidades da sociedade civil pode ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento comunitário, uma vez que permite e potencializa a criação de meios de comunicação próprios.

Em geral, o cenário de mídia-educação no Brasil é bastante distinto ao observado na Europa e América do Norte, o que de nenhuma maneira pode ser encarado como um aspecto negativo. As iniciativas do Hemisfério Norte quase sempre passam pela educação formal, com atividades dirigidas a professores e estudantes. Os projetos desenvolvidos pelas ONGs brasileiras acabam ocupando as lacunas existentes nas políticas públicas e se tornam mais significativos para o empoderamento da cidadania. Ainda que vários projetos de educação midiática estejam ligados a propostas e processos de comunicação comunitária, essa relação parece ainda não estar suficientemente desenvolvida. O objetivo de dar voz às comunidades excluídas das mídias de massa e/ou tradicionais pode se efetivar se as atividades mídia-educativas resultarem em produções e veículos permanentes de comunicação, que se traduzam em alternativas à “grande mídia”.

Referências

AGUADED GÓMEZ, J. I. La Educación para la Comunicación. La enseñanza de los medios de comunicación en el ámbito hispanoamericano. In: AGUADED, JI y CABERO, J. **Educación y Medios de Comunicación en el Contexto Iberoamericano**. Universidad Internacional de Andalucía. Huelva, 1995, p. 19-48. Disponível em: <<https://goo.gl/UYM9rg>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

AUFDERHEIDE, P. **Media Literacy**. A Report of the National Leadership Conference on Media Literacy. Aspen Institute, Communications & Society Program, 1992.

BASTIAN, M., HEYMANN, S., JACOMY, M. Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks. In: 3rd. INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON BLOGS AND SOCIAL MEDIA. San José, Califórnia: 2009. The AAAI Press. Disponível em: <http://goo.gl/OHlnj2>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BUCKINGHAM, D. et al. **The media literacy of children and young people**: A review of the research literature on behalf of Ofcom. London: Ofcom, 2005. Disponível em: <http://goo.gl/aJkrnh>. Acesso em 3 mai. 2015.

CAPRINO, M. P. Educação midiática nas ONGs brasileiras: experiências para a cidadania comunicativa. **Comunicação & Sociedade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, v. 38, n. 3, p. 245-269. 2016.

CAPRINO, M. P.; MARTINEZ-CERDA, J. F. Media Literacy in Brazil: Experiences and Models in Non-formal Education/Alfabetización mediática en Brasil: experiencias y modelos en educación no formal. **Comunicar**, v. 24, n. 49, 2016.

CARLSSON, U. et al. **Empowerment through media education**: an intercultural dialogue. Göteborg: Nordicom/Göteborgs Universitet, 2008.

CELOT, P., PÉREZ-TORNERO, J. M. **Study on assessment criteria for media literacy levels**. In: European Association for Viewers' Interests (EAVI), Brussels, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/wpzZnl>. Acesso em: 7 jul.2015.

FANTIN, M. **Crianças, cinema e mídia-educação**: olhares e experiências no Brasil e na Itália. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006

GRZYBOWSKI, C. (2001). Las organizaciones no gubernamentales y la comunicación de masas: posibilidades de movilización. **Comunicar**, n. 16, p. 25-32, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/ALc4v0>. Acesso em: 13 abr.2015.

HART, A., SUSS, D. **Media education in 12 European countries**. A Comparative Study of Teaching Media in Mother Tongue Education in Secondary Schools. Zürich, 2002. Disponível em: <http://e-collection.ethbib.ethz.ch/show>. Acesso em 11 jul. 2015

KAPLÚN, M. Del educando oyente al educando hablante. **Diálogos de la Comunicación**. Revista da FELAFCS, n. 37, Lima, set. 1993.

LIVINGSTONE, S. Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. **The Communication Review**, v.1, n.7, p.3-14, 2004

MARTÍN-BARBERO, J. **La educación desde la comunicación**. Bogotá: Norma, 2003.

MIJN KIND ONLINE / KENNISNET. **Media Education in Four EU Countries** – How do Finland, Sweden, and the UK tackle media education? And how does that compare to the Netherlands? Holanda: Mijm Kind Online / Kennisnet, 2013.

OFCOM. **The Communications Market 2004**. London: Ofcom, 2004.

PÉREZ-RODRÍGUEZ, M. A., DELGADO-PONCE, Á. De la competencia digital y audiovisual a la competencia mediática: dimensiones e indicadores. [From Digital and Audiovisual Competence to Media Competence: Dimensions and indicators]. **Revista Comunicar**, v. 20, n.39, p.25–34, 2012. doi: <http://doi.org/10.3916/C39-2012-02-02>

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Informação**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 205-228, jul. 1999.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palavra Clave**, Revista da Faculdade de Comunicação da Universidad de La Sabana, Chía, Colômbia, v. 11, n. 2, 2008.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Fronteiras-estudos midiáticos**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 33-43, 2009.

PRATS, J. F. La competencia en comunicación audiovisual: propuesta articulada de dimensiones e indicadores. **Quaderns del CAC**, n.25, p.9-17, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/2tWKEb>>. Acesso em: 21 out. 2015.

REIA-BAPTISTA, V. La alfabetización filmica: apropiaciones mediáticas con ejemplos de cine europeo. [Film Literacy: Media Appropriations with Examples from the European Film Context]. **Comunicar**, v.20, n.39, p. 81-90, 2012.

SOARES, I. O. Educação midiática e políticas públicas. **Anais V Encontro Brasileiro de Educomunicação**. São Paulo: ABPEducom, 2014.

UNESCO. **Global Media and Information Literacy Assessment Framework**. Paris: Unesco, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/WLqXHZ>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

UNESCO. **The Moscow Declaration on Media and Information Literacy**. Paris: Unesco, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3nEOLAh>>. Acesso em: 12 set. 2012.

Capítulo 15 – Mídia Educação e formação cidadã: quando as crianças produzem o próprio jornal*

**Beatriz Pozzobon Araujo
Luzia Mitsue Yamashita Deliberador**

Introdução

As crianças estão, dia após dia, mais conectadas com as mídias e com as tecnologias. Em um contexto em que a infância atual é denominada “infância midiática” (BUCKINGHAM, 2007), já não há mais tempo para se discutir os benefícios e os malefícios desta realidade. A questão agora é preparar as crianças para lidar da melhor forma possível com os meios de comunicação e informação e utilizá-los de maneira crítica, de acordo com as necessidades delas. Neste sentido, a escola tem o importante papel de assegurar o direito de participação das crianças aos meios de comunicação, facilitar o acesso a eles e contribuir com a redução das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Levar os meios de comunicação ao ambiente escolar implica em uma interlocução entre os campos da Educação com a Comunicação. Esta interlocução é conhecida como “Mídia Educação”, isso porque a escola não deve ser uma instituição fechada a quatro paredes. Ela precisa estar atenta ao que acontece ao redor dela e ao contexto em que os educandos estão inseridos. Neste sentido, os meios de comunicação devem ser utilizados pela escola, em linhas gerais, para que os jovens conheçam a linguagem técnica das mídias; saibam avaliar os conteúdos midiáticos de forma crítica; e estejam aptos a utilizar os meios de comunicação como canal de expressão própria e do grupo (RIVOLTELLA, 2010).

É dentro do contexto da mídia educação que se insere este artigo científico, fruto da monografia de especialização em Comunicação Popular e Comunitária da autora Beatriz Pozzobon Araujo, orientada pela professora doutora Luzia Yamashita Deliberador. Este trabalho analisa os resultados

* Este trabalho é fruto da monografia da autora no curso de especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O trabalho foi defendido em 2014 com o título: “Mídia educação e formação cidadã: O jornal produzido por crianças na Vila Cultural da Região Norte de Londrina (PR)”.

obtidos com o jornal Folha Criança, que foi produzido dentro do projeto Meu Filho Repórter, desenvolvido com 29 crianças, de 10 a 12 anos, da Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira e Escola Municipal Professora Ruth Lemos, ambas localizadas na região Norte de Londrina (PR). O projeto foi realizado nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013, às segundas e quartas-feiras, durante a tarde, na Vila Cultural Gibiteca Zona Norte, situada no conjunto Aquiles Stenghel. Com o objetivo de tornar as crianças mais participativas e comprometidas com a realidade em que estão inseridas por meio dos pressupostos da comunicação comunitária aliados ao jornalismo impresso, visto que os participantes produziram o próprio jornal, com base em um olhar mais crítico da realidade em que estão inseridos.

De acordo com Cecilia Peruzzo (1998), a comunicação comunitária está voltada a instituições sem fins lucrativos e de movimentos sociais. É horizontalizada, emitida a partir dos anseios das classes subalternas e tem por finalidade mobilizar e organizar o povo em torno de seus interesses, mediante a persuasão. Peruzzo também define comunicação comunitária como aquela que desvenda a realidade, sustenta a existência de conflitos entre as classes sociais, inter-relaciona os fatos, para facilitar a compreensão do conjunto, politiza a comunidade e propicia o diálogo e a participação no que diz respeito às decisões.

A metodologia científica em que se baseia este trabalho é a pesquisa participante, que está relacionada à inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e sua interação com a situação investigada. Este tipo de pesquisa busca extrapolar os muros da universidade e ir de encontro ao cotidiano das classes populares, com objetivo de transformar o povo em sujeito político. A metodologia é aplicável em vários campos do conhecimento, como na educação, na antropologia, na sociologia, no serviço social e na comunicação social (PERUZZO, 2011, p. 125). O presente artigo dialoga entre os campos da educação e comunicação comunitária.

1 – Mídia educação e formação cidadã

A apropriação e as consequências do uso contínuo das mídias pelas novas gerações tornam essencial a discussão do assunto no ambiente escolar, como já foi dito, especialmente porque a escola não pode ficar alheia às

temáticas que a rodeiam e que interferem, direta e indiretamente, na formação dos estudantes. Esta necessidade levou a uma interlocução dos campos da educação com a comunicação, que aqui será chamada de “Educação para as Mídias” ou “Mídia Educação”, termo que foi concebido originalmente do inglês, Media Education. Em linhas gerais, a mídia educação busca formar um usuário crítico, ativo e criativo de todas as tecnologias da informação e comunicação.

Para Gutierrez (1978), já não é possível pensar em uma escola desvinculada das mídias, fechada em quatro paredes. Segundo o autor, a decisão de incorporar os meios à escola define a sobrevivência da instituição escolar. “Na era da comunicação total, nossos estudantes não poderão chegar a uma mínima culturalização sem a aquisição prévia de um conhecimento básico das linguagens dos meios de comunicação” (GUTIERREZ 1978, p. 24). Esta aquisição proporcionaria possibilidades para o homem atuar, modificar e transformar a própria realidade, além de ser crítico à mídia e não mais somente um consumidor passivo dos meios. A necessidade de implantação de uma educação para as mídias também é discutida por Cavalcanti (1999), que caracteriza esta forma de educação como participativa, criativa, construtiva e sensibilizadora.

Segundo Fantin (2006, p. 31), a educação para as mídias é uma condição de educação para a cidadania. A mídia educação é, neste sentido, “um instrumento para a democratização de oportunidades educacionais e de acesso ao saber, o que contribui para a redução das desigualdades sociais”. Pode auxiliar também na valorização de novos pertencimentos através de participação, autonomia e senso crítico (MORCELLINI apud FANTIN, 2006, p. 88). Para Rivoltella (apud FANTIN, 2006, p. 39), educar para a cidadania significa favorecer a interação com o território, desenvolver identidades múltiplas e promover um sentimento de pertencimento aos contextos locais, nacionais e globais.

De modo similar ao que se buscou nas oficinas do projeto Meu Filho Repórter, educar para cidadania objetiva favorecer aquisição de conhecimento (conhecer o mundo e a realidade em que se vive); a aquisição de competência social (ser cidadão, saber cooperar, realizar projetos em comum, buscar o bem coletivo, assumir responsabilidades e saber intervir em um debate público); e a aquisição de competência ética e relacional (saber ser solidário e estar aberto às diferenças). (RIVOLTELLA apud FANTIN, 2006, p. 39).

Buckingham (2007, p. 245) defende que as mídias podem efetivamente preparar as crianças para a cidadania adulta e até mesmo intervir em pequenas decisões políticas que permeiam a infância, como as opções de lanche disponíveis na escola e a organização do parquinho. Durante o projeto Meu Filho Repórter, os participantes aprenderam que mesmo enquanto crianças podem fazer diferença no mundo, desde pequenas ações cidadãs, como dar lugar aos idosos no ônibus ou ajudar a mãe nos afazeres de casa - temas que foram retratados por grupos de crianças nas oficinas de cidadania - até cobrar da escola a reforma do parque escolar, por exemplo.

2 – Contexto da pesquisa

A ideia de desenvolver um projeto de mídia educação nasceu a partir identificação com a disciplina de Comunicação e Educação, ministrada pela professora Luzia Deliberador, na especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Além da identificação com a temática, desenvolver um projeto prático sempre pareceu uma boa opção para aliar o conhecimento teórico com a realidade para além das salas de aula.

Logo de início, a região Norte de Londrina foi pensada como palco para o projeto. Isso porque, durante o ano de 2013, a pesquisadora Beatriz Pozzobon Araujo trabalhou no jornal – que deixou de circular – “Folha Nova Norte”, que era direcionado para esta região da cidade. Dessa forma, a pesquisadora e jornalista conhecia, de perto, esta localidade do município, além de algumas pessoas com as quais sabia que poderia contar. Uma dessas pessoas era a professora Elena Andrei, que foi coordenadora da Vila Cultural Gibiteca Zona Norte, no conjunto Aquiles Stenghel. Na época do desenvolvimento da monografia, as pesquisadoras decidiram, juntas, que o ideal era que o projeto não fosse desenvolvido dentro de escolas, para que, tanto elas, como os participantes, tivessem mais liberdade para desenvolver as oficinas. Assim, a Vila Cultural se mostrou um local adequado. Dessa forma, o pedido foi feito à professora Elena Andrei, coordenadora do espaço, que não apenas gostou da ideia, como se prontificou a ajudar, inclusive, com recursos financeiros para a produção do jornal. Ficou decidido também que a mídia trabalhada com as crianças seria o jornal impresso, visto que a Vila Cultural não oferecia recursos adequados para a produção de um programa de rádio

ou televisão. Além disso, a professora Elena fez questão de um jornal impresso para que fosse realmente um “documento”, que deixaria registrado o resultado das oficinas e que ela poderia distribuir aos moradores do bairro.

Em seguida, as pesquisadoras entraram em contato com duas escolas do Norte de Londrina, próximas à Vila Cultural. Ambas as instituições, após conversa com as pesquisadoras, permitiram que fosse feito um convite para que as crianças interessadas participassem do projeto Meu Filho Repórter. Na Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira foram convidados dos estudantes dos 4º anos, por indicação da diretora. Já na Professora Ruth Lemos o convite foi feito às crianças que estavam nos 4º e 5º anos. As crianças, que se interessaram pelo projeto apresentado, receberam uma carta destinada aos pais e/ou responsáveis, que continha os objetivos do projeto e os horários e locais de desenvolvimento. No documento, também constavam as informações sobre a produção de um jornal impresso, que não traria custos aos participantes, e ainda sobre a visita a um jornal diário de Londrina.

Dessa maneira, os estudantes, que tiveram consentimento dos pais para participarem do projeto, começaram a frequentar as oficinas na Vila Cultural, em contraturno escolar. No primeiro dia, choveu bastante na região. Mesmo assim, 43 crianças compareceram – número maior que o esperado. As atividades planejadas foram desenvolvidas, embora ficou evidente a necessidade de dividir os estudantes em duas turmas. Assim, as oficinas que inicialmente seriam das 14h às 16h sempre às segundas e quartas-feiras, passaram a ser realizadas das 13h30 às 15h para os alunos da Escola Municipal Moacyr Teixeira; e das 15h15 às 16h45 para os da Escola Municipal Ruth Lemos. Os dias da semana permaneceram os mesmos, isso porque as segundas e quartas eram as datas disponíveis na Vila Cultural. Todo este processo foi sabido pelos pais e/ou responsáveis e autorizado pelos mesmos.

A divisão em duas turmas permitiu que o trabalho fluísse melhor, porque, assim, era possível dar mais atenção às necessidades e opiniões dos participantes, além de deixá-los mais confortáveis, por estarem juntos com as crianças da mesma escola.

3 – Projeto Meu Filho Repórter

O projeto Meu Filho Repórter foi realizado nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013. Durante o projeto, foram desenvolvidas 18

oficinas mídia educativas, com 29 crianças de 10 a 12 anos, que cursavam os 4º e 5º anos da Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira e da Escola Municipal Professora Ruth Lemos, ambas localizadas na região Norte de Londrina (PR). As oficinas foram realizadas na Vila Cultural Gibiteca Zona Norte, no conjunto Aquiles Stenghel, que fica localizada próxima às escolas e que, à época, era exemplo de ponto de cultura na periferia da cidade.

O projeto aliou as técnicas do jornalismo impresso com os pressupostos da comunicação comunitária. As técnicas de jornalismo foram utilizadas para que as crianças se tornassem aptas a elaborar um jornal com textos, fotos e histórias em quadrinhos produzidos por elas próprias. Já a comunicação comunitária foi a base das oficinas, porque estimula a participação, o comprometimento, a criticidade e visa a formação cidadã dos participantes. Porque mais do que produzir um jornal, as oficinas buscaram a construção de um veículo comunitário que conseguisse refletir as indagações das crianças a partir de olhares mais críticos à realidade em que se inserem. Ou seja, que os participantes conseguissem visualizar os problemas e valorizar ambientes e sujeitos com quem convivem. Para que isso se tornasse possível, cinco temáticas foram trabalhadas a fim de promover um sentimento de pertença e o auxílio na formação de um indivíduo participativo e comprometido com a sua realidade. Dessa forma, as oficinas de mídia educação versaram sobre os seguintes temas: identidade; cidadania; relação com a comunidade; leitura crítica da mídia; e técnicas de jornalismo. Para cada um dos temas foi dedicado um número específico de encontros, segundo as necessidades de cada discussão. Esta divisão foi proposta pela professora Luzia Deliberador, que aplicou o método em várias outras escolas e contextos.

4 – As oficinas

A temática de identidade foi abordada nos primeiros encontros. Esta discussão tem por objetivo, segundo Deliberador (2011), fazer com que os participantes se conheçam melhor – suas potencialidades, limitações e objetivos, além de reconhecerem sua história e saberem que também têm muito para contar. Pois, segundo Freire (apud DELIBERADOR, 2011, p. 07), “o homem que reflete sobre si mesmo é um ser na busca constante de ser mais”. Para isso, foram desenvolvidas as seguintes atividades: confecção de crachás; apresentação; discussão das “regras” de convivência, propostas pelos próprios

participantes; história dos pais e avós, por meio de fotos; e desenho das mãos, com os pontos positivos e negativos que cada criança enxergou em si própria.

De acordo com Deliberador (2011, p. 7), a finalidade das oficinas de cidadania é mostrar aos participantes que todos nós temos direitos e deveres e que eles, mesmo enquanto crianças, podem fazer a diferença na luta por um mundo mais justo.

Durante os encontros, as crianças foram questionadas sobre o que é cidadania e o que podem fazer para contribuir ainda mais com a comunidade em que se inserem. Para ampliar as reflexões, foram apresentados vídeos sobre o tema e trechos do filme “Escritores da Liberdade” (2007).

Posteriormente, os participantes produziram desenhos e representaram cenas de teatro com exemplos de ações cidadãs. Já discussão sobre a relação das crianças com a comunidade é importante, segundo Deliberador (2011), para levá-las à reflexão sobre a realidade em que se inserem, despertando o sentimento de pertença, porque passam a conhecer e valorizar o lugar onde vivem. Para aproximar os participantes da comunidade, foram convidadas três personalidades do bairro que, de alguma forma, desenvolvem projetos e ações em prol do bem comum. As crianças participaram bastante do bate papo, apontando situações vivenciadas no bairro e, dessa forma, começaram a surgir algumas pautas para o jornal.

Ao fim da conversa, foi passada uma tarefa aos alunos. Eles deveriam, em duplas ou trios, tirar fotos do lugar que mais gostam e do lugar que menos gostam no bairro. O objetivo desta atividade foi fazer com que as crianças entrassem em contato com o local onde moram, de modo a identificar pontos positivos e negativos. Foi importante também para desenvolver o sentimento de pertença, enaltecer a região onde vivem, valorizar o bairro e procurar soluções para os problemas. Das fotos também nasceram muitas ideias para o jornal. Na oficina de leitura crítica da mídia, os participantes assistiram a um episódio do programa de televisão favorito deles, escolhido por votação no encontro anterior. A primeira turma optou pelo seriado norte-americano “Icarly”, transmitido no Nickelodeon; e a segunda preferiu a novela mexicana “Rebelde”, que estava sendo reprisada pelo SBT. Também foram passados alguns trechos do documentário “Criança, a alma do negócio”, que revela o impacto da publicidade infantil no desenvolvimento e vida das crianças. O objetivo desta atividade foi desenvolver o senso crítico perante os meios de

comunicação e mostrar como a mídia influencia a opinião dos indivíduos. Ao todo, foram realizadas 11 oficinas de técnicas de jornalismo, incluindo visita à redação e ao parque gráfico da Folha de Londrina, jornal diário do município.

A finalidade desta temática foi propiciar aos alunos conhecimentos do veículo impresso para elaboração do jornal. As crianças aprenderam, dessa forma, sobre a formação de um jornal, identidade visual, fotografia, histórias em quadrinhos, elementos da notícia, pirâmide invertida, fonte, entre outros elementos do jornalismo impresso. E realizaram, como produção prática, entrevista ao amigo, discussão e escrita de leads, produção, correção e revisão de textos, fotos e histórias em quadrinhos.

5 – O jornal Folha Criança

O jornal “Folha Criança – Informativo dos Pequenos Jornalistas da Região Norte de Londrina” é o resultado do projeto Meu Filho Repórter, que contou com 18 oficinas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013. 12 crianças do 4º ano da Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira e 17 do 4º e 5º anos da Escola Municipal Professora Ruth Lemos participaram do projeto do início ao fim, com grandes exemplos de responsabilidade, compromisso e dedicação. O jornal foi impresso em formato tabloide, em oito páginas coloridas, que englobam textos jornalísticos, fotos, desenhos, histórias em quadrinhos e artigos de opinião produzidos pelas crianças participantes.

O jornal foi impresso na gráfica da Folha de Londrina, graças ao apoio financeiro concedido pela Vila Cultural Gibiteca Zona Norte, em parceria com a Prefeitura de Londrina. As pautas para o jornal começaram a surgir a partir das fotos trazidas pelos alunos após a oficina de relação com a comunidade. As fotos foram tiradas pelos participantes fora do horário das oficinas, de forma livre e sem orientação prévia sobre o que deveria ser fotografado. Eles tiraram fotos da Vila Cultural, de lixo na rua e em terrenos abandonados, das escolas e da rua onde moram. Dessa forma, notou-se que os participantes agiram de forma crítica, mais comprometida e entendendo o que é bom no bairro e o que precisa ser modificado.

Em conversas com os grupos, foram verificados os assuntos que os participantes gostariam de escrever no jornal, a partir das fotos, o que correspondeu à maioria dos textos e/ou desenhos publicados. Um número pequeno de crianças não participou da atividade ou não a desempenhou da

forma esperada. Estes participantes desenvolveram os textos a partir de conversas informais com as pesquisadoras, nas quais foi possível identificar suas preferências e o que gostariam de retratar no jornal.

Com as pautas definidas e as oficinas de técnicas de jornalismo ministradas, as crianças estavam prontas para produzir os materiais para o “Folha Criança”. De acordo com o que foi recebido, o jornal ficou dividido em seis eixos (Escolas, Bairros, Cultura, Comunidade, Opinião e Histórias em Quadrinhos), como será explicado a seguir.

Três grupos retrataram as suas escolas no Folha Criança, por meio dos textos “Parquinho de escola precisa de consertos”; “Escola Ruth Lemos enfrenta problemas”; e “Insegurança é grande na Escola Ruth Lemos”, que abordam situações enfrentadas pelos alunos que os incomodam e que precisam de mudanças. Dessa forma, nota-se que as crianças souberam identificar demandas das escolas que estudam, a partir de uma visão mais crítica e mais comprometida. Nas conversas com os grupos, ficou perceptível que estas situações não os agradavam e que eles gostariam de conversar com as diretoras e professoras para entender os motivos e buscar soluções.

Outros três grupos de crianças entregaram textos que discutiam a realidade dos bairros em que moram. Em “Os dois lados do Vista Bela”; “Para combater a dengue, é importante que todos façam sua parte”; e “Terreno vira depósito de lixo” as demandas dos bairros vêm à tona. Os participantes conseguiram identificar os problemas que convivem todos os dias, se mostraram críticos a sua realidade e reportaram demandas próprias.

A cultura e demonstrações artísticas dos moradores da região Norte também foram retratadas no jornal. Objetiva-se enaltecer o local em que vivem, valorizar a região e reconhecer o que de bom ela proporciona. Nos textos “Rap expressa realidade da periferia” e “Crianças de escolas municipais participam de canto coral”, os participantes retrataram a cultura dentro de um universo muito próximo ao que estão inseridos. Dessa forma, reconhecem como arte o que vivenciam no dia a dia. E, na foto legenda “Grafite”, uma manifestação artística na Vila Cultural é observada por uma participante do projeto. Quatro grupos colocaram em foco a própria comunidade, o que ela produz e como os moradores estão atuando a seu favor. Em “Como manter uma associação de moradores” e “Dona Iracema ensina fazer artesanato”, duas personalidades do bairro foram os destaques das matérias, devido ao

trabalho que realizam em favor do bem comum. Já em “Vila Cultural é importante para o bairro”, o espaço é descrito como essencial para a formação de cidadãos; e em “Pequenos repórteres visitam a Folha de Londrina” as próprias crianças, principais elementos do projeto e frutos da comunidade, são os personagens da visita a um jornal diário da cidade. Além de notícias, os jornais são constituídos por artigos de opinião e editoriais, que elaboram reflexões sobre determinado fato ou assunto. No Folha Criança, três assuntos foram debatidos em forma de artigos de opinião, são eles: “A importância das comunidades em nossas vidas”; “Sobre o bullying”; e “Quando as crianças brincavam”. Os textos abordam temáticas vivenciadas no dia a dia deles e foram desenvolvidos a partir de uma visão mais crítica sobre os assuntos.

Os participantes do projeto se mostraram admiradores de histórias em quadrinhos. Muitos deles, um pouco antes e um pouco depois das oficinas, gostavam de escolher gibis da biblioteca comunitária da Vila Cultural e aproveitar o tempo para a leitura. Além disso, quando o jornal foi apresentado a eles, a página que mais os chamou a atenção foi, justamente, a que continha histórias em quadrinhos. A partir deste interesse, propus a eles que produzissem a própria história com base nos temas que discutimos nas oficinas. Em “Três formas de mudar o mundo”; “Limpendo a comunidade”; e “Projeto Jornal”, três diferentes temáticas são abordadas. Independente do tema, conceitos como “cidadania” e “relação com a comunidade” podem ser identificados.

6 – Avaliações

Após impressão e distribuição do Folha Criança, agentes envolvidos direta e indiretamente no processo foram ouvidos para que avaliassem a publicação. A opinião dos sujeitos é essencial para reflexão do processo desenvolvido e como ponto de partida para uma autoavaliação. Além disso, é essencial que os indivíduos envolvidos em pesquisas científicas tenham oportunidade e espaço para opinar sobre aquilo que também fizeram parte. As avaliações são ainda um meio dos leitores do trabalho terem acesso a informações ditas por outras pessoas, que não as pesquisadoras. Sendo assim, foram reportadas aqui as entrevistas realizadas com as professoras, as crianças e os pais, que avaliaram o resultado do jornal Folha Criança e o desenvolvimento do projeto “Meu Filho Repórter”.

As professoras Maria Aparecida Maricato, diretora da Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira; Ivanete Teixeira, diretora da Escola Municipal Professora Ruth Lemos; e Elena Andrei, professora doutora e coordenadora da Vila Cultural Gibiteca Zona Norte, foram ouvidas após a conclusão do jornal para que pudessem emitir suas opiniões. As três educadoras se disseram satisfeitas com os resultados, tanto pelo jornal em si, como pelo envolvimento das crianças. Elas ressaltaram o auxílio na aprendizagem e a visão mais crítica aos assuntos relacionados aos bairros e às escolas. Dos 29 participantes do projeto “Meu Filho Repórter”, 24 entregaram o texto com a avaliação sobre as oficinas, um número bastante expressivo. A avaliação foi realizada de maneira livre e sem interferência das pesquisadoras. Algumas perguntas foram apontadas apenas como ponto de partida àqueles que estavam com dúvidas sobre o que escrever, não sendo obrigatória a resposta das mesmas. De modo geral, as crianças gostaram de participar do projeto, compreenderam a importância das discussões, destacaram a visita à Folha de Londrina e contaram como foi a experiência como repórter. Além disso, vários participantes disseram que eram acostumados a passar a tarde inteira assistindo televisão e/ou utilizando o computador; e, com o projeto, passaram a aproveitar melhor o tempo, ao aprender coisas novas e estar em contato com os amigos. Algumas crianças disseram que conseguiram vencer a timidez na hora de entrevistar outras pessoas, e falaram também sobre o incentivo à leitura e o gosto por escrever.

No dia da distribuição do jornal, para as crianças e para a comunidade, cinco pais e/ou responsáveis foram entrevistados com objetivo de identificar a opinião deles a respeito do resultado do jornal, o aproveitamento das oficinas e quais as mudanças eles poderiam verificar no comportamento das crianças. Os pais e/ou responsáveis, sem exceções, se mostraram contentes com o projeto. Disseram que os encontros contribuíram para utilização do tempo produtivamente, possibilitando contatos com outras crianças. Ponto interessante foi o compromisso dos participantes, que cobravam os pais para que não se esquecessem das oficinas, pois não queriam faltar. Os entrevistados disseram que os filhos se mostraram muito motivados e que comentavam as oficinas em casa. Perceberam que as crianças demonstraram maior interesse pela leitura, um olhar diferenciado sobre as situações do cotidiano e se mostraram mais interessadas em participar de outras atividades.

Considerações finais

O jornal Folha Criança foi produzido por 48 mãos comprometidas, dedicadas e responsáveis. O que pode ser comprovado pela lista de presença, que revela que cinco participantes não faltaram em nenhum dos 18 encontros realizados; seis não compareceram em apenas uma das oficinas; e cinco faltaram duas vezes. Apenas três, das 29 crianças, não estiverem presentes em mais de um terço das oficinas. E, mais do que isso, elas se mostraram entusiasmadas com as oficinas, se sentiam orgulhosas por estarem “aprendendo a ser jornalistas” e sempre se viram como capazes de produzir um jornal feito por elas próprias.

O Folha Criança é um jornal comunitário porque foi feito pela própria comunidade e porque aborda a região em que ele está inserido, a partir dos problemas e características que a definem. Os participantes tornaram-se, assim, protagonistas da comunicação, ao escreverem, fotografarem e desenharem sobre o seu bairro, escolas, problemas enfrentados e suas preferências culturais; e, principalmente, a partir do levantamento de pautas realizado por eles mesmos.

Ao analisar o conteúdo publicado no jornal, nota-se que os textos abordam temáticas vivenciadas no dia a dia das crianças e foram desenvolvidos a partir de uma visão mais crítica sobre diversos assuntos, como é o caso do parque infantil da Escola Moacyr Teixeira, que estava sem uso devido à falta de manutenção. Os participantes identificaram a demanda e foram atrás das fontes para buscar a resolução do problema. A cultura e as demonstrações artísticas dos moradores do entorno também foram retratadas no jornal. As crianças visualizaram a cultura dentro de um universo muito próximo ao que estão inseridas, conseguiram enaltecer o local em que vivem, valorizar a região e reconhecer o que de bom ela proporciona. Um dos participantes escreveu sobre o próprio pai, que é cantor de rap, uma manifestação artística e cultural. Além da discussão sobre o estilo musical em si, o ponto que deve ser ressaltado é que a criança reconheceu no pai uma fonte para uma reportagem jornalística. Escrever sobre o pai mostrou à criança que todos temos histórias e que elas são igualmente importantes e devem ser valorizadas.

O fato é que as 29 crianças participantes do projeto foram capazes de produzir um jornal a partir de um olhar mais crítico e comprometido com a

realidade em que estão inseridas. O que só se tornou possível com a efetivação dos 18 encontros que uniram a práxis da mídia educação, aos pressupostos da comunicação comunitária e às técnicas do jornalismo impresso. As crianças participaram das oficinas, principalmente, porque viram ali um espaço produtivo para utilizar melhor seu tempo e não desperdiçá-lo em jogos de computador ou assistindo televisão.

O projeto demonstrou que práticas mídia educativas são importantes na formação de sujeitos criativos, críticos e comprometidos com a realidade em que estão inseridos. Neste sentido duas inferências que devem ser feitas, segundo Buckingham (2007), é que “talvez as crianças não sejam capazes de agir de forma diferente simplesmente por falta de oportunidades”. E mais. “As crianças só se tornarão competentes se forem tratadas como sendo competentes.”

A experiência evidencia que projetos desta natureza podem ser aplicados em outros contextos de modo a contribuir com a formação integral dos indivíduos envolvidos. É o que já acontece no Canadá, na Inglaterra, Austrália e África do Sul, que são considerados países líderes no mapa da educação para as mídias, segundo Fantin (2006). As práticas de mídia educação nas escolas também já são rotineiras na Espanha, Itália, França, Estados Unidos, Japão, nos países nórdicos, entre outros. As avaliações de pais, professores e crianças participantes do projeto “Meu Filho Repórter” comprovam o resultado positivo das oficinas. No entanto, a articulação entre educação e comunicação, proposta pelo projeto, ainda não é realidade no Brasil, na grande maioria das escolas. A diretora Maria Aparecida Maricato, da Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira, por exemplo, alegou que as escolas possuem “um projeto político pedagógico estruturado, com todos os conteúdos que precisam seguir durante o ano e, por isso, não há tempo para outras demandas”. Além disso, a formação dos licenciados, no Brasil, não contempla em seus currículos disciplinas de leitura crítica da mídia e/ou uso da mídia na educação. Dessa forma, torna-se inacessível aos professores a utilização destes conteúdos em sala de aula.

Infelizmente, ainda há muito que trilhar para que se alcance o que já é desenvolvido em outros países. Para que a disciplina de mídia educação esteja presente nos currículos das licenciaturas nas universidades, com objetivo de formar professores capacitados a levar a mídia para as escolas. E

que as escolas também tenham autonomia para trabalhar questões locais, de forma a estarem mais sintonizadas com a realidade dos educandos, e não apenas dar conta de um currículo verticalmente imposto.

Referências

ANDREI, Elena Maria. Entrevista para Monografia. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elenamariandrei@gmail.com> em 13 ago. 2014.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

CAVALCANTI, Joana. **O jornal como proposta pedagógica**. São Paulo: Paulus, 1999.

DELIBERADOR, L.M.Y. Importância de oficinas na prática de mídia educação na perspectiva da comunicação comunitária. In: **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife, 2011.

FANTIN, Monica. Mídia-educação e a formação do educador. In: **Mídia-Educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

GUTIERREZ, Francisco. **Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 1978.

MARICATO, Maria Aparecida. depoimento [ago.2014]. Entrevistadora: B.P. ARAÚJO. Londrina. Gravação em áudio por gravador digital.

PERUZZO, Círcia M.K. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

PERUZZO, Círcia M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. Jovens estão perdendo a capacidade de refletir. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 nov. 2010, p. 3.

TEIXEIRA, Ivanete. depoimento [ago.2014]. Entrevistadora: B.P. ARAÚJO. Londrina. Gravação em áudio por gravador digital.

PARTE 3 – COMUNICAÇÃO E CULTURAS POPULARES: ENTRE TRADIÇÕES E INOVAÇÕES

Capítulo 16 – A comunicação popular na construção e preservação da história e memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)*

Ana Aparecida Frabetti Valim Alberti

Introdução

A comunicação denominada popular, que se desenvolveu nas décadas de 1970 e 1980 no interior dos movimentos populares e operários e das comunidades eclesiais de base, é impulsionada pela criação e atuação dos centros de documentação, em sua maioria, financiados pela Igreja Católica e Protestante. Entre eles, o Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) e o Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (CEMI). Experiências que apoiaram e assessoraram os movimentos populares e operários no fazer comunicação, naquele momento histórico. Seus acervos preservaram a história e a memória das lutas populares e dos trabalhadores travadas em um contexto de reorganização social e de distensão da ditadura militar no Brasil.

Os centros de documentação surgem e se desenvolvem em um cenário de ebulição político-social-religioso e cultural do país marcado por greves, passeatas, manifestações dos movimentos populares urbanos, ocupações de terras rurais e urbanas e pela implementação da Teologia da Libertação¹, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)².

* Este artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada *A Comunicação Popular na Construção e Preservação da Memória das Lutas Populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)*, defendida em março de 2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Cíclia M. K. Peruzzo.

¹ A Teologia da Libertação tem sua origem no Concílio Vaticano II, mas sua primeira aparição pública foi na Conferência de Chimbote, no Peru, em 1968, ocasião em que o dominicano peruano Gustavo Gutierrez apresentou as linhas do pensamento teológico latino-americano, que propunha a necessidade de articular a teologia com o contexto socioeconômico e político da América Latina (PUNTEL, 1994, p. 75). É uma reflexão crítica da práxis sobre a fé, uma teologia militante, que utiliza como fator de racionalidade, o da análise e o da transformação da história (RICHARD, 1982, p. 22).

² As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos integrados por leigos cristãos, organizados em torno da paróquia, no setor urbano, ou capela, no rural e vinculam-se

O Centro de Pastoral Vergueiro (CPV)³, posteriormente denominado Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, foi fundado em 1973, ainda nos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar, situado inicialmente à Rua Vergueiro, região sudeste de São Paulo. É voltado para setores de oposições sindicais urbanos e rurais, de São Paulo (sobretudo a Oposição Sindical Metalúrgica) e de outros estados, pastorais, grupos de bairros, grupos de alfabetização e supletivo.

O Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (CEMI) funcionou entre os anos de 1983 e 1992 na região episcopal de São Miguel Paulista, Arquidiocese de São Paulo, sendo responsável pela criação do Jornal Grita Povo e da Rádio do Povo, além de cursos de capacitação em comunicação e educação popular.

Apesar da importância que tais centros tiveram na construção da história e preservação da memória das lutas sociais, travadas naquele período, e seus acervos, atualmente, serem referência de pesquisa histórica e acadêmica na área da comunicação popular, parte dos originais estão em risco de se perder e ou se deteriorar. Do acervo do CEMI, desativado em 1992, resta muito pouco, já que não há informações atuais do paradeiro do conjunto dos documentos.

O CPV manteve seu arquivo até recentemente acomodado em condições precárias em uma garagem de um antigo prédio em São Paulo. Em junho de 2018, todo o acervo foi repassado ao AEL – Arquivo Edgard Leuenroth – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

O que ainda está em risco, como é o caso do acervo do CEMI, não é somente os originais, mas a própria memória das lutas recentes levadas pelos movimentos populares e operários, contadas por seus protagonistas em informativos, cartilhas, cartazes, jornais e boletins impressos, eslaides, fotos, audiovisuais e vídeos. O que entendemos, além de ser um prejuízo histórico, é

diretamente ao serviço libertador do próximo, nos mutirões, campanhas, lutas por melhorias no bairro, atividades sindicais, denúncias, defesa dos direitos humanos (BETTO, 1986, p. 99-100). Neste sentido, as CEBs funcionam como núcleos de articulação e motivação de militantes cristãos que atuam nos movimentos populares e nas organizações operárias de base, na linha do compromisso evangélico com a libertação dos oprimidos. São espaços de animação da vida em sua totalidade, à luz da fé.

³ Neste estudo, adotaremos a primeira denominação: Centro de Pastoral Vergueiro, como era conhecida a entidade nos anos de 1970 e até o final dos 1980.

científico, já que esses materiais expressam um modelo inovador de comunicação, resultado de um processo permeado pela participação dos envolvidos, conscientização, educação e organização popular, à luz da teoria dialógica de Paulo Freire.

Qual a importância de se resgatar e preservar tais acervos e a quem interessa preservá-los? Ou descartá-los? O objetivo geral do artigo é identificar a que se deve a falta de investimento na preservação dos referidos acervos – memória viva das lutas populares recentes no país.

Como objetivos específicos: discutir a contribuição da Igreja Católica, enquanto responsável pela criação dos centros de documentação, no contexto das práticas de comunicação popular desenvolvidas no período. Assim como entender o papel dos profissionais de comunicação, que dinamizavam o funcionamento dos centros. E, finalmente, destacar as experiências e esforços de grupos de voluntários para a recuperação e preservação dos arquivos do CPV e do CEMI.

Levando-se em conta nossas inquietações⁴ sobre a importância dos materiais elaborados – a partir, no interior, e voltados aos movimentos –, para os envolvidos/protagonistas, optamos pelo método da História Oral que, segundo Verena Alberti (2013, p. 24), privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo. Recurso considerado “história vista de baixo [...] elemento que vem adquirindo sentido no rol dos registros e estudos dos silenciados e dos excluídos dos mecanismos de registros da história” (MEIHY, 2000, p. 44).

Para a pesquisa de mestrado realizamos entrevistas em profundidade⁵ com 19 pessoas (dez do CEMI e nove do CPV), religiosos, líderes comunitários e operários, militantes de movimentos populares que participaram diretamente na elaboração dos produtos comunicacionais; profissionais que assessoraram as experiências e a elaboração de materiais, no referido

⁴ O nosso projeto de pesquisa de mestrado tem sua origem nas inquietações que passam a permear nossas reflexões após anos de jornalismo voltado a movimentos populares, sindicais, pastorais, organizações não-governamentais, partido político, enveredando pelos caminhos da comunicação popular que ajudamos a desenvolver, sobretudo nos anos de 1980.

⁵ A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de entrevistados para serem analisadas e apresentadas de forma estruturada (DUARTE, 2006, p. 62).

período, e envolvidos na preservação dos acervos. Como técnicas de investigação, adotamos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, por meio de entrevistas em profundidade.

Com o resgate de experiências comunicacionais populares como o CEMI e o CPV, sobretudo em sua perspectiva de transformação social, participação e construção da cidadania, pretendemos fortalecer a importância da preservação, divulgação e disponibilização dos acervos, como memória viva e referência histórica e empírica para os movimentos sociais. Entendendo memória não como algo do passado, mas empenhada e integrada com o presente, no sentido de novas reformulações, ações e criações.

Acreditamos, também, colaborar com uma referência para as novas gerações de profissionais da comunicação, visando a valorização de princípios de cidadania, participação ativa e interação social no fazer comunicativo, e para a criação de novas práticas comunicacionais populares e comunitárias. Consideramos ser ainda uma contribuição para o processo de democratização dos meios de comunicação, um grande desafio que se impõe nos dias atuais.

1 – Cenário político e eclesial

Em 1974, portanto um ano após a fundação do CPV, o general Ernesto Geisel é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral e “delineia um projeto retilíneo de transição e o conduz do Palácio, impondo-se às ruas tomadas pela esquerda e aos quartéis tomados pela extrema-direita [...]” (NAPOLITANO, 2014, p. 232), implementado no chamado período de distensão da ditadura militar. O termo distensão vai na contramão do saldo repressivo do governo Geisel, que se prolongou até 1979, durante o qual 39 opositores desapareceram, 42 foram mortos pela repressão, além do fechamento do Congresso Nacional por 15 dias (NAPOLITANO, 2014, p. 234).

Para analisar a Igreja não se deve considerá-la um bloco monolítico, já que nela existem três tipos de tendências: a conservadora, a liberal e a democrática. A primeira, totalmente em função da ordem conservadora, do status quo; a liberal, que tem compromisso com certos princípios, como o de justiça social, por exemplo. A terceira vertente, a democrática, se baseia em dois princípios básicos: a igualdade e a participação. “Igualdade nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, e participação de todos na luta por essas igualdades” (SOUZA, 1982, p. 26).

Desde os anos 1950 e 1960, a igreja já vinha dividida, entre visões diferenciadas da teologia e da prática pastoral, sobretudo dada a participação crescente dos leigos e sua inserção no mundo, bem como de clérigos, comprometidos com movimentos de transformação social. Com destaque para a experiência alfabetizadora de Paulo Freire, com forte presença de cristãos (ROSSI, 2007, p. 26-29). Participação acentuada pelo Concílio Vaticano II⁶. A inserção dos leigos se dava por meio de grupos como a Ação Católica Brasileira, Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária (JAC), a JEC dos estudantes secundaristas, a JUC dos universitários e a Juventude Independente Católica (JIC) que agrupava os que não se encaixavam nas outras categorias (SALEM, 1981, p. 22).

Com o golpe militar, em 1964, houve prisão ou perseguição de milhares de militantes da JUC e católicos em geral. Há certa unanimidade nos setores da Igreja em reconhecer a importante contribuição desses grupos na formação da chamada Igreja Popular, que se desenvolve, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, inspirada na Teologia da Libertação (SALEM, 1981, p. 28), no interior da qual se desenvolve também a comunicação popular.

Para Regina Festa (1986, p. 18), os movimentos, ligados ou não à Igreja, mas com a participação ativa de cristãos, duramente reprimidos após o golpe de 1964, ressurgem lentamente, com outras características após 1970. Já que o golpe havia mostrado que não bastava realizar trabalho de massa. Era preciso conscientizar as classes trabalhadoras brasileiras, “um trabalho lento, de formiga, que ampliava os ensinamentos da etapa anterior e assimilava, com outras características, a proposta de Paulo Freire aliada aos ensinamentos de Gramsci” (FESTA, 1986, p. 18). Com a repressão crescente do regime militar e o conseqüentemente desmantelamento de partidos e organizações de esquerda, muitos dos antigos militantes que conseguiram permanecer no país passaram a trabalhar com a Igreja, que se configurou como espaço fértil de reflexão e reconstrução tanto dos movimentos populares como dos trabalhadores e das lutas sociais em geral, lembra Festa (1986, p. 18).

⁶ Reunião de bispos de todo o mundo, convocado pelo papa João XXIII, e realizado em Roma, de outubro de 1962 a dezembro de 1965, “para deliberar sobre assuntos de doutrina e da missão da Igreja no mundo [...]” (PUNTEL, 1994, p. 44).

Anizio Batista de Oliveira⁷, um dos nossos entrevistados, que participou da formação do CPV, lembra que em sua etapa inicial o centro teve apoio de muitos intelectuais e militantes dos partidos clandestinos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Partido Operário Comunista (POC), entre outros, que também assessoravam os movimentos populares.

O mesmo ocorreu com o CEMI, segundo Carlos Strabelli⁸, um dos fundadores do centro de São Miguel, em seu depoimento à autora. No final da década de 1970 e início dos anos 1980 a ditadura ainda estava instalada no país e os militantes dos partidos de esquerda na clandestinidade se acomodavam dentro da Igreja, “porque era onde acontecia o movimento popular; eles ajudaram a gente a pensar, organizar, mobilizar, devo minha consciência política a esse pessoal”.

Os centros de documentação e comunicação populares que surgem no contexto de reerguimento dos movimentos e de distensão da ditadura, de expansão das CEBs e das pastorais sociais “terão papel fundamental na recriação de uma educação popular mais comprometida com o nível de consciência da classe subalterna” (FESTA, 1986, p. 18).

2 – Centros: celeiros da comunicação popular

A trajetória dos centros de documentação, educação e comunicação popular se dá concomitantemente ao desenvolvimento da comunicação popular no Brasil. “A expansão das lutas populares traduz uma necessidade de instrumentalização prática e teórica daqueles que estão comprometidos com a

⁷ Anizio Batista de Oliveira participou da fundação do CPV, do qual é o atual presidente; da Oposição Metalúrgica de São Paulo, da fundação do Partido dos Trabalhadores (pelo qual foi eleito deputado estadual, em 1982) e da CUT. Atualmente, é aposentado e, à época da entrevista, fazia parte da executiva da Casa da Solidariedade, órgão ligado à Arquidiocese de São Paulo que atua junto aos trabalhadores desempregados; era dirigente da Associação dos Professores de Filosofia e Filósofos do Estado de São Paulo (Aproffesp) e do Centro da Comunidade Jardim Maria Estela (CDC) e integrava a direção estadual do Partido Solidariedade e Liberdade (PSOL) em São Paulo. Entrevista realizada em 10/04/2015.

⁸ Carlos Strabelli é um dos criadores do CEMI, que coordenou por oito anos, enquanto padre; à época da entrevista era coordenador de Cultura do CEU Inácio Monteiro na Cidade Tiradentes, em São Paulo. Entrevista concedida em 30/05/2015. Strabelli faleceu em 08/01/2019.

transformação social” (CPV, 1985). Além disso, segundo Luiz Roberto Alves (1986, p. 144-145), os centros surgem “pela motivação das bases em construir uma memória e usá-la para a reflexão, para o processo de conscientização”. “A memória dos pobres jamais será a memória dos grupos dominantes”, assegura.

Tanto o CPV como o CEMI tiveram importante papel na orientação, difusão e alimentação dos diversos movimentos no fazer comunicação popular, registrando suas ações, coletando materiais produzidos, assim como devolvendo novos materiais com análise e reflexão dessas ações, visando à transformação político-social, a partir da luta por demandas sociais, que se davam nas fábricas e nos sindicatos; nos grupos e comunidades pastorais, bem como nos movimentos sociais e políticos (CPV, 1985).

Ao abordar temas locais ou específicos, a comunicação popular, segundo Cicilia Peruzzo (1998, p. 157), desperta o interesse do seu público, por seu conteúdo e personagens terem relação direta com a vida concreta das pessoas, “o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais” (PERUZZO, 1998, p. 157). Ao mesmo tempo em que, ao documentar o processo de organização e de lutas dos movimentos sociais, de trabalhadores, de grupos sociais e comunitários, a comunicação popular contribui para a construção da memória das lutas dos segmentos economicamente subalternos.

A criação do CPV partiu de frades dominicanos, mais precisamente de Frei Giorgio Callegari, que reuniu em torno do projeto professores e estudantes universitários, profissionais liberais, além de militantes de organizações de esquerda. Desde a sua fundação, em 1973, o CPV assumiu o compromisso de “preservar a memória de resistência e organização popular, mas não para armazená-la apenas, mas para divulgá-la para que servisse de instrumento de transformação” (HISTÓRIA..., 2011, jan.). O surgimento do CEMI tem sua referência na figura de Dom Angélico Sândalo Bernardino, jornalista de profissão, que é nomeado bispo-auxiliar da Região Episcopal de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, em 1975. Época em que as CEBs eram uma das prioridades da Igreja de São Paulo, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, desde 1970, nos passos do Concílio Vaticano II, com ênfase na participação dos leigos (ESPERANÇA, 1995, São Paulo, p. 13). Linha que vai nortear também a criação do CEMI, sob a égide da Teologia da Libertação.

3 – A comunicação que emerge do “povo” organizado

O pensamento freiriano no que se refere à dialogicidade na educação e a defesa da posição transformadora do ser humano no mundo inspirou muitos autores latino-americanos em seus estudos sobre a comunicação popular, como lembra Cicilia Peruzzo (2009, pp. 48-49), inclusive a própria. Entre eles, também, Mario Kaplún, Luis Ramiro Beltrán, Regina Festa, Joana Puntel, Luiz Gonzaga Motta, e outros.

Para Paulo Freire (1971), o que caracteriza a comunicação enquanto esse comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Na comunicação, afirma o autor, não há sujeitos passivos, “os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo”. Neste sentido, adverte o educador, para que seja eficiente é indispensável ao ato comunicativo o acordo entre os sujeitos, “reciprocamente comunicantes” (FREIRE, 1971, p. 67).

Em entrevista à autora, segundo Aldo Escobar⁹, criador e coordenador do curso de comunicação popular no CPV, por mais de dez anos, a metodologia na prática da documentação e comunicação popular implantada pelo CPV, e posteriormente pelo CEMI, remonta a década de 1960 e 1970. Período em que, lembra, intelectuais e militantes na América Latina e inclusive da América Central e México, dedicavam-se a uma leitura crítica da realidade latino-americana “na perspectiva da educação popular transformadora”, à luz do pensamento de Paulo Freire. Entre as entidades destacavam-se duas de abrangência continental: o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), com sede em Quito, Equador, e a Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC) em Lima, Peru.

Com base nos pensadores frankfurtianos, o grupo de investigadores entendiam os então chamados meios de comunicação de massa como “instrumentos de penetração e conservação ideológica”. Entretanto, dedicava-se a construir um pensamento comunicacional que relativizava os efeitos

⁹ Aldo Escobar participou do CPV, enquanto ainda estudante da USP. Foi responsável pela gráfica e pela implementação do curso de comunicação popular no centro, que ministrou por mais de dez anos. Jornalista, atualmente trabalha na Secretaria de Comunicação da Assembleia Legislativa de Vitória/ES e integra a Comissão Especial de Verdade, como pesquisador. É o atual vice-presidente do CPV. Entrevista concedida em 18/02/2015.

supostamente produzidos por esses meios. A ênfase da pesquisa recaía na comunicação e na documentação populares “como instrumentos voltados para a atividade educativa das massas trabalhadoras”.

Nessa perspectiva, a comunicação popular não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como “um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares” (PERUZZO, 2008, p. 368). Que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação e tem o “povo”, termo entendido como as classes subalternas situadas em oposição das classes dominantes, na sociedade, como protagonista principal, “o que a torna um processo democrático e educativo” (PERUZZO, 2008, p. 368).

Luis Ramiro Beltrán ([1991] 2007, p. 30) também concebe a comunicação popular como um processo de interação social democrática que se baseia no intercâmbio de símbolos pelos quais os seres humanos “compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação” (tradução nossa).

Ainda nessa linha e referindo-se ao que denomina “comunicador popular”, Mario Kaplún (1985, p. 13) lembra que a verdadeira comunicação não começa falando, mas escutando. Que é preciso avançar de forma paciente, passo a passo, sabendo que a participação é um processo, “não se dá de um dia para outro, nem tampouco por geração espontânea: há que saber estimulá-la [...]” “nós buscamos ‘outra’ comunicação: libertadora, participativa, conscientizadora, problematizante” (tradução nossa).

Em seu depoimento à autora, Waldemar Rossi¹⁰, que protagonizou a formação do CPV, lembra que a escuta era determinante no processo de elaboração das matérias para o boletim da Juventude Operária Católica, do qual participava nos anos de 1950 e 1960. “A estratégia era ouvir bastante e perguntar muito, para procurar entender e depois disso imaginar como entrar no universo dos jovens trabalhadores, que também era o meu”. O boletim era escrito em “linguagem nossa, coisinha simples”. “A comunicação com

¹⁰ Waldemar Rossi, apesar de não ter participado diretamente da criação do CPV, atuou em consonância com o centro desde os seus primórdios. Participou da coordenação da Juventude Operária Católica, da criação da Oposição Metalúrgica de São Paulo, Pastoral Operária, Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT). Metalúrgico aposentado, fazia parte da coordenação da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo e era militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entrevista concedida à autora em 28/11/2014. Waldemar faleceu em 04/05/2016.

trabalhador não tem que ter floreio, é direta. E isso foi fundamental para a minha militância”.

A comunicação popular, segundo Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo responsável pela criação do CEMI e o jornal Grita Povo, no início da década de 1980, “é serviço específico de libertação da comunidade; do povo ao povo!”. Não é contrária, nem substitui aquela feita pelos grandes meios de comunicação, porque “é simples, exercida com meios e alcances diferentes” daquela. Experiências que “parecem insignificantes”, mas, somadas são “grande força”. Ele compara a comunicação popular ao rio Amazonas, “quando nasce é um rio de nada, quando chega à desembocadura, parece um oceano”. Reconhecendo, assim, a “imensa força” do que ele chama de “jornalismo caseiro” na construção da “maneira nova e crítica de pensar e de agir do povo” (BERNARDINO, 1989, p. 9).

O que Cicilia Peruzzo (2008, p. 372) chama de “contra-comunicação” ou “outra comunicação” é produzida especialmente no âmbito dos movimentos populares, organizações de base, da imprensa alternativa, oposição sindical metalúrgica, setores progressistas da Igreja Católica e realizada por militantes articulados nos núcleos de produção audiovisual. Uma nova comunicação que representou “um grito sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações” (PERUZZO, 2004a, p. 115). “Para mim o Grita Povo foi um meio de comunicação que permitiu a gente dar o nosso grito”, lembra a então dona de casa, Angelina Aparecida dos Reis Camilo¹¹. Apesar de não participar plenamente da elaboração do jornal, “estava junto, na decisão do conteúdo”.

Enquanto instrumento político das classes subalternas no sentido de externar “seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2008, p. 370), a comunicação popular, também denominada alternativa e comunitária, segundo a autora (2008, p. 370), é expressão das lutas populares por melhores condições de vida.

¹¹ Entrevista realizada em 18/03/2015. Angelina é professora aposentada, militou nos movimentos populares, comunidades de base e Consciência Negra, participou das atividades do CEMI, trabalhou na Casa de Solidariedade, entidade vinculada à Arquidiocese de São Paulo que atua junto aos trabalhadores desempregados. Atualmente, é coordenadora da Associação Sociocultural Adebanke, que funciona nos baixos da passarela e viaduto Artur Alvim, na Zona Leste, capital paulista.

Nesse sentido, Carlos Strabelli, em sua entrevista à autora, lembra que a comunicação popular que se fez na região de São Miguel Paulista, nos anos de 1970 e 1980, “coordenou, deu liga, deu conjunção para o movimento popular, juntou as pessoas e propostas, criou consciências novas”. No entanto, avalia que ela “foi um agente dentro de um conjunto muito maior”. “Não vamos dizer que fizemos a revolução, mas no movimento de redemocratização do país éramos um elemento forte, militantes bravos e organizados, tínhamos ideias, propostas e postura”, afirma.

No âmbito do movimento popular, segundo Gonzaga Motta (1987, p. 46), a comunicação popular desempenha duas funções: de apoio e de potencialização. A primeira refere-se ao auxílio à mobilização e organização, atendendo à necessidade do movimento de levar a informação a um maior número possível de pessoas, em torno de um determinado problema. A segunda diz respeito à necessidade de sensibilizar estas pessoas a participarem e interessar-se pela questão, bem como mobilizá-las e motivá-las para a organização e uma ação consciente.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2011, p. 342), no final dos anos de 1970 e parte dos 1980, no Brasil e na América Latina, destacaram-se movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição às ditaduras militares, sobretudo de base cristãos, inspirados na Teologia da Libertação. Que contribuíram de forma decisiva na conquista de direitos sociais. Movimentos que representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como “força-tarefa”, mas como “campo de atividades e experimentação social”. Constituinte e desenvolvendo o chamado empoderamento de atores da sociedade civil organizada e criando identidades para grupos antes dispersos e desorganizados (GOHN, 2011, p. 336).

No seu processo de constituição, os movimentos populares, lembra Cicilia Peruzzo (2004b, p. 2), descobriram a necessidade de se apropriarem das técnicas de produção jornalística, radiofônica, estratégias de relacionamento público etc. Bem como da utilização da comunicação – desde as formas grupais e individuais até os meios tecnológicos – “como uma necessidade, ou seja, como canais importantes para se comunicarem entre si e com seus públicos”, na perspectiva de se fortalecer e realizar os objetivos propostos (PERUZZO, 2004b, p. 2).

Tanto o CEMI como o Grita Povo foram importantes para apoiar os movimentos sociais, bem como apoiar o processo de redemocratização do país e a luta pelos direitos humanos, afirma o jornalista Gilberto Nascimento¹², que participou do jornal desde sua criação. “Eles contribuíram para uma leitura do mundo e conseqüentemente para a formação de lideranças e a minha própria, com um trabalho de base com vistas na conscientização e despertar popular”.

4 – Acervos: a quem interessa a memória popular?

O acervo do CPV e o que resta do CEMI guardam a história e a memória das lutas populares e da comunicação popular, desenvolvidas nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Cartilhas, jornais, vídeos, áudios, boletins, fotografias, cartazes, bótons, camisetas que trazem a saga dos movimentos populares e dos trabalhadores que lutaram contra a ditadura militar e mudaram a história do país, registrada e preservada no referido período. Sua perda ou deterioração são um risco iminente para essa história.

O acervo do CPV representa “um patrimônio construído em todo o país por milhares de trabalhadores, enquanto sujeitos do processo político” (CONHEÇA..., s.d.), composto por mais de 100 mil documentos, 77 mil periódicos, 12.500 livros, 550 fitas cassetes gravadas, além de vídeos, áudios, entre outros materiais (CPV, Diagnóstico 2005, 2005). Já, o paradeiro do conjunto do acervo original do CEMI, sob a responsabilidade da Diocese de São Miguel, é uma incógnita. À época do encerramento das atividades do centro, em 1992, Carlos Strabelli, que coordenou o centro desde a sua fundação, assegura que havia 55 mil documentos originais, 5.000 eslaides, 20 horas gravadas de vídeo, além de coleções completas de jornais alternativos. Atualmente, a diocese dispôs à nossa pesquisa apenas algumas dezenas de cartilhas, colocadas em duas prateleiras, na biblioteca do Instituto de Teologia, em São Miguel.

Para nosso estudo acessamos o arquivo pessoal do padre Antonio Luiz Marchioni, o Ticão, que mantém parte dos materiais do CEMI, do qual foi

¹² Gilberto Nascimento é jornalista, atuou como voluntário no Jornal *Grita Povo*, desde sua fundação. Trabalhou no *O São Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *Estadão*, *Carta Capital*, *TV Record*, *TV Gazeta*, *Correio Braziliense*, *Isto É*, *Terra*, *Tempo* e *Presença*, *Brasil Econômico*, entre outros. Entrevista concedida à autora em 13/05/2015.

também cofundador, e está empenhado em repassar os documentos, para sua preservação e acesso popular, ao Centro de Memória da Zona Leste, a ser construído no campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que está sendo implantada naquela região. Por enquanto, um sonho a ser realizado.

A mudança no cenário político e eclesial brasileiro que tem início nos anos de 1980 contribuiu para o declínio das atividades tanto do CPV como do CEMI. A abertura política, a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a volta das eleições diretas para presidente em 1989, bem como a conquista de sindicatos pelas oposições, a criação do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), levaram as instituições internacionais financiadoras, responsáveis pela quase totalidade dos recursos repassados aos referidos centros, a redirecionar seu apoio a países da África e do Leste Europeu, entendendo-se que a democracia no Brasil havia sido restaurada.

O CPV manteve seu acervo a duras penas, mas a falta de financiamento para a conservação dos documentos levou o centro a optar pela doação do mesmo ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cujo repasse total se deu em junho de 2018¹³.

No caso do CEMI, além desses fatores, os entrevistados são unânimes em apontar como fator relevante do declínio e fechamento do centro a mudança que ocorre na Igreja de São Paulo, em 1989, com a divisão da Arquidiocese. Uma investida da ala conservadora da Igreja Católica, orquestrada pelo papa João Paulo II contra a Teologia da Libertação, que enfraqueceu a ação do cardeal arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e depôs bispos progressistas como Dom Angélico Bernardino de São Miguel.

No entanto, segundo depoimentos à autora, a questão da participação dos envolvidos na gestão de tais centros foi determinante para a preservação ou não de seus respectivos acervos. O CPV, apesar de ter sido criado por religiosos dominicanos, a presença de leigos na direção foi marcante desde a sua fundação. Já, o CEMI sempre foi coordenado por padres, sob a batuta do

¹³ Videorreportagem PAVIO sobre o repasse do acervo do CPV ao AEL (Unicamp). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BlRlRlX_CeGo.

bispo, quando esse sai, o acervo, propriedade da diocese, fica inicialmente literalmente jogado às traças e pombos, e agora nem se sabe seu paradeiro.

Como assegura Cicilia Peruzzo (2004a, p. 143) não basta “dar voz e vez”, “dar voz a quem não tem voz”, ou ainda “abrir os microfones ao povo”; a participação implica em compartilhar o poder, não acabar com ele, já que é necessário para a organização, mas “pela participação, democratizá-lo” (PERUZZO, 2004a, p. 147).

Considerações finais

Podemos dizer que o CPV e o CEMI cumpriram sua missão no apoio, orientação e assessoria no fazer comunicativo dos movimentos populares e operários e das comunidades eclesiais, bem como na preservação da memória de suas lutas, sobretudo nos anos de 1970 e 80. Hoje, são acervos, lugares de memória, termo forjado pelo historiador francês Pierre Nora, cuja razão fundamental de ser “é parar o tempo, é bloquear o trabalho de esquecimento [...], no incessante ressaltar de seus significados [...]” (NORA, 1993, p. 21).

No entanto, apesar do reconhecimento da importância de tais acervos que guardam a memória das lutas recentes populares e dos trabalhadores, não há interesse em preservá-los. De um lado, por conta dos elementos da nossa cultura que conserva as marcas da “cultura senhorial, cunhada pela sociedade colonial escravagista” (CHAUÍ, 2013, p. 87) e que contribuem para o processo de “desmemorialismo”; bem como pela falta de políticas públicas efetivas. De outro, conforme depoimentos à autora, por questões político-ideológicas.

Entrevistados do CPV imputam a falta de financiamento, tanto por parte de entidades sindicais como do próprio governo federal, comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) há 13 anos, às divergências político-sindicais que tiveram início ainda nas décadas de 1970 e 1980. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – grupo apoiado e assessorado pelo CPV, desde sua fundação, – defendia propostas contrárias aos demais grupos que compunham tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como o Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁴. Como, por exemplo, acabar com o imposto sindical

¹⁴ Dentro da CUT havia e há as várias correntes de pensamento. A Oposição Metalúrgica de São Paulo fazia parte do grupo minoritário denominado CUT pela Base, enquanto os sindicalistas do ABC integravam a corrente majoritária, a Articulação, que sempre esteve no comando da central

e toda a estrutura sindical nos moldes decretados no governo de Getúlio Vargas, “defendida pelos metalúrgicos do ABC”.

Acreditamos que a falta de interesse em preservar certas memórias ou mesmo seu apagamento atendem também a interesses de classes dominantes no poder do Estado, da Igreja e nos variados setores da sociedade. De acordo com Le Goff ([1924], 2008, p. 471) os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva, enfatizando a importância de se trabalhá-la de forma que sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Além de ser uma conquista, a memória coletiva é um instrumento e objeto de poder. Apoderar-se dela ou do seu esquecimento é preocupação das classes e grupos que dominam a sociedade (LE GOFF, [1924], 2008, p. 422).

Nesse sentido, a nosso ver, mais que uma questão financeira, o não investimento na preservação dos acervos do CPV e do CEMI é uma opção política. Afinal, esses documentos empoeirados, tecnicamente obsoletos, aparentemente inofensivos e descartáveis, escondem um segredo de importância vital para o desenvolvimento social: PARTICIPAÇÃO dos envolvidos, construída no exercício democrático do fazer comunicativo. Memória viva das lutas e que pode vir a ter uma função subversiva, como diz Rubem Alves, se vierem à tona e forem ressignificadas.

Preservar os acervos do CPV e do que restou do CEMI é perpetuar a memória coletiva de lutadores e lutadoras que fizeram a diferença no processo de redemocratização do Brasil. Imprescindível também para a realização de novas pesquisas no que refere ao modelo comunicacional inovador que se configurou e se configura a comunicação popular, enquanto instrumento de luta e processo de conscientização, educação e transformação social.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALVES, Luiz Roberto. Comunicação e cultura popular: as prosopopéias na rua, no meio do redemoinho. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

desde a sua fundação. Com algumas variações, essa composição se dava e se dá também dentro do Partido dos Trabalhadores.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Adiós a Aristóteles: la comunicación “horizontal”. In: **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**. a.7. n.7, p.12-36, [1991] 2007.

BERNARDINO, Dom Angélico Sândalo. O povo conta a sua verdade. **Vida Pastoral**, São Paulo, mar-abr. p. 9-12, 1989.

BETTO, Frei. Comunicação popular e igreja. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 99-117.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DIAGNÓSTICO 2005. **CPV**, São Paulo, 2005.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J; BARROS, ANTONIO (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006, p. 62-83.

ESCOBAR, Aldo. **Memória e história: comunicação e documentação no processo de registro da luta**. In: II Seminário internacional Mundos do Trabalho – da Associação Nacional dos Pesquisadores Universitários de História), 2012.

ESPERANÇA sempre 1745-1995. **ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO**. São Paulo, 1995.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo da (Orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo, Paulinas, 1986.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**: ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago.2011.

HISTÓRIA um pouco da nossa. História. **CPV**, São Paulo, jan.2011. Disponível em: <www.cpvsp.org.br/cpv.php>. Acesso em: 26 jun. 2014.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Buenos Ayres: Lumen, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges, Campinas: Unicamp, [1924], 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 3.ed., 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais. In: SIMPSON GRIBERNG, Máximo (Org). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 – História do regime militar** brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. In: **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, São Paulo, p. 7-28, dez. 1993.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 3.ed. 2004a.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave**: Revista da Universidad de La Sabana, Bogotá, v.11, n.2, p. 367-379, dez. 2008.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Anais do VI Colóquio Internacional Sobre a Escola Latino-americana de Comunicação, 2004b.

POPULARES o CPV e a memória das lutas. **AEL**, Campinas, ago.2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3u2cSKY>>. Acesso 16 abr.2019.

PUNTEL, Joana. **A igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

RICHARD, Pablo. **A igreja latino-americana entre o temor e a esperança**. Tradução de José A. de Assis. São Paulo: Paulinas, 1982.

ROSSI, Waldemar. A teologia da libertação e o movimento operário. In: DAL MÉDICO, Clarice F.; SILVA, Émerson N. da (Orgs.). **Palavra e vida os novos desafios do mundo do trabalho**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. In: MOURA, A. Carlos; SALEM, Helena; ANTERO, Luiz Carlos; MAKLOUF, Luiz; GUSMÃO, Sérgio Buarque; SALEM, Helena (coord). **A igreja dos oprimidos**. Brasil Hoje, São Paulo: Brasil Debates, n. 3, 1981. p. 17-64.

SÉRIE de Documentação. **CPV**. V.1, São Paulo, 1985.

SOUZA, Herbert José. Relação igreja-poder político. In: BETTO, Frei (Org). **Fé e compromisso político**. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 25-31.

Capítulo 17 – Hip Hop como processo comunicacional e sociabilidade para jovens indígenas de Dourados (MS)*

Ariadne Freitas Bianchi de Oliveira

Introdução

Mato Grosso do Sul (MS) tem a segunda maior população indígena do Brasil. Dourados, município ao Sul do Estado, só perde em arrecadação para a Capital, Campo Grande. É nesse município em que estão situadas as reservas Jaguapiru e Bororó onde estão localizados os “Guarani Kaiowá”. No Brasil, na verdade, existem três grupos étnicos chamados de Guarani: os Kaiowá, o Guarani Nandeva e o Mbya, segundo Cavalcante (2013, p. 21). Apesar de grupos distintos, entendemos que o uso do termo Guarani Kaiowá também conota um sentido político que simboliza uma luta em comum pela terra.

Limbert (2009, p. 171) explica que a terra, para o Guarani Kaiowá, é o “sustentáculo de sua identificação étnica, constituindo um elemento básico para sua vida” e como a Reserva de Dourados é superpovoada, “dificulta a integridade dos índios”. A perda desses territórios, considerados sagrados e, portanto, tradicionais, tem consequência direta no cotidiano desses indígenas, seja na fragmentação política, econômica, social e cultural, seja na organização da reserva, nas questões de convivência, nos conflitos internos como a violência, a desnutrição infantil e o suicídio. Ademais, os conflitos externos também são visíveis, decorrentes muitas vezes, da proximidade das reservas com a cidade de Dourados, divididas apenas por uma rodovia bem como das relações de trabalho, efetivadas quando os indígenas são contratados por empresas para prestarem trabalho braçal, muito próximo ao escravo, como ainda em situações em que afloram o preconceito e a discriminação.

Outro problema presente e preocupante, nas Reservas, diz respeito à criminalidade, principalmente, relacionada aos jovens que já nascem em um ambiente de miséria e precariedade em meio a conflitos motivados pela

* Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado defendida, em 09/09/2015, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo, sob orientação da Prof^ª. Dra. Cílicia M. Krohling Peruzzo.

demarcação de terras. Situação essa que pode ser comprovada pelo Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas, divulgado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Há anos, Mato Grosso do Sul é o estado que aparece como mais violento do país, haja vista notícias e dados de órgão públicos e policiais. Os mais atingidos são os Guarani Kaiowá.

Foi por meio de atividades educacionais que professores e jovens indígenas encontraram uma forma de expressar a indignação diante desse contexto apresentado sobre a reserva de Dourados, valendo-se do movimento político-cultural chamado de hip hop. Teve origem, na Reserva Jaguapiru, o primeiro grupo de rap indígena do Brasil: Brô MCs. Logo após, surgiu o grupo “Jovens Conscientes”, da Bororó. A representação do cotidiano vivenciado por esses grupos evidencia, nas letras das músicas, a realidade que para eles não seria enxergada nas notícias da grande mídia e, conseqüentemente, pelos não-indígenas. Essa realidade relatada não denuncia apenas a situação dos Guarani Kaiowá de Dourados, mas a dos indígenas, em geral, de Mato Grosso do Sul. Contudo, as lideranças e os mais velhos podem considerar o hip hop como uma nova tensão social, na Reserva, por não fazer parte da cultura indígena. Diante dessas considerações, perguntamos: que contribuições a inserção do Hip Hop traz aos jovens indígenas de Dourados? Como o Hip Hop é percebido na reserva?

1 – O que é Hip Hop afinal?

É necessário compreender o que é este movimento. Entende-se por Hip Hop não somente uma manifestação musical. Segundo Moassab (2011, p. 53), trata-se também de um “movimento político-cultural nascido nos bairros negros das cidades estadunidenses” como uma resposta à violência urbana sofrida na época por populações hispânicas e afrodescendentes com “forte viés identitário, de afirmação da autoestima do negro e de reivindicações pelos direitos civis, juntamente com a expressão cultural e artística”.

Não é apenas através da música que se manifesta o hip hop. A expressão cultural e artística está presente em várias manifestações: 1. No break, dança dos b-boys e b-girls; 2. Nas pinturas urbanas do grafitti; 3. No canto falado do rap (rythmandpoety), entoado pelos MCs, mestre de cerimônia; na prática, o cantor ou o responsável pelo

comando da festa, com base nas batidas ritmadas fornecida pelos DJs; e 5. A chamada “consciência” ou “atitude”, que é o modo pelo qual os integrantes do hip hop se posicionam diante do grupo e perante a sociedade, isto é, seu comprometimento social. Sem esses cinco pilares em conjunto não se pode falar em hip-hop [...]

Já o Hip Hop, como Movimento Social, reivindica essa dívida histórica de visibilidade não só com relação a esses espaços. Sobre os movimentos sociais, no entanto, é necessário explicar que (GOHN, 2001, p. 13):

É preciso demarcarmos nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais: nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou como o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade.

2 – Pluralidades do Movimento

Na perspectiva de Richard (2005, p. 24), “apesar de ter sua estrutura original formada nos EUA, a cultura do hip-hop é característica de cada nação e o movimento sempre tende a retratar a realidade local”. Já Hall (2003, p. 78) afirma que há, com o impacto do “global”, um interesse também pelo “local”. Para o autor, deveria se pensar, sim, em uma nova articulação entre o “global” e o “local”, como em novas identificações, chamadas pelo autor, de terceira consequência possível da globalização. Novos caminhos necessitam ser abertos. Novas formas de institucionalizar as inter-relações, levando em conta a heterogeneidade e as divisões internas. Bhabha (2001, p. 20) afirma que há uma necessidade de passar além das narrativas de subjetividade diante de processos e diferenças culturais. Ele chama de “entre-lugar” o terreno de elaboração onde se dão início novos signos e considera a diferença cultural

como “o processo da enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural” (BHABHA, 2001, p. 63). O autor, nesse mesmo texto, ainda afirma que:

(...) O intelectual nativo que identifica o povo com a verdadeira cultura nacional ficará desapontado. O povo é agora o próprio princípio de “reorganização dialética” e constrói sua cultura a partir do texto nacional traduzido para formas ocidentais modernas de tecnologia da informação, linguagem e vestimenta. O novo lugar de enunciação político e histórico transforma os significados da herança colonial nos signos liberatórios de um povo livre e do futuro (BHABHA, 2001, p. 68).

Em sua capacidade de elaboração cultural, quando desenvolvido de fora para dentro, como é o caso das periferias, torna-se uma alternativa de enfrentamento a estruturas dominantes, onde é preciso conviver com o poder, encontrando brechas e conquistando espaços pouco a pouco.

Através de músicas, filmes, poesias, dança, teatro, literatura, a cultura da periferia vai espalhando o conceito de resistência, construindo autoestima de seus moradores, explicando os porquês de sua situação à margem da sociedade. É nesse sentido que, atualmente, a sua importância pode ser comparada à dos grandes comícios operários do final dos anos 70. Se, naquela ocasião, era o engajamento político que unia os trabalhadores, hoje em dia é o engajamento cultural que une essas populações. Reivindicações por melhores condições de trabalho e salário deram lugar a exigências por melhores condições de vida.

É assim, de acordo com Cicilia Peruzzo (2009, p.69), que os movimentos sociais populares, “apesar de suas limitações, vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para construir a cidadania. Trata-se de um processo que envolve a diversidade, porque nossa sociedade é pluralista demais para afunilar-se”. Essa denúncia, utilizando os meios de comunicação e uma linguagem alternativa, é um processo que corresponde ao que disse Peruzzo (2009, pp. 49-50):

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e

representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

3 – Contextualização dos indígenas de Dourados

Para Brand (2004, p. 139), a Aldeia, tanto Guarani quanto Kaiowá, manteve historicamente características semelhantes no que se refere à distribuição, famílias, organização social, política, econômica e religião. Seus integrantes ocupavam áreas de mata ao longo dos rios e mantinham relações de casamentos, tendo à frente destes povos chefes de famílias, mais velhos, chamados de tekoaruvicha (chefes de aldeia) ou nhanderu (nosso pai). Em Mato Grosso do Sul, eles ocupavam território entre os rios Apa, Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai.

Esse processo de ocupação, no entanto, teve início após a Guerra do Paraguai com a presença e fixação de ex-combatentes na região. Além disso, outro importante fato foi a instalação da Companhia Matte Larangeira que obteve a concessão de terras para a exploração no Estado. Essas terras eram anteriormente, no entanto, habitadas por indígenas, das etnias Terena, Guarani e Kaiowá, mas, durante o processo de colonização, foi criada uma Reserva para essas famílias, distante apenas cinco quilômetros do centro do município, no caso, Dourados. Com o crescimento agropecuário, foi dado início à colonização de povoamento com a vinda de indivíduos das regiões Sul e Sudeste, além dos vizinhos Paraguai e Argentina. Após a quebra da Companhia, ainda durante o Estado Novo, o então presidente, Getúlio Vargas, pensando na ocupação do espaço, lançou a campanha “Marcha para Oeste”, uma política denominada CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), que tinha como objetivo atrair migrantes de todo o país para a ocupação efetiva do território doando lotes e equipamentos para essas famílias. “Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas” (BRAND, 2004, p 140).

A Reserva Indígena de Dourados foi criada antes da formação do município, em 1917, e só obteve título definitivo em 1965. Porém, nesse intervalo de tempo, já experimentava um intercâmbio de indígenas de

diferentes etnias bem como entre indígenas e não indígenas. Esse cenário, segundo Troquez (2006, p.33) era marcado por instabilidade das fronteiras étnicas e culturais, porém, somente obteve título definitivo em 1965.

4 – A situação dos jovens

No contexto entre problemas e mudanças culturais, os jovens indígenas enfrentam muitas dificuldades, seja no emprego, na educação e na sociabilidade. Apesar dos esforços da comunidade escolar, mesmo diante da precariedade e da péssima infraestrutura, poucos jovens têm acesso à educação universitária. As perspectivas são limitadas no trabalho, por vezes, braçal, como no caso das oportunidades em Usinas da região ou como coletores de lixo e varredores de ruas para homens e trabalhos domésticos para mulheres. Somado a isso, ainda existem problemas com a discriminação, a desconfiança, e fatores sociais como a criminalidade.

Através das gangues os jovens participam em delitos – pequenos furtos, enfrentamento com outras gangues etc. – que são frequentes na RD. São muitos os que se vêem envolvidos no consumo de álcool, que conseguem facilmente, ou de drogas (geralmente maconha misturada com pasta de cocaína), que entram na reserva a partir da cidade de Dourados ou do Paraguai. Sob o efeito do álcool ou das drogas estes jovens carentes de horizontes na vida, chegam a cometer todo tipo e violência, incluindo agressões e homicídios – utilizando muitas vezes para isso armas brancas– com finalidades diversas, como roubo de dinheiro ou de bens menores (bicicletas) ou vingança. A falta de perspectivas leva-os também ao suicídio, muitas vezes sob efeito do álcool ou de drogas. De fato, como foi apontado, o segmento etário em que os suicídios são mais frequentes na RD é o de 15 a 19 anos. Nos últimos anos, contudo, são cada vez mais comuns os suicídios entre 10 e 14 anos. Na opinião de Beldi de Alcântara (2007), através do álcool, os jovens seriam transportados a um mundo em que não existe dor e onde criam coragem para tomar tal decisão (AYLWIN, 2009, p. 56).

Na etnia Guarani-Kaiowá, em que apresenta tantos conflitos, principalmente, relacionados à demarcação de terras, além dos problemas sociais, o movimento Hip Hop surgiu para dar voz e, ao mesmo tempo, encaminhar jovens à educação, por exemplo, ao invés do mundo ilícito das

drogas. Em 2009, a CUFA¹ (Central Única das Favelas), de Mato Grosso do Sul, iniciou um projeto de oficinas de Hip Hop na Reserva e, dessas atividades, nasceu o Brô MC's, o primeiro grupo que lançou um CD de rap indígena, no Brasil. Esse grupo, por meio de suas rimas, retrata o que seus integrantes acreditam ser a realidade indígena do Estado e leva seu "recado" a vários lugares do país. O projeto foi apoiado pelo programa Ponto de Cultura² Todas as Idades, gerido pelo Instituto para o Desenvolvimento da Arte e da Cultura (IDAC) e pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Em 2013, com outro projeto, a CUFA trabalhou com o curso de Arte e Cultura envolvendo os elementos do Hip Hop, desta vez, via Projovem³.

Falar em Hip Hop, na Reserva, é um tanto quanto desrortear uma visão convencional da cultura indígena que relaciona suas tradições com a dança, o canto, a música passada de geração em geração. A inclusão de um movimento moderno, como o hip hop, que vem ocorrendo nas reservas de Dourados, mistura, por exemplo, o break com o guaxiré (dança típica). Nessa ordem, há uma contestação, a qual podemos chamar de nova e as narrativas são desafiadas e recriadas a todo instante.

O Hip Hop, reconhecido no mundo das favelas, tem lugares em comum ao mundo da Reserva que também sofre preconceito e onde também há pobreza, violência bem como questões territoriais e conflitos internos, que interferem nas condições de existência e provocam mudanças sociais. O próprio grupo Brô MC's, quando faz suas rimas, diferencia a favela da Reserva pelo uso de instrumentos relacionados à violência como do fuzil para o facão. Assim como a CUFA desenvolve projetos, nas favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, na Reserva, foi pensado em espaços de sociabilidade e intervenções individuais e coletivas objetivando que os jovens não "caiam" no mundo das drogas, contribuindo assim para a paz. No rap, daquele orientado pela CUFA, seja na favela ou na reserva, escutam-se histórias pessoais, como também do cotidiano da comunidade, do racismo, da discriminação, entre outras diversas situações. "O AfroReggae e a CUFA, sistematicamente, valem-se de histórias

¹ A CUFA – Central Única das Favelas - que apoia o grupo de rap indígena é uma organização espalhada por todo o país. O Hip Hop é a principal forma de expressão da CUFA e serve como ferramenta de integração e inclusão social.

² Programa que promove o estímulo às iniciativas culturais da sociedade.

³ Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Atualmente está vigente somente a ação Juventude Cidadã.

de vida como exemplos e modelos para identificação”, de acordo com Jovchelovitch (2013, p. 129). A pesquisadora aponta que essas falas transmitem lições que podem ser seguidas, reescrevendo identidades, produzindo mudanças sociais e tornando-se importantes nas tomadas de decisões nas sociabilidades subterrâneas, aquelas que tornam invisíveis aos olhos da sociedade, seja na reserva ou na favela, situações cotidianas devido a barreiras como as territoriais e culturais. Portanto, assim como em um lugar, eles gritam “eu sou favela”; no outro, eles afirmam “aldeia unida mostra a cara” reivindicando constantemente o território.

O amor dos Guarani pela arte musical é conhecido desde os tempos jesuíticos, de acordo com Schaden (1974, p. 151), mas há uma pobreza em instrumentos, com alguns simples marcadores de ritmos, conhecido deste trabalho apenas o Mbaraká. O autor chama de “fenômenos aculturativos” (outros tipos de músicas que não sejam tradicionais) aqueles observáveis em quase todas as aldeias, como na mistura com as paraguaias, cantando “guarânias”. Para Schaden (1974, p. 153), a quase fascinação pela música “exótica” é apontada como forças ativas na substituição de ideais de cultura. Cantar, dançar e executar instrumentos também fazia parte das ações oferecidas aos ancestrais míticos como uma condição de sobrevivência na Terra, e depois, como via para o encontro deles, de acordo com Montardo (2002, p.55). O papel para escrever (kuatia jehaira), citado nas letras de rap, no entanto, para a autora, seria um importante recurso para as reivindicações relacionadas ao território, ou seja, à luta pela terra.

5 – Sobre os entrevistados

Importa lembrar que a seleção dos participantes das entrevistas foi dirigida com o objetivo de ajudar ao entendimento da problemática que a pesquisa enfatizou, portanto, os sujeitos escolhidos são aqueles que mais poderiam contribuir com o projeto.

A escolha das lideranças que respondem pelos indígenas foi baseada no modelo direcionado por meio da Funai (Fundação Nacional do Índio). Segundo a Funai, na Reserva, existe uma pluralidade de lideranças, sejam elas reconhecidas pelo coletivo maior ou apenas por algumas famílias. Por isso as entrevistas foram realizadas com representantes dos principais segmentos, totalizando seis indígenas, entre lideranças tradicionais, capitães,

caciques e rezadores. Fizeram parte das entrevistas também dois professores, um representante do grupo Brô MCs e um representante dos Jovens Conscientes, além de mais dois jovens da Reserva que não fazem parte da formação desses grupos, mas que participaram das oficinas de hip hop, realizadas pela CUFA. Todos os entrevistados são Guarani-Kaiowá das reservas Jaguapiru e Bororó. E, por último, foi entrevistado um representante da CUFA, em Mato Grosso do Sul. Portanto, um total de 13 entrevistas.

Esses entrevistados foram divididos em: O (Organização), O1 que representa a CUFA; L (Liderança), que representam as lideranças tradicionais, capitães, caciques e rezadores, sendo então, L1, L2, L3, L4, L5 e L6; E (Educação) dos professores, portanto, E1 e E2; e J (Jovens), em que os entrevistados foram os jovens dos grupos de rap e os participantes das oficinas, J1, J2, J3 e J4. Como a entrevista pode gerar constrangimentos, optamos por não identificar os entrevistados com nome verdadeiro para protegê-los e para evitar possíveis danos atuais e futuros nas relações com as comunidades. Essa confidencialidade envolve anonimato para não identificação do participante e garante mais liberdade para o entrevistado prestar informações.

Quadro 1 – Identificação dos entrevistados

ORGANIZAÇÃO – CUFA	LIDERANÇAS (LIDERANÇAS TRADICIONAIS, CAPITÃES, CACIQUES E REZADORES)	EDUCAÇÃO (PROFESSORES E PROFESSORAS)	JOVENS (RAP E OFICINAS)
O1	L1	E1	J1
	L2	E2	J2
	L3		J3
	L4		J4
	L5		
	L6		

Fonte: Dados coletados pela autora

6 – Vertentes de Hip Hop na Reserva de Dourados

Os entrevistados foram questionados sobre as vertentes utilizadas na Reserva. Dos cinco elementos, encontramos nas falas, três: o rap, o grafite e o break. O conhecimento está explícito nas ações que envolvem o hip hop e,

para eles, foram criadas duas novas linhas que têm a interferência cultural, mas ainda sem nome específico, com a mistura do “break com o Guaxiré” e, no rap, o “português e o guarani”, além da utilização de instrumentos como o chocalho de cuia ou Mbaraká – instrumento que marca o compasso dos homens na dança religiosa. O conhecimento está implícito quando os jovens demonstram que tudo passa pela Educação até mesmo quando vão apresentar à comunidade o que é o movimento e o que ele reflete na Reserva. No caso dos jovens, é o respeito.

Perfil dos jovens que participam do movimento

A vida dos indígenas, na Jaguapiru e Bororó, é rodeada por desesperança diante da miséria e violência. Essa situação atinge principalmente crianças e adolescentes, aqueles que já nasceram no clima de tensão da Reserva. É notável também uma diferença na expectativa dos jovens da Jaguapiru e da Bororó. Metade deles, ou seja, da Bororó, não terminou os estudos para trabalhar e ajudar a família. Na outra, da Jaguapiru, um ainda está estudando e o outro é o único que já terminou o Ensino Médio, mas, ambos são envolvidos em atividades educacionais.

7 – Mas, afinal do que o rap indígena fala?

Segundo J1, as letras de rap retratam a história e a cultura indígena como também o respeito e a questão territorial. J2, além da questão cultural, destaca a valorização da língua e afirma apoiar as outras Reservas também no sentido de juntar as necessidades gerais dos indígenas como no caso da demarcação de terras.

Inclusive quando a gente ouviu uma conversa aí que ia despejar a aldeia aqui próxima a Dourados, uma que fica lá do outro lado, inclusive a gente foi até ajudar eles. A gente fizemos um vídeo clip lá, mas não tá lançado porque não tá pronto ainda. E a gente foi tentar ajudar eles, entendeu, mostrar um pouco deles (J2).

J3 fala dos problemas do cotidiano enfrentados, na Reserva, principalmente, para que o não indígena conheça a realidade dele: “o não índio acha que é uma coisa assim na aldeia, eles ouvem muito pela rádio, assim, que fala assim tal, tal, mas a questão eu contrário, isso aí que faz parte da

minha vida”. Para J4, mesmo falando da situação da Reserva, os jovens também ficam alegres cantando hip hop.

8 – Resultados

Para os jovens indígenas, o resultado da implantação do hip hop na Reserva seria um grande incentivo, de acordo com o que pensa J1. Prova disso seria o surgimento de outro grupo além do Brô MCs, como no caso dos Jovens Conscientes e também o grupo de break, o Tengatui Dancer. Fora da Reserva, seria mais complicado se as letras fossem só em um idioma, por isso a opção também por mesclar o Português e o Guarani, de acordo com o comentário de J1. Para J4, essa mistura é positiva porque a maioria vai entender o que diz a letra: “tem que explicar em Português”. L1 acredita que o hip hop está “parado” na reserva, mas, percebe que expandiu o que ele chama de “evolução”. Ele diz que muitos jovens gostam do hip hop e que, inclusive, escutam as músicas dos grupos indígenas: “eles cantam a realidade da aldeia sobre invasão de terra, o branco que discrimina”. Ele frisa a necessidade de não deixar a cultura de lado, como no caso da Língua Guarani. Pelos adolescentes, o hip hop é bem aceito, segundo ele, mas pelos mais velhos, a fala é contrária: “muitas vezes, os mais amadurecidos já falam: isso aí não é para nós, isso aí não é índio”. Como liderança, acredita que o jovem precisa mesmo é de apoio, mas, quando ouve a comunidade acerca da aceitação, a resposta é “meio a meio”.

Quando surgiram os comentários, na Reserva, sobre o hip hop Guarani-Kaiowá, segundo O1, as lideranças não teriam gostado, já que não seria parte da tradição indígena e sim fazia parte da “cultura do homem branco”. A tensão, para ele, existiu pelo desconhecimento. A atitude autônoma de um dos jovens foi que surpreendeu: “catou o CD, um toca CD e foi, de liderança em liderança, fazer eles ouvirem as músicas e as letras”. O1 acredita que ao ter ciência do que se tratavam as letras, as figuras mudaram. A pretensão do grupo Brô Mcs é gravar um CD somente com letras em Guarani. Apenas, no encarte, seriam feitas traduções para o Português porque os jovens confiam que o rap pode resgatar a Língua que sofre um processo de marginalização e estigma.

Percebemos que o conhecimento (Educação) está muito presente na fala indígena. E1 vê que algo se torna interessante desde que a pessoa saiba o objetivo daquilo e a importância, nesse caso, avaliar a formação dos jovens.

E1 analisa, então, que há uma formação familiar nesses grupos, como a conhecida Família Verón, presente no Brô MCs e uma das mais importantes em Mato Grosso do Sul.

E1 enxerga como uma alternativa para “poder gritar” pelo anseio, expor aquilo que ele está sentindo, mas só percebe isso porque eles têm essa “consciência”. Para E1, há uma interculturalidade, uma ponte quando, por exemplo, esses mesmos jovens ainda praticam as danças tradicionais: “a gente valoriza nossa história, aquilo que a gente é. Busca as nossas histórias, as nossas raízes, mas a nossa vida hoje aqui, nesse momento, ela tem outras coisas que a gente tem que saber lidar”.

9 – “Você não sabe”: Mídia e Comunicação

O jovem J2 mostrou que o grupo Brô MCs escreveu uma música também falando sobre como os indígenas são retratados fora da reserva. Já, no entendimento de L1, quem é de fora da Reserva, e atua dentro dela não sabe a realidade do indígena assim como a mídia.

Nós que estamos aqui dentro, nós é que vivemos e sentimos na pele o que está faltando para o nosso jovem hoje em dia. Então, o que a gente quer. Que sempre venha aqui na nossa aldeia, que tenha mais comunicação com a liderança. Buscar mais contato, parceria, para gente tá passando isso. Para não sair um anúncio lá fora totalmente distorcido, né. Então, isso é uma preocupação nossa aqui dentro da aldeia. A gente vê muito hoje em dia a mídia divulgar uma coisa que muitas vezes não é verdade. Então, isso é uma preocupação nossa muito grande aqui dentro da aldeia.

As letras de Rap

Para integrar esta análise, é realizado um estudo referente às letras de músicas⁴ do Brô MC's e dos Jovens Conscientes. As músicas escolhidas do Brô MC's foram “Eju Orendive” e “Tupã”. Já em relação aos Jovens Conscientes foram selecionadas: “Não Julgue Pela Aparência” e “Mudanças”. “Terra Vermelha” foi gravada pelos dois grupos e “A Vida que Eu Levo” tem a participação do “Fase Terminal”.

⁴ Todas as músicas analisadas foram transcritas pela autora.

Para tanto, as letras serão analisadas de acordo com duas categorias, temas principais e secundários, idiomas (Português e Guarani), identificando frases que retratam este conteúdo. O passo seguinte será a confrontação dos principais aspectos identificados nas letras de rap com as visões da imprensa, por meio dos jornais Diário MS e O Progresso. A escolha das notícias foi realizada por meio de um recorte temporal relativo ao que é considerado o mês de lançamento das músicas dos grupos Brô MCs e o dos Jovens Conscientes. Em dezembro de 2009, o Brô MCs lançou o primeiro CD, no Festival Conexão Hip Hop em Dourados e, em abril de 2013, os Jovens Conscientes divulgaram suas músicas pela primeira vez no portal independente MP3. A pesquisa foi realizada em todas as editorias, tendo em vista os materiais referentes aos indígenas de Mato Grosso do Sul. Os materiais encontrados nas editorias remetiam aos assuntos policiais, conflitos/território, educação/saúde, cultura e política.

A perda territorial retratada nas letras limitou os indígenas economicamente trazendo escassez de recursos naturais para subsistência, impondo-os ao trabalho assalariado. Os mais jovens não vivenciaram as experiências dos pais, como tirar da terra o sustento ou do fenômeno oгуата (caminhar, peregrinar), mas é a maioria na reserva - 55% são jovens. Devido a essas consequências que Brand (2004, p. 145) considera fundamental, a abordagem do tema não é apenas na perspectiva tradicional dos mais velhos, mas também, do contexto vivenciado pelos jovens na construção de alternativas de desenvolvimento.

Das letras de rap selecionadas por esta pesquisa, todas fazem menção e marcam o espaço dos indígenas. Klein (2013, p. 33) acredita que toda potência das práticas midiáticas indígenas, ao produzir discursos coletivos sobre sua realidade ou conhecimentos, coloca não só a posição dos autores, mas as negociações diversas sobre o que de si farão aparecer, na reflexividade cultural. Para ela, isso está presente em filmes ou documentários assim como, para esta pesquisa, está presente nas letras de rap. O maior destaque e quase único, se não fosse uma notícia sobre o hip hop, foi o caderno policial no Diário MS, com seis notícias no período. O Progresso não apresentou material nesse sentido. Não é de se estranhar, portanto, que Mato Grosso do Sul, em 2009, em notícia divulgada pelo portal Consultor Jurídico, tenha sido considerado o estado com mais indígenas encarcerados. Os

presídios, na época, abrigavam 148 indígenas, segundo levantamento da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen). A juíza da 1ª Vara Criminal de Dourados, Dileta Terezinha Souza Thomaz, nessa reportagem, declarou que os indígenas, devido à proximidade com a cidade, cometeriam todos os tipos de crime que “o branco comete”. Os índices de criminalidade, portanto, se aproximavam ao da população não-indígena e têm como principais causas o alcoolismo e o consumo de drogas.

Sei que não é fácil viver assim
Criminalidade violência nesse mundo enfim
(Música: A vida que eu levo)

Vai achando graça mais o papo aqui é sério você
E sua cachaça mandou muitos pro cemitério
(Música: A vida que eu levo)

Presídio vai lotar, vai fazer sua mãe chorar
Sua mina lamentar
Pense bem, pense
(Música: Terra Vermelha)

Das seis notícias, cinco tratam de morte e uma de tortura a indígenas. A tentativa de homicídio de um homem contra um garoto foi relacionada à morte de um indígena, mas, o título que envolve o indígena parece ter mais espetáculo. Outra notícia chama a atenção por dizer que a pauta da criminalidade na segunda cidade mais populosa do Estado (Dourados), foi de mais um crime “na aldeia”. Pela proximidade, parece fazer parte de um mesmo território.

Na música “A vida que eu levo”, os jovens dizem: “Ao lado da cidade / Reserva, favela, sequela que fica”. Como a reserva para eles diferencia do município, por exemplo, no uso de instrumentos, como do “fuzil para o facão”, na música “Mudanças” diz: “Dispense a cachaça e a maconha / Respeito não se ganha do facão / Quando acompanha”. É o caso de duas notícias que envolvem instrumentos desse porte.

Também relacionado à violência, outro caso que afeta a reserva é o suicídio. Uma das notícias revela a morte de dois indígenas, uma de 14 anos e um de 26 anos. Indígenas guarani-kaiowá, mas da região de Caarapó e Juti,

na região sul de Mato Grosso do Sul, que se suicidaram por motivos desconhecidos. Os suicídios, de acordo com Pimentel (2007, p. 4), começaram a ser tratados como fenômenos, em 1980. Era uma média de cinco a oito ocorrências anuais e, a partir de então, não há registros de uma faixa inferior a 20. Esses casos ganham destaques grandiosos. O mais recente a esta pesquisa, ocorreu em 2015, quando o jornalista Charles Lyos, do The New York Times, chamou o fenômeno de “epidemia”, lembrando os dados do Relatório de Violência do Cimi de 2012. Em 2013, foram contabilizados 73 casos de suicídios entre os indígenas de Mato Grosso do Sul, 72 Guarani-Kaiowá, com maioria entre 15 e 30 anos de idade. Os casos quase triplicaram se comparados a períodos como de 1986 a 1997, com o registro de 244 mortes e de 2000 a 2013, com 684. Foram contabilizados 36 casos, só em setembro de 2014. Enquanto isso, no Brasil dos não-indígenas, a média é seis vezes menor: 5,3 suicídios por 100.000 pessoas ao ano. Entre os indígenas, o índice chega a 30 por 100.000 pessoas. Entre os Guarani-kaiowá, há mais de 60 a cada 100.000 pessoas. Parece difícil apontar uma causa apenas que motive essas mortes. Até mesmo, no rap, os jovens indígenas se questionam: “agora te pergunto, rapaz / por que nós matamos ou morremos?” (Música: A vida que eu levo). Pimentel (2007, p. 7) diz que, em geral, o ethos guarani está classicamente associado a uma “melancolia” ou a um “pessimismo histórico”, entre outras variáveis discussões a respeito da criminalidade, território, família, econômica, etc...

Dizem que a gente só se mata,
Poxa vida, que doidera
Coisas boas também temos
Tipo essa música
Muitos dons, lá na aldeia para mostrar
(Música: Não julgue pela aparência)

No recorte das notícias de 2013, os principais assuntos são referentes ao território e ao caderno policial. O número 13, para uns, pode significar sorte, para outros, nem tanto. Se fôssemos pensar em numerologia, em 2013, havia 13 anos da tramitação da PEC 215 (que tinha a intenção de delegar exclusivamente ao Congresso Nacional o dever de demarcação de territórios indígenas), que voltou a chamar a atenção dos indigenistas após a criação, em

abril do mesmo ano, de uma Comissão Especial Temporária para examinar a proposta, na véspera das comemorações ao Dia do Índio. Trata-se da mesma PEC que preocupava os indígenas ainda em 2015. O detalhe é que dificilmente essas visões diferentes de mundo poderão ser resolvidas dentro de um gabinete ou do Congresso.

Conclusão

O perfil dos jovens entrevistados mostra que parte dos indígenas está estudando e a outra parte teve que deixar a escola. Mesmo enfrentando a falta de oportunidades, já que essa parte teve de assumir a chefia da família mais cedo e trabalhar para manter a casa deixando conseqüentemente os estudos, esse grupo busca alternativas ao conhecimento, para serem também respeitados e enxergados pela sua voz, por meio do hip hop e não pelo o que os meios de comunicação retratam.

Essa relação fez com que criassem ainda uma sociabilidade maior entre os jovens, nos espaços utilizados pelas vertentes, como na dança e no rap, superando até diferenças entre as reservas Jaguapiru e Bororó, as quais, mesmo vizinhas, enfrentam algumas barreiras sociais, difundidas pelo mundo do crime. Como relatado, atualmente os jovens conseguem transitar entre as duas Reservas para se encontrar e criar suas letras, dançar ou até mesmo para fazer sua arte, sem se esquecer de um elemento que não é do hip hop, mas também é importante para eles: o futebol.

Do global para o local, do local para o global, o hip hop para os jovens indígenas “é sem fronteira”. Dentro ou fora do seu território, funciona para os jovens como uma espécie de defesa, uma forma de comunicação para falar aquilo que a mídia não mostra como também aquilo que a sociedade não vê e, conseqüentemente, não entende: “upeicha Ivaí inderehechai nde reikwa’ai” (Música: Koangagua). Na reserva, para preservar o uso da língua Guarani, os grupos têm usado o idioma nas letras de rap. Há o projeto de que as letras sejam todas, na língua nativa, mas para alcançar os não indígenas, o rap será traduzido para o Português.

Eles reconhecem de forma diferente os elementos do movimento apontados no texto. Na Reserva, os grupos mesclam objetos da cultura tradicional (Guaxiré, Mbaraka e o Guarani) e criam “elementos novos”. Diante disso, podemos dizer que eles têm os elementos “misturadamente”: o grafite, o

rap (na mistura com o Mbaraka e o Guarani), o break (na mistura com o Guaxiré). Os MC's são os cantores e o conhecimento explícito nas falas e nas atitudes, está implícito como elemento. Mas é pelo conhecimento que se expressam, no modo pelo qual os indivíduos se posicionam ou no seu comportamento social.

Em sentido político, cultural, o hip hop só funciona, na Reserva, por acrescentar elementos tradicionais indígenas. É alvo de críticas por lideranças mais velhas, como rezadores, caciques, por estes entenderem provocar uma tensão dentro da cosmologia Guarani, diferentemente do seu modo de ser tradicional. Para outras lideranças, como capitães, no contexto vindo de ameaças externas, como de políticos, de tirarem a “pureza” necessária em alusão à luta por direitos indígenas, como no caso das demarcações de terras. Ainda assim, com as mudanças na reorganização da Reserva, parte deles considera o rap como oportunidade que não encontram por meio do Poder Público, tantas vezes, omissos. E consideram uma ajuda para a tradição quando utilizam o rap para o fortalecimento da Língua nativa que pelo ser Guarani, logo, incentiva outros jovens a falarem (imitarem), portanto, a utilizarem no dia-a-dia. O idioma contribui assim para a tradição oral e com as letras colabora para o não desaparecimento da língua Guarani e para seu registro escrito quando mostram a letra do rap nos dois idiomas.

Podemos dizer o que a mídia retrata, mas principalmente, o que ela não retrata. Os indígenas aparecem (quando aparecem) poucas vezes em matérias positivas. Nas páginas policiais ou nos materiais que envolvem conflitos pelo território são os mais frequentes. Raramente, usa-se fonte indígena, o que deixa a Reserva sem voz no texto. Tal postura passa pelo Código de Ética da profissão (Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, 2007), quando em seu Art. 4º, diz que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação”, entre outras questões que envolvem motivos sociais, pautados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É para falar o que os indígenas pensam, relatar o cotidiano na Reserva, as frustrações, mas também, as “coisas boas”. É que os jovens indígenas necessitam utilizar seus próprios canais, como a AJI e o Guateka e outros alternativos, o que ocorre, geralmente, pela internet, fora da grande mídia e até

mesmo da mídia local que tem forte influência do setor Agropecuário. Portanto, falar sobre os indígenas parece não ser um bom “negócio”. Talvez ganhem repercussão por se tratar de algo que, na mídia, é considerado “exótico” e que atrai olhares até mesmo internacionais. Isso pode ser percebido em ações de outros países, geralmente aqueles que têm dívida histórica com povos indígenas e atualmente se alinham à causa por questões sociais (mas quero dizer política), mantendo projetos no Brasil, como é o caso dos EUA.

O rap utiliza sua função lúdica ao oferecer lazer e, ao mesmo tempo, conhecimento para esses jovens. Eles têm sonhos e esperança como todos os outros indivíduos. Mostram que querem ser eles (indígenas) e não serem vistos como uma imitação do outro. Apesar de resguardar a tradição, eles avaliam que o tempo vai passando e também mudando, não sendo imutável. Não deixam de ser quem são por usarem um movimento com características de outros lugares. Os equívocos sobre a imagem indígena, no Brasil, abrem vários caminhos, entre eles, o do preconceito. Quando uma liderança ressaltou as roupas que os jovens do hip hop usavam na Reserva, declarou que não estava caracterizado pela tradição indígena, na “pureza” da imagem que para ele seriam outras vestes. Fica o questionamento: vai deixar de ser indígena por isso? A liderança usava roupas “não-indígenas”.

Em relação à hipótese do hip hop como processo comunicacional, se trata de um instrumento político como de comunicação para esses jovens que se apropriam de novas técnicas, com a ajuda de novas tecnologias, por meio da internet, com a mistura de novos elementos para negociar seu espaço, ser crítico, reelaborar valores, além de preservar a memória das histórias contadas pelos mais velhos, na perda, por exemplo, de seus territórios e até mesmo na conservação do Guarani nas letras. Serve também como alternativa, na Educação, desviando o foco da criminalidade sem deixar de lado, o “combate”, no contexto alternativo da dominação.

Percebemos que embora em algumas falas das lideranças o hip hop seja considerado uma tensão, na Reserva, isso se dá em um contexto mais político do que tradicional. As lideranças dizem que acreditam colaborar ao usar, nas letras, o Guarani, mas quando estão no debate sobre demarcações, o hip hop seria um fator negativo para eles. Entendemos que o hip hop, mesmo visto em partes como uma tensão (dentro da Reserva), no entanto, colabora na manutenção da língua Guarani, na Educação, na sociabilidade

dos jovens indígenas e serve ainda como processo comunicacional alternativo baseado nos conceitos teóricos apresentados.

Referências

AYLWIN, J. Os direitos dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. Confinamento e tutela no século XXI. Informe 3, **IWGIA**, Copenhagen, 2009. Disponível em: <http://servindi.org/pdf/lwgia_Informe3.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2014.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BRAND, A. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. Tellus v.4, n.6, p.137-50, 2004.

CAVALCANTE, T.L.V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. 2013. 470 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106620>>.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Brasília: FENAJ. 2007.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2001

HALL, S. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**, 7 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOLLANDA, H.B. **Cultura como recurso**. Salvador, BA: Secretaria de Cultura do. Estado da Bahia, 2012.

JOVCHELOVITCH, S; PRIEGO HERNANDEZ, J. **Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro**. Brasília: UNESCO Brasília, Brasil, 2013.

KLEIN, T M. **Práticas midiáticas e redes de relações entre os Kaiowá e Guarani em MS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS/ USP, 2013.

LIMBERTI, R.C.P. O índio guarani-kaiowá da reserva indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil: Um olhar semiótico. In: **Revista Polifonia**, Cuiabá, n. 18, p. 169-184, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3AdMION>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

MOASSAB, A. **Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop**. São Paulo: Educ, 2011.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **Através do "Mbaraka": música e xamanismo guarani**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3xVgpfj>>. Acesso em: 13 jun 2015.

MS é o estado com maior número de índios encarcerados. **Revista Consultor Jurídico**, 9 de junho de 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3bt1XVu>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

PERUZZO, C. M. K. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**¹. ECO-Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PIMENTEL; S. K. **"Entre nhemyrõ e vy'ae'y: interpretações sobre motivos e atitudes dos suicidas guarani-kaiowa"**. In: 31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3NkaEgR>>. Acesso em: 13 jun 2015.

RICHARD, B. **Hip Hop: Consciência e Atitude**. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

RELATÓRIO VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Brasília: CIMI. 2012. 216p. ISSN 1984-7645.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. 3 ed. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SUICIDES Spread Through a Brazilian Tribe. Lyons, C. **The New York Times**. JAN.2, 2015. Disponível em: <<https://nyti.ms/3A4Rrg4>>. Acesso em: 27 jan.2015.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: A Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

Capítulo 18 – Hoje é dia de festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens*

Camila Escudero

Introdução

O presente artigo aborda a temática das construções identitárias do sujeito imigrante e suas relações espaço-temporais com o substrato comunicacional inerente ao atual processo de globalização, marcado por intensa mobilidade humana e avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Pretende tratar de um aspecto peculiar da organização dos grupos de imigrantes – os repertórios culturais a partir de manifestações festivas, folclóricas e culturais produzidas por imigrantes no país de acolhida. Considera as mediações culturais e trocas simbólicas midiáticas ou não na construção de espaços subjetivos e identidades e explora processos de ressignificação e ressimbolização a partir de uma relação de alteridade, do reconhecimento do “outro”.

De modo prático, nos propomos a pesquisar: 1) de que modo são construídas, expressas e projetadas as identidades culturais, étnicas, sociais e nacionais em situações de migração e deslocamento espacial; 2) quais são os sentidos de pertencimento, identificação e lealdade (*‘allegiance’*) dos indivíduos e grupos deslocados na temporalidade do atual quadro civilizacional e organizacional marcado pela globalização econômica e cultural, mobilidade humana e aceleração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); 3) Quais são as estratégias discursivas (midiáticas e não midiáticas) empreendidas por esses grupos e indivíduos no afã de construir e expressar suas novas configurações identitárias; e 4) Qual é a finalidade desses

* Este artigo é uma síntese da tese de doutorado homônima defendida em março de 2017, junto ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a orientação do Prof. Mohammed El-Hajji. Uma primeira versão foi apresentada na International Association for Media and Communication Research – IAMCR Conference, em Cartagena, na Colômbia, em julho de 2017. E uma segunda versão foi publicada na *Revista Brasileira de Ciência da Comunicação – RBCC Intercom*, vol. 43, nº 3, 2018.

investimentos sociais e subjetivos. Estudos anteriores de nossa autoria (ESCLUDERO, 2007; 2014; 2016) indicaram que em situação de deslocamento, o reconhecimento do “outro” possibilita que relações de contato e trocas simbólicas e culturais se efetivem em espaços próprios construídos a partir de diferentes formas de enunciação (midiáticas e não midiáticas) das identidades étnicas, culturais, nacionais e sociais. Nessas instâncias de produção de subjetividade e de defesa das singularidades, a produção do ethos do imigrante (individual e/ou coletivo) é reelaborada de modo a garantir pluripertencimentos, conexões e afetividades, independentemente de um território geograficamente localizado, um centro definido e/ou uma temporalidade contínua.

Em outras palavras, acreditamos que os repertórios culturais de sujeitos e coletivos de imigrantes costumam resultar em novas formas de participação cidadã que transformam profundamente a vida dos sujeitos deslocados, familiares e das pessoas que estão em sua volta, no território de acolhida, de recepção ou outros. Envolvem esferas políticas e sociais tradicionais, mas inovam na instituição de espaços entre fronteiras físicas e subjetivas, motivadas, por exemplo, por sentimento de solidariedade e/ou pertencimento. Eles são responsáveis pela criação e manutenção de um vínculo entre tempo – espaço – sociedade, transitando entre um ou mais pertencimentos, ‘nem daqui nem de lá’ – que influenciam percepções e realidades de vulnerabilidade e marginalização, mas também de trocas simbólicas e enriquecimento cultural.

1 – Aspectos metodológicos

Para atingir os objetivos descritos acima, fizemos uso de dois principais recursos teórico-metodológicos – transnacionalismo (BASCH; BLANC-SZANTON; SCHILLER, 1992; 1995) e interculturalismo (GARCIA CANCLINI, 1998; 2005) – conjugados com a análise de material empírico. Para isso, aplicamos seis técnicas de pesquisas, todas de abordagem qualitativa: pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2011) e documental (MOREIRA, 2011); entrevista em profundidade semi-aberta (TRIVIÑOS, 1990); análise do discurso (PINTO, 1999; FAIRCLOUGH, 2001); observação sistemática (GIL, 2008); e análise de conteúdo (KRIPPENDORFF, 1990; BARDIN, 1977).

Determinamos como recorte do universo para pesquisa, as associações, entidades cívicas e organizações envolvendo imigrantes latino-

americanos que se dedicam à realização e promoção de festividades que remetem a seus países de origem em Chicago (Estados Unidos) e São Paulo (Brasil), entre elas: performances musicais, de danças e folclóricas; feiras de comidas típicas e artesanato; mostras de cinema; encontros de literatura e celebrações em geral (festas de Independência e datas comemorativas dos países).

Nosso objeto de estudo foi composto por três elementos: 1) sujeitos imigrantes; 2) suas manifestações artísticas, folclóricas e culturais; e 3) seus sites, páginas no Facebook, Twitter, Meetup e Instagram – principais plataformas virtuais de comunicação utilizadas pelos grupos envolvidos. No total, participaram 45 imigrantes de origem latino-americana divididos em 28 organizações, a saber: 15 brasileiros e 15 mexicanos estabelecidos em Chicago, e 15 latinos que vivem em São Paulo (três paraguaios, dois chilenos, cinco peruanos, dois argentinos e três bolivianos). Todos se encontram em etapas avançadas de seus respectivos processos migratórios – vivem no país de acolhida há, pelo menos, dez anos¹.

2 – O associativismo na constituição de espaços compartilhados

Sabe-se que as organizações, grupos e comunidades de imigrantes estabelecidas no território de acolhida têm relevante papel no fortalecimento de laços de amizade, familiaridade e união do grupo envolvido, bem como na celebração da origem comum. Elas costumam ter uma função central na construção e representação da identidade cultural de seus membros. “Ser parte de uma identidade coletiva é uma necessidade primária do imigrante”

¹ Participaram da pesquisa, pelo menos, um integrante de cada organização estudada, entre líderes e/ou coordenadores. Os eventos, celebrações e festividades visitados e observados durante a pesquisa, foram: 1) Em Chicago: Carnaval Brasileiro em Chicago, Festa Junina brasileira, Feijoada brasileira, VI Mostra de Cinema Brasileiro, Roda de capoeira do Quilombo Cultural Center, Festa de Sete de Setembro, Sarau literário e cultural de Língua Portuguesa, Exposición de artesanías – Calpulli Ocelotl-Cihuaoatl, Dia de los Muertos, Pilsen Open Studios, XII Encuentro Cultural Guerrerense, Children’s art workshop – Book reading and making “alebrijes”, 10th Annual Folk Art Festival, Celebracion de Nosa Señora de Guadalupe, Downtown Sound – Millenniun Park, Mexican Fiesta – Mexican Dance Ensemble, Las Posadas, Encuentro gastronómico TCEP. 2) Em São Paulo: 21^a Festa do Imigrante, Feira da Kantuta – Cultura Boliviana, Feira da Kantutita; Fiestas Patrias Peruanas, Festa Fé & Cultura, Encontro Cultural de Imigrantes Cáritas São Paulo. Todas plataformas virtuais de comunicação de todos os grupos integraram o *corpus* de análise.

(BRINKERHOOF, 2009, p.36 – Tradução nossa). Esta “identidade diaspórica” é resultado de uma mistura de características da terra natal, de acolhida e experiências de vida do imigrante. Na sociedade de fixação, os processos de socialização e integração são fatores significativos e resultam em um conjunto de identidades híbridas, não como um final fixo – elas são constantemente produzidas e reproduzidas no interior de um sistema de representação.

Propomos tal conceito de identidade diaspórica baseado na definição de identidade para Hall (2005) e Garcia Canclini (2005). O primeiro autor entende que a identidade, que ele chama de “identidade cultural”, contextualizada na pós-modernidade, é fragmentada, provisória, por vezes contraditória, e compõe um sistema de representação localizado em um espaço e em um tempo simbólico. Já o segundo autor, acrescenta à identidade o termo híbrido para definir a chamada “identidade híbrida”, especialmente no contexto da América Latina, o conceito de identidade sociocultural, construído a partir de trocas simbólicas entre tradicional e moderno, popular e erudito, massivo e individual.

Para Brinkerhoof (2009), os imigrantes mostram várias motivações para explicar o porquê de se mobilizarem em torno de uma identidade diaspórica e dirigir essa mobilização para a terra natal, a sociedade de acolhimento, ou ambos. Entre elas, estão: comportamento, capacitação e motivação psicológica dos indivíduos. Em outras palavras, ao fato de essa mobilização servir: 1) como fonte de identidades defensivas que servem de refúgio e/ou reação a tendências sociais predominantes; 2) como práticas de ações solidárias e de generosidade que culminam, em última instância, num associativismo com reflexos em outros campos, além do cultural (político, econômico, entre outros); e 3) como formas de organização em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e usos compartilhados são marcados por códigos específicos de autoidentificação e pertencimento. “A consciência nacional é inevitavelmente marcada pela imigração” (PARK, 1922: 49 – Tradução nossa).

Nossa pesquisa de campo revelou que uma vez constituído o grupo em torno da manifestação artística e cultural envolvida, a estrutura formada para atuação tem inúmeras variações, sendo difícil descrever com exatidão todas possíveis.

A partir das encontradas, podemos organizá-las em três tipos principais:

- **Grupos estruturados:** com alto grau de profissionalismo e organização envolvidos, costumam ter registro formal (seja empresarial, estatutário, como organização não-governamental), sede própria e quadro amplo de membros (entre funcionários, voluntários e/ou colaboradores em geral) seguindo hierarquia particular, geralmente com o idealizador do grupo na posição de liderança. Mantêm-se a partir do gerenciamento de recursos financeiros obtidos com a venda de ingressos das apresentações, dos produtos (no caso dos artesanatos, comidas), de cursos ministrados, e, em alguns casos, de apoio de patrocinadores, incluindo grandes empresas. Têm veículos de comunicação, entre eles sites, panfletos e revistas, principalmente, e parcerias com veículos de comunicação locais (jornal e rádio).
- **Grupos semi-estruturados:** são organizados formal ou informalmente e podem ou não possuírem sede própria (as reuniões, ensaios, confecção de produtos etc. podem ocorrer num pequeno espaço alugado e/ou na casa de algum membro, de uma igreja ou clube parceiro). Tem um quadro modesto de membros, sendo a maioria de voluntários, e uma divisão hierárquica a partir das funções (um membro é o tesoureiro, outro o responsável pela divulgação e assim por diante). Possuem, pelo menos, um veículo de comunicação (sites e panfletos são os mais utilizados). Também é mantido com recursos financeiros obtidos a partir da venda de ingressos das apresentações, da venda dos produtos (no caso dos artesanatos, comida etc.), de cursos ministrados; eventualmente, contam com patrocínio de alguma pequena empresa local.
- **Grupos não-estruturados:** são organizados de maneira informal, no geral, a partir da iniciativa de seu líder. Não possuem sede própria, sendo as reuniões, ensaios e produções realizados na casa de algum membro, em cafés, restaurantes e até praças públicas. Contam apenas com membros-voluntários, sendo o papel do líder crucial para a realização das atividades. Utilizam uma página nas redes sociais (Facebook, por exemplo) como veículo de comunicação. Os poucos recursos financeiros para manutenção são conseguidos a partir da venda de ingressos das apresentações, da venda dos produtos (no caso dos artesanatos, ou comidas, por exemplo), de cursos ministrados; neste caso, é muito comum os próprios membros doarem dinheiro para o grupo utilizar com transporte, matéria prima, compra de instrumentos, figurinos, entre outros.

Nesses arranjos, construídos a partir da participação dos imigrantes em festividades artísticas, folclóricas e culturais, múltiplas formas de pluripertencimento se afloram, alavancando a manifestação de sentimentos (manutenção, reavivamento ou ressignificação) de conexão entre os sujeitos, revelando a defesa de interesses partilhados e produzindo novos significados. Enfim, é a vida que segue compartilhada em sociedade.

O associativismo e a solidariedade, nesse sentido, figuram como uma questão de engajamento em torno de um bem comum: preservar a identidade diaspórica frente a outras realidades. O resultado são discursos politizados, no qual as festividades artísticas e repertórios culturais envolvendo o país de origem na sociedade receptora se tornam elementos de base. Assim, procuramos verificar aspectos que vão desde a organização prática dos eventos, a mobilização dos envolvidos, a preparação e apresentação das atividades, até questões de ordem subjetivas, uma vez que tais atividades e encontros estão intimamente ligados a construções identitárias, não só do imigrante, mas do público que comparece (muitas vezes, oriundos da sociedade de acolhida e de outras) e de aspectos da própria cidade onde o evento está inserido.

Como caminho teórico escolhido (entre tantos possíveis), procuramos determinar essas performances construídas a partir de representações dentro das ideias de “espaço social”, de Bourdieu (1983; 1986; 1989), e “espaço nostálgico”, desenvolvido por Sayad (1998; 2010). Aqui, resumidamente, espaço social é retratado por Bourdieu (1983; 1986; 1989) como um campo de lutas no qual os atores (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social, a partir (e também) do capital cultural.

O próprio Sayad (1998; 2010) indica que, no processo migratório, é muito pertinente refletir sobre o conceito de espaço, uma vez que o “espaço social” está no centro do debate porque promete precisar o local social que os imigrantes ocupam em suas sociedades, marcando a diferença entre esses territórios sociais constituídos pelo processo migratório e a sociedade estritamente delimitada pelas fronteiras do Estado-nação. O autor (2010, p.17 – Tradução nossa) classifica o espaço social “como um espaço vivo, um espaço concreto qualitativo, emocional e passionadamente falando”, carregado de afetividade, daí o adjetivo nostálgico.

Identificamos que esses espaços artísticos e culturais criados por imigrantes não devem ser reduzidos à sua dimensão física tradicional, estática ou veicular; político-administrativa, fundada na arbitrariedade das fronteiras e da autoridade burocrática; ou, menos ainda, à equivalência unívoca entre os registros geográficos e identitários. O espaço migratório se destaca, antes, pela multiplicidade dos modos de sua 'produção' social e simbólica (LEFEVBRE, 1974) e a natureza intrinsecamente transitória e flutuante tanto da socialidade como da subjetividade do imigrante.

Espaços que podem ser tanto reais e materiais como os teatros, museus, praças, parques e demais localidades onde ocorrem os eventos, mas também podem ser subjetivos, imaginários e existenciais (GUATTARI, 1992), produzidos a partir dos processos e dispositivos de enunciação da identidade coletiva do grupo envolvido. Nos faz concordar com Barel (1986), quando argumenta que todo território social é, na essência, um fenômeno imaginário, imaterial e simbólico; e que todo elemento componente desse território – seja ele físico ou biológico, deve necessariamente passar por um minucioso processo de simbolização, para poder integrá-lo.

Inversamente, os deslocamentos físicos, sociais, culturais e subjetivos do imigrante o impelem a aderir mental e corporalmente a uma multiplicidade de lugares e territórios, mergulhar sensível e inteligivelmente em suas realidades, traduzi-las e deixar-se por elas envolver e traduzir. Entre trajetões e trajetórias, na diversidade e na adversidade, o sujeito migrante é levado a ressignificar as referências materiais e simbólicas que o interpelam para poder projetar narrativamente as espacialidades que o contêm e costurar mnemonicamente as identidades nacionais, étnicas, culturais e sociais que o atravessam.

Essa característica constitutiva do espaço migratório se manifesta a todos os níveis da vida do imigrante; desde sua rotina diária e sua atuação imediata no seu entorno social (via prática artística e cultural ou não) até a sua visão de mundo e seus engajamentos e investimentos existenciais mais amplos. Quer seja no plano social e cultural, como vimos, quer seja no plano subjetivo, as suas coordenadas são inevitavelmente plurais; muitas vezes embaralhando o 'aqui e agora' com o 'alhores e outras temporalidades'. Trata-se, verdadeiramente, de um 'espaço social nostálgico', cuja estrutura, forma e configuração refletem a dinâmica das relações sociais e simbólicas tecidas

pelos imigrantes – indivíduos e comunidades, no seu percurso; interligando seu lugar de destino, sua terra de origem e os territórios de transição ou investidos de sua subjetividade. O que significa, em primeiro lugar, que a cartografia desse espaço não corresponde fielmente a um determinado ‘espaço social nacional’, nem pode se restringir a seus recortes estatais nacionais e/ou suas instâncias político-administrativamente (re)conhecidos.

3 – A subjetividade nos processos de ressimbolização ou ressignificação cultural

Diante de um processo tão complexo, é simplista demais dizer que nossa hipótese inicial – de que, é a partir da representação de práticas artísticas e culturais relacionadas ao país de origem no país de destino, que o imigrante estabelece um processo de ressimbolização ou ressignificação cultural, no qual a ideia original e comum de hábitos, costumes, objetos e crenças se conserva ao mesmo tempo em que o ponto de encontro entre elementos díspares gera novos significados – foi confirmada.

Preferimos pensar a partir da própria definição de subjetividade proposta por Guattari (1992, p.19). Segundo o autor, a subjetividade não é uma instância dominante de terminação que guia outras instâncias segundo uma causalidade unívoca. Pelo contrário, por ser plural, ela se traduz no conjunto das condições que torna possível que as instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como espaço existencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade, ela mesma subjetiva. Sendo assim, de certa maneira, admitimos que no terreno estudado, o das práticas culturais e artísticas migratórias, cada sujeito ou grupo veicula um sistema próprio de representação – baseado em uma ideia de origem comum – em um modelo único de subjetividade. Em outras palavras: aproveitando que falamos de territórios e espaços físicos, cada sujeito desenha uma cartografia não só a partir de referências cognitivas, mas também, míticas e rituais, por meio das quais se posiciona em relação a seus afetos, angústias e todas as dores que o deslocamento pode gerar.

De fato, as diásporas ou organizações culturais expõem e reproduzem um conjunto de referência mais ou menos imaginário, situado além das fronteiras do país de acolhida ao organizar seus membros em comunidades locais extremamente inseridas no espaço social do país de acolhida e de seus

campos, favorecendo a socialidade. Assim, a cultura subsiste, com seu constante processo de resignificação – que não é ruim nem bom, mas característico de um espaço vivo, em transformação – e constantemente ameaçada por espaços nacionais “fortes” que se negam de forma recíproca e que tratam o processo migratório como um fenômeno efêmero que tende a perder importância cultural com o passar das gerações e sua “reinscrição” dentro dos espaços sociais homogêneos.

4 – O papel das TICs

Sabemos que a rotina diária de imigrantes está longe do que Garcia Canclini (2005, p.205) chama de “oásis de não-pertencimento”. A todo momento, a própria condição de sujeito deslocado e sua busca por novas formas de pertencimento são colocadas em xeque por questões de ordem muito mais prática, por exemplo, leis migratórias restritivas, preconceito, xenofobia, discriminação entre tantas outras ações coercitivas de direitos humanos. Mas, no momento em que o imigrante investe em seus aspectos culturais, eles encontraram maneiras criativas para enfrentar as dificuldades e tudo parece estar bem – afinal, eles estão falando sobre o que melhor sabem, sobre si mesmos, sua terra natal. Neste sentido, diásporas organizadas usam as TICs para facilitar essas agendas.

A pesquisa empírica revelou que a Internet pode atender às necessidades práticas da vida cotidiana das organizações culturais migratórias: divulgar os eventos, promover a organização e informar os membros e/ou público em geral sobre o que está acontecendo no grupo, para ter voz, para aparecer, para transmitir suas informações e seus conhecimentos sobre os aspectos culturais do país de origem e para serem conhecidos localmente.

Simultaneamente, a análise de conteúdo nos mostrou que a *webdiáspora*² dá a oportunidade para que os imigrantes, quando organizados em grupo, continuem negociando suas identidades diaspóricas, em uma perspectiva intercultural, através de histórias, de promoção de consensos

² Podemos relacionar o conceito de *webdiáspora* a práticas midiáticas envolvendo imigrantes na Web, de forma combinada ou não, que têm como objetivo, em geral, expressar posicionamentos com base em situações transnacionais e interculturais originadas pelo deslocamento. Alguns sinônimos: *e-diáspora*, *Webdiáspórica*, *Diáspora Digital* etc.

sobre entendimentos compartilhados, de fazer sentido, em um espaço transnacional. É muito difícil mensurar a verdadeira extensão do impacto das TICs na vida do imigrante, especialmente no seu aspecto subjetivo. É possível dizer que elas fornecem suporte para a construção de identidades diaspóricas, permitindo aos sujeitos incorporarem novas ideias, valores e experiências em seu quadro de identidade referência.

Destacamos dois exemplos de conteúdo encontrados em páginas virtuais dos grupos – escolhidos aqui, aleatoriamente para fins de ilustração do argumento acima. O primeiro foi um “post” sobre o Forroloween, evento organizado por um grupo de músicos brasileiros em Chicago. Eles comemoram o Dia das Bruxas (Halloween) – uma das festividades mais populares da cultura dos Estados Unidos – tipicamente, com fantasias e doces, porém, incluem na celebração o forró, um ritmo brasileiro. O segundo foi um cardápio de uma barraca de comidas típicas peruanas em São Paulo, que anunciava a venda do “Ceviche à moda brasileira”. No prato, a tradicional pimenta aji, típica do Peru, foi substituída pela pimenta dedo de moça, muito utilizada na culinária brasileira para “conquistar os brasileiros”. Nesse contexto, reforçamos o argumento de que as TICs não apenas representam uma ferramenta instrumental de veiculação, transmissão e/ou representação, mas conotações de vinculação social, interação simbólica e produção subjetiva (APPADURAI, 1996; MARTÍN-BARBERO, 1991). E, se há uma conclusão a ser tirada desse debate é que a mudança social é multilinear, e não unilinear. Há sempre mais de um caminho que podemos seguir e, aqui, ressaltamos dois, em especial.

O primeiro é que após a criação da indústria tipográfica e o surgimento de vários tipos de mídia eletrônica, o conjunto de interação da vida social mudou. É claro, a interação face a face – a única que se conhecia nos primórdios dos tempos e que até então permitia o compartilhamento de informações, realidades, conhecimento – não desapareceu, ou seja, ela ainda é um componente fundamental da vida cotidiana. No entanto, foi complementada por outras formas de interação que assumiram um papel cada vez maior no processo de autoformação das pessoas e no compartilhamento do comum.

Um segundo ponto a ser ressaltado é que, por mais forte que seja o conflito ou a afinidade entre TICs e sociedade hoje, não é possível afirmar que

novas formas e processos sociais aparecem em consequência de transformação tecnológica. Acreditamos que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade pode escrever o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo cenário interativo e contextual. Além disso, novas formas e processos sociais nem sempre surgem, necessariamente, dentro de um sistema antigo e/ou já existente.

Assim, o foco da interação e comunicação proporcionada pela webdiáspora vai muito além da objetividade da transmissão de uma realidade, aqui, favorecida pelo desenvolvimento e acesso às TICs. Mas, como propõe Sodré (2006), envolve o entendimento da comunicação no seu sentido mais amplo de interação, de comunhão. A partir dessa ideia, procuramos valorizar o sujeito migrante que é cercado por culturas e identidades e que tem um passado e um presente que vai até além da própria compreensão dele mesmo.

Por fim, ressaltamos que o diferencial hoje é a aceleração distributiva dos processos e não a presença maciça da técnica nos processos. Os modos de vida produzidos nos últimos tempos nos desvencilharam dos tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira sem precedentes. E, se até poucas décadas, a mobilidade espacial e temporal era uma constante única e uma situação de causa, hoje, precisamos levar em consideração uma inversão fundamental: tempo e o espaço são organizados a partir de uma lógica múltipla e uma situação de efeitos, na qual estão vinculados presença versus ausência, pertencimento versus alienação, tradição versus inovação, visibilidade versus invisibilidade, racionalidade versus sensibilidade, global versus local, indivíduos versus grupos.

5 – A questão das identidades como discurso

Celebrar as origens, retomar as raízes, fortalecer laços de amizade e união dos envolvidos... Tudo com muitas cores, sabores e alegria. Aparentemente, tratam-se de atividades corriqueiras. Qual estrato social organizado não promove esse tipo de atividade? Insistindo no caráter plural das identidades, potencializadas nos eventos estudados migratórios, verificamos que elas são frutos de um modelo de organização social do planeta imposto por relações de poder ancoradas em processos históricos.

Elas são incorporadas, transformadas e recriadas no interior de um sistema de representações a partir da relação do sujeito com o ambiente em que vive (e tudo que isso implica). Assim, identidades nacionais, étnicas, sociais e culturais costumam aflorar em processos de deslocamento, ou seja, na mudança de um ambiente, até então um ponto de referência.

A defesa dessas identidades não é ingênua, apesar de que, em alguns casos, mostra-se inconsciente, pelo menos, cientificamente falando: o imigrante não defende suas identidades por si só. Ele as defende para alcançar algo, um propósito, objetivo ou subjetivo. Essa posição o leva a articular suas ações práticas do cotidiano no espaço privado e familiar, ou de caráter público e coletivo, não necessariamente nessa ordem linear.

Não é coincidência que tais práticas são muito mais visíveis e proliferam-se em grandes centros urbanos, como visto em Chicago e São Paulo. Elas vão de encontro ao contexto de recepção e o que as metrópoles oferecem em termos de infraestrutura (acesso aos meios de transporte, comunicação, saúde, educação, trabalho) e de vontade política dos governos locais em reconhecer e apoiar novas estruturas da sociedade civil. A sociabilidade que as cidades contemporâneas induzem deve ser concebida como a capacidade de interagir com as múltiplas ofertas simbólicas internacionais a partir de posições próprias.

Também não é por acaso que as manifestações festivas, artísticas e culturais permeiem todo tipo de atividade do imigrante no território de acolhida. Ainda que o objetivo prático da defesa das identidades seja lutar por direitos políticos (possibilidade de voto, por exemplo) ou laborais (melhores condições de trabalho), sentimentos de reconhecimento e pertencimento têm nas práticas artísticas, folclóricas e culturais sua melhor forma de materialização e externalidades. Não só porque possibilita o uso de elementos identitários – os mesmos podem ser usados em uma manifestação política, ou em um comício de greve – mas, porque mexe com os sentimentos afetivos mais profundos do imigrante, provocando-lhes sensações a partir de uma experiência estética e nostálgica. Uma condição essencial para que elas ocorram, nos diferentes níveis em que descrevemos ao longo que estudamos, é a ação coletiva. Tais atividades só aparecem e ganham visibilidade na sociedade de acolhida quando organizadas em grupos, associações, clubes, comunidades, ainda que a partir de uma iniciativa individual. Formais ou informais, profissionais ou

amadoras, comerciais ou sem fins lucrativos, antigas ou recentes, o fato é que esses coletivos são fundamentais na construção de laços entre os imigrantes que partilham de uma origem comum no território de acolhida. Eles se mostram relevantes ainda para a construção de pontes com o país de origem e, em alguns casos, pontes com imigrantes de uma mesma origem, porém, estabelecidos em outros territórios.

Como nos revelou a perspectiva transnacional, tratam-se de sujeitos ativos e conectados no país de origem ou de destino, que trabalham e expõem suas identidades contrastivas nos mais variados formatos de práticas culturais. Arriscamos a dizer que, no caso migratório, não existe comunidade sem festas e celebrações das origens, assim como não existe festas e celebrações das origens sem a comunidade.

Nessas práticas, os sujeitos imigrantes se apegam à sua coletividade e criam espaços sociais étnico-nacional-culturais como uma forma de resistência ao convívio excessivamente individualista encontrado na sociedade de acolhimento. Eles escolhem, adaptam o que vai ser mostrado dentro das suas possibilidades, mas também, de acordo com o que os receptores locais podem escutar, ver e compreender. Podemos dizer que neles há uma pretensão hegemônica em torno de uma cultura linear e acumulativa que se desmorona se o passado não puder ser armazenado, preservado (BAUDRILLARD, 1991). E isso vai além de celebrações, encontros festivos, performances ou mesmo uma forma de trabalho e subsistência. Envolvem ações políticas, econômicas, sociais ancoradas em múltiplas identidades migratórias responsáveis por construir redes sociais e impulsionar a crença em uma melhor qualidade de vida em mais de um espaço geográfico, combinando local, urbano, nacional e transnacional. Isso explica a dificuldade que tivemos durante o trabalho de classificar, determinar e sistematizar se tal manifestação é de ordem religiosa, política, econômica ou cultural, como mencionamos acima. Tais ações nos fornecem evidências empíricas de que as relações sociais contemporâneas, no caso migratório, tornaram-se pluridimensional, multiescalar e fluida. Suas formas são resultantes de interações espaço-sociais que têm mais a ver com a qualidade do capital social cultivado do que com a sua densidade.

Talvez resida aí a explicação para o fato de que as manifestações culturais, folclóricas e festivas, apesar de trazerem inovações na forma de criação e apresentação do conteúdo – conforme mostrado pela perspectiva

intercultural –, insistem em perpetuar práticas estereotipadas, repetitivas e poucos originais que remetem sempre ao senso comum sobre a imagem do país de origem. Por mais que, nos discursos, apareça a preocupação em utilizar determinada performance, evento ou festa para revelar um outro aspecto do país de origem envolvido no país de acolhida, para um receptor externo que, em tese, não tem familiaridade com o assunto, ainda é muito forte a presença de clichês nesses ambientes.

Devemos ter em mente que, como um discurso, tais performances revelam constante alternância de foco da particularidade e estão orientadas para uma grande diversidade de fins. O importante é que, ao recorrerem a tais experiências, os sujeitos imigrantes se tornam mais conscientes da prática em que estão envolvidos como produtores e consumidores daquelas sensações: das forças sociais e interesses que as moldam, das relações de poder e ideologias que as investem, seus efeitos sobre as identidades sociais, culturais, étnicas e nacionais, bem como nas interações simbólicas e seu papel nos processos de mudança cultural e social.

Considerações finais

As festividades estudadas neste trabalho nos revelaram que a existência, no caso dos imigrantes, de um quadro espacial para a enunciação das subjetividades criadas e a preservação da identidade do grupo envolvido ganha um sentido prático. E é justamente esse sentido que dá vida aos conceitos de “espaço social” e “espaço nostálgico”, de Bourdieu (1983; 1986; 1989) e Sayad (1998; 2010), respectivamente.

É inegável que as múltiplas formas de concepção de espaço dependem não só do quadro político cultural geral e do momento histórico de sua elaboração, mas também de uma percepção sensorial. No caso desta pesquisa, trabalhamos, a todo momento, com um conceito de espaço construído a partir de interações simbólicas e discursos marcados por nostalgia intrínseca à própria característica temporal fundadora desse espaço. Ele é responsável por delimitar o local social que os imigrantes ocupam no país de acolhida e ampará-los afetivamente, afinal, a nostalgia, em última instância, é a negação de um presente doloroso.

No atual quadro civilizacional e organizacional do planeta, marcado pela globalização econômica e cultural na qual se destacam a aceleração dos

meios de transportes e TICs, tal quadro espacial pode surgir a partir do compartilhamento de um espaço físico comum (geralmente localizado no mesmo bairro, uma igreja, a sede de uma associação comunitária, uma escola) ou de um espaço virtual (a webdiáspora, por exemplo).

Ambos, sem dúvidas, são responsáveis por propiciar o exercício da socialidade (MAFFESOLI, 2006) e a criação e manutenção de uma rede social que envolve, simultaneamente, sujeitos localizados fisicamente no país de origem, de destino ou em outros, que garante aos grupos de imigrantes toda sua dinâmica no que diz respeito a sua capacidade de autorrepresentação, reconhecimento e produção das atividades organizadas a partir da ideia de identidades em comum.

Dentro desses espaços, os grupos de imigrantes têm autonomia para impor suas práticas da maneira que julgam convenientes e estabelecem hierarquias e papéis de acordo com o funcionamento e características da atividade ordinária. Com toda certeza, trata-se do elemento fundador do “estar-junto”, tão valorizado nas manifestações estudadas, que no contexto transnacional parece ser regido por instâncias desprovidas da dimensão material e inscritas na temporalidade de uma difusão instantânea. O ponto-chave para seu desenvolvimento – que acaba por refletir no (re)conhecimento da produção artística e cultural do grupo envolvido – não costuma ser a chegada ou saída de membros, mas a relação entre eles.

Por meio desses espaços, os grupos de imigrantes são capazes de exercerem múltiplas formas de vozes, lealdades e discursos que geralmente são expandidos para além das fronteiras físicas espaciais. Ou seja, tanto da sede da organização, da cidade, do Estado ou do país, como do ambiente virtual para o real. Isso explica o fato, por exemplo, de muitas vezes novos membros surgirem a partir de um contato virtual. Ou ainda: conhecer e trazer novas perspectivas que têm sido desenvolvidas à manifestação artística e cultural em questão no país de origem e aplicá-las no país de destino. Do mesmo modo, em uma apresentação em um parque ou praça, chamar a atenção das pessoas que por ali passam que, independentemente do estabelecimento de uma relação mais próxima futuramente, expõe, transmite e torna público facetas, até então desconhecidas, de uma realidade social.

Acompanhando as práticas culturais desses povos neste trabalho, vimos que é no lugar de sedimentação e cruzamento de correntes culturais

diversas e fusões não resolvidas entre países de origem e destino que os imigrantes, ainda que em um mesmo continente, testemunham as contradições da história social. Suas manifestações festivas não deixam de ser projetos democráticos compartilhados por todos sem que igualem todos, em que a desagregação é elevada à diversidade, e as desigualdades entre etnias e grupos são reduzidas a diferenças.

Referências

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large** – Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: University Minnesota Press, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAREL, Yves. Le social et ses territoires. In: AURIAC, Franck; BRUNET, Roger (Orgs.). **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard e Fondation Diderot, 1986.

BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina; SCHILLER, Nina Glick. Transnationalism – A new analytic framework for understanding migration. **Annals New York Academy of Science**, v.645, p.1-24, 1992. Disponível em: <<https://bit.ly/3QRvqak>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina; SCHILLER, Nina Glick. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. **Anthropological Quarterly**, v.68, N.01, p.48-63, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. Tradução (texto em francês) da conferência na Universidade de San Diego, em março de 1986b. Disponível em: <<https://bit.ly/3HSJwUR>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRINKERHOOF, Jennifer M. **Digital diasporas** – Identity and transnational Engagement. New York: Cambridge University Press, 2009.

ESCUDERO, Camila. **Imprensa de comunidades imigrantes de São Paulo e identidade**: estudo dos jornais ibéricos Mundo Lusíada e Alborada. 2007. Dissertação

(Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo.

ESCUDERO, Camila. Os jornais de imigrantes guardados na Biblioteca Nacional. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. **Anais...** Foz do Iguaçu: Centro Universitário UDC, 2014.

ESCUDERO, Camila. **O Rio de Janeiro dos imigrantes**: Páginas de uma cidade de muitos povos. Rio de Janeiro: E-Paper, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GIL, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia de Analisis de Contenido**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

LEFEVBRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **De los medios a las mediaciones** – Comunicación, cultura e hegemonía. México: Editorial Gustavo Gilli, 1991.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p.269-279.

PARK, Robert. **The immigrant press and its control**. New York: Harper & Brothers, 1922.

PINTO, Milton. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.

SALGADO, Erasmo. Reflexión del migrante. **Revista Comemorativa del Clube Unidos Guerrerenses Del Medio Oeste**. Chicago, p.6, set., 2013.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. El retorno, elemento constitutivo de la condición del inmigrante. **Revista Empiria**, Madrid, 2010..

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**. Petrópolis: Vozes, 2006.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p.51-61.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

Capítulo 19 – A comunicação e os hábitos culinários da comunidade quilombola da Fazenda Picinguaba*

Luís Carlos Pavarati

Introdução

As mudanças sociais ocorridas, sobretudo, nas últimas décadas, provocadas pelo acelerado avanço tecnológico; a construção da rodovia Rio-Santos nos anos 1970, trazendo uma desconfiguração do entorno da Serra do Mar e da praia com consequente exploração imobiliária da região; a criação do Parque Estadual da Serra do Mar com a incorporação da área onde se localiza a comunidade do Quilombo da Fazenda, delimitando-a como área de preservação ambiental; as novas práticas gastronômicas adotadas em decorrência das constantes exigências de adaptação da sociedade brasileira ao mercado global compõem o cenário deste estudo.

A preservação, a manutenção e as alterações das tradições culturais, dos costumes, dos saberes e fazeres da comunidade do Quilombo da Fazenda, hoje reconhecida pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, vêm sofrendo, nesses últimos 40 anos, influências externas em virtude do processo de desenvolvimento turístico aliado à preservação ambiental da região.

A comunicação comunitária se caracteriza como popular, pois a cultura, os saberes, os modos e os fazeres são transmitidos, de geração a geração, predominantemente pela oralidade, com o sentido de transferir conhecimentos, utilizando-se das manifestações culturais, na maioria baseadas no folclore, e praticadas com esmero pelos membros mais antigos. Cria-se sentimento de pertença nos mais jovens, incentivando a manutenção e perpetuação da cultura. Os hábitos alimentares do Quilombo da Fazenda sofrem influência da culinária caiçara, devido a sua localização próxima ao litoral. Seu prato emblemático é o peixe azul-marinho, preparado à base de peixe e banana verde, além de outros de características singulares da cultura caiçara como

* Artigo extraído da dissertação Aspectos comunicativos e culturais nos hábitos culinários caiçara da comunidade quilombola da Fazenda Picinguaba, de Ubatuba – SP, defendida em setembro de 2014, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Cicilia M.K. Peruzzo.

paçoca de banana e bolinho de taioba. A comunidade quilombola da Fazenda Picinguaba encontra-se dentro da área do Parque Estadual da Serra do Mar, no município de Ubatuba, São Paulo. É constituída por pouco mais de 40 famílias e, por se tratar de uma área de proteção ambiental, são impossibilitadas de praticar qualquer atividade que possa comprometer o meio ambiente. Dentro desse contexto, o levantamento e a identificação dos hábitos culinários praticados no passado, as formas de preservação das tradições, e o confronto com os praticados na atualidade são relevantes devido ao risco existente da perda da memória dos costumes e dos fazeres da comunidade.

1 – Comunidade, cultura e identidade

As comunidades quilombolas preservaram e ainda preservam seus padrões de cultura ou de sociabilidade e os mantêm, apesar do tempo. É um tipo de comunidade embrionária, de origem biológica, cultural e social “mestiça” (FERNANDES, 1975, p. 47).

No caso de comunidades tradicionais, como os quilombos, estão presentes de forma concomitante os aspectos provindos de comunidade territorial de sangue e amizade. Essa situação se verifica porque os membros dessas comunidades, formadas por poucas famílias, estabelecem uniões conjugais, e, por conseguinte de parentesco; vivem em habitações próximas, criando o hábito da vida conjunta, caracterizando vizinhança; partilham das mesmas condições de trabalho, modo de pensar e da mesma fé, constituindo assim laços de amizade. Bourdin (2001, p. 31) acredita que a comunidade é a matriz de toda sociabilidade. Considera que o ser social se define pelo pertencimento a um grupo, caracterizado por laços familiares, de língua e território, que Peruzzo e Volpato (2009, p. 146) classificam como a busca pelas raízes, por um sentimento de pertença – que todo indivíduo busca – pelo viver-junto, pela vida em família, pelo pertencer a um “nós”. “São locais herdados de fatores históricos e de identidade local que podem estar manifestados nos bens culturais e no conjunto de regras comuns vividas por seus membros e expressos na religião, na cultura, na etnia, etc.” (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 146). Cabe ressaltar a importância do pensamento dos autores citados, para entender as comunidades quilombolas. O fator de ligação ao solo (território) é a característica principal. Vemos isso enfatizado fundamentalmente no tocante ao local. Porém, deve-se considerar a importância dos laços de sangue, a

língua e o conseqüente sentimento de pertença classificados por Bourdin (2001); o conjunto de regras comuns vividas por seus membros e expressos na religião, na cultura, e na etnia identificados por Peruzzo e Volpato (2009) que geram fortes laços de cooperação, interação, participação ativa, interesses coletivos acima dos individuais, confiança e conjugação de interesses em comum (PERUZZO, 2003 p. 55-56).

Para Bordenave (1997, p. 17) a comunicação é o canal pelo qual os padrões de vida são transmitidos, muito antes da idade escolar, é pela comunicação que se aprende a ser membro de uma comunidade ou sociedade. É por meio da comunicação que se obtém as crenças, valores, hábitos e tabus, não ocorrendo por instrução formal e sim indiretamente, por pequenos eventos, às vezes insignificantes em si mesmos, por meio das relações com outras pessoas, aprendendo-se naturalmente e assimilando-se a cultura. Bordenave (1997, p. 19) salienta ainda: “A comunicação confunde-se, assim, com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos e andamos”.

Na comunidade do Quilombo da Fazenda Picinguaba, identificamos nitidamente que as trocas de experiências, as transmissões dos saberes e dos fazeres, a manutenção da cultura e das tradições se baseiam na comunicação oral, por meio das ações familiares cotidianas, e também por intermédio de pequenos eventos, conforme descritos pelos autores acima. Para Martino (2002, p. 23), quando falamos de cultura, trabalhamos um conceito que implica num processo de comunicação a cultura implica a:

transmissão de um patrimônio através das gerações. Observação que também é válida no que diz respeito aos próprios elementos que se encontram em relação, pois a noção de homem é essencialmente da ordem do simbólico, em oposição à noção de ‘animal homem’, que remete apenas para o ser [...] humano é um ser da comunicação: *consigo* e com o *mundo*, ambos entendidos como o produto da comunicação com *outrem* (grifos do autor).

Dentro desse contexto, ressaltamos que a comunicação se relaciona com a cultura, notadamente no campo das práticas cotidianas, nos modos de vida que as pessoas desenvolvem para viver, nos costumes e nas tradições dos grupos ou comunidades. A integração comunicação e cultura acontece na

transmissão dos saberes e fazeres, via de regra pela oralidade, independentemente do tipo de comunidade.

Cuche (1999, p. 180) destaca que: “... um grupo sem língua própria, sem cultura própria, sem território próprio, e mesmo, sem fenótipo próprio, não pode pretender constituir um grupo etno-cultural. Não pode reivindicar uma identidade cultural autêntica”.

Araújo, em *Cultura popular brasileira* (1973, p. 9) delimita as áreas culturais considerando os padrões culturais tipificadores relacionados aos fatos folclóricos. Dessa forma, o fato folclórico como fenômeno cultural, traz em seu bojo características do popular, do anônimo e do tradicional, transmitindo, via de regra pela oralidade, as suas variadas manifestações.

Para Maynard (1973b, p. 14) área cultural é o espaço geográfico onde grupos apresentam condições semelhantes de cultura, com valores comuns e constantes, onde há características próprias de uma determinada cultura, mesmo que diferente de outra cultura mesmo que vizinha.

Canclini, em *Culturas Híbridas* (2011, p. 22) considera que o “popular” corre menor risco de intenção do que de transformação. Para o autor, nunca houve tantos artesãos, ou artistas populares; seus produtos têm características tradicionais e modernas, atraindo turistas e consumidores urbanos que enxergam nesses bens folclóricos características únicas e personalizadas, não encontradas nos bens industrializados. Por cultura quilombola, entendemos se trata de uma cultura muito próxima a da cultura rural, independentemente da localização da comunidade estar próxima ou distante do litoral, tem grande sentimento de pertença ao território, o sustento advém da cultura de subsistência, tem apego às tradições regionais e ancestrais, com suas manifestações culturais fortemente vinculadas ao passado, lutando para manter viva a memória social e a valorização dos saberes tradicionais. Para Diegues (2006, p. 14), as comunidades quilombolas litorâneas partilham uma dupla identidade: quilombolas e caiçaras. Essa cultura tem raízes comuns com a dos caipiras, compartilhando traços culturais focados na agricultura, utilizando expressões comuns em tupi-guarani, vindo desde os tempos da comunicação entre portugueses e índios baseados no Nheengatu, língua franca utilizada até meados do século XVIII. Para Montanari (2013, p. 15-16) comida é cultura tanto quando é produzida como quando é preparada. Quando produzida é cultura porque o homem não consome apenas o que

encontra na natureza, mas cria a própria comida, sobrepondo a atividade de produção à de predação.

Montanari em *O mundo na cozinha* (2009, p. 11) equipara a cozinha à linguagem porque possui vocábulos, regras de gramática, de sintaxe e de retórica. Exatamente com a linguagem, a cozinha tem e mostra a cultura, as tradições e a identidade do grupo que a pratica, constituindo um extraordinário veículo de representação e de comunicação, uma vez que é mais fácil consumir um ingrediente alheio à nossa cultura, do que decodificar outra língua.

Desse modo, “assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo” (MONTANARI, 2013, p. 183). Representa um povo, auxilia na construção da identidade e possibilita a troca cultural estando em contato com outras culturas. Essa relação de identidade e comida é vista por Raul (2008, p. 406-407) como uma valorização do próprio imaginário popular em que a comida é entendida pela patrimonialização do que se come como uma atestação de cultura e símbolo de pertencimento, singularidade tanto de contextos tradicionais quanto globais. A alimentação do Quilombo da Fazenda está mais próxima da alimentação caipira do que da alimentação caiçara, seus principais ingredientes alimentares são extraídos das roças de subsistência, sendo a banana presente em todas as refeições. Há também alguns itens produzidos na própria comunidade como a farinha de mandioca e a farinha de milho. Para o quilombola da Fazenda o ato “do comer” tem uma importância que transcende a necessidade biológica, é um ato compartilhado entre a família e de generosidade com os demais.

2 – A vida no Quilombo da Fazenda

O Núcleo Picinguaba é considerado um reduto de cultura tradicional, tendo em vista a existência de comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas. Em função da presença dessas populações, nesta unidade de conservação, suas diretrizes de gestão contemplam cuidados diferenciados no Plano de Manejo, considerando o patrimônio histórico cultural dessa região que ainda guarda costumes e tradições que estão ligados diretamente à nossa história, populações que lembram suas origens na gastronomia e em festas, sintetizando toda sua diversidade (SOBRE...,s.d.).

Nas palavras do morador mais antigo da comunidade, não existiam coisas fáceis, vivia-se da troca de mercadorias produzidas na comunidade e trocadas nas comunidades vizinhas ou em Ubatuba (Centro). O morador define que: “Quem faz a dificuldade é a facilidade, quando não tem facilidade, não tem dificuldade, antigamente nada era fácil então não tinha dificuldade”. Percebe-se em conversa com os moradores o sentimento de união da comunidade, construído com base nas adversidades e na luta conjunta pelo bem estar dos moradores, constatando-se o fortalecimento das relações sociais ressaltando o sentido de comunidade, vizinhança e identidade, gerando o senso de pertencimento. Estes sentimentos remetem aos conceitos e abordagens de Bourdin (2001); Peruzzo (2003) e Peruzzo e Volpato (2009). Portanto, as dificuldades iniciais de adaptação, provocadas pela falta de recursos materiais e de infraestrutura geraram na comunidade o sentimento de pertença, amizade, laços afetivos e emocionais.

Assim, pode-se afirmar que o Quilombo da Fazenda reúne todas as particularidades de uma comunidade tradicional como afirmado por Diegues (1994), muito embora o modo de vida de seus habitantes tenha sofrido rupturas devido aos acontecimentos da década de 1970 com a construção da BR-101, que trouxe facilidade de acesso ao centro urbano de Ubatuba, e a criação do Parque Estadual da Serra do Mar. Na opinião dos moradores entrevistados, os acontecimentos relativos à construção da estrada, bem como a implantação do Parque refletiram no cotidiano dos habitantes do Quilombo da Fazenda. Na opinião de uma das moradoras:

Com a chegada da BR, mudou bastante porque, aí veio a estrada, aí o povo todo que ia pra cidade, entrava no supermercado e fazia a festa. Aí já plantavam pouco, não queriam ter trabalho, já queria comprar na cidade, aí vem as coisas com conservante, vem tudo que não é bom pra gente, os enlatados, aí mudou bastante a alimentação. A geração de hoje, eu fui criada com essas comidas boas, a geração de hoje é tudo comprado no supermercado, e aí já entraram com a lasanha, o macarrão a bolonhesa.

Dentre as considerações dos entrevistados, destacam-se de forma evidente o impacto causado na comunidade pela construção da rodovia, e também a implantação do Parque Estadual da Serra do Mar. A comunidade,

até então, tinha seu cotidiano voltado exclusivamente às atividades praticadas em comunidades tradicionais, e recebem abruptamente influências trazidas dos grandes centros urbanos, influências trazidas pela indústria cultural, pela proibição de utilização da terra etc.

Como lembra Bosi (1999, pp. 16-17), esse confronto de culturas indica formas diferentes de existir, sendo que uma é para a outra como uma revelação, porém, é necessário atenção, pois “a dominação econômica de uma região sobre outra no interior de um país” destrói raízes e acaba tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra.

3 – Comunicação e cultura no Quilombo da Fazenda

A culinária caiçara tem como base a farinha de mandioca, o uso do peixe, frutos do mar, carne de caça e de animais criados em seu terreiro. A utilização da farinha de mandioca é um dos traços essenciais dessa cultura. Completam o cardápio do caiçara o palmito, a banana e diversos tubérculos como cará, inhame e batata doce. A refrigeração nem sempre é acessível ao caiçara, quando a pesca é boa ou a caça é farta, a carne ou o peixe que sobram são envolvidos em gordura animal e guardadas em latas, ou salgadas e penduradas no fumeiro (DIEGUES, 2005, p. 49-54).

O azul-marinho é um prato muito presente no cardápio do quilombola da Fazenda. Muito embora a região do Quilombo esteja próxima à praia, cerca de cinco quilômetros, seus moradores não têm o hábito da pesca no mar, sendo que a oferta de peixe somente ocorre quando há troca ou venda de ingredientes ou artesanato produzidos no Quilombo com os moradores da vila de pescadores. A cultura alimentar do Quilombo da Fazenda segue os mesmos parâmetros e princípios da cultura alimentar caiçara. O peixe (in natura ou seco ao sol), a banana verde, a farinha de mandioca, o café de cana. Também fazem parte do cardápio quilombola o quiabo, feijão, a galinha e outros tubérculos como o inhame, o cará e a folha de taioba.

A banana sempre utilizada nas refeições compõe uma série de receitas culinárias que vão desde seu estado verde, refogada com alho, ensopada com o peixe, até madura frita e temperada.

Por se tratar de uma comunidade tradicional o Quilombo da Fazenda Picinguaba tem seus aspectos comunicacionais realizados primordialmente pela oralidade. Tais aspectos correspondem ao que Santos (2008, p. 19)

define como atos comunicativos verbais. Eles envolvem grupos de pessoas, vizinhos conversando em portões, ou uma roda de conversa no campo ou terreiro. Cascudo (1980, p. 9) considera que:

Todos os países do mundo, raças, grupos humanos, famílias, classes profissionais, possuem um patrimônio de tradições que se transmite oralmente e é defendido e conservado pelo costume. Esse patrimônio é milenar e contemporâneo. Cresce com os conhecimentos diários desde que se integrem nos hábitos grupais, domésticos ou nacionais.

Assim, podemos afirmar que a comunicação para transmissão dos saberes e fazeres culturais na comunidade do Quilombo da Fazenda tem caráter predominantemente oral. Comunicação direta por meio de gestos, sons, palavras, utilizando de aspectos folkcomunicaçãois. Beltrão (2001, p. 79) apontada que essas expressões estavam firmadas nas práticas e costumes trazidos desde os antepassados e conservadas na oralidade, pela necessidade de preservação das raças oprimidas e desprezadas, quando do contato e da imposição com outra cultura. Para Carneiro (apud BELTRÃO, 2001, p. 78) “sob a pressão da vida social, o povo atualiza, reinterpreta e readapta constantemente os seus modos de sentir, pensar e agir em relação aos fatos da sociedade e aos dados culturais do tempo”, Beltrão (2001, 79) se ampara neste conceito e explica sua teoria, em que a veiculação estreita entre folclore e comunicação popular registrada na:

colheita dos dados [...] inspirou o autor na nomenclatura desse tipo cismático de transmissão de notícias e expressão do pensamento e das vindicações coletivas. Folkcomunicação é, assim, o processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore.

Ainda Beltrão (1973, p. 115) salienta que “a folkcomunicação utiliza, preferencialmente os canais interpessoais, diretos: as conversas, os relatos, pregações, canção popular e outras representações do folclore. No entanto, os canais indiretos empregados são: cordel, ex-votos, medalhas, bonecos, etc.”. Marques de Melo em *Sistemas de Comunicação no Brasil* (1979, p. 217) destaca que o sistema de folkcomunicação “é entendido como universo

simbólico peculiar às populações subalternas, por se tratar de área do conhecimento a que estão alheios os indivíduos de classe média”. No entanto, hoje, considerando-se as políticas sociais, de inclusão e de reconhecimento cultural das populações não-indígenas caiçara, quilombola, caipira etc. podemos considerar se tratar de universo simbólico peculiar às comunidades tradicionais.

Para Marques de Melo (2008, p. 89-95), a folkcomunicação utiliza a categorização aos seguintes gêneros: oral abrangendo: prosa, verso, canções e músicas; icônico com pintura, ex-votos, objetos utilitários, culinária, indumentária; visual com escritos, impressos, murais; e cinético com as festas, danças e jogos.

No Quilombo da Fazenda encontramos os gêneros folkcomunicacionais descritos por Marque de Melo (2008), os quais apresentaremos conforme os formatos de suas manifestações. Por formato é considerada a estratégia de difusão simbólica determinada pela combinação de intenções (emissor) e de motivações (receptor) (MARQUES DE MELO, 2008, p. 89-95).

No gênero de folkcomunicação oral foram identificadas: formato prosa: roda de conversa com o Griô do Quilombo. Trata-se de atividade programada, por solicitação de visitantes ou grupos escolares, ocasião em que o Griô explica como era a vivência antes, durante e depois da implantação do Parque e da Rodovia Rio Santos, os meios de subsistência, e alguns contos e histórias do passado (ROTEIROS, 2010). Ainda no formato prosa, apuramos nos relatos dos moradores, histórias sobre assombrações, que segundo lenda corrente no grupo, seriam de “almas de escravos”.

Ainda no gênero folkcomunicação oral – formato música, identificamos o grupo Ô de Casa, que é formado por jovens do Quilombo da Fazenda com o objetivo do resgate e da valorização dos ritmos musicais quilombolas. Temos ainda o CD Eu tenho o meu sonho produzido por Eduardo Rennó e Moacyr Pinto, com músicas cujas letras são baseadas na sabedoria e nos “causos” do Griô do Quilombo.

No gênero folkcomunicação icônica identificamos os formatos: formato decorativo, artesanato de palha, junco, cipó e taquara como cestarias, balaios, ornamentos domésticos (pano de prato bordado), que são utilizados no dia a dia dos moradores e vendidos também na loja de artesanato da comunidade do Quilombo da Fazenda. Formato nutritivo: culinária caiçara como peixe com

banana verde (azul-marinho), café de cana, peixe seco, fabricação de farinha de mandioca e de milho, bolos de farinha e fubá.

Para o gênero folkcomunicação visual no formato impresso encontramos o livro de autoria de Moacyr Pinto (2013) que relata os “causos” do Griô do Quilombo, de forma coloquial e bem-humorada.

No gênero folkcomunicação cinética consideramos a festa do azul-marinho no formato festejo, promovida pela comunidade. A festa comemora o dia da consciência negra. Já no formato folguedo identificamos o fandango, e no formato dança encontramos o jongo.

Marques de Melo (2008, p. 17) considera que o objeto da folkcomunicação se encontra na fronteira entre o folclore e a comunicação de massa, sendo o folclore as formas interpessoais ou grupais de manifestação cultural das classes subalternas, e “a folkcomunicação caracteriza-se pela utilização de mecanismos artesanais de difusão simbólica para expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural”.

No Quilombo da Fazenda, os saberes e fazeres culturais são transmitidos pela oralidade, pois são manifestações de cultura de um mesmo grupo. Os membros se utilizam de linguagens e gestos próprios adquiridos na comunidade.

No prefácio do livro *As iguarias alagoanas* de Dona Marly, Marques de Melo (2010, p. b2) crê que as guardiãs da fortuna gastronômica são as donas de casa, e que “essa transmissão de conhecimentos se faz por via oral, através de receitas que as jovens mulheres ouviram das avós, mães ou empregadas domésticas, mas também assimilaram nos meios de comunicação”.

Dentro do território analisado, o Quilombo da Fazenda, a culinária integra as manifestações culturais transmitidas geralmente de mãe para filha, mas também entre os demais integrantes da família, como comprovam as narrativas dos entrevistados, constituindo procedimentos comunicacionais de transmissão cultural. Barreto, em *Folclore invenção e comunicação* (2005), considera que existe uma infinidade de maneiras de comunicação da cultura, sendo a culinária uma delas.

O autor (2005, p.78) defende que:

A cultura tem cheiro, tem gosto, tem tudo o que é próprio da vida do ser no mundo. A comida que recende comunica uma tradição, estimula o gosto, garante o sabor. E está nas mãos das cozinheiras, nos dedos fechados que tocam os temperos, a certeza da dose que cria os pratos.

Lody (2009, p. 152) discorrendo sobre a transmissão dos conhecimentos culinários em artigo intitulado Comer é pertencer, apresentado no I Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar, realizado em Brasília, em 2004, considera:

Assim, para muitas famílias e comunidades, o ato de transmitir uma receita é um ato cerimonial que reúne repertórios materiais, utensílios, gestualidade, escolha dos ingredientes, significado da receita para o cotidiano e para festa, garantindo continuidade da receita, e mais ainda, garantindo os processos sociais hierarquizados dos papéis da mulher, como memória coletiva de saberes e de funções de poder que são marcados, sem dúvida pela comida.

A melhor forma de conservar e transmitir memórias é no exercício, na conquista da experiência e, no caso dos doces, na realização de receitas, provando, oferecendo, comendo, educando pelo paladar e formando pelo paladar as identidades, ou recorrendo pelo paladar aos laços de pertencimento a uma sociedade, uma cultura, na qual indivíduos, famílias, regiões e civilizações se reconhecem.

A transmissão dos fazeres e saberes é efetuada conforme a característica cultural de cada pessoa ou família. A maneira de transmissão desses fazeres e saberes pode ser observada nas entrevistas e nas conversas com cada um dos membros do quilombo.

Almeida (1965, p. 199) considera que a cozinha, a comida e a bebida possuem uma quantidade enorme de fatos folclóricos, pois a preparação dos alimentos, os ingredientes, os instrumentos e os utensílios, assim como suas formas de obtenção, são cercados de crenças e até superstições. Dessa maneira, a cozinha em si é um lugar folclórico. O autor complementa dizendo “O que o povo come e bebe, como prepara os alimentos e bebidas, os condimentos usados, a maneira de cozinhar, tudo se associa a práticas folclóricas imemoriais e normativas” (ALMEIDA, 1965, p. 199).

Almeida (1965, p. 200) observa ainda que o comer e beber para o povo não está relacionado apenas ao fato de alimentar-se, têm caráter social-cordial

como, por exemplo, os desejos de bom apetite, ou bom proveito; religioso como as orações antes ou depois das refeições, e até caráter folclórico como o nome dos pratos ganhando sentido simbólico, como uma mulher delicada é um doce de coco, ou uma anedota indecente é apimentada.

Para Maciel, em *Noções básicas de folkcomunicação* (2007, p. 11), “Os estudos de folkcomunicação são verdadeiros guardiões da cultura de um povo, salvaguardando costumes e tradições ancestrais, que são referências perenes de uma vivência coletiva”.

A folkcomunicação, no entendimento de Hohlfeldt (2006, p. 67), auxilia a compreensão propiciada pelas manifestações folclóricas, isto porque “as práticas comunicacionais populares permitem que os agentes comunitários estejam mais próximos de suas bases do que nas práticas da comunicação mediatizada da sociedade urbana industrializada”.

Sebastião Breguez, em *Artesanato popular* (2007, p. 99), considera que “O artesanato popular é uma expressão folkcomunicacional das mais importantes porque expressa arte, técnica e comunicação. [...] O artesão é quem domina a técnica manual de criar objetos de uso frequente na comunidade onde vive, sem equipamento industrial repetitivo...”. Nos processos folkcomunicacionais, segundo Schmidt (2011, p. 126)

os meios estão vinculados à prática cotidiana. Muitas vezes, grupos se comunicam por meio da alimentação, como já mostrou Câmara Cascudo; na realização de festas, estudado pela Rede Folkcom em pesquisa nacional; [...] E, claro, também se comunicam pelo artesanato. Nesses mesmos processos estão inseridos os emissores e receptores, individuais ou coletivos, voltados a transmitir suas mensagens ‘em linguagem própria a sua audiência’, pois têm como objetivo comunicar-se ‘com um mundo’ específico de convivência.

Entendemos que a culinária, como o artesanato, apresenta expressão folkcomunicacional, pois, expressa arte, técnica e comunicação. Assim, julgamos, usando o conceito de Breguez (2007, p. 99), que as produções culinárias, a exemplo do artesanato, “são carregados de sentimentos, modos de pensar, sentir e agir que expressam informações, opiniões e visões da vida social, cultural, econômica ou política da sociedade”. Com base no raciocínio e nas ponderações dos estudiosos folcloristas e pensadores comunicacionais

expostos nesse artigo, foi possível investigar os aspectos comunicacionais presentes no cotidiano da população do Quilombo da Fazenda, para manutenção e transmissão dos seus fazeres culturais.

Marques de Melo (2011, p. 2) em *A difusão gastronômica no espaço folkcomunicação*, aborda o assunto com muita propriedade:

Comunicação gastronômica é, portanto, o processo de comunicação cujo objeto é a arte culinária, entendida na sua dimensão simbólica. Isso implica circunscrever o processo aos modos através dos quais os alimentos são apresentados aos consumidores potenciais, concitando-os ao consumo e ao desfrute. Tratam-se, portanto, de processos comunicacionais amplamente cultivados na sociedade, tendo em vista que os 'prazeres da mesa' integram o cotidiano das comunidades humanas, possuindo relevância simbólica, tanto nas camadas abastadas, que exibem costumes sofisticados, quanto nos segmentos marginalizados, que denotam hábitos morigerados.

Como exemplo, ressaltamos a maneira pormenorizada usada por uma moradora do Quilombo da Fazenda, para descrever o preparo do café de cana utilizado como desjejum ou na merenda da tarde: "O café de cana, a gente mói a cana, igual água, a gente põe pra ferver e faz o café, bota o pó e... é feito com a garapa de cana, e é gostoso..."

Interessante observar que o café de cana também é lembrado com certa dose de nostalgia por boa parte dos entrevistados, conforme a fala de um dos moradores: "...paçoca de banana verde, café de cana. Meu pai conta que todo dia de manhã se escutava o barulho dos engenhos de madeira, a zuada: nhec, nhec, nhec. Tinha que moer pra fazer o café para o pessoal sair pra trabalhar".

Para Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização* (1992, p. 51):

Onde há povo, quer dizer, onde há vida popular razoavelmente articulada e estável [...], haverá sempre uma cultura tradicional, tanto material quanto simbólica, com o mínimo de espontaneidade, coerência e sentimento, se não consciência, da sua identidade. Essa cultura, basicamente oral, absorve, a seu modo e nos seus limites, noções e valores de outras faixas da sociedade, quer por meio da Igreja e do Estado (desde os tempos coloniais), quer por meio da escola, da propaganda, das múltiplas agências da indústria cultural;

mas, assim fazendo, não se destrói definitivamente, como temem os saudosistas e almejam os modernizadores: apenas deixa que algumas das coisas e alguns símbolos mudem de aparência.

A acentuada utilização do peixe, da banana e da farinha de mandioca na alimentação cotidiana das populações caiçaras paulistas, nos faz reconhecer nesses ingredientes um tripé alimentar da cultura culinária caiçara que é fundamentada na simplicidade, na memória e na tradição. A cozinha caiçara, além de ser uma cozinha de sobrevivência, na qual os ingredientes estão ao alcance da mão nas roças, ou na própria natureza, torna-se também uma cozinha emblemática, uma cozinha que representa um grupo, que marca uma identidade.

Muitos fatores foram significativos para alterar o modo de vida da comunidade do Quilombo da Fazenda. Podemos indicar alguns, pela ordem cronológica, que mais influenciaram essas mudanças: a construção da Rodovia Rio-Santos na década de 1970; a criação do Parque Estadual da Serra do Mar e anexação da Fazenda ao Núcleo Picinguaba do Parque nos anos 1980; e a implantação de rede de energia elétrica na comunidade, mais recentemente em 2008.

A construção da Rodovia trouxe para a população quilombola a oportunidade do acesso aos centros urbanos de Ubatuba e Paraty com maior frequência, possibilitando o contato e a aquisição de gêneros alimentícios e outros itens de primeira necessidade, novas oportunidades de trabalho e estudo, cuidados com saúde etc.

Porém, os alimentos adquiridos fora do Quilombo não poderiam ser perecíveis, uma vez que a comunidade ainda não dispunha de energia elétrica para auxiliar na conservação.

Já com a estrada construída, a instalação do Parque Estadual da Serra do Mar, obrigou a comunidade do Quilombo da Fazenda a descontinuar as roças e criações de subexistência, gerando a dependência cada vez maior de locomoção aos centros urbanos de Paraty e Ubatuba para aquisição de itens alimentícios. A facilidade para obtenção de gêneros alimentícios, por um lado com a abertura da estrada, e a falta de alternativa devido às restrições impostas pelo Parque de outro, provocaram uma mudança nos hábitos da comunidade quilombola. Com a chegada da energia elétrica em 2008, as

possibilidades se abriram ainda mais, pois significou a incorporação da tecnologia para refrigeração, congelamento e manutenção de produtos congelados que ampliaram as formas de conservação dos alimentos, reduzindo cada vez mais as práticas tradicionais de conservação e preparo das refeições.

Já as mudanças no comportamento alimentar da população do Quilombo da Fazenda, trazidas pelo progresso, em termos de Rodovia, acesso à mídia de massa e restrições ambientais, podem comprometer o caráter cultural tradicional da cozinha quilombola, em virtude da invasão dos alimentos industrializados, substituição do peixe e da caça pelos alimentos congelados, os tubérculos, como o cará e o inhame, pelos pães e massas de trigo refinado aproximando a cozinha quilombola à culinária cotidiana dos centros urbanos, abandonando, em parte, sua identidade tradicional no dia a dia, embora alguns traços dessa identidade tradicional continuem a ser reproduzidos como: bolinho de taioba, farofa e paçoca de banana verde, e peixe azul-marinho, muito comum nas datas e ocasiões especiais.

Considerações finais

O Quilombo da Fazenda é uma comunidade tradicional amparada por lei federal que considera os quilombos como grupos com organização social própria. A legislação reconhece que os povos e comunidades tradicionais “ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

A cultura alimentar sempre foi transmitida, de maneira geral, na comunidade quilombola da Fazenda pela oralidade. A conversa entre os familiares nas noites frias próximas ao fogão de lenha, o cotidiano das mães no preparo das refeições, rodeada pelos filhos menores, e assistida pelos filhos maiores nas tarefas da casa, a lida na roça para cultivar os gêneros alimentícios, e a caça de pequenas presas para enriquecer o almoço ou jantar fazem parte das lembranças dos entrevistados.

Esses saberes e fazeres da cultura tradicional, tanto no caráter da alimentação, como no artesanato têm sobrevivido graças a transmissão da experiência dos mais antigos, que explicam, ensinam, mostram, acompanham

e corrigem seus aprendizes, transmitem e contagiam com suas sabedorias os mestres em formação. A transmissão dos saberes e fazeres culturais por meio da folkcomunicação favorece a disseminação da linguagem popular, a informação oral, os meios próprios de expressão da cultura tradicional, preservando experiências, fazendo criar novos artistas e perpetuando a cultura.

A transmissão dos saberes e fazeres culturais também sofreu influência das mídias, principalmente, a eletrônica. Com a televisão, após a instalação da rede de eletricidade em 2008, novos hábitos alimentares estão sendo incorporados no cotidiano dos moradores. Ficou claro na fala de alguns entrevistados a intenção de atualizar o cardápio do quilombola, com a inserção de preparações culinárias contemporâneas, algumas estrangeiras, no sentido de agradar ao paladar do turista, como o estrogonofe de lula com juçara e o risoto de lula e camarão com juçara.

O fruto da palmeira juçara, espécie ameaçada de extinção, vem sendo utilizado na forma de polpa na merenda escolar e introduzindo novas possibilidades gastronômicas, que vão do próprio suco in natura, na preparação de molhos, à confecção de pães.

Ressalta-se que essas novidades alimentares são contestadas por outros moradores, que vêm procurando preservar as tradições, muito embora o cultivo de alguns alimentos já esteja sendo permitido pela administração do Núcleo Picinguaba. Há um grupo preocupado em proporcionar o resgate das atividades alimentares tradicionais, até como forma de chamar atenção dos visitantes. Nesse sentido, como lembram Carvalho (2007), Lody (2008) e Montanari (2013), a tradição alimentar em que somos formados, a comida de casa, do nosso grupo, é expressão da nossa cultura na forma do que comemos; trata-se da patrimonialização do que se come como uma atestação de cultura e símbolo de pertencimento, sendo a participação à mesa comum o primeiro sinal de pertencimento ao grupo. Quanto às demais atividades cotidianas dos moradores – a antiga arte de confeccionar os utensílios do dia a dia, para usos profissionais e domésticos – ressurgiram na forma de artesanato, os antigos balaios, cestos, peneiras ganharam nova dimensão, sendo produzidos em escalas menores e diversificando o seu uso, adaptando-os para novas finalidades, o que vem proporcionando atividade para as

pessoas mais velhas da comunidade e o conseqüente incremento financeiro na renda das famílias.

Assim, consideramos que os processos comunicacionais implicados na preservação e na manutenção dos saberes e fazeres tradicionais, são praticados fazendo uso de meios folkcomunicacionais para sua disseminação. Considerando o pensamento de Hall (2003), a identidade é incompleta, é formada ao longo do tempo, estando sempre em processo de formação por meio de sua representação cultural. Nesse sentido, consideramos que a identidade da comunidade do Quilombo da Fazenda vem se atualizando por meio de suas manifestações culturais, que por sua vez são influenciadas pelas novas tecnologias, pela sociedade globalizada, e pela aproximação, cada vez maior, das mídias com as comunidades tradicionais. Podemos, contudo, afirmar que o tradicional ainda existe, porém, em frequência menor do que a utilizada antes das mudanças advindas da construção da rodovia. O peixe com banana ainda é feito, sobretudo, em datas especiais; a salada de coração de banana foi atualizada com temperos contemporâneos passando a se chamar salada quilombola; os cestos e balaios ainda são fabricados para atender o uso doméstico, porém, também são vendidos como peça de artesanato e decoração. O tradicional está se reinventando.

Referências

ALMEIDA, Renato. **Manual de coleta folclórica**. Rio de Janeiro: Cia de defesa do folclore brasileiro, 1965.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Cultura popular brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

BARRETO, Luiz Antonio. **Folclore invenção e comunicação**. Aracaju: Scortecci, 2005.

BELTRÃO, Luiz. **Fundamentos científicos da comunicação**. São Paulo: Thesaurus Editora, 1973.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org). **Cultura brasileira – temas e situações**. São Paulo: Ática, 1999.

BORDENAVE, Juan. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&Z, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007**. Brasília. Disponível em: <<https://bit.ly/3A5SPyP>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BREGUEZ, Sebastião. Artesanato Popular. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz (Orgs). **Noções básicas de folkcomunicação**. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2007, p. 99-102.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2011.

CARVALHO, Marcelo. O alimento: do espaço privado à mercadoria. In: MIRANDA, Danilo; CORNELLI, Gabriele (Orgs). **Cultura e alimentação – saberes alimentares e sabores culturais**. São Paulo: SESC-SP, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Folclore do Brasil**. Natal: Fundação José Augusto, 1980.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Enciclopédia caiçara: Falares caiçara volume 2**. São Paulo: Hucitec, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Enciclopédia caiçara: Festas, lendas e mitos caiçaras volume 5**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&Z, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. Folkcomunicação: positivo oportunismo de quase meio século. In: SCHMIDT, Cristina. **Folkcomunicação na arena global** avanços teóricos e metodológicos. São Paulo, Ductor, 2006, p. 62-72.

LODY, Raul. **Brasil bom de boca:** Temas da antropologia da alimentação. São Paulo: Editora Senac SP, 2008.

LODY, Raul. **Comer é pertencer.** São Paulo, SP: SENAC, 2009.

MACIEL, Betania. Prefácio do livro Noções básicas de folkcomunicação. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz (Orgs). **Noções básicas de folkcomunicação.** Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2007, p. 11-13.

MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (Orgs). **Ideologia e poder no ensino da comunicação.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

MARQUES DE MELO, José. **Mídia e cultura popular:** História, taxionomia e metodologia da folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

MARQUES DE MELO, José. As iguarias alagoanas de Dona Marly. **O jornal**, Maceió, p. B2, 25 abril 2010.

MARQUES DE MELO, José. A difusão gastronômica no espaço folkcomunicacional. **Revista Internacional de Folkcomunicação.** Ponta Grossa, v.9, nº 17, 2011, p.01-11.

MARTINO Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs). **Teorias da comunicação conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTANARI, Massimo (Org). **O mundo na cozinha:** história, identidade, trocas. Tradução Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade: Senac, 2009.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** São Paulo: Senac, 2013.

PERUZZO, Cicília M K; VOLPATO Marcelo de Oliveira. **Conceitos de comunidade, local e região: inter-relação e diferença.** São Paulo: Revista Líbero, v. 12, n.24, 2009, p.139-152.

PERUZZO, Cicília M. K. Mídia local. **Anuário UNESCO/UMESP de Comunicação Regional.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2003.

PINTO, Moacyr. **Eu tenho o meu sonho**. São Paulo: Suplegraf, 2013.

ROTEIROS turísticos. **Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Fazenda**. Ubatuba, 14.jun.2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3HV45QH>>. Acesso em: 29 maio 2014.

SANTOS, Roberto Elísio. **As teorias da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 2008.

SCHMIDT, Cristina. Artesanato: mídia popular e o lembrar comunitário. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, São Bernardo do Campo, p. 121-128, ano 15 Vol. 15, n. 15, jan/dez 2011.

SOBRE... Sobre o parque. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. **Fundação Florestal**. São Paulo, s.d. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/parque-serra-do-mar-nucleo-picinguaba/sobre-o-parque/>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

Capítulo 20 – Juventude MST: educação semeada na luta por terra*

***Luzia Mitsue Yamashita Deliberador
Amanda Cristina Vieira Machado***

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é o maior movimento social do Brasil com 30 anos de história e tem como objetivos a conquista da terra, a reforma agrária e mudanças sociais. Para isso, a educação tem papel fundamental para a conquista desses objetivos considerando a formação dos militantes sociais. Ao longo de sua história, o Movimento desenvolveu seus próprios processos pedagógicos visando uma formação que eduque os camponeses pelo Movimento e para o Movimento. Na perspectiva de mudanças, a juventude tem papel fundamental na construção histórica do MST por ser a geração que tem o papel de continuar a luta dos seus pais.

O MST forma seus militantes pela própria vivência em processos culturais e educativos, ou seja, toda a formação desses sujeitos faz parte do coletivo criado. Esse é o fator motivador que orienta a pesquisa. Partindo do pressuposto que o movimento educativo vem da própria dinâmica social do MST, surge a pergunta levantada neste artigo: Investigando a preparação e a atuação da Juventude do MST, quais são as perspectivas dos jovens na participação e contribuição para o futuro do Movimento?

Para elucidar essa questão, utilizamos as bases da comunicação comunitária na produção do vídeo documentário “Juventude MST: educação semeada na luta por terra” que mostrou os processos de educação não formal do Movimento por meio da Escola da Juventude. Foram entrevistadas 14 pessoas de diferentes regiões do Paraná, porta-vozes escolhidos pelo próprio

* Este trabalho é fruto da monografia apresentada à disciplina de Projetos Experimentais do Curso de Jornalismo da Faculdade Maringá. O trabalho de autoria de Amanda Cristina Vieira Machado e William Conte de Souza resultou no videodocumentário “Juventude MST: Educação Semeada na Luta por Terra”, vencedor do Prêmio Sangue Novo do Jornalismo Paranaense. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1zhfsqyv65A>

grupo¹ para representar suas inquietações. Este trabalho é resultado da monografia apresentada, em 2015, na conclusão da graduação em Jornalismo. Por meio da pesquisa participante, acompanhei e vivenciei as atividades de formação bem como proporcionei aos jovens a participação deles na construção do trabalho. O vídeo documentário foi um produto resultante da monografia e, é resultado de como eles se reconhecem enquanto militantes e mostram as perspectivas dos jovens para o fortalecimento do Movimento.

1 – História e organização do MST

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra construiu ao longo dessas três décadas de história, a identidade do Sem Terra e da luta pela reforma agrária. Quando tratamos de movimentos populares, nos referimos ao conjunto de pessoas e classes que se organizam a fim de conquistar um objetivo coletivo para que, dessa forma, conquistem um melhor nível de vida. A luta do MST vai além da conquista de um pedaço de terra, mas está relacionada com toda a conquista dos direitos do cidadão: trabalho, educação, saúde, cultura, participação política, etc.

Ao MST, não basta apenas a conquista da terra. Torna-se imprescindível o que fazer depois com ela, por isso, a educação assume esse protagonismo no amadurecimento do Movimento em questões sociais e políticas. Desde 1979, o movimento tem lutado por espaço, e aos poucos, tem se expandido pelo país todo. O MST está presente em 24 estados, nas 5 regiões do país, com 350 mil famílias assentadas por meio desta organização². Segundo Caldart (2001), as terras conquistadas são locais para as famílias viverem, produzirem e mudarem o rumo da própria história. Assim o MST apresenta um histórico de evolução no campo educacional das crianças e jovens assentadas. Considerando outros movimentos sociais, no Brasil, e sua

¹ Os entrevistados escolhidos estavam inseridos em diversos espaços: acampamento, pré-assentamento, assentamento e cooperativa. Em reunião com os próprios jovens do MST, definimos que haveria pelo menos um representante de cada espaço para mostrar as diferentes realidades do Movimento. Para vivenciar a realidade dos jovens, participamos também da Segunda Etapa da Escola da Juventude Camponesa em Rio Bonito do Iguaçu-PR em 2015, para vivenciar na prática os processos pedagógicos de formação básica de militância para os jovens sem terra. Esse método foi adotado, pois a participação foi fundamental para a construção crítica do trabalho por parte dos pesquisadores, mas também dos próprios jovens ao olharem para a organização do MST.

² Informação do site oficial do Movimento. Acesso em: <https://mst.org.br/quem-somos/>

breve trajetória, o MST atua em um processo que envolve lutas relacionadas à produção, educação, cultura, direitos humanos que se ampliam a cada dia, conforme os sujeitos participantes os reconhecem. O Movimento desenvolveu seus próprios processos pedagógicos, questionando as estruturas sociais e culturais que permeiam nossa sociedade, tendo sempre como base a dinâmica do campo e dos camponeses. No entanto, mais que desenvolver uma educação do campo, eles desenvolveram uma educação para o Movimento, que, segundo Caldart (2012), é uma concepção ampliada de educação, estimulada para olhar para a sociedade. “[...] o MST é considerado como educador enquanto movimento social e cultural” (CALDART, 2012, p.15). De tal modo, o MST educa através das lutas diárias pela organização através dos gestos e linguagens que constroem valores e conhecimentos próprios, formando outros sujeitos coletivos.

Para compreender a dinâmica do Movimento precisamos entender quais dimensões ele alcança. Segundo dados da direção³, o MST está presente em 111 municípios com 8.763 assentamentos, totalizando 924.263 famílias assentadas, além das famílias que estão acampadas. A presença do jovem é marcada nos espaços conquistados, sendo aproximadamente 1,5 milhão de jovens no Brasil e 40 mil jovens⁴ presentes no Paraná. Segundo cálculos da direção do Paraná, o estado possuía em 2005 um total de 327 assentamentos, com 18.749 famílias assentadas, visto que, com base nessa realidade a direção no Paraná estipulava a presença de cerca de dois jovens por assentamento. Mas precisamos olhar para além das áreas conquistadas, já que o Movimento apresentava mais de 140 áreas de conflito no estado até 2005. Entre esses espaços de conflito, estavam 75 acampamentos, onde moravam 8 mil famílias cadastradas no Incra, aguardando por um pedaço de terra. Com essa dimensão nacional e estadual, o MST organiza a sua estrutura de forma participativa, onde as famílias acampadas e assentadas se organizam em núcleos para tomar as decisões e, cada núcleo elege coordenadores. A composição da coordenação nacional é feita por meio dos

³ José Rafael de Oliveira, então dirigente do Coletivo Estadual da Juventude e atuante na Secretaria Estadual do MST. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado via internet em 09/09/2015.

⁴ Informações sobre as dimensões do MST no Paraná foram concedidas em reunião na Escola da Juventude em Rio Bonito do Iguçu-PR com dirigentes e lideranças do Coletivo Estadual da Juventude em 2015.

estados que organizam um coletivo entre 10 e 15 pessoas para participarem das decisões em nível nacional, além de estarem organizadas em setores internos como produção, educação, finanças, comunicação, projetos, direitos humanos, saúde, gênero e relações internacionais. O MST possui uma coordenação nacional com cerca de 400 pessoas, entre homens e mulheres, espalhados pelo Brasil, que se reúnem principalmente em encontros anuais e congressos nacionais. Para acompanhar áreas específicas, as famílias também se organizam por setores regionais, estaduais e nacionais.

Entre os diversos setores que o Movimento apresenta, o setor de produção foi criado com base nos desafios e nas conquistas dos primeiros assentamentos, mas também das necessidades de produção e desenvolvimento da agricultura no Brasil. Para criar o modelo de cooperação agrícola do MST foi utilizado três princípios: política e economia não se separam; a luta não termina quando se conquista a terra e priorizar a formação dos integrantes visando as transformações produtivas. Segundo Milton Fornazieri⁵, do setor de produção, ao trabalhar o cooperativismo, os sem-terra dão mais força ao movimento.

A cooperação agrícola é parte de um processo intrínseco do MST. Faz com que possamos superar individualismo que existe. Além disso, as cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Em cooperação agrícola todas as formas de força são juntadas para a construção do trabalho coletivo, embora nós devemos reconhecer também os grupos de família e pequenas associações, é importante dizer que é nas cooperativas, o local onde nós podemos construir meios mais robustos e consistentes (FORNAZIERI, 2019).

A partir do setor de produção é feito o cuidado com o sistema das cooperativas, trabalhando dentro das organizações o sentimento coletivo dos integrantes. Esse trabalho de pertencimento é feito juntamente com o setor de Educação. Enquanto a terra é sinônimo de trabalho, a educação é a continuidade da luta. Isso porque a educação para o Movimento é a

⁵ FORNAZIERI, Milton. O cooperativismo como bandeira na luta pela Reforma Agrária Popular. Mst.org.br, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/05/a-luta-pela-terra-e-uma-luta-coletiva-e-diante-disso-as-conquistas-tambem-sao/>. Acesso em: 09/12/2021

possibilidade de formação política e intelectual. Sobre isso, Gohn (apud Santos, 1995, p.79) afirma que os movimentos são:

produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam ideias, saberes, práticas, produzindo organizações que, aos poucos, vão se “transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares” (GOHN apud SANTOS, 2000, p.107).

Para que a luta pela terra e pelos direitos do trabalhador seja contínua, o MST levanta a bandeira da educação dos sem-terra. A questão da formação no Movimento não está relacionada apenas à escola formal (alfabetização e formação técnica), mas “[...] trata-se de uma educação diferenciada, voltada para homens e mulheres no campo” (GOHN, 2000, p.108), ou seja, é uma educação que vai para além das salas de aula, desenvolve aspectos políticos e sociais ligados aos sentidos dos sem-terra. A autora alerta sobre a temática da educação nos movimentos sociais citando que não se trata apenas de educação escolar (GOHN, 2011), mas que é possível construir saberes em outros espaços sociais.

2 – A formação do jovem no MST

Podemos entender o meio rural como espaço social com identidade própria (CERICATO, 2008, p. 98), por isso, há vários fatores que implicam a educação nesse meio, não só o espaço físico a escola ou a formação de professores. Entendemos que a educação no campo baseada no cotidiano das pessoas que lá vivem, pode ser um instrumento de mudança social.

O movimento social é um espaço de construção do caráter político-social estabelecido pelas práticas diárias de interação. Segundo Gohn (2011), a educação nos movimentos sociais acontece de duas formas: na interação com instituições educacionais (educação formal) ou dentro do próprio movimento, educando com base em suas ações sociais (educação não formal). O MST propõe um processo de formação que parte do próprio Movimento, para que os trabalhadores se tornem sujeitos da própria história. Esse modelo está na intencionalidade educativa produzida pela trajetória histórica e na participação na luta de classes. Nessa perspectiva, há um desafio à frente: a participação da juventude do campo na continuidade da luta

pela reforma agrária. Precisamos entender o que é ser jovem no MST, como se dá a formação política e como eles refletem sobre as ações e o papel que têm na construção do Movimento, uma vez que eles são capazes de reconhecer o comando no destino da própria história. Mesmo que a formação se dê em diversas esferas, neste trabalho tratamos apenas da formação no âmbito não-formal que se refere à forma como o jovem se educa pelo Movimento.

Não existe uma contagem precisa de jovens presentes no MST, mas estima-se que são aproximadamente 1,5 milhão em todo o Brasil. No Paraná, estão 40 mil. Esses jovens possuem valores sociais e culturais diferentes, levando em consideração o espaço territorial e a diversidade cultural do país. Os espaços onde estão inseridos podem determinar muitas coisas sobre sua construção política. Entre todas as dificuldades que esses espaços enfrentam, há um que está diretamente ligado à juventude: continuar a luta de seus pais (ou antepassados do Movimento) e permanecer no campo.

Os jovens têm necessidades diferentes dos mais velhos. Essas necessidades vão além de trabalho e educação, o que muitas vezes, sobressalta aos olhos uma vida diferente na cidade com a promessa de fácil acesso à cultura, lazer, festas, compras, etc. O líder do Movimento já havia declarado uma vez que “A juventude não se contenta com a tradição cultural do bairro e com o futebol. O assentamento não consegue dar algo a mais e os jovens não se contentam” (STÉDILE apud GOHN, 2000, p.118)⁶. Segundo José Rafael de Oliveira⁷, então dirigente do Coletivo Estadual da Juventude, ser jovem para o MST não é apenas uma questão de idade, mas a identidade do jovem como sujeito de luta. Em todas as falas das entrevistas cedidas pelos jovens para realização deste trabalho, podemos notar que o jovem possui características próprias. Segundo Guaraná de Castro (2009, p.182) é preciso “[...] considerar a juventude para além de um recorte de população específica, mas, sobretudo, a partir dos processos de interação social...”.

Todas essas questões são importantes para entender quem é o jovem que está presente no movimento social. O MST foi originalmente iniciado por

⁶ Palavras de João Pedro Stédile em uma palestra na ADUNICAM, Campinas, 17/10/97.

⁷ José Rafael de Oliveira, então dirigente do Coletivo Estadual da Juventude e atuante na Secretaria Estadual do MST. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado via internet em 09/09/2015.

jovens, há mais de 30 anos, em uma geração de luta que constituiu o princípio do que seria o Movimento hoje. Segundo Thaile Cristina Lopes Vieira⁸, então dirigente do Coletivo Estadual da Juventude, no Paraná, cada geração tem um forte papel na construção do Movimento, que pode ser dividido em três grandes fases: nos anos 1980 os jovens que articularam as primeiras formas de lutas agrárias até a construção efetiva do MST e sua territorialização; nos anos 1990 se caracterizou um processo de construção dos setores e organização das esferas do Movimento e a na participação da juventude em importantes episódios da história, como o Massacre do Eldorado de Carajás; e nos anos 2000, passados 20 anos de luta, há um grande número de assentamentos conquistados onde os jovens passam a representar uma grande massa.

A questão da organização da juventude se dá muito pelo fato de haver uma educação de base, ou seja, uma formação específica para militantes. Desde os anos 2000⁹, há articulações da Via Campesina com a juventude urbana contribuindo para a formação do Coletivo da Juventude Campo e Cidade. Mas é após a marcha que se constituiu a primeira Assembleia da Juventude em 2006, resultando na criação do Coletivo Nacional da Juventude do MST. Segundo Thaile Cristina Lopes Vieira, o coletivo não é algo descolado da estrutura do Movimento e do que foi construído ao longo dos anos, mas é um espaço para pensar na formação e inserção do jovem sem-terra. O MST acredita no potencial da juventude para a construção de uma nova sociedade (MARTINS, 2009). A formação política e crítica desses indivíduos é fundamental para a atuação deles nas dimensões práticas do Movimento. É por meio dessa formação que a juventude será capacitada para compreender a realidade em diversos níveis, não só de modo teórico, mas capaz de interferir de modo prático na realidade do campo. O fato de estar inserido em um movimento social é um começo de formação política, já que a vivência diária amplia o conhecimento e a capacidade de atuação nos problemas, como por exemplo, compreender questões políticas e sociais para ser capaz de realizar uma intervenção ou mobilização pública.

⁸ Thaile Cristina Lopes Vieira, Dirigente do Coletivo Estadual da Juventude. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado. Escola da Juventude, Rio Bonito do Iguazu-PR, 14/08/2015.

⁹ Mais informações em <<http://www.mst.org.br/2014/02/03/juventude-sem-terra-se-organiza-na-luta-para-permanecer-no-campo.html>>

Até 2006, eram os setores de educação, comunicação e formação que articulavam práticas de educação não-formal com a juventude do MST a nível nacional. Já no Paraná, o setor de educação atuava diretamente com atividades e tarefas para os jovens. Foi então que, em 2011, os jovens do estado se organizaram e criaram o Coletivo Estadual da Juventude, formado por 26 integrantes de várias regiões, elaborando e pensando em atividades para integrar e formar jovens. Segundo o então líder da juventude no Paraná, José Rafael de Oliveira¹⁰, o Coletivo é intersetorial, ou seja, é um espaço mais amplo de participação em que o sujeito jovem é o protagonista dos processos e tem espaço para conhecer mais sobre a luta pela terra ao mesmo tempo em que se reconhece como jovem nessa realidade. Dessa forma, o Coletivo Estadual da Juventude vem com a dificuldade de ser ao mesmo tempo flexível, ágil e atrativo visando a participação dos jovens, contribuindo para a inserção futura deles em tarefas nos setores que compõem uma esfera maior dentro do MST.

Um dos grandes feitos do Coletivo Estadual da Juventude foi a criação de um espaço que proporcionasse a formação de jovens no quesito teórico, filosófico, político e social. A Escola de Formação da Juventude Sem Terra, que teve sua primeira edição em 2013, é um espaço de formação mais sistematizado em que a juventude tem a oportunidade de trocar conhecimentos práticos e teóricos. Os momentos teóricos dão a oportunidade de compreender como funciona a sociedade, possibilitando que o jovem intervenha criticamente na realidade onde vive.

A formação política é uma construção que deve ser feita a partir da união da teoria e prática, ampliando a capacidade de atuação como militantes de forma organizada. A teoria tem papel fundamental na luta, mas não mais do que a militância concreta. Possibilitar acesso ao conhecimento é um papel que a Escola da Juventude desenvolve, não de maneira isolada, mas desenvolvendo a auto-organização desses jovens para contribuir de maneira concreta nas suas bases de atuação (escola, acampamento, assentamento ou comunidades).

¹⁰ José Rafael de Oliveira, então dirigente do Coletivo Estadual da Juventude e atuante na Secretaria Estadual do MST. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado. Escola da Juventude, Rio Bonito do Iguçu- PR, 14/08/2015.

O programa de ensino é dividido em três etapas durante o ano, com períodos de alternância – tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola são palestras e oficinas que possibilitam a formação dos jovens para que depois, no tempo comunidade, eles consigam aplicar o conhecimento adquirido na sua realidade. No tempo escola, são trabalhadas palestras sobre Sociologia, Filosofia e História. Nas oficinas, são trabalhadas questões mais práticas como: agitação e propaganda¹¹, Arte, Cultura e Agroecologia. O Coletivo da Juventude encontrou, nesse processo pedagógico, uma forma de preparar os jovens para atuação no campo e nos desafios que a reforma agrária traz sem deixar de lado o espírito jovem e a identidade do jovem.

3 – O jovem reconhecendo o seu papel no MST

A participação dos jovens tem feito parte da história do MST, desde a década de 1970, com as primeiras ocupações que acarretaram na conquista de terra e criação dos primeiros assentamentos. À medida que o MST levantou a educação como um dos seus pilares centrais, contribuiu para problematizar a juventude, principalmente, em sua formação. A partir da formação do Coletivo como espaço de discussão da juventude, o jovem começa a se mostrar como sujeito pensante das causas da luta. O coletivo inclui os jovens nas preocupações do MST e, dessa forma, proporciona maior participação tanto política quanto nas tarefas práticas do Movimento. Esse sujeito que, na maioria dos casos, nasceu no berço da luta sem-terra, começa a refletir sobre o seu papel de trabalhador do campo entendendo os fatos sociais e as dimensões dos processos de se tornar Sem Terra.

Analisando a insuficiência dos debates específicos da juventude, o MST, por meio do Coletivo Estadual, começa a elaborar um espaço capaz de unir a necessidade de formação com a flexibilidade e descontração da juventude. É criada, em 2012, a Escola Estadual da Juventude Camponesa, um lugar que não existe fisicamente, mas é escola na dimensão pedagógica. Essa pedagogia é um processo importante na construção da identidade Sem Terra, visto que, por meio da coletividade, são ensinados os valores do Movimento, a organização e o desenvolvimento crítico. São nesses espaços que o indivíduo tem a oportunidade de conhecer e compreender melhor todos

¹¹ Técnicas de intervenção e mobilização política nas ruas.

os processos que envolvem a luta sem-terra, através de oficinas, palestras, estudos, discussões e mística. Esses processos são contínuos e devem ir além do tempo da Escola, ou seja, são ensinamentos que aplicados no dia a dia do militante.

As místicas acontecem em diferentes espaços, tanto em assentamentos como em congressos, sendo uma manifestação artística em forma de hinos, poesias, cantos, palavras de ordem e encenações. Nelas são utilizados objetos simbólicos do Movimento como bandeiras, foices e pás. Segundo Freda Indursky (2014), são esses rituais que “Dão sustentação às ações e demandas do MST, servindo como elementos potencializadores da capacidade de luta, como veremos mais adiante”.

Mediante à Mística Sem Terra, os jovens começam a identificar os valores do Movimento que vão além da conquista das condições materiais, mas toda a construção ideológica e política que o MST traz, na sua história, e dessa forma, passam a se reconhecer enquanto militantes e se sentem parte da luta.

A mística é, em suma, um ritual político que, a um só tempo, oferece resistência às práticas do outro e reafirma a própria identificação, resultando daí uma superidentificação. Por seu viés, jovens e recém-chegados à luta são interpelados. É dessa prática político-ritualística que os sem-terra tiram sua força e reafirmam suas convicções e seu pertencimento ao movimento. (INDURSKY, 2014).

Com bases nessas práticas que os jovens reafirmam a identificação com o Movimento, reforçando a luta, lembrando o passado e ressignificando a própria história dentro do MST. “Incorporar a Mística é mais do que estar no curso de formação da Juventude. É ele (jovem) fazer na sua prática cotidiana como militante do MST, militante da causa da luta sem-terra, transformação da sociedade é levar consigo a Mística no dia-a-dia” (CRISTIANO CZYCZA, 27 anos, cooperado, Paranacity-PR)¹².

Todo o processo de formação está preocupado com o jovem para além da Escola, ou seja, todo o conhecimento acerca da história do MST, os valores da mística, a organização coletiva são os alicerces para a construção dessa

¹² Cristiano Czcza. Entrevista concedida para Amanda Cristina Vieira Machado. Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI). Paranacity-PR, 2005.

identidade, não de maneira individual, mas de forma organizada e coletiva. Segundo Gohn (2003), a cidadania coletiva foge do enfoque tradicional que é centralizado no indivíduo e parte do ponto de vista do grupo coletivo que vive situações semelhantes de exclusão social. Por meio dela, é uma união desses sujeitos históricos que constroem suas necessidades e as expressam juntos.

São essas dimensões que compõem essencialmente essa dimensão da construção aí da escola da Juventude, né?! Possibilitar conhecimento para entender a realidade, conhecer e se aproximar do Movimento Sem Terra e dos seus desafios estratégicos atuais, e ser multiplicadores de conhecimento e organizadores da Juventude em ações de formação da Juventude nos locais onde esses jovens estejam inseridos (THAILE CRISTINA LOPES VIEIRA, 22 anos, dirigente do Coletivo Estadual / MST-PR¹³).

O conhecimento desenvolvido na Escola da Juventude não está relacionado apenas à construção teórico/ideológica, mas uma educação que alterna teoria e prática. Dessa forma, o ambiente contempla dois tipos de formação: tempo escola e tempo comunidade. A “volta” é uma das partes mais importantes nessa formação. É no dia a dia da base que o jovem terá que lidar com problemas, e por isso, o tempo comunidade é fundamental para a aplicação dos conhecimentos adquiridos no tempo escola. A partir desses processos de formação, os jovens começam a identificar a importância e seu potencial para a luta, pela criatividade, vontade e facilidade em aprender coisas novas.

A experiência de participação no movimento social produz aprendizados e sentidos no modo de ser coletivo, ou seja, o sujeito só aprende aquilo do que se tem consciência e não por imposição. Por isso, é essencial essa construção de identidade para que os jovens possam reconhecer seu papel na construção do MST. É esse “olhar de si mesmo” que reflete nas ações presentes e nas consequências para o futuro, e dessa forma, começam a pensar em maneiras de contribuir efetivamente na luta.

¹³ Thaile Cristina Lopes Vieira. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado. Escola da Juventude, Rio Bonito do Iguçu-PR.

Eu acho que o jovem na minha comunidade tem que entender que já está na hora da gente começar a pensar que a gente vai assumir isso aqui no futuro e que a gente tem que aprender como é que a gente vai fazer isso. A gente tem que se importar mais, em como saber plantar e colher com a questão agroecológica, por exemplo (MARIA LUIZA, 17 anos, pré-assentada, Cruzeiro do Sul – PR)¹⁴.

Quanto mais o Movimento avança em organização, percebe-se dos jovens a busca de um sentido pra vida, de conquistar seu espaço social e de se orientar para o futuro.

A juventude do MST ela não tem só que se engajar na luta, como ela tem que se comprometer... Quem continua o que os nossos pais começaram somos nós. Todo e qualquer momento, qualquer sociedade o que garante a continuidade dela é o jovem (DANDARA STURMER, 19 ANOS, cooperada, Paranacity-PR¹⁵).

E os jovens têm consciência de que essa continuidade da luta não pode ser feita sem preparação e de forma individual. A troca de experiências e a organização coletiva são mecanismos fundamentais para a atuação nas bases. Sobre a preparação do jovem na Escola da Juventude para atuação nos grupos de jovens locais, relata o entrevistado:

Assim a gente tem preparação de como falar com o jovem, porque se organizar, porque o coletivo... Luta não se faz se não estiver organizado, por isso essa base, de forma dinâmica, falar a linguagem dele (jovem) (ELIDO BUENO DO AMARAL, 21 anos, acampado, Rio Bonito do Iguaçú-PR¹⁶).

O jovem, enquanto articulador desses processos de formação, se reconhece e cria suas próprias discussões. Entendemos que ser jovem, no MST, está muito além da idade, mas o sujeito com o espírito criativo e inovador, disposto a mudanças e a construir o futuro.

¹⁴ Maria Luiza. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado. Pré- assentamento, Cruzeiro do Sul-PR, 2015.

¹⁵ Dandara Sturmer. Idem.

¹⁶ Élido Bueno do Amaral. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado. Acampamento Herdeiros da Luta, Rio Bonito do Iguaçú- PR, 2015.

A definição de jovem geral, ela se dá por faixa etária, mas no movimento nós temos uma compreensão e o coletivo da juventude tem amadurecido nisso de que pra além da faixa etária ser jovem no MST é, construir estar disposto a construir a organização seja assumindo tarefas no coletivo da juventude, ou seja com tarefas de apoio nos setores do movimento (CRISTIANO CZYCZA, 27 anos, cooperado da COPAVI, Paranacity-PR¹⁷).

Os jovens compreendem que são o combustível para continuar a luta e tomam a responsabilidade sobre ela, pois, da mesma forma que os pais construíram o que é o MST hoje, são os filhos que irão desenhar as perspectivas para o futuro. No decorrer da formação, os jovens compreendem o contexto histórico da luta por terra e se identificam com a militância estando dispostos a continuar com o engajamento – tanto repassando o conhecimento para os outros jovens das comunidades quanto em ações dentro dos setores.

Por tudo o que foi exposto, entendemos que a juventude, no MST, é medida de forma diferente ao que se mede costumeiramente. Sujeitos às experiências que a esmagadora maioria dos jovens não passa nos grandes centros, um jovem militante no MST não pode ser regido por critérios de idade. Um jovem militante é regido por um elemento subjetivo crucial que é o da crença em sua causa, presente em todos os depoimentos colhidos; nestes, a fé na luta pela reforma agrária aparece sempre como elemento propulsor de todas as suas conversas. Assim, concluindo o trabalho, percebe-se que a juventude no MST, regida por uma fé – que é própria da juventude – logo tomará a dianteira de uma luta que foi iniciada por seus pais e por seus avós. E que, aliada ao poder da comunicação, cada vez maior, esta juventude, que não é alienada, tem condições de pensar não só em si, mas em todo o coletivo, resgatando as heranças sem-terra e construindo outras dimensões que sustentarão a escolha da luta.

Considerações finais

A partir da coleta dos depoimentos dos jovens Sem Terra, foi possível observar características comuns nas falas: a paixão e o engajamento destes jovens que têm a luta como combustível para as transformações do futuro. No

¹⁷ Cristiano CZYCZA. Entrevista concedida a Amanda Cristina Vieira Machado. Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), Paranacity-PR, 2015.

início da pesquisa, não eram definidos quais rumos que ele tomaria, apenas que seria um trabalho sobre a juventude e que deveríamos construir a narrativa junto com pesquisados.

Para mostrar a realidade desses sujeitos, foi necessário um olhar que permitisse compreender profundamente o vínculo com a história, a educação e a construção da identidade Sem Terra, não como sujeito individual, mas veiculadas as raízes ideológicas da terra e do trabalho.

Essa escolha de construir um trabalho em conjunto com os indivíduos protagonistas da história não partiu de forma aleatória, pelo contrário: a pesquisa teve como objetivo trabalhar a juventude Sem Terra, a partir do olhar que ela possui sobre o MST, mostrando o vínculo do Movimento com a educação e construindo assim um trabalho que engaja os envolvidos nos processos de produção, mas que também, em forma de vídeo documentário¹⁸ ele possa ser utilizado como instrumento para a formação de outros sujeitos do MST.

O processo de entender o contexto histórico do MST, as formas de organização e os espaços que abrangem o Movimento foi essencial para compreendê-lo como um todo, desde a origem das suas articulações políticas, até as ações de manutenção desta militância que permanece há tantos anos. Para compreender o futuro, o jovem necessita se envolver com seu passado e com a construção do seu presente.

Desta forma, o MST faz uso de práticas pedagógicas próprias para manter relações com a sua juventude, por meio de simbologias que carregam na mística e na própria luta, produzindo um sujeito social voltado para as ações do dia a dia da reforma agrária.

Entende-se que o MST não existe senão pelos sujeitos Sem Terra. E estes estão em constante movimento. Por isso, os processos educativos se

¹⁸ Toda a construção ideológica da pesquisa e do vídeo documentário “Juventude MST: Educação Semeada na Luta Por Terra” foi realizada com base no olhar da juventude: desde a temática abordada, elaboração do roteiro, escolha dos entrevistados, edição, etc. Todos os pontos foram discutidos inicialmente com o grupo de jovens da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) em Paranacity-PR, e posteriormente com as lideranças do Coletivo Estadual da Juventude do Paraná no ano de 2015. Houve o cuidado para que todo esse processo de construção do vídeo fosse feito em conjunto entre pesquisador e pesquisado, não evidenciando o olhar dos pesquisadores sobre a juventude, mas uma produção que compreendesse, de fato, a realidade do grupo social.

moldam pelo próprio momento histórico, pela realidade da formação humana e pelo conjunto dos seus integrantes. O Movimento Sem Terra possui uma história que está em constante mudança. Por isso, suas lideranças projetam o futuro em ações no presente por meio de uma pedagogia que formam sujeitos de uma luta social. Assim como o MST, a sociedade está em constante mudança, por isso, devemos treinar o olhar para enxergar a história da juventude sob a ótica da sua luta ou do contexto social em que está inserida.

Referências

CALDART, Roseli Salete. **"Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção."** Por uma educação do campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos Avançados, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FORNAZIERI, Milton. **O cooperativismo como bandeira na luta pela Reforma Agrária Popular.** Mst.org.br, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3u7Gg2j>>. Acesso em: 09/12/2021.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: Proceedings of the I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas.** Petrópolis: Editora vozes, 2003.

GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales.** Niñez y Juventud, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

INDURKY, F. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. In: RUA [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.** Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em 09/12/2021

JUVENTUDE MST: Educação Semeada na Luta Por Terra. Produção de Amanda Cristina Vieira Machado e William Souza Conte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1zhfsqyv65A>. (34min28seg).

MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude do movimento sem terra no estado do Paraná**, 2009. Consultada no site Repositório Institucional da UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93050>>.

SANTOS, Esmeraldo Leal dos Santos. Juventude, formação política e identificação no MST, 2007. **Revista On-line Libertas**. Acesso em: <https://periodicos.ufrf.br/index.php/libertas/article/view/18217/9468>.

Capítulo 21 – Ecolimite: táticas de cidadania e agroecologia*

Rodrigo Rossi Morelato

Introdução

Os chamados ecolimites são barreiras físicas implementadas pelo poder público da cidade do Rio de Janeiro. Eles tentam controlar o crescimento urbano, geralmente o de favelas, sobre áreas de encosta de preservação ambiental. Tais barreiras têm o formato de muros concretados ou de cercas de aço que buscam separar fisicamente pessoas de remanescentes florestais que pontilham o espaço urbano, além de reforçar a segregação espacial entre os moradores da cidade.

Na Zona Norte do Rio de Janeiro, região mais densamente habitada da cidade e com menor índice de área verde por habitante, um desses ecolimites tem se transformado, há quase vinte anos, em um espaço de integração entre os moradores da favela e o remanescente verde, promovendo cidadania. Lá, não há muro nem cerca, mas horta comunitária, agrofloresta, cozinha coletiva, uma série de trilhas e um espaço de educação ambiental e práticas cidadãs mantido por moradores e voluntários: os verdejantes da Serra da Misericórdia.

Neste artigo, fruto de uma pesquisa participante (BRANDÃO, 2006) desenvolvida entre 2017 e 2019, tentarei demonstrar como os participantes do Verdejar Socioambiental, um movimento social de viés agroecológico, transformou a segregação representada por um ecolimite num espaço de cidadania (SANTOS, 2014).

A pesquisa parte de uma relação pregressa, desenvolvida nos anos de 2015 e 2016, quando comecei a participar dos mutirões desenvolvidos pelos verdejantes. Em 2017, iniciando o mestrado, apresentei um projeto de pesquisa que tinha como objetivo investigar os elos entre o grupo e o espaço e passei a acompanhar atividades cotidianas como o manejo da horta

* Artigo referente à Dissertação de Mestrado “Eu Amo a Serra da Misericórdia: sobre comunicação, ambientalismo e comunidade”, defendida em fevereiro de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ), sob orientação do professor Dr. João Maia (entre fev. 2017 e out. 2018) e da professora Dra. Círcia Maria Krohling Peruzzo (entre out. 2018 e fev. 2019).

comunitária e do sistema agroflorestal, reuniões de planejamento, oficinas de bioconstrução e demais atividades desenvolvidas pelos verdejantes até o início do ano de 2019, quando a dissertação foi defendida. A pesquisa também contou com revisão bibliográfica e documental, a realização de 10 entrevistas em profundidade e a manutenção de um diário de campo onde foram anotadas as impressões, acontecimentos e vicissitudes que compõem os imponderáveis da vida real experimentados durante as atividades.

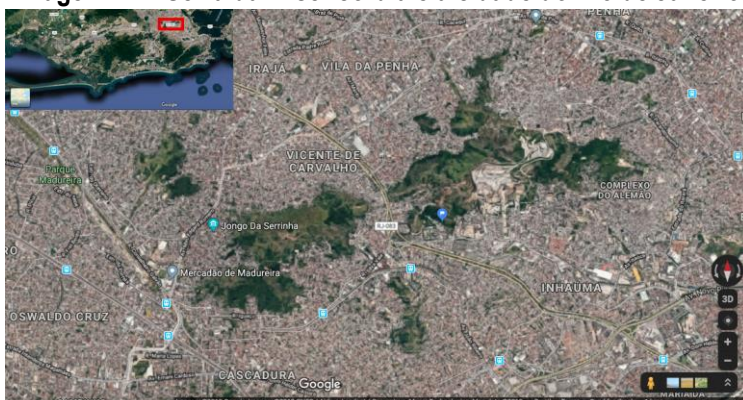
1 – Serra da Misericórdia, Zona Norte, Rio

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida internacionalmente por conjugar sua urbanidade e sua diversidade cultural a uma série de atributos naturais de beleza ímpar. Embora seja a segunda maior cidade do país em demografia, mais da metade (53%) de sua superfície é de áreas não edificadas¹ que compreendem afloramentos rochosos, rios e cachoeiras, longas praias de areias brancas, açudes e lagoas onde ainda se podem encontrar jacarés e capivaras e uma considerável quantidade de florestas protegidas. Dentre os componentes elencados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a manutenção de cidades saudáveis, consta um índice de áreas verdes por habitante. O ideal é que, para cada habitante, a cidade possua três árvores, cerca de 36m² de área verde, sendo que o mínimo recomendado são 12m² de área verde e uma árvore por habitante.

Apesar de todas as suas contradições, o Rio de Janeiro é uma das cidades que atendem com certo conforto essa sugestão internacional. Mas é preciso estar atento: em 1984, cada residente dispunha de 76,11m² de área verde, índice que caiu para os 56,28m², em 2001. Não bastasse o declínio do indicador geral, os percentuais acompanham diferenças socioeconômicas de uma cidade, talvez, partida. No início dos anos 2000, enquanto na Área de Planejamento 02 – que agrupa a totalidade dos bairros da Zona Sul carioca, corresponde a 8,2% da superfície da cidade e abriga 17% de sua população – o índice de área verde por habitante ultrapassava os 52m² por pessoa; na Área de Planejamento 03 – que agrupa os bairros da Zona Norte carioca que corresponde a 16,6% da superfície da cidade e abriga mais de 40% de sua população – o índice de área verde por habitante é inferior a 1m² por habitante.

¹ Disponível em: <https://www.data.rio/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Imagem 1: A Serra da Misericórdia e a cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Google Maps

A ocupação da Zona Norte teve grande crescimento, no século XIX, quando as linhas férreas passaram a cortar a região. Nos anos 1870, por exemplo, quando o Rio de Janeiro vivia à beira do colapso hídrico, uma linha férrea foi construída exclusivamente para a implementação de uma estação de tratamento de água a ser encanada, no Rio do Ouro. Posteriormente integrada como modal de passageiros, foi desativada nos anos 1970 e, finalmente, reintegrada ao sistema de transporte público da cidade: é sobre os antigos batentes da Estrada de Ferro Rio D'Ouro que correm os contemporâneos trens do Metrô do Rio de Janeiro.

Hoje em dia, quem toma o metrô pela Linha 02 e atravessa a Zona Norte do Rio de Janeiro, pode fazer uma breve pausa na Estação Engenho da Rainha, onde há menção à fazenda que Carlota Joaquina (1775~1830) manteve na região enquanto esteve no Brasil. Elevado a metros do chão pela engenharia particular dos trajetos e batentes reaproveitados para a construção da Linha, o passageiro pode observar uma montanha parte verde, parte cinza: é o maciço da Serra da Misericórdia. Compreendido entre as baixadas de Inhaúma e de Irajá, o maciço da Serra da Misericórdia estende-se por 26 bairros da Zona Norte, dentre os quais cinco complexos de favelas: Alemão, Penha, Serrinha, Juramento e Sapê – sendo um dos mais importantes remanescentes verdes da cidade do Rio de Janeiro por se localizar na área mais populosa da cidade – a Área de Planejamento 03 (AP 03) – que conta

com mais de 2,5 milhões de habitantes e engloba toda a Zona Norte. Nessa enorme redondeza sem paz, pálida e poluída, de algum modo algo ainda verdeja. Uma pequena horta comunitária serve de limite à expansão urbana, crianças brincam em balanços e gangorras escondidos entre as árvores, nascentes choram água a percorrer vielas, animais silvestres adentram casas, trilhas revelam segredos da mata e muitas histórias são contadas.

Narrativas que circulam pelos arredores informam que, ao longo dos anos 1990, um morador da comunidade, Sérgio Silva (bairro Engenho da Rainha), carpinteiro de profissão, começou a desenvolver uma série de atividades preservacionistas no grande e degradado espaço da Serra da Misericórdia. Inicialmente restritas à coleta do lixo despejado nos entornos da mata, essas ações protagonizadas por Luiz Poeta (1957~2011) ganharam maior alcance e diversidade à medida que outros moradores da comunidade passaram a se envolver com essas práticas, seja realizando caminhadas e manutenção das trilhas que existem nesse maciço, fazendo o manejo de hortas comunitárias aos pés da montanha, realizando acampadas e brigadas para combater os incêndios muito comuns em junho – mês de secas e balões – seja realizando uma série de atividades de cunho artístico e cultural. Ao longo do tempo, ficaram conhecidos como “os verdejantes”.

2 – Verdejar Já! Um desafio!

Luiz Marins, também conhecido como Luiz Poeta, criou fama em toda a cidade do Rio de Janeiro por seu entusiasmo de preservar e reflorestar a Serra da Misericórdia. Ficou conhecido como “poeta”, pois, tinha o hábito de compilar suas experiências em versos que recitava sempre que possível para aqueles que ele iniciava nessa jornada de amor ao lugar. As experiências eram muitas: caminhar pelas trilhas inéditas, combater o fogo que periodicamente atingia a serra, fazer o plantio das primeiras árvores na região, mapear as nascentes que escorriam de suas encostas, bioconstruir banheiros secos ou simplesmente estar ali à toa. Muitas dessas atividades foram compiladas em versos memorizados que faziam a educação popular daqueles que ele iniciava. Como se sabe, “(...) uma vez que numa cultura oral o conhecimento conceitual que não é reproduzido em voz alta logo desaparece, é preciso desprender uma grande energia em dizer diversas vezes o que foi apreendido arduamente através dos tempos” (ONG,1998, p. 52). Sempre que havia

caminhada pelas trilhas da Serra da Misericórdia, em uma parada ou outra, Luiz recitava um conto: de uma conversa de passarinhos, de um tiroteio em plena mata, de uma mensagem oculta de Gaia e da descoberta de si mesmo. Ao longo dessas enunciações pedestres que povoam a nossa mente em hábitos os mais cotidianos (CERTEAU, 1998), como os de uma caminhada compartilhada, outros moradores e curiosos dos arredores passaram a se envolver com as atividades preservacionistas protagonizadas por Luiz Poeta, como contam seus iniciados:

Eu tava morando na praça de Inhaúma e eu costumava olhar pra cá, né cara... Olhava e “pô, tem aquele espaço grande ali...”. Mas tinha o tamanho da pedreira ali também, que me causava uma impressão de quando eu era pequeno, né? Porque eu olhava uma parte grande, grande e verde, o verde e um tremendo buraco de pedra... (Nêgu Tema, Cléber Pinheiro da Rocha, em depoimento ao documentário Olhares da Misericórdia, a Serra que atravessa gerações²).

Maravilhoso rapper verdejante, Nêgu Tema (1976~2018), infelizmente, faleceu prematuramente. Morador da Comunidade Sérgio Silva, parte de sua alimentação diária era composta dos complementos que colhia em uma horta comunitária, iniciada por Luiz Poeta no princípio dos anos 2000. Naquela época, a pequena comunidade Sérgio Silva ameaçava avançar sobre o remanescente verde, transformando em concreto todo o verde que há entre as duas faces de um morro. Se a Sergio Silva “crescer demais e juntar com a favelinha da Maracá”, talvez forme outro complexo a circular a Serra. Outro iniciado pelas atividades de Luiz Poeta foi um trabalhador que consertava máquinas de lavar por toda a Zona Norte. Certo dia, ao terminar um reparo, Zolmir viu um cartaz afixado em um poste: tomou conhecimento de uma “caminhada ecológica” que aconteceria no sábado próximo. Ele ainda se lembra que:

Foi em 2004... Eu tinha uma loja de conserto de máquina de lavar, vendia peças... Aí um dia eu fui lá na Favela da Galinha consertar uma máquina e vi um cartaz grandão, bem feito, assim, colado na parede... “Caminhada ecológica” não sei o que... “Serra da Misericórdia...”. Aí no

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3tzqDP2qs>.

dia eu vim subindo, perguntando... Aí tava o pessoal, o Luiz também... E um bando de gente pra fazer a caminhada... Tinha umas mudas e o pessoal tava arrumando, preparando pra subir... Aí fizemos a caminhada, fomos lá no pico... Só que teve um momento que eu me perdi! Eu fui apagar um fogo que tava, assim, baixinho... E eu me perdi e desci a Serra sozinho... Pra você ver, né? Eu já cheguei apagando fogo, nesse dia.

Uma das iniciativas mais emblemáticas de Luiz Poeta e seus iniciados era o combate a incêndios. Ele mesmo havia sido baloeiro por muitos anos, antes de se entender como ambientalista. A mudança aconteceu como uma repentina revelação numa caminhada pela montanha: viu um balão extinto que tinha caído numa área por ele recém-reflorestada. Deu um depoimento:

Uma das fotos mais belas que a gente poderia ver, que poderia ser feita, foi um balão que eu vi caído aqui na Serra, um balão pequeno que caiu ali na Praça do Meio, ficou com a boca pra cima e passarinho veio e fez um ninho na boca dele, no arco da boca dele. Eu pensei em arrumar uma máquina fotográfica, mas não arrumei na hora. Passaram uns dias e pegou fogo na Praça do Meio, queimou o balão com ninho e tudo. (Luiz Poeta, apud SIMAS, 2007, p. 43).

No início dos anos 2000, a Serra da Misericórdia “era um grande capinzal”, como contam os verdejantes de hoje em dia. Resquícios dos tempos de colônia e império, quando a cana e o café tinham exaurido a terra, as queimadas eram frequentes, a Serra sofria: ali só crescia o capim-colonião, uma forrageira trazida da África pelos portugueses. Era preciso fazer mudas, podar o capim, abrir ninhos, produzir adubo e plantar árvores: a Serra da Misericórdia é quem pedia para “verdejar” novamente.

Dessas experiências, Luiz Poeta compôs uma de suas mais significativas poesias: aquela que cristalizou a alma coletiva de seus iniciados ao traduzir o desejo da Serra: Verdejar já!

VERDEJAR JÁ!

Morar em Piabas – quando será?

A Serra é quem clama: Misericórdia!

Porém, entre balas e fumaças: Zona Norte – Rio!

A Serra se lança em seu maior desafio: Verdejar, já!

Já te amo, Serra da Misericórdia: te amo!
Penha, Inhaúma, Olaria, Complexo do Alemão, Ramos e Bonsucesso
Engenho da Rainha, Tomás Coelho Vicente de Carvalho, Vila Cosmos,
Vila da Penha e Penha Circular...
Circundam a Serra da Misericórdia!
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!
O seu verde precisa verdejar nessa redondeza sem paz, pálida e
poluída!
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!

Esta pequena poesia foi recitada, em 1997, segundo a memória coletiva dos iniciados por Luiz Poeta. Eles passaram a se reconhecer enquanto uma tribo urbana comungante de um amor ao lugar e ao “estar-juntos” (MAFFESOLI, 1987); têm desenvolvido uma série de atividades lúdicas e preservacionistas por toda a Serra da Misericórdia, como a transformação das simples casas da favela em polos de difusão de tecnologias sustentáveis, dotadas de aquecedores solares, sistemas de captação de água de chuva e hortas para a produção de alimentos.

Imagem 2: Luiz Poeta em aula ao ar livre no início dos anos 2000



Fonte: Verdejar Socioambiental

No início dos anos 2000, os verdejantes decidiram se institucionalizar na Organização Não-Governamental Verdejar Socioambiental, um novo tipo de sujeito sociopolítico empenhado na conquista de novos direitos (GOHN, 2014), como os direitos à cidade, à justiça ambiental, à alimentação agroecológica e à

produção cultural. Suas atividades durante esse período eram compostas de mutirões, de rodas culturais, de caminhadas ecológicas e da produção de pequenos documentários sobre a sua trajetória coletiva que os fizeram reconhecidos perante o Ministério da Cultura: em 2013 se tornavam, também, Ponto de Cultura Memória da Misericórdia – Luiz Poeta, homenagem ao seu pioneiro.

Muitos mitos cotidianos alimentam a memória coletiva e se iniciam no modo de vida verdejante, mas talvez nenhum seja mais interessante que o de constituição do ecolimite. No início do século, durante uma caminhada para inspecionar uma área em recuperação, encontraram parte da montanha demarcada por arames e barbantes: grileiros tinham loteado parte da terra pública por eles reforestada para abrigar moradores do futuro.

Destemidos, os verdejantes arrancaram todas as marcações em barbantes e arames enfrentando os grileiros; o Ministério Público e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente foram acionadas por uma rede de apoiadores e moradores das redondezas para impedir o loteamento irregular que avançava contra o remanescente verde.

A proposta do executivo municipal era levantar ali mais um ecolimite, separando pessoas do remanescente florestal.

Os verdejantes, no entanto, tinham outra proposta: queriam integrar pessoas e meio-ambiente.

3 – Ecolimite: tática cidadã

No início dos anos 2000, a Prefeitura do Rio de Janeiro adotava uma medida auxiliar na gestão de seu crescimento urbano: uma série de barreiras físicas edificadas entre favelas e áreas de preservação: os chamados ecolimites. A lógica era simples: preservar o meio ambiente e o rico patrimônio cultural carioca de uma cidade informal que avançava sobre as áreas verdes.

Na primeira etapa, os ecolimites eram compostos de um bloco de concreto ou viga de metal interligados por cabos de aço e demarcavam a fronteira entre a favela e a floresta. Cerca de 30 dessas primeiras barreiras foram construídas em diversos pontos. Em um segundo momento, a ideia foi reforçada pelo poder público: os ecolimites deveriam ser compostos por muros de concreto com, no mínimo, três metros de altura. Ao menos dois desses ecolimites, em formato de muro, foram edificados na cidade, ao menos em

parte, ambos em favelas da Zona Sul (MACHADO, 2013). Entre os trinta primeiros, demarcados em 2001 pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, um desses foi implementado e ainda existe na Zona Norte: naquela pequena comunidade Sérgio Silva, no bairro do Engenho da Rainha, a pouco mais de 800 metros da estação do metrô.

A implementação desse ecolimite aconteceu na mesma época de duas conquistas dos “verdejantes”. Eles tinham conseguido, por meio de sua rede de apoiadores, denunciar e interromper o loteamento irregular de parte da montanha, sensibilizando a comunidade, boa parte da sociedade civil e o poder público que decretou a Serra da Misericórdia e seus entornos como uma Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), um tipo de unidade de preservação exclusiva da cidade do Rio de Janeiro. Esse novo tipo de área de preservação surgiu após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, sendo a decretação da APARU da Serra da Misericórdia instituída pelo Decreto Municipal no 19.144/2000, o qual também regrava sobre os objetivos de recuperação da cobertura vegetal nativa, a revisão dos parâmetros de ocupação do solo, a preservação e recuperação de mananciais, o desenvolvimento de atividades de recreação e ecoturismo, a implementação de programas de educação ambiental, a melhoria da qualidade de vida da população local, entre outros objetivos.

Essa dupla vitória deu enorme vigor às atividades desenvolvidas pelos verdejantes. Parecia que finalmente o último remanescente verde da Zona Norte do Rio de Janeiro iria conhecer iniciativas de preservação condizentes com a realidade de seu entorno. Ali concentradas, as políticas públicas para promoção da saúde, educação ambiental, lazer e promoção da cidadania teriam repercussão em toda a Área de Planejamento 03 que engloba toda a Zona Norte. A perspectiva de uma cidadania ampliada, mediada pela Secretaria do Meio Ambiente, fruto de uma escuta do poder público quanto às demandas locais, logo desencantou os verdejantes: de todas as promessas e perspectivas trazidas pelo decreto municipal, nenhuma se concretizou até o momento. Quando a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20) foi realizada, em 2012, o Ministério das Cidades fez uma doação na ordem de R\$ 15 milhões para a Prefeitura do Rio implementar ao menos parte da APARU da Serra da Misericórdia, mas o recurso foi

integralmente devolvido pelo desinteressado executivo municipal. Desde o ano 2000 para cá, tudo o que o poder público executou na Serra da Misericórdia foi um ecolimite em formato de barra de ferro atravessado por cabos de aço.

Vinte anos se passaram e apenas parte desse ecolimite da comunidade Sérgio Silva permanece, mas de modo diferente daquele idealizado pelo poder público. Das dezenas de vigas de metal e quilômetros de cabos de aço, apenas três vigas permanecem. Todo esse metal ali depositado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente tomou um rumo muito mais concreto: foi vendido enquanto ferro velho ou transformado em barricadas na subida do morro, dificultando o livre trânsito nas ruas e vielas da favela.

Atualmente, o ecolimite tem outro formato: composto de horta, sistema agroflorestal, uma cisterna de captação de água de chuva, um pequeno pomar e algumas placas com informações sobre a Serra da Misericórdia. Em certo dia de manejo da horta, um pequeno mutirão para o qual havia sido convidado, conversei com Edson, um antigo morador da comunidade que se envolve com as atividades verdejantes desde seu início. Ao ver a barra de ferro, perguntei do que se tratava e ele me contou a história do ecolimite da comunidade Sérgio Silva e das críticas que os verdejantes sempre tiveram em relação a essa proposta preservacionista do poder público que tenta garantir certo direito à natureza excluindo as pessoas do processo. Segundo ele:

A nossa proposta... Muita gente fica perguntando se a gente ia cercar, né? E a gente acha que não tem que criar cerca nenhuma... Na verdade o grande problema ambiental que a gente vive hoje deriva desse grande distanciamento que tem entre o homem e a Natureza... Então se você faz muro, se você faz cerca... Logo você produz mais distância... Então a gente fez um marco, na verdade, com a tentativa de marcar o espaço onde começa a área verde e termina a comunidade... Mas de uma maneira que se integrasse esses dois ambientes, não que separasse... Por isso é uma cerca que não tem tela... A pessoa pode passar de um lado pro outro e não tem problema, ao mesmo tempo em que ela vê que tem um marco e que entende que há um limite... Mas é um limite integrador e não separador, né?

Quando do conflito com a “turma do barbante” que deu origem ao ecolimite em formato de uma verdadeira cortina de ferro, enquanto o moroso executivo municipal decidia qual seria a melhor estratégia para preservar o

remanesce florestal, os verdejantes decidiram por uma ação eminentemente tática, condicionada pela oportunidade (CERTEAU, 1998): retiraram todas as demarcações do terreno, acamparam no local e decidiram que não iriam ceder sequer um palmo da montanha reflorestada. A maneira de comunicar essa luta por direitos sociais que envolviam a preservação da Serra da Misericórdia e a implementação da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana tomou a forma de uma horta comunitária. Diferentemente das propostas da Secretaria do Meio Ambiente, que partem de um estabelecido pelo poder institucionalizado, as ações verdejantes se realizavam através de uma bricolagem de saberes e oportunidades. Do acampamento se fez uma horta capaz de envolver demais moradores da comunidade Sérgio Silva na jornada de preservação e acesso à serra enquanto um patrimônio dos moradores de toda a cidade. Especialmente aos finais de semana, realizavam pequenos mutirões nos quais refaziam canteiros, plantavam novas mudas, bioconstruíam banheiros secos, planejavam novas ações.

Com um trabalho cotidiano e atento às oportunidades, a pequena horta comunitária foi se expandindo e o novo ecolimite, bioconstruído pelos verdejantes, tomando forma. Em 2009, quando um incêndio consumiu parte da área reflorestada, mobilizaram a comunidade e uma rede de voluntários e o capim-colonião que cobria a montanha foi substituído por um sistema agroflorestal que, na atualidade, produz madeira e diversas frutas como a goiaba, acerola, pitanga, manga, ingá, jaboticaba, por exemplo. Em 2012, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os verdejantes desceram a serra rumo ao Aterro do Flamengo, onde acontecia parte das atividades, participaram dos fóruns de discussões e conseguiram parte do apoio necessário para, em um grande mutirão, bioconstruir uma cisterna do semi-árido com capacidade de armazenar 5.000 litros de água de chuva e abastecer a horta comunitária e algumas casas dos arredores. É por intermédio dessa bricolagem de oportunidades e saberes que os verdejantes vêm transformando o antigo muro de ferro – do qual nada mais resta que três barras – num espaço que integra os moradores das comunidades com o remanescente verde. Assim, esse poroso limite bioconstruído pelos verdejantes tem muito mais de uma ação tática, cotidiana e horizontal – típica dos fazeres comunitários – do que estratégica, pontual e vertical, típica das ações estatais. Essa distinção estabelecida por Michel de

Certeau (1998) abre a chave de entendimento das atividades dessa neotribu urbana: o convite à participação, a celebração da vida através de mutirões e a reutilização de materiais, por exemplo, são táticas dos mais fracos que tentam, ao longo do tempo, diversas iniciativas de bricolagem e oportunidade de construir espaços de cidadania.

A educação ambiental, desenvolvida com os verdejantes em seu espaço comunitário, não passa apenas por debates abstratos sobre princípios que norteiam os objetivos do desenvolvimento sustentável ou os desequilíbrios climáticos que afligem todo o planeta. Ela leva em consideração a sensibilidade e a percepção dos demais moradores da comunidade que, ao se envolverem e admirarem esse novo tipo de ecolimite do qual participam, resolvem seus problemas cotidianos, como a falta de água que periodicamente aflige a comunidade e reforçam a segurança alimentar através da horta comunitária que também produz ervas medicinais.

É desse lugar especial que partem as trilhas que convidam a uma saudável caminhada por um remanescente verde na Zona Norte do Rio de Janeiro. Na horta comunitária, se podem encontrar ervas para chás medicinais ou verduras e legumes a complementar a alimentação do dia a dia. O sistema agroflorestal produz frutas, mas também madeira que pode ser utilizada no fogão à lenha da cozinha comunitária, caso o gás se faça caro, por exemplo.

Em suma, o espaço entre a favela e a floresta que o poder público frequentemente deseja esvaziar com a edificação de muros ou barreiras, no caso da comunidade Sérgio Silva, se tornou um espaço de cidadania (SANTOS, 2014), um lugar especial onde os verdejantes, demais moradores da comunidade e curiosos de todas as partes da cidade podem comungar um desejo de cidade mais inclusiva, participativa e cidadã.

Considerações finais

Na atualidade, o direito à natureza tem sido encarado como um dos componentes do direito à cidade (LEFÉBVRE, 2001). No caso do Rio de Janeiro, a cidade tenta se inserir internacionalmente em diversas conferências, tratados e acordos bilaterais que envolvem a questão da sustentabilidade, a coexistência entre Natureza e urbanidade e a promoção de espaços de participação popular. Quanto a esse último ponto, é no mínimo contraditória a atuação do poder público que ignora as demandas da população e não

exercita um verdadeiro diálogo capaz de escutar os desejos locais – como, no caso dos verdejantes e demais moradores da comunidade Sérgio Silva, aqueles que pediam a implementação de uma Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana, a APARU da Serra da Misericórdia, e foram contemplados com barras de ferro unidas por cabos de aço.

Ao longo de sua trajetória coletiva, os verdejantes têm desenvolvido um intenso diálogo com demais moradores da comunidade. Ao se realizar novo plantio, colhem opiniões sobre as preferências alimentares e quais frutíferas deveriam ser plantadas nas bordas da favela. Realizam pequenos censos comunitários para mapear os desejos de demais moradores. Quando fazem mutirões ou celebram o aniversário do saudoso Luiz Poeta, em setembro, realizam uma grande refeição coletiva no fogão à lenha que bioconstruíram por uma oficina. De todos os modos, fomentam a participação desde a degustação de alimentos agroecológicos, passando pelo plantio e colheita e desaguando em conselhos municipais e outras instâncias de diálogo com o poder público. É nesse sentido que desenvolvem uma comunicação popular (PERUZZO, 1998) que se embebe em suas práticas cotidianas, nas conversas do dia a dia, em posts em redes sociais, em pequenos filmes que fazem de si mesmos, em peças de teatro em que narram sua trajetória coletiva, em histórias e sonhos que partilham com aqueles que estejam dispostos a ouvi-los.

Próximos de completar 25 anos de atividades ininterruptas por todo esse remanescente verde localizado no coração da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, eles não esmorecem: retraçam cotidianamente esse novo tipo de ecolimite, manejando trilhas, redesenhando hortas e reflorestando os entornos. Atualmente, os verdejantes se empenham na bioconstrução de um novo tipo de reforço para o ecolimite: o Espaço de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis Luiz Poeta, uma pequena sala multiuso onde antes era seu depósito de ferramentas, almoxarifado e banheiro seco. A esperança é que esse espaço, singela homenagem ao falecido Luiz Poeta, possa difundir práticas sustentáveis, fomentar a participação e promover cidadania e justiça ambiental na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2006.

CAIAFA, Janice. **A aventura das cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Ana Brasil. **Os ecolimites como dispositivo para a gestão das descontinuidades internas da cidade do Rio de Janeiro**. 2013. Dissertação. (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978

MORELATO, Rodrigo Rossi. **“Eu amo a Serra da Misericórdia”**: sobre comunicação, ambientalismo e comunidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ONG, Waltr. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas: Papyrus, 1998.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIMAS, Eduardo Nogueira Bile. **Tem meio ambiente na favela? Ambientalismo na Serra da Misericórdia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Capítulo 22 – Uma crítica à felicidade instrumental: na procura do fazer coletivo para o comum*

Lisbeth Araya Jiménez

Introdução

Resgata-se, neste artigo, o estudo da tese de doutorado que analisou a lógica da felicidade instrumental em quatro organizações cooperativas cafeeiras costarriquenhas. Estudaram-se a intensidade e a magnitude da apropriação de dita lógica nos níveis do discurso, das práticas (pessoais e organizacionais) e dos efeitos (na saúde física e emocional). Nestas linhas, os achados para esses três níveis de apropriação são analisados resumidamente. Procurou-se também distinguir as barreiras que essa felicidade instrumental impõe ao trabalho cooperativo.

Apropriando o sentido foucaultiano do termo racionalidade, entende-la como “lógica” é tentar abranger a complexidade de processos sócio-históricos, políticos, econômicos, culturais e subjetivos nela envolvidos.

As perguntas que instigaram a pesquisa foram: está presente e tem sido apropriada a lógica da felicidade instrumental nas organizações cooperativas cafeeiras? Que formas caracterizam essa presença e que conseqüências está tendo sua apropriação na saúde dos trabalhadores e no trabalho cooperativo?

A partir de uma perspectiva política que ambiciona a transformação social – seja no nível que for –, existem um interesse e uma pergunta sobre as possibilidades do campo da Comunicação de contribuir com a reflexão crítica da felicidade contemporânea, da subjetividade neoliberal e das práticas organizacionais correlatas. Considera-se uma potencialidade para tal: a filosofia das organizações do terceiro setor que procuram o desenvolvimento social além do lucro. Nas linhas a seguir, se apresenta de maneira sucinta, a proposta teórica.

* Este artigo é resultado da tese Felicidade Instrumental em Organizações Cooperativas Costarriquenhas: entre a gestão individualista e o sentido cooperativo, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

1 – Abordagem teórica

Teoricamente, a pesquisa a partir de um olhar socioantropológico aborda a compreensão crítica da felicidade apropriada e desenvolvida no campo da Comunicação. Essas críticas foram articuladas em sete categorias analíticas que se definem abreviadamente nesta primeira seção. A tese também apropriou pressupostos epistêmicos, políticos e ontológicos da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas Comunitárias, os quais são explicados na segunda parte desta síntese. Se estudou a felicidade a partir de seu contexto, considerando tanto as dimensões macro quanto micropolíticas, econômicas e sociais sempre mediadas pelas relações de poder e marcadas pela geografia e pela história.

Humanos somos animais (um tipo particular de animal: homo sapiens). Aqui não se nega essa fisiologia, essa biologia nem o importante papel que desempenham na vida humana em geral e especialmente na vida emocional. Contudo os fatores socioculturais geram vastamente essa biologia; a perspectiva, é claro, é culturalista. A ideia de corpo, dos processos “normais” de seu desenvolvimento, por exemplo, tem mudado através do tempo. Tem sido sempre complicado distinguir o fato cultural do fato biológico, como expressam Rezende; Coelho (2010, pp. 29-30): “se esse aparato biológico e psíquico é uniforme, as percepções sobre ele não o são, o que conduz também a experiências corporais e psicológicas muito variadas, posto que são sempre mediadas pela linguagem que é um elemento da cultura”.

Na pesquisa, as emoções são entendidas como construções sociais, vinculares, relacionais (LE BRETON, 2009; AHMED, 2015; GAULEJAC, 2017; ARIZAGA, 2017). Isto é, como uma criação grupal que se atualiza através da interação entre indivíduos, e que, por sua vez, precisa de uns antecedentes históricos e culturais. Assim ao estudar as emoções a partir da Antropologia, as emoções podem se definir como sendo “parte de esquemas ou padrões de ação aprendidos em interação com o ambiente social e cultural, que são internalizados no início da infância e acionados de acordo com cada contexto” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 30).

Esses antecedentes culturais, localizados no contexto particular, são indispensáveis para que seja possível a comunicação, o intercâmbio de sentidos, a compreensão dos signos compartilhados (MAUSS, 1999; LE BRETON, 2009). É precisamente nessa interação e nesses sentidos

compartilhados que o campo da Comunicação adquire relevância e pertinência no estudo das emoções. Por outro lado, existe linha que estuda as emoções em relação com o pensamento. Marcel Mauss (1999) e David Le Breton (2009) afirmaram que a emoção necessita de um processo cognitivo de interpretação, de um julgamento. A ação faz parte desse tripóde. Há assim uma relação entre o julgamento, a emoção e a ação.

Contudo, discorda-se aqui da abordagem que unifica emoção e pensamento (NUSSBAUM, 2006; AHMED, 2015; ROSALDO, 1984 apud REZENDE; COELHO, 2010, p. 32). Muito pelo contrário, estes se compreendem como processos separados ainda que em interação e articulação. Por outro lado, apropriando-se da teoria freudiana, considera-se que tanto as emoções quanto os pensamentos, em um nível, fogem do controle consciente do indivíduo estando, portanto, a vida (especialmente a afetiva) governada parcialmente pelo inconsciente.

Uma pesquisa que analisa a felicidade no trabalho precisa abarcar a dimensão política da cultura afetiva das nossas sociedades neoliberais, quer dizer, a moralização e a criação de hierarquias que humanizam e desumanizam. Nesse mesmo âmbito das relações de poder, é preciso incluir a priorização que os grupos fazem delas. No caso, a centralidade que a felicidade tem adquirido na vida atual e, portanto, ao mesmo tempo na vida organizacional. A dimensão política se aloca também na capacidade de influência das emoções nas relações e no comportamento social (ABU-LUGHOD; LUTZ, 2009, p. 102). No nosso contexto, parece cada vez mais pertinente, necessária e relevante uma análise comunicacional crítica para a desconstrução dessa dimensão política das emoções.

Feito esse percurso pela compreensão geral das emoções, é possível explicar os conceitos centrais da pesquisa, nas linhas a seguir, as chamadas categorias analíticas, isto é, a forma pela qual se compreendeu, definiu e recortou a realidade em análise: a felicidade no trabalho.

Conceitos centrais da pesquisa

Tenho construído a abordagem teórica, a partir da revisão dos antecedentes teóricos e empíricos e especificamente das críticas à contemporânea construção da felicidade que a comunicação faz, um incômodo compartilhado com várias autoras, autores e pesquisadores (VAZ, 1999, 2010;

VAZ; PORTUGAL, 2013; FREIRE FILHO, 2010a, 2010b, 2013, 2016; BAKKER, 2012; MAZETTI, 2014; VOLOTÃO, 2015; SALGADO, 2016) com cujos pressupostos ontológicos, axiológicos e epistêmicos concordo¹.

Felicidade como direito

Através da noção de felicidade como direito, se faz uma crítica à sua universalização porque nega as diferenças (individuais, locais, culturais), apaga as desigualdades existentes (de acesso a recursos econômicos, educativos, tecnológicos, de capital cultural e social); estabelece maneiras gerais de pensar e perseguir a felicidade, medida hoje prioritariamente em termos do sucesso: seja laboral, econômico, profissional, empresarial, esportivo; sucesso que todas e todos devem atingir.

A pretensa universalidade do bem felicidade traz junto imaginários tão problemáticos como a ideia de meritocracia: porque unicamente entre iguais o esforço individual explica a diferença. A felicidade como direito universal também supõe uma falha naquela pessoa que não a conquista (loser, falido, tóxico), ou não tem a atitude adequada (otimismo, sorriso permanente).

Consumo-concorrência

Consumo e felicidade têm sido amplamente analisados e usufruídos pela Comunicação, especialmente, pela Publicidade. No que diz respeito à crítica que aqui se faz, no âmbito organizacional, o trabalhador autorrealizado e feliz se converte em um consumidor: de diplomas, cursos, ferramentas tecnológicas, habilidades brandas, novas destrezas. Sob a lógica de “você pode tudo”, “o limite é sua vontade”, a demanda de aprimoramento vincula a felicidade com o consumo e o sucesso comentado com antecedência. A concorrência desponta em duas dimensões: o sujeito concorre com ele próprio (para ser sua melhor versão, dar sempre mais, ser cada vez mais eficiente, eficaz, erro zero); e concorre com os outros (para ser o empregado do mês, ser ganhador).

¹ Esse arcabouço se constrói a partir de uma série de categorias analíticas, sendo sete total. A felicidade como 1. direito universal embasada no 2. consumo-concorrência e aceita como 3. responsabilidade do indivíduo. 4. Construída em um imperativo cultural que coloca em evidência uma pretensa 5. autenticidade e que é 6. permanente, uma condição duradoura no tempo, não momentânea. Finalmente, que a felicidade seja de 7. expressão obrigatória é uma forma privilegiada na atualidade. Nas linhas a seguir, breves explicações para cada categoria.

Responsabilidade individual

Uma das características do Iluminismo que se ampliou na Modernidade até adquirir dimensões hiperbólicas na contemporaneidade, é o individualismo. O indivíduo agora como ser central da criação, amo da natureza, domador de técnicas e tecnologias, imperador do destino e dono de opiniões que ultrapassam (ou ignoram) os fatos, é hoje o rei do universo tanto geral quanto de seu pequeno espaço vital. A consequência principal desse endeusamento, é responsabilizá-lo pela consecução da sua felicidade que se transforma em uma evidência de empenho, de atitude e força de vontade. Na crítica que Fontenelle (2011) faz, a “fetichização do eu autônomo” como nomeada pela autora, enaltece essa pretensa habilidade de autoadministração dos indivíduos, rejeitando “a imposição” de limites sociais e adotando a imputabilidade por seus atos. Apagam-se desta maneira, as responsabilidades do Estado, do mercado e das organizações. No último caso, extingue-se a responsabilidade da empresa pelo bem-estar dos trabalhadores e se permite que sejam promovidas, direta e indiretamente, condições adversas as quais o trabalhador deve se adaptar, sendo flexível e praticando a resiliência.

Imperativo cultural

Nossas sociedades contemporâneas são particularmente paradoxais e contraditórias. Um desses paradoxos é a felicidade ter se transformado em uma obrigação. Freire Filho (2010a) chama isto de felicidade compulsiva e compulsória; Paulo Vaz (2010) assevera que se converteu em um preceito moral e Darrin McMahon (2007) disse que, com o tempo chegou a ser nossa divindade. Tenha o nome que tiver, a felicidade não é mais uma probabilidade, nem uma possibilidade, um acontecimento ou uma cadeia estranha de acontecimentos afortunados, a felicidade se transformou na atitude certa. Essa obrigatoriedade tem uma série de consequências negativas na saúde física e emocional dos trabalhadores à medida em que o indivíduo contemporâneo tem de ser feliz também no trabalho. Para Joel Birman (2010, p. 42), “é o fracasso performativo do sujeito o que se evidencia em ato na depressão, sendo esta, pois, um dos signos maiores da infelicidade na contemporaneidade.” Assim sendo, o estresse, a ansiedade e a depressão podem ser lidos parcialmente como consequências dessa procura desenfreada por ser feliz que gera precisamente, seu contrário.

Evidência de autenticidade

A felicidade também tem sido atrelada à autenticidade. No âmbito do trabalho, conquista sua felicidade quem responder aos seus desejos mais profundos, manifestos em sua vocação, propósito e autorrealização. Vocação é a expressão dessa voz interior que sabe o que estamos chamados a fazer. Propósito da conta de uma maior intensidade, isto é, se ocupar em um trabalho que diz respeito à razão da existência. Por sua vez, autorrealização seria o desenvolvimento de todas as aptidões desse eu autêntico e verdadeiro (FREIRE-FILHO, 2010a).

Felicidade permanente

Com esta última categoria analítica se critica a compreensão contemporânea da felicidade, aquela que cria no indivíduo a obrigação não apenas de ser feliz, mas de sê-lo o tempo todo. A felicidade se afirma como um bem duradouro, permanente, desconhecendo sua natureza transitória, efêmera, momentânea.

2 – Relações Públicas Comunitárias: Comunicação em, com e para organizações sociais

Segundo Cicilia Peruzzo (2013a, p. 103), a produção teórica sobre a Comunicação Organizacional (CO em diante) no terceiro setor, no Brasil, apresenta quatro tendências principais.

A primeira, predominante, discute a importância e as vantagens da comunicação nesse segmento (Kunsch, 2003; Torquato, 2004), além de tecer recomendações para a sua implementação [...]. Em segundo lugar, estão estudos que enfatizam o subaproveitamento desse instrumental pelas ONGs e movimentos sociais (Piccin, 2005; Menezes, 2005; Castro; Mendonça, 2003). A terceira tendência preocupa-se em discutir a aplicabilidade da Comunicação Organizacional às instituições sem fins lucrativos e movimentos sociais e, ao mesmo tempo, orientar o como fazer, com base nas particularidades do segmento (Meneghetti, 2001; Carvalho, 2007). Há, também, uma quarta perspectiva, que procura compreender a comunicação efetivada pelas próprias organizações e movimentos sociais, em suas especificidades, e, no contexto mais amplo de seu significado mobilizador e político.

No nosso entender, as Relações Públicas Comunitárias (RPC) se inserem nessa quarta categoria visando se colocar a serviço da participação e da ação cidadã, dos movimentos sociais, organizações de base e terceiro setor, isto é, do interesse público e coletivo. Nas RPC, a comunicação se compreende como um processo que tendo uma perspectiva problematizadora da construção social da realidade e da sua dimensão político-econômica, está comprometida com a transformação social em favor e defesa da vida.

Segundo Waldemar Luiz Kunsch (Kunsch & Kunsch, 2014, p. 107): “Um novo paradigma começou a ser delineado para as relações públicas na década de 1980, com o IX Congresso da União Brasileira de Comunicação Social, que incluiu em seu programa um painel sobre relações públicas ao serviço dos interesses populares”.

Cicilia Peruzzo (2013a, p. 93)² esclarece que não se tratou da totalidade das Relações Públicas (RP) e explica a interação entre teoria e prática que abalçou esse momento originário. “Coube a um segmento das Relações Públicas, nos anos 1980, depois do Jornalismo, se recriar teoricamente, na perspectiva comunitária, tendo em vista sua apropriação por organizações e movimentos sociais”. Parece-nos muito precisa essa leitura haja vista que a mudança de modelo organizacional faz com que as teorias e as práticas da comunicação (CO-RP) devam reformular-se. Procurar a sintonia filosófica, ética e política com as organizações do terceiro setor (sindicatos, cooperativas, associações, movimentos sociais) cria uma ruptura com os modelos funcionalistas e tradicionais das RP e suas marcas de nascença.

Podemos assim falar em comunicação popular, alternativa, participativa, comunitária e cidadã como a comunicação de origem latino-americana que, há décadas – desde 1960 –, propõe epistemologias, teorias, métodos e práticas a partir dessa perspectiva contestatária que trabalha ombro a ombro com as organizações sociais.

Do receptor passivo desenhado na clássica teoria matemática da comunicação (Shannon e Weaver, fim da década de 1940, nos Estados Unidos) e dos coletivos sociais como pacientes imaginados pela comunicação desenvolvimentista (uma década depois – 1950); passamos a um sujeito pensante, reflexivo, capaz de exprimir as estratégias ideológicas dos aparelhos

² Fazendo uma ampla crítica às RP tradicionais e deslocando o interesse público do jogo manipulador característico do Estado burguês (PERUZZO, 1993, 2011, 2013, 2016).

do Estado (e do mercado) para enfrentá-las com criatividade, imaginação e alegria, solidariamente, na procura do bem-estar coletivo.

Não corresponde ao intuito destas linhas refazer as múltiplas sistematizações da história da comunicação popular, alternativa e comunitária em geral na América-Latina, nem pontualmente no Brasil; produção ampla em elaborações teóricas, militância política, instrumental criativo e ativismo social. Também não é o intuito adentrar em suas elaborações mais recentes.

No entanto, ao revisitar os conceitos fundantes da Comunicação popular, alternativa, dialógica, participativa ou comunitária, Peruzzo (2009, p. 52) reúne as características mais marcantes de cada uma delas. Assim sendo, a Comunicação Popular (CP) diz respeito àquela feita pelo povo e para o povo³; “no sentido político-ideológico, de contestação e projeto de sociedade”. Seja nomeada como popular, alternativa ou comunitária “o sentido político é o mesmo” (PERUZZO, 2009, p. 47). A Comunicação Alternativa (CA) está historicamente associada aos meios alternativos diante da mídia hegemônica (VALIM, 2020), por isso, até costuma ser chamada de imprensa alternativa (PERUZZO, 2009). Mas não só os meios foram/são alternativos, também as mensagens, os conteúdos (RABELO, 2007). A Comunicação Comunitária (CC) aspira “no mínimo, a ter vínculos orgânicos com os movimentos sociais”, sendo esses movimentos, esses grupos organizados os protagonistas e destinatários. Essa foi a perspectiva privilegiada na pesquisa nestas linhas resumida.

As RPC bebem da perspectiva de Comunicação Popular cujos dois referentes teóricos e políticos mais potentes são: a perspectiva marxista (cuja fonte original foram os movimentos sindicais); e Pedagogia da Libertação, de Paulo Freire. Valim (2020), identifica na Igreja Católica, outro pivô da Comunicação Popular, à medida em que promoveu a organização popular misturando elementos do Cristianismo e do Marxismo.

Beber da perspectiva marxista significa para o campo da Comunicação, em especial às RPC, atentar-se às diversas e complexas maneiras pelas quais a opressão continua a acontecer no âmbito das organizações e tomar uma

³ Popular pode se referir ao povo (como classes subalternizadas ou grupos empobrecidos da população); à cultura popular – popular-folclórico – no sentido das suas manifestações culturais; ao popularesco e à finalidade pública. Para aprofundar nessas nuances, ver Peruzzo (2009, 2013b).

posição ética e política a respeito em favor da transformação social. Reprofundar-se na profícua produção do mestre Paulo Freire, por sua vez, alega uma função de libertação para a ação comunicativa, baseada no diálogo, na construção coletiva com a mesma aspiração de mudança estrutural das condições de vida dos oprimidos e tendo as pessoas envolvidas um papel ativo. Há quase 30 anos, Círcia Peruzzo (1993) compendia as principais concepções dessa perspectiva sinalizando que as RPC:

Acreditam na possibilidade da transformação e na sociedade civil como gestora de mudanças e de uma nova hegemonia; atentam-se quanto à desigualdade social e às contradições de classes e almejam o bem-estar, a plenitude e os direitos da cidadania; acreditam na sua potencialidade de criar uma sociedade mais justa e livre; assumem a interdisciplinaridade entre vários campos de conhecimento e de ação político-educativa; criam relações de forma orgânica (no sentido gramsciano do termo) com o interesse público; promovem a ação coletiva, a autonomia, a partilha do poder de decisão, a corresponsabilidade e o respeito à dinâmica própria dos movimentos.

Tanto as RPC quanto a CC têm se atentado para as mudanças sociopolíticas, econômicas e tecnológicas acontecidas desde sua origem até nossos dias. A respeito das chamadas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação – agora não mais novas – e das entorses que geraram, a CC e as RPC entendem que os diversos atores dos movimentos sociais, da sociedade civil, sua própria organização, gestão e mobilização têm se deslocado. No entanto, ainda cientes das mudanças acontecidas nas últimas décadas, desses deslocamentos, mantêm-se as críticas e rejeições às lógicas universalistas propondo uma comunicação construída, a partir do local, sem idealizações nem purismos que pressuponham a existência de uma essência comunitária. Nessa reinvenção permanente, a procura pelo exercício da cidadania e a busca pela democracia têm sido bandeiras de batalha da Comunicação Comunitária.

Como esclarecem Maurizio Lazzarato e Antonio Negri (2013), na era post-fordista, as características do trabalho imaterial no capitalismo cognitivo convivem com estruturas clássicas fordistas. E, inclusive, com modos de trabalho que podemos chamar de escravo. Essas mesmas complexidades acontecem no presente em relação à comunicação nos movimentos sociais,

na sociedade civil e na procura de defesa da questão pública. Ao mesmo tempo em que existem organizações locais arraigadas geograficamente, lutando há anos pela preservação da terra, da água ou na defesa dos territórios indígenas, para citar apenas alguns exemplos, temos os movimentos sociais que nasceram e cresceram na virtualidade sendo a “Primavera Árabe”⁴, um dos mais emblemáticos tanto pela sua relação com a censura dos Estados através de internet quanto pelo sucesso da sua mobilização internacional aproveitando também a virtualidade.

A CC, permanecendo fiel às suas raízes político-ideológicas (dos movimentos populares latino-americanos dos anos 1970-1980), tem acompanhado as mudanças culturais, tecnológicas, produtivas e socioeconômicas das últimas décadas procurando, em suas teorias e práticas, se atentar para as complexidades com que os modelos e os padrões antigos e novos colidem e se articulam.

Como se pode notar, a CO que se desenvolve no terceiro setor da economia, que podemos chamar de Comunicação Comunitária ou de Relações Públicas Comunitárias, e as cooperativas – que fazem parte das organizações desse setor – compartilham uma série de pressupostos a respeito de sua função social e das maneiras éticas de trabalhar na sua consecução. Por conseguinte, objetivando refletir criticamente a respeito da felicidade contemporânea no mundo do trabalho, encontramos nas RPC, uma perspectiva epistemológica, política, ética e ontológica que sintoniza com nossas preocupações e interesses e com o modelo organizacional cujos integrantes participaram ativamente na pesquisa.

Alguns desses pressupostos éticos que regulam a prática das RPC são: a) a busca da maior conscientização das pessoas quanto à realidade em que estão inseridas; b) a procura do interesse coletivo, do bem-comum; c) a atenção às necessidades, perspectivas, formas e prioridades organizativas locais e comunitárias; e d) a participação ativa e direta (PERUZZO, 1999). Por sua vez, no que diz respeito dos profissionais das RPC, precisamos trabalhar em função de duas premissas, a) “presença com responsabilização”; b) “respeito às especificidades culturais locais” (PERUZZO, 2017, p. 30). O bem-estar coletivo é uma das nossas preocupações políticas e civis. O exercício de

⁴ A Primavera Árabe é o nome dos movimentos sociais que aconteceram entre os anos 2010-2012 nos países árabes (também nomeada de Revolução Árabe).

uma cidadania participativa enfrenta grandes desafios em uma era marcada pela desinformação, o descrédito dos políticos e da política, o ressurgimento dos conservadorismos, a fragilização das instituições democráticas e o abandono do Estado. Era que, ademais, promove, como argumentado na abordagem teórica, o reinado do indivíduo todo-poderoso, de sua opinião e vontade onipotentes. Tanto nas perguntas incluídas nas entrevistas quanto no questionário perguntamos acerca das maneiras pelas quais essa relação entre o trabalhador e seus congêneres está acontecendo. Embasada na perspectiva ontológica da CC e da RPC, a dimensão participativa resulta vital à medida em que essas pessoas (e suas necessidades, interesses) são protagonistas. Conhecimento, decisões, prioridades precisam emergir das pessoas com as quais trabalhamos. O trabalho do comunicador ou comunicadora que pesquisa ou atua profissionalmente, nesse contexto, é, portanto, de mediador(a).

A participação direta que, nas cooperativas, significa uma pessoa, um voto é um tipo de participação que requer o “desenvolvimento de aptidões associativas em prol do interesse coletivo”. Peruzzo (1999). Participar começa pela escuta para chegar na negociação até arribar à construção conjunta sem pular o conflito que possa acontecer no processo. Essas inquietações se transformaram em perguntas concretas no questionário que indagou as possibilidades de as pessoas trabalhadoras construir equipes, confiarem nos colegas e priorizarem os interesses individuais ou coletivos.

A partir do olhar das RPC e da CC, as organizações criadas por pessoas, habitadas e significadas por elas, são entendidas também como espaços ao mesmo tempo de estabilidade e de constante transformação, de tensões e lutas de poder. É assumindo o conflito como parte estrutural da existência humana e, portanto, como componente também da vida organizacional e as suas práticas. A organização se define como um espaço que marca uns limites possíveis e umas potencialidades para a criação de sentidos, especialmente, através dos discursos e das práticas organizacionais.

No que diz respeito à presença com responsabilidade, ela tem várias dimensões. A organização tem responsabilidades com os trabalhadores e trabalhadoras, dimensão que está presente na discussão de Cicilia Peruzzo (2016, p. 25) sobre relações públicas comunitárias e seu exercício nas organizações do terceiro setor. Sendo outra a responsabilidade nossa, como

pesquisadores e profissionais da comunicação. Assim a proposta é exercer uma contra comunicação ou “Relações Públicas na contramão” (PERUZZO, 2016). Abandonando aproximações mais clássicas da comunicação funcionalista que governaram a comunicação organizacional por algum tempo e cujas heranças são observáveis ainda hoje em aproximações teóricas, pesquisas empíricas e práticas profissionais.

3 – Metodologia

No que diz respeito à população, com o intuito de criar um mapa da percepção de felicidade dos trabalhadores, utilizou-se o questionário⁵. Das 647 pessoas que trabalham nas quatro organizações cooperativas estudadas, 612 responderam. Na fase do processamento, se perderam cinco questionários por razões técnicas. Outras 30 pessoas não conseguiram responder porque estavam de licença. Algumas mulheres em licença-maternidade e outros trabalhadores afastados temporariamente, principalmente por acidentes de automóvel.

Na busca de conhecer os processos subjetivos e organizacionais relacionados à emoção da felicidade, se usaram também as entrevistas semiestruturadas como técnica de coleta de informação. Foram entrevistadas lideranças da organização como chefias e membros do Comitê de Educação e Bem-estar Social.

O processamento dos dados se fez em SPSS, Statistical Package for the Social Sciences. Seguiu-se o procedimento chamado parametrização pelo qual se atribuem pontuações a cada uma das opções de resposta. Com antecedência à análise dos dados das quatro cooperativas, se fez um relatório com a informação específica para cada organização.

Para a análise da informação, se criaram três perfis (baixo, intermediário e alto) para cada nível de apropriação (discursos, práticas e efeitos). Usaram-se também as frequências simples, as distribuições nos histogramas, as associações (coeficiente de Spearman) e as Tabelas de Contingência medindo o nível de significância a partir do Qui-quadrado. Finalmente, para aprofundar na análise da intensidade, apuramos se existiam diferenças na distribuição das pontuações dos perfis entre os grupos (as

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3OpKBpO>

opções de resposta das variáveis sociodemográficas: idade, sexo, nível de instrução, estado civil, anos de serviço, cooperativa). Foram aplicados os procedimentos ANOVA e Kruskal-Wallis.

4 – Discussão e interpretação dos resultados

Tanto pela quantidade de respostas, seus valores (em frequências), quanto pela informação qualitativa, afirma-se que a lógica da felicidade instrumental está presente no discurso das e dos trabalhadores que participaram da pesquisa. Das 24 perguntas usadas para avaliar a lógica da felicidade instrumental no discurso, 16 foram escolhidas pela maioria dos trabalhadores. Entende-se por maioria aquelas frequências que adquiriram pontuações iguais ou superiores a 60%.

A felicidade como direito universal, dizer-se preparado para os desafios do trabalho e definir o trabalho como divertimento ganharam sem dúvida o coração dos trabalhadores das cooperativas, pois alcançam valores superiores a 90% (99,1%, 98,9%, 91,8%, respectivamente).

Entender a superação das limitações como uma tarefa individual e afirmar que o bem felicidade está disponível de maneira igualitária para todas e todos assim como reportar uma alta autoestima e motivação, ocupam o segundo valor mais alto, alocando-se na casa do 80% (89,4% e 81,4%, respectivamente).

Mais três variáveis que concernem à realização integral, à definição como ganhadores e à felicidade como uma conquista individual atingiram 70% (entre 74% e 79%).

Para discurso, na casa dos três terços (as seis respostas se encontram entre 60% e 67%) temos: a dificuldade de lidar com as críticas; a necessidade de aprender constantemente; o trabalho como propósito de vida e vocação e a definição da felicidade como um imperativo que deve, aliás, manter-se no tempo, sendo feliz todos os dias da semana e todas as horas do dia (24/7).

Indo além da informação específica que os dados provêm, podemos afirmar que o discurso da felicidade instrumental das pessoas trabalhadoras das cooperativas, se caracteriza por: acreditar no individualismo ao pensar a felicidade e a superação das limitações no trabalho como uma responsabilidade singular, pessoal e particular. Acreditando que cada um deve aprender constantemente e afirmando um sujeito com uma alta autoestima que

fala de si como vencedor, altamente preparado para encarar os desafios do trabalho; trabalho no qual se realiza integralmente encontrando tanto seu divertimento quanto seu propósito e vocação. A felicidade, por sua vez, de modo geral nesse discurso, é um bem universal de acesso geral, um imperativo cultural que deve ser conquistado todo dia. Como afirma Seligmann-Silva (2010 apud PEREIRA et al. 2020, p. 2) “essas novas técnicas do gerenciamento e o discurso da excelência reforçam o individualismo, aumentam o cansaço e se constituem como motor central da produção de danos à saúde mental dos trabalhadores”.

Desponta assim, na maioria dos trabalhadores, o discurso da felicidade crônica (FREIRE-FILHO, 2010). Como se afirmou na abordagem teórica, a combinação dessas ideias que surgem com força nos dados são fontes potenciais do vírus meritocrático, como o chama Ehrenberg (2010). Uma tautologia contemporânea em que fazer e merecer, atrelados simploriamente à subjetividade em uma causalidade linear, acabam sendo usados como sinônimos. As opções que contestam a lógica da felicidade instrumental no discurso ainda presentes apenas em relação a quatro perguntas são aquelas variáveis que pontuam mais alto para o coletivo como colocar, nas equipes, o cerne das preocupações organizacionais e nelas alocar também a responsabilidade tanto de atingir as metas quanto de conquistar o sucesso organizacional. O mesmo acontece em relação à importância outorgada, dentro das equipes de trabalho à opinião alheia.

Outras quatro variáveis estão em tensão porque a distribuição se reparte praticamente em porcentagens iguais (ou muito próximas de 50%) de modo que não é possível afirmar nem presença nem ausência do discurso da felicidade instrumental nelas. Trata-se, como indicado, das capacidades de se lidar com a dor e a tristeza e do principal responsável pela própria satisfação e motivação laborais. Esses dados são decerto aqueles que expressam com maior clareza as tensões entre a compreensão e a construção de sentidos no mundo do trabalho, as zonas cinzentas que nem aderem à felicidade instrumental nem aos seus opostos.

Guiando-nos pelas porcentagens majoritárias, temos que a felicidade instrumental aparece nas práticas pessoais dos trabalhadores das cooperativas unicamente vinculada com a confiança. Não se evidencia a presença de práticas conectadas com volume de trabalho nem com a

necessidade de encenar o sucesso. As práticas contraculturais executadas pelos trabalhadores e trabalhadoras dizem respeito a esperar por indicações e experienciar os colegas como fontes de cooperação. No que se refere às práticas organizacionais, as cooperativas cafezeiras costarriquenhas têm conseguido fazer verbo a ideia da cooperação e executar práticas que condizem com o cumprimento dos direitos trabalhistas, boas condições de trabalho e de clima organizacional. Aparecem desafios para o modelo em relação às demandas de resiliência e aprimoramento, segundo as quais, as organizações do terceiro setor parecem estar se aproximando das lógicas imperantes da gestão da felicidade.

Por sua vez, no que diz respeito aos efeitos, a maioria não tem tido acessos de ansiedade. No entanto, bem mais pessoas do que o esperado sofrem de estresse. Tanto ele quanto a ansiedade estão altamente relacionados com o trabalho. A gravidade se confirma com o dado das pessoas que desenvolveram uma doença física como produto do estresse laboral: 20%.

Níveis de apropriação da lógica da felicidade instrumental

Resumindo, em termos da intensidade, os trabalhadores das cooperativas têm normalizado o discurso da felicidade instrumental sem diferenças entre os gêneros e progredindo com a idade, tendo particular intensidade de apropriação nos separados e decrescendo conforme aumenta o nível de instrução. Em média, o nível de apropriação do discurso varia segundo a quantidade de anos de serviço e a cooperativa.

A execução de práticas pessoais é menor (quando comparada com os outros três níveis de apropriação) e independe do gênero, estado civil, idade e tempo de serviço. Quanto maior o nível de instrução, mais práticas pessoais são executadas. É possível observar diferenças nas práticas pessoais dos trabalhadores, segundo a organização de pertencimento.

As práticas organizacionais se concentram nos perfis baixo-intermediários, não estando associadas a nenhuma das variáveis sociodemográficas e tendo diferenças na distribuição dos grupos, segundo o nível de instrução e a cooperativa. Os efeitos dependem do gênero, do estado civil, da idade, do nível de instrução e da cooperativa sendo as mulheres, os solteiros, os mais novos e os profissionais quem têm maiores consequências

na saúde emocional e física associadas à apropriação da felicidade instrumental no trabalho. Os efeitos unicamente independem dos anos de serviço. O nível de efeitos apresenta uma associação estatisticamente significativa – mas fraca – com as práticas tanto pessoais quanto organizacionais. Quando comparamos a distribuição dos trabalhadores nos perfis dos quatro níveis, em todos os casos, a apropriação/execução alta agrupa a menor quantidade de pessoas. Em outras palavras, são poucas as pessoas que têm apropriado amplamente o discurso e executam muitas práticas regidas pela lógica da felicidade instrumental. Da mesma maneira, são poucas as pessoas que estão tendo muitos efeitos na saúde física e emocional associados a tal lógica. No entanto, dos três níveis (discurso, práticas e efeitos) precisamente os efeitos concentram a proporção maior de trabalhadores nessa categoria (efeito alto).

Podemos dizer, grosso modo, que nem o tempo de serviço tampouco o gênero e o estado civil estão tendo relevância em relação aos níveis de apropriação da felicidade instrumental. E, no outro extremo, são os anos de instrução, a cooperativa e a idade, as variáveis controle mais associadas aos níveis de apropriação sendo os efeitos os mais sensíveis e dependentes dos aspectos sociodemográficos da população em estudo.

Considerações finais

Sabe-se da importância das cooperativas cafeeiras costarriquenhas há sete ou oito décadas; na democratização da terra e, posteriormente, no acesso aos equipamentos para a industrialização, processamento e comercialização do café.

Se o estudo feito no mestrado (ARAYA, 2016) permitiu compreender o fato histórico dos pequenos e meios produtores de café estar supeditados ao capital comercial e financeiro, porque na origem da produção cafeeira, essa dependência visava a aquisição dos equipamentos necessários para a industrialização do café e depois para sua comercialização e exportação. A partir desta pesquisa, passamos a compreender que, mais perto de nós, há 50 anos, objetivando sair das crises dos preços do café, absurdamente comuns na história do grão, as cooperativas costarriquenhas foram criando mecanismos alternativos de sobrevivência. Estabelecendo supermercados, armazéns com suprimentos para produção, postos de gasolina, serviços de

oficina mecânica, ferreterias e até licoreiras. Nas últimas décadas, essas estratégias se complementaram com serviços turísticos como os coffee-tours e as cafeterias. Por mais paradoxal que possa parecer, as cooperativas cafeeiras costarriquenhas encontraram, no consumo, uma estratégia de sobrevivência.

O capitalismo é um polvo rápido que encontra as maneiras de se reinventar igual àquele bichinho marinho que muda de cor, se camufla, faz nascer braços e tentáculos onde os antigos foram rasgados e encontra fissuras para se inserir.

As cooperativas em estudo lidam com a tensão organizacional resultante da contradição entre fazer parte de um contexto capitalista e neoliberal centrado na produção e uma filosofia baseada no bem-comum, entre gerar riqueza e sua distribuição solidária, entre serem organizações inseridas no mercado e serem fiéis à sua ética humanista.

Devemos considerar que o modelo está hoje triplamente ameaçado: a) pela concorrência⁶; lembremos que no quadriênio 2017-2019, os dois setores de atividade econômica nos quais participam as cooperativas (agro e comércio) diminuíram sua participação no mercado de trabalho. b) Pelas históricas e as novas crises do café; e c) pelas práticas culturais hegemônicas.

Diante dessas tensões, as cooperativas resistem com consciência e coragem seguindo a filosofia da sua forma particular de organização. Exemplos dessa resistência encontramos na decisão de não aplicar avaliações de desempenho aos trabalhadores, de oferecer condições dignas de trabalho em equipamentos, ferramentas e clima organizacional, conforme apontado. No entanto, nas complexidades da vida organizacional, parece possível afirmar que os administradores e gestoras encarnam notoriamente essa tensão, uma vez que neles a lógica da felicidade instrumental está tendo um peso particular e significativo. Eles/as carregam a contradição entre demandas de eficiência e preocupação pelas pessoas, entre autonomia e dependência. São objeto da confiança dos trabalhadores e trabalhadoras e também de sua repulsa. Estão levando trabalho para casa (seja físico ou no pensamento), ampliando assim, a

⁶ A cooperativa adquiriu novos concorrentes ao ingressar em novos âmbitos de negócio. O Administrador entrevistado comentou a forte competição que enfrentam com os mercados chineses instalados na região. Mencionou que esses mercados têm a burocracia facilitada pelo Estado, sendo também avaliados mais brandamente.

jornada e tentando o melhor investimento possível de seus talentos⁷. Parece necessário lembrar os princípios humanistas da organização cooperativa, que no caso, significam adequar o trabalho aos tempos e necessidades das pessoas trabalhadoras, especialmente, dos coletivos. Humanizar o trabalho no contexto desta pesquisa, significa operar sob as limitações, contradições, imperfeições, incertezas, medos, dores; vulnerabilidades humanas em geral.

Chamo esta recomendação de opção humanista porque prega pela valorização do ser enquanto tal, sem presumir nenhuma essência, apenas seu presente como belamente expresso por Bauman (1998, p. 45): a “liberação da formidável tarefa da autoconstrução individual, e de responsabilidade ainda mais terrível e fatigante pelos seus resultados”. O ser contemporâneo vive à espera do que pode chegar a ser e se oferece em sacrifício permanente na sua procura, argumento que talvez uma interessante inversão dessa lógica seja prezar primeiro e simplesmente pelo que somos hoje. O ideal de perfeição pode tão somente nos levar à destruição. O progresso sem fim existe exclusivamente no plano da fantasia ou da doença.

Será que podemos virar o jogo? Ao invés de adaptar o humano ao trabalho, à economia e às lógicas financeiras, poderíamos adaptá-las ao humano. Por o trabalho ao serviço da vida? Trabalhar com sentido cooperativo?

Sentido cooperativo abrange cinco aspectos: por um lado, apela à emoção; por outro, a ter significado. Uma terceira acepção diz respeito à maneira cooperativa de entender o mundo, pensar cooperativamente e a prática correlata, um afazer que deriva dessa filosofia: fazer cooperativamente; por último, sentido na dimensão de rota, de percurso, de endereço ao qual se conduzir. Fazer coletivamente para o comum com significado e afeto. A reflexão alcança, neste ponto, um nível radical. Questionemos a legitimidade da empresa (FRANÇA, 2003; EHRENBEG, 2010) recolocando os termos do debate acerca do trabalho produtivo, das suas lógicas de funcionamento, das teorias que subjazem ao seu planejamento e estabelecem práticas corriqueiras específicas que, com o passar de tempo, naturalizaram-se. “É preciso que renunciemos a essa corrida louca, por um consumo sempre maior [...], a fim de

⁷ Do latim *talentum* em alusão à balança de pesagem. Igualmente usado na Grécia, onde se referia ao peso grego, àquilo que hoje seria equivalente a uma soma de dinheiro; sendo uma moeda ática. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/talento> . Acesso em: 28 out. 2020.

evitar a destruição definitiva das condições de vida sobre a terra, mas também e principalmente para tirar a humanidade da miséria psíquica e moral” (LETOUCHE apud GAULEJAC 2017, p. 238).

As organizações, no contexto tecnológico, político e socioeconômico atual estão em condições de tomar decisões e ações com a consciência de procurar o bem-estar de seus trabalhadores e trabalhadoras; longe de todo “projeto da empresa feliz” (MATOS, 1998 apud VASCONCELOS, 2004) que objetivam o aumento da produtividade. Como observamos, esse projeto que promove a eficiência e a eficácia conseguiu se naturalizar, inclusive, no discurso dos trabalhadores das cooperativas se instaurando como pauta cultural aceita de modo generalizado.

Acreditamos que as cooperativas têm sido e podem seguir sendo um espaço organizacional que coloque, na sua prioridade, as pessoas, os coletivos, neste caso, a saúde emocional e física de seus trabalhadores e trabalhadoras. Argumenta-se que especialmente as cooperativas, pela filosofia e seus exercícios de participação democrática, podem assumir a liderança nessa mudança. Lembremos que para Huertas (2005) o desenvolvimento de formas de gestão alternativa é justamente uma das marcas distintivas deste modelo organizacional. Permitindo a construção de práticas contra-culturais na busca de alterar as relações socialmente estabelecidas com o trabalho (com as e os colegas, com a empresa) e com a felicidade especialmente quando, segundo Vasconcelos (2004, p. 4), por exagerado foco nos aspectos financeiros, o trabalho tem sido fonte de desprazer e infelicidade para milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro. Sugerir apenas uma inversão do sentido, isto é, utilizar a Comunicação como ferramenta para acionar as subjetividades dos empregados, construindo assim novas representações de felicidade que possam ir na contramão da proposta neoliberal, mas, mantendo a gestão do eu, é insuficiente.

Por tanto, apropriando a epistemologia e a ontologia das Relações Públicas Comunitárias e em geral da Comunicação Comunitária (trazendo de volta seu sentido político originário), a proposta é criar com os trabalhadores e com as trabalhadoras uma reflexão sobre a compreensão da felicidade hoje. Reflexão no sentido de “tomada de consciência” e de “gerar uma discussão” como expresso por Mario Kaplún (apud PERUZZO, 2009). Pensar sobre seus múltiplos determinantes históricos, os imperativos culturais aos que

adscrevemos, quanto eles nos informam e especialmente sobre como e quanto são contrários à lógica cooperativa. E a partir dessas reflexões, abri espaço para criar junto (em coletivo, em comum) novas formas de se pensar o ser feliz no trabalho. Trabalhando ativamente na desconstrução da lógica instrumental da felicidade. Proponho que essa reflexão tenha como centro a dignidade dos trabalhadores, dimensão tipicamente esquecida nas empresas de capital e até na pesquisa sobre felicidade no trabalho.

Concorda-se com Desirée Rabelo (2007, p. 123) quando afirma que criar comunidade pressupõe “o autoconhecimento, o encontro e o respeito do outro e a leitura crítica da realidade para a construção de propostas coletivas em prol de mudanças”. Deste modo, para materializar a opção humanista, recomendamos estratégias de deseducação e reeducação que permitam pensar, analisar, identificar as maneiras que os trabalhadores e trabalhadoras têm de se relacionar com eles próprios e com os outros. Reeducar o narcísico, o egoísta, o individualista, identificando e fortalecendo ideias e práticas de cooperação e de confiança. Aproveitando a potencialidade que para esses dois princípios indicam os dados e assumindo que, nas palavras de Florestan Fernandes, trazidas por Kunsch (2007, p. 70): “numa comunidade se procura chegar a uma “compreensão” em torno de sentimentos comuns”.

Propomos, assim, que uma reeducação da emocionalidade é necessária, no entanto, ela não pode ser feita recorrendo ao mesmo estratagema que criticamos, não pode ser outra gestão do eu imposta com um caderno de receitas desde fora. O Emotional turn tem criado uma série de verdades em relação à vida emocional que tem consequências problemáticas para o psiquismo contemporâneo e suas possibilidades de relacionamento com os congêneres. Precisamos ressignificar as emoções, parar de pensá-las como primitivas (AHMED, 2015) ou negativas. Transformar a cultura terapêutica (ILLOUZ, 2011) em uma cultura coletivista mais próxima da responsabilidade e menos da vítima, uma cultura do comum, menos do autocuidado e mais do cuidado dos outros.

Os rituais para potencializar os encontros podem ser uma via. Mas, além dos encontros, é necessário o desenvolvimento de uma série de destrezas e habilidades que são contraculturais, como a aceitação das críticas e o reconhecimento da humana vulnerabilidade, a educação para valorizar o outro, aceitando sua diferença, conseguindo estabelecer, minimamente, a

escuta e o diálogo. Reiteramos: a proposta é que esses processos de reeducação sejam feitos em função e a partir das próprias reflexões, ideias e caminhos definidos pelas trabalhadoras e trabalhadores, procurando criar novas maneiras de entender e conceituar o trabalhador feliz e autorrealizado e ferramentas práticas para sua transformação na vida cotidiana das organizações cafeeiras.

Existem potencialidades que podem ser aproveitadas nessa tarefa que aspira à construção de uma comunidade, como as pontuações obtidas para pertencimento e cooperação, nas palavras de Peruzzo (2009, p. 57) “A comunidade se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros”. Considero que as cooperativas, por sua filosofia, são um espaço propício para se refletir, criticar e desconstruir o individualismo imperante que tem nos colocado e pode nos levar a novas catástrofes ambientais e políticas, tais como: o ressurgimento dos conservadorismos e das intolerâncias; assim comprovado na vida sociopolítica da América Latina dos últimos anos⁸.

A partir do referencial teórico e da experiência, parece possível afirmar que nem a autoajuda nem as capacitações isoladas e esporádicas conseguem fazer mudanças radicais arraigadas em reflexões aprofundadas. Se o mercado tem nos incivilizado para a concorrência, por que não adotar uma reflexão-educação para a solidariedade?

Se, para Levinas, na leitura de Bauman, o âmbito macroético da responsabilidade moral do cuidado pelo outro é a justiça, para mim é a solidariedade; importar-se com o outro pelas suas condições, necessidades, esperanças, dores e alegrias.

Ao pensar a Gestão como doença social, Vincent de Gaulejac (2017, p. 289) afirma que a cura não é simples e propõe a homeopatia como estratégia porque é “um remédio suave, com paciência e delicadeza, cuja eficácia não é comprovada de uma vez por todas e que exige grande implicação do próprio indivíduo para produzir efeitos”. Afirmamos, neste artigo, que a deseducação da felicidade instrumental ou, dito mais radicalmente, o ensino da infelicidade é necessário e urgente, mas que só pode ser acolhido em pequenas doses.

⁸ Recomenda-se o artigo de Antonio Ozáí da Silva, de 2010: “O pensamento conservador”.

De alguma maneira, parece hoje muito mais saudável ressignificar a ideia de São Tomás de Aquino aceitando uma felicidade imperfeita justamente pelo fato de ser humana. Como comentado, a perfeição levada ad infinitum é lesiva da psique individual e danosa do laço social porque supõe a procura de um ideal que se atualiza sempre. A aceitação da humana condição em suas características poderia ser uma porta de entrada para reconciliar o sujeito com seu ser atual esquecendo a potencialidade. Se os renascentistas do século XV entenderam as emoções como doenças passíveis de cura, nas primeiras décadas deste século XXI, a doença parece residir na maneira como definimos e procuramos a felicidade e em como trabalhamos no mundo a partir dela.

Embora se pondere que as emoções são educáveis (na medida em que pensamento, emoção e ação estão articuladas) trazendo de novo o saber da psicanálise, afirma-se que a transformação delas não é simples tampouco fácil. Nussbaum (2006) concorda nesse aspecto quando assevera que não há:

razões para acreditar que seja fácil fazer essa mudança. As crenças aprendidas durante os primeiros anos da vida, viram hábitos profundos e desaprendê-las precisa um esforço paciente de atenção e autotransformação. Cada vez que olhamos o objeto, segundo o antigo modo errado⁹, teremos que trabalhar para mudar a nossa percepção e trocá-la por uma diferente (NUSSBAUM, 2006, p. 50, tradução nossa).

Junto à filósofa estadunidense, aceitamos a dificuldade da transformação e se afirma a atenção consciente como pré-requisito para ela e o esforço paciente para sua mudança progressiva com as curas homeopáticas indicadas. A consciência permite, em certa medida, que a nossa reação possa não ser automática (nem sempre, nem necessariamente automática). Tanto a atenção quanto o esforço e especialmente a paciência são processos contraculturais. Reitera-se, no entanto, que essa recomendação não aspira nem a purezas nem a absolutos, sabendo que temos um nível da nossa vida e, portanto, da nossa vida emocional que sempre escapará à nossa consciência e à nossa possibilidade de mudança estrutural. A proposta de apoiar e fortalecer o comum, o coletivo, não é ingênua e aceita a advertência feita por Bauman (1998, p. 46), segundo o qual, deveremos permanecer precavidos

⁹ Parece necessário olhar com cautela para essa ideia de “modo errado”.

para que a criação do comum como saída da exploração subjetivista não acabe se transformando em uma nova forma de opressão ou “desapoderamento”.

Quiçá, nesse processo, seja útil lembrar “que o transe existencial humano é incuravelmente ambivalente, que o bem está sempre combinado ao mal, que é impossível traçar com segurança a linha entre a dose benigna e a venenosa de um remédio para as nossas imperfeições.” (BAUMAN, 1998, p. 104).

Referências

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ Catherine A. Emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: HARDING Jennifer; PRIBRAM Deidne (Org.). **Emotions: A cultural studies reader**. New York: Routledge, 2009.

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. Universidad Autónoma de México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

ARAYA, Lisbeth J. **Cooperativas cafetaleras costarricenses: características de la comunicación con sus asociados y asociadas**. 2016. Tesis de Maestría (Posgrado en Comunicación y Desarrollo) – UCR.

ARIZAGA, Cecilia. **Sociología de la felicidad: autenticidad, bienestar y management del yo**. Buenos Aires: Biblos, 2017.

BAKKER, Bruna. **Trabalhando para si: Felicidade e capital humano no cinema dos anos 2000**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BIRMAN, Joel. **Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade**. In: FREIRE FILHO, João. **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo de felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: Da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Idéias & Letras. 2010.

ENRÍQUEZ, R.; Rocío; LÓPEZ., S. Oliva (Coord.). **Masculinidades, famílias y comunidades afectivas**. México: ITESO-UNAM, 2018.

FONTENELLE A. Isleide. O discurso midiático sobre a responsabilidade do consumidor: Vida saudável como objeto de investimento. In: FREIRE FILHO, João; PINTO COELHO, Maria das Graças (Org.). **A promoção do capital humano**: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto de C. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP**. Rio de Janeiro, v. 37, n.1, p. 11-31, 2003.

FREIRE FILHO, João. Fazendo pessoas felizes: o poder moral dos relatos midiáticos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 19., 2010a, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2010a.

FREIRE FILHO, João. **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo de felicidade. Rio de Janeiro: FGV, 2010b.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. In: Anais do 25º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 25., 2016, Goiânia. **Anais [...]** Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3OFFW2G>>. Acesso em: 08 set. 2017.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras. 2017.

HUERTAS, Olga H. La participación en una cooperativa rural de ahorro y crédito: un análisis desde la cultura organizacional. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 55, p. 97-121, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3u3I9OP>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KAPLÚN, Gabriel. Lo emergente y lo resistente en la comunicación Organizacional. **Diálogos de la Comunicación**, FELAFACS, n. 83, enero-marzo, p. 1-23, 2012.

KUNSCH, Margarida. Comunicação organizacional na era digital: contextos, percursos e possibilidades. **Revista Signo y Pensamiento**, Pontificia Universidad Javeriana, v. XXVI, n. 51, jul.-dic., p. 38-51, 2007.

KUNSCH, Margarida.; KUNSCH, W. Luiz. **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2014.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção da subjetividade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In: **Ensaio de Sociologia**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MAZETTI, Henrique M. *As marcas da felicidade*: transformações do bem viver na publicidade brasileira (1960-2010). 2014. 247 fl. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MCMAHON, Darrin M. **Felicidade**: uma história. São Paulo: Globo, 2007.

NUSSBAUM, Martha C. **El ocultamiento de lo humano**: Repugnancia, vergüenza y ley. Buenos Aires: Katz Editores, 2006.

PELÁEZ R., Diana Carolina. **Comunidades emocionales**: afectividades y acción colectiva en organizaciones sociales comunitarias de base en Bogotá. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios – UNIMINUTO, 2020.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Relaciones Públicas y Cambio Social. **Revista CHASQUI**, v. 46, p. 111-114, 1993.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista ECO-Pos**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61. maio-ago. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/39UG4g0>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no Terceiro Setor: perspectiva alternativa. **Revista FAMECOS** (Online). Revista do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 20, n.1 p. 89-107, 2013a. Disponível em: <<https://bit.ly/3ymufZy>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. contemporânea. **Revista Comunicação e Cultura**, v. 11, n. 01, p. 138-158. jan.-abril 2013b. Disponível em: <<https://bit.ly/3R2gxlZ>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PERUZZO, Cíclia. M. K. **Relações Públicas no modo de produção capitalista**. 5ed. São Paulo: Summus. 2016.

RABELO, Desirée. Comunicação Comunitária se aprende na escola? Relatos de uma aprendiz In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2007.

REZENDE, Claudia e COELHO Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SALGADO, Julia. **Entre solitários e solidários: o empreendedor nos discursos da Folha de S. Paulo (1972-2011)**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALIM, Ana. **A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)**. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação. 2020.

VASCONCELOS, F. Anselmo. Felicidade no ambiente de trabalho: Exame e proposição de algumas variáveis críticas. **REAd Revista Eletrônica de Administração**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 10, n.1, p. 1-18, 2004.

VAZ, Paulo. **Corpo e Risco**. Fórum Media, Viseu, v.1, n.1, p.101-111, 1999.

VAZ, Paulo. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, João. **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo de felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VAZ, Paulo; PORTUGAL, Daniel. A felicidade segundo a razão farmacêutica: subjetividade, tecnologia e consumo de medicamentos na cultura contemporânea. In: GOULART, Ana Paula; FREIRE FILHO, João; HERSCHMAM, Micael (Org.). **Entretenimento, Felicidade e Memória: forças moventes do contemporâneo**. Guararema; São Paulo: Anadarco, 2013.

VOLOTÃO, Amanda. **O modo Coca-Cola de ser feliz: ideais de bem viver nas campanhas publicitárias dos anos 1960 e 2000**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Capítulo 23 – Cidades e emancipações nas autobiografias de Mahatma Gandhi, Luther King Jr. e Nelson Mandela*

Ingrid Gomes Bassi

Introdução

Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos, convocou os estadunidenses, em seu discurso de encerramento de mandato, a compartilharem outras opiniões, as quais sejam diferentes e, até mesmo, antagônicas. “A política é uma batalha de ideias; ao longo de um debate sadio, priorizamos metas diferentes e meios distintos de alcançá-las” (OBAMA, 2017). A escolha em observar a vida sob o prisma dos interlocutores, como sujeitos ativos e dialógicos, é uma maneira necessária para pensar os conflitos de opinião e fundamentalismos emergentes¹. Soma-se à declaração de Obama outro dado atual, advindo da pesquisa sobre discursos de ódio e xenofobia desenvolvida pela Anistia Internacional em seu relatório anual. No texto, verifica-se o aumento de comportamentos sociais incentivadores da retórica do ódio dificultando a cultura por direitos humanos em todo o mundo, causando a expectativa negativa de populações mais divididas e de territórios mais perigosos para se viver (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017).

Contudo, voltar-se para as narrativas de Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela constitui-se tentativa em refletir como esses ativistas negociaram os conflitos de forma construtiva e propuseram historicidade alternativa. Logo, o objetivo principal deste paper é investigar nas obras autobiográficas de Gandhi, Luther King Jr. e Mandela as propostas de emancipação cidadã a partir das suas experiências do viver coletivo cooperativo.

* O presente artigo apresenta os resultados simplificados de pesquisa de pós-doutorado em Processos Comunicacionais ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, na Universidade Metodista de São Paulo, sob supervisão da pesquisadora Círcia M. Krohling Peruzzo.

¹ Obama (2017) identificou a polarização social em categorizar tudo e todos, num processo que beira ao “natural e inevitável” como uma emblemática ameaça ao sistema democrático, e, assim, para o fortalecimento da política democrática salienta o acolhimento ao contrário.

1 – Metodologia de pesquisa

Para a presente pesquisa utilizou-se a hermenêutica de profundidade (HP) desenvolvida por Thompson (2011) na obra “Ideologia e Cultura Moderna”. No capítulo sobre a HP, Thompson (2011) propõe a importância da recuperação social das formas simbólicas e suas características estruturais, além da apropriação, quando oportuno, de outros métodos inter-relacionais à HP, primando pela eficiência dos resultados do estudo. Thompson (2011) explica que as formas simbólicas são “[...] construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas” (THOMPSON, 2011, p.357). Nesse sentido, uniu-se para esta pesquisa a HP com a Análise de Conteúdo – AC (KRIPPENDORFF, 1990; FONSECA JÚNIOR, 2015), no objetivo de sistematizar metodologias à organização das análises e interpretações criteriosas.

Thompson (2011) define três procedimentos principais para a aplicação da HP. A análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação. No primeiro passo, o pesquisador compreende as formas simbólicas como itens produzidos, transmitidos e recebidos em condições históricas e sociais específicas. Portanto, o objetivo principal desta análise “[...] é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p.366).

Para a análise formal, elegeram-se a AC como proposta metodológica a ser inter-relacionada junto à HP, utilizando a análise-conceito (FONSECA JÚNIOR, 2015, p.298). Para esta investigação, identificou-se nas experiências autobiografadas pelos autores Gandhi, Luther King Jr. e Mandela, delimitar, compor e apreender temáticas específicas.

O estudo de Thompson (2011, p.374) descreve que: “Ao estudar a estrutura narrativa, podemos procurar identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa particular, ou elucidar seu papel na narração da história”. Nesse sentido, verificaram-se nas pré-análises das autobiografias temáticas em comum e significativas na interdisciplinaridade com a cidadania.

No decorrer do método, além de ser produzida a pré-análise dos dados, o entendimento do contexto, as conexões com a realidade de que se fala e de quem analisa, é importante definir a sistematização da análise do conteúdo, a

que envolve operações de codificação em função de regras previamente formuladas (KRIPPENDORFF, 1990, p.43).

Nas definições de regras da AC, ressalta-se para o presente artigo explicar: o corpus como as três autobiografias; as unidades de registro – são partes importantes de uma unidade de amostragem – como as narrativas e experiências de vida dos autores que dialogam com a cidadania. A partir dessa lógica de codificação foram determinadas as categorias de análise (FONSECA JÚNIOR, 2015, p.294-295).

Diante da densidade de dados do corpus de pesquisa, elegeram-se categorias-conceitos, em que pelas narrativas voltadas à cidadania, o analista identifica conceitos-chave seguindo as características de produtividade, pertinência, exclusão mútua, homogeneidade e objetividade (FONSECA JÚNIOR, 2015, p.298), além da repetição dos temas-conceitos em cada experiência narrada nas autobiografias.

Logo, como parte do processo de classificação definiram-se as seguintes categorias de análise: 1) “ser”²: amor define-se como ser ativo e aquele capaz de ampliar as vidas relacionadas a partir de suas próprias qualidades (FROMM, 1956; 1976); 2) transutilitário: conceitua-se como qualidade e habilidade humana de transcender as fronteiras fisiológicas e estruturais da vida cotidiana, no intuito de gerar esperança e construir propostas alternativas de utilidade humanizada (FROMM, 1977); 3) prática da não violência: são filosofias, teorias, ferramentas e formas de ação baseadas em comportamentos sociais pacíficos, porém são aparatos de luta e reivindicação para grupos de variadas amplitudes (MULLER, 2007); 4) dialogia: apresenta-se a importância da troca no ouvir o outro, focando no olhar do interlocutor afim de gerar mais conhecimento recíproco, e, cooperação sobre as questões levantadas no conflito ou na discussão (SENNETT, 2012; RESTREPO, 1998); 5) direitos à comunicação: como característica atual importante para potencializar, democraticamente, a busca dos demais direitos (PERUZZO, 2009) e 6) direitos humanos: como proposta cultural de incorporar todos os direitos e suas dimensões a partir de uma

² O “ser” entre aspas relaciona-se à ideia de Fromm (1957) do ser humano apenas desenvolver o estado de ser amor quando caracterizado ao olhar do modo ser, diferente da visão do modo ter. Na teoria, Fromm (1957) explica o modo ter como aquele limitador das esferas dos sentidos mais amplos e construtivos do ser amor.

ressignificação popular e democrática, na intenção de somar as práticas cidadãs libertadoras (GALLARDO, 2014; BOBBIO, 2004; MARSHALL, 1967). Delimitada a AC como método da análise formal da HP, retoma-se à interpretação, como último passo da HP. Thompson (2011) apresenta a interpretação como o momento do método de explicar interpretando sobre o que é dito e representado, fazendo justiça aos construtos situados social e historicamente dos objetos em análise. Como primeiro procedimento sócio-histórico (THOMPSON, 2011, p.366) recuperam-se brevemente as histórias contadas nas autobiografias.

2 – Autobiografias

2.1 – Gandhi, a busca por transcendência

Mohandas Karamchand Gandhi escreveu o livro “Minha vida e minhas experiências com a verdade” (2014) por volta de 1927, contando com 436 páginas. Gandhi descreve, brevemente, na primeira parte, a respeito do seu ambiente familiar, do sentimento de tristeza de ter se casado ainda na idade infantil, da dificuldade da família com a morte do pai, dos seus estudos para se formar em advogado no estrangeiro, da familiaridade com o vegetarianismo, do aprendizado na Inglaterra, e da própria desconfiança ao exercer a profissão de advogado quando retorna à Índia.

No segundo momento do livro, Gandhi comenta como foi atuar no seu primeiro processo jurídico, conta sobre sua viagem à África do Sul a trabalho. Narra as descobertas do tratamento desumano em que vivência na África com as pessoas de “cor”, das desigualdades nos navios e no transporte terrestre. Explica que teve seu encontro com a profissão, a de mediar conflitos. Problematisa a respeito da sua timidez em atos públicos e ressalta suas habilidades em entender o outro, inclusive outras religiosidades. Ao continuar, na terceira parte, explica brevemente sobre sua estada na Índia. Depois ao retornar à África, em Natal, dá andamento político ao Congresso, formado pela comunidade de indianos e outros colaboradores, tendo como objetivo promover a liberdade de ação aos indianos no país. Nesse momento narra sobre sua necessidade de potencializar a autopurificação, por meio do voto de viver a brahmacharya, em sânscrito, uma vida celibatária e de disciplina. Descreve sua participação ativa como membro da enfermagem, no grupo de

apoio, para a guerra dos bôeres junto à causa britânica. No retorno da guerra, articula procedimentos para a reforma sanitária e para a campanha contra a fome, com colaboração do Congresso. Novamente na Índia, trabalha com advogados para compreender as novas estruturas do Congresso e Parlamento indiano e volta a Natal.

Na quarta parte traz suas experiências em Natal, quando colabora com um grupo de indianos novamente no setor de enfermagem na “rebelião” zulu, ajudando os feridos zulus. Aprofundou-se nos ensinamentos e práticas da dieta alimentar baseada em vegetais. Explica sua aproximação na espiritualidade. Forma com colaboradores uma comunidade à luz do satyagraha (a firmeza na verdade, na luta por direitos justos), a ashram (em sânscrito “comunidade”). Estuda e experimenta tratamentos médicos de hidroterapia e dieta alimentar.

No final da obra, retorna à Índia e começa a peregrinar no interior do país, conversa com comunidades locais sobre mazelas de vida dos indianos, cria propostas comunitárias para resolver situações conflituosas, experimenta o saber das vidas distantes, das aldeias mais humildes e afirma o quanto foi importante sua “firmeza na verdade”, dos seus sacrifícios humanitários e no seu ideal de humano. Por fim, colabora na popularização do Congresso indiano nas aldeias, irrita as autoridades britânicas e vê o indiano se indignar e agir sem medo em busca da sua liberdade e respeito. Ao finalizar a autobiografia, traz a história das reivindicações dos tecelões por matéria-prima.

2.2 – Luther King Jr.: ativismo não violento

O livro “A autobiografia de Martin Luther King” é uma coletânea do material narrado por Martin Luther King Júnior, realizada pelo historiador Clayborne Carson, de 2014. A obra de 464 páginas traz o trajeto de Luther King Jr. como ativista e um dos autores principais de muitos protestos históricos nos Estados Unidos. Luther King Jr. protagonizou reivindicação dos negros ocuparem de forma igualitária os recintos e espaços públicos, além do direito ao voto e outras marchas expressivas. Na história ocidental, deixou também a possibilidade da prática de protestar a partir da não violência.

O livro apresenta 32 capítulos. No início há a recuperação autobiográfica de sua infância e da sua herança cultural familiar. Também é descrito o confronto inicial de Luther King Jr. com a desigualdade social e o

sistema segregacionista. Pontua-se a união com a musicista Coretta, e o alinhamento teórico de protestar à luz da não violência, baseado nas obras de Mahatma Gandhi. Nesse começo também contextualiza Luther King Jr. como decidido a ser pastor e continuar estudando sobre a teologia social. Finaliza esses capítulos com a ida de Luther King Jr. para Montgomery, para servir na Igreja Batista, da Avenida Dexter.

A inspiração dos protestos, com Rosa Parks, ousando desrespeitar as leis segregacionistas, ao sentar no assento específico para branco, marca o capítulo oito em diante. Luther King Jr. expõe sobre a trajetória de Parks até aos protestos locais de enfrentamento coletivo, com os políticos em Montgomery, contra as leis segregacionistas de assentos nos ônibus. Luther King Jr. protagoniza as manifestações a favor de Parks e une-se a Associação para o Progresso de Montgomery, como membro de chefia, na articulação dos protestos. O capítulo treze define-se a estratégia formativa do protesto não violento; ensinado por Gandhi, parte-se da lógica de envergonhar o oponente usando o protesto da não violência. Os sujeitos à frente dos protestos apresentavam reivindicações pontuais, também se organizavam coletivamente para saírem às ruas em número significativo, além de terem colaboração participativa de grupos formados por brancos. Luther King Jr. descreve a prática da não violência: ao manifestante cabia receber os xingamentos, abusos, maus-tratos, socos, chutes, cicatrizes e assassinatos sem retornar violentamente. Portanto, na prática dos protestos a maioria dos manifestantes conseguiam resistir pacificamente, mas resistiam, só que faziam uso da não violência como norte de defesa. Para Luther King Jr. esse cenário demarcava as violências praticadas por policiais, políticas e governo, e pelos outros grupos claramente segregacionistas.

Do capítulo quatorze para frente, a autobiografia expõe sobre os protestos e as manifestações contrárias à segregação. Explora Luther King Jr., como mediador e colaborador entre as instituições religiosas e privadas, para que elas incentivem as reivindicações, em especial, pagando as fianças de milhares de ativistas presos no país, por participarem das marchas de protestos. Narra a formação de movimentos extra cidade e região sul, nos protestos por direitos e liberdade, tal como a marcha sobre Washington e a campanha de Chicago. Na finalização da autobiografia, Luther King Jr. narra seu protagonismo contra a posição do governo de levar soldados americanos

à guerra do Vietnã. Justifica sobre seu entendimento a respeito da expressão “poder negro”, identificando inicialmente problemas de característica linguística e política. Finaliza a obra trazendo imaginações futurísticas, afirmando a existência do momento em que o negro será incluído, entretanto não se observa nessa projeção.

2.3 – Mandela: do direito à vida

No livro “Nelson Mandela, Longa Caminhada até a liberdade” (2012) impresso em 1994, dividido em onze partes, apresenta 776 páginas. Nelson Rolihlahla Mandela narra a maior parte da autobiografia no presídio em Ilha Robben, na África do Sul, com a colaboração dos membros mais antigos do partido Congresso Nacional Africano (CNA). Entretanto, alguns capítulos posteriores à época do presídio, são detalhados após a sua eleição e fim do regime do apartheid no país.

No início da obra descreve a infância e o ambiente rural que cresceu. Apona a morte do pai como o momento desafiador e narra a chance de recomeçar a vida em outras relações de afeto no Grande Local, com a educação do regente e sua família.

No segundo e terceiro momentos expõe como fugiu para a capital, Johannesburgo, com o companheiro, Justice, filho do regente. Descreve também as experiências de moradia, em cômodos pequenos, até chegar ao assentamento popular de Alexandra. Conta sobre iniciar na política, participando do CNA, além de mencionar sobre os trabalhos e experiência em advogar e mediar. Contextualiza a história do país, identifica o cenário segregado e desumano dos trabalhos, cotidiano, transporte e a vida de forma geral dos negros.

No quarto, quinto, sexto e sétimo capítulos define sua vida se resumir a luta por direitos humanos na África do Sul, esclarece a respeito das escolhas que fez em optar pelo recurso da não violência, ao realizar a desobediência civil e não cooperação ao regime do apartheid, e mais à frente na narrativa, pontua a sabotagem e a luta de guerrilha como propostas assertivas contra o governo instalado aos sul-africanos. Justifica essas experiências, em parte, pelo governo decretar Lei Marcial e restringir de forma significativa a sobrevivência de qualquer partido político que vá contra o Nacionalismo do regime do apartheid, do presidente Malan. Ainda, no decorrer desses capítulos

fala de cada preparação de defesa, argumentos, declarações, cenários e julgamentos, visto que se criou uma atmosfera popular de protestos e manifestações. No oitavo momento expõe a sua vivência no presídio, na Ilha de Robben. Descreve a rotina como preso político, o trabalho pesado, o quebrar pedras, a comida à base de milho, a dificuldade de contato com os guardas para as diversas reivindicações. No nono e décimo capítulo comenta sobre as ressignificações afetivas que a Ilha lhe proporcionou. Descreve que em razão de algumas reivindicações constantes conseguiram melhorar dificuldades da prisão. Também pontua que sua atuação como advogado, mesmo clandestino, contribuiu com vários presos que não teriam defesa. Expõe a colaboração política do CNA na prisão, explica como se organizavam, pautavam e decidiam de forma coletiva.

Na parte final narra a negociação com o então presidente da África do Sul, Klerk, sobre o fim do regime do apartheid, e o desmantelamento de várias leis segregacionistas. Expõe como ocorreu o processo de constituição da assembleia nacional, eleita por voto popular, para a ocupação de cargos no governo sul-africano. Descreve a eleição. Fala o discurso que pronunciou, como presidente da África do Sul, e na última parte reflete experiências pessoais sobre bondade, medo, amor e liberdade.

3 – Resultados & Discussão

A partir da descrição sócio-histórica e das definições da AC delimitadas nesta pesquisa, avança-se para as interpretações e reinterpretações. Seguindo a ordem de apresentação das autobiografias.

Mahatma Gandhi formou com amigos e colaboradores um espaço de discussão, em razão da sociedade em Natal – África do Sul – praticar preconceito cultural com os trabalhadores indianos que vinham para à cidade em contratos informais, que de funcionários os contratantes atribuíam aos indianos características de servidão, além das agressões e violências físicas. Chamado de Congresso, a esfera de informação e protesto, proporcionava atmosfera reivindicatória tanto em Natal como para a região, em 1894 (GANDHI, 2014, p.140). Nos episódios destas narrativas sobre a formação do Congresso, visualizam-se as categorias-conceito de direitos à comunicação e direitos humanos. A comunicação compartilhada (PERUZZO, 2013) no Congresso interviu na desconstrução representada pelos próprios indianos

sobre eles, bem como se ampliou suas construções a respeito dos direitos ao trabalho, à saúde e acesso a bens como os de patrimônio histórico e cultural (BOBBIO, 2004; GALLARDO, 2014).

Gandhi traz as reivindicações dos direitos humanos, do direito à comunicação e do conceito de satyagraha, na amplitude do direito à ser (FROMM, 1956; 1976; 1977). Para Gandhi, portanto, a luta cidadã ao passo que é um direito do indivíduo enquanto formas de ser e agir, também se relaciona a esse cumprimento do ser, para que as reivindicações cotidianas se desdobrem em características voltadas à cidadania de fato.

O direito a ser em Gandhi inclui a racionalidade da não violência, ou seja, ao indivíduo cabe o direito de representar-se no mundo de forma a desprezar qualquer forma de violência. Para o filósofo Muller (2007, p.197), Gandhi ao trazer exigência ética da não violência “[...] consolida a humanidade do homem, como também na experimentação da estratégia de ação não-violenta, que permite a resolução pacífica dos conflitos”. Provoca remetendo às práticas de Gandhi respostas empíricas do poder humano de formular por si próprio resoluções das problemáticas essenciais, as quais se relacionam ao sentido da existência e da própria história (MULLER, 2007, p.198). A opção pela não violência (MULLER, 2007) do ser em Gandhi liga o indivíduo a outros direitos relacionados, em especial à ternura e ao amor. O amor conceitua-se como estado evoluído do conflito sócio-histórico da humanidade (FROMM, 1976, p.60), representa-se também como uma atividade criadora, e seu papel é ampliar a vida. A ternura conceitua-se como negativa constante da violência, desde a íntima como a relacionada ao externo. Esse entendimento coloca a presença do outro como indispensável para a conquista das ações à base de ternura (RESTREPO, 1998, p.79). A partir dessa proposta sobre ternura, o ser humano desloca sua condição de cidadão desarmado e impotente para fortalecer-se do não comprometimento do “negócio da morte” (RESTREPO, 1998, p.81).

Reconhecido o direito de ser, ternura e amor, a cidadania em Gandhi age como plataforma, conecta os direitos, depois os expressa; assim, corrobora na manifestação da ahimsa, em sânscrito, a não violência a todos os seres. A partir do norte da ahimsa, as categorias-conceito de dialogia (SENNETT, 2012; RESTREPO, 1998), do ser transutilitário (FROMM, 1977) e do ser amor (FROMM, 1956; 1976) são identificadas nas narrativas de Gandhi

quando retorna para o interior da Índia, ao deparar-se com privações locais, em especial com o detalhamento das condições de abuso e injustiças que sequencialmente os agricultores de anil, na região de Champaran – ao norte da Índia –, eram submetidos pelos proprietários das terras que arrendavam. Ao intermediar a situação, por volta de 1917, Gandhi permanece na localidade por aproximadamente dois anos, ouvindo mais de cem camponeses, em conjunto com autoridades policiais, e identificando que o problema transcendia a produção de anil e outros impostos abusivos, também envolviam falta de infraestrutura de saneamento básico, educação, autoestima e perspectiva de vida para as famílias (GANDHI, 2014, p.356-8).

Como resultado histórico, o sistema abusivo de produção e arrendamento foi abolido por lei, assim como os impostos ilegais foram indicados para serem ressarcidos aos camponeses. E assim, o Projeto de Lei Agrária foi aprovado e com valor social para a região dos camponeses e suas famílias (GANDHI, 2014, p.363-4).

Para tanto, em Gandhi, o estudo para a cidadania plena compete ao ser humano buscar-se agir de forma ética consigo, num processo anterior à própria reivindicação e luta coletiva. No intuito de anteceder e preparar o processo dialógico com o outro. A não violência em Gandhi permitiu essa observação, porque não ser violento com o outro é necessário para não ser violento consigo. O caminho da luta cidadã sob à luz da não violência prospecta ideologias de percurso histórico diferentes. Nesse sentido, a cidadania inclui o direito à ternura e o amor, e a mudança paradigmática da não violência.

Para Muller (2007), a ideologia da violência instrumentaliza o homem. A tônica para uma cultura da não violência seria a reversão desse processo ideológico de aplaudir e heroizar a violência. “A questão que se apresenta hoje ao homem racional é saber se não seria possível inventar uma outra história experimentando uma outra técnica de ação sem ser a da violência” (MULLER, 2007, p.244), na procura de apoderar esse homem de sua humanidade e valor.

Outro exemplo que remete a categoria-conceito da prática da não violência, é a conciliação entre tecelões e proprietários de fábricas em Ahmedabad, sobre ajuste salarial e condições de trabalho (GANDHI, 2014, p.364-371). Gandhi propôs organizar ações coletivas de não cooperação entre

os operários, assim como formar a ashram à luz da prática da não violência (MULLER, 2007), realizando propostas que solidificaram a irmandade humana em comunidade, num ambiente de cooperação, a partir da aproximação das diferenças entre as relações sociais existentes. A busca por esse valor humano nas relações sociais também fez parte da ideia de direitos humanos nas experiências de luta contra a segregação racial e desigualdade social na autobiografia de Martin Luther King Jr.

Luther King Jr. apropriou-se da prática da não violência (MULLER, 2007), categoria-conceito, de Gandhi para a construção de sua prática cidadã, bem como teve o cuidado em incluir aquele outro, vítima do sistema de segregação além do negro, ou seja, a população branca.

No contexto histórico dos boicotes de ônibus segregados, até o momento em que a lei percesse e não tivesse mais divisão no transporte, na cidade de Montgomery, no sul dos EUA, transformou-se em “ato popular de não cooperação” (LUTHER KING JR., 2014, p.73-5), os manifestantes iam para suas atividades cotidianas na caminhada e via carona. Esse protesto durou 381 dias, até 1956, quando a Suprema Corte dos EUA declarou inconstitucionais as leis segregacionistas nos ônibus. Segundo Luther King Jr. foi essencial esse movimento ter se organizado a partir da tutela do amor (LUTHER KING JR., 2014, p.152).

Os ideais vividos de ser amor e transutilitário (FROMM, 1956; 1976; 1977), categorias-conceito, configuraram à Luther King Jr. lutar pelos direitos da sociedade negra, manifestando-se não violentamente, ou seja, não cooperando com o sistema discriminatório nos ônibus, depois nas escolas e demais locais públicos. A configuração posterior do movimento corroborou na reivindicação por igualdade social e pelo direito ao voto.

Esse processo de luta por direitos em que o outro se insere numa proposta assertiva para a unidade, promove a dialogia (SENNETT, 2012; RESTREPO, 1998), categoria-conceito, e a alteridade ao componente da cidadania.

O conceito de alteridade abarca o respeito ao diferente na prospecção de sua diversidade ser contemplada (ARRUDA, 2002) e dialogia como a troca de saberes e experiências na busca de uma resolução em comum, acordada e bem-sucedida, a partir de um diálogo em que impere equidade entre as partes (SENNETT, 2012). Nesse processo, valoriza-se a negociação de diferenças

(ARRUDA, 2002, p.41). Um dos maiores entraves para essa negociação veio da própria cultura ocidental reforçar a ação unilateral do analfabetismo emocional reduzindo a segundo plano à racionalidade humana o direito e a alternativa do afeto (RESTREPO, 1998, p.87). Ao mesmo tempo proporcionando ao “público” todos os direitos e legalizações para governar o “íntimo”. Para Restrepo (1998), deve-se ainda à cultura ocidental o legado de todas as informações referentes ao íntimo, ao subjetivo, estar distanciado do movimento das ações políticas cotidianas, minimizando a compreensão por uma ética cidadã plena, àquela a qual deveria incluir também como se constroem “intimamente” as relações de poder em sociedade (RESTREPO, 1998, p.10). A partir dessa premissa de subjugar o valor das questões referentes à esfera do íntimo e enaltecer tutelando ao “público” o controle, incide a dificuldade das alternativas, como a não violência e a ternura de problematizarem-se como plataformas culturais de direito.

A proposta de cidadania em Luther King Jr. contempla a alteridade na meta de incluir as diferenças e o direito emocional. Esse posicionamento sobre a cidadania é ativo e reconhece nas ações políticas o valor humano da ética do coletivo. As características de ser ativo fizeram Mandela preferir viver, mesmo no ambiente hostil e torturante da Ilha de Robben (MANDELA, 2012, p.467-546). Na prisão reivindicavam óculos, calças compridas, alimentos iguais, luz para estudo, advertiam sobre injustiças, não importando a dimensão delas. Além disso “[...] lutávamos contra a injustiça para preservar a nossa humanidade” (MANDELA, 2012, p.498).

Em conversas com guardas e outros funcionários do presídio, Mandela descreve o aprendizado no dialogar a partir das referências deles sobre presos políticos. “Ele teria acreditado que éramos terroristas e comunistas que desejam atirar os homens brancos no mar” (MANDELA, 2012, p.514). À medida do desenrolar das conversas, Mandela explicava a ideia não racialista do movimento, da política do CNA, da intenção de direitos iguais, e para alguns, o argumento Nacionalista não fazia mais sentido. A ideia central de Mandela era “desarticular os preconceitos” dos guardas e funcionários (MANDELA, 2012, p.558).

Mandela não abdicou de seus direitos fugindo do conflito necessário, pelo contrário foi via conflito, entre os policiais e autoridades na prisão da Ilha, e posteriormente, com o governo, estabelecendo a possibilidade de um

contato entre as partes, com o objetivo de gerar equidade entre eles, no intuito de conceder seus respectivos direitos. Por isso a necessidade do ser ativo à adversidade do outro, mesmo diferente e distante (MULLER, 2007, p.20).

A perspectiva da alteridade no desenvolvimento da política pós-apartheid por Nelson Mandela contribuiu para a base democrática no país condizer com a aproximação dialógica (SENNETT, 2012; RESTREPO, 1998), categoria-conceito. O processo de luta e reivindicação cidadã, por direitos humanos (categoria-conceito), sociais, civis, políticos, direito à comunicação (categoria-conceito), direito à liberdade de ação foi subsidiado pela insistência no diálogo entre partes antagônicas, a partir de conflitos por vezes construtivos. Contudo, a busca por essa cidadania caracterizou-se pela liberdade à vida, pela saudação à vida.

Numa atmosfera marcadamente violenta, em que o extermínio era a saída política do governo, Mandela cooperou emancipando o valor da vida no trato de suas negociações permanentes, agindo de forma ativa com o interlocutor: ora o governo, ora os grupos étnicos, ora as milícias, ora seu próprio partido, recuperando o valor central do direito à vida (FROMM, 1956; 1976; 1977). O significado do homem esperançoso reivindicador à vida não contabilizada pela violência no país, permite credenciar à cidadania a integridade do humano. Para Fromm (1977), o homem esperançoso é ativo e consegue, das realidades, somar alternativa para diferenciar a humanidade dessas condições. Das condições existentes a dialogia e a alteridade pautaram a luta por direitos humanos em Mandela.

Considerações finais

Na trajetória dos ativistas verifica-se apologia à vida criativa, promovendo justiça pelos pares, por meio da luta cidadã, reivindicando direitos humanos e convivência humana tanto ao prezar alteridade aos seus iguais como aos diferentes, na difícil, porém possível, missão de desafiar ideologias as quais se transformaram em estados orgânicos.

As estruturas orgânicas desenvolvem inclusive a identidade de direitos humanos desvinculada da sua função primeira de igualdade e pró-ação ao ser humano. Para o pesquisador da área Gallardo (2014, p.26), vive-se um protótipo artificial de direitos humanos, pois no imaginário social vigora a ideia de “[...] transformar os inimigos em seres que, por sua maldade, não

preenchem o conceito de humanidade”. Esse processo sistematicamente organizado de forma ideológica, moral e política justifica guerras e disputas violentas por apresentarem seres humanos perdedores do pódio da vida.

O pesquisador em direitos humanos propõe como saída um trabalho político integrativo entre as maiorias sociais, com a finalidade de diagnosticarem e revalorizarem os direitos. Indica esse processo como sobrevivência humana, do que se entende como humanidade, depende hoje, do fortalecimento desse processo cultural acerca dos direitos humanos.

Explica como as sociedades estão significativamente diluídas em muitas minorias, o desafio é ressemantizar flexibilizando as particularidades das demandas libertadoras para as maiorias (GALLARDO, 2014). Num movimento de articulação para produzir uma nova cultura de direitos humanos, ressaltando: “[...] sensibilidade de reconhecimento, acompanhamento e solidariedade humana. De uma cultura que aposte no risco de assumir o diferente que se empenha em crescer de maneira libertadora, como referência de aprendizagem e humanidade” (GALLARDO, 2014, p.109).

A construção dessa perspectiva de cultura de direitos humanos reflete a uma possibilidade de experiência civilizadora, a qual casa com o cerne de cidadania proposto por Gandhi, Luther King Jr. e Mandela (GALLARDO, 2014, p.110). Um fator importante nessa articulação de uma cultura por direitos humanos é a problematização dialógica entre as singularidades dos grupos sociais representados, para desenvolverem suas demandas de forma construtiva (MULLER, 2007).

No posicionamento da qualidade da informação e expressão do comunicar, Peruzzo (2009; 2013) inclui a atividade comunicativa, propriamente do direito à comunicação, como parte dos direitos humanos. Fundamenta a importância da comunicação como prática propositiva para emancipar o ser, dando-o possibilidades de conhecer mais profundamente seus próprios direitos em sociedade. “[...] A comunicação pode contribuir nos processos de conhecimento, organização e ação com vistas a assegurar o cumprimento de todos os direitos humanos” (PERUZZO, 2013, p.169).

O direito à comunicação foi utilizado por Gandhi na esfera do Congresso na África do Sul e, posteriormente, na Índia; assim como em toda possibilidade de defesa pública, como também foi incorporado à Mandela como ferramenta de discurso político e educação antiapartheid nos ambientes

de julgamento e manifestações. Luther King Jr. oportunizou dos espaços religiosos, das marchas, passeatas, entrevistas, declarações e outros o direito à comunicação vigorar como plataforma de reivindicação sobre a prática da não violência e a visão dessegregacionista.

As narrativas analisadas evidenciam a importância histórica em negociar a partir das habilidades da dialogia, da alteridade e do modo ser amor. As travessias dos autobiografados a partir dos compartilhamentos de cidadania e das características de ação à dialogias, reestruturaram direitos humanos mais próximos de seus valores humanos, promovendo a vida em coletivo, no desafio permanente por justiça nas relações sociais.

Ao caminhar para as finalizações, verificaram-se que as experiências e saberes nas autobiografias agregaram conceitos à cidadania, contribuindo a respeito da emancipação do indivíduo, bem como do indivíduo na dinâmica com o coletivo. No movimento das sociedades cada vez mais complexas e diversificadas, pensar em cidadania na ótica dos ativistas é proporcionar luz às formulações sobre dialogia, alteridade, não violência, ser ativo, esperançoso, terno e amoroso, para além das conceituações, é encontrar nessas referências acertos à vida prática e apta à negociação.

Referências

ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ANISTIA INTERNACIONAL. Anistia Internacional diz que discurso de ódio ameaça direitos humanos em todo o mundo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3QKRGmi>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BASSI, Ingrid Gomes. Gandhi, Mandela e Luther King. **As autonarrativas dos ativistas e o diálogo por direitos humanos**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARSON, C. (Org.); LUTHER KING JR, M. **A autobiografia de Martin Luther King**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FROMM, E. **A Arte de Amar**. Trad. Milton Amado. São Paulo: Martins Fontes, 1956.

FROMM, E. **Ter ou ser?** Trad. Nathanael C. Caixeiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

FROMM, E. **A Revolução da Esperança: Por uma Tecnologia Humanizada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

GALLARDO, H. **Teoria Crítica.** Matriz e possibilidade de direitos humanos. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GANDHI, M. K. **Autobiografia** – minha vida e minhas experiências com a verdade. Trad. Humberto Mariotti et al. 8ª ed. São Paulo: Palas Athena, 2014.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido.** Teoria y práctica. Barcelona-Buenos Aires- Mexico: Ediciones Paidós, 1990.

MANDELA, N. **Longa caminhada até a liberdade.** Trad. Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba: Nossa Cultura, 2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MULLER, J. **O princípio da não-violência.** Uma trajetória filosófica. Trad. Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

OBAMA, B. Leia íntegra do discurso de despedida de Barack Obama. São Paulo, 11 jan. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3QRoUAA>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PERUZZO, C. M. K. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas.** Revista Fronteiras. São Leopoldo: UNISINOS, v.11, n.1, p.33-43, 2009.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia**, v.11, n.1, p.138-158, 2013.

RESTREPO, L. C. **O Direito à Ternura.** Petrópolis; Vozes, 1998.

SENNETT, R. **Juntos.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna.** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

PARTE 4 – COMUNICAÇÃO E CULTURAS POPULARES: ENTRE TRADIÇÕES E INOVAÇÕES

Capítulo 24 – A pesquisa acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 – 2012*

Maria Alice Campagnoli Otre

Introdução

Apesar de novo, o campo da Comunicação já sedimentou diversas subáreas de pesquisa que ganham cada vez mais consistência e relevância teórica. Dentre elas, localizamos a subárea da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária (CPAC), que diz respeito à comunicação das classes subalternas no contexto dos movimentos populares.

Com diversas experiências quanto à comunicação popular, alternativa e comunitária acontecendo no Brasil e no exterior, os pesquisadores encontraram campo fértil para o estudo e a CPAC ganhou ao longo do tempo espaço significativo nos programas de Pós-Graduação do Brasil, munindo-se de abordagens multidisciplinares, que acompanham o dinamismo das experiências comunicacionais populares e as novas ferramentas incorporadas a esses processos.

Mas, no geral, essas pesquisas, pesquisadores e instituições que se dedicam sobre a temática encontram-se dispersos no território nacional, deixando uma lacuna informacional que envolve a própria conceituação da comunicação no âmbito dos movimentos populares e sua relação com as profundas transformações históricas que marcaram o Brasil de 1972 (surgimento da pós-graduação em comunicação no Brasil) até 2012, período em que definimos o recorte temporal da análise.

A tese de doutorado que motiva a síntese aqui apresentada surge de um interesse da autora em mapear a produção discente da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação no Brasil desde seu surgimento, a fim de identificar as principais tendências teórico-metodológicas da subárea, assim

* Este artigo é uma síntese da tese de doutorado homônima, defendida em julho de 2015, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Círcia M. K. Peruzzo.

como os objetos iluminados por essas pesquisas e o quanto elas refletem as transformações vividas na prática comunicacionais dessas experiências populares de comunicação em um período que englobou a ditadura militar, a abertura política, o crescimento econômico do país, a regulamentação da televisão e rádio comunitárias e a chegada ao poder de um partido de esquerda.

A subárea marca as relações sociais e comunitárias em um momento em que o desenvolvimento político, econômico, cultural e educacional conquistado ainda não possibilitou incluir e acolher os diversos setores populacionais, pelo contrário, continuam promovendo as desigualdades, a negação da cidadania e a privação das classes subalternas à expressão nos meios de comunicação massivos, causando ora a deturpação das realidades que os envolvem, ora o silenciamento sobre seus problemas, seus projetos culturais, suas necessidades mais básicas e suas lutas por dignidade.

1 – Aspectos metodológicos

Convém adiantar, porém, que nos ancoramos no materialismo histórico dialético enquanto método de pesquisa, por meio do qual entendemos que dos próprios fenômenos à nossa volta surgem as ideias e concepções sobre eles, abordagem que marcou o percurso da pesquisa, a começar pela relação entre as práticas da CPAC e as formulações teóricas que foram se alterando ao longo do tempo. Desta forma, dedicamo-nos a identificar concomitantemente às produções discentes, o contexto que envolvia tais produções e, justamente por isso, optamos por analisá-las por período; e não por descritores aglutinadores (temáticas), como era a ideia inicial.

Em síntese, esta investigação valeu-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, além de pesquisa em banco de dados de teses e dissertações fornecido pela Capes, com os títulos das pesquisas desenvolvidas de 1987 a 2012, totalizando 9.787 produções. Foi necessária ainda a complementação de dados diretamente junto aos PPGs, referentes aos trabalhos defendidos antes de 1987, pois o banco de teses da Capes não atendia esse recorte temporal. Em sua fase final, foi aplicada análise de conteúdo nas teses e dissertações (por meio de análise quantitativa) e, posteriormente, uma análise qualitativa das teses. No decorrer da revisão teórica da pesquisa, contamos com o apoio do software NVivo que, por meio

de mapas conceituais e definições de nós temáticos, mostrou-se uma ferramenta importante para a pesquisa bibliográfica.

Para a seleção dos trabalhos que comporiam nossa análise, desenvolvemos algumas etapas por meio da aplicação de filtros.

1) Como primeiro filtro a ser aplicado no banco de dissertações e teses da Capes, que reúne 9.787 trabalhos¹, realizamos em uma planilha do Excel, uma busca individual por 11 palavras: “popular”, “alternativo(a)”, “comunitária”, “comunidade”, “cidadania”, “cidadã(o)”, “ativismo”, “ONG”, “movimentos sociais”, “mobilização” e “terceiro setor”, totalizando 742 pesquisas.

2) Após obtermos os 11 arquivos com as listagens, selecionamos novamente os trabalhos que comporiam nossa amostra, dessa vez por meio da leitura dos títulos e de sua adequabilidade ao contexto que nos propusemos a estudar. Excluímos os trabalhos que perceptivelmente não se adequavam ao contexto de nossa pesquisa, pois, mesmo usando as palavras chave tratavam de outros temas, e demos destaque aos títulos que deixavam a menor dúvida que fosse sobre sua adequabilidade ou não. A título de exemplificação, das 37 ocorrências encontradas sobre as palavras Cidadão /Cidadã nos títulos, 30 trabalhos foram descartados. Após esta fase obtivemos 167 pesquisas pré-selecionadas.

3) O terceiro filtro se deu por meio da leitura dos resumos dos 267 trabalhos que compunham o nosso total para uma nova seleção quanto à adequação a nossa área de estudos. Após esta leitura do resumo, e quando necessário da introdução e sumário, descartamos todos os trabalhos que não diziam respeito a nosso tema, ou que se repetiam em nossas buscas. Após o terceiro filtro, obtivemos uma amostra de 155 trabalhos.

4) Procedemos a busca dos trabalhos na Rede Mundial de Computadores, recuperando-os em formato digital. Aos que não foram encontrados on-line, partimos para as seguintes estratégias: contato com o autor via e-mail; contato com o autor via formulário disponibilizado pela Plataforma Lattes; contato e solicitações de textos via bibliotecas, por meio do COMUT; e, por fim, contando com a ajuda de colegas que teriam acesso às bibliotecas

¹ O banco inclui trabalhos de 1987 a 2012. Isso faz parte do estudo exploratório. Para a tese foram acrescentados os trabalhos de 1972 a 1987, pesquisados com informações de cada Programa surgido antes de 1987.

depositárias para conseguirmos as cópias. Com todos os trabalhos em mãos, verificamos novamente a adequabilidade à subárea delimitada.

5) Ao final de todo este trabalho de seleção dos materiais compusemos nossa amostra com 87 dissertações e 15 teses, totalizando 102 pesquisas sobre CPAC. Quanto às dissertações de mestrado, analisamos 98% da amostra conforme pretendido, ou seja, por meio da leitura da introdução, sumário, resumo, palavras-chave, considerações finais e capítulo metodológico (quando havia e conseguíamos acesso) e apenas duas delas, 2%, foram analisadas por meio do resumo. Quanto às teses de doutorado, procedemos a análise do texto completo em 100% da amostra, ressalvando-se que uma delas (PAIVA, 1997) fora analisada no formato livro, originado da tese, por não estar disponível na biblioteca depositária.

A fim de oferecer um panorama sobre a tese (OTRE, 2015) que dá origem a este artigo, esclarecemos o caminho percorrido: no primeiro capítulo refletimos sobre aspectos metodológicos, assim como uma discussão teórica sobre a pesquisa em comunicação. O capítulo é encerrado com um panorama sobre a Pós-Graduação em Comunicação no Brasil, desde aspectos históricos quanto de distribuição, conquistas e desafios.

O segundo capítulo dedica-se a discutir as abordagens teóricas sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária, desde o contexto histórico que se delineia a partir dos anos 1970, passando pelos conceitos de comunicação popular e imprensa alternativa, a fim de traçar as abordagens que nos nortearam, com enfoque em autores latino-americanos e brasileiros.

No terceiro capítulo apresentamos a análise de conteúdo quantitativa das 102 pesquisas, caracterizando-as conforme o período histórico delimitado e uma análise de conjunto dos 40 anos de pesquisa.

No quarto e último capítulo, analisamos a totalidade das teses, qualitativamente, por meio do texto completo, a fim de identificar os pontos aglutinadores referentes às características da comunicação popular, alternativa e comunitária. As informações colhidas nos possibilitam traçar um panorama das pesquisas desenvolvidas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no país, além de fornecer dados sobre o que tem sido explorado, o que une essas pesquisas e quais métodos e técnicas são majoritariamente utilizados nesta área no Brasil. Por fim, classificamos os autores que aparecem como referência para a subárea da comunicação popular, alternativa e

comunitária, com base nas teses analisadas. São pensadores, educadores, sociólogos, teólogos, filósofos, antropólogos e comunicadores que são pilares para a composição da subárea. Por meio desses nomes, confirmamos o quanto a interdisciplinaridade é importante para a CPAC.

2 – Sobre a subárea da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária

Para selecionar os trabalhos e atribuir-lhes categorias específicas, o mais difícil de fazer nesta subárea precisava ser feito: separar as experiências em categorias/denominações, mesmo sabendo que elas são muitas vezes elásticas e híbridas. Também contava como empecilho o fato de não estarmos em contato direto com as experiências para analisá-las todas com os mesmos parâmetros. Nossa matéria-prima era um discurso (já enviesado pelas marcas subjetivas/discursivas do pesquisador) sobre as experiências. O ângulo que ele selecionou, os fatos que descreveu mais detalhadamente, as informações que achou desnecessárias – e que talvez nos interessasse – e assim por diante. “O ponto de vista, diz Saussure, cria o objeto” (apud LOPES, 2001, p. 122); devido a isso, consideramos importante elencar, dentre os critérios recuperados por meio de nosso quadro teórico de referência, baseado principalmente nas pesquisas de Cicilia Peruzzo e na pré-análise das teses e dissertações, alguns parâmetros que foram utilizados como critérios para o enquadramento:

a) Comunicação popular e alternativa: processos diversos de comunicação (fanzine, jornal mural, vídeos) forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs) e tendo como pano de fundo a questão da democratização da comunicação, do direito à voz e da crítica às desigualdades sociais. Além disso, esses veículos contam com a participação do povo em sua produção e/ou gestão. Não tematiza, em primeiro plano, questões referentes à localidade, como problemas específicos do bairro, mas atua em uma esfera mais ampla de luta por direitos sociais, incluindo o direito à comunicação.

b) Comunicação popular e comunitária: Geralmente circunscrita a uma localidade, ou a comunidades por afinidades, em que o foco está, para além do produto comunicacional, nos processos vivenciados por meio da participação horizontal, da produção à gestão; processos educacionais que ampliam o olhar daquela comunidade sobre o que está “extra-muro”.

Exige, para que a comunidade se aproprie da comunicação de maneira transformadora, processos que favoreçam a leitura crítica da mídia. Objetivam, na maioria das vezes, dar visibilidade às comunidades consideradas às margens da sociedade, mostrando outro lado que na maioria das vezes a grande mídia não mostra; por isso, também se situa no âmbito da democratização da comunicação e na amplificação de vozes. Atua como contrafluxo comunicacional em um momento em que a mídia se coloca cada vez mais como legitimadora de discursos; não se posicionando como combativa à grande imprensa, mas como fonte silenciada ou cuja imagem é frequentemente deturpada ações que contribuem para os processos exclusivos. Sua preocupação está geralmente focada nos projetos mais localizados de transformação social, como políticas públicas que digam respeito ao bairro; apesar de, para além dos aspectos políticos, também estarem a serviço da cultura local, da diversidade musical, religiosa; em situações de constante negociação entre seus membros, já que não se pode idealizar uma comunidade pós-moderna homogênea e sem conflitos.

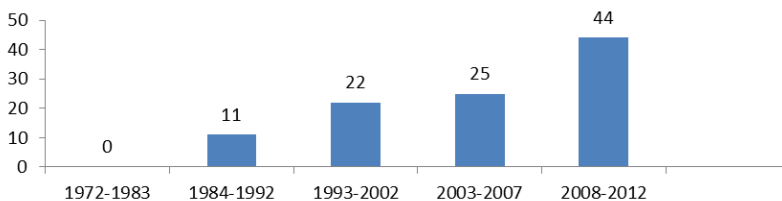
c) Comunicação popular, alternativa e comunitária: Especificamente para a tese, esta categoria serviu para caracterizar pesquisas, geralmente de cunho teórico, que falavam de maneira ampla de uma comunicação transformadora e cidadã; ou de processos diversos de comunicação em comunidades periféricas, sendo portanto também entendido como um encontro de experiências alternativas e comunitárias de cunho popular em uma mesma localidade.

d) Jornalismo Popular Alternativo: Menos amplo que a comunicação popular e alternativa, que pode envolver diversos processos que não apenas jornalísticos, consideramos como jornalismo popular e alternativo os processos jornalísticos forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs), nas mesmas bases da comunicação popular e alternativa, no que diz respeito a temas, participação, postura ante aos grandes meios. A distribuição, geralmente, vai além da localidade, portanto, contam com tiragens volumosas, se comparadas às experiências de comunicação popular e comunitária. Devido a isso, assumem muitas vezes um padrão “mais profissional”, jornalisticamente falando, se compararmos com a mídia comunitária. Apesar de todo esforço de pesquisa, não garantimos aqui a infalibilidade da amostra e pode ser que

trabalhos referentes à subárea que analisamos não tenham sido contemplados pelos filtros aplicados ou tenham sido catalogados em desacordo com outros quadros teóricos.

Em uma área tão plural, criativa e movediça como a comunicação popular, alternativa e comunitária não esperamos que haja um consenso generalizado. Justamente por isso, elencamos nossos critérios e nos dedicamos a selecionar e analisar 40 anos de produção acadêmica baseados neles². Para análise, o Gráfico 1 ilustra a divisão feita, com enfoque temporal³.

Gráfico 1 – Distribuição teses e dissertações de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária períodos (1972-2012)



Fonte: Dados da autora

Verificamos que a pesquisa referente à CPAC começa efetivamente em 1984, com a dissertação de mestrado de Regina Festa, defendida na Universidade Metodista de São Paulo; mesmo assim, situamos nosso estudo a partir de 1972, pois a pesquisa exploratória abarcou todo o período de existência da pós-graduação em Comunicação no país.

2.1 – De 1972 a 1992: reflexões fundantes para a CPAC no Brasil

Identificamos que no período que vai de 1972 a 1992, estão presentes reflexões fundantes para e sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil. Fazem parte desta primeira fase de análises, que vai de

² Não foi possível no espaço deste artigo apresentar os 102 títulos de pesquisas que compõem cada fase de análise. Da mesma forma, não será possível apresentar todas as categorias analisadas, assim como quadros e gráficos resultantes da AC. Aos que se interessarem em conhecer os resultados aprofundados, o trabalho completo pode ser encontrado no link <http://portal.metodista.br/poscom/teses-e-dissertacoes/teses>.

³ Esta última década de produção discente foi dividida devido à grande concentração de produções nesta fase (cerca de 67% das pesquisas concentradas nesta década) e às rápidas mudanças sociais e tecnológicas que podem nos permitir diferentes análises.

1972 a 1992, 11 pesquisas, sendo oito dissertações de mestrados e três teses de doutorado. A Universidade de São Paulo e a Universidade Metodista de São Paulo ocupam neste momento posição central no interesse pela CPAC, sendo seis pesquisas desenvolvidas na USP e quatro na UMESP.

Apesar de ser composto por apenas 11 trabalhos, encontra-se aqui uma multiplicidade de temas que engloba pontos principais da comunicação popular. De maneira geral, podemos dizer que os temas abordados neste período marcam de maneira clara a relação da comunicação popular com a Igreja católica (principalmente representada pelo movimento de base e pelas Comunidades Eclesiais de Base); dialogam com os conceitos marxistas de classe e dos conflitos de classes como pano de fundo da comunicação popular; falam sobre experiências de vídeo, rádio e jornal impresso populares; além de discutirem a importância dos Centros de Documentação e Informação populares; enfocam a participação como peça chave para este tipo de comunicação; analisam experiências em comunidades indígenas do Equador; e, por fim, analisam a inserção do popular no ensino superior em comunicação. É um grande leque de discussões que dá conta da amplitude e complexidade do universo da CPAC.

Além disso, pesquisadores que fazem parte deste momento como Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Luiz Fernando Santoro e Cicilia Peruzzo passam a ser autores-chave para a pesquisa em comunicação popular, alternativa e comunitária desde então.

2.2 – De 1993 a 2002: legalização e democratização em destaque

No segundo período de análises, identificamos 22 pesquisas referentes à comunicação popular, alternativa e comunitária, sendo 17 de mestrados e cinco de doutorados. Entre 1993 e 2002, a USP começa a se destacar com sete pesquisas desenvolvidas. A UFRJ aparece com seis trabalhos e a Metodista (UMESP) com cinco pesquisas.

Se nas duas primeiras décadas de pesquisa o total de trabalhos com esta abordagem era 11, vivenciamos no final do século XX e início do século XXI o dobro de produções sobre os temas, aumento certamente impulsionado pelo maior número de programas de mestrado e doutorado em Comunicação no País, mas também pela importância que tais temas representaram nos últimos anos. Acreditamos que as eleições diretas (1989) e a sensação de

liberdade política, de expressão e de mobilização da sociedade civil tenham contribuído para esse salto de 100% nas pesquisas.

Esse período se destaca por dois marcos legais: a institucionalização dos canais comunitários por meio da Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 – conhecida como Lei do Cabo; e a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária.

Depreendemos da análise de conteúdo das 22 pesquisas deste momento, apenas uma fixava seus olhos para um período histórico anterior a dez anos, estudando os jornais alternativos da Amazônia em uma análise que foi de 1971 a 1981.

Rádio e televisão foram os canais estudados em 13, das 22 pesquisas. Com relação a temáticas paralelas que conseguimos identificar com as leituras, destaca-se a diminuição de pesquisas que falavam da Igreja Católica, agente tão importante nos trabalhos da primeira fase de análises. Neste contexto, apenas 13% do total de produções falavam sobre comunicação relacionada à Igreja, enquanto na primeira fase eles representaram 36%. Com o fim da ditadura e a abertura política, as CEBs e a Teologia da Libertação parecem ter perdido sua força.

Essas observações são importantes, pois, por meio de um olhar dialético, é possível identificar o quanto o momento histórico e social vivido pelos pesquisadores influencia na definição dos temas e problemas analisados. Muitos pesquisadores destacaram em seus trabalhos que analisavam o objeto que ainda estava em movimento e, mais do que enxergar um problema nisso, viam uma oportunidade de verificar durante o processo de desenvolvimento do objeto (por exemplo, a instalação dos canais comunitários na TV a Cabo) como as experiências se davam, servindo de motivação para futuros projetos.

2.3 – De 2003 a 2007: testando as experiências e forjando identidades

Fazem parte deste período de análise, que vai de 2003 a 2007, 25 pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, sendo 20 mestrados e 5 cinco doutorados. A UMESP apresenta neste período, um total de cinco produções neste subcampo, assim como a USP. UFRJ produziu nesta fase quatro dissertações de mestrado. Identificamos que das 25 pesquisas, 21 tratam da comunicação popular e comunitária, o que representa

cerca de 84% das pesquisas de 2003 a 2007, dado muito expressivo, pois indica novas configurações nas pesquisas – e também nas experiências – sobre CPAC: do alternativo para o comunitário. A mudança do cenário político, assim como as novas formas de as classes populares se organizarem e se apropriarem da comunicação contribuem para isso. Com relação a temas subjacentes, que não foram categorizados na Análise de Conteúdo, mas que foram identificados pela recorrência com o qual foram tratados, destaca-se a comunicação popular, alternativa e comunitária como ferramenta para a promoção da cidadania, preponderante para o desenvolvimento local e para a melhoria nas condições de vida da comunidade em destaque, inclusive com autores que incluíram o conceito de esfera pública de Habermas, analisando as mídias comunitárias sobre esse viés: processos e instrumentos capazes de fortalecer a esfera pública e o poder local.

Sedimentadas algumas conquistas nos anos anteriores – fim da censura, fim da perseguição pela ditadura, regulamentação dos sistemas de Rádio e TV Comunitárias etc. – os pesquisadores voltam seus olhos para uma vertente da comunicação popular que não é exclusiva desta década – sempre se falou da relação intrínseca entre comunicação popular e cidadania – porém, neste contexto, a relação parece ganhar mais destaque. É como se a conquista da cidadania fosse atividade-fim do processo de comunicação popular e estivéssemos chegando lá; após duras batalhas. Outro tipo de perseguição, que não o da ditadura, está presente nas pesquisas da década: perseguição às rádios que não têm a autorização conquistada. As pesquisas retratam as dificuldades desses veículos e os problemas identitários (discutem se são ou não piratas, são ou não legítimas) e, nesse sentido, a dissertação de Cristiano Aguiar Lopes, defendida na UnB em 2005 e intitulada “Política de Radiodifusão Comunitária no Brasil – Exclusão como Estratégia de Contra-reforma”, deu grande contribuição. O objetivo primordial do estudo foi demonstrar o quão restritiva é a política de radiodifusão comunitária vigente no Brasil, que, segundo o pesquisador, “termina por ser não um fator de inclusão, mas de exclusão radiofônica” (LOPES, 2005, p. 5). Devido a esse problema, alguns autores pontuaram em suas pesquisas a questão da municipalização das RadCom como uma possibilidade, uma saída para agilizar o processo das concessões, inclusive sendo este o foco da dissertação de Adriane Lorenzon dos Santos (2004). A discussão identitária de “é uma comunitária verdadeira,

mesmo sem a outorga?” ou ainda “é verdadeiramente comunitária só por ter a outorga?” também esteve presente nas discussões do período. Lahni (2005), Ferreira (2006), Bahia (2006) e Afonso (2007) foram alguns pesquisadores que pautaram este tema.

2.4 – De 2008 a 2012: na contramão tecnológica, o grito por cidadania

Os anos de 2008 a 2012 foram muito frutíferos para pesquisa sobre comunicação popular, alternativa e comunitária. Em cinco anos, foram 44 produções acadêmicas, sendo 42 dissertações e duas teses, número que representa 43% do total de produções.

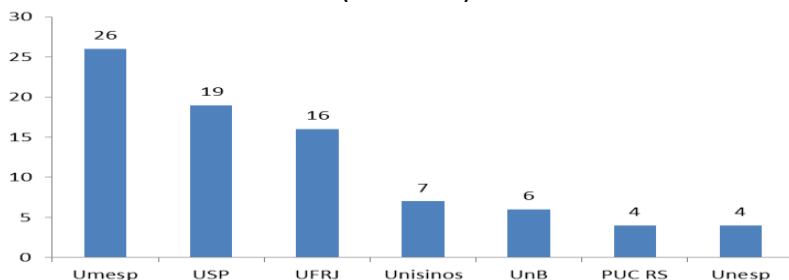
A Metodista se destaca com a defesa de 11 dissertações e uma tese sobre o enfoque pesquisado. Na UFRJ, defende-se nesse período cinco mestrados. Pela primeira vez, a Unisinos aparece como uma das instituições que mais produziu nesta abordagem, sendo quatro dissertações e 1 uma tese publicadas. A PUC-RS apresenta três pesquisas e a UFRGS, também situada no Rio Grande do Sul, aparece com duas pesquisas sobre a subárea. Percebe-se uma ramificação das pesquisas sobre o tema do eixo RJ-SP para o RS. Isso também confirma o fortalecimento dos Programas em Comunicação de outras regiões, que não a sudeste. Vimos nestes cinco últimos anos um declínio na produção da USP sobre a CPAC, com apenas um trabalho produzido. Certamente, isso se deve a falta de um professor-pesquisador que oriente e represente a subárea analisada, como acontece na Metodista, na UFRJ e mais recentemente na Unisinos.

Nesse período, pela primeira vez, tivemos acesso a 100% das teses e dissertações completas, sendo que todas elas podem ser acessadas via internet. Isso demonstra um grande avanço no Brasil com relação à democratização da ciência no que diz respeito à produção discente *stricto sensu*, pelo menos no recorte estudado.

3 – Panorama da comunicação popular, alternativa e comunitária nos PPG's brasileiros

Ao totalizarmos a análise por períodos, percebemos que sete instituições apresentam-se em destaque quanto à produção de pesquisas sobre a subárea analisada, conforme podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Programas de pós-graduação que mais desenvolveram pesquisas sobre a Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária (1972-2012)



Fonte: Dados da autora

Juntas, essas sete instituições somam 82 pesquisas desenvolvidas no período de 1972 a 2012, representando 80% do total. As outras instituições⁴ que produziram teses e dissertações sobre a subárea estudada não foram apresentadas no gráfico, pois tinham apenas uma ou duas pesquisas sobre o enfoque. Citamos três pontos, que precisam ser analisados de maneira cruzada, que contribuem para este protagonismo:

1. Ano de criação do curso de pós-graduação em comunicação: das sete instituições que mais centralizaram publicações sobre a subárea, quatro surgiram na primeira década da instalação de cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil, ainda nos anos 1970: USP e UFRJ (1972); UNB (1974) e Umesp (1978), sendo que todas mantêm seus Programas ainda em atuação. Unisinos e PUC-RS iniciam seus Programas na década de 1990, sendo que, em ambas, o mestrado começa em 1994 e o doutorado em 1999; e a Unesp (Bauru), em 2002 inicia a oferta do mestrado e mais recentemente em 2014, o doutorado.

2. Contemplam linhas de pesquisa específicas ou próximas da subárea: das sete instituições, quatro possuem linha de pesquisa específica para a temática. O Poscom da Universidade Metodista, por exemplo, intitulou a linha 1 como “Comunicação midiática nas interações sociais”, destacando na ementa⁵ que

⁴ PUC-MG, PUC-RIO, PUC-SO, UCB, UCL, UEL, UERJ, UFC, UFF, UFG, UFJF, UFMG, UFPE, UFPR, UFRGS e Unicamp.

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3OmzvRA>. Acesso em: 15 jan. 2015.

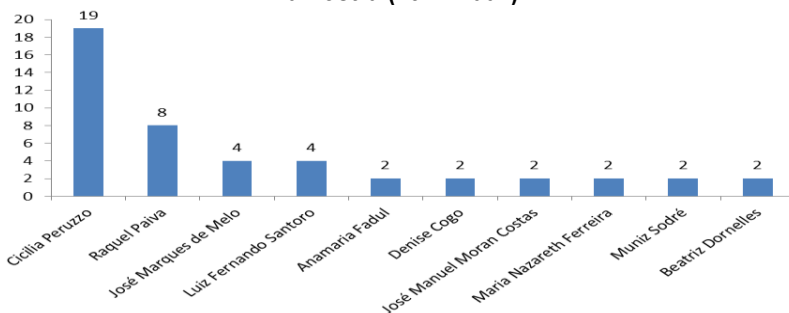
“A linha abrange pesquisas que têm como foco tanto a grande mídia quanto a comunicação comunitária e alternativa”. No Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da USP, o programa define como Área 3. Interfaces sociais da comunicação; linha 3a. Comunicação, Cultura e Cidadania; abrindo possibilidades concretas de inserção da temática na linha. Na UFRJ, sob o título “Mídia e mediações socioculturais”, a linha contempla a vertente de estudos, ao destacar⁶ que “Desenvolve metodologias e análises críticas dos fenômenos comunicativos nas produções da mídia, nas instituições de mediação tradicional e nas práticas socioculturais”. O Programa da Unisinos propõe como a linha 3 – “Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação”. Unesp, PUC-RS e UnB não apresentam, atualmente, linhas específicas sobre a subárea. Na UnB, as linhas “Jornalismo e Sociedade” e “Políticas de Comunicação e de Cultura” acabam contemplando as pesquisas em comunicação popular, alternativa e comunitária pelo viés político, da regulamentação, do radiojornalismo etc. As linhas de pesquisa da Unesp são bem amplas e abrem margem para a investigação da temática enfocada. São elas: “Processos midiáticos e práticas socioculturais”; “Produção de sentido na comunicação midiática” e “Gestão e políticas da informação e da comunicação midiática”. O mesmo acontece com a linha 2 da PUC-RS, intitulada “Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações”, que é ampla e permite o desenvolvimento de pesquisas sobre CPAC. Vale ressaltar ainda que outros programas de Pós-Graduação em Comunicação têm definido linhas de pesquisas próximas à comunicação popular, alternativa e comunitária; seguindo o aumento de interesse dos pesquisadores pelo tema; dentre eles podemos citar o Programa da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual de Londrina, por exemplo. O fato de serem cursos recentes certamente influenciou na quantidade não expressiva de pesquisas até 2012.

3. Reúnem professores orientadores que se dedicam/dedicaram à temática: indica o quanto esses professores estimulam a produção de conhecimento nesses locais sobre comunicação popular, alternativa e comunitária. Na

⁶ Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/linhas_de_pesquisa_mms.php. Acesso em 15 jan. 2015.

Metodista, destaca-se a atuação do prof. José Marques de Melo, na década de 1980, com duas orientações; e da profa. Círcia Peruzzo, a partir dos anos 2000, com 19 orientações concluídas. Na UFRJ, temos Muniz Sodré, com duas orientações, na década de 1990 e de Raquel Paiva, a partir dos anos 2000 (totalizando oito orientações). Na USP, apesar de não termos atualmente um nome que se dedique exclusivamente à comunicação popular, alternativa e comunitária, repetem-se como orientadores, José Marques de Melo, com duas orientações nos anos 1980; Anamaria Fadul, com duas assistências, em 1989 e 1991; Maria Nazareth Ferreira, com orientações em 1991 e 2005; José Manuel Moran Costa, orientador em 2000 e 2001; e Luiz Fernando Santoro, em 2005 e 2006. Denise Cogo, professora e pesquisadora atualmente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM-SP, orientou duas pesquisas enquanto professora da Unisinos, uma em 2010 e outra em 2012. Beatriz Dornelles é responsável pela orientação de duas pesquisas na PUC-RS. Unesp e UnB não contam com professores que, até 2012, centralizavam pesquisas sobre o tema⁷. No gráfico abaixo é possível verificar melhor como se dá a distribuição das pesquisas pelos orientadores que se repetem.

Gráfico 3 – Professores que orientaram duas ou mais pesquisas sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária, conforme nossa amostra (1972-2007)



Fonte: Dados da autora

⁷ Orientaram pela Unesp, Elaine da Graça de Paula Caramella, Maximiliano Martin Vicente, Juliano Mauricio de Carvalho e Ricardo Alexino Ferreira; e pela UnB, Maria Angélica Madeira, Mauro Pereira Porto, Murilo Cesar Ramos, Nélia Rodrigues Del Bianco, Cesar Ricardo Siqueira Bolaño e Luís Martins da Silva, todos com uma orientação cada.

Por último, mas não menos importante, vale lembrar que tanto a Universidade Metodista de São Paulo quanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estão entre as três principais referências sobre o tema no Brasil, mantêm grupos de pesquisa fortes e que muito contribuem para a subárea, promovendo encontros, discussões, investigações teóricas e empíricas. Uma pesquisa rápida nos Currículos Lattes desses professores orientadores e nas produções desses grupos de pesquisa, nos indica que a contribuição deles é muito maior se incluímos teses e dissertações que englobam a Imprensa alternativa, a Cultura Popular, a Folkcomunicação, a Comunicação para a mudança social, entre outros temas. Não teríamos, porém, como analisar as pesquisas que englobam todo esse espectro de temas correlatos e também de nosso interesse. Portanto, delimitar nosso enfoque na comunicação popular, alternativa e comunitária seguindo nosso quadro de referência, não significou menosprezar toda essa produção, mas foi estratégia metodológica para a viabilização desta pesquisa.

Considerações finais

A necessidade de definição de conceitos é uma exigência acadêmica, não dos movimentos populares. Na dinâmica do dia a dia, os processos comunicacionais, organizativos, o envolvimento da comunidade, as instâncias participativas, a definição da distribuição, forma e conteúdo se dão, na maioria das vezes, de maneira espontânea, independente da teoria. Antes de ser comunicação comunitária ou alternativa, é a comunicação popular que está em curso, a comunicação do povo e isso já lhes basta.

Apesar de termos consciência disso, sentimos a necessidade de classificação para podermos, inclusive, delimitar a amostra que, inicialmente, tinha 742 dissertações e teses, o que inviabilizaria a análise de todas. Dessa forma, revisamos os conceitos a partir de uma base teórica pré-estabelecida, mas também a partir do próprio objeto, do que as pesquisas nos traziam de informação. Reiteramos que esta pesquisa que tratou sobre a comunicação popular, não enfoca a comunicação popular-massiva (no nível popularesco), nem o popular-folclórico.

Também não falamos, sobre imprensa alternativa, sindical, sobre jornalismo colaborativo ou sobre educomunicação, por si só. Não que os temas não nos interessassem, mas a pesquisa nos exigiu tais delimitações.

Uma de nossas hipóteses sobre a conceituação presente nas dissertações e teses era de que os pesquisadores o faziam considerando as experiências em suas especificidades, não no que as uniria teoricamente, o que dificulta a sistematização dos próprios conceitos e o avanço das pesquisas sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária. Ela foi confirmada ao verificarmos por meio da denominação usada pelos pesquisadores, 24 formas diferentes de chamar as experiências que sintetizamos em quatro: comunicação popular e comunitária; comunicação popular e alternativa; comunicação popular, alternativa e comunitária; e jornalismo popular alternativo. Reconhecemos a dificuldade de impor categorias estanques para uma área tão plural e criativa e nem é esse nosso objetivo, mas a nosso ver, ao classificá-las segundo um entendimento consensual pode-se contribuir para o avanço das pesquisas sobre a subárea, já que facilitaria a identificação dessas pesquisas para futuras análises.

Também verificamos, metodologicamente, que, como supúnhamos, as dissertações e teses se valem com frequência de estudos de caso, não generalizáveis, devido às especificidades das práticas de comunicação popular, alternativa e comunitária; o que se deu em 32% das pesquisas. Também acreditávamos encontrar muitos trabalhos que se utilizam da pesquisa-ação ou pesquisa participante, métodos que demonstram o engajamento característico dos pesquisadores da área. As observações participantes somaram 27%; já as pesquisas-ação resultaram em apenas 6%, talvez pelo comprometimento exigido, pela dificuldade de execução ou questionamentos quanto à sua validade como tipo de pesquisa por parte da própria comunidade científica. De toda forma, o engajamento dos pesquisadores com movimentos populares e sociais ficou demonstrado por meio das introduções das pesquisas que, muitas vezes, explicitaram este contato entre pesquisadores e objetos.

Ainda quanto à metodologia, supúnhamos por meio de um primeiro olhar, que os pesquisadores da comunicação eram, por vezes, displicentes quanto ao detalhamento metodológico dos trabalhos, fato que prejudica a área principalmente no que diz respeito à confiabilidade dos resultados ou apontamentos trazidos. Essa hipótese também foi confirmada, pois identificamos por meio da Análise de Conteúdo das pesquisas, além do baixo índice de explicitação acerca do método que guiou a abordagem teórico-

metodológica (14%), certa displicência de pesquisadores que não apresentam no resumo e, muitas vezes, nem na introdução, os métodos, tipos e/ou técnicas de pesquisa utilizados, sendo que é consensual essa necessidade de explicitação nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil. Por outro lado, a análise do tratamento metodológico dado às pesquisas ao longo dos 40 anos de análise foi bem otimista quanto aos anos mais recentes indicando um movimento em que se dedica maior relevância às questões metodológicas, o que contribui para o fortalecimento do campo comunicacional, assim como das pesquisas sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.

A nosso ver, esta pesquisa atinge a contento os objetivos propostos, que apesar de modestos, possibilitaram um olhar mais palpável sobre as pesquisas dispersas em um território tão grande e em um período amplo de análises.

Identificamos, portanto que a comunicação popular e comunitária é a vertente de maior destaque na pesquisa de pós-graduação desta subárea, principalmente dos anos 1990 para cá. Atribuímos esta predominância à mudança do contexto político – da ditadura à abertura política – assim como a uma maior exploração conceitual de “comunidade”, a exemplo da tese de Raquel Paiva que se dedica a isso, e à regulamentação das rádios e TVs sob o título de comunitárias, o que influencia significativamente nas experiências analisadas, já que a legislação, de uma forma ou outra, apresenta uma nomenclatura que maquia as dificuldades e problemas da definição conceitual para algumas experiências da subárea.

Dentre os suportes analisados pelas teses e dissertações, identificamos a predominância dos estudos sobre rádios (33%), seguido das análises de jornais impressos (15%), da televisão (11%), e do vídeo popular (7%). Cruzando as informações quanto ao tipo de comunicação (alternativa ou comunitária) e o canal utilizado, identificamos algumas tendências: rádios e TVs são predominantes nas experiências de comunicação popular e comunitária, enquanto jornal impresso e vídeo são predominantes nas experiências de cunho popular e alternativo. Mais do que coincidência, suponhamos que esses veículos, por si só, trazem consigo certa identidade histórica: desde os jornais de resistência impulsionados pelas CEBs e movimentos de bairro até a ampliação cultural e utilização para fins

comunitários de uma emissora de rádio de baixa potência; desde os vídeos populares e marginais que por meio de uma nova estética pediam por voz até a configuração plural, coletiva e enquadrada na legislação das televisões comunitárias. Para se ter uma ideia, das 11 pesquisas sobre televisão, oito dizem respeito a canais comunitários, segundo a legislação. Verificou-se também que, ao contrário do que acreditávamos, as mídias digitais como parte dos processos de comunicação popular não têm sido amplamente estudadas, sendo analisadas em apenas em 3% das pesquisas. Esse dado pode representar, ainda, dificuldades estruturais das comunidades para o trabalho de comunicação ou de apropriação mesmo dessas ferramentas. Abre-se aqui a possibilidade de uma pesquisa interessante de ser encampada.

Quanto à distribuição das dissertações e teses sobre CPAC no país, elas foram desenvolvidas em 23 instituições, predominantemente na região sudeste (75%), seguida da região sul (15%), região centro-oeste (8%) e região nordeste (2%). As duas universidades do norte brasileiro que oferecem Pós-Graduação em Comunicação têm cursos criados recentemente e até 2012 não haviam desenvolvido pesquisas nesta subárea: Universidade Federal do Amazonas, que iniciou a oferta do mestrado em 2008, e a Universidade Federal do Pará, em 2010.

Dentre as instituições com maior relevância para a subárea, estão a Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), a Universidade de Brasília (UnB), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-Bauru). A nosso ver, três pontos contribuem para esse protagonismo: 1) Ano de criação do curso de pós-graduação em comunicação; 2) contemplam linhas de pesquisa específicas ou próximas da subárea; e 3) reúnem professores orientadores que se dedicam/dedicaram à temática.

Quanto à análise qualitativa das 15 teses⁸, verificou-se alguns critérios que permeiam o entendimento do que venha a ser a comunicação popular, alternativa e comunitária: 1) a definição de classes subalternas, os envolvidos

⁸ Devido à impossibilidade de reduzir a análise qualitativa de 50 páginas da tese para este artigo, indico aos interessados nos resultados da análise qualitativa a consulta à pesquisa na íntegra.

diretamente com a comunicação popular; 2) a existência de agentes que dão suporte a essas classes, representados por ONGs, universidades e predominantemente pela Igreja Católica; 3) a importância da participação das comunidades nos processos de comunicação; e 4) formas, conteúdos e objetivos que se complementam. Verificou-se ainda o papel secundário dos destinatários nesses processos populares, apesar de o lema ser, muitas vezes, “conseguir voz”. Questionamo-nos: voz apenas para falar ou voz para ser ouvida? A partir desse questionamento, acreditamos que apesar de os processos organizativos, participativos, de identificação e de aprendizado que são gerados nessas experiências serem os primordiais neste contexto, geralmente, há um target implícito não para que seja consumidor desse material, mas que veja nele um canal de diálogo, reivindicações política e resistência cultural. Esse target pode ser tanto o poder público, que falha em muitas situações no que diz respeito a essas classes, como pode ser um grupo que os discrimine social ou culturalmente, por exemplo. São destinatários finais de quem se espera a ação: melhorias para o bairro, mais oportunidades de emprego, menos preconceitos, mais visibilidade, mais cidadania.

Por fim, categorizamos os autores que aparecem como referência para a subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária, com base nas teses analisadas. Obtivemos uma lista de 225 autores elencados, citados direta ou indiretamente nas 15 teses, dos quais consideramos 42 que estão presentes em três ou mais das 15 pesquisas de doutorado.

Nas primeiras colocações estão Paulo Freire, presente em 12 teses; Círcia K. Peruzzo e Jesus Martín-Barbero, em nove; Regina Festa, Carlos Rodrigues Brandão e Karl Marx, em oito; Antonio Gramsci, José Marques de Melo, Mário Kaplún e Néstor Canclini, em sete. Outros 32 pesquisadores aparecem entre os repetidamente referenciados na subárea. São pensadores, educadores, sociólogos, teólogos, filósofos, antropólogos e comunicadores que são pilares para a composição da subárea. Por meio desses nomes, confirmamos o quanto a interdisciplinaridade é importante para a CPAC, que transita entre o cultural, o político, o filosófico, o social e o educacional de maneira interdependente.

Tão importante quanto esses resultados para o reconhecimento da subárea estudada, apontamos que as pesquisas de pós-graduação em Comunicação no Brasil sobre comunicação popular, alternativa e comunitária

oferecem diversas contribuições dentre as quais elenco: a) dão visibilidade a processos comunicacionais com objetivos divergentes do que geralmente se atribui aos sistemas de comunicação nos dias de hoje, com enfoque econômico; b) permitiram uma apropriação da universidade pelas classes subalternas, estimulando seus agentes a estudarem, analisarem e entenderem melhor suas realidades, assim como permitiram que pessoas de fora das comunidades lhes lançassem novo olhar; e c) foram essenciais para o fortalecimento da subárea, já que pudemos verificar que das pesquisas de pós-graduação emergem muitos autores que passaram a ser referência para a subárea com publicações posteriores em livros, revistas científicas e eventos, a exemplo de Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Cicilia Peruzzo, Raquel Paiva, Luiz Fernando Santoro e outros.

Apesar do pouco valor atribuído, no geral, às pesquisas teóricas como a desenvolvida aqui, devolvemos à comunidade acadêmica de comunicação a geração de informações que podem contribuir para pesquisas futuras, assim como a identificação dos protagonistas que encamparam o estudo sobre a temática desde 1972 a 2012. Além disso, ao realizarmos esse esforço de entender a CPAC a partir dos teóricos em geral e dos pesquisadores nacionais, acreditamos contribuir para uma melhor identificação das diferenças conceituais que permeiam a subárea, fortalecendo-a ainda mais.

A partir do que já foi trilhado teoricamente nesta pesquisa, abre-se espaço para o desenvolvimento de outras reflexões que visem a responder: Como as classes populares classificam/enxergam suas experiências? Quais práticas são realmente fundamentais para que a comunicação popular traga benefícios às comunidades? Como vencer os desafios de atrair um público leitor sem se ajustar ao modo de produção da grande mídia? Como as mídias digitais estão contribuindo com as comunidades em um período de tanta visibilidade por meio da internet? Há uma tendência futura de a comunicação popular e comunitária se esvaziar politicamente de forma a não contribuir como forma de resistência com as classes subalternas? O que mais podemos observar nas pesquisas sobre CPAC que contribuam para o avanço da subárea? Estão postos novos desafios.

Referências

AFONSO, Maria Rita Teixeira. **Mídia e comunidade**: estudo sobre produção e recepção da rádio Heliópolis. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. **Um novo texto no contexto da informação popular**: os centros de documentação e comunicação. 1989. 202 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAHIA, Lilian Claret Mourão. **A reconfiguração da esfera pública local pelas rádios comunitárias inter-FM e união na região metropolitana de Belo Horizonte**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação** – PNPGE 2011-2020. v.2. Brasília, DF: CAPES, 2010.

COGO, Denise Maria. Repensando a ciência participativa na pesquisa em comunicação. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad. (p.149-166)

DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

FERREIRA, Gisele Sayeg Nunes. **Rádios comunitárias e poder local**: estudo de caso de emissoras legalizadas da região nordeste do Estado de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; LINS, Carlos Eduardo (Orgs.) **Comunicação Popular e alternativa no Brasil**. São Paulo. Edições Paulinas, 1986, p. 9 - 30.

FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa**: a realidade e as utopias. 1984. 290 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo.

GALINDO, L. Jesús. **Movimiento social y cultura política**: discurso, conciencia, historia. Colima /México: Universidad de Colima, 1987.

GIMENEZ, Gilberto. Notas para una teoría de la comunicación popular. In: **¿Que es la comunicación popular y alternativa?: dos documentos para discusión**. N. 1. 2ed. ECO Servicio de documentación: Comunicación y solidaridad, 1984.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Gilberto Pedro. **Jornalismo nas Comunidades Eclesiais de Base: estudo de caso do jornal Grita Povo da região episcopal de São Miguel Paulista-SP**. 1987. Dissertação (Mestrado em Comunicação) ECA-USP. São Paulo.

GOMES, Gilberto Pedro. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

GONZÁLEZ, Jorge A. (Coord.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. Ciudad de México: CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007.

GONZALEZ, Jorge A. **Sociología de las culturas subalternas**. Mexicali: UABC, 1990

GONZALEZ, Jorge A. **Pesquisa e desenvolvimento da cibercultur@ no México**. Texto recebido por maliceotre@yahoo.es em 31 de jul. de 2014.

GUMUCIO-DRAGON, Alfonso; TUFTE, Thomas (Orgs). **Antología de Comunicación para el cambio social**, lecturas históricas y contemporáneas. La Paz: Consorcio de comunicación para el Cambio Social; Plural Editores, 2008.

KUNSCH, Margarida M. K.; DENCKER, Ada F. M. **Produção científica brasileira em comunicação na década de 1980**. São Paulo: Portcom-IntercomECA-USP, CNPQ, 1997.

LAHNI, Cláudia. **Possibilidades de cidadania associadas à Radio comunitária Juizforana Mega FM**. 2005. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Política de Radiodifusão Comunitária no Brasil: exclusão como estratégia de contra-reforma**. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. **Revista USP**, v.1, n.48, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2000-2001. São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/48/04-immacolata.pdf>

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; ROMANCINI, Richard. A pós-graduação em comunicação no Brasil. In: KUNSCH, M. M. K.; MELO, J.M.de. (Org.). **Comunicação Ibero-Americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação**. 1ed.São Paulo: Confibercom/ ECA-USP, 2012, v. 1, p. 189-209.

MATTIA, Olivar Maximino; LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. **Comunicação popular: perfil, história e alternativas das falas de um povo**. Caxias do Sul: EDUSC, 1996.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil**: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 – 2012. 2015. 262 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel. Estratégias da comunicação e Comunidade Gerativa. In: PERUZZO, Cicilia. **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angelara, 2004, p.57-74.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **A participação na comunicação popular**. 1991. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento. In: PERUZZO, Cicilia M. K; ALMEIDA, Fernando F. (Orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003. p. 245-264.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. **Revista Palavra Chave**, Colômbia, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008a.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil. **Revista Humanidades**. v. 55. p.100-108, agosto de 2008b.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling; BERTI, Orlando. As novas configurações das comunidades comunicacionais nas “comunidades de escolha”. In: I COLÓQUIO BRASIL-CHINA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Intercom**, 2010, Vitória (ES). Arquivo recebido por e-mail.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling.. Desafios da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Ciberkultur@: aproximação à Proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. **Revista Ciberlegenda**, v. 1 , n. 25, p. 82-99,2011.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling.. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: MONTEIRO NETO, Aristides. **Sociedade, política e desenvolvimento** - Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes; Livro 2 -. Brasília: Ipea, 2014. P. 161-195.

ROMANCINI, Richard. **O campo da Comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. 2006, 505 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade de São Paulo.

SANTOS, Adriane Lorenzon dos. **O Poder Local NO AR**: a municipalização das rádios comunitárias e o fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Capítulo 25 – Teorias da Comunicação Comunitária. Provocações sobre questões contemporâneas*

Orlando Maurício de Carvalho Berti

1 – Pontos de questionamento

Um dos primeiros questionamentos que toma conta das discussões contemporâneas no campo da Comunicação Social é balizada, em questões epistemológicas, se realmente existe uma Teoria da Comunicação Comunitária. Se sim, qual é? Como ela se procede? Como se dá e quais suas contribuições para a própria Comunicação Social? Ou seriam teorias? Ou a teoria não chega a tanto e o que realmente existe nas questões dos fenômenos comunicacionais contemporâneos é um caminho teórico para uma Comunicação Comunitária? Ou a própria Comunicação Comunitária seria apenas uma hipótese a ser balizada em algum dos modelos comunicacionais vigentes e aceitos? Ou só existe uma teoria? Vivemos em constantes dicotomias e polêmicas, tão naturais às questões humanas, principalmente se forem vivenciadas com respeito e isso trazer lições.

As tensões advêm de praticamente todas as esferas sociais, mas é na Academia que elas se arrefecem. Em um Brasil continental, múltiplo, heterogêneo, dicotômico, inclusive em seus processos sociais e comunicacionais, a língua (objeto comunicacional) é uma das poucas grandes interligações, apesar de suas interpretações e dialetos fazer um país de Brasis.

É nessa multiplicidade que o campo acadêmico comunicacional tem de dar respostas a questões prementes de fenômenos que ocorrem a todo momento e que não podem ser isolados, mas compreendidos. A comunicação feita nas, das e para as comunidades se assemelha a questões hegemônicas ou contra-hegemônicas? Será sempre contra-hegemônico ou terá

* Este texto é inspirado no trabalho de Pós-doutorado *Teorias da Comunicação Comunitária – faces e interfaces nas comunidades contemporâneas* concluído em maio de 2017 no Programa de Pós-Doutorado em Comunicação, Cidadania e Região na Cátedra Unesco de Comunicação Para o Desenvolvimento Regional e Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades, na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), em São Bernardo do Campo, sob supervisão da professora-doutora Cíclia Peruzzo.

hibridizações? Esses são pontos-chave ao campo acadêmico, principalmente em suas construções teóricas. O campo acadêmico, responsável por discutir as sociabilidades, notadamente as contemporâneas, tenta trazer respostas e reflexões aos tensionamentos epistemológicos e, principalmente, teóricos.

A própria Academia, muitas vezes, fica mais preocupada em se digladiar em teorias ou escolas teóricas advindas mais para a publicização de ideias de seus mestres do que, propriamente dito, refletindo sua prática, bem como também relega a epistemologia, e a teoria, do campo e até discutindo-a. Deixar os conflitos de lado no sentido de egos e focar na construção teórica, com reflexos sociais, é outro ponto a ser levado em conta sobre uma Teoria da Comunicação Comunitária, notadamente na contemporaneidade.

O campo comunicacional não está livre desses tensionamentos e endotensionamentos. No caso brasileiro, torna-se mais premente, principalmente, pela origem do próprio campo e sua constituição. É uma das áreas do saber brasileiro mais novas e engatinha em algumas de suas interfaces.

Então, entremeio ao conflitos, entra-se no lugar de fala da crença de teorias que expliquem os fenômenos comunicacionais comunitários e destaca-se e reflete-se pontos e polemizações. Antes disso, adentremos e reflitamos acerca das teorias da Comunicação e as comunidades.

2 – Reflexões sobre as teorias da Comunicação e as comunidades

As teorias da Comunicação são provadas a partir do próprio entendimento da serventia de uma prática comunicacional e suas reflexões no sentido das mediações informacionais contemporâneas. Baliza-se as reflexões sobre as teorias da Comunicação principalmente nos modelos teóricos destacados por Polistchuck e Trinta (2003) no sentido de serem horizontais e informacionais, dado aos aspectos participativos que a própria comunidade tem o poder de instigar.

A Comunicação é a emissão de mensagem, via algum meio, que chega até um receptor. Parte-se dessa premissa básica. Destaca-se que no próprio processo basilar defende-se a importância igualitária dos sujeitos partícipes do processo comunicacional. Um emissor e um receptor têm igual importância nesse processo. É a teoria de estudar isso e suas respectivas interações que vai caracterizar a Teoria da Comunicação Comunitária. Ela está diretamente ligada às próprias comunidades. Continua-se defendendo que não há um

conflito entre a comunicação nas, das e para as comunidades com as questões hegemônicas. Mas a comunicação hegemônica terá, até quase como um passo natural, uma preocupação maior em fazer seu trabalho e ter suas ações voltadas quase que exclusivamente para o lucro, em seu sentido econômico, e para questões mais globais, em relação às suas atuações jornalísticas e de entretenimento. Por mais que a comunicação hegemônica dê espaços pontuais às comunidades, essas, em suas micro demandas, quase sempre necessárias e discutidas para seus espaços (geográficos ou não), terminam não tendo muita reverberação constante. Por isso a necessidade premente e inicial do balizamento contra-hegemônico da Teoria da Comunicação Comunitária.

Ser contra-hegemônico, ou seja, discutir e não aceitar passivamente o status dominante de grupos sociais, econômicos e políticos em detrimento à maioria, não é só pintar uma bandeira contrária, mas se trabalhar o respeito às próprias questões das comunidades. E essas ações também se refletem em atuações comunitárias.

Partindo-se desse ponto, nota-se que os próprios preceitos teóricos da Comunicação tendem a ir por ideias e ideais mais socializantes, o que quer dizer que a própria Teoria da Comunicação Comunitária, além de não ser hegemônica, também não está ligada a um modelo direto de produção capitalista. Sobre seu modelo econômico, preza-se pelo colaboracionismo e também pela cultura de socialização.

O que não quer dizer que uma comunidade e seus respectivos meios comunicacionais não tenham ligações econômicas, já que essas questões são necessárias até para a própria manutenção do meio comunicacional.

Continua-se na premência de que a Comunicação Comunitária, e suas respectivas questões teóricas, são dinâmicas. Esse é um ponto consonante com a maioria das teorias da comunicação do século XXI, mais balizadas na igualdade entre os seres do processo.

Ao contrário de outros preceitos teóricos as questões relacionadas à Comunicação Comunitária revelam uma não dependência dos suportes tecnológicos, diferenciando-se de outras versões teóricas contemporâneas também aceitas.

Não é o meio o principal responsável pelo processo, nem deve ser o grande protagonista, mas os sujeitos, ou seja, os componentes das

comunidades e é praticamente impossível, por mais atomizado que os sujeitos contemporâneos sejam, eles não participarem (ou terem oportunidade de participação) de uma comunidade. Por isso, afirma-se que realmente existem preceitos teóricos que garantem uma teorização da Comunicação Comunitária. Ela é, em sentido resumido, contra-hegemônico, emancipador, reflete e pensa a comunidade, tenta resgatar suas tradições e pensa seus espaços, inclusive nas próprias vivências via tecnologias atuais.

Ela instiga as várias teorias e suas respectivas lições.

Ou a própria Comunicação Comunitária seria apenas uma hipótese a ser balizada em algum dos modelos comunicacionais vigentes e aceitos? Como já foi dito: a própria Comunicação Comunitária tem suas faces e interfaces, notadamente nas ações, no pensar e no agir sobre as questões da, na e para as próprias comunidades.

A comunicação feita nas, das e para as comunidades se assemelha a questões hegemônicas ou contra-hegemônicas? Sim, assim como os próprios conceitos de Comunicação Comunitária ela tende a vivenciar questões da contra-hegemonia, até porque se for vivenciar questões hegemônicas termina indo ao encontro da própria hegemonia: englobar em uma sociedade tida como aos moldes do pico da verticalidade comunicacional quem está na base e que historicamente é alijada das decisões e participações macro.

É até utópico e quase reducionista achar ou tentar provar que a Teoria da Comunicação Comunitária será sempre contra-hegemônica. As hibridizações não só sociais, tão prementes às identidades comunitárias, também instigam as questões contra-hegemônicas. Nenhuma comunidade é totalmente igual. Os anseios de uma comunidade, mesmo dentro de suas especificidades, são diferentes. Então, desmistifica-se esse ponto e se destaca que ela será cada vez mais hibridizada, por isso sendo mais que importante e necessário entender as lições contemporâneas e teóricas da Comunicação Comunitária.

3 – Lições das teorias contemporâneas da Comunicação Comunitária

As principais lições da construção de uma Teoria da Comunicação Comunitária no final da segunda década do século XXI residem notadamente em não tratar a comunidade apenas como um espaço de objeto de estudo ou somente como um lugar a ser simplesmente entendido como estaque. É

necessário viver a comunidade, estar na comunidade e esmiúça-la não só no campo teórico.

A comunidade é encarada, além de ser naturalmente um espaço, como lugar dinâmico, vivo e em constante mutação. A comunidade contemporânea é formada por sujeitos ativos do processo social, mesmo sendo utópico o entendimento que esse nível de atividade seja da mesma maneira entre esses membros.

A vivacidade das comunidades é denotada principalmente porque é formada por humanos, por seres que, mesmo às vezes atomizados ou em processos conflituosos de atomização, têm o poder de uma construção coletiva diferencial. E todos esses processos têm o poder de ser diretamente refletidos na própria sociedade, que é um conjunto mais complexo de comunidades e que forma a interligação entre os membros dos diversos grupos sociais formados em um espaço, seja ele territorial, ou não.

A Comunicação Social entra nesse processo a partir do momento que contribui para a exacerbação dos ideais comunitários. Por isso é chamada social. Não é encarada apenas como um processo de transmissão de uma mensagem para sujeitos passivos no processo. É cerne da Teoria da Comunicação Comunitária o entendimento das ações empíricas dos sujeitos dos processos comunicacionais. Sujeitos contra-hegemônicos e não lineares à lobotomizações. Sabe-se e reconhece-se que esses sujeitos não emitem, recebem e retroalimentam os processos comunicacionais comunitários da mesma forma. Cada um tem seus *quês* de atomização, mas a grande perspectiva é que se reflete socialmente não as particularidades, mas a coletivização, construída no respeito ao próximo e até suas particularizações.

Um dos fatos a serem levados em conta é sobre a mutabilidade e evolução dos meios de Comunicação Social. O avanço desses meios nas sociedades e comunidades é um processo natural humano, mas deve ser levado em conta que haja maior, ou menor, evolução e até involução.

Os próprios meios comunitários também mudam, inclusive com os respectivos públicos abrangidos (as comunidades e seus partícipes). Às vezes a mutabilidade é muito maior do que a própria sociedade em termos gerais, dada as premências de mudanças vindas de anseios históricos das comunidades. Um dos exemplos contemporâneos ligados ao final da segunda década do século XXI é sobre as novas questões, como, por exemplo, das

rádios comunitárias, do quase fim dos meios impressos comunitários, suas transformações, tentações e deturpações; sobre a questão de uma quase total moda comunicacional comunitária direcionada apenas à internet, às redes sociais virtuais e ao *Whatsapp*, sem falar da migração do audiovisual comunitarista e tradicional para plataformas virtuais de vídeos e suas maneiras de compartilhamento e socialização.

Sobre a questão das rádios comunitárias há dois grandes desafios prementes. Uma delas é um grande passo dado pela grande mídia notadamente na questão da transformação de rádios AM (em amplitude modulada, mais tradicionais) em FM (em frequência modulada, mais modernas, mais abrangentes e mais baratas).

Destaca-se que o FM é a mesma faixa em que as rádios comunitárias são transmitidas. E a outra questão das rádios comunitárias contemporâneas é continuar se reinventando no sentido de representar as comunidades entre meio aos processos sociais e as suas mudanças, principalmente culturais e políticas. Contemporaneamente as emissoras de rádio comunitária funcionam em duas frequências específicas 87,9 MHz – canal 200 – e 104,9 MHz – canal 290.

Com a inserção das antigas emissoras AM (que funcionam em amplitude modulada e foram perdendo espaços, inclusive jornalísticos e de entretenimento para as FMs), haverá mais concorrência no dial e o próprio sufocamento hegemônico das emissoras de rádio comunitária.

A Lei que autorizou essa mudança terminou ressuscitando emissoras AM que estavam fechadas ou em vias de falir. Reportagem do portal de notícias Portal G1 (2016) enfatizava que “a medida atende a uma demanda antiga dos empresários e entidades ligadas ao setor de rádio, principalmente de emissoras do interior”. Além disso, o mesmo material destaca que a faixa FM tem vantagens em relação à AM, entre as quais melhor qualidade de áudio, redução de custos de operação e manutenção e integração com aparelhos digitais, como tablets e celulares. Ou seja: é uma mudança muito mais técnica e política do que social.

A maioria dessas emissoras AM pertence a grupos políticos e, assim como uma boa parte das emissoras comerciais dos últimos anos da segunda década do século XXI deverão estar a serviço de seus grupos político-econômicos ou serem arrendadas para igrejas evangélicas para o processo de

radioevangelização, notadamente em igrejas neopentecostais, balizadas pela Teologia da Prosperidade, como destacam os vários textos apresentados em obra organizada por Nair Prata e Nélia del Bianco (2018).

Enquanto ocorre esse processo, a maioria das religiões não hegemônicas e que não fazem parte da propriedade das emissoras termina sendo relegadas e até discriminadas, como é o caso das religiões de matrizes africanas, geralmente silenciadas e combatidas. Muitas delas só obtêm determinado espaço nos veículos alternativos e comunitários. Destaca-se também que muitas das emissoras de rádio comunitária, mesmo as mais sérias e de maior compromisso social, também há discriminação religiosa, principalmente as ligadas diretamente a movimentos cristãos.

Uma das alternativas prementes às emissoras de rádio comunitária brasileiras é suas inserções na própria Rede Mundial de Computadores, dada a quantidade de usuários de internet conectados e espalhados nos mais diversos ambientes sociais, bem como oferecer conteúdo via outras plataformas. No sentido de recursos, essa veiculação tecnológica não é tão onerosa, principalmente pela quantidade de membros das comunidades que podem ser atingidos e, conseqüentemente, podem instigar mais processos comunicacionais positivos em prol das próprias comunidades. Outro ponto é que mesmo os não conectados podem ser abrangidos pelas emissoras de rádio comunitária que estão em plataformas virtuais, já que, nas conversas do dia a dia e nos ambientes sociais e comunitários, terminam com as mensagens reverberadas inicialmente em ambiente virtual para o ambiente físico.

As rádios comunitárias poderiam se reinventar em suas inserções nos processos sociais. Se no século passado eram importantes para dar voz às comunidades, contemporaneamente são essenciais para ampliar e convergir as vozes existentes, justamente devido ao poder das redes sociotécnicas, que terminam atomizando parte de seus membros.

Essas rádios comunitárias, como meios coletivos mais próximos aos espaços comunitários, territoriais ou não, terminam tendo o poder e uma verdadeira grande responsabilidade de chamar para si a convergência de fatos. Novamente se evoca a questão de suas proximidades e do respeito que muitos de seus membros têm perante as comunidades que visam representar e o saber filtrar as notícias e acontecimentos de interesses comunitários justamente para sedimentar a continuação do poder de inserção comunitária.

Já sobre as perspectivas dos meios impressos comunitários, uma das questões contemporâneas é sobre a leiturabilidade. Lê-se cada vez menos. Quais as consequências desse processo? A falta de leitura denota uma questão tanto educacional bem como social. Sem leitura como instigar a compreensão e o conhecimento? Passa-se assim a vivenciar o mesmo paradoxo trazido pelas redes sociais virtuais em que oportunizaram aos membros das comunidades a terem muitos meios, mas se esses meios não são consumidos pelos membros da comunidade, como essa comunicação continuará a ser importante e emancipadora?

Uma das soluções para esse problema é instigar a leiturabilidade por meio de linguagens contemporâneas, falando mais a própria língua das comunidades, sem antes deixar de lado suas importâncias no sentido de arregimentar mais público, interligando os públicos tradicionais, que antes liam os materiais, com os públicos contemporâneos, cada vez mais letrados, mas cada vez menos leitores, ao menos dos materiais considerados tradicionais.

Esse fato retrata uma situação paradoxal, principalmente porque muitos dos produtos impressos que naturalmente fizeram parte das lutas sociais eram, além de visualmente menos atrativos, também tinham o fato de que muitos membros das comunidades sofriam de analfabetismo ou analfabetismo funcional, mas que terminavam chegando aos membros da comunidade porque parentes e/ou amigos liam e interpretavam essas informações.

A constatação traz outra reflexão sobre o fato das famílias não se reunirem mais para debaterem as demandas comunitárias e no agora terminam utilizando redes sociais virtuais não para se integrar, com raras exceções, mas para sentirem-se integrados com o Mundo e terminando por viver um outro paradoxo que é estarem interligados com a Aldeia Global, mas, muitas vezes, sequer terem espaços em suas próprias aldeias por conta de darem mais espaços em suas vidas para as interlocuções de outros nichos a estarem interconectados com suas próprias aldeias e vivências identitárias.

A questão de instigar a leitura também passa por perspectivas de cidadania, um dos pontos balizadores da Teoria da Comunicação Comunitária. São as questões cidadãs os diferenciais para a construção de novas realidades.

Não adianta carregar os produtos em cores bonitas, com boa diagramação, mas com o conteúdo a reproduzir os produtos popularescos.

Desde o início do século XXI que os grandes grupos comunicacionais impressos brasileiros começaram a notar com mais ênfase um novo filão de mercado, principalmente em questões de leitura. O fato é ter entre a população menos escolarizada um espaço de informação. Mas, na verdade, é mais um espaço comercial para chegada a um nicho que geralmente não consumia, e continua sem consumir produtos impressos tradicionais, principalmente jornais diários e revistas. Um dos fatos desse não consumo de produtos impressos não se dá nem pelo total desinteresse de leitura por parte das populações, mas sim devido ao fato dos produtos não serem acessíveis para boa parte da população. Muitos membros das comunidades priorizam a compra de alimentos a de produtos jornalísticos impressos.

O baixo poder de compra de boa parte dos brasileiros termina sendo reflexo direto em sua capacidade de leiturabilidade. Com livros, jornais e revistas considerados caros e com espaços de socialização da leitura cada vez mais raros entre as comunidades, a fertilidade no sentido de profusão de informação comunitária termina sendo em outros meios em detrimento aos produtos impressos.

Esse efeito termina sendo um exímio polarizador para o sucesso dos veículos impressos tidos como “populares” dos meios hegemônicos. Geralmente esses jornais, em formato tablóide, são vendidos a preços quase que iguais a de um pão francês. A tática das empresas não é oferecer um conteúdo diferencial e muito menos comunitário e acessível a maior parte da população, mas ter um produto que chegue a uma parte dos consumidores, notadamente classes C e D (a maior parte da população brasileira) no sentido de poderem consumir os anúncios que geralmente recheiam mais da metade do conteúdo disponibilizado nos produtos impressos.

Esse ato de popularização da leitura não é e muito menos deve ser encarado como comunicação comunitária, por mais que queira se travestir, porque não gera uma comunicação em prol das, nas e para as comunidades, mas um chamariz de viés popularesco para tentar lucrar em cima de questões discutidas por uma massividade que antes não tinha oportunidade de leitura de produtos diários impressos.

O mesmo ritmo segue os jornais impressos diários gratuitos, a exemplo do jornal *Metro* (de origem sueca) e *Destak* (de origem portuguesa). Mesmo não se intitulado comunitários os mesmos têm forte ligações com a ascensão

à leitura de uma parte da população. Frisando-se que esses respectivos jornais têm intencionalidades puramente comerciais, inclusive sendo segmentado para públicos das classes C e B, alvos fortes no consumo de produtos geralmente anunciados nesses meios impressos.

O sucesso desses produtos não se deve a atitudes comunitárias, mas sim a questões comerciais e de trazer nichos. A Comunicação Comunitária não deve trabalhar com questão de nichos, mas entendê-los para tentar conquista-los e emancipa-los.

Sobre a questão de uma quase total moda da internet e ao *Whatsapp* a rede em si não pode ser considerada sozinha como um meio de vantagens. Destaca-se, novamente, que não é o meio que irá transformar uma comunidade, mas como a comunidade utilizará esse meio para encontrar o máximo de estratégias e ações para coletivizar suas ações em prol desses próprios grupos sociais.

O *Whatsapp* tem forte poder de viralizar assuntos, principalmente por suas características rápidas e de quase todas as comunidades terem membros conectados. Mesmo uma parte desses membros não terem acesso direto à internet e ao *Whatsapp*, seus filhos, parentes e amigos, têm e terminam compartilhando, mesmo que de forma não instantânea as informações. Um mesmo assunto, em questão de minutos, chega ao conhecimento de praticamente todas as residências da comunidade. Lembrando que antes do *Whatsapp* as comunidades geográficas tinham forte poder de reverberação rápida, inclusive ocorrendo com o sistema boca a boca ou então pelas próprias rádios no sistema de autofalantes. O *Whatsapp* transforma esses processos comunicacionais por conta do seu poder de viralizar as informações também para quem não está no ambiente físico da comunidade, principalmente, também para quem não vive geograficamente e ainda no sentido de trazer informações em duplo fluxo, dando rapidez à saída e chegada desses dados.

Acerca da suplantação dos vídeos populares uma das respostas é justamente sobre programas de compartilhamento de vídeos, como *Vimeo* (www.vimeo.com) e *YouTube* (www.youtube.com.br). Ambos são estadunidenses e terminam refletindo políticas de determinada liberdade para se postar vídeo. No caso do gigante *YouTube* o mesmo termina sendo paradoxal em políticas que mais incentivam o fenômeno dos *youtubers* (produtores de conteúdo próprio para essa plataforma de compartilhamento de

vídeo). É um quase fato que o *YouTube* cresce como uma espécie de rede social de imagens justamente por conta de sua capilarização e por sua lógica própria de indústria cultural comunicacional. O *site* proporciona que qualquer produtor de conteúdo tenha, na plataforma, o mesmo espaço que os grandes produtores. Essa é a sensação. Mas é sabido que seus algoritmos e sistemas de busca privilegiam, assim como o sistema da mídia hegemônica quem mais dá audiência para a plataforma e quem mais gera *likes* (reação de participação primária de ter gostado do conteúdo apresentado) e visualização de comerciais inseridos antes e durante a exibição desses vídeos. Quanto mais segmentado e concentrado for o público mais lucros têm o seu produtor de conteúdo.

O *YouTube* trabalha com o sistema de monetização que é o pagamento para os donos dos canais da quantidade de comerciais que são visualizados pelos públicos. Quanto mais clicados e vistos são as empresas anunciantes nos vídeos e quanto mais atinge os públicos pré-determinados por essa rede, mais monetização há. O que não quer dizer que quantidade quer dizer mais recebimento de dinheiro no *YouTube*, mas sim qualidade de atingir públicos específicos. Por isso, no Brasil, boa parte dos canais mais rentáveis é os relacionados a jogos *online*, seguidos por celebridades que comentam suas cotidianidades ou aceitam desafios de cometerem bizarrices. Então, entremeio ao simples fato de compartilhamento de vídeos, a maioria deles distantes de ser abarcados pelas mídias tradicionais e hegemônicas o *YouTube* traz esse espaço, mas não é um ápice de democracia do audiovisual por mirar em um modelo de negócios tão igual quanto às indústrias culturais tradicionais, que, por sinal, sempre resgatam, instigam e retroalimentam suas publicações, entrevistas e entretenimento também no que acontece via os youtubers.

O *Vimeo* é um sistema parecido com o *YouTube* no sentido de compartilhamento de vídeos e também se mostra uma alternativa para as questões e envio de vídeos comunitários e populares. Não é tão conhecido no Brasil como o *YouTube*, mas se mostra promissor pelo fato de proporcionar a seu usuário prosumidor um maior tempo de veiculação de vídeos, inclusive por horas. O *YouTube* limita esse espaço para um vídeo de dez minutos. Somente usuários com determinado número de seguidores e aliados ao modelo de negócios, podem realizar maiores transmissões em termos de tempo e quantidade de minutos.

Uma das grandes vantagens dessas duas plataformas de vídeos é a democratização no sentido da quase mundialização do acesso e veiculação de determinados vídeos. Nos vídeos populares que se tornaram modais a partir do final dos anos 1970 do século XX, a profusão das ideias era feita em ambientes específicos. Isso não tirava o poder comunicacional e agregador já que, na maioria das vezes, os vídeos eram exibidos justamente para o público que se queria ter a chegada da mensagem. Com os vídeos nas redes de compartilhamento, há uma possibilidade de que outras comunidades com ideais iguais ou parecidos possam intercambiar informações, sem falar no poder de reverberação desses vídeos também em redes sociais virtuais com Facebook e Twitter, além de fácil compartilhamento (via plataforma de vídeos, ou não) pelo *Whatsapp*.

Nota-se em todas essas questões perspectivas maiores, que envolvem principalmente, como até já foi destacado, a utilização do meio, não o meio em si, pois não adianta ter mil parafernálias eletrônicas se o seu uso é apenas uma mera repetição ou cópia mal feita da mídia hegemônica ou de programas e modelos comunicacionais que historicamente só contribuíram para o fim ou desagregação das comunidades.

Esquece-se também, na maioria dos estudos encontrados, de falar e cobrar em termos de mídias hegemônicas, das empresas de telecomunicações. O Brasil é dominado por quatro grandes operadoras de telefonia: Claro, Oi, Tim e Vivo. Juntas, segundo a TELECO (2017), elas iniciaram 2017 com 98,2% da fatia de mercado nacional de telefonia, sendo 29,62% para a Vivo (pertencente à multinacional espanhola Telefônica); 25,41% para a TIM (pertencente à multinacional italiana Telecom Itália); 24,41% para a Claro (pertencente à multinacional mexicana América Móvil) e 18,26% para a Oi (pertencente ao grupo brasileiro Oi).

Destaca-se que essas empresas, além de dominarem contemporaneamente boa parte dos acessos móveis à internet, também investiram pesado em distribuição de canais por assinatura. Suas receitas superam em dezenas de vezes as receitas dos grandes conglomerados. Para se ter ideia, até o final do ano de 2016, segundo a Revista Exame (2017), das 500 maiores empresas do país a sexta em matéria de faturamento era justamente a gigante de telecomunicações Vivo, com ganhos em 2016 na casa dos R\$ 9.116.400.000,00. A oitava posição era ocupada também por uma

telefônica, a Claro, com ganhos na casa dos R\$ 8.803.900.000,00. A TIM, terceira telefônica, era a 22ª na lista, com ganhos ultrapassando os R\$ 4.476.000.000,00. A Globo, com quase um quarto de faturamento da Vivo, ocupava a 40ª posição e era o primeiro dos grupos de mídia a estarem na listagem, com ganhos anuais em R\$ 2.945.000.000,00.

Ao menos em termos de poderio econômico as empresas de telecomunicações, contemporaneamente interligando uma parte da população brasileira com fluxo de dados e chamadas têm representado a quebra de hegemonia comunicacional da TV Globo. Mas, como boas empresas e sem nenhum interesse social, terminam por contribuir com outras formas de não instigarem a Comunicação Comunitária. Por isso, acende-se um sinal acerca dessa nova hegemonia, muitas vezes deixada de lado nos estudos comunicacionais comunitários e mais interligada com questões da Economia Política da Comunicação.

A interligação entre a própria Teoria da Comunicação Comunitária com suas interfaces balizadoras da Economia Política da Comunicação e do próprio Jornalismo corrobora com a questão do monitoramento dos meios comunicacionais e suas maneiras de intercambiar questões sociais, tão necessárias nas questões contemporâneas. Nota-se que os contrários a uma Comunicação Comunitária diferencial se aglomeram entre o poderio político e econômico, ávidos a não mais destruir diretamente quem é contra-hegemonico. Uma das táticas contemporâneas é a cooptação econômica. Isso é dado por meio de patrocínios, muitas vezes que garantem grandes valores aos diretores das emissoras.

Quanto mais esses diretores se sentem proprietários: maior a possibilidade de cooptação, já que há uma ligação direta de descomunitarização, ou desmascaramento de uma comunitarização que nunca ocorreu no bojo dessas emissoras de rádio.

Um dos passos principais nesses processos é justamente o de uma comunicação diferencial e isso reside na comunitarização para novas e diferentes identidades e, principalmente, emblemáticas maneiras de se viver e praticar cidadania.

E não adianta só teorizar se essa teoria não tem aplicação empírica, pois em um Brasil de milhões de comunidades, sejam elas baseadas no território, inspiradas e atuantes no virtual, ou ainda retroalimentada, sem a

prática e sem a interação com seus membros, termina somente balizando questões da Academia e se esquece da base, que são os membros dessas próprias comunidades, sujeitos que devem continuar mais que ativos para continuarem vivendo a comunhão, a comunidade em vários espaços com o retorno aos congaçamentos.

Considerações

Considera-se principalmente que há uma teoria balizadora da Comunicação Comunitária e se pode, com certeza, afirmar que realmente há teorias que explicam esses fenômenos, ao menos no campo comunicacional brasileiro. Ela está refletida notadamente a partir de como os membros das comunidades se utilizam da comunicação para vivenciarem preceitos nas, das e para essas mesmas comunidades.

As disposições teóricas comunicacionais comunitárias contemporâneas ainda estão em permanente construção. São dadas justamente porque o próprio pensamento sobre comunidades e suas interfaces comunicacionais vivenciam dinamicidades próprias e não são estanques. São fruto do próprio movimento contemporâneo de modificações, evoluções e involuções. No caso destacado: é evolutivo. O fenômeno comunicacional comunitário do final do século XXI no Brasil passa, assim como boa parte do mundo, por transformações mais rápidas dadas suas interconexões com as redes sociotécnicas, elencadas principalmente com as conectividades via internet.

Continua-se defendendo o poder dessas redes, mas também não se pode cair na vala de que elas sejam as soluções dos problemas. Assim como os meios, elas vêm de mediação e não de finalidade para os processos sociais. Continua sendo o fator humano, concomitante com suas interações sociais, o fator preponderante para os novos comunitarismos.

Então, o principal elemento para o entendimento da Teoria da Comunicação Comunitária, com as faces e interfaces nas comunidades contemporâneas, é o funcionamento de suas heterogeneidades e peculiaridades, além das lições tiradas nesses processos comunicacionais.

Um ponto chave acerca da Teoria da Comunicação Comunitária é que ela, a reboque das teorias convencionais comunicacionais aceitas até o final da segunda década do século XXI, tem mais pontos evolutivos e está relacionada com as tecnologias atuais, não como puro elemento de acesso,

mas como a utilização de dispositivos contemporâneos de comunicação pode mudar a vida das próprias comunidades.

A comunidade não pode ser, pura e simplesmente, tecnicista (apenas buscando a pura interconexão com dispositivos virtuais de comunicação), mas, no mínimo, saber aproveitar os dispositivos sociotécnicos para poder evoluir conjuntamente com as outras partes das próprias comunidades e também de seus sujeitos, bem como instigá-los a desatomizar os processos comunicacionais para torna-los coletivizantes em prol dos próprios atos sociais da comunidade.

O problema de pesquisa é discutido a partir do momento em que há várias teorias que explicam o fenômeno consonantes com os objetivos, sendo que o próprio estado de mutabilidade da própria sociedade, e comunidades, mostra teorias dinâmicas e interdisciplinares. São nesses pontos que os objetivos são elucidados, principalmente nas próprias interfaces trazidas à baila no material.

Vê-se uma maior capilarização e aceitação das questões comunicacionais comunitárias pela própria Academia brasileira.

É comum que haja uma espécie de grupo acadêmico informal interligado em eventos (geralmente partícipes dos eventos da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – e da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação) que estudam e regularmente compartilham seus conhecimentos com seus pupilos nesses eventos. Destaca-se que essa própria sugestão também faz parte da vida e ações do autor deste trabalho, valendo-se também (no sentido pessoal e profissional) essas reflexões e ponderações.

Destaca-se, após tantos apanhados e estudos, principalmente, que a Comunicação Comunitária tem como principais desafios contemporâneos (levando-se em conta o final da segunda década do século XXI) os pontos de continuar se reinventando e também sendo reinventada.

Não pode ser entendida como estática. Apesar de suas questões históricas, passando-se por lutas e muita construção social, o passado não deve ser amarrado, mas sim lembrado como maneiras de lições e de trazer elementos construtivos para novas maneiras de comunicação.

Os atos de evolução comunitária partem basicamente de duas esferas: a social e a Acadêmica. As questões sociais são natas das próprias

comunidades e as questões acadêmicas surgem da construção social, sistematizadas pelas universidades e centros de pesquisa, membros das próprias sociedades e que são destinadas a digerir, entender e propor novos rumos para a própria sociedade e, conseqüentemente, comunidades presentes nos processos sociais diários e seus fenômenos internos e externos.

A evolução comunicacional comunitária social é a base desses preceitos. É se forjando por meio dos movimentos sociais, políticos e comunitários propriamente ditos que se tem esse avanço e a conscientização que é na própria comunidade que estão os avanços sociais para a construção de melhores dias.

Continua-se defendendo que é a comunicação nas, das e para as comunidades o ponto-chave para a evolução social, respeitando-se, claro, seus espaços, sendo eles presenciais ou não, físicos ou virtuais.

A Academia tem papel também no processo de evolução comunicacional comunitário a partir do momento que sistematiza, entende, historiciza e propõe novas ideias, em conjunto com essas comunidades e seus sujeitos sociais, para também trazer novos e melhores dias. Isso não significa que melhor seja poder de consumo de bens simbólicos, mas interação cidadã. É justamente a cidadania outra das grandes chaves do novo comunitarismo. Nota-se que mais do que a própria comunidade, a Academia brasileira tem discutido com mais ênfase a cidadania entremeio ao comunitarismo, ponto principal, notadamente em questões conceituais para os estudos contemporâneos que balizam não só a Comunicação Comunitária, mas também questões do Local, do Regional, da Educação, das questões populares e alternativas, além de outras interfaces que surgem a reboque da teorização dessas questões e também são atuais e mais que prementes, inclusive para a sedimentação do campo comunicacional.

Mesmo havendo correntes acadêmicas que achem exageradas a intervenção social das universidades em assuntos pragmáticos e relacionados à “Ciência com o pé na lama”, parte-se do pressuposto de que a própria Academia não pode se achar atomizada e viver um atomismo frente às lutas sociais e questões contemporâneas.

Rejeitar o estado de fatos e atos sociais termina sendo estar na contramão das funções desenvolvimentistas cujo qual as instituições de ensino superior tentam se galgar no século XXI. Esse é um dos princípios levados em

conta contemporaneamente, tanto em instituições públicas (sejam elas estaduais ou federais) e privadas (sejam elas empresariais ou filantrópicas). Utiliza-se a metáfora “pé na lama” justamente para tentar provar (e provocar) pensamentos relacionados a uma Academia mais distante de suas confortáveis salas para que possa interagir na prática e junto aos fenômenos os seus entendimentos.

Continua-se acreditando em uma Academia de ação, permanece-se disposto a fazer parte dessa interface e este trabalho é uma tentativa de colaboração com essas interlocuações. Não se pretende fazer um tratado e muito menos uma super-referência, nem um super-lugar apenas de verdades absolutas, mas, modestamente contribuir com as discussões e “jogar gasolina na fogueira” sobre Comunicação, Comunicação Social, Comunicação Comunitária e Teorias da Comunicação. Se os objetivos sociais realmente foram alcançados, se todas as perguntas foram resolvidas, pretende-se saber a partir do momento da socialização das ideias e ideais propostos nas linhas que agora se sucedem. Tentou-se debater, polemizar e, principalmente, continuar colocando a comunidade no epicentro das discussões: sociais, comunicacionais, midiáticas, midiológicas, sociológicas e muito mais.

Aguarda-se críticas, sugestões e muitas interfaces para estas breves linhas. Viva a comunidade e viva o poder dos debates comunicacionais!

Referências

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Teorias da Comunicação Comunitária** – faces e interfaces nas comunidades contemporâneas. 2017. Pós-doutorado (Relatório final) - Universidade Metodista de São Paulo.

BIANCO, Nélia del; PRATA, Nair (orgs.). **Migração do rádio AM para o FM** – avaliação de impacto e desafios frente à convergência tecnológica. Florianópolis: Insular, 2018.

MAIORES e mais lucrativas empresas do Brasil durante o ano de 2016. **Exame**. Disponível em: <<http://mm.exame.abril.com.br/empresas>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da comunicação** – o pensamento e a prática da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RANKING da presença das empresas de telefonia celular. **TELECO**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/mshare.asp>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

TEMER autoriza migração de 240 rádios AM para a faixa FM. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/temer-assina-termo-aditivo-de-migracao-de-radios-am-para-fm.html>>. Acesso em: 24 dez 2016.

Capítulo 26 – Análise de uma experiência de Pós-Graduação em Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil. Conceitos e prática*

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Introdução

Neste texto são analisados aspectos centrais dos fundamentos teóricos e sobre a experiência de pós-graduação – níveis de mestrado e doutorado, na perspectiva da Comunicação para a Transformação Social situada na linha de pesquisa “Comunicação Comunitária, Territórios De Cidadania e Desenvolvimento Social”, especialmente de 2000 a 2017, desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (Póscom) da Universidade Metodista de São Paulo, situada em Rudge Ramos, município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, Brasil.

Em 2017 o Programa estava organizado em três linhas de investigação: Comunicação midiática, processos e práticas sócio culturais; Comunicação institucional e mercadológica; e Comunicação comunitária, territórios de cidadania e desenvolvimento social¹. O trabalho acadêmico e de pesquisa na perspectiva da comunicação para a transformação social se desenvolve mais especificamente desde a comunicação popular, comunitária e alternativa, além das mídias locais – uma vez relacionados com a questão da ampliação do exercício da cidadania –, esteve situado por aproximadamente 17 anos na linha de pesquisa que se denominava “Comunicação midiática” e

* Versão ampliada e atualizada do trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 3 a 8 de setembro de 2016, na Universidade de São Paulo.

¹ A linha de investigação “Comunicação comunitária, territórios de cidadania e desenvolvimento social” estava organizada sob a seguinte orientação temática: “Estudos teóricos e processos de comunicação constituídos que partem das práticas desenvolvidas em âmbito comunitário, alternativo e contra hegemônico, além dos demais meios locais e regionais de comunicação. Se enfatiza a comunicação em seus aspectos participativos, nas dinâmicas da educação informal, nas culturas populares, nas práticas religiosas, do direito à comunicação e à diversidade, das políticas públicas, do empoderamento social e no exercício da cidadania em territórios de identidade voltados à comunidade e ao desenvolvimento local”.

depois “Comunicação midiática nas interações sociais”², sob uma sublinha que recebia o nome “meios locais e comunitários”, coordenada pela autora deste texto. Mas, desde 2016 em razão de alterações na estrutura do Póscom criou-se uma linha específica para as problemáticas da comunicação cidadã, local e para a transformação social intitulada “Comunicação Comunitária, Territórios de Cidadania e Desenvolvimento Social”. No entanto, mesmo antes da criação da sublinha e, posteriormente, de uma linha de pesquisa específica, acima mencionadas, outros professores do Póscom já orientavam teses nessa perspectiva, entre eles, José Marques de Melo, Regina D. Festa, José Salvador Faro, Luis Roberto Alves e Luiz Fernando Santoro. Hoje em dia o sistema nacional de pós-graduação não permite mais a dispersão temática entre os professores e entre as linhas de pesquisa, o que torna obrigatória a concentração dos enfoques em linhas específicas.

Neste texto, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, enfatiza-se o trabalho específico sobre a perspectiva da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, ou da Comunicação Cidadã, que se situa dentro de linhas de investigação mais amplas, e não de todo o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. O objetivo é refletir sobre a experiência e enfatizar os aspectos teóricos e marco epistemológico dessa vertente da Comunicação que se coaduna com a perspectiva da Comunicação e Cidadania, Comunicação para a Transformação Social, Comunicação e Desenvolvimento ou Comunicação para a Mudança Social, nas expressões comumente usadas em diversos países da América Latina.

1 – Contexto regional e nacional

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), situado no município de São Bernardo do Campo, portanto não está na capital de São Paulo, mas em sua proximidade, aponta alguma especificidade histórica e regional. Primeiro porque o município faz parte de uma região – o ABC Paulista – que congrega os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, com uma população

² A qual também teve outras denominações.

aproximada de 2.500 milhões de habitantes. Porém, o Póscom recebe estudantes também de outras cidades do estado de São Paulo (com 45 milhões de habitantes), além de outros estados do país (com 204 milhões de habitantes) e do exterior.

A localização da Universidade Metodista de São Paulo em São Bernardo do Campo é um aspecto significativo pois é um dos municípios do polo industrial metalúrgico e também cenário histórico de forte movimento operário – entre outras cidades de Brasil – com a realização de grandes greves nos anos 1970 e 1980, além de importantes conquistas por sindicatos de trabalhadores, então sob uma violenta ditadura militar³. Como exemplos dessas conquistas se pode mencionar a tomada da direção de sindicatos pelos trabalhadores, recomposição salarial, conquista do direito de greve, a criação dos chamados Comitês de Fábrica, apropriação de meios próprios de comunicação etc.

Foi nesse contexto que surgiu o Póscom⁴, iniciado precisamente em 1978, com o curso de mestrado. Nos anos seguintes, o Programa acompanhou a efervescência das lutas dos trabalhadores na região - então já propagadas em outras cidades o estado e do país - e proporcionou espaços em suas instalações para fóruns de debates e respectiva documentação audiovisual, entre outras atividades. Em 1995 cria-se o curso de doutorado. Atualmente é um programa consolidado. Até julho de 2015 o Póscom tituló 668 estudantes de mestrado e 151 de doutorado. Faz parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação regulado e supervisionado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES), organismo do Ministério da Educação de Brasil.

Como já foi dito, nessa época, o curso de pós-graduação era organizado em três linhas de pesquisa um pouco diferentes: comunicação midiática, processos e práticas culturais; Comunicação institucional e marketing; e os territórios comunitários de comunicação, cidadania e desenvolvimento social. Essas linhas indicam uma amplitude temática em razão do contexto regional e nacional em que a pós-graduação está localizada,

³ Mais informações em: http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=13005; http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=208; <http://memoriasdaditadura.org.br/operarios/>

⁴ Ver <http://portal.metodista.br/poscom/sobre/apresentacao>

além das demandas da área de Comunicação no Brasil. Dessa forma, procura atender a demanda de formação de professores e demais profissionais das diferentes especialidades da área de Comunicação. Por outro lado, as linhas de pesquisa não são estáticas e refletem o perfil dos professores de tempos em tempos. Por exemplo, não existe mais a sublinha comunicação e saúde que já foi forte no programa.

As linhas de pesquisa reúnem amplos eixos temáticos em que se agregam as pesquisas de professores e alunos, além de disciplinas ministradas- abordagens no Jornalismo; Comunicação Organizacional e de Mercado; Comunicação e Novas Tecnologias; Comunicação e Religiosidade; Mídia Local e Comunicação Popular, Alternativa e Comunicação Comunitária etc.

2 – Aspectos conceituais

Em primeiro lugar, se esclarece que mesmo não usando a expressão Comunicação e Desenvolvimento ou Comunicação para a Mudança (ou Transformação) Social, entretanto reconhecendo que há diferenças entre os conceitos, é dessa última perspectiva que se trabalha no programa de pós-graduação em questão, mas sob denominações distintas, especialmente Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa ou Comunicação para a Cidadania.

Em síntese, Comunicação e Desenvolvimento em suas origens está associada à teoria da modernização (GUMUCIO DAGRON, 2012), e esteve a serviço da difusão de inovações⁵. Portanto, foi concebida como importante recurso para facilitar a implementação de políticas e práticas de um desenvolvimento baseado no progresso – econômico e tecnológico – ligados à industrialização e à modernização da produção agrícola, com grande incentivo ao agronegócio e dependente do capital estrangeiro. Como disse Amparo Cadavid (2014, p.38), essa versão preliminar da Comunicação para o Desenvolvimento se identificou com o crescimento econômico e tomava “sempre como modelo os avanços dos países industrializados, estes, liderados por Estados Unidos. [...] Não perguntaram pela sociedade, a cultura, a história, a organização”. Nesse sentido, a Comunicação e Desenvolvimento serviu (e

⁵ Ver Gumucio Dragon; Tufte (2008).

serve até hoje) fundamentalmente “para dar visibilidade, informar, divulgar, convocar e apoiar processos educativos” (CADAVID, 2014, p.38) favoráveis a um tipo de desenvolvimento visto como crescimento de indicadores econômicos, de infraestrutura e tecnológico, dos qual adviria a melhoria das condições sociais.

Porém, há que se reconhecer que dessa proposta, diante do fracasso do tipo de modelo econômico baseado na modernização, derivou-se a elaboração de muitos outros conceitos e de experiências sob a denominação Comunicação para o Desenvolvimento – e algumas variações – que mudaram a visão favorável ao desenvolvimentismo e adentraram em propostas de mudança social real.

Na verdade, se processa uma ressignificação do conceito de desenvolvimento pois se passou a prestar atenção às pessoas, suas culturas e à diversidade de gênero, de religiosidade etc. É quando aparecem as noções de desenvolvimento humano, integral e sustentável (CADAVID, 2014) ou participativo, integral e sustentável (SERVAES, 2004). Por outro lado, outros conceitos e experiências comunicativas assinalaram a necessidade de mudanças mais profundas e avançaram na direção da emancipação cidadã. Os exemplos podem ser comprovados desde os anos 1970, no caso do Brasil, por milhares de iniciativas de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa envolvidas em dinâmicas de transformação social desde comunidades a movimentos populares e organizações congêneres na América Latina.

Além de conceitos específicos sobre essa comunicação, também se assinalaram conceitos mais globais de Comunicação para a Mudança Social, segundo Cadavid (2014), no ano 2000. Para a autora (2014, p. 39), essa denominação “não é uma nova maneira de chamar um conceito antigo, mas um nome novo para uma nova compreensão da força e capacidade que tem o comunicativo desde a população, capacidade que já se viabiliza plenamente na sociedade”.

Entre seus principais expoentes estão Thomas Tufte e Alfonso Gumucio Dragon, para quem a Comunicación para el Cambio Social tem como elementos centrais - resgatados dos outros enfoques – “a participação democrática, a horizontalidade na tomada de decisões, a valorização da identidade e da cultura, e o caráter dialógico das relações” (GUMUCIO DAGRON, 2012, p. 40). Na Comunicação para a mudança social, “o processo

é mais importante que os produtos, tal como sucede com la comunicação participativa e alternativa. [...] A difusão de mensagens é apenas um produto secundário do processo de comunicação” (GUMUCIO DAGRON; TUFTE, 2008, p. 23).

Pelo que vimos e que será assinalado a seguir são incontestáveis as afinidades conceituais entre a Comunicação para Mudança Social e a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, que especialmente no Brasil, e que a título mais geral, é mais reconhecida no contexto da Comunicação e Cidadania ou Comunicação para a Transformação social.

A comunicação Popular, Comunitária e Alternativa vem da experiência histórica dos movimentos populares e “comunidades” na América Latina. Em seu conjunto, ela representa uma contra comunicação, ou a outra comunicação - como já disse Mario Kaplún. Inicialmente foi muito estudada e denominada como Comunicação Popular, Participativa, Educativa ou Alternativa, mas, com o passar do tempo, foram surgindo outras expressões, tais como Comunicação Comunitária, Mídia Radical e imprensa alternativa no âmbito do marco teórico desse segmento da Comunicação. Ao que tudo indica, a emergência desses novos modos de nomear corresponde às práticas sociais comunicativas que se reelaboram. Por exemplo, o surgimento das rádios e televisões comunitárias inspira estudos que incorporam estas denominações.

Historicamente, a posição político-ideológica desse tipo de Comunicação no Brasil é de caráter contestador do status quo e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população, com a finalidade de obter respostas às suas demandas, ligadas às necessidades sociais e econômicas derivadas das desigualdades sociais (condições de moradia, de saúde, educação), assim como às lutas para democratizar a política e à sociedade, além daquelas do âmbito do mundo do trabalho, que buscam melhorar as condições laborais e a distribuição da riqueza (PERUZZO, 2012a). Portanto é elaborada no contexto dos movimentos sociais populares e “comunidades”; na luta para exercer a liberdade de expressão, denunciar problemas, reivindicar direitos, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, para contribuir à transformação social. Mas, sem esquecer de que não se trata só de desenvolver meios de comunicação, e sim

processos nos quais a comunicação interpessoal e grupal é parte constitutiva e constituinte das mudanças mais amplas da realidade.

As manifestações da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária são diversificadas. Envolve desde a comunicação dialógica presencial, pequenos jornais, alto falantes, vídeo popular e/ou a rádio comunitária⁶ até o sítio Web colaborativo ou ao jornal alternativo de circulação regional ou nacional. As diferenças ocorrem em razão dos contextos também distintos uns dos outros. Expressam o protagonismo de segmentos populacionais descontentes com a realidade (desde o bairro, condições de trabalho, de acesso à terra, tratamento de gênero, condições da juventude e das crianças etc.) mas já mobilizados para mudá-la, a partir dos espaços de vivências cotidianas nas localidades e em outros lugares de relacionamentos, como o ciberespaço por intermédio de redes e comunidades virtuais.

Há que se dizer também que a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no sentido falado até aqui refere-se a uma abordagem de conjunto em razão das intersecções entre popular, comunitário e alternativo. Entretanto, sempre existem perguntas sobre as diferenças entre tais manifestações. Na verdade, é possível encontrar especificidades em cada processo de comunicação assim adjetivados, se tomados isoladamente e uma vez relacionados às práticas sociais concretas, pelo menos nos anos recentes. Isso se deve ao contexto e ao momento histórico de realização das práticas comunicativas⁷. Não obstante, é necessário cuidado para não se nomear por antecipação com adjetivos (ou categorias construídas a priori) que podem não corresponder à realidade das práticas comunicativas concretas. Na realidade, as demarcações de fronteiras rígidas entre popular, comunitário e alternativo tendem a não resistir à realidade, que normalmente extrapola os conceitos em decorrência de seu dinamismo e do carácter ínter e transrelacionado das relações entre organização-açõesocial-comunicação. Nas práticas sociais, os processos comunicacionais são holísticos. Não se dissociam de mobilizações mais amplas e podem assumir um hibridismo de linguagem, finalidades, formatos, conteúdos e práticas de produção. Os elementos principais que

⁶ Com as devidas ressalvas, ao final nem todas as emissoras que se denominam comunitárias se regem por princípios correspondentes. Muitas reproduzem a lógica e os "vícios" das rádios comerciais.

⁷ Ver o detalhamento de todo esse processo em Peruzzo (2012a).

caracterizam a comunicação como popular, comunitária e/ou alternativa estão no processo, nas práticas sociais, nas relações que se estabelecem, e não no tipo de meio utilizado, nem em outra característica qualquer (linguagem, propriedade, formato, sentido ideológico) tomada isoladamente. O que importa é o conjunto da práxis, o processo educativo que se desenvolve e o significado que tem para os segmentos envolvidos, para a comunidade ou para o movimento social. O habitante de um lugar pode não participar diretamente na gestão de uma rádio comunitária; mas ter espaço para transmitir seu programa, para participar das reuniões de avaliação de conteúdo etc. Pode não participar das reuniões, mas ter voz ativa na programação (PERUZZO, 2012a).

Não obstante, sem perder de vista as intersecções e acrescentando que a confluência entre popular, comunitário e alternativo também se expressa em termos políticos e ideológicos entre experiências aparentemente distantes, para efeito didático,

pode-se dizer que as características singulares da comunicação popular, alternativa e comunitária, neste início de século, parecem indicar a existência das seguintes categorias:

a) Comunicação popular, alternativa e comunitária: trata-se de uma vertente constituída por iniciativas populares (do povo) no contexto de localidades, bairros, comunidades (presenciais ou virtuais), movimentos sociais e organizações civis congêneres sem fins lucrativos. Surgem para suprir necessidades de expressão de segmentos das classes subalternas em suas lutas pelo estabelecimento da justiça social. Constroem uma outra comunicação que se distingue da mídia comercial pelos conteúdos difundidos, formatos, sistemas de gestão, pela participação da população e pelo compromisso com o interesse público. Ela se configura em:

a.1 Comunicação popular e comunitária: processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades. É sem fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas.

a.2 Comunicação popular-alternativa: processos de comunicação constituídos por iniciativas que envolvem a participação de segmentos populares, mas não respondem ou são assumidos pela comunidade como um todo. Em geral, são motivados ou viabilizados por organizações não governamentais (ONGs), fundações, projetos de universidades, órgãos públicos, igrejas etc., mas também podem funcionar a partir de iniciativas autóctones. Tende a se confundir com a comunicação comunitária em decorrência de similaridades, ou mesmo vir a constituir-se como tal.

b.Imprensa alternativa: trata-se de uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos, que podem assumir feições mais amplas, de caráter autônomo, e, por natureza, não alinhados aos padrões dominantes dos meios de comunicação, governos e demais setores que representam as classes dominantes. Os veículos alternativos de maior porte se constituem como fontes alternativas de informação. Pelas características específicas de alguns de seus segmentos, podem ser agrupados em:

b1 Jornalismo popular-alternativo (ou de base popular): efetiva-se de modo participativo, uma vez ligado a movimentos populares, associações, entidades ligadas a setores progressistas de igrejas, ONGs etc., se configura e circula no mesmo universo da comunicação popular e comunitária.

b.2 Jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada): se ocupa, fundamentalmente, em transmitir uma visão diferenciada e crítica dos acontecimentos que normalmente já são tratados pela grande mídia, além de temas omitidos por ela. Pode também tratar especificamente de política, economia, questões locais, questões juvenis, crítica aos meios de comunicação e assim por diante. Seu caráter colaborativo pode ocorrer a partir de duas perspectivas. A primeira, pelo sentido de ajuda, partilha e colaboração instituído e praticado, em geral, por voluntários que levam adiante alguma proposta editorial diferenciada com a intenção de colaborar na difusão crítica de informações. Essa dimensão é característica da comunicação popular, comunitária e alternativa ao longo dos tempos e utiliza como suporte canais impressos, orais, audiovisuais e/ou digitais. Como exemplo podemos citar a revista *Viração* e o jornal *Trecheiro*. A segunda perspectiva se refere a processos interativos nas mídias digitais, na lógica da Web 2.0, através de *websites* colaborativos, nos quais os membros e militantes usuários da internet podem contribuir com mensagens por eles mesmos produzidas e inseridas no sistema online. Tais webespaços são majoritariamente preenchidos com conteúdos elaborados pelos próprios usuários. Exemplos: Centro de

Mídia Independente (CMI), Overmundo, Canal *Motoboy*, *Wikinews*, *Youtube*⁸ etc.

b.3 Jornalismo alternativo autônomo: imprensa produzida por indivíduos isoladamente ou até por micro-empresários. Pode caracterizar-se como de informação geral, literário, político etc.

b.4 Jornalismo político-partidário: imprensa sob a direção de partidos políticos, candidatos a cargos eletivos ou a “mandatos” de vereadores, deputados e senadores no exercício da função pública de representação.

b.5 Jornalismo sindical: imprensa produzida no universo dos sindicatos de trabalhadores e organizações similares de categorias profissionais (metalúrgicos, professores etc.) (PERUZZO, 2012a, p.366-369).

Infere-se pois que os meios alternativos podem se configurar de modos distintos. Por um lado, podem ser vistos no conjunto da Comunicação Popular e Comunitária. Por outro lado, quando se fala de jornais alternativos há aqueles que podem ser orgânicos aos movimentos populares ou outros organismos comunitários e outros que se diferenciam da comunicação popular e comunitária por um certo distanciamento desses movimentos. Casos dessa segunda vertente se justificam como alternativos por seu caráter independente, ainda que haja identidade ideológica ou política com as lutas de movimentos sociais populares. Às vezes são periódicos críticos ao capitalismo e aos meios de comunicação convencionais mas não se submetem aos movimentos sociais ou às organizações comunitárias.

Desse modo, há que ver se essas distinções fazem sentido em cada realidade estudada. Não se trata de categorização e de conceitos fechados, e sim flexíveis e expostos tão somente para facilitar a compreensão das práticas comunicativas. Não convém esquecer que as práticas comunicativas às vezes comportam mais de uma dimensão, ou seja podem ser popular e alternativa ou popular e comunitária ao mesmo tempo.

A Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, não é um todo monolítico e não está livre de distorções nas práticas sociais⁹, porém, nas suas

⁸ Sistema que permite a inserção de audiovisuais pelos próprios usuários.

⁹ Muitas experiências perdem o caráter participativo e coletivo ao longo do processo, seja porque há líderes que não são muito democráticos (às vezes, por falta de formação para isso terminam por se inspirar nas emissoras comerciais), seja porque alguns tentam impor seus

expressões mais exitosas em termos de caráter comunitarista, é próxima à proposta de desenvolvimento participativo¹⁰. Esse desenvolvimento corresponde ao que Jan Servaes (2004, p.33-34), identifica como “participativo, integral e sustentável” e que tem os seguintes princípios: respeito às necessidades humanas básicas; ser endógeno a cada sociedade; ser auto confiável em termos de reconhecimento de forças e recursos próprios; ser integrado racionalmente à ecologia, com responsabilidade em relação à biosfera e aos ecossistemas locais e globais, atuais e futuros; baseia-se na democracia participativa em todos os níveis; e proporciona mudanças estruturais nas relações sociais, nas atividades econômicas e na estrutura de poder para fazê-lo compartilhado desde a “comunidade” até o mundo como um todo.

Essa perspectiva conceitual é um ponto de partida para os estudos de pós-graduação que em sua maioria estão interessados em compreender e refletir sobre os processos da outra comunicação, ou seja, popular, comunitária e alternativa, ou da Comunicação para a Cidadania, no contexto dos movimentos sociais, comunidades, organizações não governamentais ou associações da sociedade civil sem fins de lucro. Interessa a comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas em seus processos de mobilização e ampliação do exercício da cidadania. Entretanto, também se aceitam na mencionada sublinha de pesquisa estudos de meios locais ou regionais de comunicação, mas sem perder de vista a dimensão de participação social e da cidadania.

A base conceitual sobre a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa é complementada com outros fundamentos teóricos centrais que ajudam a orientar as investigações na referida sublinha, tais como os conceitos de cidadania, de participação popular, movimentos populares, comunidade, comunicação para a mudança social, questão local, identidades, culturas populares, direito à comunicação, e sobre o empoderamento de tecnologias tradicionais e digitais. Porém, não há imposição de marco teórico. Cada estudante elege os conceitos que fazem mais sentido em razão do problema de pesquisa e do enfoque que deseja dar ao trabalho. Por exemplo, trabalhos

interesses político-partidários. Ou ainda porque os interesses financeiros, de proteção pessoal ou religiosa prevalecem, entre outros aspectos.

¹⁰ Ver Peruzzo (2014a).

já se fundamentaram em conceitos como de esfera pública, cidadania, questão local ou de políticas públicas de comunicação local como eixos centrais

Enfim, desenvolvimento é um tema complexo, cujos conceitos estão em permanente revisão, se ressignificam ou se modificam. Uma discussão necessária é sobre que tipo desenvolvimento se quer. Trata-se de um debate que escapou um pouco do horizonte de alguns dos movimentos populares, de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), quando mais direcionados a amenizar as sérias contradições da vida cotidiana.

Parece que nos contentamos em intervir diretamente na realidade visando melhorar as condições de existência de grupos de pessoas, o que é muito importante e necessário, pois se ajuda a avançar na conquista de direitos de cidadania. Às vezes se “esquece” que essas lutas seriam muito mais potentes se também mirassem o horizonte futuro. Pode-se perguntar por exemplo, quais são as estratégias de longo prazo de nossos trabalhos comunitários ou junto a jovens em vista à construção de uma sociedade livre e igualitária? Ao contrário, o que em geral se passa é que só se foca o imediato, a redução de uma desigualdade, uma pequena remuneração, a melhoria da autoestima e da educação informal, entre outros aspectos. Não raro o que se está fazendo, apesar dos benefícios incontestáveis, até porque realiza uma educação informal, é que se está melhorando o modo de vida dentro do capitalismo, em general sem criticá-lo e como tal muitas vezes sendo tragados por ele, pois se está contribuindo para a reprodução do próprio sistema. Trata-se de um tema polêmico, não claramente visível, mas desafiante. Repetindo a pergunta: que desenvolvimento queremos? Só a sociedade tem a resposta e se ainda não a tem pode construí-la...

Com toda modéstia, os estudos na linha de pesquisa enfocada miram, em última instância, o caminho do desenvolvimento participativo¹¹, quem sabe abram caminho para o pós-desenvolvimento (SILVA, 2011; TUFTE, 2012).

Entretanto, há que reconhecer que há muito a caminhar para ir além da busca para a efetividade de direitos básicos de cidadania (direitos civis, políticos, sociais e comunicacionais), e transcender para lutas pela transformação das estruturas que geram ou perpetuam as desigualdades sociais.

¹¹ Ver Peruzzo (2014a).

Voltando à questão do desenvolvimento participativo, sustentável e integral, e em poucas palavras, para esclarecer que a noção de participação chama a atenção para a necessidade de participação efetiva das pessoas em todas as dimensões, no planejamento e nas decisões, e na produção e a apropriação do produzido. Desenvolvimento sustentável significa a percepção da necessidade de sustentabilidade ambiental como condição para garantir o próprio negócio futuro e a sobrevivência das futuras gerações. Existe um discurso "politicamente correto" para práticas em geral pouco coerentes com este, no cotidiano das empresas capitalistas. Outra faceta do desenvolvimento é ser Integral, pois transcende "o econômico, o infra estrutural e o tecnológico, inclui a sociedade com todas as suas variáveis, suas instituições e organizações e também o meio ambiente" (CADAVID, 2012, p. 39).

Mas, para ser integral significa também o desenvolvimento das pessoas, isto é, a necessidade de se favorecer o crescimento intelectual (capacidade de avançar o conhecimento e a criatividade) e a criação de condições dignas de existência (desenvolvimento econômico e social, educacional e cultural), e de participação política e na tomada de decisões. Pressupõe respeito pelas culturas e conhecimento dos povos. Pressupõe que a economia tenha como sua força motriz o ser humano, e a humanidade no sentido cívico, como defendido no Fórum Social Mundial. Tudo isso permite que todos se desenvolvam como pessoa e como agente político e participem da geração de conhecimento. Essa perspectiva possibilita que a pessoa seja um ser de relações e não de contatos, na linha de Paulo Freire (1977). "É estar com o mundo e agir sobre ele" (PERUZZO, 2012, p. 9) para que seja possível transformar estruturas injustas e contraditórias, com participação ativa dos sujeitos (protagonismo popular). Portanto, são dimensões relacionadas à extensão dos direitos humanos e ao exercício dos direitos e deveres da cidadania, do civil ao cívico.

Pode parecer utópico, mas, o que seria de "nosotros" se perdêssemos a utopia?

3 – Posição epistemológica

Para trabalhos de investigação na perspectiva da Comunicação para a Transformação Social é relevante a adoção de uma postura teórica coerente aos princípios desse tipo de concepção de Comunicação, desde o próprio ato

de investigar à posição diante da própria ciência, portanto do marco metodológico e do marco epistêmico.

Uma das primeiras noções que orienta esse tipo de investigação é a inconformidade com a injustiça social, com as desigualdades entre aqueles que desfrutam das benesses do modo de produção capitalista e outros que amargam a pobreza, a baixa escolaridade, péssimas condições de moradia, de educação e assim por diante. Outra noção que logo se agrega é a necessidade de mudança, mas o que muda? Esta pode significar apenas uma mudança social superficial (muda alguns aspectos, mas não transforma as estruturas). O mundo em sua experiência histórica indica a necessidade de transformação profunda nas sociedades para colocar o civismo adiante dos interesses de mercado, de modo que todos os seres humanos sejam sujeitos e beneficiários dos avanços do desenvolvimento.

Sem a intenção de esgotar o tema, outra noção que vale a pena mencionar é que nesse contexto há a tendência de relativizar a concepção de que a única ciência válida é aquela cujo processo epistemológico e metodológico se baseia na objetividade científica por sua pretensa neutralidade e que, portanto, deveria ser seguido por todas as ciências. Como aclara Boaventura de Sousa Santos (1999, p.19), essa corrente “parte da assumpção de que as ciências naturais são uma aplicação ou concretização de um modelo de conhecimento universal válido e, de resto, o único válido”. Sem desconhecer a importância do conhecimento gerado com bases no positivismo, o que quero dizer é que existem outras formas de geração do conhecimento nas ciências humanas e sociais, que da mesma forma são válidos, mas passam por critérios e metodologias distintos de investigação.

Concorda-se com Minayo (2009, p. 10) quando afirma que “a cientificidade não pode ser reduzida a uma forma determinada de conhecer: ela contém previamente, por assim dizer, diversos modos concretos e potenciais de realização”. Com Jorge González (2007, p.50-51), pode-se dizer que “não existe ‘o’ método científico; existem diversas formas de cientificidade”.

Consciente de outras possibilidades de desenvolver conhecimento científico, a postura que orienta a posição epistemológica e metódica no contexto de pesquisa a que se refere este texto, é assumir e declarar que não se tratam de estudos neutros, mas capazes de gerar conhecimento confiável e

útil à sociedade. Nem sempre se trabalha com números e estatísticas porque existem situações sociais que são mais bem compreendidas por meio do contato direto do investigador com os investigados, seja por intermédio de entrevistas em profundidade, estudos etnográficos ou ainda pesquisa-ação participativa. É, talvez, até mais difícil fazer esse tipo de investigação visto que há necessidade de compreender o fenômeno em profundidade e para tanto impor limites às próprias apreciações baseadas na subjetividade e idiosincrasias pessoais.

Sabe-se que esse tipo de investigação não é bem aceita na academia. Primeiro porque vai contra os padrões dominantes de pesquisa. Segundo porque se trata de um segmento (o das classes empobrecidas) que não tem grande interesse investigativo nas universidades do Brasil. E pelo que se observa isso se passa também em outros países da América Latina, da Europa e Estados Unidos. O rechaço não importa muito aos investigadores envolvidos nos estudos de Cultura e de Comunicação de segmentos das classes subalternas. Trata-se de um interesse investigativo que vem de uma posição da pessoa (do/a investigador/a) no mundo, de como ela concebe e se situa nele. O propósito maior é fazer uma pesquisa cujos resultados (e às vezes o próprio processo de investigação¹²) podem contribuir deixando subsídios, ou seja, o conhecimento, aos grupos estudados e à sociedade, especialmente aos empobrecidos. Dos outros muitos já cuidam.

No nível metodológico na subárea de pesquisa sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária, a predominância é de estudos compreensivistas (fenomenologia etc.), estruturalistas e histórico-dialéticos, entre outros. Do ponto de vista das técnicas de investigação, é raro o uso de técnicas isoladas, com exceção ao tratar-se de pesquisa teórica. É comum o uso simultâneo de mais de uma técnica como forma de compreender os fenômenos em sua totalidade. São peculiares a investigação participante – em diferentes modalidades - combinadas em geral com o estudo de documentos -, e o uso de entrevistas, além da pesquisa bibliográfica (PERUZZO, 2014).

¹² Refiro-me aos processos de investigação que por intermédio de metodologias participativas, a exemplo da pesquisa-ação, ajudam aos grupos a pensar sua realidade ao participar do próprio processo de pesquisa e não só por meio dos resultados.

4. Na prática: exemplos de temáticas de dissertações e teses concluídas

Para que seja possível ter uma visão um pouco mais precisa sobre o que se investigava na sublinha “Meios locais e comunitários”, transformada na linha de pesquisa “Comunicação comunitária, territórios de cidadania e desenvolvimento social”, do Póscom da Universidade Metodista de São Paulo, a seguir transcrevemos os títulos de algumas, entre as mais de 70 dissertações e teses concluídas: *A Pesquisa Acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 – 2012*; *Filmar operários: entre a atuação política e a comunicação alternativa nos anos 1980*; *Políticas locais de fomento à comunicação comunitária; Comunicação popular-alternativa entre jovens indígenas das aldeias Jaguapirú e Bororó (Dourados-MT)*; *Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação de comunidades locais em Moçambique*; *Ecologia e meios locais: o espaço ecológico Sentinela dos Pampas: Amigos da Terra e seus reflexos na imprensa local*; *A formação de comunidades de compartilhamento social do Centro de Mídia Independente (CMI)*; *Política e estética na comunicação popular: estudo sobre os vídeos do Grito dos Excluídos da Rede Rua*; *Linguagem e mobilização na comunicação popular e comunitária: experiência de jovens da favela Real Parque e Jardim Panorama-SP*; *Rádio Comunitária como vetor no processo de democratização da comunicação*; *Comunicação comunitária e o direito à moradia: mobilização do Movimento de Moradia com a Rádio Z em Mauá – SP*; *Processos comunicacionais em rádios comunitárias no Sertão nordestino na internet*; *A Rádio em Assentamentos Rurais: um estudo da rádio em Assentamentos do Município de São Miguel do Oeste – SC*; *Imprensa étnica: análise de jornais para imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*.

5 – Na prática: o Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni)¹³

O Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni) foi criado em 31 de maio de 2004, vinculado, na época, ao Póscom da Universidade Metodista de São Paulo, e atua de forma independente com

¹³ www.comuni.org.br

base na autonomia acadêmica conquistada. Está registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa (Sistema WebGrupo) do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*. Há alguns anos (desde 2012) aplicou os princípios da cibercultur@¹⁴ com vistas a dar-lhe mais coesão interna, além de desenvolver o sentido coletivo (o nós ou nosotrico), em conformidade com a cultura Tojolabal¹⁵ – um dos povos Maya dos Altos de Chiapas, no México – onde todos são sujeitos e o espírito de comunidade prevalece sobre o individualismo, e gerar nova cultura de investigação.

Mais que um grupo, o Comuni é uma Comunidade Emergente de Investigação (CEI).

O desenvolvimento de comunidades emergentes se concentra em facilitar uma dinâmica horizontal, próxima à educação popular de Freire e outros, que lhes permite apropriar-se coletivamente da tecnologia para gerar uma capacidade de narrar-se e de construir-se um 'nosotros' [referindo-se a Lenkersdorf] auto determinante e não derivado de imposições externas (GONZÁLEZ, 2009, p. 65).

Cada comunidade emergente corresponde a um nó “de uma rede em construção permanente [...]” (GONZÁLEZ; MAASS, [s.d], p.7).

Desse modo, a Cei Comuni tenta desenvolver uma dinâmica de trabalho participativa e coletiva, sem descuidar do desenvolvimento das culturas de informação, comunicação e conhecimento, desde um dos pontos chave da cibercultur@.

5.1 – Quem participa

A maioria dos membros da CEI Comuni é formada por ex estudantes e também atuais estudantes da pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) vinculados à linha de pesquisa em questão (mais alguns outros que estão em outras linhas de pesquisa), procedentes de diversos estados e cidades do Brasil e do exterior¹⁶, além de professores/investigadores de outras instituições que nunca estudaram na Metodista, mas se interessam em participar do grupo. Todos têm alguma prática de comunicação popular e

¹⁴ Ver González (2009, 2012).

¹⁵ Ver Lenkersdorf (2008).

¹⁶ Mozambique y Bélgica.

comunitária ou vínculo com movimentos populares, comunidades, instituições públicas, organizações não governamentais ou meios locais. A base para unir-se ao Comuni é a afinidade com a perspectiva da Comunicação para a Cidadania e/ou devido às circunstâncias uma vez sendo estudante da universidade. Em geral, estão buscando informações, troca de experiências, retroalimentação teórica e subsídios para suas investigações e para as práticas sociais desenvolvidas¹⁷.

Nesse contexto,

a busca individual de cada membro para crescer, desenvolver seu conhecimento e obter títulos acadêmicos é respeitada e, no fundo, todos colaboram para a sua concretização. No fim, a passagem para um maior conhecimento dos participantes da CEI Comuni aumenta na proporção que cresce seu processo interno de coesão e espírito de compartilhamento, pois, ativa o conhecimento coletivo, que sempre é mais avançado que o individual pelo fato de ser fruto da cooperação¹⁸ que gera um outro nível de saber. Estamos nos referindo à Zona de Desenvolvimento Próximo (ZDP) explicada por Vygotsky (1995) (PERUZZO, 2015, p. 74-75).

Por outro lado, claro que há também dificuldades, como por exemplo a falta de assiduidade de alguns, o que gera certo desconforto no grupo, apesar das “justificáveis” razões, como compromissos profissionais ou de dificuldade de acesso à sala virtual, ente outros.

5.2 – Atividades desenvolvidas pelo Comuni

Ao mesmo tempo em que cada membro desenvolve sua investigação individual, como parte do programa de pós-graduação ou por interesse pessoal ou acadêmico no caso dos já titulados, existe um esforço para realizar atividades coletivas, presencial e a distância (o grupo tem acesso a uma sala virtual¹⁹). Algumas são atividades cotidianas (intercambio de materiais de forma presencial ou por meio da lista de e-mails, contatos informais, trabalhos

¹⁷ Ver em Peruzzo (2014).

¹⁸ Processo similar já foi apresentado por Karl Marx, em *O Capital* (v.1), a respeito da potencialização da força de trabalho por meio da cooperação.

¹⁹ Esta sala é oferecida ao grupo pelo Labcomplex vinculado à Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e por intermédio de Jorge A. González.

em pequenas equipes, seguimento das investigações, manutenção do blog²⁰, etc.). Outras atividades são periódicas, tais como: reuniões mensais; estudos teóricos de temas definidos pelo grupo; ajuda mutua nos projetos de pesquisa (inclusive ajuda na construção do espírito nosotrico); participação individual (de livre escolha) em eventos científicos com apresentação de trabalhos; organização de livros com as contribuições do evento anual; realização de painéis em congressos científicos; realização de um evento anual de maior dimensão (Encontro de Comunicação Comunitária e Cidadania) no qual se apresentam as pesquisas concluídas e de relatos de experiências práticas de comunicação realizadas por protagonistas convidados); Envolvimento de alguns dos membros em assessoramento (educação não formal) a grupos de comunicação em comunidades e/ou a realização de projetos de extensão universitária. No momento da produção deste texto, estavam sendo realizados, por exemplo, um projeto de extensão universitária junto a rádios comunitárias no Sertão do estado de Piauí (com o apoio da Universidade Estadual do Piauí, campus Picos), e outro em cooperação com uma Cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), la Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAVI), no estado de Paraná. Este último trabalha na produção de documentários em vídeo sobre, com e para a Cooperativa.

Considerações finais

Espera-se haver deixado claros alguns dos aspectos principais de uma experiência de mais de 17 anos de trabalho em um setor da pós-graduação direcionado à Comunicação para a Transformação Social. Não obstante, recorda-se que não se trata todo o programa de pós-graduação - o Póscom da UMESP- mas de um pequeno setor dentro dele, pois no seu conjunto ele comporta outras sublinhas temáticas e dezenas pesquisas sobre temas completamente distintos.

Também gostaria de dizer que o contexto acadêmico mais amplo tem favorecido o trabalho na perspectiva da comunicação para a transformação social pois tem encontrado espaço – em forma de Grupos de Trabalho, painéis ou de conferências - em congressos científicos em países da América Latina e no mundo, graças a entidades científicas como a Sociedade Brasileira de

²⁰ Ver <http://comuni.org.br/>

Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), a Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación (ABOIC), Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), a International Association for Media and Communication Research (IAMCR), entre outras. São associações científicas que possuem grupos de trabalho permanentes sobre temáticas convergentes à Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa que se reúnem em eventos científicos em diferentes países e continentes.

A experiência de estudos, ensino, extensão universitária e investigação em nível de pós-graduação tem permitido conhecer e sistematizar práticas dessa outra comunicação no Brasil, de diferentes lugares e estados, de grandes cidades ao Sertão nordestino. Portanto, desde problemáticas urbanas até aquelas do mundo agrícola e rural. Desde experiências comunicativas de associações comunitárias em bairros até grupos juvenis ou comunidades indígenas. Desde pequenos periódicos ou de rádios comunitárias ao empoderamento de plataformas colaborativos na internet. Desde as políticas públicas até o direito à comunicação. Porém, o que se quer entender são os processos de comunicação humana dialógica e de empoderamento social das tecnologias de comunicação - das tradicionais às mais modernas -, como parte de dinâmicas participativas e de mudança das condições de opressão e alienação dos empobrecidos, mas capazes de construir alternativas de transformação da realidade.

Nesse contexto, foram apreendidas muitas iniciativas de comunicação popular bem sucedidas que nasceram e continuam a funcionar na perspectiva da emancipação cidadã, por meio da participação popular e da organicidade para os interesses comunitários da educação informal, desenvolvimento cultural e melhoria das condições de existência. Mas, também, se aprendeu que existem muitas dificuldades e de todos os tipos (falta de recursos econômicos, falta de capacitação de líderes para o trabalho comunitário, conflitos e disputas entre os próprios participantes, falta de adesão à própria realidade, que pode haver instrumentalização de iniciativas para interesses políticos de apoiadores ou governos etc.). No final, devemos reconhecer que é muito difícil ser uma comunidade dentro do capitalismo... Que é muito difícil ser uma comunidade em meio a mentalidades não comunitaristas, sem o

sentido de nós, do em comum. Enquanto isso, sempre há sinais de que é possível avançar, que existem práticas comunicativas participativas que ajudam a mudar a vida das pessoas para melhor, que o caminho é feito ao caminhar, como os poetas já disseram. Fazer pesquisa nesse nível é uma forma de resgate e documentação de expressões comunicativas e organizacionais de segmentos das classes subalternizadas que, historicamente, foram omitidos, ou colocadas em posição desfavorável, de e nos registros da história dos povos. Outro aspecto muito relevante é que, como parte das investigações são caracterizadas como estudos de caso, as teses finais deixam subsídios para estudos posteriores e abordagens mais holísticas capazes de contribuir para gerar conceitos e rever outros.

É interessante observar que a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa não se configura como predominante nos Programas de Pós-graduação em Comunicação no Brasil enquanto linha ou sublinha específicas de pesquisa, entretanto sempre houve algumas teses relacionadas a essa problemática em diferentes programas. Mas, o Póscom da Universidade Metodista de São Paulo tem sido o que mais dissertações de mestrado e teses de doutorado tem sido defendidas tendo como foco essa perspectiva comunicativa. É o que demonstrou uma pesquisa (OTRE, 2015) sobre 40 anos de produção de teses sobre Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa concluídas em todos os programas de pós-graduação, desde a criação do primeiro (1972) até o ano de 2012. O desligamento da autora deste texto em 17 de dezembro de 2017 deste Programa de Pós-Graduação não significou o fim da linha de pesquisa analisada neste texto, até porque a renovação de docentes contemplou doutores formados dentro dessa mesma perspectiva. Por outro lado, trata-se de uma linha de pesquisa que se espalha por outras universidades e cursos de pós-graduação em Comunicação do país e do exterior.

Referências

CADAVID BRINCE, Amparo. Los actuales debates sobre comunicación, desarrollo y cambio social. In: CADAVID BRINCE, A.; GUMUCIO DAGRON, A.(Edits.) **Pensar desde la experiencia**. Comunicación participativa en el cambio social. Bogotá: Uniminuto, 2014. p.37-54.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre culturas e cibercultur@**: incursões e outras rotas não lineares. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2012.

GONZÁLEZ, Jorge A. Pantallas vemos, sociedades no sabemos – barruntos (conjeturas) sobre temporalidades progressivamente apantalladas y cibercultur@. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, a .32, n.1, p. 51-68, 2009.

GONZÁLEZ, Jorge A. Por una cultura del conocimiento. In: GONZÁLEZ, J.; AMAZURRUTIA, J.; MAASS, M. (Orgs.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. Ciudad de México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. 2007. p. 32-91.

GONZÁLEZ, Jorge A.; MAASS, M. **Cibercultur@ y comunidades emergentes de conocimiento**. Ciudad de México: Labcomplex-CEICH/UNAM, [s.d.]. (versão digital).

GUMUCIO DAGRON, A.; TUFTE, T. (Orgs.). Introducción. **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas y contemporáneas. New Jersey: CFSC –Communication for Social Change Consortium / La Paz: Plural, 2008.

GUMUCIO DAGRON, A. Comunicación y cambio social: raíces ideológicas y horizontes teóricos. In: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (Coord.). **Comunicación y desarrollo**. Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012. p.25-55.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos: voces y testimonios tojolabales**. 5.ed. Ciudad de México / Buenos Aires / Madrid: Siglo XXI, 2008.

MINAYO, Maria Cecilia de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecilia de S.; (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.9-29.

OTRE, Maria Alice Campagnoli.). **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil**: análise de dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação entre 1972-2012. 2015, 263p. - Doutorado (Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PERUZZO, C.M.K. A Comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania

do XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.

PERUZZO, C.M.K. Aproximaciones entre la comunicación popular y comunitaria y la prensa alternativa en Brasil en la era del ciberespacio. In: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (Coord.). **Comunicación y desarrollo**. Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012a. p.25-55.

PERUZZO, C.M.K. Comunicação popular, comunitária e cidadania: eixos de investigação e fundamentos teóricos. In: Cesar Boláno; Delia Crovi Druetta, Gustavo Cimadevilla (Orgs.). **La contribución de América Latina al campo de la Comunicación**. Buenos Aires: ALAIC, 2014. p. 546-577.

PERUZZO, C.M.K. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: Aristides Monteiro Neto (Org.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014a. p.161-195. Coleção Desenvolvimento nas Ciências Sociais. O estado das artes, livro 2. Disponível em: <<https://bit.ly/3u5KPdw>>.

PERUZZO, C.M.K. Comunidades Emergentes de Investigação no Brasil: reflexões sobre a CEI Comuni. In: Cicilia M. Krohling Peruzzo; Maria Alice Campagnoli Otre (Orgs.). **Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil**: sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Editora da Metodista, 2015. p.53-78.

PERUZZO, Cicilia M. K.; TUFTE, Thomas; VEGA CASANOVA, Jair (Edits.). **Trazos de una otra comunicación en América Latina**: prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales. Barranquilla (Colombia): Editorial Universidad del Norte ALAIC - Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 2011. 330 p.
SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. 11a. Coimbra: Afrontamento, 1999.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, Unesp, a. 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.

SILVA, José de Souza. **Hacia el 'Día Después del Desarrollo'**. Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: ALER, febrero 2011.

TUFTE, Tomas Hacia un renacimiento de la comunicación para el cambio social. Redefiniendo da disciplina y la práctica en la era post-“Primavera Árabe”. In: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (Coord.). **Comunicación y desarrollo**. Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012.p.85-109.

VYGOTSKY, L. (La educación de las formas superiores de conducta. **Obras escogidas**. v.III. Madrid: Visor, 1995.

Sobre autores

AMANDA CRISTINA VIEIRA MACHADO

Jornalista, estudante de pós-graduação em História das Revoluções e dos Movimentos Sociais pela UEM. Atualmente atua como gerente de comunicação do Centro Universitário Cidade Verde. Email: amandamachadoass2203@gmail.com

ANA APARECIDA FRABETTI VALIM ALBERTI

Jornalista, mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: avalimalberti@yahoo.com.br

ANA CRISTINA SUZINA

Jornalista formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. Doutora em Ciências Políticas e Sociais pela *Université Catholique de Louvain*, Bélgica. Pesquisadora do Instituto de Mídias e Indústrias Criativas da *Loughborough University London*. Editora do livro *The Evolution of Popular Communication in Latin America*, Palgrave Macmillan, 2021. E-mail: a.suzina@lboro.ac.uk

ANELISA MARADEI

Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e pela Universidade da Beira Interior (UBI, Portugal). Professora de Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) de São Paulo e da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). E-mail: ane@amaradei.com.br

ARIADNE FREITAS BIANCHI DE OLIVEIRA

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran). Tem experiência na área de Jornalismo Online e Assessoria de Imprensa. Na Pesquisa Acadêmica, desenvolve investigações voltadas às minorias, à cidadania e à questão indígena. É também educadora social. E-mail: ariadnebianchi@gmail.com

BEATRIZ POZZOBON ARAÚJO

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Jornalista na TV Educativa do Estado do Paraná. E-mail: pozzobonbeatriz@gmail.com

CAMILA ESCUDERO

Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ) com Doutorado-Sanduiche na *University of Illinois – Chicago (UIC)*, no *Latin American and Latin Studies Program*. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pesquisadora do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Editora executiva da Revista Comunicação & Sociedade. E-mail: camilaescudero@uol.com.br

CARLOS HUMBERTO FERREIRA SILVA JR.

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Jornalista formado pela UMESP. Doutorando em Comunicação pela UNESP de Bauru. Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: carlosferreira_jr@yahoo.com.br

CICILIA M. KROHLING PERUZZO

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora visitante dos Programas Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado de Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Espírito Santo. Autora dos livros *Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista*, *Comunicação nos Movimentos Populares*, *Televisão Comunitária*, e *Pedagogia da Comunicação Popular e Comunitária nos Movimentos Sociais*, *Desenvolvimento Participativo e Cidadania*. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

CLEIDE RODRIGUES PICOLO

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Tem estudos relacionados a ambientes digitais nas organizações e sociedade. Especialista em Jornalismo Institucional pela PUC-SP. Possui MBA em Economia com foco no setor de Energia pela Faculdade de Campinas (Facamp). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela PUC-SP, atua há mais de 20 anos mercado em Comunicação corporativa, relacionamento com a imprensa, mídias digitais, relações institucionais em empresas públicas e privadas, agências de comunicação e veículos de imprensa. E-mail: cleidepicolo@gmail.com

GUILHERME WEIMANN

Jornalista e integrante do Coletivo de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). E-mail: gui.weimann@gmail.com

INGRID GOMES BASSI

Pós-doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Tocantins (PPGE). Pós-doutorado em Processos Comunicacionais pela Cátedra Unesco-UMESP de Desenvolvimento Regional/Universidade Metodista de São Paulo, Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Jornalismo. Rondon do Pará – PA, Brasil. E-mail: ingridgomessp@yahoo.com.br

LISBETH ARAYA JIMÉNEZ

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ). Professora e pesquisadora na Universidade da Costa Rica. Bolsista da Oficina de *Asuntos Internacionales y Cooperación Externa* (UCR). E-mail: lisbeth.arayajimenez@ucr.ac.cr

LUÍS PAVARATI

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Gastrônomo pela Universidade Anhembí Morumbi e Engenheiro Eletricista pela Universidade de Mogi das Cruzes. Lecionou nos cursos de Tecnologia em Gastronomia na Universidade Metodista de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: luis.paravati@gmail.com

LUZIA MITSUE YAMASHITA DELIBERADOR

Doutora em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Docente do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL e do Curso de Jornalismo da Faculdade Maringá. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom); Vice Líder do Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária e Local – Comuni/CNPQ. E-mail: luzia.deliberador@gmail.com

MARCELO DE OLIVEIRA VOLPATO

Doutor e Mestre pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Jornalista formado pela Universidade de Marília. Membro do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local - COMUNI. E-mail: volpatomarcelo@gmail.com

MARCOS CORREA

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com estudos em Audiovisual de Não ficção e Movimentos Sociais. Autor, professor universitário, jornalista, radialista, especialista em Educação à distância. E-mail: marcoscorreakiambu@gmail.com

MARIA ALICE CAMPAGNOLI OTRE

Jornalista e tecnóloga em produção publicitária. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Docente no curso de Publicidade e Propaganda da Universidade de Marília, membro do grupo de pesquisa Comuni. E-mail: maliceotre@gmail.com

MÔNICA PEGURER CAPRINO

Jornalista formada pelas Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutora e pós-doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Especialista em *Comunicación y Educación* pela

Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha) onde também realizou estágio pós-doutoral. É pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI). E-mail: mcaprino@gmail.com

NIVEA CANALLI BONA

Doutora em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). J. Jornalista pela PUC-PR. Integrante do COMUNI e do Grupo de Pesquisa Processocom (Unisinos). Autora dos livros: *Publicidade e Propaganda; da agência a campanha* (2011); *Jornalismo e Sociedade* (2017); *Assessoria de Imprensa: uma ponte entre jornalistas e a sociedade* (2017). Pesquisadora independente, vive em Bar Harbor, Maine, EUA. Email: bonanivea@gmail.com

ORLANDO MAURÍCIO DE CARVALHO BERTI

Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutor em Comunicação Social pela UESP com estágio doutoral na *Universidad de Málaga* (Espanha). Mestre em Comunicação Social pela UESP. Professor, pesquisador, extensionista e diretor de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em Teresina-PI. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mail: berti@uespi.br

RICARDO COSTA ALVARENGA

Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Estácio de São Luís-MA. Professor de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu do Centro Universitário Estácio São Luís. Líder do Grupo de Estudos em Comunicação para a Transformação Social – CAMBIO e bolsista do Programa de Pesquisa Produtividade. E-mail: ricardocalavarenga@gmail.com

RODRIGO MORELATO

Mestre e doutorando em Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ). É bolsista Faperj. E-mail: rodrigomorelato@gmail.com

SANDRA RAQUEW DOS SANTOS AZEVÊDO

Professora Associada no Departamento de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Integra os grupos de pesquisa sobre Comunicação Comunitária e Mídia Local (Comuni). Coordena o Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Educomunicação (Objor-Semiário). Desenvolve e orienta

projetos de pesquisa nas seguintes áreas: Jornalismo; Mulheres nas Mídias; Tecnologias da Informação e Comunicação; Comunicação e Cidadania no Semiárido Brasileiro; Comunicação e Saúde. E-mail: ***criticadasmidias@gmail.com***

SUELEN DE AGUIAR SILVA

Mestre e doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Estácio de Sá. Docente do Curso de Comunicação da Estácio de Sá. Integra os grupos de pesquisa sobre Comunicação Comunitária e Mídia Local (Comuni). Secretária executiva da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa (ABPCOM). E-mail: ***Suelen Aguiar susuaguiar@yahoo.com.br***

VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela UFT. Membro dos grupos de pesquisa COMUNI - Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e NEPJOR - Núcleo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia (UFT). Filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Desenvolve projetos de pesquisa nas áreas de Comunicação, Questões Raciais e Desenvolvimento Regional. Atuou como jornalista e editor no Jornal do Tocantins. É professor substituto na UFT e no Centro Universitário Atenas (Uniatenas). E-mail: ***valmir.ptu@gmail.com***

VIVIAM LACERDA DE SOUZA

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Mestre em Administração, Educação e Comunicação pela Universidade São Marcos (USM). Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Docente de Marketing, Merchandising e Vitrinismo do IFRJ-Belford Roxo. E-mail: ***viviamlacerd@gmail.com***

Formato: 148 mm X 210 mm

Fonte: Arial Narrow, 11, 12, 14 e 18.

Papel miolo: alcalino 75 g/m²

Papel capa: Cartão Supremo, 250 g/m²

Impressão: Gráfica e Editora Aliança Ltda (Teresina – Piauí)

Tiragem: 200 exemplares

TRILHAS E IMPACTOS DA COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA NO BRASIL

Cicilia M. Krohling Peruzzo
Rodrigo Gabrioti
Orlando Maurício de Carvalho Berti
(Organizadores)

Este é o segundo livro coletivo do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local - COMUNI, reunindo 26 artigos de pesquisadoras e pesquisadores em Comunicação Comunitária, Alternativa e Popular



EdUESPI

comuni

Núcleo de Estudos de Comunicação
Comunitária e Local



ISBN 978-65-88108-69-7